



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE
FLUMINENSE DARCY RIBEIRO – UENF

CENTRO DE CIÊNCIAS DO HOMEM – CCH

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS
SOCIAIS – PPGPS

Memórias e vivências na pesca em Gargaú: tecendo circuitos laborais e ecossociais entre pescadores e pescadoras artesanais.

EDUARDO MOREIRA

Campos dos Goytacazes
Maio/2023

Memórias e vivências na pesca em Gargaú: tecendo circuitos laborais e ecossociais entre pescadores e pescadoras artesanais.

EDUARDO MOREIRA

Tese de Doutorado apresentada à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais do Centro de Ciências do Homem, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro como parte das exigências para obtenção do título de Doutor em Políticas Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Leandro Garcia Pinho

Campos dos Goytacazes
Maio/2023

FICHA CATALOGRÁFICA

UENF - Bibliotecas

Elaborada com os dados fornecidos pelo autor.

M838	<p>Moreira, Eduardo.</p> <p>Memórias e vivências na pesca em Gargaú : tecendo circuitos laborais e ecossociais entre pescadores e pescadoras artesanais / Eduardo Moreira. - Campos dos Goytacazes, RJ, 2023.</p> <p>361 f. : il. Inclui bibliografia.</p> <p>Tese (Doutorado em Políticas Sociais) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, 2023. Orientador: Leandro Garcia Pinho.</p> <p>1. Pescadores e Pescadoras Artesanais. 2. Circuitos de pesca. 3. Cultura do Trabalho da Pesca. 4. Relações Ecossociais. 5. Gargaú/RJ. I. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. II. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD - 361.61</p>
------	---

Memórias e vivências na pesca em Gargaú: tecendo circuitos laborais e ecossociais entre pescadores e pescadoras artesanais.

EDUARDO MOREIRA

Tese de Doutorado apresentada à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais do Centro de Ciências do Homem, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro como parte das exigências para obtenção do título de Doutor em Políticas Sociais.

Leandro Garcia Pinho

Prof. Dr. Leandro Garcia Pinho (Ciência da Religião – UFJF-MG)
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF-RJ
(Orientador) PRESIDENTE DA BANCA

José Colaço Dias Neto

Prof. Dr. José Colaço Dias Neto (Antropologia – UFF-RJ)
Universidade Federal Fluminense – UFF-RJ

Lilan Sagio Cezar

Prof. Dr. Lilan Sagio Cezar (Antropologia – UNICAMP-SP)
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF-RJ

Igor Alex Binder d'Angelis

Prof. Dr. Igor Alex Binder d'Angelis (Ecologia Humana – UNL-Portugal)
Escola de Ensino Superior do Agreste Paraibano – EESAP-PB

Klenio Veiga da Costa

Prof. Dr. Klenio Veiga da Costa (Sociologia – UFPE-PE)
Fundação Instituto de Administração (FIA)

“Eu vivo da pesca, entendeu? Eu faço a minha rede. Eu faço os meus materiais de pesca todos. Então, sei pescar. Consigo fazer tudo sobre a pesca. Então, eu vivo daquilo. Eu sou um pescador artesanal.”

Dudu, Pescador Artesanal de Gargaú

“O mar é nosso lar, como o era para nossos ancestrais. Eles viviam em grandes associações de ilhas ligadas pelo mar ligadas, note-se bem, e não separadas pelo mar.”

Marshall Sahlins

*“O pai me disse que a tradição é lanterna
Vem do ancestral, é moderna
Bem mais que o modernoso”*

Moacyr Luz

AGRADECIMENTOS

O Poeta Gentileza recitava pelas ruas do Rio de Janeiro que devemos falar e viver a gentileza e a gratidão. Seremos agradecidos e não usamos a expressão muito obrigado. Dizia que devemos nos relacionar mais por amor, gratidão e gentileza e menos por obrigações.

Profiro estas linhas com extrema gratidão, gentileza e o reconhecimento de que os percursos e palavras contidas nas páginas deste texto são frutos de uma rede colaborativa de amigos, parentes e entusiastas que me deram todo, mais do que eu merecia, apoio e condições para que este doutorado chegasse ao fim.

Gratidão ao meu amigo e orientador Prof. Leandro Garcia Pinho. Um ser iluminado. Minha gratidão por sua paciência, compreensão, apoio intelectual e material. Este percurso sob sua condução em muito me enriqueceu como profissional, acadêmico e ser humano.

Meus sinceros agradecimentos a Francine, minha grande amiga desde os períodos de mestrado. O entusiasmo demonstrado com a pesquisa e a disponibilização de seu lar onde residi durante o campo de estudos foram fundamentais para conseguir trilhar estes caminhos.

Gratidão a Professora Silvia Alicia Martinez que me acompanha e me orienta com muita gentileza desde minha entrada na UENF a oito anos. Grato por compor a banca de avaliação do Projeto de Tese, suas considerações direcionaram os rumos deste trabalho.

Grato ao Professor José Colaço Dias Neto e Klenio Veiga da Costa que me acompanham deste o Projeto de Tese e a Professora Lilian Sagio Cezar e ao amigo Igor Alex Binder d'Angelis que se juntaram a este desafio na qualificação. Mais do que orientações suas considerações destravaram minha mente abrindo possibilidades teóricas e metodológicas que me fizeram vislumbrar estes grupos pesqueiros por re-novadas lentes, buscando seus fluxos e interfaces.

Grato ao Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais da UENF, onde caminho academicamente desde o mestrado. Meu reconhecimento por todo o corpo decente que diretamente através das aulas ou indiretamente em comentários e sugestões em muito contribuíram.

Gratidão aos grupos de estudos e pesquisas que pude participar, em especial ao OLO mare de Portugal, na figura da Prof^a Mônica Mesquita estendo meu reconhecimento a todas/os integrantes. Os debates teóricos e metodológicos assomados as boas conversas produziram muitas chaves intelectuais que abriram muitas fechaduras.

Muito grato ao Projeto PEA Pescarte BC. A participação neste amplo e interconexo projeto de pesquisa, educação e extensão foi de suma importância em vários aspectos, tanto conceituais quanto no acesso ao campo e aos sujeitos do estudo. Este processo me fez compreender a importância de grupos de pesquisa consolidados e atuando em rede. Não posso me furtar a deixar agradecimentos especiais ao Professor Geraldo Timóteo, Paulo Mesquita, Gisele, Naetê Reis, João Vitor, Vítor Cunha, Kíssila, Luiz Fernando, Tarcício, Angélica. Seus suportes sempre permeados por gentilezas trouxeram relevantes contribuições a pesquisa. Agradeço, ainda, ao projeto PEA Pescarte BC pela concessão da bolsa de pesquisa.

Meu agradecimento a toda a equipe de pesquisa da linha 12. Nossas trocas de ideias acadêmico-afetivas além de produtivas ainda foram muito agradáveis. Etuany, Natália, Milton, gratidão. Deixo um agradecimento especial a Evandro grande companheiro desde o mestrado e a meu anjo da guarda Clarissa Poubel, nossa amizade, respeito e carinho só vem aumentando ao longo de nossos encontros. Guardo muita consideração e admiração por você.

Meus sinceros e generosos agradecimentos e reconhecimentos aos pescadores e pescadoras que me receberam de forma extremamente amável e alegre. Narraram suas vidas, lutas, esperanças e desejos. Momentos transpassados por alegrias, tristezas, sonhos, lembranças e muita gentileza e generosidade. A forma como mesclam trabalho, vida, sociedade e natureza fascina. Muito aprendi com estas pessoas. Aprendizados que se incorporaram em mim, ou seja, viraram parte de meu corpo. Minha nau segue por caminhos renovados e estes intelectuais da tradição em muito tem a ver com isto.

A Luciana Ramos Marcelino e sua família não existem palavras que retratem meus profundos agradecimentos e sentimentos de carinho e amizade. Me acolheram em seu lar, em suas embarcações, espaços de trabalho e de lazer. Almoçamos juntos, circulamos por terras e águas. Graças a vocês os “mundos” da pesca de Gargaú se desvelaram. Luciana representa mais que uma parceria, foi protagonista desta pesquisa. Este texto foi escrito em quatro mãos e mais as de seus familiares.

Meus agradecimentos a todos e todas meus familiares. Sempre estiveram comigo, nos momentos mais agradáveis e difíceis. Vocês são sempre parte de minha vida e de meu trabalho. Uma lembrança especial ao meu pai que me ensinou paciência, calma e saber esperar o momento certo. E a minha mãe que me mostrou que a vida deve ser vivida com respeito aos outros, dedicação e honestidade. Vocês são meus guias na terra.

Por fim as três pessoas mais importantes de minha vida: Christiane, Beatriz e Elisa. Deixo meu agradecimento, reconhecimento, abraços muito apertados e beijos estonteantes em todas vocês, meu sincero e gentil amor.

Resumo

A pesquisa busca descrever e interpretar alguns circuitos da pesca artesanal presentes na localidade de Gargaú, município de São Francisco do Itabapoana, Estado do Rio de Janeiro. Os circuitos selecionados para o estudo foram concebidos em conjunto aos pescadores e pescadoras partícipes. A partir disto foram elencados os circuitos das pescas de mares, das pescas de rio e das pescas de mangues como os mais significativos para os sujeitos da localidade. As fainas pesqueiras foram compreendidas como redes de atividades cooperativas envolvendo momentos de pré-captura, captura e pós-captura. Buscou-se captar esta rede em seus fluxos. Neste sentido os aportes empíricos-conceituais de circuitos, trajetos, pedaços e manchas associados as categorias êmicas-acadêmicas de “pescadores/as, pescados e pescarias”, em suas relações ecossociais conexas compuseram o quadro interpretativo do trabalho. As convenções estabelecidas que orientaram os instrumentos de coleta de dados foram: as “Artes e Estruturas das Pescarias”, a “Comercialização dos Pescados” e as “Rotinas de Trabalho dos pescadores e pescadoras”. Como forma de subsidiar este quadro interpretativo foram utilizadas as metodologias qualitativas da História/memória oral temática e da observação direta no campo de estudos. Com base nestas metodologias foram desenvolvidas entrevistas semiestruturadas e itinerários etnográficos. Os resultados demonstraram a rica produção de saberes, técnicas, tecnologias, códigos jurídicos e rotinas articulando vida, trabalho e ecossistemas numa teia ecossocial.

Palavras-Chave: Pescadores e Pescadoras Artesanais, Circuitos de pesca, Cultura do Trabalho da Pesca, Relações Ecossociais, Gargaú/RJ.

Abstract

The research seeks to describe and interpret some artisanal fishing circuits present in the town of Gargaú, municipality of São Francisco do Itabapoana, State of Rio de Janeiro. The circuits selected for the study were designed together with the participating fishermen and women. From this, the circuits of sea fishing, river fishing and mangrove fishing were listed as the most significant for the local subjects. Fishing activities were understood as networks of cooperative activities involving pre-capture, capture and post-capture moments. We sought to capture this network in its flows. In this sense, the empirical-conceptual contributions of circuits, paths, pieces and spots associated with the emic-academic categories of “fishermen, fish and fisheries”, in their connected eco-social relations, composed the interpretative framework of the work. The established conventions that guided the data collection instruments were: the “Arts and Structures of Fisheries”, the “Commercialization of Fish” and the “Work Routines of fishermen and fisherwomen”. As a way to subsidize this interpretative framework, the qualitative methodologies of History/thematic oral memory and direct observation in the field of study were used. Based on these methodologies, semi-structured interviews and ethnographic itineraries were developed. The results demonstrated the rich production of knowledge, techniques, technologies, codes and routines articulating life, work and ecosystems in an Eco-Social.

Keywords: Artisanal Fishermen and Fisherwomen, Fishing Circuits, Fishing Work Culture, Eco-Social Relations, Gargaú/RJ.

Lista de Quadros

Quadro 1 - Base para seleção dos interlocutores	22
Quadro2 - Esboço realizado a partir do Mapa Mental de Luciana Ramos Marcelino e Família	122
Quadro 3 - Circuito integrado rios-mangues	244

Lista de Tabelas

Tabela 1: Descrição dos suportes metodológicos	19
Tabela 2: Lista de interlocutores selecionados para o estudo.....	22
Tabela 3: Dimensões e limites das Capitânicas Centrais	65
Tabela 4: A relação entre passado e presente proporcionada pelos “Tempos da Areia” como lugar de memória	103
Tabela 5: Custo comparativo entre duas pescarias de peroá realizadas na localidade de Gargaú/RJ durante o período da pesquisa	183
Tabela 6: ganho de cada pescador da tripulação depois de descontados os custos das pescarias	184
Tabela 7: Cotação do peroá na Ceasa/RJ por data	185
Tabela 8: Custo para construção de uma tarrafa de 32 palmos	223
Tabela 9: Relação entre os preços dos frigoríficos – vendas alternativas – Ceasa/RJ	241
Tabela 10: Épocas das pescarias na percepção dos pescadores e pescadoras	245
Tabela 11: Síntese das espécies de peixes e crustáceos dos manguezais do estuário do rio Paraíba do Sul, em Gargaú, segundo percepção ambiental do Grupo Focal	265
Tabela 12: Comparação entre os manguezais contidos em cada mapa de mangue	293
Tabela 13: Lucro dos “frigoríficos” na venda em média	300

Lista de Mapas

Mapa 1: Localização espacial do bairro de Gargaú, São Francisco do Itabapoana/RJ	16
Mapa 2: Foz do Rio Paraíba do Sul com a Formação do Delta entre o Município de São João da Barra e São Francisco do Itabapoana	40
Mapa 3: Antigo Delta do Rio Paraíba do Sul que contemplava o abastecimento de outros rios e lagoas irrigando uma ampla região na margem sul do Rio Paraíba do Sul	41
Mapa 4: Ecorregião de São Tomé	42
Mapa 5: Representação das principais lagoas e veios d'água presentes na Restinga ao norte do Rio Paraíba do Sul	48
Mapa 6: Capitânicas Hereditárias Centrais com marcos divisórios	64
Mapa 7: Representação do “Sertão das Cacimbas”, do Rio Paraíba do Sul e do Canal das Cacimbas. Os números presentes no mapa foram adicionados pelo autor da pesquisa	73
Mapa 8: Planta do Porto de Gargaú com Traçado da Estrada de Ferro anexa	86
Mapa 9: Localidade Gargaú – Elaborado por Luciana Ramos Marcelino e Família	122
Mapa 10: Mapa de Mangue de Seu Pastor	267
Mapa 11: Mapa de Mangue de D. Bendita	271
Mapa 12: Mapa do Mangue de Paraíba	279
Mapa 13: Mapa do Mangue de Moça Bonita	284

Lista de Imagens

Imagem 1: Entrada para os diversos mangues existentes no estuário	17
Imagem 2: O Rio Paraíba do Sul com seus canais. Ao fundo o mar	17
Imagem 3: Barcos presentes num dos canais do Rio Paraíba do Sul utilizados nas pescarias de rio, mangue e mar	18
Imagem 4: Mulheres trabalhando no descasque de camarão no interior de um frigorífico local	18
Imagem 5: “Circuitos da Pesca” da Localidade de Gargaú	36
Imagem 6: Quatro momentos da formação do Delta do Paraíba do Sul segundo Alberto Ribeiro Lamego	44
Imagem 7: Três momentos, segundo Martin, Suguiu, Dominguez e Flexor, da formação do Delta do Paraíba do Sul	46
Imagem 8: Praia de estuário para banhistas em Gargaú: ao fundo faixa de terra que separa o mar do canal natural do rio Paraíba	49
Imagem 09: Canal d’água que adentra no interior de Gargaú. Utilizada para aponto e saída das embarcações de mar, rio e mangues. Ver ao fundo a praia de estuário e o mar ..	50
Imagem 10 – Vegetação rasteira de restinga, com vários trechos já suprimidos	51
Imagem 11: Canal de Cacimbas: Cortado numa depressão entre as restingas	76
Imagem 12: Pranchas no canal de cacimbas: carregas de madeiras para serem transportadas	76
Imagem 13: Igreja antiga e atual do Ponto de Cacimbas	77
Imagem 14: Ponto de Cacimbas – uma rua com escassas casas. Outrora importante passagem comercial do Sertão de Cacimbas	78
Imagem 15: Ponte da Integração - passagem entre as margens direita e esquerda do Rio Paraíba do Sul – obra paralisada desde 2014	78
Imagem 16: A prancha: longa embarcação de fundo chato, que se adapta a navegação do Rio Paraíba do Sul e à dos rasos canais de Cacimbas e de Gargaú	87
Imagem 17: A Feira Muxuanga de Gargaú – ao fundo e a esquerda o Barracão	92
Imagem 18: Aspectos da Feira de Gargaú retratada em 1939, ao fundo o Barracão	93
Imagem 19: O Barracão nos tempos atuais	94
Imagem 20: lado da rua (“final” do Buraco Fundo) a beira do canal onde atracam embarcações para reformas	105
Imagem 21: Lado oposto da rua (“final” do Buraco Fundo) em frente a imagem anterior. Abriga um pequeno estaleiro local	106
Imagem 22: Lugar da primeira construção de alvenaria na beira “maré” – atualmente a margem do canal está totalmente habitada com construções	108
Imagem 23: Gado criado solto em Gargaú	112
Imagem 24: Porco criado solto ao lado do Barracão em Gargaú	112
Imagem 25: Cabrito criado solto na Praia dos Sonhos	112
Imagem 26: Galinhas criadas soltas na Praia dos Sonhos	112
Imagem 27: Estrada Gargaú-São Francisco – Seu trajeto passa no meio do Parque eólico	

de Gargaú Energética SA	119
Imagem 28: Foto retirada do meio da estrada por volta das 16h	119
Imagem 29: Foto retirada do mesmo local da imagem anterior por volta das 19h	120
Imagem 30: Vista da “maré” pela janela de uma casa – ao fundo Barra Velha	126
Imagem 31: Caixas de gelo – utilizadas localmente para depósito do lixo doméstico	126
Imagem 32: Pescador tecendo redes na calçada. Imagem comum no local. Ao fundo a Igreja de Santo Antônio	126
Imagem 33: Arrastão de praia	134
Imagem 34: Embarcação Local para pesca de camarão	142
Imagem 35: Tábuas que servem para acesso as embarcações locais	143
Imagem 36: Guincho para puxada da Rede	143
Imagem 37: Asa onde se passa a corda entre o guincho e a Rede	143
Imagem 38: Redes de Arrasto recém puxadas	144
Imagem 39: Aparelho GPS	144
Imagem 40: Caracterização de uma Rede de Arrasto com Portas	144
Imagem 41: Vários barcos circulando pelo pedaço da pesca de camarão	147
Imagem 42: Portas que não permitem as redes se fecharem no fundo do mar	147
Imagem 43: Produtos trazidos pela rede do fundo do mar	149
Imagem 44: Pescados acompanhantes aproveitados pelo pescador	149
Imagem 45: Camarões pescados neste dia	149
Imagem 46: Peroás presos na pargueira	170
Imagem 47: Representação de espinhel	171
Imagem 48: Espinhel pronto para uso	171
Imagem 49: Barco para Pesca de Peorá	173
Imagem 50: A casinha do Barco vista de fora	173
Imagem 51: Urnas para conservação do pescado no alto mar	174
Imagem 52: Barco reformando no estaleiro da praia do sossego	179
Imagem 53: Pesquisador realizando a pescaria de Unha de Velho	203
Imagem 54: Resultado de minha pescaria	204
Imagem 55: Fogueira improvisada onde formam cozidas as bananas e os mariscos para abrir suas conchas	205
Imagem 56: Mulheres “limpando” o marisco e conversando descontraidamente	206
Imagem 57: A Unha de Velho	207
Imagem 58: Unha de velha “limpa”	207
Imagem 59: O pescador de Tarrafa	221
Imagem 60: Pescadores remendando ou produzindo tarrafas	224
Imagem 61: Malhas de rede (25mm)	224
Imagem 62: Malhas de rede (15mm)	224
Imagem 63: Espia com o “olho” da Tarrafa	225
Imagem 64: Pé da tarrafa com os chumbos	225
Imagem 65: Chumbos usados nas redes	225

Imagem 66: Tabuletas utilizadas como diapasão para tecer as malhas das redes	225
Imagem 67: Rede com linha de plástico	230
Imagem 68: Rede com linha de “nylon” utilizada nas pescarias de caranguejo	230
Imagem 69: Pescador efetuando manutenção em uma de suas bateiras ancorada nos fundos de sua casa	234
Imagem 70: Bateiras de pescaria de rio/mangue	234
Imagem 71: Bateira em construção no quintal da casa de Pescadora	234
Imagem 72: Representação da Mijuada (menjoada) Rede de Espera	251
Imagem 73: O “quintal” da residência do pescador no canal do rio Paraíba do Sul com suas bateiras de uso cotidiano	252
Imagem 74: Rio Paraíba do Sul – Em fluxo contínuo, sempre se modifica, a mobilidade de suas águas cria ilhas e locais mais profundos	253
Imagem 75: Elaboração de um Mapa de Mangue por D. Bendita	266
Imagem 76: Entrada do manso fechada devido a força das águas do mar e dos ventos em contrário a “fraqueza” do rio terem transportado grandes quantidades de areia para seu curso	270
Imagem 77: Armadilha para “cata” do Goiamum	276
Imagem 78: Esteiras confeccionadas na localidade	276
Imagem 79: Puçá para pesca do siri	277
Imagem 80: Templo onde D. Bendita atua como pastora	277
Imagem 81: Gaiolas construídas por Paraíba para o circuito da pesca de Camarão Pitu ...	281
Imagem 82: Aroeira colhida por Moça Bonita para ser limpa, seca e comercializada	286
Imagem 83: O trabalho masculino nas “manchas”	288
Imagem 84: Mulheres trabalhando na limpeza de camarões em uma das “manchas” locais	289
Imagem 85: Local com concentração de peixarias em Piúma/ES	296
Imagem 86: Concentração de quiosques e peixarias anexo ao porto de Anchieta/ES	297
Imagem 87: Mercado de peixes Guarapari/ES	297

Lista de Siglas e Abreviações

CCH- Centro de Ciências do Homem

FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura

GAO – Grupo de Acompanhamento de Obras

GT – Grupo de Trabalho

IBAMA- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

NDB – Núcleo de Direitos e Benefícios

ONU – Organização das Nações Unidas

PEA - Programa de Educação Ambiental ou Projeto de Educação Ambiental

SFI – São Francisco de Itabapoana

UENF –Universidade Estadual do Norte Fluminense – Darcy Ribeiro

Sumário

Introdução	1
<i>Estrutura da Tese</i>	<i>7</i>
Capítulo 1	
“Fazer o que gosta, estar na água, na pescaria, saber de pescados e estar se arriscando”: o “fazer-se” pescador e pescadora artesanal”	9
<i>1.1 As “Virações” do Tempo: Vivenciando Mudanças e Permanências no “Ser” Pescador e pescadora Artesanal a partir de suas Narrativas.....</i>	<i>13</i>
<i>1.2 Tecendo a Rede Metodológica da Pesquisa.....</i>	<i>15</i>
1.2.1 Os sujeitos e o espaço da pesquisa: delimitando a nossa pescaria de memórias.....	15
Descrição dos suportes metodológicos:	18
História Oral Temática: Entrevistas Semiestruturadas.	19
Observação In Loco:.....	23
Os Itinerários etnográficos:	25
<i>1.3 Apresentando o desenho conceitual: delimitando os “Mundos” da Pesca e os “Circuitos” Pesqueiros. .</i>	<i>26</i>
Os “Mundos” da pesca:	29
Os “Circuitos da Pesca”: Pedacos, Manchas e Trajetos de alguns dos “Mundos da Pesca” de Gargaú.....	33
Capítulo 2	
Uma viagem espaço-temporal: contextualizando o Estudo	38
<i>2.2 Gargaú: passado e presente na consolidação de uma localidade pesqueira.....</i>	<i>38</i>
2.2.1 Região Hidrográfica do Delta do Rio Paraíba do Sul: Formação Geológica	39
2.2.2 Da formação humana	52
A nação Goitacá:	52
A chegada (invasão?) do europeu.....	63
Do abandono da Capitania ao domínio dos Assecas: a consolidação da ocupação europeia na margem direita do Rio Paraíba do Sul.....	69
E a margem esquerda, como se consolidou? O surgimento do “Sertão das Cacimbas/Sanjoanense”.	72
2.2.3 Localidade de Gargaú/RJ: Uma Viagem no Tempo	79
Da exploração madeireira ao surgimento do “meio ambiente”.	79

Entre o “Tempo das Pranchas” e o “Tempo do Barracão”:	84
Do sal aos frigoríficos: o embrião do complexo pesqueiro da Localidade de Gargaú.	96
Do “Tempo das Areias”:	102
Os “espelhos” da propriedade: direito individual e sua relação com o direito coletivo.	104
A primeira construção da Beira “Maré”: Direito local e suas relações com o direito “oficial”	107
Apropriação terrestre e aquática: a criação de animais	110
Das cacimbas e das lamparinas à emancipação:	115
O Parque Eólico de Gargaú: contradições de uma modernidade colonialista.	118
Mapa mental da Localidade de Gargaú	121
Gargaú: Uma Localidade formada por “Circuitos de Pesca”.	131
Capítulo 3	
Entre camarões e peroás: o sub-circuito dos mares	133
Memórias sobre a pesca de lanço: as primeiras pescarias do sub-circuito dos mares.	133
3.1 <i>O sub-circuito da pesca de camarão</i>	135
Da vela ao motor: re-fundando a pesca de camarão	135
O aumento das embarcações atuais: estratégias coletivas para mudanças legislativas.	140
Os petrechos da pesca de camarão: entre redes, guinchos e GPS’s	143
A rede de alianças dos pescadores: “segredos” e “burlas” como trabalho de equipe	150
A sazonalidade na pesca de camarão/peroá: quem migra, o peixe ou o pescador?	153
Ser Pescador, Dono de frigorífico; Primo, Irmão de fé: as relações encaixadas e desencaixadas nos “mundos” da pesca local.	154
Os frigoríficos (“manchas”): a comercialização dos camarões	158
A variação dos preços dos pescados conforme as safras: a insustentabilidade das monocapturas	161
3.2 <i>O sub-circuito da pesca de peroá</i>	168
Artes e estruturas da pesca de peroá	169
As embarcações e os equipamentos: transformações e permanências das pescarias	172
Manutenção e construção de embarcações: da polivalência dos pescadores às relações de reciprocidade nos estaleiros locais.	179

A venda dos pescados na pescaria de peroá	181
Rotinas de trabalhos dos pescadores de peroá.....	188
<i>3.3 Os pêndulos da memória: o “ser” do pescador artesanal de mar na localidade de Gargaú.....</i>	<i>195</i>
Capítulo 4	
O sub-circuito dos rios/mangues	197
<i>4.1 A tradição como cordas: os fios da memória que enredam o passado e preservam o presente.</i>	<i>198</i>
<i>4.2 A presença das mulheres nas pescarias de rio: uma democracia restrita.</i>	<i>200</i>
Alguns circuitos femininos da pesca na localidade.	200
Direito de propriedade e herança entre homens e mulheres: entre “fugas e roubos”	212
<i>4.3 Artes e estruturas das pescarias de rio e de mangues na Localidade de Gargaú/RJ.</i>	<i>219</i>
As redes de pesca: entre tarrafas e feiteceiras; nylons e plásticos.	219
As Bateiras: entre a “casa” (oficina terrestre) e a “rua” (oficina aquática).	230
<i>4.4 Comercialização dos pescados de rios: entre a venda própria e o atravessador.</i>	<i>235</i>
<i>4.5 Rotinas de trabalho nos rios/mangues</i>	<i>241</i>
Entre os calendários “nativos” e os “oficiais”	241
Entre minjuadas e cercos batidos.	250
<i>4.6 Os mapas dos mangues: a construção de mapeamentos ecossociais.....</i>	<i>260</i>
Capítulo 5	
Uma rápida passagem pelo sub-circuito dos “frigoríficos” o elo mais fraco de uma ampla rede comercial de venda de pescados.	296
Conclusão	310
Referências	316
<i>Referências das Entrevistas:</i>	<i>316</i>
<i>Referências Bibliográficas e Documentais:</i>	<i>316</i>
ANEXOS	331

Introdução

Esta tese busca apresentar os resultados de uma pesquisa qualitativa desenvolvida junto a pescadores e pescadoras artesanais da localidade de Gargaú/RJ. A referida pesquisa se encontra associada ao grupo de trabalho intitulado “Memórias, Devoções e Sobrevivência na vida Pesqueira: histórias, hábitos e trabalho em comunidades do Norte Fluminense” que vem realizando diversos estudos no âmbito da pesca artesanal na região Norte Noroeste Fluminense. Este grupo se vincula ao Projeto de Educação Ambiental (PEA) Pescarte e ao Programa de Pós Graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF).

Seu principal objetivo foi acompanhar alguns aspectos dos “circuitos” laborais da pesca nos mares, nos rios e nos manguezais presentes na localidade de Gargaú/RJ. Neste sentido seu foco está orientado para os fluxos e performances destes “circuitos”. Se considera a faina pesqueira como uma rede interativa que aciona e conecta diferentes atividades compostas por pessoas e ecossistemas com suas floras e faunas. Neste contexto ecossocial (RAMALHO, 2016) seres humanos e natureza interagem criando, adaptando e adequando epistemologias, sistemas jurídicos, tecnologias e técnicas num processo histórico de ratificações e retificações.

Estes processos históricos se manifestam no presente, nas formas de se relacionarem com os ambientes naturais em que atuam, com os mercados de comercialização de seus produtos, com a criação e adaptação de matérias e equipamentos e com as rotinas e comportamentos cotidianos. Este movimento histórico só pode ser passível de descrição e interpretação a partir das narrativas dos sujeitos que vivenciaram e vivem estes processos. Sendo assim são os pescadores e pescadoras, suas memórias e vivências, que conduzem os fios desta pesquisa.

A entrada no Programa de Doutorado/2019 de Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) se deu pela aprovação de um projeto de pesquisa que se relacionava diretamente com a continuidade da dissertação de Mestrado defendida no ano de 2015 neste mesmo programa¹. Entretanto após o ingresso no doutorado e a participação no grupo de estudos e pesquisas intitulado “Políticas Públicas e Pesca Artesanal”, fui inserido no

¹ A dissertação defendida em 2015 apresenta o seguinte título “História, Memória e Poder: Um Estudo Macro e Micro Político Sobre a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica” e o projeto original para ingresso no Doutorado em 2019 apresentava o seguinte título “Rompendo Cercas e Construindo Caminhos: O Processo de Consolidação da “Educação do Campo” como Instrumento de Luta Política no Interior da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica”. O projeto de doutorado original tinha a proposta de aprofundar elementos de contradição interna da Rede Federal de EPT citados na dissertação.

tema do trabalho na pesca e seus vínculos sócio-ambientais-culturais. Ao término desta participação fui convidado por meu orientador, o professor Leandro Garcia Pinho, a alterar meu tema para realizar estudos sobre as memórias/histórias orais de pescadores e pescadoras artesanais presentes no Norte do Estado do Rio de Janeiro vinculados ao Projeto PEA Pescarte².

Após o aceite deste desafio e das leituras iniciais efetuadas começaram a surgir por detrás das brumas deste vasto e complexo oceano que são as pesquisas sobre os pescadores e pescadoras artesanais as primeiras inquietações, mesmo que ainda imersas em águas turvas. Os aportes teórico-metodológicos das histórias e memórias orais e da observação *in loco* apresentaram-se como possibilidades sólidas e concretas de remediação da inexperiência num campo de estudos ainda pouco explorado.

Estas perspectivas metodológicas me acompanham desde meu trabalho de monografia de conclusão do curso de graduação em Ciências Sociais realizado na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) até a feitura da dissertação de Mestrado, dentro do Programa de Pós Graduação em Políticas Sociais da UENF

Neste sentido se trilharam em forma de espiral, mesmo que não se repetiram se aproximaram. Similar a pesca artesanal que transita por tempos cíclicos (CUNHA, 2000b), fui me apercebendo como um náutico trafegando por labirintos que produzem ao longo de sua história de vida o mapa de sua própria imagem, semelhante ao homem da história de Rubem Alves:

Um homem se propõe a tarefa de esboçar o mundo. Ao longo dos anos povoa um espaço com imagens de províncias, de reinos, de montanhas, de baías, de naves, de ilhas, de peixes, de habitações, de instrumentos, de astros, de cavalos e de pessoas. Pouco antes de morrer, descobre que este paciente labirinto de linhas traça a imagem do seu rosto (ALVES, 2001, p. 19).

Sendo assim estes aportes metodológicos foram fundamentais para o adentrar nesta nova área de estudos. Contudo outro fator extremamente significativo como chave para abrir caminhos na localidade foi a participação efetiva e afetiva da Pesquisadora Luciana Ramos

² O Projeto de Educação Ambiental (PEA) Pescarte será detalhado melhor na sequência deste capítulo.

Marcelino³. A parceria estabelecida com a pesquisadora representou o mais relevante contributo para a entrada e circuito no universo empírico-conceitual da pesquisa.

Luciana⁴, apesar de não se considerar uma pescadora, possui íntimas e vigorosas ligações com o “Mundo” pesqueiro e com a localidade de Gargaú. Neta de Manoel Chaô, figura notória, que edificou sua vida pessoal e familiar inicialmente como pescador e condutor de “pranchas” (grandes embarcações de fundo chato) pelo rio Paraíba do Sul e posteriormente como negociante de peixes sendo idealizador de um complexo de compra, beneficiamento e venda de pescados que concebeu toda uma rede de “frigoríficos⁵” em funcionamento até os dias atuais.

A pesquisadora recorda, principalmente, dos tempos de negócios de seu pai (filho de Manoel Chaô), quando comprava camarão dos pescadores e pescadoras, os beneficiava em seu “frigorífico” localizado em Gargaú e os vendia diretamente na Praça XV, no Rio de Janeiro capital, vivendo, por este motivo em constante trânsito. Devido aos “trajetos” serem longos e o produto altamente perecível Manoel Filho (pai de Luciana) passa a investir em processos de conservação que se baseavam, nesta época, no uso do sal.

Para esta empreitada o “frigorífico” possuía umas “piscinas/tanques” de vidro onde se gelavam e salgavam os camarões. Depois desta fase eram acondicionados em saquinhos com o peso de 01 Kg cada. Esta atividade de preencher os “saquinhos” de pescados beneficiados no sal era realizada por Luciana com seus irmãos. Assim a pesquisadora adentra esta rede interativa das atividades pesqueiras.

Em suas recordações seus laços com a pesca se fortalecem, na sequência de sua vida, pela união que estabelece com um pescador. Com isso passa a conviver com a rotina das

³ A Pesquisadora Luciana realiza atualmente em parceria com esta Tese uma pesquisa de Iniciação Científica (IC) como bolsista do Projeto PEA Pescarte onde pretende recuperar elementos das memórias de pescadores e pescadoras pertencentes a sua localidade, Gargaú, como suporte para repensar os planos de aula das escolas locais.

⁴ Este relato-apresentação está baseado em uma entrevista que a pesquisadora concedeu no dia 27 de outubro de 2022.

⁵ Os “frigoríficos” são estabelecimentos presentes em Gargaú que atendem a múltiplas atividades fundamentais para cadeia de produção pesqueira local. Atuam na compra e venda, no beneficiamento, no armazenamento e no transporte dos pescados. Em sua maioria realizam suas ações na informalidade e pertencem a moradores locais, parentes e/ou conhecidos de pescadores e pescadoras. Cumprem funções primordiais para manutenção do complexo pesqueiro local. O estudo demonstrará parte da complexidade que os circunda, suas raízes históricas, as diversificadas relações sociais, laborais e econômicas que propicia, os códigos consuetudinários que produz, entre outros.

pescarias de seu companheiro, espacialmente as de camarão e de peroás⁶ que compõe alguns dos “circuitos” das pescas de mares na localidade. Considera que sempre atuou de forma tangencial, em especial nos diversos trabalhos de apoio familiar, tais como: zelo com a moradia e roupas; preparo dos alimentos; cuidados dos filhos, et al. Ainda, em certas circunstâncias, atuou e atua em serviços de beneficiamento de pescados.

Relata como suas primas maternas, em sua maioria, trabalharam ou trabalham na limpeza de camarões e peroás ou nas “catas” de caranguejos pelos manguezais. Sua parentela por parte de **pai**, seus seis tios **paternos**, foram todos pescadores, mas também atuaram fortemente no comércio. Seus primos **paternos** seguiram, em grande medida, o lado comercial da família, na compra, beneficiamento e venda de peixes e crustáceos, muitos possuem seus próprios “frigoríficos”.

Conta como um de seus filhos apreendeu os circuitos mercadológicos da pesca durante o período em que trabalhou no “frigorífico” do avô (Manuel Filho). Com a experiência adquirida, os “trajetos” comerciais mapeados e as artimanhas para se comprar e vender assimilados durante sua faina, edificou seu próprio empreendimento e trouxe seu irmão para administrarem juntos o negócio. Portanto, apesar de nunca terem saído nas capturas de pescados⁷, hoje em dia seus dois filhos estão plenamente enredados nas teias das ocupações em torno da pesca, administrando o próprio “frigorífico”.

Luciana conclui seu relato ponderando que em sua maneira de ver a pesca foi a base de tudo, tanto para sua parentela quanto para a localidade. Base da vida material, suporte para aquisição dos bens e serviços necessários para realização de uma vida digna. Coabitar em Gargaú sem ter conhecimentos em torno dos “mundos” da pesca torna a vida extremamente difícil. A pescaria possibilita aos residentes uma vida digna. Mesmo assim reconhece que os que enredaram pelos caminhos do comércio tiveram melhores oportunidades em comparação com os que se mantiveram ou adentram exclusivamente nas atividades de capturas.

A comercialização dos pescados se configurou como uma “tradição” familiar, uma genealogia, onde as redes de atividades circulam, se alimentam e são retroalimentadas, num

⁶ Os Peroás, são peixes também conhecidos como Cangulos. Encontram-se classificados como membros da família Balistidae, possuindo o nome científico de Balistes spp. No Norte fluminense e no Estado do Espírito Santo são popularmente conhecidos como “Peroás”, nos outros Estados do Sudeste e na Região Sul são mais conhecidos como Peixes-porco (BARBOSA; NACISCIMENTO, 2008).

⁷ Conta como seu esposo, os pais de seus filhos, nunca buscou encorajar os filhos para saírem nas pescarias. Por considerar uma faina muito arriscada tendeu a bloquear a presença de sua prole nos circuitos da pesca.

fluxo que une, de forma complementar e contraditória, estes diversificados trabalhadores/as: das capturas, dos processamentos, dos beneficiamentos, dos transportes, entre outros. Um grande complexo que envolve dinâmicas ecossociais (RAMALHO, 2016) gerando formas materiais e simbólicas de relacionamentos múltiplos.

Seu relato representa um fragmento das perspectivas e expectativas de muitos/as. Vivenciar uma localidade pesqueira se expressa nestes variados caminhos que esta rede proporciona. Estes caminhos acionam e são acionados por regras, costumes, saberes e fazeres que se ligam as especificidades de cada atividade e, simultaneamente, as “outras” atividades presentes na rede. Assim tecem uma imagem de uma grande colcha de retalhos, formada por pequenos fragmentos que compõe o todo, mas ao mesmo tempo se diferenciam dele.

A partilha das ações intelectuais e práticas estabelecidas com a Pesquisadora Luciana descortinou fronteiras possíveis de serem exploradas na apreensão e interpretação desta rede sócio-laboral. Circular por estas fronteiras significou re-novados desafios. Mônica Mesquita (2014), em seu texto “Fronteiras urbanas – sobre a humanização do espaço”, versa sobre as possibilidades das investigações acadêmicas que buscam revelar universos socioculturais distintos imergirem em suas fronteiras, transladando-as e, a partir desta postura, permitir a sensação e captação do circular entre mundos tanto fisicamente quando cognitivamente. Nesta perspectiva a autora chama a atenção para conduzirmos nossas propostas investigativas a partir da humanização dos espaços e das pessoas ao nos humanizarmos reciprocamente.

Com isso buscamos nesta proposta a construção, cada vez mais radical, de relações interfronteiriças e dialógicas, complementares e imbricadas entre dois pesquisadores/as que se encontram em movimentos oblíquos, um/a do exterior-interior e outro/a do interior-exterior⁸ da localidade, um encontro entre vozes, sensações, gostos, projeções, inquietações e, por que não, discordâncias.

Novos investigadores, cada um em seu novo papel, tecem uma rede de perspectivas, intenções, necessidades, ações e produções que vão fortalecer o carácter interventivo de cada participante (membros das comunidades locais/membros da comunidade acadêmica) na sua respetiva comunidade, o reconhecimento da nossa igualdade legal e o entendimento de processos educacionais ocultos noutras formas de investigação (MESQUITA, 2014, p. 26).

⁸ Interior e exterior que não representa aqui apenas uma condição espacial, mas também sociocultural, temporal e ambiental.

Neste sentido Luciana atuou e atua diretamente e ativamente na pesquisa. Muito mais que uma ponte que, fixa, serve para se transitar entre “mundos”, ou uma tradutora que, fluente na linguagem (falada e simbólica) local pouco tem a dizer da linguagem acadêmica, o estudo foi elaborado desde sua concepção, seleção dos participantes, questões centrais e perspectivas metodológicas até as elucubrações e aplicações dos instrumentos de coleta de dados e registros imagéticos com a sua intensa e generosa participação.

Objetivos:

Objetivo Principal:

Descrever e interpretar as interconexões entre as atividades de pré-captura, captura e pós-captura presentes em alguns "circuitos" de pesca artesanal na localidade de Gargaú/RJ e como as mesmas são produtos e produtoras de saberes e normatividades próprios e apropriados a estes sujeitos em suas relações laborais e ecossociais.

Objetivos secundários:

- Levantar o histórico da localidade de Gargaú/RJ e sua relação com o Trabalho na Pesca;
- Mapear as principais atividades pesqueiras da localidade, como forma de compor os “circuitos” a serem investigados;
- Descrever as artes pesqueiras as formas de comercialização dos pescados e as rotinas de trabalho que ocorrem nos diferentes “circuitos da pesca artesanal”.
- Aprender como são produzidos os petrechos de pesca relativos as diferentes pescarias realizadas? Quais materiais utilizados para sua produção? Qual o custo desta produção?
- Observar e acompanhar distintos trajetos da comercialização dos pescados referente a cada “circuito”, os valores auferidos e o poder de decisão que os pescadores/as guardam sobre os preços de seus produtos.
- Elencar as atividades que se realizam em cada “circuito”? Qual o tempo de realização (dias/horas)? Como são realizadas? Como dividem o valor do trabalho? Quanto recebem pelo trabalho realizado?

Estrutura da Tese

A tese será estruturada em cinco Capítulos além da Introdução e das Considerações Finais onde serão abordados: as bases empírico-conceituais; o espaço-tempo humano ambiental onde a investigação se centrará; o desenho metodológico e as interpretações qualitativas dos dados de campo.

No primeiro capítulo intitulado “Fazer o que gosta, estar na água, na pescaria, saber de pescados e estar se arriscando”: O “fazer-se” pescador e pescadora artesanal”; serão apresentadas as perspectivas iniciais, a centralidade da pesca como produtora de culturas socioculturais e laborais múltiplas, concebidas ao longo do tempo como fios de memórias que são re-atualizados a partir dos desafios presentes encontrados em suas fainas. Na sequência se apresentará a forma como estes processos captados pelos sujeitos da pesca podem ser compreendidos a partir de suas narrativas e com a explanação sobre os principais aportes teórico-metodológicos do estudo: a história oral temática e os Itinerários Etnográficos. Serão, ainda, apresentados os aportes empírico-conceituais de “circuitos”, “pedaços”, “manchas” e “trajetos” que serão as bases para as descrições e interpretações dos dados coletados para o estudo.

No segundo capítulo, intitulado “Uma viagem teórica e espaço-temporal: Contextualizando o estudo”, a localidade de Gargaú será contextualizada em seus percursos geológicos, geográficos e históricos como maneira de se perceber como estes percursos foram cruciais para consolidação dos complexos pesqueiros que atualmente se encontram em interações.

O terceiro e o quarto capítulos descrevem e interpretam alguns dos Circuitos dos Mares, dos rios e dos mangues presentes na localidade, tendo como “convenções”: as Artes e Estruturas das Pescarias; as Formas de Comercialização dos Pescados e as Rotinas de trabalho dos Pescadores e pescadoras.

O quinto capítulo intitulado “Uma rápida passagem pelo sub-circuito dos “frigoríficos” o elo mais fraco de uma ampla rede comercial de venda de pescados”, descreve e interpreta de forma sintética as principais formas de comercialização dos “frigoríficos” locais, demonstrando como os mesmos são partes de uma cadeia de comercialização ampla que inter-relaciona a local com o extra local.

Na conclusão procede de uma reflexão comparativa entre os “circuitos” e as convenções descritos e interpretados. Procura-se articular esta discussão com as políticas que incidem nesta localidade, principalmente a partir da percepção dos deslocamentos epistemológicos e jurídicos que existem entre estas políticas e as práticas rotineiras dos sujeitos da pesca.

Capítulo 1

“Fazer o que gosta, estar na água, na pescaria, saber de pescados e estar se arriscando”⁹: o “fazer-se” pescador e pescadora artesanal”

Num belíssimo conto denominado de “nas águas do tempo” Mia Couto (2012), com linguagem repleta de citações místicas e poéticas, narra as incursões ao rio conduzidas por um ancião como artifício para que seu neto se nutra da arte de se comunicar com as entidades espirituais presentes historicamente no lugar de vivência daquela família. Entre aprendizados ambientais, sobre o rio e suas margens; técnicos, a forma de condução da embarcação; e socioculturais, relações familiares e espirituais; o mestre conduz o aprendiz pelo rio da história e da memória daquele grupo humano. A narrativa deste aprendizado afetivo se encerra com a passagem do próprio avô ao universo espiritual, quando o mesmo se torna visível ao olhar do neto, formando, assim, o cerne destes encontros e reencontros culturais ao longo das gerações. No fim do conto, ao retornar sozinho a sua casa, o jovem recorda das palavras de seu avô: “a água e o tempo são irmãos gêmeos, nascidos do mesmo ventre. E eu acabava de descobrir em mim um rio que não haveria nunca de morrer” (COUTO, 2012, p. 14).

O fazer-se pescador e pescadora relaciona-se com esta mensagem. Água e tempo se encontram como irmão siameses e retiram um do outro a seiva que produz e reproduz diferentes seres humanos, mas todos ligados tanto a um ofício relacionado ao universo da pesca quanto a um lugar e um grupo de pertencimento que está intimamente conectado aos espaços ambientais aquáticos e a sua fauna/flora próprias.

Assim, as definições sobre o que é fazer-se pescador e pescadora artesanal, foco desta pesquisa, orbita em torno de um núcleo comum expresso na íntima e imbricada relação destes sujeitos com a rede laboral da pesca (DIAS NETO, 2015, 2012; COSTA, 2019a; DIEGUES, 1995, 2004; BRITO, 1999), estes trabalhadores/as, guardadas suas idiossincrasias, relacionam diretamente aspectos técnicos/tecnológicos com elementos culturais e naturais compondo uma rede de significações imaginárias entre o material e o imaterial.

Neste sentido o trabalho na pesca possui tanto um caráter prático/produtivo (conhecimentos sobre os ambientes naturais, artes de pesca, barcos, mercados, rotinas de

⁹ Trecho da fala de uma pescadora em retirada de entrevista concedida ao autor na data de 12 de maio de 2022.

trabalho, etc...) quanto um caráter sociocultural (segredo, mestrança, tripulação, organização familiar, hierarquia, igualitarismo, entre outros) que se encontram inerentemente imbricados e inter-relacionados ao ponto de não ser possível se remeter a um sem se relacionar a outros (MALDONADO, 1993, 1986; DIEGUES, 1983; RAMALHO, 2012).

Segundo José Colaço Dias Neto em sua pesquisa comparativa entre um grupo de pescadores brasileiros com outro português:

O universo da Pesca Artesanal [...] se constitui mediante a elaboração, mobilização e articulação de determinados dispositivos técnicos com base nos conhecimentos adquiridos da tradição do ofício pesqueiro e de sua constante atualização na experiência cotidiana (DIAS NETO, 2015, p. 36-37).

Com isso os sujeitos da pesca mobilizam dispositivos técnicos/tecnológicos legados por conhecimentos geracionais e tradicionais que se atualizam constantemente negando uma suposta visão simplista que remeteria à conceituação de “grupo tradicional” como um fator de contraposição à inovação/modernidade (CASTELLUCI JÚNIOR, 2013). A construção destes conhecimentos são realizadas no cotidiano destes sujeitos por empirismo. Sendo assim remetem também a relações horizontais, entre pares, e não somente de forma vertical, através das gerações. A caracterização da atividade pesqueira em qualquer espaço que se realize não pode perder de vista esta questão: o tênue vínculo entre tecnologias/técnicas e relações socioculturais e ambientais apreendidas de formas verticais e horizontais.

Toda esta dinâmica relação é geradora de uma grande diversidade e de suas formas de se representar, mas que se agrupam na tipologia de “pescador e pescadora artesanal”. Estes agrupamentos são provenientes tanto de uma “cultura pesqueira” quanto de uma “cultura de ofício” (RAMALHO, 2021). Cristiano Welington Norberto Ramalho (2021) em artigo que reflete sobre a cultura de ofício pesqueira marítima dos Jangadeiros de São José da Coroa Grande/PE, apresenta a hipótese de que por incorporar “tradições marítimas e étnicas distintas” o jangadeiro e suas jangadas se tornaram o “ponto de chegada e de partida de uma cultura de ofício pesqueira marítima no Brasil” (RAMALHO, 2021, p. 914).

O autor analisa a história da jangada do Nordeste Brasileiro, como componente técnico/tecnológico originário dos índios Caetés, que era inicialmente utilizada para pescarias em rios, estuários e na beira-mar, com produção voltada basicamente para valores de uso, e como o mesmo sofre intensa pressão para sua transformação devido ao grande aumento da demanda por alimentos com o crescimento das cidades pós-colonialismo que vai sendo, pouco

a pouco, convertida para uma produção direcionada, sobretudo, para geração de valores de troca.

Neste percurso histórico a jangada que vai sendo transformada também (re) cria o próprio jangadeiro numa mescla étnica-técnica. Para isto adapta e relaciona, principalmente, as técnicas negras com as tecnologias lusitanas incorporando a maestria, a vela latina, o banco do mestre, a fateixa, et al, para permitir as jangadas alcançarem pescarias de alto mar, aumentando assim a produtividade da pesca.

Segundo Ramalho:

[...] os conceitos de cultura marítima e cultura de ofício serão a base de nossa argumentação por representar a articulação de elementos materiais e imateriais presentes no universo do trabalho e da sociabilidade dos jangadeiros, que se desdobrarão no que categorizamos como cultura de ofício marítima pesqueira. (RAMALHO, 2021, p. 915)

O conceito de cultura de ofício marítima pesqueira, central no estudo de Ramalho (2021) como aporte para se historicizar “o tênue vínculo entre tecnologias/técnicas e relações socioculturais e ambientais”, será empreendido para esta investigação para além do Mundo unicamente marítimo e da atividade de captura, ampliando seu alcance para abarcar a rede de atividades interativas em torno da pesca. Sendo assim abrange outros sujeitos, relações de trabalho e ecossistemas, focalizando a articulação de seus elementos materiais e imateriais que se encontram presentes ao longo do tempo no universo da produção e da sociabilidade dos pescadores e pescadoras como instrumento conceitual de articulação desta diversidade.

A “Cultura Pesqueira” compreende, com isso, a incorporação de “códigos, normas, valores, sociabilidades, linguagens, simbologias, saberes, organização produtiva, acervo técnico e tecnológico, que foram capazes de possibilitar a (re)produção sociocultural dos povos das águas (RAMALHO, 2020, p. 4-5)” e que são ao longo do tempo comunicadas por relações tradicionais e geracionais pelos vários sentidos que esta comunicação enseja como os sons, odores, imagens, paladares, contatos, et al. Por isso representam povos distintos que possuem pontos, características comuns que se tocam sem que estas homogeneizem estes grupos (CUNHA, 2007).

Esta reprodução efetivada por diálogos tradicionais e geracionais ao longo do tempo não ocorre de forma estática nem hermética, mas exposta ao contato, ao questionamento e as mudanças. Como alerta Roque Laraia (2001) “cada sistema cultural está sempre em mudança”

e compreender este fato “é o único procedimento que prepara o homem para enfrentar serenamente este constante e admirável mundo novo do porvir” (LARAIA, 2001, p. 101).

Primordial frisar, mesmo que nutrida, atualizada e reatualizada nos multifacetados relacionamentos que são provenientes da faina pesqueira, esta “cultura” se capilariza e enraíza nos múltiplos espaços de sociabilidades destes indivíduos, estando presente: nos convívios familiares e locais; no lazer; nos ambientes sagrados; nas relações contratuais/institucionais; et al.

Com isso a “Cultura Pesqueira”, por ser histórica e geograficamente multifacetada, traduz o fazer-se pescador e pescadora artesanal tanto em sua generalidade quanto em sua especificidade. Estes sujeitos ocupam diferentes atividades sociais e laborais que se desenvolvem em distintos ecossistemas que, no conjunto, compõe a totalidade [provisória] deste coletivo. Cada localidade desta totalidade retrata uma parte, um estilhaço, deste mosaico.

Assim é no espaço-temporal e ambiental de cada grupo e das interações que estes estabelecem com integrantes de “outros” grupos que podemos desvelar a rede das divisões sociais do trabalho, suas especificidades, como elos que interconectam a faina pesqueira em seu conjunto. Por este motivo se concretizam como produto e produtora de epistemologias e normas jurídicas consuetudinárias que criam sujeitos conhecidos e reconhecidos mutuamente no interior destes coletivos e entre os diferentes coletivos (DIAS NETO, 2015, 2012, DIEGUES, 2004).

Cristiano Welington Ramalho (2016) utiliza as categorias êmicas de “pescados, pescarias e pescadores e pescadoras” de forma conceitual para articular distintos momentos da pesca como entidades ao mesmo tempo autônomas e interconectadas. Estes momentos se entrecruzam em processos ecossociais. Para o autor processos ecossociais podem ser “entendidos como um irrevogável metabolismo do ser social com a natureza, cujo trabalho torna-se condição sine qua non da produção e da reprodução social dos pescadores artesanais” (RAMALHO, 2016, p. 397)

Assim os processos ecossociais relacionam de forma interconexa as técnicas/tecnologias (pescarias), a natureza orgânica e inorgânica (pescados) e os trabalhadores/as diretos e indiretos da pesca com seus laços de vizinhança e parentesco, múltiplos saberes, valores e normas (pescadores e pescadoras). Envolvem uma gama de sujeitos para além dos que retiram os pescados de seus ambientes, mas também os que atuam

na manutenção, construção, confecção de barcos e artes de pesca; nas vendas, beneficiamento, transporte e nas rotinas e relações de produção/locais.

Fazer-se pescador e pescadora, nesta perspectiva teórico-prática, significa ser concebido do mesmo ventre “água e tempo” e possuir em seus corpos sociais os diferentes rios e mares que os nutrem. Entrelaçar-se em diferentes momentos da faina pesqueira (pré-captura, captura e pós-captura) em espaços-tempos singulares (diversas localidades de pesca) e, paralelamente, representar o “ser” da pesca artesanal, revelando estilhaços da “Cultura de Ofício Pesqueira”.

1.1 As “Virações” do Tempo: Vivenciando Mudanças e Permanências no “Ser” Pescador e pescadora Artesanal a partir de suas Narrativas.

No livro “O Velho e o Mar”, Ernest Hemingway (2013) desenvolve uma narrativa fantástica em torno de uma batalha mortal entre um velho pescador e um peixe de proporções gigantescas. Durante a narrativa trava-se um duelo psicológico entre o velho, sua presa e a sua existência enquanto pescador experiente e parte de uma localidade pesqueira. Perder o peixe colocaria em xeque o respeito desta localidade, já abalado por pescarias malsucedidas realizadas no passado. O final, trágico, encerra a história do velho e do peixe com a morte de ambos. Entretanto a sua façanha, que é descoberta pela descomunal ossada do peixe encontrada ao lado da embarcação pelo grupo de pescadores locais, configurará na memória de todos (as) e, recolocando a presença do pescador num respeitado lugar, será contada e recontada ao longo do tempo e de gerações.

Com esta obra Hemingway mexe com os nossos sentimentos e valores. Nos provoca a pensar no sentido da vida e da morte. Nesta luta encarniçada vivenciada cotidianamente por todos nós, o fio tênue entre viver e perecer pode ser tecido pela força da memória como substância da imortalidade humana.

Análoga a esta parábola este estudo tem na memória coletiva de um grupo de pescadores e pescadoras artesanais o substrato para se compreender as diversas e complexas relações entre permanências e mudanças que constituem a vida destas coletividades humanas. Apropriações, reapropriações e negações se interconectam como construções socioculturais e ambientais que as permitem existir ao longo do tempo, relacionando de forma complementar

e contraditória ao mesmo tempo elementos de modernidades com elementos de tradições na configuração de seus “Circuitos pesqueiros”.

Captar estas nuances ligadas a “Cultura da Pesca” nos possibilita a apreensão de como este grupo ao longo de sua história esteve (e continua) relacionado com outros grupos sociais e com fatores ambientais, econômicos e políticos que incidiram e incidem diretamente na realização deste ofício.

Como arrancar do fundo do oceano das idades um “fato puro” memorizado? Quando puxarmos a rede veremos o quanto ela vem carregada de representações ideológicas. Mais que o documento unilinear, a narrativa mostra a complexidade do acontecimento. É a via privilegiada para chegar até o ponto de articulação da História com a vida cotidiana. Colhe pontos de vista diversos, às vezes opostos, é uma recomposição constante de dados (BOSI, 2004, p. 19-20).

Segundo Ecléa Bosi (2004) os fios das narrativas veem permeados por acontecimentos recentes que, de alguma forma, incidem nas memórias, mesmo as mais distantes. Assim as percepções epistêmicas prático-teóricas que os pescadores e pescadoras artesanais guardam sobre as espécies marítimas (SILVA, 1989) são diretamente afetadas por alterações ambientais ocorridas em tempos recentes que impactam as espécies mais comuns de suas capturas e suas percepções sobre as mesmas.

Estas afetam desde os conhecimentos sobre os petrechos e as migrações dos pescados até sobre determinados mistérios ou taxonomias que interligam mar e terra desenvolvidos por estes grupos ao longo de diferentes gerações. Contudo os sujeitos sociais sempre buscam estratégias para ressignificar estes movimentos no fluxo de seus percursos históricos.

Os homens em seus projetos práticos e em seus arranjos sociais, informados por significados de coisas e de pessoas, submetem as categorias sociais a riscos empíricos. Na medida em que o simbólico é, deste modo, pragmático, o sistema é, no tempo, a síntese da reprodução e da variação (SAHLINS, 2003, p. 9).

Estes circuitos, então, em diferentes contextos históricos são expostos aos “riscos empíricos” que podem levar algumas de suas categorias materiais e/ou imateriais a uma “reavaliação funcional de categorias” (SAHLINS, 2003) ao ser contrastado com novas/outras categorias culturais surgidas. Este movimento é fruto tanto de contatos interculturais quanto de adaptações e criações no interior do próprio “circuito” surgidas como novas demandas pelos seus integrantes e/ou devido a modificações ambientais.

Esta reavaliação pode ocasionar alterações em alguns destes componentes, como a mudança nas embarcações, artes de pesca, formas de beneficiamento, et al, sem necessariamente que estas mudanças descaracterizem estes universos culturais, podendo, inclusive, reforçá-lo. Nas palavras do autor “toda a mudança prática também é uma reprodução cultural” (SAHLINS, 2003, p. 180).

Assim o intercâmbio entre permanências e transformações por via das “reavaliações funcionais de categorias” se manifestam numa síntese entre o passado e o presente, entre a diacronia e a sincronia que se torna possível pela adaptação dos símbolos e instituições cedidos pelo “circuito da cultura” postos ao “risco empírico” (SAHLINS, 2003).

A apreensão deste movimento só é possível a partir da lógica própria de seus agentes. Só através das suas narrativas se possibilita a reconfiguração desta colcha de retalhos conectando histórias como suportes para construção desta realidade presente que se ancora neste passado coletivo.

Para isto faz-se necessária uma paciente “pescaria de memórias”, perscrutando nos oceanos do passado compartilhado as ilhas e os pesqueiros referenciais para construirmos a imagem do presente. “Na verdade, a memória é uma construção sobre o passado, atualizada e renovada no tempo presente.” (DELGADO, 2010, p. 09). É em relação ao tempo presente e as manifestações e contradições deste tempo na memória dos interlocutores que o trabalho necessita se debruçar.

1.2 Tecendo a Rede Metodológica da Pesquisa.

Neste subcapítulo será inicialmente apresentada a localidade de Gargaú/RJ com sua rica diversidade sociocultural-ambiental. Em seguida serão descritos os suportes metodológicos para o estudo, número de entrevistas, período de inserção no campo e formas de seleção dos interlocutores, para, posteriormente, desenvolver com mais profundidade os métodos deste repertório metodológico.

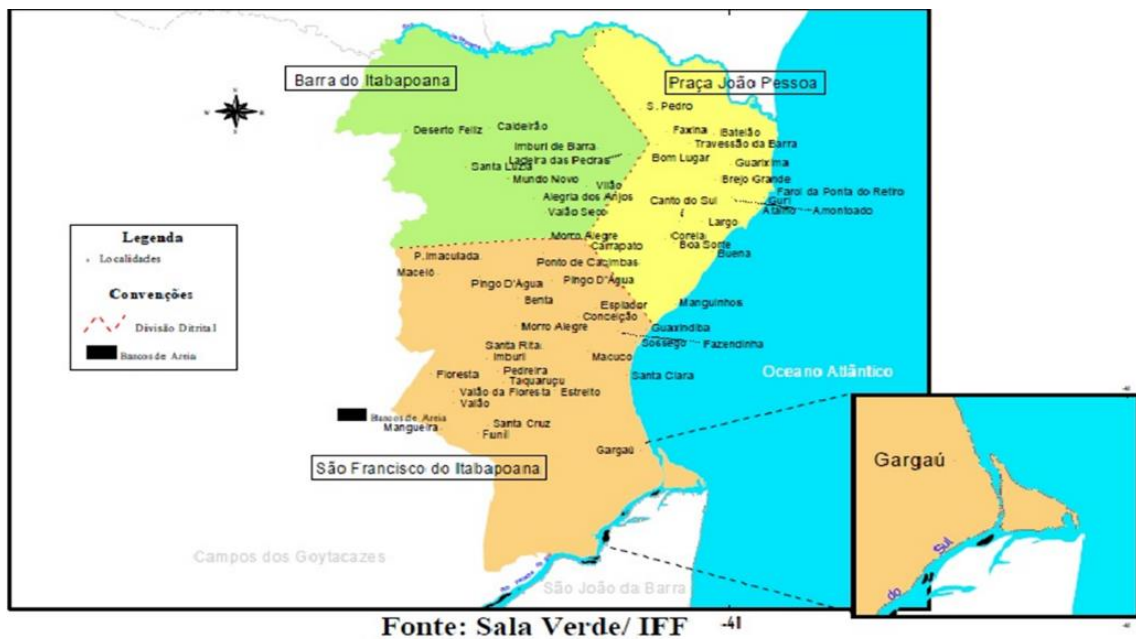
1.2.1 Os sujeitos e o espaço da pesquisa: delimitando a nossa pescaria de memórias.

A região de São Francisco do Itabapoana até recentemente era parte constitutiva do município de São João da Barra tendo sido criado pela Lei estadual 2.379, de 10 de janeiro de 1995, possuindo apenas 27 anos de emancipação. Está localizada na zona costeira da Região

Norte do Estado do Rio de Janeiro, apresentando uma população de 41.357 habitantes e densidade demográfica de 36,84 pessoas por km². Tem uma área total de 1.122 km², com acesso pelas rodovias RJ-224 e RJ-194 (IBGE, 2010). O município é parte integrante da Bacia petrolífera de Campos¹⁰ sofrendo os impactos e as intervenções desta atividade extrativista

Gargaú¹¹ está localizada no extremo sul do município de São Francisco do Itabapoana. Situada na margem esquerda da foz do Rio Paraíba do Sul faz divisa com o município de São João da Barra/RJ. Por esse motivo possui um extenso estuário.

Mapa 1: localização espacial do bairro de Gargaú, São Francisco do Itabapoana/RJ.



Este estuário gerou dois canais constitutivos do delta do Paraíba do Sul que correm paralelos ao mar, adentrando as áreas habitadas do bairro e servindo como um porto natural privilegiado para a entrada e ancoragem das embarcações. Além disso “ao reter areia transportada pelo mar, o rio permitiu que se formasse uma grande restinga” que propiciou a existência de várias lagoas, como “as do Comércio, da Tabua, do Meio e da Praia” (SOFFIATI, 2013). A localidade possui, ainda, “o maior manguezal da região norte do Estado do Rio de Janeiro” e talvez o “maior do Estado” (SOFFIATI, 2009, ROCHA, 2015).

¹⁰ Devido a se encontrar na área de abrangência da Bacia petrolífera de Campos a região faz parte do Projeto PEA Pescarte.

¹¹ A localidade de Gargaú será descrita nesta seção apenas em suas características físico-administrativas, sua contextualização geográfica e históricas encontram-se expostas na seção 2.2.

Imagem 1: Entrada para os diversos mangues existentes no estuário



Fonte: arquivo pessoal do autor.

Imagem 2: O Rio Paraíba do Sul com seus canais. Ao fundo o mar.



Devido a estes aspectos este espaço e estes sujeitos condensam um complexo pesqueiro, com a presença tanto de pescadores e pescadoras que atuam na pesca de rio, estuário, mangue, costa e alto mar; quanto uma rede de atividades e instalações que orbitam em torno desta produção tais como: frigoríficos, peixarias, estaleiros, oficinas de motores, fábrica de gelo, et al. Neste sentido representa atividade econômica (SANTOS, 2017; ROCHA, 2015), social e cultural central desta localidade sendo responsável pelas produções e reproduções materiais e imateriais que conectam seus residentes.

Imagem 3: Barcos presentes num dos canais do Rio Paraíba do Sul utilizados nas pescarias de rio, mangue e mar.



Imagem 4: Mulheres trabalhando no descasque de camarão no interior de um frigorífico local.



Fonte: arquivo pessoal do autor.

Estas atividades formam teias de significações coletivas que podem ser percebidas pelo olhar mais despretenso ao circular por suas ruas, becos e “marés”; na forma de organização do bairro; nas conversas locais; nos objetos encontrados aleatoriamente; nos sons; odores; sabores e imagens desta localidade e seus habitantes.

É comum encontrar seus moradores distribuídos pelas calçadas, portos, frigoríficos, ruas, bares, lojas, etc. conversando sobre os pescados e as pescarias, remendando redes, negociando vendas e compras, a vista ou em prestações; ou seja, uma sociabilidade que compõe e representa um estilhaço do vitral da “Cultura Pesqueira” neste local. Nas palavras de Moça Bonita, catadora de caranguejos “isso aqui era tudo mangue ao redor, tudo mangue, por isso que isso aqui é considerado como uma vila de pescadores, porque é água por trás, água pelos lados, pela frente, né? Por isso é uma vila de pescadores.¹²”

Descrição dos suportes metodológicos:

A Tabela 1 abaixo descreve de forma sintética os métodos que serviram de esteio para as técnicas e instrumentos de coleta e análise de dados (os meios) manuseados para alcance dos objetivos do estudo.

¹² Entrevista realizada com a catadora de caranguejo Moça Bonita, realizada no dia 12/05/2022.

Tabela 1: Descrição dos suportes metodológicos:

Método	Técnica (s)	Meio	Categorias de análise (“convenções”)
Qualitativo: História Oral Temática	Entrevistas semiestruturada. - Gravação; - Transcrição; Tema - O Trabalho na Pesca	- 17 sujeitos que vivenciam e/ou vivenciaram atividades pesqueiras em Gargaú/RJ. - 78 dias inserido na comunidade	* Arte e Estrutura de Pesca; * Comercialização do Pescado; * Rotinas de trabalho.
Qualitativo: Observação de Campo	- Itinerários Etnográficos; - Caderno de Campo; - Registros fotográficos.	- Bairro de Gargaú/RJ 78 dias inserido na comunidade: - Trajetos pelo bairro; - Inserção em algumas atividades realizadas pelos pescadores e pescadoras;	* Arte e Estrutura de Pesca; * Comercialização do Pescado; * Rotinas de trabalho; * Formas de Sociabilidade na localidade.

Fonte: elaborado pelo autor.

As redes de interconexão destes sujeitos em suas fainas pesqueiras representam espaço-temporalmente o movimento dos pescadores e pescadoras dentro e entre as atividades de pré-captura, captura e pós-captura. Estes aportes metodológicos buscaram desvelar os significados do movimento do fazer-se trabalhador/a da pesca artesanal, como um processo contextual que envolve relações entre seres humanos e destes com diferentes ecossistemas, preenchido de incertezas, tensões, alianças, saberes, estratégias, técnicas/tecnologias, et al, que perfazem a sua dinâmica e complexa vida.

Os “Circuitos de Pesca Artesanal” buscam abarcar os ambientes onde se desenvolvem algumas das atividades propriamente ditas dos “mundos da Pesca” com os encontros entre indivíduos que se reconhecem como pertencentes aquele espaço de trabalho, partilhando funções, normas e códigos, ou seja, ambientes mais homogêneos. Estes ambientes são associados de forma justaposta aos espaços de maior contato e troca (entre os “mundos da pesca”), onde circulam a diversidade de trabalhadores/as e de suas produções que compõe a Rede interativa necessária a existência destes “mundos”. Nestes espaços os indivíduos precisam se expor e negociar em situações de maior heterogeneidade, tensão e incerteza.

Em seguida serão expostos os métodos e as técnicas que foram utilizadas para as coletas e análise de dados.

História Oral Temática: Entrevistas Semiestruturadas.

As entrevistas semiestruturadas ancoram-se na perspectiva da metodologia da história oral temática (BOSI, 2004; FROCHTENGAR-TEN, 2005; DELGADO, 2010; MEIHY e

RIBEIRO, 2011; ALBERTI, 2012), sendo o tema do “trabalho da pesca” o eixo captador das preocupações. Para Verena Alberti (2012) este conceito se constitui como um método e uma série de técnicas. Segundo a autora

a história oral é um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica, etc.) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo. [...] trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, conjunturas, etc. à luz de depoimentos de pessoas que deles participaram ou testemunharam. (ALBERTI, 2012, p. 18)

Os depoimentos devem ser dirigidos pelos interesses da pesquisa. Segundo os autores citados a presença do pesquisador no ambiente da pesquisa tem influências múltiplas sobre os/as entrevistados/as. Deixar a entrevista correr solta, sem condução, sob o argumento de que esta estratégia minimiza, ou até mesmo anula a interferência do entrevistador na pesquisa, tornando-a “neutra”, é um erro que esbarra na desonestidade cognitiva do trabalho. A postura do entrevistador deve ser a de um sujeito que está diretamente em contato com outro sujeito, onde ambos são dotados de expectativas e estratégias. Estas expectativas e estratégias raramente são convergentes, o que não invalida, pelo contrário, a importância da narrativa.

Portanto a história oral representa uma fonte histórica/sociológica produzida na relação direta entre os pesquisadores/as e os interlocutores onde ambos cruzam subjetividades. Tendo isso como premissa, devemos também ter em mente que estas narrativas estão sempre direcionadas ao tempo presente, a forma como os interlocutores concebem aquele passado, a forma como o interpretam, ou seja, a forma como o apreendem. No trabalho com a história oral a memória dos interlocutores caminha de forma fragmentária, como se estivesse trilhando um labirinto. Reconhecer este movimento sinuoso da memória é aguçar a nossa “sensibilidade diacrônica” (BOSI, 2004, p. 20) para pescá-la em suas idas e vindas e, inclusive, em seus silêncios.

Ao realizar este conjunto de entrevistas o pesquisador necessita juntar seus nós, seus pontos em comum, tecendo a rede de significações. Esta postura investigativa deve se concentrar na compreensão das imagens que surgem do passado a partir dos depoimentos dos entrevistados como pequenos pedaços de um mosaico. Cada imagem, ou peça, recolhida “contribui um pouco para nossa compreensão do quadro como um todo. Quando muitas peças já foram colocadas, podemos ver, mais ou menos claramente, os objetos e as pessoas que estão no quadro, e sua relação uns com os outros” (BECKER, 1994, p. 104).

Corroborando com esta metáfora Lucília de Almeida Neves Delgado (2010) se expressa da seguinte forma:

[...] o passado apresenta-se como vidro estilhaçado de um vitral antes composto por inúmeras cores e partes. Buscar recompô-lo em sua integralidade é tarefa impossível. Buscar compreendê-lo através da análise dos fragmentos, resíduos, objetos biográficos e diferentes tipos de documentação e fontes é desafio possível de ser enfrentado (DELGADO, 2010, p. 36).

Os roteiros das entrevistas tiveram um fio condutor comum, porém se adaptaram às situações. Foram compostas por perguntas abertas que permitiram aos interlocutores circularem entre os diferentes temas selecionados (história de vida e de ocupação da localidade, formas de pescarias, de comercialização dos pescados e as rotinas de trabalho realizadas no passado e atualmente), associando lembranças com fatos vividos no presente. Inicialmente foi realizado um pré-teste com pescador de outro município, que se mostrou muito profícuo por averiguar a inconsistência de algumas perguntas, pois não foram compreendidas pelo respondente.

A possibilidade de variação entre as perguntas que o roteiro semiestruturado permite (MARCONI, LAKATOS, 2003) abre o leque de interpretações, concebendo a inclusão de novas questões, sejam elas provisórias, devido as características do interlocutor, ou permanentes, por se verificar sua recorrência durante os trabalhos de campo. Sem perder de vista que a condução deve ficar a cargo do pesquisador e seguir os objetivos da pesquisa.

Tendo estes aportes conceituais como premissa, a temática do trabalho na pesca como centralidade e dos “circuitos pesqueiros” elencados, os interlocutores foram selecionados levando-se em conta: a) realizarem trabalhos em algum(ns) dos “Circuitos” da Pesca Artesanal estudados e b) pertencerem a gerações de pescadores e pescadoras da localidade de Gargaú/RJ.

Esta seleção contou com a participação fulcral da pesquisadora Luciana Ramos Marcelino. A escola dos interlocutores tiveram como premissas a vivência nas redes interativas de atividades pesqueiras e vínculos de pertencimento com Gargaú. Devido estas premissas as ligações familiares de Luciana se configuraram como um fio paralelo destas representando lugar de destaque, sem se tornar exclusividade, entre os selecionados.

Quadro 1: base para seleção dos interlocutores:

Fonte: elaborado pelo autor.

A partir das entradas iniciais e da realização das primeiras entrevistas outras foram surgindo a partir da técnica “bola de neve” (snowball) onde os próprios interlocutores foram conduzindo o percurso do estudo apontando outros possíveis entrevistados pelo conhecimento que guardam dos temas presentes nas perguntas.

Com isso a espinha dorsal desta seleção foi composta inicialmente por integrantes da própria família da Pesquisadora, embasada em sua forte relação afetiva tanto com a localidade de Gargaú, quanto com as diferentes atividades pesqueiras, em seguida este escopo foi se ampliando pela própria dinâmica do estudo. Abaixo o quadro com os interlocutores selecionados.

Tabela 2: Lista de interlocutores selecionados para o estudo

Nº	Nome (Fictício) ¹³	Lugar de Moradia no Bairro	Atividade na Pesca	Faixa Etária (anos)
01	Luciana	Buraco Fundo	- Familiar	40 a 50
02	Dudu	Buraco Fundo	- Pescador de alto mar (camarão e peroá); - Manutenção de petrechos e de barcos; - Manutenção de motores de embarcação.	50 a 60
03	Ninim	Buraco Fundo	- Vendedor de Pescados; - Dono de Embarcação.	60 a 70
04	Gilvan	Buraco Fundo	- Vendedor de Pescados.	20 a 30

¹³ Os nomes dos interlocutores presentes no texto são todos e todas fictícios como forma de preservar seu anonimato, tanto por terem cedido muitas informações de cunho pessoal quanto por este ser um compromisso firmado entre o pesquisador e os entrevistados como consta no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido no Anexo II

05	Parcerinho	Buraco Fundo	- Pescador Rio/Mangue; - Dono de Peixaria (circuito econômico inferior).	80 a 90
06	Zé Nilton	Buraco Fundo	- Pescador Rio/Mangue; - Vendedor de Pescados; - Manutenção de petrechos e de barcos;	70 a 80
07	Mãe Maria	Buraco Fundo	- Familiar	60 a 70
08	Moça Bonita	Buraco Fundo	- Pescadora Rio/Mangue; - Manutenção de petrechos e de barcos;	60 a 70
09	Cuidadora	Buraco Fundo	- Descascadora de camarão/peroá – Beneficiamento.	50 a 60
10	Estreito	Buraco Fundo	- Pescador de mar alto. - Manutenção de petrechos e de barcos; - Manutenção de motores de embarcação.	50 a 60
11	D. Alegria	Buraco Fundo	- Descascadora de camarão/peroá – Beneficiamento; - Pescadora de rio/mangue;	50 a 60
12	Bife	Buraco Fundo	- Pescador de acosta e mar alto (peroá e camarão); - Manutenção de petrechos e de barcos; - Manutenção de motores de embarcação.	40 a 50
13	Paraíba	Buraco Fundo	- Pescador de rio/mangue; - Manutenção de petrechos e de barcos.	70 a 80
14	Pastor	Buraco Fundo	- Pescador rio/mangue; - Manutenção de petrechos e de barcos; - Vendedor de pescados (circuito da economia inferior)	50 a 60
15	D. Bendita	Buraco Fundo	- Pescadora de rio/mangue; - Manutenção de petrechos e de barcos.	70 a 80
16	Contador	Buraco Fundo	- Pescador de rio/mangue;	80 a 90
17	Presidente	Buraco Fundo	- Pescador de rio - manutenção de petrechos e embarcações	70 a 80

Fonte: elaborado pelo autor.

Todas as entrevistas foram gravadas e compõe os arquivos da pesquisa. Ao término das coletas as entrevistas foram transcritas impressas e devolvidas aos interlocutores para que os mesmos avaliassem e referenciassem o teor de suas manifestações. Os resultados foram confrontados com os aportes teóricos e com a análise documental, pois nestes casos o que interessa é “justamente a possibilidade de comparar as diferentes versões dos entrevistados sobre o passado, tendo como ponto de partida e contraponto permanente aquilo que as fontes já existentes dizem sobre o assunto” (ALBERTI, 2004, p. 35-36).

Observação In Loco:

A observação teve como direcionamento a “intenção premeditada, ou a evidência realizada de uma relação pessoal e/ou política estabelecida, que sugere a escolha dos modos concretos de realização do trabalho de pensar a pesquisa”. (BRANDÃO, 1984, p. 8). A observação local se organizou em etapas.

Se iniciou com entrada no campo da pesquisa, principalmente com a parceria com a pesquisadora Luciana Ramos Marcelino. Esta primeira etapa se realizou no período de primeiro de abril até trinta de junho de 2022 com presenças alternadas no campo computando-se um total de cinquenta e quatro dias. O segundo momento contou com uma inserção mais rápida devido aos prazos de conclusão da Tese. Se concentrou entre os dias vinte e oito de setembro até vinte e oito de outubro somando-se 24 dias in loco. Com isso somaram-se setenta e oito dias de inserção direta na localidade de Gargaú, entre as diversificadas atividades pesqueiras que se realizam.

Os períodos de afastamento do campo se mostraram importantes para reflexões mais distanciadas e acuradas dos acontecimentos presenciados, reavaliações dos instrumentos em uso e participação em espaços acadêmicos que enriqueceram as inquietações levantadas. Destaco nestes interstícios o momento de avaliação da qualificação como um divisor de águas por ter proporcionado arcabouços teóricos-metodológicos significativos e perspectivas de caminhos práticos que possibilitaram novos olhares e interpretações.

Como método da observação direta foram realizadas “caminhadas” no local para primeiras impressões. Nestas caminhadas iniciais foram feitas as primeiras descrições dos “cenários”, “sujeitos” e “rotinas” estabelecidas. Nesta primeira fase se exercitou o efeito de “estranhamento” etnográfico, postura teórica fundamental ao estudioso das pesquisas in loco, permitindo o estabelecimento do quadro mais geral sendo demarcadas os primeiros “Sub-circuitos” existentes (MAGNANI, 1996).

A segunda etapa constou das primeiras entrevistas, onde os locais de moradia e/ou trabalho dos interlocutores (algumas entrevistas se realizaram nas residências e outras nos ambientes de trabalho) eram o “cenário” da observação, com suas rotinas e encontros.

Com o estabelecimento de laços de confiança entre o pesquisador e os sujeitos da pesquisa foi possível se efetuar incursões mais aprofundadas com a participação direta numa série de atividades que compõe os circuitos pesqueiros selecionados. Além disso foi possível se relacionar de forma mais tranquila e transparente com os residentes da localidade, em conversas nas calçadas ou no porto de embarque e desembarque, nas festas do bairro, et al, por já terem o pesquisador como um sujeito reconhecido localmente.

Esta metodologia permitiu direcionar o olhar para os fatos e eventos que se mostravam significativos para desvendar alguns fatores presentes nos “mundos da Pesca” desta localidade. O observador sempre tem uma intencionalidade em seu olhar, neste sentido

observador e observação não se excluem mutuamente, mas se completam e complementam, o observado/a só existe em função do observador. O observador é ao mesmo tempo observado pela questão que ele propõe desvelar. (GEERTZ, 2001)

A observação de campo se processa durante a pesquisa. Parte de uma nova perspectiva para as pesquisas sociais que veem a tornar humanos e próximos os “objetos de pesquisa” partindo da premissa de que só se conhece em profundidade as relações entre os sujeitos pesquisados quando estabelecemos um envolvimento pessoal entre o investigador e “aquilo”, ou “aquele” que se investiga. (BRANDÃO, 1984)

Os Itinerários etnográficos:

Como instrumento de coleta de dados para a metodologia da observação *In Loco* utilizou-se os Itinerários Etnográficos. Estes se constituem em relatos minuciosos das situações vistas e vivenciadas com descrições densas e pormenorizadas (GEERTZ, 1983) registradas nos Cadernos de Campo e posteriormente digitalizadas e arquivadas. Sendo assim os Itinerários Etnográficos – ou observação flutuante – (PÉTONNET, 2008; FERNANDES, 2016) se traduzem em percursos desenvolvidos juntos aos sujeitos da pesquisa como forma de complementar e ampliar a visão sobre os significados dos temas apreciados nas entrevistas de histórias orais.

Os Itinerários contaram com 33 inserções registradas no campo da pesquisa onde foram acompanhadas pescarias realizadas em mangues, rios e mares. Também foram acompanhadas atividades de pré-captura (manutenção e construção de embarcações e petrechos de pesca); e de pós-captura (venda e beneficiamento dos pescados). Ainda foram realizadas inserções em espaços de lazer e de vivência na localidade (jogos de futebol, festas e cultos religiosos, campeonato de passarinho, conversas nas calçadas e residências, festas do bairro, entre outros).

Durante estes percursos foram efetuados registros fotográficos, que foram catalogados com referência as anotações contidas no Caderno de Campo destes itinerários com datas, locais, contextos e uma síntese escrita destas imagens. Esses percursos atenderam aos interesses da pesquisa e sua execução esteve em fina sintonia com os objetivos tecidos pelo estudo, assim não se trata de buscar “o inusitado, o inesperado, mas, ao contrário, o reiterativo, o padrão, a norma” (MAGNANI, 1996, p. 37)

A partir destes dados coletados foi possível se construir, em consonância com os marcos conceituais da pesquisa, alguns dos “Circuitos da Pesca Artesanal” presentes na localidade de Gargaú/RJ.

1.3 Apresentando o desenho conceitual: delimitando os “Mundos” da Pesca e os “Circuitos” Pesqueiros.

A pesca se ao associar um complexo de relações humano-natureza configura uma intrincada teia em que cada um de seus nós representa, ao mesmo tempo, uma atividade autônoma e dependente de outras atividades contidas nesta teia. Exatamente por esta complexidade estas relações, aparentemente paradoxais, entre autonomia-dependência, não sem motivos se estabelecem ora complementares ora contraditórias.

Esta condição multifacetada ocasiona uma série de impasses para as pesquisas que se debruçam sobre estes grupos. O presente estudo busca contribuir com este vasto e intrincado campo de investigação a partir da descrição e interpretação espaço-temporal de algumas atividades da pesca e suas interconexões presentes na localidade de Gargaú.

Para este intento os conceitos de “pescados, pescarias e pescadores e pescadoras” (RAMALHO, 2016) lançam algumas luzes nos elos de articulação destas atividades, por representarem momentos que se articulam e chocam mutuamente. Cristiano Welington Ramalho (2016), a partir destas expressões êmicas, caracteriza a pesca como um movimento circular e indissociável que envolve estes três elementos. O autor transcreve uma conversa entre pescadores, colhida numa praia de Pernambuco, onde um deles assim se manifesta: “todo pescador tem sua pescaria, e toda pescaria tem seu pescado que ela quer pegar. Pescador só existe por conta dos pescados, e mais ainda por ele fazer pescaria” (RAMALHO, 2016, p. 392).

Estas expressões êmicas ganham status conceituais ao representarem momentos distintos e indissociáveis que instituem o “ser” do pescador e pescadora artesanal em seu conjunto. Segundo Ramalho (2016) “No geral, os peixes [pescados], as armadilhas e embarcações [pescarias] e os trabalhadores das águas [pescadores] são partes integrantes da produção e reprodução social da pesca” (RAMALHO, 2016, p. 392).

Estes conceitos “êmicos-acadêmicos”, servirão de inspiração, com certas adaptações, para abarcarem estes grupos não apenas no ato da captura, mas também nos momentos de pré

e pós-captura. Assim para os objetivos deste estudo: “pescados” representam a pluralidade da fauna a ser capturada e, em determinadas situações, podem até abarcar alguns elementos da flora local; pescarias dizem respeito as artes e estruturas da pesca, mas também os saberes e as rotinas de trabalho, incluindo-se aí as formas de comercialização e beneficiamento; pescadores e pescadoras seriam os agentes destas atividades em consonância com os ambientes onde as praticam, incluindo nesta categoria trabalhadores/as da pré e pós captura.

Faz-se imprescindível esclarecer que estes termos, compreendidos aqui desta forma, encontram algumas soluções para os caminhos empreendidos na pesquisa, mas, sem qualquer dúvida, também geram alguns desconfortos. Muitos entre eles não encontram equivalentes diretos nas próprias concepções dos pescadores e pescadoras que fizeram parte deste estudo. Como exemplo “caranguejeira/o” e/ou “descasdareiras¹⁴” não são reconhecidos/as pela maioria dos/as interlocutores como enquadrado em “pescadores e pescadoras”, da mesma forma que camarão não se assenta facilmente no termo “pescado”.

Entretanto estes sujeitos apesar de se reconhecerem mutuamente como partícipes desta teia, não se entevem facilmente em suas ligações e movimentos. Assim, mesmo que frequentem ambientes contíguos e interdependentes, tais como o rio e o mangue, não percebem espontaneamente a sua faina como nós dessa tessitura, o mesmo ocorrendo em relação a suas ligações com o mercado, seja ele local ou extra local.

Dito isto se assume que a pesca é composta de uma capilaridade de veios entre pescarias, pescados e pescadores e pescadoras que se associam, ora de forma mais direta ora mais distante, num mesmo grande complexo. As discrepâncias entre os termos assumidos conceitualmente e seus desviantes êmicos serão expostos e explicados, dentro do possível, em cada momento descritivo do texto.

Refletir sobre estes grupos humanos em suas especificidades sem perder de vista suas articulações sejam elas internas aos próprios espaços de vivencia sejam em espaços mais amplos, que os articulam com outros núcleos habitacionais, inclusive os urbanos, se justifica pelo esforço de posicioná-los numa condição intermediária e intercambiante entre “comunidade” e “sociedade”.

¹⁴ A expressão local utilizada é descasdareiras e não descascadoras, não foi encontrada nenhuma vez esta expressão no gênero masculino, ou seja, descascadeiro.

Carlos Rodrigues Brandão (2010) concebe de forma renovada o termo “comunidade tradicional” como composto por agrupamentos humanos não como totalidades em si, mas como universos que possuem suas especificidades e, simultaneamente, estão abertas, em maior ou menor grau, ao caleidoscópio de influências oriundas de fora de seu local.

Como forma de circunscrever provisoriamente esta imagem o autor reforça alguns qualificadores. Assim os grupos humanos que se enquadram na categoria de “comunidades tradicionais” devem guardar ao menos algumas das características descritas abaixo:

Transformação da natureza: mais do que o existir em um território achado, doado, conquistado, apropriado e tido como um lugar natural e social legítimo de existência [...] o que qualifica uma comunidade tradicional é o fato de que ela se tomou legítima através de um trabalho coletivo de socialização da natureza. [...]; **autonomia:** [...] se reconheça relacionada e inter-dependente: a) de outras comunidades com iguais características [...]; b) de outras comunidades maiores, onde [...] existe já um equipamento urbano e um "comercinho" que a coloca a meio caminho entre um aglomerado rural e uma cidade: c) com as cidades próximas e até mesmo mais distantes [...]; **autoctonia:** [...] [palavra que] melhor traduza o descender e/ou saber-se e sentir-se descendente de uma geração ou de uma linhagem de uma pessoa, de algumas pessoas, de uma família original ou de um pequeno grupo de parentes ou parceiros fundadores. (BRANDÃO, 2010, p. 358-359, grifos do autor)

Estes marcadores se associam a muitas das características da localidade em estudo e põe em relevo a sua relação de movimento, rompendo com uma imagem de isolamento e monotonia.

Corroborando com esta perspectiva, José Guilherme Cantor Magnani (1996), em texto que discorre sobre possibilidades de desenvolvimento de estudos em antropologia urbana, alerta para o fato das investigações realizadas nestes contextos estarem expostas a “tentação da aldeia”, ou seja, de se considerar estes grupos como homogêneos, produtores de fronteiras fixas e bem definidas e com seus personagens identificados e conhecidos.

Nas palavras do autor:

Na realidade trata-se de dois padrões, dois tipos-ideais de interação social: sociedade implica relações secundárias, vínculos impessoais, visão racional, atitudes utilitaristas – enquanto comunidade evoca relações face a face, sentimento de solidariedade, obediência à tradição, rígido controle social, etc. Relações “societárias” e “comunitárias” não constituem características exclusivas de uma forma determinada de organização social: coexistem, imbricam-se (MAGNANI, 1996, p. 47).

Tendo estas duas perspectivas como alicerce, porém guardadas certos distanciamentos sobre ambas, neste estudo a expressão “Grupo de Pescadores e pescadoras da localidade de Gargaú”, assumida com os riscos que ela evoca, será manuseada como espaço-tempo que guarda os elementos descritos acima: “transformação da natureza, autonomia, autoctonia” nos termos expostos e, ao mesmo tempo, “relações secundárias, vínculos impessoais, visão racional, atitudes utilitaristas” imbricadas com “relações face a face, sentimento de solidariedade, obediência à tradição, rígido controle social”.

Assim a centralidade do “Grupo de Pescadores e pescadoras da localidade de Gargaú” nesta investigação, não se encontra por seu espaço físico e/ou administrativo, como um bairro presente na divisão do município de São Francisco do Itabapoana, mas, sim, por se caracterizar com os qualificadores acima expostos e circunscrito aos grupos que compõe estes “Mundos da Pesca” neste local.

Esta perspectiva busca acentuar a significativa produção epistêmica e normativa destes sujeitos como elementos referenciais de seus modos de ser e de se entender enquanto coletividade. Todavia em grande medida a compreensão desta multifacetada produção de vivências se encontram subsumida nas leis que regulamentam a atividade e em muitos escritos acadêmicos sobre o tema. A centralidade recai sobremaneira na atividade de captura de pescados relegando as outras atividades a posições periféricas. Assim compreender a atividade pesqueira como uma rede de atividades laborais interconectadas possibilita ampliar o acesso a bens e direitos da ampla gama de sujeitos que circundam e garantem a existência deste universo laboral.

Os “Mundos” da pesca:

As fainas em torno da pesca artesanal na localidade de Gargaú articulam-se em uma rede interativa de atividades desenvolvidas nos âmbitos da pré-captura, captura e pós-captura (HELLEBRANDT, 2017). Estes três âmbitos se particularizam e se interconectam na forma de “Mundos da Pesca” definido assim por inspiração da expressão “mundos da arte”, que Howard Becker (1982) desenvolve para caracterizar as diferentes atividades necessárias para que as obras de artes aconteçam. Segundo o autor “todo trabalho artístico, tal como toda a atividade humana, envolve a atividade conjugada de um determinado número, normalmente um grande número, de pessoas” (BECKER, 1982, p. 27).

Assim esta produção (artística) vai muito além dos artistas propriamente ditos, envolvendo uma extensa e cooperativa rede de diferentes atividades que possibilitam a produção, circulação e consumo das obras de artes.

Por exemplo, para que uma orquestra sinfônica possa dar concerto, foi necessário inventar instrumentos, construí-los e conservá-los em bom estado. Foi necessário conceber uma notação e compor música utilizando essa notação. Os músicos tiveram que aprender a tocar nos seus instrumentos as partituras resultantes, foi necessário de tempo e de um local conveniente para os ensaios, anunciar o programa do concerto, organizar a publicidade, vender bilhetes e atrair um público capaz de escutar e de alguma forma compreender e apreciar o concerto. Podíamos fazer uma lista idêntica para todas as artes do espetáculo (BECKER, 1982, p. 28).

Cada conjunto de atividades participantes desta Rede cooperativa desenvolve técnicas e tecnologias, divisões sociais das tarefas e dos recursos produzidos e maneiras de seleção de seus integrantes que são próprias e apropriadas a cada qual. Esta variedade constitutiva é geradora de relações ora de maior equidade ora ou de maior desigualdade e exploração, dependendo das peculiaridades de cada atividade desenvolvida e suas formas de organização. “Para analisar um mundo da arte [pesca], procuramos as categorias de trabalhadores que caracterizam esse mundo e o feixe de tarefas que cada um desempenha” (BECKER, 1982, p. 32).

Segundo Harold Becker (1982) alguns feixes de tarefas podem ser realizados por indivíduos diferentes ou por um mesmo indivíduo, por exemplo existem fotógrafos que imprimem suas próprias fotografias, outros deixam esta tarefa para técnicos em impressão. Essas diferenciações também são percebidas nos circuitos pesqueiros, alguns preferem confeccionar seus próprios petrechos, tecendo, inclusive, a malha das redes, outros optam por adquiri-los prontos comprando-os de outros “pescadores e pescadoras” ou de lojas que vendem estes materiais, sejam físicas ou virtuais.

Essas diferenças criam metamorfoses, como veremos nas descrições desses circuitos, onde alguns pescadores e pescadoras se dedicam, simultaneamente, as tarefas de captura e/ou de pré, pós captura. “Para dar um exemplo mais prosaico, os executantes de saxofone e clarinete compram as palhetas para os seus instrumentos nas lojas de músicas, mas os oboístas e os fagotistas compram canas e manufacturam as próprias peças” (BECKET, 1982, p. 35).

Esta cooperação Inter Rede pode ser mais intensa e direta, ou mais indireta e distante dando origem a diferenciados padrões de ação e comportamento coletivo, estes comportamentos engendram, em consequência, arranjos socioculturais e produtivos

característicos e que se evidenciam internamente nos grupos de atividade e no movimento entre os distintos grupos ou “mundos”.

Mesmo que elaborem estas diferenciações como fronteiras distintivas (BARTH, 2000), estas não se estabelecem de forma fixa e/ou intransponíveis mas, pelo contrário, se manifestam no encontro, nos espaços interativos e efêmeros, a partir do “reconhecimento” mútuo. Deriva daí a relevância da pesquisa social tornar estes movimentos inteligíveis, fugindo da “tentação da aldeia” (MAGNANI, 1996, 2005, 2002). Esta postura investigativa demonstra que “é através da observação do modo com um mundo da arte [pesca] estabelece essas distinções, e não tentando estabelecê-las nós próprios, que podemos compreender muito do que se passa nesse mundo” (BECKET, 1982, p. 55).

A compreensão dos “mundos da arte”, segundo o autor, parte do pressuposto da apreensão de certas “convenções”, regras comuns para a ação coletiva, que delimitam as atividades que se articulam em torno destes “mundos” (BECKET, 1982; MAGNANI, 2014). Assim a feitura e fruição de uma obra de arte pressupõe que os artistas, os trabalhadores/as que atuam em torno desta produção artística e os “consumidores/apreciadores” compartilhem de certas representações coletivas sobre a obra e, até mesmo, sobre o que é arte. A noção de convenção, então, norteará os princípios organizativos das atividades destas redes de interações.

A perspectiva da “convenção”, ao ser adotada como ponto referencial, viabiliza os estudos sobre redes de atividades interativas, por possibilitar uma oscilação entre os diferentes pontos que compõe esta rede, sem negar a comunicação com o conjunto e sem perder de vista que se a “convenção” for alterada os pontos referenciais também mudam. Neste caso a pesquisa ao adotar certas “convenções”, irá descrever as atividades inerentes aos pontos da rede que se associam de forma mais aproximada e/ou distanciada a estas convenções, negligenciando “outros” pontos. A descrição de uma rede inteira, neste desenho conceitual, necessitaria que o estudo abarcasse todas as possibilidades de atividades o que se tornaria uma tarefa inviável.

É a “convenção” – o atributo escolhido – e seu “grau de pertinência” que determinam a inclusão ou exclusão de elementos no circuito. Assim, se o que está sendo considerado, no caso do skate, é apenas o esporte com suas habilidades, regras, equipamentos, o que interessa são os pontos onde é praticado e não onde o skatista estuda, que igreja frequenta, etc. – circunstâncias que poderão ser levadas em conta em outros contextos, se a convenção escolhida for outra (MAGNANI, 2014, p. 4).

Como exemplo, se a convenção for as artes e as estruturas das pescarias de rios, o foco das descrições recairá nos tipos de pescarias desenvolvidas neste espaço, qual a variação destas pescarias e por que variam, existem algumas leis que interferem nesta variação, quais petrechos são necessários para realizá-las, como se manuseiam estas artes, como se aprende este manuseio, como e por quem são produzidos, quais os custos destas produções, et al.

José Guilherme Cantor Magnani (2014), na delimitação de projetos de pesquisas etnográficas que se debruçam na interpretação de circuitos de lazer entre distintos grupos socioculturais e econômicos na cidade de São Paulo, associa a noção de convenção à de grau de pertinência. Estas noções associadas devem ser delimitadas pelo recorte, pergunta da pesquisa. Com isso o grau de pertinência delimita a distância, ou melhor, o horizonte (PINACABRAL, 2005) entre os pontos do circuito, indicando a pertinência da inclusão ou não de determinados aspectos e/ou atividades no cenário investigativo devido à presença ou ausência deste no contexto da convenção adotada.

Usando a mesma convenção do exemplo anterior, as formas de divisão do produto do pescado adquirido pela pesca de rio, mesmo sendo parte do “circuito da Pesca de rio”, não seriam investigadas, devido a seu grau de pertinência não dizer respeito a convenção adotada, ou seja, as “as artes e estruturas da pesca de rio”.

Demarcada a noção de “Grupos de Pescadores e pescadoras da localidade de Gargáú” e a relevância da evocação ao conceito de “mundos da pesca”, se realizaram os primeiros “itinerários etnográficos¹⁵” onde surgiram as primeiras inquietações e possibilidades de delimitação do estudo. Com o amadurecer da vivência no campo da pesquisa as primeiras sugestões de convenção foram germinando, assentando finalmente nas seguintes: “Arte e Estrutura das Pescarias”; “Comercialização dos Pescados”; “Rotinas de Trabalho dos Pescadores e pescadoras”.

Estabelecida as convenções a prioridade passa a ser a delimitação dos espaços tempos onde algumas das atividades que compõe os “Mundos da Pesca” desta “localidade” ocorrem e suas interconexões, visto a inviabilidade da descrição de todas as atividades existentes. Para este desafio os aportes teóricos-empíricos proporcionados durante a qualificação da tese foram de suma importância e serão descritos posteriormente em associação com os espaços elencados.

¹⁵ Percebidos aqui como caminhadas, observações diretas e busca por classificações (MAGNANI, 1996).

Os “Circuitos da Pesca”: Pedacos, Manchas e Trajetos de alguns dos “Mundos da Pesca” de Gargaú.

A partir das orientações empírico-conceituais sugeridas durante a banca de qualificação deste trabalho, e a conseqüente leitura das referências sugeridas, foi elaborado o desenho conceitual entendido como mais apropriado para possibilitar a inteligibilidade da trama das atividades presentes na “localidade” de Gargaú. Este desenho conceitual articula as “convenções” estabelecidas com as noções de “pedaço”, “mancha”, “trajeto” e “circuitos” (MAGNANI, 1996, 2005, 2013, 2014; MAGNANI, ASSIS SILVA, TEIXEIRA, 2008), adaptadas aos objetivos deste estudo, como alicerce para delimitação dos tempos espaços da pesca enfoques da investigação.

Estes termos foram apreendidos a partir da seleção e leitura de uma série de textos e pesquisas que foram realizadas no âmbito do Núcleo de Antropologia Urbana da Universidade de São Paulo (NAU/USP). Este núcleo elaborou categorias de análise no intuito da apreensão de arranjos e grupos sociais que se apropriavam de alguns ambientes na metrópole paulistana apresentando performances que ao mesmo tempo demonstravam suas especificidades sem perder sua capacidade de articulações com outros grupos/arranjos mesmo que permeadas ora por contradições ora complementaridades.

A partir deste primeiro desenho conceitual o uso destas categorias se ampliou na busca por compreender os circuitos de grupos indígenas da etnia Sateré-Mawé vivenciados no contexto urbano da cidade Manaus. As preocupações centravam-se nos seguintes temas: “como estabelecem, aí, seus vínculos, estratégias e alianças? Quais são seus trajetos no tecido urbano e que instituições acionam na busca de manutenção de um modo de vida diferenciado?” (MAGNANI, 2014, p. 2)

A possibilidade de ampliação do uso destas categorias e sua capacidade de interpretar os fluxos e trajetos que sujeitos com características culturais próprias realizam no e entre o urbano serviu de inspiração para a presente pesquisa. Neste sentido estes termos mesmo sendo originários de estudos em espaços da periferia urbana paulista serão transposto para o universo da pesquisa tendo seus sentidos fundantes adaptados e, em certas circunstâncias redimensionados. O objetivo principal deste uso se encontra na possibilidade da construção da rede de movimentos tecidas pelos pescadores e pescadoras nos seus trajetos entre casa, pesca e venda.

O primeiro componente desta “família”, o “pedaço”, recebeu esta denominação devido a seu uso comum nos bairros de periferia da cidade de São Paulo. “Pedaço” é o espaço conhecido, vivido com afinidade, “aqui é o meu pedaço”. Esta categoria representa um meio termo, um espaço intermediário entre o privado (casa) e o público (rua), onde se desenvolve uma sociabilidade com laços de pertencimento e exclusividade entre seus membros, que partilham determinadas habilidades, símbolos e práticas.

Num “pedaço” fica evidente entre seus participantes “uma percepção imediata, sem nuances ou ambiguidades, a respeito de quem pertence ou não a ele: trata-se de uma experiência concreta e compartilhada” (MAGNANI, 2013, p. 57). Num “pedaço” não necessariamente as pessoas se “conhecem” pessoalmente ou possuem algum vínculo (seja de parentesco, vizinhança, religião, et al), mas se reconhecem como partícipes, seja pelas habilidades que possuem, respeito as regras consuetudinárias estabelecidas, ciência para transitar sem atropelos. Constituem a categoria mais próxima para os sujeitos, onde se sentem mais a vontade e senhores do espaço.

A segunda categoria desta família, a “Mancha” diz respeito a um espaço mais amplo frequentado simultaneamente por sujeitos reconhecidos e diferenciados. Refletem áreas contíguas “dotadas de equipamentos que marcam seus limites e viabilizam – cada qual com sua especificidade, competindo ou complementando – uma atividade ou prática predominante” (MAGNANI, 1996, p. 40).

Na “Mancha” circulam e são recebidos um número maior e mais diversificado de “usuários”, pois sua função não oferece uma relação de pertencimento, mas de fruição de bens e/ou serviços aí disponibilizados que possibilitam encontros de certa forma imprevistos: “não se sabe ao certo o que ou quem se vai encontrar na mancha, ainda que se tenha uma ideia do tipo de bem ou serviço que lá é oferecido e do padrão de gosto ou pauta de consumo dos frequentadores” (MAGNANI, 2005, p. 178). A mancha pelos serviços e bens que disponibiliza permite a existência destes grupos sociais e seus circuitos, ainda assim, devido a sua dinâmica e amplitude, onde os códigos são mais custosos de serem manipulados, guardam maior tensão e incerteza.

Os “trajetos” se referem aos pontos de ligação entre estes espaços, não significando caminhos aleatórios e/ou deterministas, mas são parte das decisões tomadas pelos sujeitos dentro de um leque de opções, que pode ser mais abrangente ou mais restrito. As decisões

tomadas entre um ou outro “trajeto” “são evidenciadas pelas circunstâncias em que ocorrem” (MAGNANI, SILVA, TEIXEIRA, 2008, p. 74).

Com isso estes “trajetos”, fruto das decisões tomadas dentro de um leque específico de opções, dizem respeito aos fluxos no espaço, e servem como pontos de ligação entre os “pedaços” e “manchas”, abarcando, dependendo do cenário, “circuitos”, funcionando ou como elos ou como passagens. Os trajetos acionam a movimentação dos sujeitos, prefigurando escolhas que estão associadas aos contextos entre os e dentro dos “circuitos”.

O último componente desta “família”, mas nem por isso o menos importante, são os “circuitos”. Os “circuitos” dizem respeito a espaços mais amplos onde os sujeitos de determinados grupos de pertencimento circulam apresentando suas particularidades e, ao mesmo tempo, se deparando com “outros”, semelhantes ou diferentes, que também se utilizam de certa forma de alguns destes espaços como fonte de sua representação. Podem significar pontos mais próximos, contíguos ou distantes, alcançando até mesmo, dependendo da situação, pontos globais. “A primeira coisa que as etnografias mostram, quando lidas em conjunto, é que o circuito engloba as demais categorias, e que estas aparecem não de forma independente, mas combinadas, de modo a captar a complexidade das práticas culturais estudadas” (MAGNANI, 2005, p. 198).

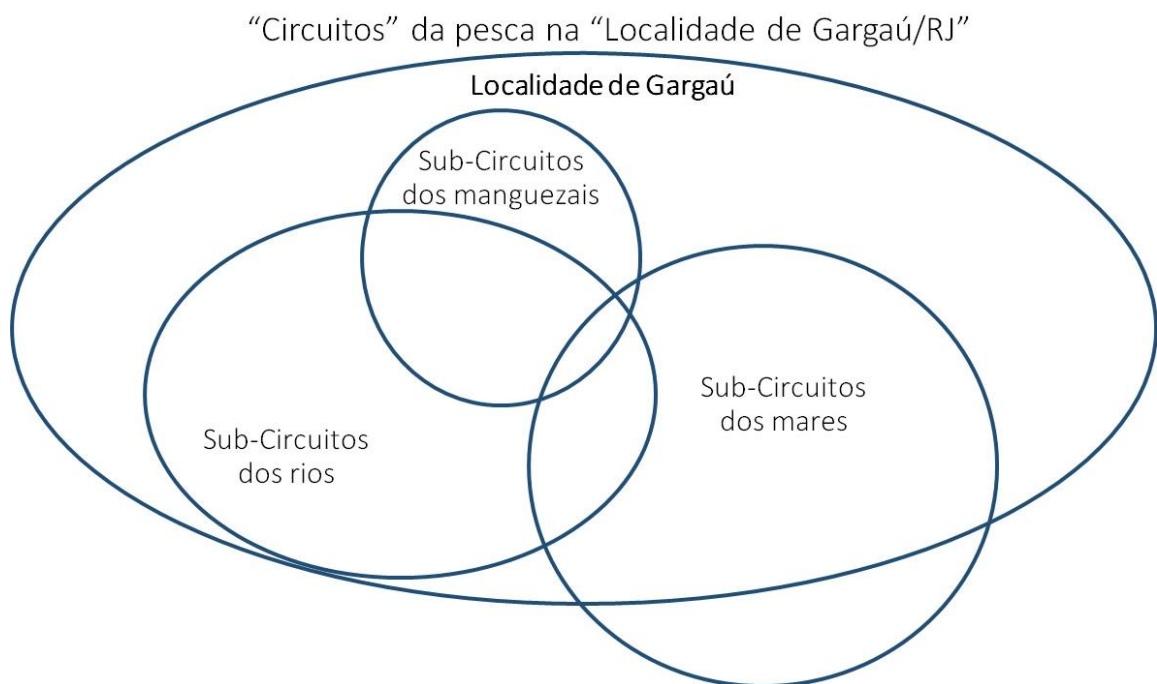
Para a compreensão dos “circuitos”, em primeiro lugar se precisa estabelecer as convenções e o universo espacial de circulação dos sujeitos, ou seja, seus “Mundos”. A partir disso a convenção – o atributo selecionado – e o “grau de pertinência” determinam a inclusão e/ou exclusão de determinados elementos no “circuito”. Cada circuito possui seus sub-circuitos, determinados pelas convenções e graus de pertinência, estes sub-circuitos associados aos “trajetos” configuram o mapa de circulação que torna significativo a existência dos próprios “circuitos”.

Com relação a circuito, trata-se de uma categoria que descreve o exercício de uma prática ou a oferta de determinado serviço por meio de estabelecimentos, equipamentos e espaços que não mantêm entre si uma relação de contigüidade espacial; ele é reconhecido em seu conjunto pelos usuários habituais. A noção de circuito também designa um uso do espaço e dos equipamentos urbanos – possibilitando, por conseguinte, o exercício da sociabilidade por meio de encontros, comunicação, manejo de códigos –, porém de forma mais independente com relação ao espaço, sem se ater à contigüidade, como ocorre na mancha ou no pedaço. Mas ele tem, igualmente, existência objetiva e observável: pode ser identificado, descrito e localizado (MAGNANI, 2005, p. 178-178).

Sendo assim o circuito engloba as categorias de “Pedaço, Mancha e Trajeto”. Dentro de determinados “circuito” os sujeitos se encontram em seus “pedaços” circulam por distintas “Manchas” e decidem sobre estes trajetos a partir de contextos específicos. Os “Circuitos da Pesca” representam os espaços-tempos dos “Mundos da Pesca” onde o movimento dos pescadores e pescadoras dentro e entre as atividades de pré-captura, captura e pós-captura se desenvolvem.

Para confecção destes “Circuitos da Pesca” referentes à Localidade de Gargaú a pesquisa utilizou das seguintes técnicas descritas com mais detalhes no primeiro capítulo: Itinerários Etnográficos, Entrevistas Semiestruturadas e Caderno de Campo. Tendo por premissa o desenho conceitual e a sedimentação das “convenções” supra citadas, se estabeleceu os “circuitos da pesca” que foram foco das apreensões deste estudo.

Imagem 5: “Circuitos da Pesca” da Localidade de Gargaú elencados para a pesquisa:



Fonte: Elaborado pelo autor

Como se depreende da imagem acima o sub-circuito de mares, possui em certas circunstâncias, trajetos mais amplos, levando seus integrantes para “pedaços” e “manchas” que se encontravam fora da própria localidade de Gargaú. Com tráfegos em locais tais como: Marataízes e Guarapari/ES. Possui uma pequena intercessão com os circuitos de rios e mais restrita ainda com os de mangues, sendo visitados, na maioria das vezes como momentos de lazer, não implicando centralidade como espaço de geração de renda.

Como visto o “Circuito da Pesca” dos “Grupos de Pescadores e pescadoras da localidade de Gargaú” abrangem uma série de sub-circuitos com seus grupos de relacionamento específicos, mas que se associam a vários outros grupos, sejam internos ou não a localidade, espelhando algo semelhante ao “Mundo da Pesca” anteriormente explicado. Os sub-circuitos selecionados para descrição e interpretação foram: “Sub-circuitos dos Rios/Mangues” e o “Sub-circuitos dos Mares”.

Esta seleção se deveu em primeiro lugar a acessibilidade proporcionada pelo campo de pesquisa. Os interlocutores inicialmente contatados e os que foram sendo incorporados ao longo do trabalho de campo representavam integrantes destes sub-circuitos e foram conduzindo os “trajetos” do pesquisador no espaço do estudo. No decorrer do aprofundamento deste campo, foram se desvelando em sua relevância para o “circuito da pesca” na localidade como um todo. Ainda assim as “convenções” estipuladas apresentaram-se, cada vez mais, pertinentes e eficazes como ingredientes de interconexão, ampliando sua capacidade interpretativa.

Essencial se assinalar que além destes sub-circuitos a localidade apresenta outros, tais como os dos produtores de petrechos, que serão explicitados apenas como uma atividade complementar, ou os dos mecânicos, dos estaleiros, et al. Além disto, alguns dos sub-circuitos que serão exibidos posteriormente também possuem grupos de atividades que não serão retratados, devido aos limites deste trabalho, sendo assim, por exemplo: no sub-circuito da pesca de mar, iremos descrever algumas modalidades de pesca, mas outras ficarão de fora, tais como a pesca de mergulho, a pesca amadora, a de moluscos, entre outras.

Estes limites são fruto da complexidade e da dimensão que representa a atividade pesqueira. Pesquisar o movimento desta rede interativa de atividades tem como intuito principal complementar algumas questões prementes nesta rica e profunda área de pesquisa. Perceber este “Mundo” a partir da descrição de alguns de seus “circuitos” e da interconexão entre eles, foge de uma visão sobre estes grupos restrita a suas unidades e buscando, de forma cautelosa, apresenta-los em seus movimentos.

Na seção seguinte a localidade de Gargaú e seus sujeitos serão contextualizado espaço-temporalmente para construção deste universo ecossocial como um espaço propício para o desenvolvimento dos circuitos pesqueiros multifacetados e interconectados.

Esses arcabouços teórico-empírico servirá de base para as descrições dos circuitos de pesca, presentes neste estudo.

Capítulo 2

Uma viagem espaço-temporal: contextualizando o Estudo

Este capítulo tem por objetivo contextualizar o movimento histórico-geográfico que formou esta cadeia integrada entre seres humanos e ambientes naturais. Para tal se procura descrever a formação geológica e histórica que influenciou e ainda influencia de forma significativa a constituição de um espaço propício ao desenvolvimento de redes de atividades laborais e interativas que giram em torno do estuário do rio Paraíba do Sul, do litoral e da pesca.

Este movimento de contextualização integra estes/as pescadores e pescadoras e seus ambientes numa perspectiva ecossistêmica e social (ecossocial), abrangendo concepções políticas, culturais e econômicas, compondo o complexo quadro de vivência em que opera a produção do “fazer-se” pescador e pescadora artesanal, como percurso que associa passado e presente.

2.2 Gargaú: passado e presente na consolidação de uma localidade pesqueira

Este subcapítulo busca compreender os percursos históricos de ocupação da Região Hidrográfica que hoje compreende a localidade de Gargaú. Para este fim se utilizará, num primeiro momento, de um esforço de compreensão da formação geológica do Delta do Rio Paraíba do Sul (SOFFIATI, 1997, 2005, 2014, 2019a, 2019b; ALVES, MIRO, SOFFIATI, 2019; LAMEGO, 1945, 1946).

Num segundo momento serão utilizados registros históricos da chegada e das etapas do domínio europeu nas terras da nascente Capitania de São Tomé, buscando apreender as complexas relações entre os colonizadores, os colonos locais e as populações nativas que habitavam estas terras tendo como norteamento a formação e emancipação do município de São Francisco do Itabapoana/RJ (LAMEGO, 1946; OLIVEIRA, 2018; BUENO, 1999; OSCAR, 1985; MARTINS, 2019; MENEZES, 2017; ACRUCHE, 2002; FALCÃO, TEIXEIRA, 2010).

O subcapítulo se encerra com a Gargaú dos “Tempos da areia” para os mais recentes, compreendida a partir da inter-relação entre os registros históricos da consolidação da ocupação desta região com os relatos colhidos nos trabalhos de campo, demonstrando como os sujeitos que hoje residem na localidade e orbitam em torno das atividades pesqueiras

representam uma continuidade espaço-temporal desta história, tanto de um ponto de vista diacrônico quanto sincrônico.

2.2.1 Região Hidrográfica do Delta do Rio Paraíba do Sul: Formação Geológica.

O Rio Paraíba do Sul nasce na Serra da Bacaina, no município de Areias, Estado de São Paulo. Em seu nascedouro recebe o nome de Rio Piratininga, vindo a ser conhecido como Paraíba na confluência entre o Piratininga e o Paraibuna no Vale do Paraíba/SP. Sua bacia possui área de drenagem de cerca de 56.000 km², abrangendo não só as regiões do Vale do Paraíba Paulista e Fluminense, mas também o Noroeste Fluminense e grande parte da Zona da Mata Mineira. O rio percorre um total de 1.137 km², passando pelos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais na Região Sudeste, que constituem os Estados mais populosos do Brasil (SOFFIATI, 2014).

Sua foz encontra-se no Norte do Estado do Rio de Janeiro na divisa entre os municípios de São João da Barra e São Francisco do Itabapoana. No encontro com o mar, o Paraíba do Sul forma um Delta com duas aberturas (bocas), sendo a primeira na margem da localidade de Atafona em São João da Barra e a segunda formando dois braços, um que se encontra com o oceano e outro que adentra paralela ao mar constituindo um canal para aperto seguro de embarcações. Esta segunda entrada ocorre na localidade de Gargaú, município de São Francisco do Itabapoana (Mapa 01).

Mapa 2: Foz do Rio Paraíba do Sul com a Formação do Delta entre o Município de São João da Barra e São Francisco do Itabapoana.

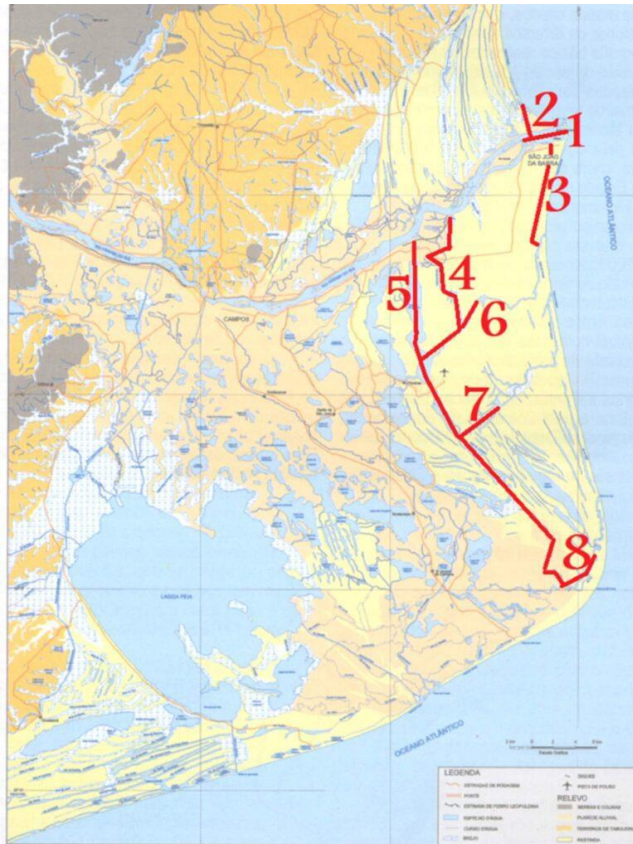


Legenda: 1 – Localidade de Gargaú
2 – Saída do Rio Paraíba do Sul para o Mar em Gargaú
3 – Canal formado pelo Rio Paraíba do Sul que adentra na localidade de Gargaú
4 – Saída do Rio Paraíba do Sul para o Mar em Atafona

Fonte: Google Maps – Elaborado pelo autor

Segundo Arthur Soffiati (2022) este Delta compreendia no passado uma região mais ampla que era acionada em épocas de cheias do rio. Nestes períodos os alagamentos do Paraíba escoavam pelo Rio Água Preta e também pela Lagoa do Gruçaí, de Iquipari e do Açú formando um grande Delta que irrigava toda a região ao sul de sua embocadura.

Mapa 3: Antigo Delta do Rio Paraíba do Sul que contemplava o abastecimento de outros rios e lagoas irrigando uma ampla região em sua margem sul.



Legenda: 1- braço de Atafona; 2- braço de Gargaú; 3- valão Paraíba-Gruçaí; 4- canal auxiliar; 5- rio Água Preta; 6- lagoa de Gruçaí; 7- lagoa de Iquipari; 8- Açú.

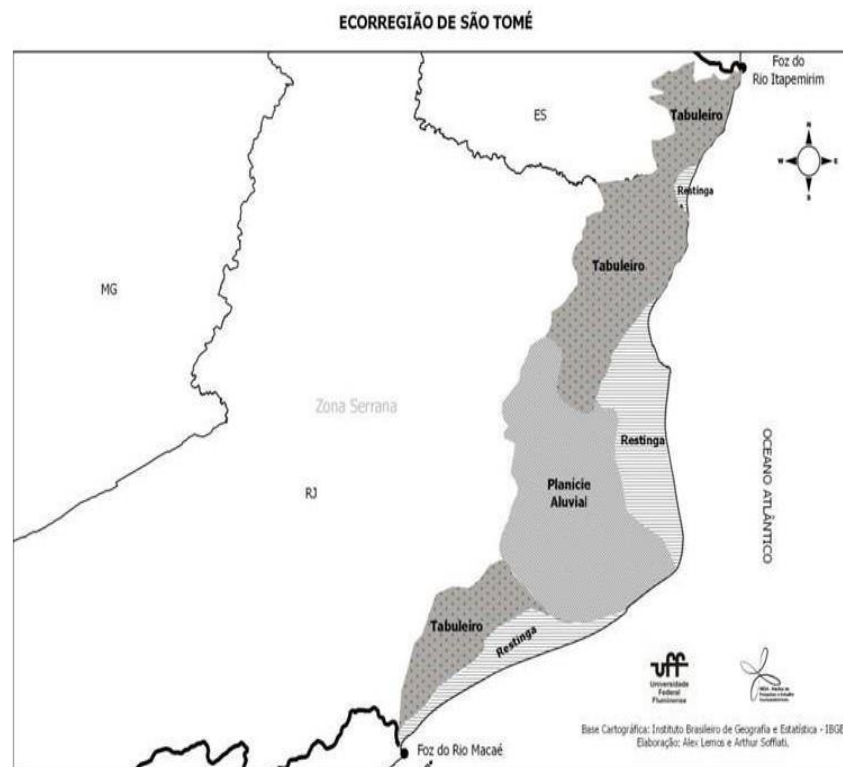
Fonte: SOFFIATI, 2022 Sem página.

Todos estes entroncamentos fluviais e seu encontro com o mar que ocorrem próximo a foz constituem a Região Hidrográfica XI, a maior do Estado do Rio de Janeiro “abrangendo o trecho final da Bacia do Rio Paraíba do Sul, entre o município de Itaocara e sua foz, no Oceano Atlântico, e a Bacia da Lagoa Feia, associada ao Rio Paraíba do Sul” (SOFFIATI, 2014, p. 59).

Segundo Arthur Soffiati (2005) na formação geológica desta região “o rio Paraíba do Sul cumpre papel crucial e ganha vida de ator” (SOFFIATI, 2005, p. 69). O primeiro grande intérprete desta formação Geológica na região Norte/Noroeste Fluminense foi Alberto Ribeiro Lamago (1945, 1946) a partir da proposição de dois processos associados: a formação da planície aluvial com os sedimentos trazidos pelo Paraíba quando descia pelos maciços cristalinos e a composição das planícies marinhas formadoras das grandes restingas da região oriundas dos movimentos de transgressão e regressão do mar.

O terreno aluvial e as áreas de restinga presentes nas margens atuais do Rio Paraíba do Sul, que compõe a planície Goitacá, começam a ser formadas segundo Arthur Soffiati (2014, 2005, 2022, 2019a, 2019b), baseado na teoria seminal desenvolvida por Lamego, a aproximadamente 5.000 A.P¹⁶. Enquanto a área de restinga que compreende a margem direita do rio entre Barra do Furado e o rio Macaé foi se constituindo em períodos mais antigos, com idade aproximada de 120 mil A.P.

Mapa 4: Ecorregião de São Tomé.



Fonte: SOFFIATI, 2019b, p. 34.

Durante o período Paleogeno (antes de 60 milhões de anos atrás) surgem os tabuleiros do Grupo Barreiras que se encontravam entre a região da Serra do Mar (com altitudes que variavam entre 150 e 1.000m) e a planície costeira que nesta época ainda se encontrava submersa. Estes tabuleiros apresentavam altitudes médias entre 10 e 100m e funcionavam

¹⁶ A. P. significa Antes do Presente. Marcação de tempo utilizada na arqueologia, paleontologia e geologia, que tem como base de referência o ano de 1950 D.C. Adota-se este ano por conta dos testes atômicos realizados durante a Segunda Guerra Mundial que desequilibraram a concentração química de alguns isótopos na atmosfera. Estes são analisados em pesquisas científicas que determinam a idade de restos arqueológicos e fósseis, como esqueletos de animais e restos vegetais. Fonte Wikipédia: https://pt.wikipedia.org/wiki/Antes_do_Presente. Consultado em 10 de dezembro de 2022.

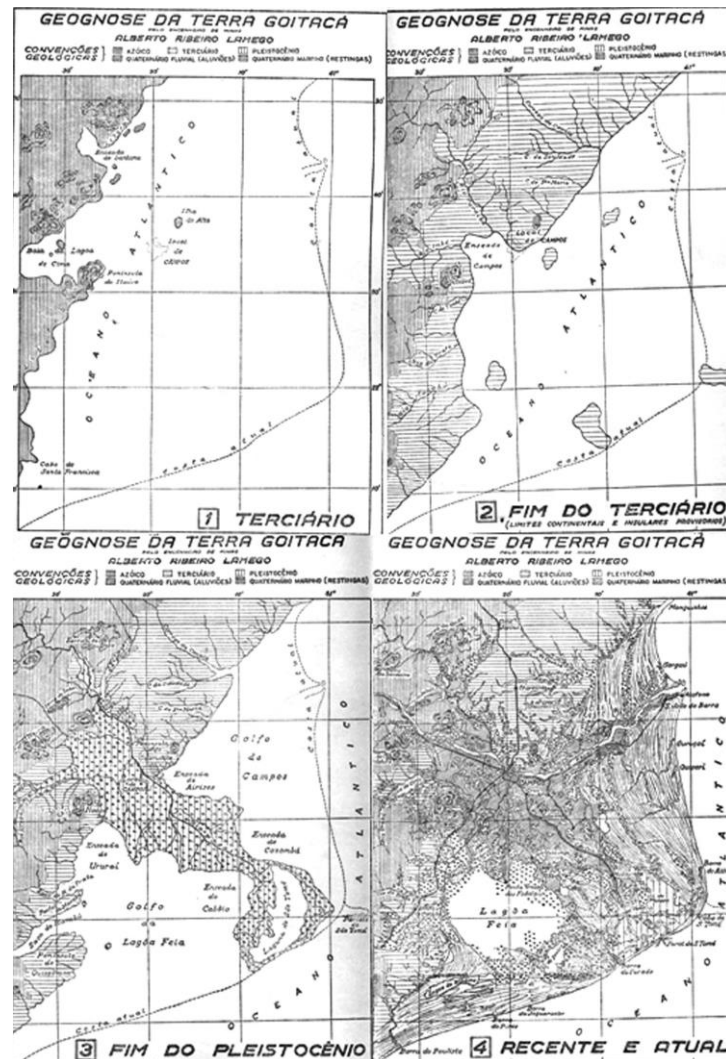
como uma zona de aplainamento paulatino amortecendo os impactos das águas entre o planalto e a planície costeira. Neste período o Rio Paraíba do Sul encontra a resistência desta Formação Barreira e, ao não conseguir vencê-la tem seu leito aprofundado, escavando o tabuleiro e carreando grande quantidade de sedimentos (SOFFIATI, 2019a).

Posteriormente, durante o período Neogeno (entre 23 e 2 milhões de anos atrás), o Paraíba avança no mar formando um espigão pelos próprios sedimentos carregados pelo seu leito originando dois grandes golfos que serão denominados de Baía da Lagoa Feia (o golfo da direita) e Baía de Campos (esquerda). Estes golfos bifurcam o Paraíba em dois braços, dando origem a um grande Delta. O braço original recebe o nome de córrego do Cula e o braço esquerdo vai se consolidando ao longo de milhões de anos e definindo a atual foz. O córrego do Cula existiu até não muito tempo atrás e pode ser encontrado na Carta topográfica desenhada pelo Major Manoel Martins do Couto Reis em 1785¹⁷.

Pouco a pouco, as duas baías criadas pelo rio vão se colmatando. Na baía da direita, formou-se um grande ecossistema aquático continental chamado de Lagoa Feia, que capturou dois rios principais como afluentes: o Macabu e o Ururaí. Na baía da esquerda, a colmatação foi mais intensa, seja por sedimentos aluviais, seja por uma grande restinga que se estende, hoje, do Cabo de São Tomé à Praia de Manguinhos. Segundo Lamego, essa restinga não apenas foi formada pelo Rio Paraíba do Sul, funcionando como espigão hidráulico, como também foi cortada por este rio rumo ao mar. O certo é que essa grande restinga, a maior do estado do Rio de Janeiro, bloqueou antigos cursos d'água que desciam da unidade de tabuleiro à margem esquerda do Rio Paraíba do Sul, dando origem a inúmeras lagoas alongadas. (SOFFIATI, 2019a, p. 60-61).

¹⁷ Manuscritos de Manoel Martins do Couto Reis, 1785: descrição geográfica, política e cronográfica do Distrito dos Campos dos Goytacazes. Citado por Arthur Soffiati, 2022.

Imagem 6: Quatro momentos da formação do Delta do Paraíba do Sul segundo Alberto Ribeiro Lamego.



Fonte: SOFFIATI, 2019a.

A partir da interpretação e comparação do mapa 03 com a figura 01, principalmente a partir de sua evolução culminando com a configuração 4 (mais recente), podemos perceber como as áreas de restingas se originaram devido aos sedimentos carregados pelo Paraíba do Sul e o lento processo de regressão marinha. Por outro lado, a região da planície aluvial se molda sobre a entrada no mar (oriunda dos sedimentos dos planaltos cristalinos trazidos pelo movimento do rio) em forma de pé de ganso que origina as duas baías no período Pleistocênio (compreendida entre 2,5 milhões e 11,7 mil anos atrás). A restinga que abriga a foz se encontra atualmente entre a praia de Manguinhos no município de São Francisco do Itabapoana e o Farol de São Tomé, litoral da cidade de Campos dos Goytacazes, com aproximadamente 60 km de comprimento pela costa marítima.

Em complementação a seminal teoria de Alberto Ribeiro Lamego (1946) os geólogos Louis Martin, Kenitiro Suguii, Jean-Marie Flexor e José Maria Landim Dominguez (1997) elaboraram uma série de estudos, com base em radiodatação. Esta teoria será exposta a luz da interpretação dada por Arthur Soffiati (2014, 2005, 2022, 2019a, 2019b). A diferença entre as duas explicações encontra-se no ponto em que Lamego explana sobre a formação da restinga do Paraíba do Sul a partir de seu avanço em direção ao mar na altura de um golfo raso que com o transporte dos sedimentos das áreas altas cria o primeiro Delta com sua bifurcação em duas foz: a do rio Cula e a que gerará a desembocadura atual. Neste sentido o autor assinala que as restingas presentes em seu Delta foram esculpidas e expostas pelo movimento do rio, ou seja, a planície se formou sobre o mar.

Em contraponto Louis Martin, Kenitiro Suguii, Jean-Marie Flexor e José Maria Landim Dominguez (1997) “constatarem que existia uma área continental onde hoje é a planície por volta de 10 mil anos, embora eles concordem com Lamego que a restinga não existisse nesse tempo tão distante”. (SOFFIATI, 2022). Os autores formulam um quadro abrangente desta formação geológica sendo elaborado em 07 estágios (SOFFIATI, 2005, 2019a, 2022):

Estágio 1: durante o Plioceno (entre 2 a 5 milhões de anos atrás) ocorre a sedimentação da Formação Barreiras, o nível do mar se encontrava mais baixo que o atual permitindo que os sedimentos desta formação cobrissem a plataforma continental;

Estágio 2 – Pleitosceno ou era do gelo (entre 2.588.000 a 11.700 anos atrás). Com a transgressão do mar a Formação Barreiras é erodida externamente gerando uma longa faixa de falésias e grande acúmulo de sedimentos nas partes mais baixas.

Estágio 3 – Nova fase regressiva do mar. A região Norte e Noroeste fluminense não apresentam evidências desta fase.

Estágio 4 - Máximo de alcance da penúltima transgressão com seu pico há aproximadamente 123.000 anos A.P. com a erosão total ou parcial dos depósitos continentais do estágio anterior. Com o afogamento dos baixos cursos dos vales fluviais são originados estuários e lagunas. Neste período data-se a formação da restinga de Jurubatiba, entre Barra do Furado e o Rio Macaé.

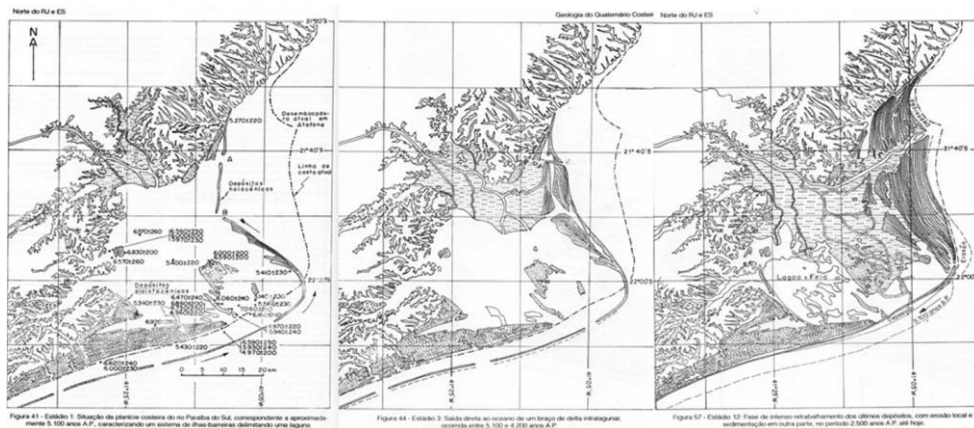
Estágio 5 - Regressão subsequente que resulta na construção dos terraços arenosos com cristais praias.

Estágio 6 - Máximo da última transgressão (5.000 A.P.) com a erosão total ou parcial dos terraços marinhos com o afogamento da Formação Barreiras externa e da planície pelo mar. Este movimento acarreta nos sistemas lagunares. Constituição de ilhas barreiras que funcionam como proteção de alguns pontos dos terraços e das falésias formando lagunas que irão desenvolver Deltas entre si. Este processo é responsável pela formação da restinga da foz do Paraíba, que se estende desde o córrego de Manguinhos até o Cabo de São Tomé.

Estágio 7 - Novo abaixamento do nível do mar (regressão) com a construção de terraços marinhos a partir das ilhas Barreiras e das falésias esculpidas nas Formações Barreiras. Transformação gradual de lagunas em lagoas de água doce e pântanos com a cessação dos fortes movimentos dos mares.

No interior da laguna, os braços do Paraíba continuam depositando sedimentos trazidos de partes altas e avançando sem atingir o oceano aberto, até que, antes de 4.200 A.P, quando ocorre um abaixamento brusco do nível do mar, um dos braços do delta intralagunar do Paraíba do Sul chega ao mar aberto, próximo da foz atual. Este braço passa a funcionar como barragem para a areia, aumentando a progradação da restinga norte (SOFFIATI, 2005, p. 73).

Imagem 7: Três momentos, segundo Martin, Suguui, Dominguez e Flexor, da formação do Delta do Paraíba do Sul



Fonte: SOFFIATI, 2014, p. 62

De forma complementar a teoria de Alberto Ribeiro Lamego, para os autores analisados por Arthur Soffiati, os movimentos de transgressão e regressão marítimos, somando-se a força do Rio Paraíba do Sul e sua capacidade de transportar sedimentos, funcionando como espigão hidráulico na construção de seu próprio leito, serão cruciais para formação geológica da Planície Deltaica Fluvio-marinha do Paraíba do Sul.

Este conjunto de movimentos hidro geológicos constituirão ao longo dos milênios, assim, as duas grandes extensões de restingas presentes no Norte/Noroeste fluminense. A do

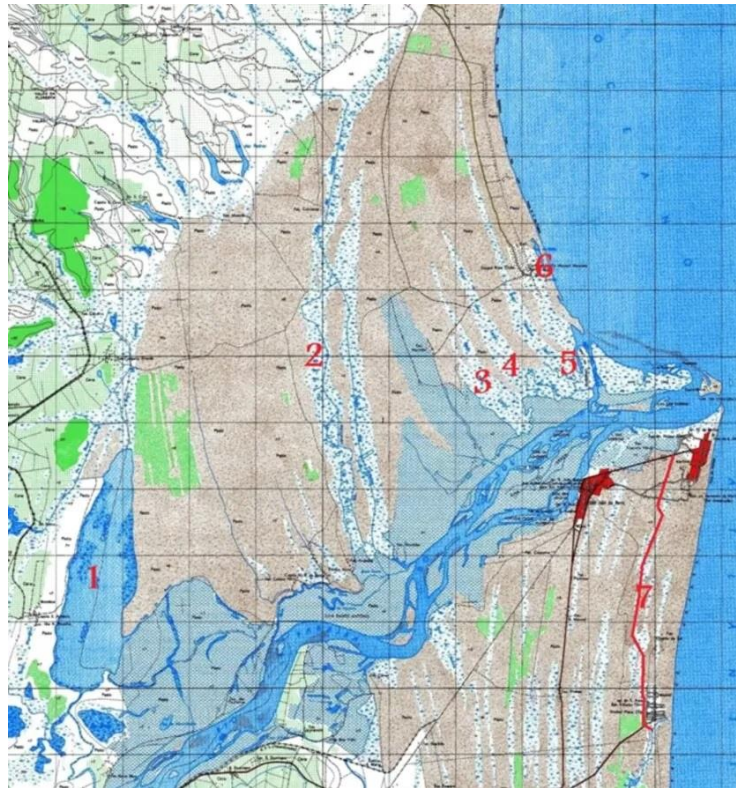
sul, entre o rio Macaé e a Barra do Furado tem sua constituição datada de aproximadamente 120.000 A.P. E a da foz, entre o Cabo de São Tomé e o córrego de Manguinhos fixando-se após a última grande transgressão-regressão marinha (a partir de 5.000 A.P.), portanto mais nova que a do Sul. Além das restingas citadas consolidam nesta Região a planície aluvial e as lagoas costeiras resguardadas a oeste-noroeste pelas formações de tabuleiros (ver Mapa 3).

A planície flúvio-marinha dos Goitacazes não é apenas uma das planícies do estado do Rio de Janeiro, mas a maior delas. Em 1934, Hildebrando de Araujo Góes anotou que a Baixada dos Goytacazes tem 8.300 km², ou seja, um quinto do território da Holanda. E ele não considerou a ponta da restinga na margem esquerda do rio Paraíba do Sul nem a planície do rio Macaé (brejo da Severina). (SOFFIATI, 2019b, p. 34)

Devido a diferença temporal no estabelecimento destes fatores geológicos entre as restingas presentes nas proximidades da foz do Paraíba, principalmente pelo efeito do Delta do rio Cula em associação com o complexo hídrico da Lagoa Feia, a margem direita do rio estabilizou-se com maior elevação que a planície aluvial e a restinga, fazendo com que as águas das cheias corram para a Lagoa Feia por várias lagoas e canais intermediários, funcionando como reservatório natural não permitindo mais o retorno deste excesso ao rio principal. Já na margem norte, a restinga se encontra levemente mais elevada fazendo com que as águas se alastrem por um extenso complexo de lagoas que vão em parte retornando pouco a pouco ao rio Paraíba quando seu nível baixa (SOFFIATI, 2019b).

Por consequência destes fatores ao Norte do Paraíba do Sul “as lagoas e brejos tendem a apresentar formação paralela à praia. Basta examinar a feição da lagoa do Campelo, do brejo de Cacimbas, dos brejos dos Cocos, dos Faria, do Mangue Seco e das lagoas do Comércio, do Meio e da Praia” (SOFFIATI, 2022, s/p).

Mapa 5: Representação das principais lagoas e veios d'água presentes na Restinga ao norte do Rio Paraíba do Sul.



Legenda:

1- Lagoa do Campelo; 2- Brejo de Cacimbas; 3- Brejo dos Cocos; 4- Brejo dos Faria; 5- Brejo Mangue Seco; 6- Lagoa do Comércio.

Fonte: SOFFIATI, 2022

Observe-se como nesta parte da restinga as lagoas e veios d'água tendem a apresentar formato paralelo ao mar, efeito de suas características descritas anteriormente. Por este motivo temos na localidade de Gargaú, como exemplo, uma separação propiciada por um canal natural esculpido pelo Paraíba e o mar que fica retido por uma barragem composta por estreita faixa de areia. Com isso as águas que se encontram na faixa que recebe os banhistas regularmente é composta por um misto de águas doces e salgadas, formando uma praia de estuário.

Imagem 8: Praia de estuário para banhistas em Gargaú: ao fundo faixa de terra que separa o mar do canal natural do rio Paraíba.



Fonte: arquivo pessoal do autor.

Além desta praia de estuário temos, pouco mais adentro, paralelo, novamente, a este veio d'água e ao mar outro braço do Paraíba (Mapa 01) que, com seu aspecto peculiar, permite a existência de um canal privilegiado para aperto e saída das embarcações tanto para as que rumam em direção ao mar quanto as que se encaminham para o rio ou os manguezais.

Imagem 09: Canal d'água que adentra no interior de Gargaú. Utilizada para aporto e saída das embarcações de mar, rio e mangues. Ver ao fundo a praia de estuário e o mar.



Fonte: arquivo pessoal do autor.

É interessante notar como as restingas acabam se tornando formações que se retroalimentam, devido a sua capacidade de barrar a força e energia do mar pelos cordões arenoso que as compõe e represar cursos de águas, principalmente em períodos de menores precipitações. Quando as chuvas são mais intensas e frequentes o rio principal transborda enriquecendo estes pequenos veios que se avolumam e carreando material orgânico para seu interior funcionam como uma rede hídrica que fertiliza toda esta extensão e alimenta os lençóis freáticos presentes em seu interior.

Quando as chuvas voltam ao período de escassez estas águas são absorvidas e evaporadas pelo próprio sistema que com sua formação arenosa alimentada de matéria orgânica se transforma num habitat específico a suas formas vegetativas próprias que, como coparceiras, propiciam acúmulo frequente de areias retendo, com suas raízes, caules e folhas, seu movimento. Ao mesmo tempo com o trabalho dos ventos as areias vindas da praia se encarregam de manter o nível deste solo sempre na quantidade necessária.

As principais formações vegetais deste complexo estão descritas abaixo:

- a) O Complexo da Planície Aluvial (margem sul) por possuir um prodigioso solo de massapê produzido a partir do depósito de sedimentos pelo rio a mais ou menos 5.000 A.P. se configura como o ecossistema mais adulterado da Região tendo sido seus campos nativos “explorados e substituídos por espécies vegetais exóticas cultivadas para a agricultura (cana-de-açúcar, principalmente) e para a pecuária (forrageiras) que nenhum remanescente restou deles (SOFFIATI, 2005, p. 74).
- b) As formações vegetais nativas de restinga (margens sul e norte). Ecossistemas que também foram intensamente explorados. Constituem-se de vegetação rasteira e adaptada ao tipo de solo arenoso que compõe as restingas. Em sua margem Norte foi intensamente substituídas por plantação para pecuária (forrageiras) após a chegada dos europeus nestas terras.

Imagem 10 – Vegetação rasteira de restinga, com vários trechos já suprimidos.



Fonte: SOFFIATI, 2019a, p. 81

- c) Os manguezais¹⁸ (restingas úmidas alagadas e alagáveis) são outro significativo ecossistema presente em grande parte nesta Região. Levando-se em conta a capacidade de autorregeneração deste ecossistema, pode-se considerá-los em

¹⁸ Sobre os manguezais iremos trabalhar com mais detalhes no sub-capítulo “Circuitos dos Rios/Mangues.

situação menos crítica em termos de degradação que as formações vegetais de restinga.

As grandes restingas do norte (onde em sua extremidade, junto a foz do Rio Paraíba, se encontra a localidade de Gargaú) ao bloquearem vários veios d'água possibilitaram a criação de diversas lagoas naturais tais como a do Campelo, do banhado, do Mundeuzinho que permitiu a ligação do Rio Paraíba do Sul e do Rio Guaxindiba e em ligações que serão aprofundadas em suas linhas naturais pela construção de canais tais como: os Canais de Cacimbas, do Vigário e do Engenheiro Antônio Resende. Esta rede fluvial que permitiu uma série de vias navegáveis (permanente ou ocasionalmente) e este complexo ecossistema (formado pelos solos de massapê da planície aluvial, pelas formações vegetais de restinga e pelos grandes manguezais) terão grande influência futura na forma de ocupação humana e de exploração econômica desta Região.

2.2.2 Da formação humana.

A nação Goitacá:

A história da ocupação humana nesta região ainda é pouco documentada, possuindo registros por vezes desconhecidos e até contraditórios. Apesar de encontrarmos nas descrições dos viajantes a presença de denominações de diversas nações indígenas no Norte Noroeste fluminense quando da chegada dos europeus, parece consenso que na grande restinga que fica entre o Cabo de São Tomé e a Enseada de Manguinhos, abarcando as duas margens do Rio Paraíba do Sul quem dominava soberano nestas terras eram as nações Goitacás (LAMEGO, 1945, 1946; OSCAR, 1985; MENEZES, 2017; ACRUCHE, 2002; FALCÃO, TEIXEIRA, 2010; COSTA, 1938).

Escritores diversos, dizem que por essa época o litoral da capitania de S. Tomé era habitado por várias tribos, mas na verdade ficou demonstrado a existência apenas de uma nação indígena, a dos Goitacás, que dominavam da baía Formosa (ao norte de Cabo-Frio), para o norte, até o rio Cricaré (na capitania do Espírito Santo) deixando crer que as demais eram apenas frações dessa mesma nação. (MENEZES, 2017, p. 16)

Goitacá, Guaitacá, Guatahar, Goitacax, Guiatacás, Goitacás, Ovaitagnasses, Ouetacá, Waitacá, Eutaccí, Aitacax, Itacax e Uekacaz são outras tantas denominações recolhidas nos limites de seus territórios, e fora do alcance de suas enormes flechas devastadoras [...] Seu habitat é vastíssimo, não se restringindo a planície do Paraíba, como geralmente se supõe. Na cobiçada costa brasileira onde somente as tribos mais guerreiras, geralmente tupis, se mantêm à força de batalhas, de Cabo-Frio ao rio Cricaré tudo é deles. (LAMEGO, 1945, p. 33-34).

A disseminação de suas tribos pelas 100 léguas de costa preferidas, onde o fenômeno do recuo do mar é evidente, define o habitat do goitacá: é o índio das planícies de restingas. (LAMEGO, 1946, p. 74)

Os Goitacá, de acordo com Maximiliano, que em seu relato cita Simão dos Vasconcelos, habitavam entre o rio Macaé e Paraíba do Sul, e eram divididos em três ramos, Goitacá-camopi, Goitacá-guassú e Goitacá-jacoritó, e todos viviam em constante hostilidade uns com os outros. (FALCÃO, TEIXEIRA, 2010, p. 4)

São classificados, na maioria dos textos, em Goitacá-mopi, Goitacá-jacoritó e Goitacá-guaçu, com algumas diferenças na forma de grafia destes termos. Segundo Alberto Ribeiro Lamego (1946) os Goitacá-Guaçu eram os mais temidos, compostos por indivíduos de alta estatura que habitavam o interior da planície aluviônica. As outras duas confinavam-se nas planícies de restingas, provavelmente no lugar onde hoje se encontra a localidade de Gargaú.

Existem certas contradições também sobre as quatro principais nações que habitavam a Capitania de São Tomé, os Puris, os Coroados, os Coropós e os Goitacás. Segundo Alberto Ribeiro Lamego (1945) os Coroados são, em verdade, uma fusão entre os povos Goitacás e os Coropós. Após uma grande batalha vencida pelos Goitacás, estes dois povos se unem adotando o nome de Coropós que diz respeito a forma como cortam seus cabelos deixando uma espécie de coroa feita de tranças no alto da cabeça.

Outros viajantes descrevem os Coroados, Puris e Coropós como descendentes dos Goitacás (FALCÃO, TEIXEIRA, 2010). Angyone Costa em seu clássico livro “Introdução a Arqueologia Brasileira” de 1938 classifica os Coroados, os Puris e os Coropós como descendentes que sobreviveram das antigas nações Goitacás, e apenas excetua desta descendência o “grupo do rio Pomba, em Minas Gerais, ali existente até o primeiro quartel do século XIX, não confundidos com os Coroados, acentuadamente caracterizados como remanescentes Goitaca”. (COSTA, 1938, p. 215)

Estes grupos são retratados pelos primeiros cronistas como povos extremamente violentos e hostis, por vezes descritos como criaturas gigantescas capazes de proezas sobre-humanas. Seres “diabólicos, invencíveis nessa limitada região, comedores de carne humana como cães e lobos, e possuidores de línguas não entendidas pelos inimigos” (LAMEGO, 1945, p. 36). Este retrato em muito se relaciona com a eficiente resistência efetuada por estas nações contra a dominação europeia, resistência de extrema importância para moldar o transcurso histórico desta ocupação na região norte/noroeste.

Algumas representações chegam a ser alegóricas e de difícil aceitação como a de Gabriel Soares de Souza na obra “Tratado Descritivo do Brasil” de 1587, que narra a luta dos Goitacás com tubarões onde aqueles metiam um pedaço de pau dentro da boca destes animais, para mantê-las aberta em pleno mar, arrancando com isso seus dentes que lhes serviriam de pontas de flechas. Ou então João de Léry em sua obra “História de uma viagem para a terra do Brasil” de 1578, que conta como no exercício da caça os Goitacazes apanham na corrida certos animais, superando em velocidade veados e corsas.

Alberto Ribeiro Lamago (1945) destaca o significado etimológico do termo Goitacá¹⁹ como sendo “grandes nadadores e/ou corredores” que se associava perfeitamente as habilidades destes indígenas e sua excelente adaptação as regiões alagadas das planícies de restingas do Norte Fluminense. Com o passar do tempo e no desenvolvimento deste processo de adaptação foram sedentarizando-se em aldeias lacustres construindo suas residências em espécies de palafitas/choupanas construídas sobre um único esteio devido as regiões alagadiças. O autor exalta a supremacia Goitacá, inclusive sobre o Tupi-Guarani. O “Goitacá não se estagna no primitivismo de sua raça. Evolve, ultrapassando os próprios sucessores.” (LAMEGO, 1945, p. 48)

E qual o motivo desta “supremacia”? Segundo Lamago (1945):

o abrolhar de caracteres étnicos, impositivos do predomínio dos Goitacás, tem como determinante seletiva a influência de um elemento básico do meio geográfico: *a lagoa. Milhares dessas rasas depressões de margens embrejadas se espalham por todo o seu território fluminense e capixaba. A lagoa ou o brejo, - que se completam e se entre tocam em toda esta faixa litorânea, - fortifica lhes o valor guerreiro por vantagens estratégicas originais. Quando acaso se viam em perigo, acolhiam-se a suas lagoas e, nadando se metiam nas casas, donde nem a pé nem a cavalo, podiam ser acometidos. A lagoa já não é só para o selvícola um reservatório alimentício: é um baluarte. As suas tabas neolíticas erguem-se sobre "palafitas". A maior dificuldade em erigi-las tornam-nas preciosas. A posse da lagoa inculca no cérebro do índio nômade a primeira noção de propriedade territorial. Sedentariza-o em parte. E, ao invés das cabanas comunais dos outros aborígenes, o seu minúsculo tejupar diferencia mais acentuadamente as noções elementares de família. Assim, a evolução do Goitacá ultrapassa a dos outros índios (LAMEGO, 1945, p. 49, grifos do autor).*

Excetuando-se os determinismos evolucionistas e etnocêntricos presentes no contexto acadêmico em que Lamago escreve e se insere, interessante notar a mudança de direcionamento no olhar efetuado em suas hipóteses, de povos bárbaros e extremamente

¹⁹ Também motivo de controvérsias entre estudiosos do tema.

selvagens para “evoluídos” e culturalmente “superiores”. Em certos momentos de sua obra posiciona os Goitacás, inclusive, como mais “civilizados” do que os próprios europeus pela incompetência destes para desbravar as terras alagadas da restinga.

Como obra geográfica que relaciona diretamente ser humano e meio, a perspectiva da restinga e seus alagados como elementos de influência na formação da própria condição humana, mesmo resguardados dos exageros, pode servir como alguns guias, apontamentos para pensar esta região na atualidade e na relação que este meio possui para seus habitantes.

“Instalados nos campos aluviais do baixo Paraíba, cujas terras ocupavam até a foz, foram peritos nadadores, peritos remadores, destros, hábeis e corajosos lutadores do mar.” (CUNHA, 1938, p. 214). Os Goitacás, senhores das restingas, lagoas e dos córregos oriundos do Paraíba, eram compostos por excelentes arqueiros capazes de caçar e de pescar com flechas a longas distâncias. Quando atacados se defendiam com destreza e maestria, acertando seus oponentes longínquos num ambiente de difícil trânsito para inexperientes por seus campos abertos que atrapalhavam em muito a fuga e o esconderijo. Soberanos de um território abundante em águas, caças e, principalmente, em pescados diversos, se tornaram excelentes marítimos (MALDONADO, 1986, 1993; DIEGUES, 2004), ou seja, extremamente competes nas artes das pescarias e de locomoção em ambientes aquáticos. Não sem sentido, os grupos residentes nestas localidades até hoje são muito devedores desta tradição.

“Gaá” “Gaú” – Gargaú, um Mito de Origem?

O significado da denominação “Gargaú” é contada pelos moradores mais antigos da localidade a partir de uma história enigmática que envolve um casal de índios que habitaram “no passado” essas terras e que, na maioria destas narrativas, estavam ligados ao rio²⁰:

Parceirinho: Gargaú começou com um casal de índio **lá na asabita**²¹ [...] No tempo dos jesuítas apareceu um casal de índio que fez uma barraquinha lá no alto das asabitas, era uma barraquinha que **falava que é índio, mas era jesuítas que vinham de lancha voadeira para enterrar o ouro lá no mangue, o dinheiro dele era enterrado e largado por aí**. Aí apareceu um casal de índio, um chamava Gaá e outro chamava Gaú. Essa é a história de Gargaú. [...] **Aí espalhou, foi crescendo o lugar, evoluindo, foi fazendo**

²⁰ Versões semelhantes a dos interlocutores sobre a história destes indígenas podem ser encontradas no vídeo presente na plataforma Youtube: “Gargaú: Uma Viagem no Tempo – 1991/2000” contadas por moradores antigos que são entrevistados por uma das realizadoras. Mais detalhes acessar: <https://www.youtube.com/watch?v=cET6FI09Vkg>.

²¹ Asabita o nome de uma dos manguezais presentes na localidade, nas margens do Rio Paraíba do Sul.

uma barraquinha, umas casinhas e o nome Gaá e Gaú ficou que está até hoje Gargaú através desse esforço que foi fazendo a barraquinha, **o rio foi diluindo**, o povo foi enterrando.

Mãe Maria: **O que eu ouvi meus pais contando né?!...**, Bom, **Gargaú era uma terra de índio**, você já tá sabendo né (aponta para Luciana ao lado), aonde foi descoberto por um casal, um era, era, a mulher era Gaa e o marido Gaú, então por descobrir Gargaú, botaram Gar Gaú, e daí veio o pessoal conhecendo Gargaú e eles..., creio que, era, era um casal de índio, **então eles vieram trazendo pesca pro povo**, que eles viviam de quê? Da pesca, do vegetal, então começou com eles. Faz sentido ou não faz? Então **eles são os fundadores** de Gargaú, um casal de índio.

Cuidadora: O pessoal fala que Gargaú era o nome de dois índios: Gará e Garú. Então, ficou Gargaú. **Assim contava a minha mãe**, e assim por diante. Dizem que era terra que tinha índio no passado. Eu conheço essa história.”

D. Bendita: O que a gente pode falar... é que eu não cheguei assim eu ver totalmente, mas a minha mãe falava que tinha, em São [João] da Barra, apareceu lá dois índios. Ali, deixa eu me lembrar o nome... **um era Gaá e o outro era Gaú**. Mas chega esse povo em Gargaú todo mundo com medo porque o índio e a índia. E eles ficaram aqui, os dois, em Gargaú. **Todo mundo com medo deles, nós tinha um medo de índio terrível**. Aí eles entraram, minha mãe contava essa história e foi real, entraram dentro de um riacho chamado Cacimbinha ali na saída da Barra. Entraram ali e não sei na época o que houve, que **veio uma água grande e a embarcaçõzinha deles foi ao fundo. Aí morreram os dois dentro desse riacho**. Morreram dentro do riacho. Um era Gaá e o outro Gaú. Aí que botaram o nome Gargaú, por conta desses dois índios [...] Morreram e ficou. Na bateira deles, dizia a minha mãe, que tinha uma placa de alumínio, coisa assim, escrito Gaá e Gaú. **Na bateira tinha o símbolo**. Aí o povo disse "Realmente, aqui vai ser Gargaú". Aí começaram a chegar, aí já as pessoas vindo e ficou o local nosso Gargaú por conta disso.”

Outro enredo ou peça deste enigma pode ser evidenciado no estudo da etimologia do termo “Gargaú”. Na obra de Moacyr Ribeiro de Carvalho “Dicionário Tupi (antigo) – Português”, de 1987, encontramos o verbete “Guará-Guá-Ú – Substantivo: o comedouro do peixe-boi” (CARVALHO, 1987, p. 96). Já no livro “O Tupi na Geografia Nacional” de Teodoro Sampaio encontra-se a seguinte tradução: “GARGAÚ (Guaraguã-ú), o peixe-boi pasta; o comedouro do peixe-boi. (V. Guaraguã. Paraíba)” (SAMPAIO, 1987, p. 232).

Interessante notar como a grafia original se aproxima em muito dos nomes das histórias contadas pelos interlocutores. Existiram dois indígenas Gaá (ou Gará dependendo da narrativa) e Gaú (ou Garú), a interconexão de seus nomes – Gará-Garú ou Gaá-Gaú - originaram a denominação do lugar “Gargaú”, entretanto nenhuma referência é feita a suposta etimologia no Tupy dos termos, ou a sua tradução, ficando a narrativa local restrita à história do casal de indígenas.

O estudo da ocupação deste espaço apresenta novas peças deste enigma. Mário Barreto Menezes²² (2017), pesquisador local – que granjeou uma ampla quantidade de textos, documentos oficiais e recortes de jornais, para compor a história do atual município de São Francisco do Itabapoana – reúne um robusto material que foi usado nesta pesquisa como apoio na compreensão da história de Gargaú. Segundo o autor a povoação de Gargaú origina-se “junto à barra, por volta de 1780, com poucas choças construídas por indígenas desgarrados de aldeias localizadas mais ao norte, e aos poucos foi crescendo com a vinda de pescadores de outras localidades atraídos pela abundância de pescado ali existente” (MENEZES, 2017, p. 176).

Fernando José Martins (2019), escritor sanjoanense que reuniu dados valiosos utilizados em sua obra “História do descobrimento e povoação da cidade de S. João da Barra e dos Campos dos Goytacazes antiga Capitania da Parahyba do Sul” tornou-se fonte obrigatória para pesquisadores/as que o sucederam na confecção da história da planície Goitacá. Segundo o autor:

[...] os barcos da carreira desse tempo não passavam de lanchas de Orelha de mula ou de sumaquinhas de cú de galinha de 40 a 50 toneladas. Deste lote e armação foram os que se construíram no Porto dos Barcos, (de que fallemos no antecedente capítulo e na 1.^a parte), e o primeiro que na villa cahio do estaleiro foi em 1740, o S. João e Almas de propriedade de Manuel Francisco Brazin, Domingos Belxior e Domingos d’Oliveira, e para se tripularem muito concorria depois a gente do Gargaú, composta de índios das aldêas do norte, aos quaes o corregedor José Pinto Ribeiro fêz retirar, em 1802, a pretexto de ter o governo feito extensiva á Campos a ordem regia dirigida ao governador do Pará Dom Francisco de Souza Coutinho, tendente a se aldearem os índios e não consentil-os disseminados: alguns voltaram fugitivamente para o mesmo Gargaú (MARTINS, 2019, p. 152).

Alberto Ribeiro Lamego (1946) em sua obra “O Homem e a Restinga” também se reporta a esta relação entre a ocupação indígena e geração de uma população intimamente ligada as atividades marítimas/pesqueiras que se desenvolveu no encontro entre as formações de restingas e os alagados presentes próximos e na foz do rio Paraíba do Sul.

²² Mario Barreto Menezes formado em técnico em contabilidade escreve no prefácio de sua obra “Durante aproximadamente quarenta anos, juntei documentos e li tudo que encontrei sobre a história do sertão de Cacimbas [...] A história do território atualmente ocupado pelo município de São Francisco do Itabapoana, foi tratada por iminentes historiadores, o que torna temerária a incursão desse humilde pesquisador através de suas entranhas. Portador de limitada instrução, porém imbuído do propósito de aclarar passagens obscuras [da história de São Francisco do Itabapoana], ousou, nesse desprezioso ensaio, consubstanciar o material necessário à sua apreciação por futuros estudiosos.

Sob nenhum outro aspecto, a influência do índio é ainda hoje tão marcante, nessa população litorânea, como nos processos individuais de pesca nas lagoas da planície. Muita coisa dêle herdamos nos instrumentos e métodos de trabalho. O juquiá que bate os fundos rasos a fim de aprisionar o peixe em suas paredes de taquara, o puçá que colhe o camarão, a canoa cavada num tronco, o jirau e a esteira em que comumente dormem, as cuias, balaios, arupemas, cordas de embira e panelas de barro. (LAMEGO, 1946, p. 158)

Entre algumas pescarias de rio realizadas no passado e descritas por alguns interlocutores nos trabalhos de campo da pesquisa, encontra-se a pesca de “tapagem”, que consistia “tapar” com a rede a passagem dos pescados durante a maré alta (pois no estuário do rio a maré influencia diretamente o movimento das águas em seu leito) e quando a maré baixava o peixe ficava preso, sem conseguir sair, preso na lama, então o pescador e pescadora recolhia este pescado com a mão, pois o mesmo se encontrava com pouca movimentação.

Outra forma contada eram as pescarias que se desenvolviam dependentes dos movimentos de cheias e vazantes do próprio rio em períodos de chuvas. Após as cheias, quando o rio baixava, se formavam “poços”, brejos e lagoas temporárias que armazenavam grandes quantidades de peixes represados que, com a diminuição do nível d’água pela evaporação e infiltração na terra, eram pescados com facilidade, usando-se os Juquiás (descritos por Lamego), tarrafas ou até mesmo na mão.

Outra singularidade diz respeito a abundância de bagres nativos encontrados nestas regiões, o rio Macaé, como exemplo, era conhecido como “Rio dos Bagres”. Fernando José Martins (2019) chega a relatar que os meses de setembro a março, meses das inundações, iniciava-se na barra do Paraíba a quadra dos bagres, ou *mulatos velhos*, que vinham das águas do Rio Grande do Sul e se abrigavam no leito do rio. Nos relatos dos interlocutores o bagre encontra centralidade nas narrações das pescarias mais antigas junto com suas formas de beneficiamento e comercialização considerados destaques na consolidação do complexo pesqueiro que a localidade se tornou. Estas pistas levam a elaboração de duas hipóteses entrelaçadas para nosso enigma:

A primeira hipótese é a de que o nome “Gargaú” seria proveniente da conversação local pelas chamadas “línguas gerais”. Segundo Florence Carboni e Mário Maestri (2003) “nos dois primeiros séculos, a colonização luso-brasileira contribuiu para a difusão da “língua geral” pelos colonos e não do português. O uso generalizado da “língua geral” pelos colonos terminou marcando indelevelmente a toponímia nacional” (CARBONI; MAESTRI, p. 18,

2003). A “língua geral” mais utilizadas na costa brasileira era a “paulista” composta por expressões tupis-guaranis “aportuguesadas”.

Juntando nosso quebra-cabeças temos: Primeiro a forte presença neste lugar, em fins do século XVIII e início do XIX, de grupos indígenas e/ou seus descendentes, como pode ser confirmado nos excertos dos textos acima. Segundo, é possível que estes se comunicassem diretamente em sua língua²³ ou, mais provável, nas “línguas gerais”. Terceiro, esta ocupação ocorreu principalmente em torno das abundâncias de pescados, com a presença do estuário do Rio Paraíba do Sul e do mar, neste sentido as trocas de informações locais em torno das pescarias possivelmente ocupavam lugar de destaque. Quarto, a presença do bagre como um pescado encontrado em grande profusão e, por último, os modelos de pescarias que se desenvolviam a partir dos movimentos das águas que certamente motivaram muitas trocas de informações entre estes sujeitos e sua passagem para gerações vindouras.

Sendo assim é presumível que estes modelos de pescarias que prendiam os pescados em espaços produzidos ora artificialmente, como as “tapagens”, ora naturalmente, como as lagoas e brejos formados pelos movimentos do rio, criassem a visão/imagens de “peixes pastando”, “pastos onde se encontravam peixes”, “comedouros para os peixes”. Além disso as espécies de bagres²⁴ nativos desta região têm como hábitos nadarem bem próximos ao fundo das águas, em especial quando estas se encontram em níveis baixos, como que “pastando”.

Neste sentido parece razoável que “Gargaú” seria uma expressão ligada a ideia de que naquele lugar seria farta a presença de “peixes que pastam” ou “pastos de peixes” ou, ainda, “comedouros de peixes que pastam”; falados por populações originárias e/ou seus descendentes a partir de “línguas gerais”, ou seja, um lugar farto de Guará-Guá-Ú ou Guaraguã-ú – aportuguesando-se “Gargaú” (CARVALHO, 1987; SAMPAIO, 1987).

A segunda hipótese, que se encontra entrelaçada a primeira, parte da seguinte indagação: se o nome “Gargaú” vem da expressão tupi-guarani aportuguesada de “peixes que pastam” ou “pastos de peixes” ou, ainda, “comedouros de peixes que pastam”, por que não foi encontrada nas narrativas populares nenhuma referência a esta possibilidade? Por que, ao

²³ Algo próximo ao tupi e/ou guarani, pois os Goitacás já haviam sido, em sua maioria, expulsos, aldeados e/ou exterminados neste período.

²⁴ Segundo entrevista realizada no dia 27 de dezembro de 2022 com o pesquisador e doutorando em Aquicultura da UENF, João Vitor de Azevedo Manhães, as principais espécies de bagres nativos que, possivelmente, adentravam neste estuário neste período, são os que se encontram no gênero *genidens*: este gênero engloba uma série de espécies tais como o *genidens genidens* (o mais comum), *genidens barnatus*, et al. Estas espécies tem como características frequentarem o mar e o estuário e se aglomerarem em grandes quantidades nestes habitats.

invés disso, surge uma história (em forma de lenda) de um casal de indígenas que, de alguma forma, doaram seus nomes a localidade, na maneira de pais fundadores?

Esta indagação suscita a hipótese desta história oral-local representar um “mito de fundação” capaz de congrega em seu interior anseios e elementos de pertencimento deste grupo. Carlos Rodrigues Brandão (2010) em texto que busca contribuir com novos elementos para maior precisão/amplitude do conceito de “comunidade tradicional” e/ou “sociedade tradicional” traz alguns pontos que se articulam a perspectiva desenvolvida neste trabalho. Para o autor um dos elementos que acrescentam abrangência conceitual a esta definição, ao mesmo tempo em que a diferencia de sociedades/comunidades indígenas e/ou tribais, diz respeito a sua vinculação, com maior ou menor intensidade, as cidades e ao mercado, sejam próximos ou distantes. Nas palavras do autor

Bem sabemos que mesmo possuindo modos gramaticais e acentos peculiares de fala e, no limite, um quase-dialeto; mesmo crendo coletivamente em sistemas peculiares de significação da vida e do mundo e vivenciando ritualmente uma religiosidade original em muitos aspectos, nada exclui a evidência de que ali se fala uma modalidade do Português; ali se pratica uma modalidade do cristianismo católico em interação provável com componentes de outras religiões; ali se come, sob receitas provavelmente apropriadas, o mesmo feijão-com-arroz e outros alimentos de uma culinária em parte cultivada e colhida "aqui mesmo", em parte trocada por produtos de outras comunidades semelhantes, em parte, ainda e cada vez mais frequente, comercializada no supermercado da cidade mais próxima (BRANDÃO, 2010, p. 349-350).

O autor avança em seu quadro teórico ao propor uma dimensão temporal que abarcaria estas “comunidades/sociedades tradicionais” baseadas nas histórias e/ou memórias dos integrantes mais antigos como suporte para produção de anseios e pertencimentos coletivos.

Em um primeiro contar de memória, algumas lembranças dos "mais velhos aqui do lugar" farão referência longínqua à presença de grupos e comunidades indígenas. Então, não é raro que, de maneira sempre vaga e imprecisa, alguns fragmentos de uma história oral e mítica falem dos primeiros fundadores do lugar e das gerações de sucessores (BRANDÃO, 2010, p. 359).

Evoca-se, também, as contribuições que Lux Vidal (2007) desenvolve no denso e complexo estudo sobre o mito da Cobra Grande entre os povos indígenas Galibi, Karipuna, Palikur e Galib-Marworno, habitantes nas reservas Uaçá, Galibi e Juminã, localizadas no norte do Estado do Amapá.

Embora com diferenças latentes entre as narrativas, estes povos desenvolvem mitos tendo a Cobra Grande como principal personagem. A partir de uma análise comparativa Vidal (2007) interpreta o significado que estas narrativas desempenham como produtora de universos cosmológicos que podem ser encontrados em “outras” coletividades que se encontram em estreito contato com as sociedades envolventes. Segundo o autor “o tempo mítico é um tempo em que acontecimentos passados continuam presentes como paradigma, que pode ser referido como “antigamente” ou “naquela época” (VIDAL, 2010, p. 32).

Nas narrativas expostas anteriormente sobre o casal indígena que originou o nome da localidade percebe-se a centralidade de três componentes: a família, os indígenas e o rio. É possível se associar ainda um quarto, presente de forma mais sutil e fragmentária, a pesca. Estes relatos (em formato de lenda) ilustram um marco para origem deste coletivo de pescadores e pescadoras, remontando a um passado incerto, sem datação precisa, mas ainda vivo e presente como um paradigma nas “memórias/histórias dos mais antigos”. Seus significados se retroalimentam e revelam elementos da vida atual deste grupo.

Os indígenas como habitantes expulsos destas terras por resistirem ao domínio europeu, acarretam medo por sua postura aguerrida, entretanto este medo não se impõe como ameaça, mas como reconhecimento do valor que representa. Assim como estes indígenas este grupo resiste ao descaso por sua condição de vida e trabalho pelos supostos órgãos competentes. Em sua percepção de mundo estes órgãos, na maioria das vezes, surgem para “atrapalhar”, impedir suas pescarias, apreender seus petrechos e pescados, cobrar multas. A presença destes órgãos está sempre associada a injustiça, a ações truculentas e ao não reconhecimento de seu modo de vida e de trabalho. Os indígenas expulsos ou expropriados de seu território renascem na mitologia local, representantes de um povo que reconhece sua valentia, pois a incorpora em seu cotidiano de lutas contra as injustiças sofridas, sua morte é encarada como renascimento, por isso o local incorpora seu nome.

Mas também vieram “trazer pesca para o povo”. Localidade que, mesmo tendo escasso apoio, consegue conservar-se e progredir devido a suas habilidades e conhecimentos adquiridos entre gerações (originárias dos ensinamentos indígenas) e utilizados em suas lidas diárias nas atividades em torno da pesca. A pesca simboliza um marco de sobrevivência e fortalecimento do coletivo. Pelas pescarias a localidade se consolidou possibilitando sua existência e crescimento ao longo do tempo.

Entretanto o resultado dessas pescarias não remete a ganhos individualizados apenas, mas com intuitos coletivos. Sejam nas rotinas das atividades pesqueiras propriamente ditas ou no sustento que estas atividades trazem para a família/comunidade a pesca é o centro de um mundo plural. O casal de índios simboliza a família, seja ela mais extensa, envolvendo parentela e amigos/aliados próximos, seja mais restrita ao círculo familiar íntimo. A morte do casal plantou as sementes para o elo familiar em torno da pesca como atividade sustentadora das gerações.

Por fim, como última peça deste enigma, a morte no rio devido a “uma água grande” que levou “a embarcaçõzinha deles ao fundo” simboliza a vida destes/as pescadores e pescadoras. Uma vida arriscada e cheia de imprevistos devido a realizarem atividades num meio incerto e imprevisível. As narrações sobre acidentes e perigos são frequentes entre os interlocutores e a máxima de que este trabalho envolve grandes riscos é partilhada por todos/as sejam pescadores e pescadoras, familiares, amigos/as, etc.

Michael Taussig (2010) em seu livro “O Diabo e o Fetichismo da mercadoria na América Latina” examina os rituais em torno do Diabo executados por camponeses e mineradores na Colômbia e na Bolívia como uma forma de expressão destes povos devido a imposição da cultura de mercado capitalista em seu meio de vida e trabalho. No capítulo intitulado “cosmogonia” o autor recorre a “Nova Ciência”, de Giambatista Vico, como suporte para pensar as cosmogonias populares. À vista disso reconhece que “só se pode conhecer verdadeiramente o que se cria, e que conhecer algo é de alguma maneira tornar-se esse algo, unir-se a ele” (TAUSSIG, 2010, p. 153).

Aqui chega-se ao desfecho do enigma, abre-se a cortina. O entrelaçamento das memórias orais e sua passagem entre as gerações transmuta a história numa herança encarnada e partilhada pelo próprio grupo. Com isso estas memórias são capazes “de revelar o pensamento de uma sociedade, a sua concepção da existência e das relações que os homens devem manter entre si e com o mundo que os cerca” (ROCHA, 1981, p. 178).

O efeito simbólico se encontra na partição das mensagens do sujeito histórico; assim, a verdade só se estabelece pelo encontro das partes, quando se revela o verdadeiro sentido do mundo ou, no caso específico, dos espaços que compõem a realidade coletiva.

“Gargaú”, denominação fruto da etimologia de expressões tupis-guaranis ou alcunha de um casal de indígenas que ali habitaram? Provavelmente as duas coisas. Só podemos desvelar honestamente esta localidade se nos permitirmos conhecer e reconhecer seus

criadores/as, se, por alguns instantes ao menos, nos tornarmos eles/as, nos unirmos a eles/as. Espaço originado de pescadores e pescadoras que lutam com todas as adversidades mesmo encontrando restrito apoio fora de seus círculos mais íntimos. Elaboram sua resistência ao desenvolverem suas atividades com sentido coletivo tendo nos núcleos familiares sua centralidade. Vivem cotidianamente a incerteza sobre os resultados de seus trabalhos, seja devido à escassez de pescado e/ou aos inconstantes preços com que conseguem comercializá-los. Mito fundador, Gaá e Gaú se encontram sempre vivos e renovados no cotidiano deste coletivo.

A chegada (invasão?) do europeu.

O fato que levou ao estabelecimento dos primeiros núcleos habitacionais europeus na região Norte/Noroeste Fluminense ocorreu no dia 15 de junho de 1532 quando uma frota portuguesa aportou em Málaga, porto espanhol no Mediterrâneo, para suprir-se de víveres. Durante esta parada seus tripulantes encontraram neste porto a Nau Peregrina de nacionalidade francesa, “o navio estava atulhado com 15 mil toras de pau-brasil, três mil peles de onça, 600 papagaios e 1,8 tonelada de algodão, além de óleos medicinais, pimenta, sementes de algodão e amostras minerais” (BUENO, 1999, p. 08).

Além dos produtos subtraídos da costa brasileira a Peregrina, em suas aventuras, havia ainda tomado um entreposto português no litoral pernambucano, fortificando-o para servir de apoio as empreitadas comerciais francesas naquele local. Com o aprisionamento desta embarcação e a descoberta de seus feitos, o rei D. João III chega à conclusão de que as ações de correção e os tratados firmados entre Portugal e França não inibiriam o tráfico das riquezas do território que futuramente seria conhecido como Brasil. Por esta razão a coroa portuguesa decide por empreender oficialmente a colonização das terras então “descobertas”. Instaura-se, em consequência, o projeto das Capitânicas Hereditárias.

A partilha das terras “brasileiras” em doze (12) “Donatarias” ou “Capitânicas Hereditárias” foi estabelecida entre março de 1534 a fevereiro de 1536. Estas Capitânicas tinham proporções gigantescas, algumas chegando a 350 Km de largura, prolongando-se até a linha imaginária estabelecida em 1494 pelo Tratado de Tordesilhas, em algum lugar no interior, ainda totalmente desconhecido pelos portugueses, do continente.

Dos 12 donatários, somente quatro já haviam estado no Brasil anteriormente e, ao todo, apenas oito iriam tomar contato pessoal com as terras que receberam. Isso significa dizer que quatro capitães-donatários jamais

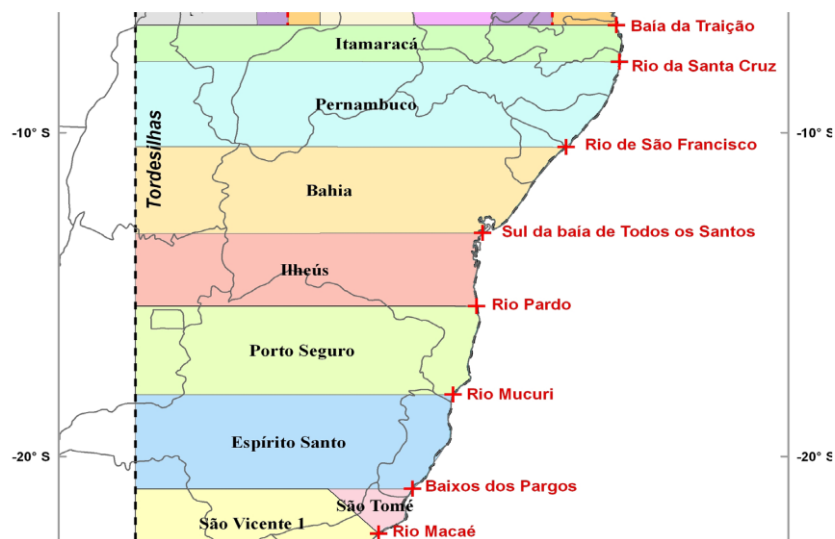
puseram os pés na colônia e sequer conheceram suas imensas propriedades. De qualquer forma, postos em prática pessoalmente ou a distância, os projetos de colonização resultaram, quase sem exceção, em retumbante fracasso. Os donatários que não pagaram por seus erros com a própria vida, perderam (e jamais recuperaram) as fortunas adquiridas no reino ou na Índia (BUENO, 1999, p. 11).

Estas “donatarias” foram disponibilizadas, no caso do “Brasil”, para militares que haviam participado na conquista da Índia e da África e para altos escalões da administração da corte que atuavam no oriente. “O caso restante é o de Pero de Góis, que não lutara na Índia nem na África, mas que pode ser enquadrado no grupo dos militares, já que chegou ao Brasil em 1531 como um dos capitães pela expedição de Martim Afonso de Sousa.” (BUENO, 1999, p. 11).

Pois foi justamente Pero de Góis que receberia a Capitania de São Tomé, onde se localizará, futuramente, a região Norte/Noroeste Fluminense. A carta de doação da Capitania de São Tomé a Pero de Góis foi assinada em 28/01/1536 possuindo 30 léguas de extensão, uma das menores Donatarias. Pero de Góis aporta em terras fluminenses em 1538.

Jorge Pimentel Cintra (2013) propõe novo desenho cartográfico das Capitânicas com original definição de suas dimensões e divisas. Se utiliza para este novo mapeamento da análise de fontes primárias, tais como as cartas de doação e forais e a cartografia da época, em particular o mapa de Bartolomeu Velho. Como resultado segue-se o mapa e a tabela elaborados pelo autor.

Mapa 6: Capitânicas Hereditárias Centrais com marcos divisórios



Fonte: CINTRA, 2013, p. 23

Tabela 3: Dimensões e limites das Capitanias Centrais

n	DONATÁRIO	SIGLA	LÉGUAS	LIMITE COM A CAPITANIA AO NORTE NA CARTA DE DOAÇÃO	LOCAL ATUAL / INTERPRETAÇÃO
5	Duarte Coelho [Pereira]	PE	60	Rio da Santa Cruz	Canal ao sul da Ilha de Itamaracá
6	Francisco Pereira Coutinho	BA	50	Rio de São Francisco	Rio de São Francisco
7	Jorge de Figueiredo Correia	IL	50	Ponta sul da baía de Todos os Santos	Sul da baía de Todos os Santos
8	Pedro do Campo Tourinho	PS	50	Fim da anterior +50 léguas	Rio Pardo
9	Vasco Fernandes Coutinho	ES	50	Fim da anterior +50 léguas	Rio Mucuri
10	Pero de Góis [da Silveira]	ST	30	Baixos dos Pargos	Rio Itapemirim

Fonte: CINTRA, 2013, p. 23

Como se depreende do Mapa 06 a Capitania de São Tomé ocupava uma faixa de terras espremida entre a capitania do Espírito Santo e a de São Vicente. Menor entre as capitanias centrais, possuía como marco divisório ao sul o Baixo dos Pargos, (nas proximidades do atual Rio Itapemirim/ES), que foi conquistado a partir de negociações entre Pero de Góis e Vasco Fernandes Coutinho, Donatário da Capitania do Espírito Santo, ao norte tinha como divisa o Rio Macaé.

Segundo Mário Barreto Menezes (2017) Pero de Góis e sua tripulação “depois de explorar a costa, inclusive a foz do rio Paraíba do Sul, desembarcou em princípio de 1539 na enseada do Retiro, poucas braças ao sul da barra do Rio Managé” [atual Rio Itabapoana] (MENEZES, 2017, p. 35). Neste local foi instalada a primeira povoação da região denominada de Vila da Rainha. Entretanto em 1543 Pero de Góis de ausenta de sua capitania indo a Lisboa em busca de recursos e parcerias comerciais. Quando retorna encontra a Vila em destroços após ataques dos Goitacáz.

O Donatário, apesar disso, retoma seu empreendimento, reconstrói a Vila e, inclusive, inicia a construção de um novo povoado a aproximadamente 10 léguas adentrando o Rio Managé (Itabapoana) no lugar onde se iniciam suas corredeiras tornando seu percurso a partir deste ponto de difícil navegação. Anos mais tarde se ergueu neste mesmo local a Vila da Limeira, importante entreposto comercial durante os séculos XIX e princípios do XX para o

sul do Espírito Santo e Noroeste do Rio de Janeiro, no presente encontra-se esquecida e abandonada, tendo suas riquezas patrimoniais se deteriorando pelas ações do tempo.

Todavia, em 1546 novamente os Goitacáz se levantam contra as ocupações e, em novo confronto, destoeem toda a Vila, inclusive a pequena povoação que se encontrava rio acima. Desiludido Pero de Góis abandona a Donataria e retorna a Portugal.

Alguns anos após as fracassadas empreitadas de Pero de Góis, seu filho, Gil de Góis, retoma a Capitania do pai e funda nova povoação. Não se sabe ao certo a data de início desta nova vila. Segundo Alberto Ribeiro Lamego (1945) Gil de Góis funda seu povoado “já entrado em anos provavelmente”, ou seja, já em inícios do século XVII. Ao que tudo indica Gil de Góis funda este povoado junto ao largo dos Pargos, próximo ao Rio Itapemirim, apesar de haver controvérsias, pois alguns historiadores marcarão o local desta povoação no mesmo da Vila da Rainha, na enseada do Retiro.

Esta nova tentativa de povoar a região pelos portugueses novamente fracassa devido a novo levante indígena, quando a nova Vila é inteiramente destruída e em “1619, Gil de Góis renuncia à Capitania, que passa ao domínio da Coroa” (LAMEGO, 1945, p. 55).

Os parágrafos acima foram rigorosamente escritos tendo por base a literatura supracitada sobre o início do povoamento europeu em terras norte/noroeste fluminenses. Curioso notar como no teor destes escritos, sem exceção, definem-se os indígenas como o polo violento desta história, mesmo que existam graduações entre os diferentes autores, alguns exaltando com mais entusiasmo os colonizadores, outros mais críticos a estas empreitadas. Mesmo com estas diferenças, encontramos sempre nestes enredos as vilas, plantadas pelo esforço dos Donatários, e os ataques agressivos e devastadores dos indígenas. Um polo passivo e inofensivo e outro ativo e agressor. Parafraseando George Orwell “a história é escrita pelos vencedores”.

Contudo ao se deter nos detalhes destas descrições percebe-se como estas terras foram “entregues aos Capitães” pelo seu “legítimo” dono, ou seja, o Rei de Portugal. O Rei passa a ser dono destas terras, o que existe sob ela (recursos minerais e naturais) e sobre ela (fauna, flora e até mesmo seus habitantes), sem jamais ter posto seus pés neste território durante toda a sua vida. Como dono e na busca “legítima” de proteger “suas” riquezas dos “ladrões e traficantes” franceses reparte “no mapa” suas posses em imensidões de fazendas e as entrega aos “donatários” que, em nome del Rei, terão direito de tomar posse de suas capitánias e nelas expropriar o que for necessário para melhor exploração de suas riquezas. Alguns desses

“jamais puseram os pés na colônia e sequer conheceram suas imensas propriedades” (BUENO, 1999, p. 11).

Como exposto anteriormente estes territórios estavam há muitas gerações habitados por vários núcleos humanos, com diferenças e semelhanças, que conviviam entre si e com o meio ambiente local em relações complexas de trocas, guerras, adaptações e criações que fazia desta região lugar, este sim, de legítimo pertencimento destes povos. No entanto num passe de mágica e numa inversão de direitos, como na imagem do espelho, o legítimo habitante se converte em invasor e o invasor em proprietário, dono destas terras. Isto posto, adota-se, para esta tese, o pressuposto de que os verdadeiros invasores foram os europeus que aqui chegaram, expropriaram os povos originários de seus territórios, violentaram suas culturas e seus modos de vida e, no limite, cometeram todo o tipo de crueldades como etnocídios e genocídios.

Além de toda arbitrariedade contida na expropriação destes territórios pelos europeus, ainda pode-se encontrar fatos nas entrelinhas dos próprios autores citados, mesmo tendenciosos na forma de contar estes acontecimentos históricos, que revelam a acentuada crueldade e barbaridade como estes colonos tratavam com os nativos. Assim no livro do escritor São Franciscano, Roberto Pinheiro Acruche (2002), que busca recolher fontes escritas para registrar a história do município de São Francisco do Itabapoana, encontramos o seguinte excerto sobre a primeira ausência de Pero de Góis de sua donataria que viria a reencontrá-la destruída em seu retorno:

Ao retornar para sua Capitania de São Tomé no final de 1543, feliz com o êxito dos entendimentos que havia feito na Capital Portuguesa e com muita disposição; trazendo ferramentas e novos colonos, certo de que com os recursos conseguidos seria possível incrementar todos os planos que tinha em mente, e que a prosperidade da capitania estava garantida, chegando na Vila da Rainha, Pero de Góis encontrou toda destruída, devastada, abandonada pelos colonos que tinham se embrenhado nas matas, **em razão do administrador Jorge Martins, que também fugiu, haver tentado durante a sua ausência, escravizar os índios para os serviços da Capitania; as incursões escravizadoras e os maus-tratos recebidos provocaram a revolta e o ataque dos silvícolas que destruíram tudo.** Pero de Góis diante daquele quadro triste, vendo toda a sua obra destruída, pensou até em desistir, mas não podia desanimar, além do mais pensou, como pagaria o financiamento que obtivera em Lisboa (ACRUCHE, 2002, p. 47, grifos do autor).

Ou seja, a fúria dos terríveis Goitacazes é motivada pelo fato dos mesmos estarem sendo escravizados e recebendo dos colonos maus-tratos. Em referência aos infortúnios

sofridos por Pero de Gois em sua segunda tentativa de colonizar estes territórios, Alberto Ribeiro Lamego (1945) assim refere-se aos motivos do novo levante indígena sobre as duas povoações erguidas por este Donatário:

Recomeça [Pero de Góis]. Junta novos colonos. **Mas um corsário português desembarca em certo ponto da costa, traiçoeiramente prende um cacique goitacá, e, não obstante o resgate obtido, leva-o a outra tribo inimiga, onde o devoram.** Então os índios se levantam. Marcham contra um povoado. Assaltam as fazendas, queimam os canaviais e tomam "toda quanta artilharia havia", deixando "tudo extruído". Pêro de Góis acode com sua gente, mas nada pode. Contra a massa de índios, visto que "assim no mar como onde eu estava, se via tudo alevantado para me matarem e a toda a gente", e recolhe-se ao mar. "Fiquei com um olho perdido, de que não vejo, e bem assim perdidos quinze anos nesta terra: porém mais sinto ainda a perda que dei a homens que em mim confiaram", diz o **nobre capitão**. E assim são destruídos Vila-da-Rainha e o engenho de água do Itabapoana, "onde fiz muita boa povoação, com muitos moradores, muita fazenda, a qual, a eles e a mim, custou muito trabalho por ser pela terra dentro". LAMEGO, 1945, p. 54, grupos do autor).

O corsário português (ou seja, do mesmo “povo” de Pero de Góis, “nobre Capitão”) prende um cacique Goitacá e, mesmo recebendo de seu povo o resgate pedido, não entrega de volta seu líder, mas, ao contrário, o entrega a uma etnia inimiga que acaba por devorá-lo.

Gil de Góis protagoniza um caso ainda mais insólito, que terá como efeito a ofensiva indígena com a destruição de suas ocupações encerrando de vez as empresas da família Góis em terras fluminenses. Assim escreve sobre este caso Fernando José Martins (2019):

Os mais antigos descendentes dos hereos daquelle lugar referem, por tradição, um facto então acontecido que foi sempre tido entre eles como origem do último encarniçamento e contumacia dos Indios contra o donatario, até a sua explusão; o qual aventuramos e o transmittimos a nossos leitores da mesma maneira que ouvimos. Gil de Góes, entre outros Indios que **conseguiu domesticar**, acolheu **uma menina de tenra idade, filha ou parenta proxima de um cacique** (chefe de tribo) da visinhança, a quem fez baptizar com o nome de Catharina. **Crescendo no corpo, na idade e na formosura, a pupilla do chefe augmentava tambem na belleza; e este não tivera forças para resistir aos encantos da seductora filha das brenhas, nem tão pouco esta aos amorosos afagos do donatario.** Como é de crêr, a esposa deste percebendo o quer que fosse, começou a nutrir zellos, com razão ou sem ella; e **como tinha gênio pouco prudente começou igualmente a maltratar, com palavras e obras, a condescendente jovem, que incessantemente pedia a seu amante que a fizesse transportar para outro lugar distante de sua perseguidora.** De uma vez, não podendo Catharina soffrer o barbaro castigo da ciumenta Dona, e por estar ausente o capitão, deitou a correr para o mato em busca de seus parentes; e **o estado lastimoso em que appareceu diante delles, com o corpo ensanguentado, fez jurar vingança e guerra de morte contra aquelle que, no pensar da**

tribu, era a causa do martyrio de sua bella conterranea. E de facto assim o executaram com a total expulsão da colonia (MARTINS, 2019, 53-54).

Não satisfeitos em invadirem e expropriarem as terras pertencentes historicamente a estes povos os colonos e colonizadores ainda os tratam com extrema iniquidade. Os escravizam; prendem seus líderes negociando resgates que, quando recebidos, são atraíoados entregando-o para morte certa nas mãos de seus inimigos; abusam crianças indígenas e, posteriormente, maltratam-na violentamente deixando-a com todo o corpo ensanguentado. As reações quanto à tamanha perversidade e brutalidade sofrida devem ser consideradas, no mínimo, como tentativas de reparação.

Entretanto, a linguagem dos escritores sempre busca amenizar as ações agressivas dos colonizadores e potencializar as dos indígenas com uso de expressões preconceituosas que desumanizam estes povos, tais como “domesticar”. Assim torna-se de extrema importância para pesquisas que buscam compreender estas histórias redirecionar os olhares. Mesmo em situações onde as fontes dos próprios grupos originários sejam inexistentes é de suma importância ler as fontes e textos existentes a partir das entrelinhas, procurando fazer surgir de seus parágrafos algo das vozes esquecidas ou apagadas da história oficial.

O fato é que os povos Goitacás, soberanos das restingas e alagados, sendo expropriados e tratados com extrema violência e descaso resistem vigorosamente num misto de engenhosidade, organização, competência e adaptação ao meio ambiente, que causava ao europeu, invasor, extremas dificuldades para repelir os ataques que sofriam. Como vimos anteriormente a relação simbiótica entre estes povos e o ecossistema os tornam extremamente difíceis de serem superados.

Do abandono da Capitania ao domínio dos Assecas: a consolidação da ocupação europeia na margem direita do Rio Paraíba do Sul.

Com o abandono da Capitania pelos Gois e devolução da mesma à coroa portuguesa em 1619, a extensa porção de terras que se estende do “rio Macaé, junto à costa, até o Rio Iguassu, hoje Açu, foi concedida, em 1627, aos chamados Sete Capitães (Miguel Ayres Maldonado, Miguel da Silva Riscado, Antônio Pinto Pereira, João de Castilho, Gonçalo Correia de Sá, Manuel Correia e Duarte Correia)” (LARA, 1985, p. 40). Estes novos “proprietários” (invasores) irão tomar posse efetivamente no ano de 1632.

Apesar de controvérsias entre os escritos, parece crível que foram estes Capitães os primeiros a introduzir o gado nesta região que possuía um solo extremamente fértil, formado nas planícies aluviais, o “massapê”. Assim Alberto Ribeiro Lamego (1945) descreve a ocupação desta parte da planície fluminense, abrangendo principalmente os atuais municípios de Campos dos Goytacazes e São João da Barra da seguinte forma: “Tamanho é a fertilidade da planície goitacá e tão de pronto alí cresce a população, que toda a história econômico-social de Campos nesse período se resume nisto: A luta pela posse do solo fértil, das aluviões fecundas, do cobiçado ‘massapê’” (LAMEGO, 1945, p. 60).

Em 1648, o General Salvador Correia de Sá e Benevides, uma das figuras locais mais proeminentes do século XVII, toma conhecimento das terras então pertencentes aos Sete Capitães. “Abusando de seu poder e posição, e de parçaria com jesuítas e beneditinos, compele os capitães ainda vivos a assinarem uma escritura de composição, na qual governador e religiosos são bem aquinhoados na partilha da planície” (LAMEGO, 1945, p. 61).

Das terras que ficaram sobre seu poder o General Benevides fundou um morgado de cinco léguas em sítios diferentes e vinculou 50 currais com oito mil vacas parideiras em 1667. Conseguiu também, em 1674, a doação pela coroa da capitania do Paraíba do Sul para seus filhos, Martim Correia de Sá (1º Visconde de Asseca) e João Correia de Sá. “Inicia-se assim o malfadado domínio dos Assecas” (MENEZES, 2017, p. 63).

O domínio da casa dos Assecas sobre as terras presentes na porção sul do Rio Paraíba irá se estender da seguinte forma:

1º Visconde de Asseca – Martin Correia de Sá (1648-1674);

2º Visconde de Asseca – Salvador Correia de Sá (1675-1692);

3º Visconde de Asseca – Diogo Correia de Sá (1693-1746);

4º Visconde de Asseca – Martin Correia de Sá e Benevides (1747-1753).

Com exceção dos períodos de 29/06/1713 a 11/05/1726 e de 14/11/1733 a 27/10/1739 em que a capitania foi temporariamente sequestrada.

O período de domínio dos Assecas é narrado como sendo exercido com extrema violência e autoritarismo assemelhando-se aos governos absolutistas. Alberto Ribeiro Lamego (1946) assim se reporta a este momento histórico:

Ao contrário porém do que sucedia em toda a costa brasileira, onde a criação de vilas era o marco primordial da colonização, na planície campista tudo se passara inversamente. O interêsse dos viscondes de Assecas, novos

donatários, comodamente a fruïrem em Lisboa os proventos da capitania, visava manter enfeudada a planície de acesso difícil, já havendo êles barbaramente anulado duas tentativas da fundação de vilas, não obstante a expressa cláusula constante na régia doação. Não convinha ao magnata se viesse a conhecer a riqueza das aluviões para a cana de açúcar, - seu primeiro engenho fora montado em 1650 -, o que provocaria logo o crescimento da população, bem como a criação de núcleos urbanos onde a justiça de el-Rei pudesse facilmente chegar, destruindo o absolutismo dos mandatários (LAMEGO, 1946, p. 110).

Este domínio absolutista é interrompido com o chamado “Levante dos Fidalgos”, uma insurreição popular promovida contra o 4º Visconde de Asseca e comandada pela lendária figura de Benta Pereira que, segundo Fernando José Martins (2019) era descendente de um dos Sete Capitão, Miguel Riscado. Como resultado a capitania foi novamente incorporada à coroa portuguesa em 1753.

Outro fator de controvérsia entre os autores diz respeito a partilha destas terras entre a capitania do Espírito Santo e a do Rio de Janeiro. Segundo Mario Barreto Menezes (2017) em aproximadamente 1630 a capitania do Paraíba do Sul sob domínio da Coroa é dividida em dois termos, sendo que a parte ao norte da barra do rio passa a pertencer ao termo da Vitória, capitania do Espírito Santo, enquanto a parte Sul fica no termo de Cabo-Frio, capitania do Rio de Janeiro.

Este fato enseja uma série de litígios por terras na parte norte que envolve a tentativa de ocupação por colonos e pela ordem Jesuítica que, possuindo imensa quantidade de terras nas margens Sul do Rio Itabapoana/ES, na denominada Fazenda Moribeca, busca aumentar seus domínios sobre as terras ao Norte do Paraíba do Sul. Para tal ensejo os religiosos apelavam para o argumento de que os Viscondes de Assecas, que distribuïam possessões nestas mesmas áreas, como forma de ampliar seu círculo de alianças e de poder, não teriam legitimidade para estas doações visto se encontrar sob governo do termo da Vitória. Estes litígios ora são decididos em prol dos religiosos, ora em prol dos Assecas, constatando a forma irregular e pouco concreta de apropriação colonial deste espaço geográfico.

Com algumas diferenças entre as datas²⁵ a região dos Goitacás, com as sedes administrativas em São João da Barra e Campos fica anexada a Capitania do Espírito Santo

²⁵ Segundo Lamego (1946), o governo pela capitania do Espírito Santo se inicia em 1741, já Menezes (2017) data o início deste governo em 1753.

deste aproximadamente o ano de 1750 até 1832²⁶, quando retorna aos domínios da administração do Rio de Janeiro. Interessante notar que a parte norte da margem do rio Paraíba do Sul não se encontra citada nestes acordos, sendo provável, pela ausência de referências que possam ratificar esta hipótese, que tenha pertencido ao termo da Vitória entre os anos de 1630 até 1832.

No ano de 1753, possivelmente, o território entre a margem norte do rio Paraíba e a margem Sul do rio Itabapoana passa a pertencer a São João da Barra, com sua incorporação a capitania capixaba, pois já havia passado a condição de vila em 18/06/1677, com o nome de Vila de São João da Praia. Em 1850 São João da Barra (já com essa denominação) é elevada à categoria de cidade.

E a margem esquerda, como se consolidou? O surgimento do “Sertão das Cacimbas/Sanjoanense”.

De maneira diversa do processo do estabelecimento dos assentamentos presentes na margem direita do Rio Paraíba do Sul, que culminaram com a criação das cidades de São João da Barra e Campos dos Goytacazes²⁷, a região da restinga encontrada entre a margem norte, na localidade de Gargaú e o córrego de Manguinhos, como pode ser depreendido da história exposta anteriormente, passa praticamente alheia aos acontecimentos, decisões, conflitos e formas de expropriações e explorações empreendidos pelo domínio europeu nestas terras.

Desde a chegada dos Góis nas margens do Rio Manajé e, em seguida, Itapemirim até o domínio empreendido pelo lado direito do Paraíba, pelos Sete Capitães e, na sequência, pelos Assecas, a região da restinga esquerda do rio escreveu uma história paralela e praticamente oculta. Não sem motivos esta área será designada durante séculos como “Sertão das Cacimbas”.

²⁶ Segundo Fernando José Martins “A esta comarca do Espírito Santo, que foi creada em 1744, cujo primeiro ouvidor fôra o desembargador da Relação da Bahia Pascoal Ferreira de Veras, pertenceu os Goytacazes desde 1753 a 1831.” (MARTINS, 2019, nota de rodapé pg. 124)

²⁷ Em 1677 são fundadas respectivamente a Vila de São Salvador (futura Campos dos Goytacazes) e a Vila de São João da Praia (futura São João da Barra). Em 1835 a Vila de São Salvador é elevada à categoria de Cidade, com o nome de Campos dos Goytacazes. Em 1850 São João da Barra é elevada a condição de cidade ficando todo o denominado Sertão das Cacimbas, atual município de São Francisco do Itabapoana, sob sua jurisdição.

Mapa 7: Representação do “Sertão das Cacimbas”, do Rio Paraíba do Sul e do Canal das Cacimbas. Os números presentes no mapa foram adicionados pelo autor da pesquisa.



Legenda:

- 1: “Sertão das Cacimbas” representado no Mapa.
- 2: Barra do Rio Paraíba do Sul.
- 3: Canal das Cacimbas.
- 4: Localidade de Gargaú.

Fonte: TEODORO, 1847

Como pode ser constatado pela observação dos símbolos cartográficos presentes no Mapa 7,²⁸ na região denominada como Sertão da Cacimbas haviam escassos núcleos habitacionais. Estes espaços eram ocupados, em grande parte, por alguns latifúndios para pecuária que foram sendo concedidos nestas terras ao longo do tempo, pela restinga e por florestas semidecíduais que estavam em franco processo de exploração e eram escoadas pelos canais até o Rio Paraíba, onde seguiam rumo a portos localizados em São João da Barra, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro entre outros, inclusive para portos estrangeiros.

Seus habitantes neste período, narrados de forma preconceituosa por muitos autores, entre eles Alberto Ribeiro Lamego, foram designados como muxungos, com características que os colocavam a meio termos entre europeus e indígenas. Descritos com feições fortes,

²⁸ Mapa publicado originalmente em 1847 pelo tenente João José da Silva Teodoro como parte de seu relatório entregue ao presidente da província de Ouro Preto com o intuito de mapear a região dos termos do Presídio, Pomba e São Joao Nepomuceno.

pele entre o branco e o pardo, sendo muitos deles possuidores de olhos claros. “O tipo louro e dolicocefalo, de olhos comumente claros senão azuis ou verdes, [...] traduz elos bem cerrados com êsse curioso tipo do muxuango, disperso pelas restingas do norte fluminense, que patenteia nítidos caracteres somáticos de povos nórdicos’ (LAMEGO, 1945, p. 141).

Ainda segundo o autor em outra de suas obras:

O juquiá que bate os fundos rasos a fim de aprisionar o peixe em suas paredes de taquara, o puçá que colhe o camarão, a canoa cavada num tronco, o jirau e a esteira em que comumente dormem, as cuias, balaios, arupemas, cordas de embira e panelas de barro, a pintura das redes com infusão de aroeira, as próprias palhoças toscamente elaboradas, e sobretudo essa **apatia fatalista, essa indiferença e insociabilidade do muxuango**, lembram incisivamente a sobrevivência de atributos raciais da gente americana primitiva, hereditariamente estabilizados pela inércia do meio incapaz de os incitar a evoluer. A terra absorveu o homem, adaptando-o às únicas possibilidades naturais. Os impulsos inatos e oriundos da ascendência européia foram secularmente amortecidos no cansaço físico das caminhadas sobre os areais (LAMEGO, 1946, p. 158).

Não será aprofundada a discussão em torno da formação étnica-cultural da população norte fluminense, por não fazer parte dos objetivos deste estudo, importa destacar, apenas, que a representação destes habitantes, suprimindo-se o teor preconceituoso que carrega, os ligam a suas características e as estreitas relações e habilidades que possuem para manipular o meio onde vivem. O excerto acima, retirado da obra “O Homem e a Restinga”, como exemplo, encontra-se no capítulo intitulado “A Pesca”, comprovando a centralidade destas atividades e do domínio das águas para esta população.

A zona da margem esquerda ao norte de São João da Barra foi tardiamente penetrada. O mapa de Couto Reis, de 1785, ainda a representa como desabitada, com vagos indícios de brejais, além dos quais, ao norte, **era só floresta virgem.** Era denominada o “Sertão de Cacimbas”, nome que ainda hoje guarda porque para se lá ir tinha-se de buscar o pôrto de Cacimbas a uns seis quilômetros a montante da vila e próximo ao Paraíba, por onde passa hoje o canal de Cacimbas, construído no Império. Por aí é que se deu a primeira entrada para o norte à cata de madeiras de lei (LAMEGO, 1946, p. 127).

Esta “zona” tardiamente penetrada e “desabitada” abarca a maior parte, se não todo, o atual município de São Francisco do Itabapoana. Os principais produtos comerciais vindos do Sertão das Cacimbas na época se dividem em dois tipos: 1) a produção agropecuária e pesqueira, com importância econômica inferior e 2) a exploração madeireira que foi o carro chefe durante muitas décadas.

A exploração florestal se baseou em grande medida na extração das madeiras de Lei da Floresta Estacional Semidecidual (SOFFIATI, 2005), que se espalhavam de forma contínua pela formação Barreiras e pela zona cristalina baixa, entre os rios Itabapoana e Pomba. Esta intensa retirada degradou profundamente esta formação vegetal nativa sendo possível se encontrar esparsos renascentes, mesmo que bastante adulterados, na Mata do Carvão²⁹, maior fragmento desta floresta presente no norte/noroeste fluminense, teoricamente protegida pela Estação Ecológica Estadual de Guaxindiba. É possível se encontrar nesta mata exemplares de *C. echinata*, o pau-brasil; *Cariniana* (jequitibá); *Eschweilera* (Gonçalo-alves); *táxon Paratecoma peroba* (peroba-de-campos) da família *Bignoniaceae*, entre outros.

Em virtude da geografia local, (bloqueio dos córregos d'água efetuado pelas areias da restinga norte e os sedimentos acumulados pelo Paraíba) gerou-se, entre o tabuleiro e a restinga, um intrincado sistema hídrico resultando no Córrego e na Lagoa do Campelo, que associado ao grande alagado do Mundeuzinho, possibilitou a ligação entre o Rio Paraíba e a foz do Rio Guaxindiba, o único dos rios menores que conseguiu romper até o mar. “Futuramente, essas ligações serão aprofundadas em suas linhas naturais de drenagem pela construção dos Canais de Cacimbas, do Vigário e do Engenheiro Antônio Resende” (SOFFIATI, 2005, p.63).

Sobre este complexo sistema hídrico e suas funções de transporte comercial, com destaque para a exploração madeireira, assim expressa Fernando José Martins (2019) sobre o comércio e a indústria que se desenvolvem em São João da Barra em fins do século XVII e início do XVIII:

O grande serviço que á industria e ao commercio hão prestado os empresarios da valla navegavel do **sertão de Cacimbas** é certamente incalculavel. Os portos da cidade **encontram-se sempre apinhados das madeiras** de quaesquer dimensões, o que contribue vantajosamente para rapida conclusão das obras com pouco estipendio e menor tempo; proveito exclusivamente devido á facilidade com que agora se transportou as madeiras daquelle vasto continente; porque, como diz Ferreira Borges e outros illustres autores, **são os canaes superiores ás estradas communs**, como instrumentos de communicacão do commercio e das riquezas, por abrir o transporte por agua um mercado mais extenso a cada especie de industria, do que o transporte por terra (MARTINS, 2019, p. 30, grifos do autor).

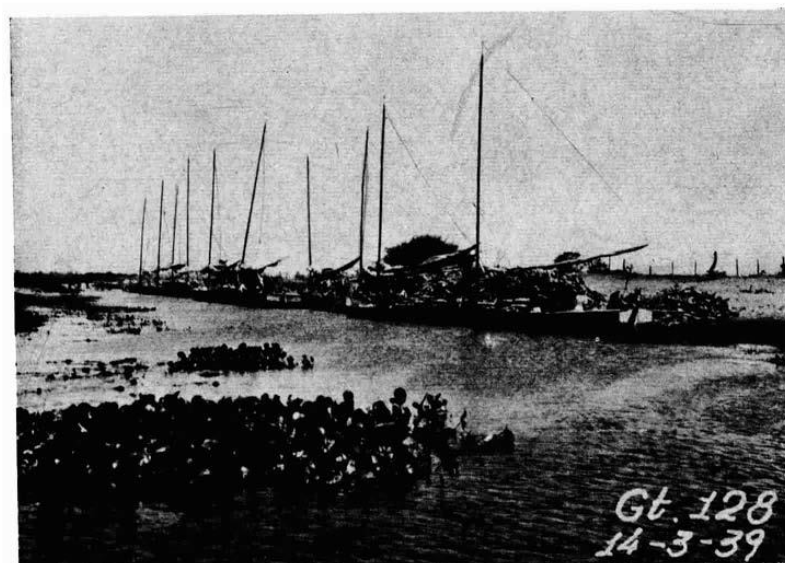
²⁹ A Unidade de Conservação [Estação Ecológica Estadual de Guaxindiba] protege hoje a antiga mata do Carvão, nome sintomático do destino da grande floresta outrora existente no Sertão das Cacimbas (SOFFIATI, P. 32

Os canais fluviais presentes ao norte do rio Paraíba foram essenciais para escoar os produtos desta região sendo o mais importante até início do século XX o sistema hídrico que desembocava no canal de cacimbas. Em 1839, aproximadamente, este veio natural foi aprofundado artificialmente, “cuja construção foi autorizada pela Lei Provincial n.º 160, de 10 de maio de 1839” (SOFFIATI, 2007, p. 16).

Imagem 11: Canal de Cacimbas: Cortado numa depressão entre as restingas.



Imagem 12: Pranchas no canal de cacimbas: cargas de madeiras para serem transportadas.



Fonte: LAMEGO, 1946, p. 196 e p. 193.

As imagens e as descrições dos textos demonstram a pujança e importância que este ponto de embarque e transporte representou para o chamado “Sertão das Cacimbas” e como o transporte fluvial e o comércio extrativista tinham centralidade para os poderes políticos e econômicos instituídos, em sua maioria, no lado direito do Paraíba. A grande região da margem esquerda era compreendida como espaço de exploração e transporte, sendo a instalação de núcleos e equipamentos urbanos praticamente ausentes dos planos e projetos das administrações centrais à época.

Abaixo algumas imagens atuais do ponto de cacimbas, atualmente município de São Francisco do Itabapoana, porta de entrada do sertão das cacimbas durante praticamente três séculos após a chegada dos primeiros europeus em terras norte/noroeste fluminense. Sua visão contemporânea e a situação em que se encontra a “ponte da integração” gera certo constrangimento e até perplexidade. Expressam fielmente a negligência e o apagamento que toda esta região representou e ainda representa na história fluminense.

Imagem 13: Igreja antiga e atual do Ponto de Cacimbas



Imagem 14: Ponto de Cacimbas – uma rua com escassas casas. Outrora importante passagem comercial do Sertão de Cacimbas.



Imagem 15: Ponte da Integração - passagem entre as margens direita e esquerda do Rio Paraíba do Sul – obra paralisada desde 2014.



Fonte: Arquivo pessoal do autor.

A história da restinga norte fluminense exposta nestas linhas, mesmo que de forma superficial por não fazer parte direta dos objetivos deste estudo, indicam caminhos vigorosos para as interpretações que foram desenvolvidas ao longo da pesquisa e discutidas aqui.

A formação política, econômica e cultural desta população, tanto positivamente quanto negativamente, se desenvolveu praticamente alheia aos acontecimentos que ocorriam “além rio”. Sua história não pode ser desvinculada de suas formações geológicas/geográficas e da resistência dos povos originários. Este amálgama proporcionou ao mesmo tempo um vácuo político e a necessidade de empreender e inovar dentro de um ambiente permeado por águas, areias e, nas partes mais altas, florestas recheadas de madeiras com alto valor comercial. A abundância de pescados, o comércio, a exploração extrativista e, em menor escala a produção agrícola e a presença de algumas grandes fazendas se apresentavam como praticamente as únicas possibilidades de obtenção de rendimentos.

Devido a este somatório sua gente erigiu a sua história pelas próprias mãos, pela sua engenhosidade e capacidade para se adaptar a estes ambientes e a esta dinâmica econômica. Neste sentido constituíram seus núcleos ocupacionais em torno destas areias, lagoas, mares, estuários, fazendas, florestas, et al, formando grupos socioculturais integrados a estes ecossistemas.

2.2.3 Localidade de Gargaú/RJ: Uma Viagem no Tempo

Afunilando nossa Viagem Espaço-Temporal aos objetivos da pesquisa, a localidade de Gargaú, na extremidade da margem esquerda do Rio Paraíba do Sul, representante incontestemente desta trajetória sociocultural e econômica do “Sertão das Cacimbas”, forjou seus percursos entre navegadores, pescadores, comerciantes, carpinteiros, madeireiros, entre outros. Para consecução destes objetivos as fontes escritas, presente nos textos e livros consultados, será mesclada com as narrativas de nossos interlocutores, partícipes da pesca local. Suas memórias, baseadas na oralidade de seus ancestrais, transitam entre pescarias, comércios, barcos e ausências dos poderes públicos, demonstrando todo o vigor e criatividade deste grupo humano.

Da exploração madeireira ao surgimento do “meio ambiente”.

Segundo Mário Barreto Menezes (2017) o termo Gargaú surge de forma impressa pela primeira vez no Manuscrito de Couto Reis, já citado, de 1785. Mesmo sem conseguir acesso aos originais deste trabalho, o artigo de Victor Luiz Alvares Oliveira (2018) traz documento inédito referente a uma parte extraviada deste Manuscrito. Este documento foi encontrado no

Arquivo Histórico do Exército, no Rio de Janeiro, sob o título “parte de uma memória sobre Campos de Goiatacazes (sem designação de autor)”,

Neste artigo constam as páginas 49 a 52 do referido manuscrito. Em seu teor Manoel Martins do Couto Reis (1785) descreve as culturas agrícolas e pastoris, os tipos de vegetação, formas de produção local, entre outros, observados por ele em terras do Norte fluminense. No trecho que em que trata das principais estradas existentes assim descreve o roteiro que leva de São Salvador (atual Campos dos Goytacazes) ao Rio Cabapuana (atual Barra do Itabapoana, extremo norte do município de São Francisco do Itabapoana):

Na confrontação desta Villa, se passa o Rio para a parte Boreal, e logo seguindo a Estrada que beira a sua margem agoas [f.100] agoas abaixo, chega-se a valeta de Campos Novos, e desta se passar para as Cacimbas <(*) Aqui necessariamente **se ha de fazer pouso em alguã das pobres Cabanas**, que parecer melhor / a do uzo geral ha a da Velha Gertrudes /, **porque para diante athe Cabapuana, não há outras**>. Daqui se aparta do Rio a Estrada, e cortando as restingas segue athe o Corralinho, que he sahindo **na praya de Gargaú**: por esta se continua a viagem athe se chegar a entrada da Ponta do Retiro / que he huma pequena, e incensivel subida de morrinho /, e daqui sempre costeando o Mar por sima do Combro, se vai confrontar com Santa Catharina das Moz: de onde se entra por hum pequeno bosque, ficando a praya a direita, e se vai ter ao Rio, tendo-se passado por todos os lugares, que abaixo se declaraõ (OLIVEIRA, 2018, p. 50-51).

Vê-se pela descrição de Couto Reis como Gargaú se apresenta praticamente desabitada. Com o passar do tempo a localidade foi crescendo em número de habitantes, principalmente devido a abundância de pescado encontrado em suas águas, como visto anteriormente, e também a proximidade com São João da Barra pelo Rio Paraíba, tornando-a uma excelente opção para o transporte de mercadorias e passageiros entre estas margens. Este fato fez de seus habitantes exímios marinheiros e construtores de embarcações.

Em excerto de Fernando José Martins (2019) já transcrito anteriormente lê-se: “e para se tripularem muito concorria depois a gente do Gargaú” (MARTINS, 2019, p. 152) demonstrando a habilidade de seus residentes nas artes náuticas. Em outro trecho o mesmo autor escreve o seguinte:

Da provincia do Rio Grande do Sul tem affluido vários proprietarios a se aproveitarem **da abundancia e forte consistencia das madeiras** que produz o fertil solo campista, bem como da **mão de obra e risco dos mestres desta arte, pois que em abono da verdade preciso é confessar que são peritissimos e excedem a todo elogio**: o mestre constructor Francisco Gomes, foi o que em 1740 fabricou as primeiras embarcações nesta villa e na costa do mar **em frente ao sertão das Cacimbas, no logar chamado**

então — Porto dos Barcos — e hoje — Entrada Velha (MARTINS, 2019, p. 30, grifos do autor).

O “Porto dos Barcos”, citado pelo autor, ficava localizado na atual praia de São Francisco, conhecida popularmente como praia de Santa Clara, na altura do então Hotel Mineirão, mais ou menos a 07 Km de Gargaú. Por estas passagens se constata a expressiva presença de mestres altamente habilitados na arte da produção de embarcações que residiam nestas margens e se reforça a importância econômica da extração de madeira como parte de um comércio nacional, envolvendo compradores/empresas até do Rio Grande do Sul.

Partindo de uma reflexão ao mesmo tempo sincrônica e diacrônica, resguardada a lacuna temporal entre o trecho acima e as memórias dos interlocutores deste estudo, é patente que este universo humano-natureza se reproduziu ao longo de muitos anos com suas transformações e permanências. Em fragmentos de algumas entrevistas são rememorados os árduos trabalhos com madeira realizados pelas gerações mais antigas em busca de rendimentos. Alguns se estabeleceram em Gargaú devido ao trabalho no corte de madeiras.

Contador: “Eu sou a favor que se preserve o que tem, que se instrua, professores levem os alunos para visitar as matas, conhecerem, ser orientadores. É ensinar, não é? Mas o meu pai entrou nessa propriedade. **É tirar lenha, a madeira de lei primeiro, porque é o que tem mais valor**, e depois lenha para poder fazer plantações ou, se não, apanhar a espingarda e virar caçador. Mas não ia ser. Ele fez uma casinha em um descampado que tinha e eu saí daqui montado em um cavalo com três homens, com aquelas correias amarradas aqui para não cair do cavalo”.

Presidente: É. É uma história muito antiga, sabe? Porque o meu pai já faz um bom tempo que já se foi e trabalhamos sempre com madeira. É o seguinte, **a gente era predador, a gente tirava madeira, tirava as raízes, tirava o tronco para transformar em Caicó, ripa, taipa, outras coisas mais, entendeu?** [...] Depois de um tempo o meu pai teve que parar porque **o meio ambiente chegou, o Ibama**, antigamente é o Ibama, [...], mas hoje é Inea, eu acho que é Inea. Então **a gente depredava, porque a gente tirava madeira, desmatava, desmatava**. Essa madeira era **para fazer barco, para fazer curva de barco, caverna**, a gente tirava a raiz da madeira para fazer caverna. E a madeira **principal era sobro e peroba**. [...] Então nós viemos para Gargaú, aqui nós chegamos a 69 anos mais ou menos, quando nós chegamos para Gargaú, que nós nos mudamos para cá.

Paraíba: [meu pai] foi trabalhar no mangue, **machadeiro cortava o mourão chamado pau a pique para cerca. Vendia muitas dúzias. Quando tinha não tinha um trato dos mourão, ele fazia lenha que ia para fogo chamado mangue vermelho a lenha. Ele cortava as torinhas, lascava e vendia. Os caras chegavam, carregavam pranchas**. [...] O mangue, meu pai, naquela época, era o machadeiro. **Ele cortava 15, 20 dúzias de pau a facão para vender para as cercas**. Os fazendeiros foram cortando e plantando capim. **Acabaram os mangues na ilha para ele criar o boi**.

Sinais dos novos tempos os três interlocutores, ao mesmo tempo em que recordam o trabalho e os esforços empenhados por seus pais, admitem a degradação que cometiam. Em suas narrativas percebe-se a intensa e indiscriminada extração que se fazia sejam de madeiras de lei, de mangue, etc. Que eram utilizadas para vários fins: mourões, embarcações, lenha para ser queimada, entre outros. Outra característica que salta aos olhos era a facilidade deste comércio. As madeiras cortadas “carregavam pranchas³⁰” que eram grandes embarcações que trafegavam pelo Rio Paraíba do Sul, Pomba e Muriaé, interligando várias cidades, como Campos, São João da Barra, São Fidelis, Cardoso Moreira e outras.

A chegada dos órgãos de fiscalização e a disseminação do discurso da defesa ambiental também são percebidos como momentos chave para, ao menos, se reduzirem estes níveis de degradação. Entretanto este momento também é carregado de contradições devido a forma como estas instituições chegam e passam a tratar estes grupos.

“Eu sou a favor que se preserve o que tem [...], mas o meu pai entrou nessa propriedade. É tirar lenha, a madeira de lei primeiro, porque é o que tem mais valor”. Esta contradição se expressa no tom destes discursos, pois aponta ao descompasso histórico que transmuta seus ancestrais em criminosos. Lutadores por sua sobrevivência num espaço onde a madeira era exaltada como fonte privilegiada de comércio e desenvolvimento seja local, nacional e, inclusive internacional, como pode ser depreendido dos textos examinados. Numa inversão das imagens estes sujeitos passam a ter a sua memória associada a transgressão, como destruidores ambientais. Esta inversão é, no mínimo, injusta. A indústria em torno da madeira e seu comércio indiscriminado não foi constituída por estes grupos, pelo contrário, os mesmos foram utilizados como mão-de-obra barata para fortalecimento e lucratividade destes empreendimentos.

“Depois de um tempo o meu pai teve que parar porque o meio ambiente chegou”. Este fragmento é significativo nesta reflexão. O meio ambiente chegou, pois nunca esteve presente. As instituições e/ou órgãos administrativo, nunca significaram nenhum empecilho a destruição em larga escala cometida pelos invasores e suas indústrias, mas, de repente, chega e aponta seus dedos acusatórios, em grande medida, para esta população, sem a menor consideração por estas histórias de vida e de trabalho.

³⁰ As pranchas serão objeto de reflexão a seguir.

Carolina de Oliveira e Silva Cyrino (2018) aponta em seu estudo que as mudanças ocorridas nos órgãos governamentais e suas legislações direcionadas às atividades dos pescadores e pescadoras e dos ambientes onde as mesmas ocorrem, em cada diferente momento histórico, foram orientadas para interesses políticos e econômicos que pouco, ou nada, dialogaram com o fortalecimento sociocultural e econômico destes sujeitos.

Estes órgãos e as legislações instituídas compreendiam estas atividades e seus modo de operar, dependendo do período em análise, como atrasados e entraves ao desenvolvimento econômico nacional e/ou agressoras dos ambientes em que atuavam. Sendo assim tanto sua forma de trabalho quanto de vida deveriam ser passíveis de ações público-governamentais de controle, vigilância e/ou intervenções para fomentar seu processo de modernização³¹.

No caso do IBAMA, a autora demonstra como este órgão ao assumir a política ambiental e, em específico, a política pesqueira entre 1989 e 1998, com a extinção da SUDEPE, irá estruturar suas concepções políticas sobre estereótipos herdados que associaram a pesca artesanal como atrasada e realizada por técnicas e tecnologias que deveriam ser superadas e, em consequência, suprimidas. Com isso o IBAMA vai “identificar os pescadores artesanais enquanto uma ameaça aos recursos pesqueiros” (CYRINO, 2018, p. 89).

A partir destas concepções a pesca artesanal será enxergada como responsável pelo desequilíbrio ambiental aquático. As formas de ser desses grupos, seus saberes-fazerem serão negligenciados e considerados como obsoletos e, por isso, passíveis de intervenção punitiva e/ou corretiva. Em contraponto, os pescadores e pescadoras artesanais passam a enxergar a chegada dos representantes do IBAMA como seres fantasmagóricos, que vinham assombrar/prejudicar suas rotinas de trabalho, em consequência disto “os pescadores buscavam estratégias para vencer essa “assombração”, chamada IBAMA, que ameaçava a sua atividade e o seu “ganha-pão” (CYRINO, 2018, p. 109).

Mesmo que o depoimento se referira aos cortes de madeiras, a enunciação proferida por seu Presidente encarna esta sentença do fantasmagórico, pois “o meio ambiente chegou”. Esta chegada representou maior vigília e fiscalização para estas populações e suas atividades extrativistas sejam nas águas ou em terra. O mais significativo, neste momento, é perceber como os interlocutores enxergam as contradições existentes tanto em relação as ações de seus antepassados, quanto também, e como um ato de defesa, da maneira como estas instituições e

³¹ Esta discussão será feita com mais detalhes em capítulos posteriores deste estudo.

suas legislações foram criadas, em total descompasso com suas histórias de vida e de trabalho e que passam a se reportar a estes coletivos principalmente por atos de fiscalização e punição.

Este fato fica ainda mais evidente com base na fala de seu Paraíba, quando aponta para esta desigualdade. O corte das árvores, empreendida em larga escala por seu pai, foi realizado, em boa parte, para atender interesses de fazendeiros que, além da exploração do valor da madeira em si, ainda se valiam dessa prerrogativa para expansão da produção pecuarista. “Os fazendeiros foram cortando e plantando capim. Acabaram os mangues na ilha para ele criar o boi”.

O corte da madeira associado à expansão da pecuária extinguiu algumas importantes áreas de mangues, consideradas pelo interlocutor como um grande prejuízo para a localidade devido a importância desse ecossistema para sua vida e trabalho.

Entretanto, como também aponta Carolina de Oliveira e Silva Cyrino (2018), corroborando com a fala de diversos pescadores e pescadoras durante as entrevistas e reuniões do projeto³², o aparato fiscalizador e repressor chega com mais rigor e vigor para os pescadores e pescadoras artesanais do que para os empresários, sejam os pequenos, os médios ou os megaempreendimentos que degradam com muito mais intensidade estes ecossistemas e corroem a garantia de trabalho destes grupos.

Entre o “Tempo das Pranchas” e o “Tempo do Barracão”:

A marcante presença das águas, como já aludido, que possibilitaram os transportes fluviais-marítimos são centrais para se compreender espaço-temporalmente a Localidade de Gargaú. A intensa navegação realizada pelo canal de cacimbas foi complementada pelo porto de Gargaú, como pode ser depreendido no recorte abaixo:

Sahindo os roceiros á costa, era-lhes oneroso tomar Cacimbas para chegar á villa, e por isso descobriram o porto do Gargaú, e por elle fizeram sua derrota pelo riacho grande ou Rabo do Macaco; mas tendo a sahida ao Parahyba o inconveniente de grande volta, por ser proxima ao sobrado do sitio de Manoel Leite de Faria, **mandou o senado fazer um rasgo em 1806, por um pequeno furo natural**, entre as duas ilhas do Lima e Moritiba, ficando essa passagem quasi em frente a cidade e em posição commoda. (MARTINS, 2019, p. 146-147, grifos do autor)

³² Relatos presentes no caderno de campo da pesquisa referentes a participação do autor desta pesquisa no seminário Microrregional Norte do Projeto PEA Pescarte que ocorreu nos dias 18, 19 e 20 de novembro de 2022 e contou com a participação de representantes da Pesca de São Francisco do Itabapoana, Campos dos Goytacazes, São João da Barra e Quissamã.

Este “rasgo” até hoje é utilizado, principalmente para passageiros que trafegam entre São Francisco do Itabapoana e São João da Barra, devido, como visto, à ausência de qualquer ponte na região. Esse trajeto é utilizado também pelos pescadores e pescadoras artesanais para escoarem sua produção de pequena escala, por ser este canal artificial muito estreito para passagem de embarcações maiores. Seu atracadouro é no porto de São João da Barra (sede).

Mario Barreto Menezes (2017) publica um documento encontrado na coleção de Leis do Império, 1872 tomo XXXV, parte II – vol. I, página 188, que consta o seguinte decreto:

Decreto N. 4929 de 22- abril 1872 – atendendo ao que me requereram o Barão da Lagoa Dourada e outros: Hei por bem conceder-lhes autorização para, por meio de uma companhia que organizarem, construir **um porto artificial na enseada de Gargahú ao norte da foz do Rio Parraíba**, na província do Rio de Janeiro, mediante as cláusulas que este baixam assignados por Theodoro Machado Freire Pereira da Silva, do Meu Conselho, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio, e Obras Públicas, que assim o tenham entendido e o façam executar. Palácio do Rio de Janeiro, em vinte de dous de Abril de mil oitocentos e setenta e dous, quinquagésimo primeiro da Independência e do Império. Com a rubrica de sua Majestade o Imperador. Theodoro Machado Freire Pereira da Silva. (MENEZES, 2017, p. 180, grifos do autor)

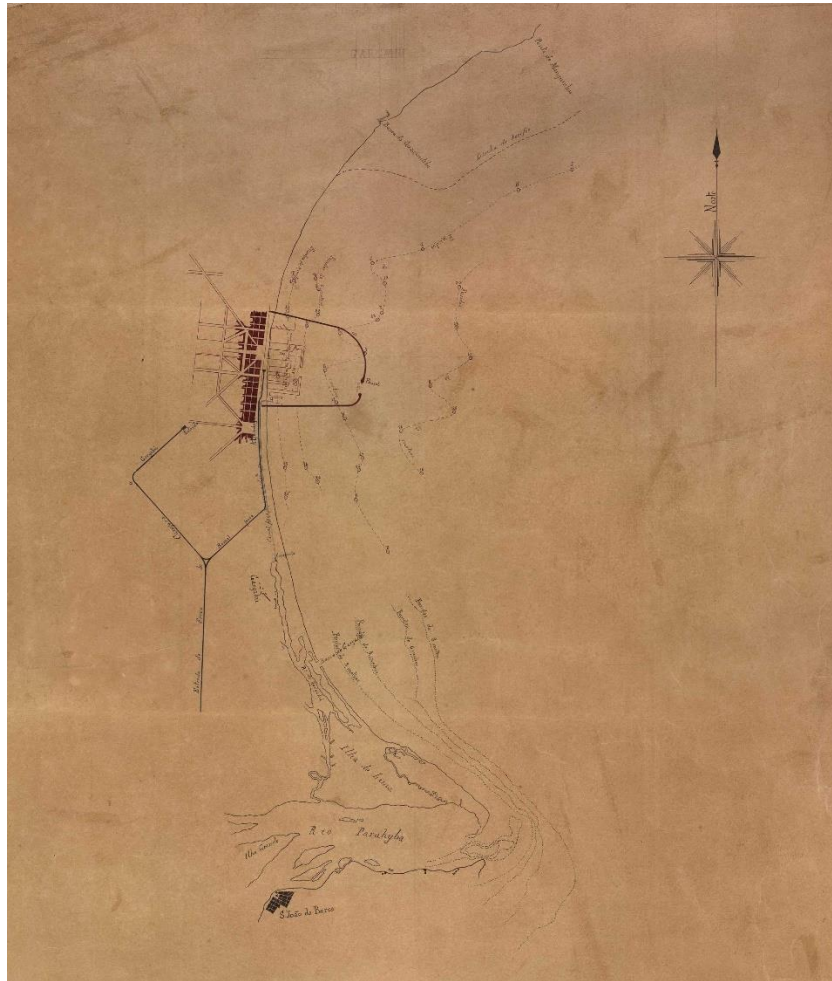
Mais à frente, na mesma obra, o autor transcreve o seguinte trecho da grandiosa obra “A Terra Goitacá³³” de Alberto Lamego:

A Terra Goitacá Tomo VII página 223, a seguinte notícia em data de 24-05-1872: “É assinado o contrato celebrado pelo engenheiro José Correia Fernandes, José Pinto Cambucá e Domingos de Alvarenga Pinto, **para construção de uma estrada de ferro de tração à vapor ou animada, desde o projetado porto de Gargaú** até a povoação de Limeira, à margem do rio Itabapoana. Foi encarregado pelos empresários da estrada, a exploração do traçado da mesma e respectiva planta, o agrimensor Manoel Francisco Alípio (MENEZES, 2017, p. 181, grifos do autor).

No acervo digital da Biblioteca Nacional se encontra disponível a Planta elaborada para construção deste Porto com o traçado de onde seria a estrada de ferro anexa:

³³ Série de oito livros de Alberto Lamego sobre a formação histórica de Campos de Goytacazes, RJ.

Mapa 8: Planta do Porto de Gargaú com Traçado da Estrada de Ferro anexa:



Fonte: ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1872.

Mesmo que estes projetos não tenham se efetivado, constata-se a importância que o transporte pelas águas havia alcançado para a localidade. Todavia ao mesmo tempo em que este complexo fluvial-Marinho desempenhasse tamanha importância, apresentava seus desafios, principalmente devido a profundidade média do Rio Paraíba do Sul. Esta situação levará a intervenções humanas na tentativa de aprofundar seu leito, tornando a navegação de grande porte viável. Estes projetos, mais do que fracassarem, ainda trouxeram inestimáveis prejuízos aos ecossistemas, afetando diretamente alguns dos circuitos da pesca local.

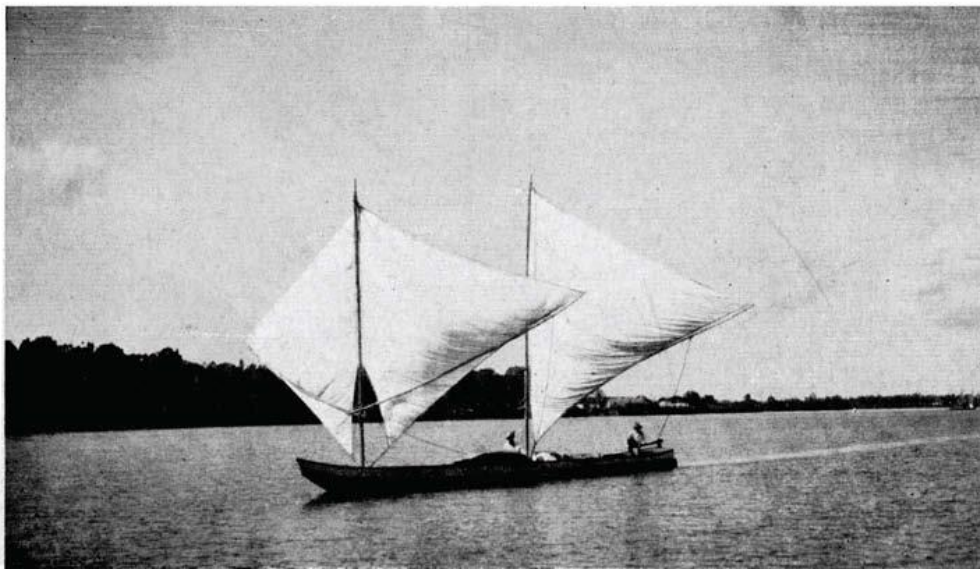
Sobre a profundidade do Rio Paraíba do Sul e o inconveniente que esta acarretava para a navegação, assim se posicionou Fernando José Martins (2019) em 1868:

A barra do rio Parahyba do Sul, situada á 21.º 38' de latitude sul, e 41.º o 2' O. segundo o Greenwich, e quasi no centro da extensão da costa, torna-se perigosa em certas estações do anno ; sendo para lastimar que um porto

d'onde navegam 50 e mais navios de quatro a oito mil arrobas não seja ao menos um dos melhores da nossa costa: seu fundo nunca excedeu a 13 palmos na prêia-mar das marés extraordinarias, pois que geralmente nunca avança a mais de 6 a 7 pés d'agua (MARTINS, 2019, p. 22).

Devido a estas condições topográficas naturais do rio, a engenhosidade dos construtores de embarcações, as habilidades náuticas de seus habitantes e a grande importância da navegação comercial para a região foram desenvolvidas embarcações com desenhos tecnológicos que proporcionaram a condução de grandes quantidades de mercadorias, mesmo num rio com profundidade limitada. Estas embarcações são conhecidas como “pranchas”, possuem grandes comprimentos e o fundo chato o que lhe permitiu realizar trajetos entre a barra de Gargaú, São João da Barra, Campos dos Goytacazes e São Fidélis.

Imagem 16: A prancha: longa embarcação de fundo chato, que se adapta a navegação do Rio Paraíba do Sul e à dos rasos canais de Cacimbas e de Gargaú.



Fonte: LAMEGO, 1946, p. 198.

Esta avançada inovação tecnológica assomada ao talento dos residentes locais proporcionou vantagens comerciais que garantiram a prosperidade deste grupo de pescadores e pescadoras, com o fortalecimento sociocultural e econômico associado ao potencial de seus saberes e fazeres.

Alberto Ribeiro Lamego (1945, 1946) discorre sobre a circulação destas pranchas pelo Paraíba, segundo o autor:

Mais importante talvez ainda para o município [São João da Barra] e a sua sede, é a pequena lagoa de restinga que, prolongando para o norte o braço do Paraíba que forma o canal de Gargaú, permite **uma intensa navegação**

comercial de pranchas e canoas com essa vila praiana. Até bem pouco, antes da abertura de estradas de automóveis, Gargaú recebia em sua feira semanal, elevada percentagem da produção agrícola da região setentrional dos tabuleiros litorâneos (LAMEGO, 1946, p. 51, grifos do autor).

Ainda hoje é grande o tráfego de "pranchas", **essas longas embarcações de velas latinas que chegam a mais de dois metros de largura.** Gargaú, São João-da-Barra, Cacimbas, São Fidelis e o Muriaé delas se servem para o transporte de lenhas, cereais, farinha, café, açúcar e demais gêneros para Campos (LAMEGO, 1945, p.157, grifos do autor).

O que temos em Campos é uma vasta planície de aluviões alagadiças. Um rio largo, o qual, a não ser na travessia da cidade, onde corta a rocha dos tabuleiros, tem centenas de metros de largura, indo em certos lugares a mais de quilômetro. **Rio somente para comércio de pranchas e canoas, onde a navegação de vapores não vingou ainda pela falta de calado** (LAMEGO, 1945, p. 161).

Estas embarcações encontram significativo espaço na lembrança de diversos interlocutores. Muitos dos antepassados fizeram parte deste complexo pesca-comércio e trabalharam nestas pranchas. A seguir alguns fragmentos de memórias orais que remetem a estas embarcações, sua importância econômica, sua forma de navegação e a estética que possibilitaram:

Mãe Maria: Meus pais são um dos primeiros moradores de Gargaú. E quando eles vieram para cá, meu pai veio como passageiro de ajudante de prancha, **não era nem barco, era prancha de carga na época. Então ele transportava mercadoria de um lugar para outro**

Paraíba: [pai] Ele era do sertão de São Francisco, que hoje é São Francisco de Itabapoana. Antigamente era Freguesia o nome do lugar. Ele veio para aqui. Foi trabalhar em prancha. **Pranchas eram embarcações compridas.** Levava farinha da feira para Campos. [...] Ele contava que ele ia para Barcelos, para Campos, **aí a prancha era a vela. Quando a prancha ia chegar na beira do cais para bater, ele jogava a vara, a vara é comprida, ele jogava lá e trancava no peito.** A prancha tinha que parar. **Ele tinha um peito forte e era duro, era duro.** [...] **Quando não tinha vento, que precisava chegar no destino, eles puxavam a corda, amarravam na prancha, saltavam em cima da ilha e puxavam nas costas e puxavam.** Até cair o vento. Quando caía o vento, ia embora. Esse meu pai trabalhou muito em uma prancha chamada (Panaí). Tinha muitas pranchas. Tinha prancha daqui, tinha prancha de São Fidélis, tinha prancha de Cacimba. Tinha muita prancha [...] Lembro. **As pranchas aqui, aí tinha um canal. Era tudo prancha. Não tinha essas casas na beirada,** não. Tinha porto para a gente parar as embarcações. Tudo limpinho. Não tinha essas casas

Zé Nilton: Vem do meu pai do tempo de prancha. [...] **Quando tinha vento eles levavam até Campos com vento a vela,** o vento levava. **Quando não tinha eles iam mesmo no remo, cada um com uma vara cumprida e remavam até Campos** para chegar com mercadoria lá [...] Para remar no remo umas cinco ou seis pessoas, cada uma com uma vara cumpridona que tinha lugar fundo e ainda tinha a força da água ainda que tinha que enfrentar. **Quer dizer, eles iam levando, quando não dava e tinha muita força jogava o pessoal nos campos beirando com a corda para ir puxando pela**

corda, um pedaço muito grande. E quando diminuiu o peso da água entrava todo mundo na prancha e remava. [...] **E tinha umas dez pranchas e não tinha casa nenhuma.**

Moça Bonita: **Todos eles, meu avô trabalhava com prancha.** Antigamente tinha prancha, que ia campo carregado de farinha, carregado de outra mercadoria e você trabalhava de prancha.

As memórias das gerações mais antigas dos pescadores e pescadoras em muitos sentidos se ligam a este vai e vem de pranchas, representando este intenso comércio, que circulavam pelo canal navegável de Gargaú. “Não era nem barco, era prancha de carga na época. Então ele transportava mercadoria de um lugar para outro”. Os interlocutores recordam das mercadorias, muitas vindas dos “sertões” das cacimbas para serem escoadas pelo rio (a farinha é sempre um destaque) outras vinham no fluxo contrário, de cidades rio acima abastecer toda a região.

“Pranchas eram embarcações compridas”. Impressionante as imagens destas embarcações que, mesmo com algumas diferenças entre as entrevistas, pode-se concluir variavam entre 15 a 20 metros de comprimento por 2 a 4 de largura sendo conduzidas por 6 a 10 pessoas. Tinham capacidade aproximada de carga de 240 kg. Além de suas dimensões havia um fluxo intenso, passando e/ou ancorando no canal. Este canal se relaciona a estas embarcações por sua condição vazia, sem as atuais casas/frigoríficos que possui e por sua limpeza na época, pois não possuía tanto lixo e restos de pescados como atualmente.

Esta condição traz uma estética que reverbera nestas memórias, espaço limpo, tanto de casas quanto por sua água, permeada por numerosas pranchas com suas vultuosas velas oscilando ao vento, ora ancoradas ora em movimento, configurando um belíssimo painel que associa de forma simbiótica a cultura e a natureza. Uma imagem idílica que acompanha a memória dos interlocutores e que pode ser figuradamente designada como o “tempo das pranchas”³⁴.

Estas velas, contudo, não conseguiam impulsar estas embarcações durante todo o percurso, ou devido ao calado do rio em suas partes mais rasas que com o efeito oposto deste atrito retardava/parava este movimento, ou devido a força contrária do curso (peso) da água ou, ainda, por causa da cessação dos ventos.

³⁴ Veremos a seguir que além do “tempo das pranchas” as entrevistas apontam também para o “Tempo do Barracão” e o “Tempo da areia”.

Como estas velas não permitiam o impulsionar constante eram necessários o uso de remos para manter as pranchas em movimento. Assim o “Tempo das Pranchas” exigia sujeitos com “peitos e braços fortes e duros”. As lembranças sobre a forma como estas embarcações eram conduzidas pelos prancheiros impressionam. Na ausência do uso das velas estes marítimos utilizavam grandes remos (pelos depoimentos entre 6 a 10 metros de comprimentos), capazes de serem fincados no fundo da água para, literalmente, arrastarem as embarcações, que quando se aproximavam do cais eram travadas “no peito” por seus condutores.

Quando as condições de navegação se tornavam ainda mais adversas, que nem o uso dos remos conseguia superar, estes sujeitos, em ações hercúleas, amarravam cordas em torno dos corpos, saltavam dos barcos nas ilhas e margens próximas “para ir puxando pela corda, um pedaço muito grande”, ou seja, “puxavam [as pranchas] nas costas”.

Estes relatos, de forma aparentemente paradoxal, apresentam este tempo, o “Tempo das Pranchas” como um tempo onde a beira rio e suas águas eram limpas e as pranchas, com seu charme e beleza, circulavam livremente e em abundância pela localidade demonstrando a pujança e riqueza que por ali passava. Simultaneamente, tempo de muito esforço e trabalho, que exigia muita força, vigor e dureza. Esta cena representa a luta destes sujeitos encarnadas em seus ancestrais. Lidar com o rio, sua beleza e pureza, mas também com suas marés e “pesos” d’água, este é o maior aprendizado destes coletivos, viver espaços de confrontos e de complementações ser humano-natureza o que os valoriza e as suas futuras gerações como guerreiros que superaram os desafios por seus próprios esforços.

Utilizando metaforicamente as expressões presentes nas falas dos pescadores Zé Nilton e Paraíba presentes nos excertos acima, os legados de seus antepassados para as atuais gerações, seja material e/ou imaterial, foram forjado e “travados no peito” e conquistado por terem sido “carregados/puxados nas costas”. Num tempo em que seres humanos e natureza se encaravam frente a frente foram compostos repertórios técnicos e tecnológicos que permitiram a existência e reprodução deste grupo pesqueiro, por isso, simultaneamente, tempo de beleza, limpeza e de maior respeito pelas águas.

Em paralelo ao “Tempo das Pranchas” encontra-se o “Tempo do Barracão”. O “Barracão” representa uma zona de acentuado comércio (uma grande feira) que ocorria semanalmente em Gargaú. Esta feira era alimentada pelos produtos oriundos do conhecido “Sertão das Cacimbas” e, posteriormente, “Sertão Sanjoanense”. Estes produtos afluíam dos

“Sertões” em carros de bois³⁵ de diversos lugares que foram, ao longo do tempo, tornando esta zona comercial conhecida em toda a região. “Essa feira em Gargaú transformou-se num verdadeiro entreposto comercial da maior parte do “sertão de Cacimbas” (MENEZES, 2017, p. 184).

Desde os anos de 1880 já se encontram notícias sobre sua existência. No jornal “Monitor Campista” em sua edição de Segunda/23 e Terça/24 de abril de 1883, encontra-se em sua primeira página a seguinte informação³⁶:

- Os preços dos gêneros da feira de Gargaú, no sábado 14, forão os seguintes:

Farinha, saco ----- 4\$000 a 5\$500

Milho, saco ----- 3\$000 a 3\$500

Café, por 15 Kg ----- 4\$000 a 4\$500

Gêneros miúdos, houve grande abundância.

Este registro comprova a existência da feira mesmo antes da construção do Barracão. Em 1902 foi construído o Barracão, “por ordem do então presidente da Câmara Municipal (que exercia a função de prefeito), coronel Manoel de Oliveira Cintra (gestão 1901-1903), tendo como construtor Manoel Alves de Carvalho” (MENEZES, 2017, p. 183). A função desta obra era a de abrigar os comerciantes e suas mercadorias durante a feira que se iniciava nas tardes da sexta-feira e se prolongava até o sábado.

Funcionando como entreposto, o Barracão ficava localizado em frente ao canal de Gargaú. Neste sentido recebia vários negociantes que se dirigiam ao local para realizarem transações comerciais. Do canal, pelas pranchas, partiam os produtos dos “Sertões” negociados para as cidades de Campos dos Goytacazes, São João da Barra e São Fidélis, enquanto chegavam ao mesmo local os gêneros vindos destas cidades que haviam sido encomendados anteriormente.

Percy Lau na seção Tipos e Aspectos do Brasil publicado na Revista Brasileira de Geografia (1947) imortaliza o barracão associado a figura do “Muxuango”. José Veríssimo da Costa Pereira (1947), em artigo anexo ao desenho de Percy Lau, irá nomeá-la de feira

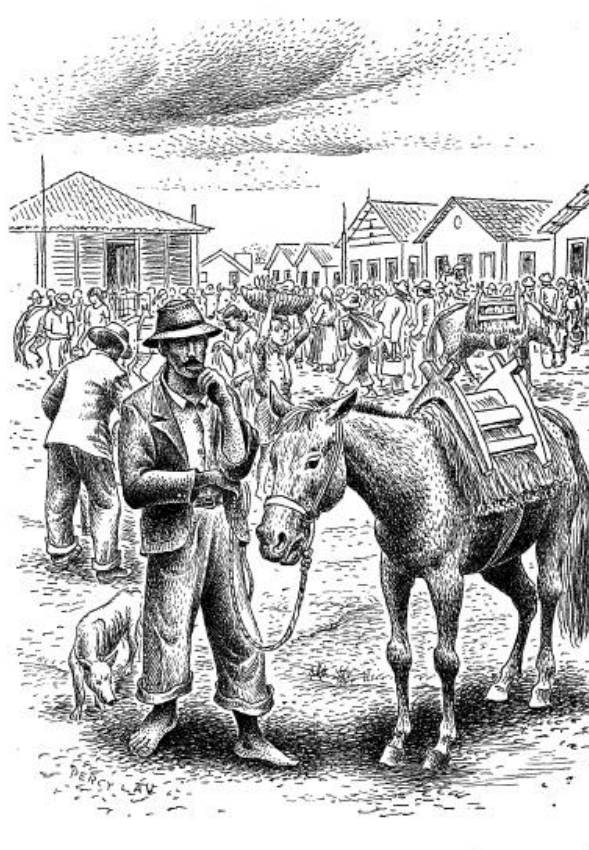
³⁵ Estes carros de Bois também são frequentes nas memórias dos antigos moradores da localidade.

³⁶ Matéria disponível no endereço eletrônico: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030740&pagfis=8831>. Consulta em 18/11/2022.

muxuanga de Gargaú em referência ao estudo de Alberto Lamego Filho de 1934 “Na Planície do Solar e da Senzala”.

Com seu espírito de arguto observador, LAMEGO deu-nos, em 1934, uma expressiva descrição da feira muxuanga de Gargaú. E escreveu: "A feira de Gargaú é um mostruário semanalmente aberto, uma completa exibição do seu labor. A afamada farinha é o principal produto. Mas também compra-se, vende-se e "breganha-se" **do robalo fresco à tainha sêca**, animais de sela e corte, gamelas e gaiolas, sabiás da praia e papagaios, **rêdes, juquiás, puçás**, cestas, tipitis, jacás, arupemas e panelas de barro, esteiras e samburás, cordas e artefatos de couro" (PEREIRA; LAU, 1947, p. 105, grifos do autor).

Imagem 17: A Feira Muxuanga de Gargaú – ao fundo e a esquerda o Barracão.



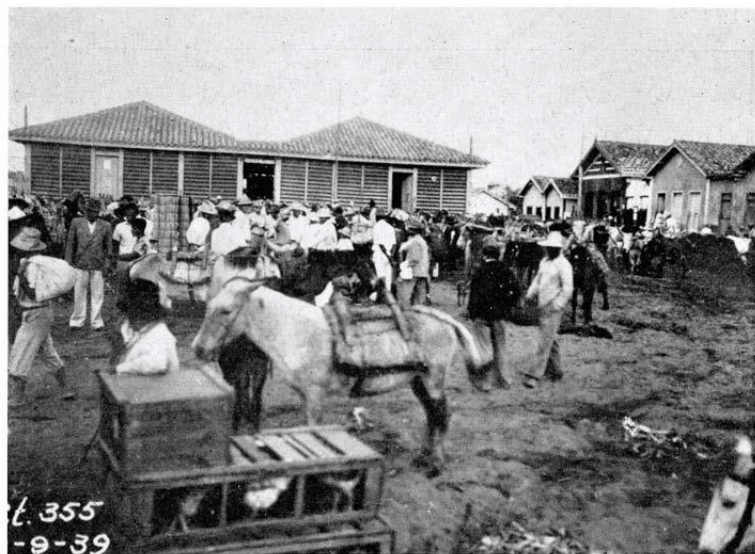
Fonte: PEREIRA; LAU, 1947, p. 106.

Constata-se do trecho de Alberto Lamego Filho transcrito por José Veríssimo (1947) a expressiva presença da farinha de mandioca e de pescados e petrechos de pesca, corroborando

para a importância destas atividades na região. Em outra de suas obras Alberto Ribeiro Lamego³⁷ (1946) descreve a feira de Gargaú da seguinte forma:

Todo o comércio daquela zona fazia-se até recentemente através da pequena vila de Gargaú. Para ali vinha a produção agrícola em longas e demoradas viagens em carros de boi, tomando então a via fluvial em pranchas pelo canal que a conduzia ao rio e à cidade [...] Com as atuais estradas de automóveis ligando a Campos o norte do município, o comércio de Gargaú rapidamente declinou. A feira é insignificante, visto que a produção pode escoar-se diretamente dos tabuleiros para Campos. (LAMEGO, 1946, p. 192)

Imagem 18: Aspectos da Feira de Gargaú retratada em 1939, ao fundo o Barracão



Fonte: LAMEGO, 1946, p. 197.

Quando foi construída a rodovia que ligou diretamente Itabapoana a cidade de “Campos dos Goytacazes”, cruzando o “Sertão de Cacimbas” este entreposto comercial perdeu importância causando o declínio da feira. Continuou a existir uma precária feira até a década de 1970, quando se extinguiu definitivamente.

O “Barracão” é vivamente presente na memória dos entrevistados/as, compondo, em sintonia com as Pranchas, um tempo desta localidade, onde o comércio e o transporte representavam fonte de renda, encontros, produções culturais e ampliação das articulações locais. Abaixo encontra-se a seleção de algumas destas memórias que tecem este “Tempo” em sua vivacidade:

³⁷ Por ter o nome homônimo ao do pai, Alberto Ribeiro Lamego é conhecido em algumas de suas obras como Alberto Lamego Filho.

Mãe Maria: Ele vendia na feira. Não tem aquele barracão ali? Hoje é centro cultural de Gargaú. Era um barracão muito antigo. Era criancinha, mas eu estou ouvindo essa história desde criança até hoje. Então **toda a nossa região aqui do São Francisco e até de São João da Barra vinha comercializar aqui nesse barracão**, ali eles traziam todos tipos de animais, de vegetais e faziam suas trocas. **Depois meu pai entrou com peixe, foi aprendendo a pescar. [...] Depois foi só vendendo, foi expandindo.**

Contador: **Gargaú isso aqui já teve um movimento muito grande. Eu cansei de ir nesse barracão ali, era uma feira cheio de saco de farinha, de tudo quanto é mercadoria** e os caminhões vinham trazer. E tinha uns pranchões aqui, umas pranchas grandona, [...], as pranchas de largura enorme, pegava a base de uns 600 sacos de 60 quilos, sei lá quanto dava. Tudo na vela pra campos. Uma pilha de homem [...] O pessoal jogava vara em um tipo de bambu, já tinha mais ou menos... hé mais de dez metros no fundão e **levava no peito**, empurrava do peito daqui até na polpa, empurrava aqui e a bichinha ia tudo andando, fundão feroz. Os *homem tinha* tudo a rolo, **os peitos tudo com calo**, por causa da vara, que rinha que empurrar até lá.

Paraíba: **Aquele barracão tinha tudo divisão. Tinha uma divisão para o peixe, divisão para o caranguejo. O peixe salgado, o peixe fresco.** Tinha as coisas de São Francisco para vender aqui. Laranja, manga, abacaxi, melancia. Essas coisas. Trazia cana. Vendia tudo ali, tudo de sábado. **Fazia aquela feira grandona. Saía para as pranchas.** Chegava das pranchas para aqui, daqui saía para lá. Era um movimento, era um movimento.

Imagem 19: o Barracão nos tempos atuais



Fonte: Arquivo pessoal do autor.

Os “Tempos do Barracão” eram os tempos da feira com seu intenso e diversificado comércio. Onde se encontrava a presença de “toda a nossa região aqui do São Francisco e até de São João da Barra”. Época em que Gargaú mostrava sua força e pujança a recebia muitas pessoas de fora o que ampliava os contatos e as articulações, sejam econômicas ou culturais. Internamente possuía suas divisões onde se encontravam os diferentes produtos e seus

produtores. A farinha ocupava lugar de destaque, vindo principalmente do “Sertão”, produto apreciado e muito vendido.

Este “Tempo” está em associação direta com o “Tempo das Pranchas”. O circuito mercadológico que a localidade permitia entre as cidades ao Sul do Paraíba e o “Sertão das Cacimbas” se fundamenta a partir de dois pilares: o “barracão” como entreposto com suas possibilidades físicas de se estabelecer, ampliar e fortalecer contatos para a realização de negócios; e os canais de navegação, com suas pranchas, que propiciavam o escoamento das produções em seus diferentes destinos, num período de escassas e precárias vias terrestre. Esta mescla proporcionou infinitas vantagens para Gargaú, que produziu uma população extremamente hábil e adaptada para se favorecer desta situação.

O encerramento destes “Tempos” gargauganos, com seu declínio devido a construção das vias terrestres tornando obsoleto todo este complexo que funcionou durante, ao menos, um século, não ocorreu sem deixar marcas e heranças. Como presente nos depoimentos os mais antigos se aproveitaram da intensidade deste complexo comercial e de transportes para desenvolverem inovações e adaptações no sentido de sustentação e ampliação do comércio de pescados como forma de garantia da reprodução sociocultural e econômica dos grupos de pesca local.

Assim nos recortes: “depois meu pai entrou com peixe, foi aprendendo a pescar. Depois foi só vendendo, expandindo” e “tinha uma divisão para o peixe, divisão para o caranguejo. O peixe salgado, o peixe fresco”. Estes recortes mostram como os pescadores e prancheiros de Gargaú foram, aos poucos, se utilizando dos contatos que realizavam tanto no barracão e sua feira quando em suas idas e vindas pelas pranchas para começarem a consolidar e expandir os negócios de pescado. Inicialmente o espaço da venda passou a ser garantido fisicamente no local. Posteriormente este foi se ampliando para outros locais, onde estes prancheiros-pescadores e pescadoras tiravam seus pedidos e realizavam suas entregas entre idas e vindas.

Estes fatores históricos foram aumentando a divisão interna dos trabalhos tornando mais específicas as atividades de captura e de venda de pescados. Com a intensificação desta divisão as tarefas de beneficiamento também vão ganhando abrangência e despertando a necessidade de organização destes setores de produção.

O declínio do “Tempo do Barracão” e das “Pranchas” ocorre concomitantemente com o crescimento da venda de pescados para fora das áreas mais próximas da localidade. Este

crescimento acontece com o peixe fresco, mas, principalmente, com o salgado, por permitir mais conservação e transporte para longas distancias. O incremento da salga amplifica o comércio local do pescado e a demanda pelo beneficiamento o que irá transformar todo o panorama deste local.

Do sal aos frigoríficos: o embrião do complexo pesqueiro da Localidade de Gargaú.

Luiz Geraldo Silva (1988) destaca em sua obra “A história da pesca no Brasil” a importância do uso do sal para os pescadores durante o período colonial e imperial. A comercialização dos pescados por toda a costa brasileira se utilizava deste produto para o seu processo de conservação, visto a pouca ou nenhuma possibilidade do uso de outras técnicas. Devido a esta grande procura pelo sal, durante o período colonial e parte do imperial, o sal sofreu um rígido controle por parte do Estado Metropolitano. Este controle foi arrefecendo aos poucos com a resistência de grupo de pescadores e pescadoras que pressionavam contra este abuso de poder e, ao mesmo tempo, burlavam a fiscalização e distribuíam o produto entre si.

Corroborando com esta tese na região norte/noroeste fluminense, Alberto Ribeiro Lamego (1946)³⁸ também descreve a importância do uso deste produto e das tentativas de controle e/ou impedimento da comercialização e da produção das salinas fluminenses. O autor destaca a imponência das salinas de Cabo-Frio e como as ordens régias para seu controle e proibições foram burladas em várias ocasiões.

A fome de sal é tanta que, já em fins do setecentos a Coroa permite aos contratadores o aproveitamento do produto brasileiro encontrado nas capitanias de Pernambuco, Rio-Grande-do-Norte e **Cabo-Frio**. Mas é só em 1801, que o odioso monopólio é definitivamente abolido. Não obstante, porém, todas aquelas medidas opressivas no período colonial, **em Cabo-Frio o açambarcamento fora sempre violado**, mau grado as penalidades severas. É o que sempre acontece quando leis arbitrárias, absurdas e molestas as necessidades coletivas, coagem a adaptação do homem ao meio, tentando obstar mútuas afinidades naturais. [...] **Tudo pela posse do açúcar na planície campista. Tudo pela posse do sal, nas restingas de Cabo-Frio**. O sal é o maior dos bens, a fortuna mais cobiçada, o grande presente da natureza a ser colhido (LAMEGO, 1946, p. 168-169, grifos do autor).

A importância da salina de Cabo-Frio e do sal para as regiões de restingas do norte fluminense e as burlas aos arbítrios sobre sua fabricação e utilização são destaques nas

³⁸ Inclusive existe em sua obra um capítulo intitulado “O Sal”.

palavras do autor. Todavia, mesmo com certa resistência, estas proibições acarretaram grandes desvantagens para o desenvolvimento das indústrias salineiras locais. “Os 150 anos de monopólio impedindo a exploração das salinas, mais que tudo contribuiu para a estagnação de uma gente de raízes étnicas vigorosas, ao mesmo tempo que entrouvrou a indústria salineira com processos atrasados que até hoje repercutem” (LAMEGO, 1946, p. 171).

Em sintonia com estes estudos que relacionam a pesca e as regiões das restingas norte fluminenses ao uso do sal, as entrevistas coletadas demonstram a grande importância deste mineral para o desenvolvimento da cadeia industrial de pescados na localidade de Gargaú. Antes da existência dos denominados “frigoríficos” locais, devido a inexistência da energia elétrica, e com a rede mercadológica estabelecida em virtude do “Tempo do Barracão” e das “Pranchas” alguns indivíduos iniciaram um processo de organização do beneficiamento e escoamento da produção de pescados tendo o sal como centro deste processo.

Nos depoimentos colhidos a figura de Seu Manoel Chaô, avô da pesquisadora Luciana Ramos Marcelino, e patriarca de uma extensa família com integrantes que atuam em diferentes ramos dos “Circuitos da Pesca” (captura, pré e pós captura), é lembrada como um dos pioneiros da consolidação deste complexo pesqueiro local. Devido a expressiva importância que guarda nas lembranças dos interlocutores que fazem parte deste estudo e a incontestável vanguarda que representa, a história de como Seu Manoel Chaô se utilizou dos conhecimentos adquiridos nos trabalhos da prancha e do barracão, para organizar processos associados de compra, beneficiamento, transporte e venda dos pescados locais tendo o sal como base, será central nas reflexões desta parte da pesquisa.

Mãe Maria: Ele [Manoel Chaô] comprava muito sal em Cabo Frio e trazia.

Apesar de vários entrevistados manifestarem dúvidas e desconhecimentos quanto a origem do sal utilizado localmente, as salinas de Cabo-Frio são referenciadas por alguns. Outros apontam que vinha dos armazéns de Campos dos Goytacazes e, outros ainda, que vinha das salinas de São Fidélis. O fato é que seu Manoel Chaô passou a adquirir grande quantidade deste produto se valendo no início, principalmente, das estruturas de transportes e comércio que existia, com destaque para as pranchas e o barracão.

Pastor: Então, era peixe salgado. Então, a gente salgava o peixe, o camarão pitu, o siri. **Nós vendíamos na feira** torrado, torrado a gente fala cozido, a gente falava torrado. [...] Então, não tinha gelo na época, quem tinha

geladeira era quem tinha dinheiro. [...] [traziam o sal nos pranchões?] Sim, sim. Eles traziam também de lá, lá da salina. Sal grosso, aí fazia para nós, a gente comprava com o Manoel Xaó, que é o nome antigo aqui, Manoel Xaó que era na Luciana, então ele que comprava.

Zé Nilton: Vem do meu pai do *tempo de prancha*. **Ele levava prancha quando tinha barracão ali na feira**, o pessoal do antigo sertão **trazia mercadoria para o barracão, e aí tinha as pranchas que levavam e escoavam a mercadoria para Campos**. Quando tinha vento eles levavam até Campos com vento a vela, o vento levava. Quando não tinha eles iam mesmo no remo [...]. Então meu pai trabalhou muito nisso e tinha as repartições. **Papai trabalhava com peixe salgado e peixe fresco**, e outros milho, com farinha, com cana, com laranja, com banana, todo tipo de mercadoria iam para ali, e dali iam para Campos e um pouco do pessoal da Barra comprar aqui.

Mãe Maria: É, comprava [o sal]. [...] É o que ele comprava nas feiras mesmo e depois foi conhecendo as fábricas. Depois que ele foi evoluindo foi conhecendo fábricas, então já ia direto nas fábricas, **trazia caminhões de sal**. [...] É, vinha [nas pranchas] com muitas mercadorias.

Ninim: **Na época não tinha gelo, aí salgava os peixes, traziam e vendiam na feira de Gargaú que vem o pessoal do sertão todo**, vinha mercadoria para cá e aqui eles vendiam, **faziam o dinheiro e assim ia**. E aí depois ele **deu a ideia de levar os peixes nas pranchas para vender em Campos**, mas de lá de Campos ele pegava o ônibus e **ia para essas cidadezinhas pequenas com a amostra do peixe, aí fazia a venda porque tinha muitos amigos em Campos da época de prancheira**, trabalhando em usina de açúcar, carregando negócio na cabeça, muito trabalhador e o pessoal dava apoio.

Como se percebe das falas o “Tempo das Pranchas” em associação com o “Barracão”, proporcionou o caldo social e econômico necessário para que Seu Manoel Chaô iniciasse o desenvolvimento de seus empreendimentos com os pescados locais. Logo que chega a Gargaú, vindo de longe (acredita-se que do norte do ES) e trabalhando como ajudante de carros de bois, Seu Manoel aprende a pescar com os moradores locais e se aproveita da configuração desta localidade, fortemente apoiada no vai e vem das pranchas e na intensa zona comercial que existia. Em comunhão com a pescaria começa a negociar “com peixe salgado e peixe fresco” no Barracão e a trabalhar como prancheiro para aumento da renda. Como “na época não tinha gelo, aí salgava os peixes”.

Estabilizada a venda do peixe e se aproveitando dos contatos que realizava em suas atividades de transporte, “deu a ideia de levar os peixes nas pranchas para vender em Campos”, assim principia a expansão das vendas para as cidades além-mar, com realce para as usinas, necessitando, assim, impulsionar os processos de beneficiamento. Com isso começa

a ser exigido novos processos organizativos e técnicos e, igualmente, o aumento da aquisição de seu principal insumo. Não tarda a chegar “caminhões de sal”.

Ninim: É, **papai tinha mais de 50 mulheres que limpavam peixe**. Ele comprava peixe, dava muito peixe na Muritiba [...] **depois que ele possuiu o caminhão**, nessa venda de peixe dele **ele não voltava com peixe, ele trabalhava com milho, com farinha, com açúcar nas usinas**, já trazia esses troços aqui e já trocava também, já fornecia para o pessoal levar.

Zé Nilton: [trabalhei] Junto com papai, **porque papai arrematava todos os bagres de todas as redes**. Papai tinha três canoas grandes de entrar no mar e dar um lanço [...] **Ele comprava todos e a mulherada estava esperando, quando chegava era uma alegria** [...] [terreno antigo onde estão as casas de membros da família] Não tinha nada, era só areia e capim. **E ali salgava o peixe ali embaixo todo mundo, esticava lá, botava os varais para secar. Os varais eram cumpridos, eram 20 metros cada um.**

Parceirinho: **Tinha um caminhãozinho que nós fazíamos entrega nas usinas, por isso compravam toneladas de bagre. Teve uma vez que a minha esposa escalou mil bagres, a falecida Rita escalou 890, Chica escalou uns 800, essa menina mais novinha, Marielma escalou uns 600.** [...] O quintal era grande, **tinha dois varalhões de madeira, salgava o bagre e no outro dia tinha que secar o bagre, aí a gente secava, salgava igual carne seca**, amarrava, enchia mil e tantos quilos de peixe salgado e ia **entregar nas usinas.**

Pastor: Ele era um homem que ele **tinha as salgadeiras de peixe dele**, ele tinha uma área grande assim que **a gente ficava até tarde da noite salgando bagre.**

A partir dos primeiros passos e com os rendimentos auferidos se começa a organização de todo um empreendimento de produção e comercialização, com suas divisões internas e diferentes tipos de trabalhos a serem realizados. Gerenciado por Seu Manoel Chaô este empreendimento passa a contar com membros da comunidade partícipes em setores diferentes e, aos poucos, os integrantes de sua família vão assumindo funções e “cargos” em seu interior. Até hoje esta família encontra-se associada em diferentes atividades deste “Circuito de pesca”, não sem que isto signifique desigualdades e tensões.

A imagem deste seminal empreendimento é a de um grande terreno, beirando o mangue de Gargaú, no lugar denominado de Buraco Fundo. Atualmente no lado oposto da rua onde ficava este terreno, ocupando toda a beirada do canal (na expressão local “maré”) encontram-se diversos “frigoríficos”, peixarias, oficinas de barcos, et al. Como vimos anteriormente esta beira da “maré” nesta época era desabitada, não possuía nenhuma construção humana, era “limpinha”, tanto esta beirada quanto a água da “maré”. Este fato demonstra a dimensão desta seminal empresa, pois foi em suas proximidades que o “complexo” pesqueiro se desenvolveu.

Seu Manoel, então, “arrematava todos os bagres de todas as redes” (“todas as redes” significam nos falares nativos as pescarias realizadas para este tipo de pescado, ou seja, quem pescasse bagre e quisesse vendê-lo a seu Manoel conseguiria sem esforço, desde que aceitasse o preço), com isso “compravam toneladas de bagre”. O bagre, abundante na região como vimos em capítulos passados, foi outro fator de grande importância para o desenvolvimento destes circuitos de pesca locais. Mesmo com pouco valor nos dias de hoje, foi fundamental como principal produto que permitiu a consolidação e ampliação de todos esses empreendimentos.

Quando arrematava todo este bagre “era uma alegria” porque “a mulherada estava esperando”. Deviam haver “mais de 50 mulheres que limpavam peixe” eram “as salgadeiras de peixe dele”. E ficavam “até tarde da noite salgando bagre”. “Teve uma vez que a [esposa de seu Parceirinho] escalou (escalar, nas expressões locais, significa limpar e salgar o pescado) mil bagres, a falecida Rita escalou 890, Chica escalou uns 800, essa menina mais novinha, Marielma escalou uns 600”. Assim que os peixes estivessem limpos e salgados (“escalados”) precisavam de um lugar para serem secos. Para isto existiam neste terreno “dois varalhões de madeira”, esses “varais eram cumpridos, eram 20 metros cada um”, e serviam para que se “esticava lá [os peixes e], botava nos varais para secar”, com isso encerrava-se o processo de beneficiamento.

Impressiona este quadro. Mais de cinquenta mulheres e várias crianças num terreno, “escalando” toneladas de bagres sob imensos varais que continham estes peixes pendurados e secando ao sol. Uma visão marcada na memória de todas/os que a presenciaram. Este procedimento inaugura na localidade a atual forma de beneficiamento de pescados que envolve um enorme número de pessoas.

Estando os peixes beneficiados inicia-se o momento da comercialização. Para este momento Seu Manoel Chaô se valia de “um caminhãozinho” onde, junto com os filhos mais velhos, entregava os pescados “nas usinas” e em outros estabelecimentos, quando retornava “com milho, com farinha, com açúcar das usinas, já trazia esses troços aqui e já trocava também, já fornecia para o pessoal levar”. Com isso, vendia o pescado e retornava com outras mercadorias adquiridas com os recursos das vendas ou, até mesmo, das trocas (que chamam de berganha) que realizava por peixes revendendo e/ou barganhando estes produtos com os residentes na região.

Mãe Maria: **E foi preparando, salgando, conservando e foi distribuindo nos lugares, o comércio e foi crescendo.** E depois que a luz chegou para cá que na época era Força e Luz que era fraco, mas dava para segurar a geladeira na época. [...] **Aí depois com esse gerador que ele foi depois conhecer novas máquinas já a luz.** Era aí que ele conectava a luz do gerador que era um motor muito grande e fornecia luz para as máquinas, [...] **geladeira, congelador e foi expandindo, foi congelando peixe, depois foi pescar camarão. E daí foram crescendo e estão aí até hoje.**

Zé Nilton: Depois foi evoluindo, barco, camarão, piruá e foi nisso. Isso já é antes, **primeiro foi o peixe salgado, aí já era todo mundo que salgava, mas papai comprava tudo e os outros também salgavam menos.** Tinha os que compravam muita coisa, dez fardos, 15, 20 já sequinho e tinham os que vinham comprar de quilo para vender.

Ninim: E aí lá eles pagavam as carroças e botavam os peixes nos *trem*, aí despachava para Santa Maria, Morro do Coco, Santa Barbara. Na época tinha muito estrada de ferra, acabaram com tudo isso aí. **Aí depois ele ia de ônibus lá, pegava a carroça e fazia a entrega de novo, aí foi onde ele começou já a negociar, a comprar peixe dos pescadores, salgar e entrar em movimento, já que não tinha estrada ia tudo de barco mesmo. Aí depois começaram a fazer estrada, ele comprou um carrinho, começou a negociar.**

Assim se inicia o processo de criação e consolidação dos grandes “frigoríficos” com suas redes de atividades associadas. Numa época “que não tinha estrada [por isso] ia tudo de barco mesmo” Seu Manoel Chaô se deslocava de prancha, “estrada de ferro”, “ônibus”, até adquirir seu caminhão. Quando não havia energia elétrica, por isso “primeiro foi o peixe salgado” e para tal precisou de muito sal e muita mão de obra para ir “preparando, salgando, conservando e [...] distribuindo nos lugares, o comércio e foi crescendo”. Depois quando a energia chegou conheceu “novas máquinas já a luz” e, com isso vieram a “geladeira, congelador e foi expandindo, foi congelando peixe, depois foi pescar camarão. E daí foram crescendo e estão aí até hoje”.

Gerados nos “Sertões”, ocupando restingas alagadas com intenso movimento de águas e abundância de peixes, integrados numa economia baseada nos transportes fluviais-marinhos e nos comércios de madeira e víveres com destaque para os pescados, entre as pranchas, o barracão, os bagres e com postura inovadora no manuseio do sal, a família Chaô representa um relevante fragmento deste “Mundo de pesca” e seus “circuitos” que se consubstanciou neste povoado presente na extrema margem esquerda do Rio Paraíba do Sul.

Do “Tempo das Areias”.

Bife: É, mudou mais, que **antigamente era tudo areia, ou era mato**. Essas estradas aí. Aí mudou muito. Isso aqui nosso aqui era tudo mato, areia, não tinha esse negócio de estrada certinha não. [...] **Desenvolveu que acabou areia, mato, essas coisas, e a população cresceu mais, antigamente não tinham todas essas casas não. Mas em certa parte não mudou muito não.**

Dona Bendita: Hoje em dia que a gente tem uma casinha, um barraco de tijolo. **Mas de primeiro, era só feita de pau, de entulho em varo e palha.** Eram todas as casinhas de palha, agora você não acha nenhuma para ver. [...] **Parede de barro, com entulho.** Entulho quer dizer entulho em varo. As varinhas, uma pegava assim, outra vinha descendo assim. Aí fazia aqueles buraquinhos onde jogava o barro. Uma pessoa jogava o barro para cá, e a gente jogava para lá. Colava no entulho assim e fazia, pronto, uma casa. [...] **É, de palha. Fazia assim um chalezinho e botava a palha. Cortava a palha e fazia.**

Estreito: Olhando hoje Gargaú, não vou botar muito longe, há 32 anos, que eu trabalhava em beira de praia, **you andava, era estrada de areia. Não tinha nem barro.** [...] Barra Velha, aquela rua de cima, não existia. **Aquilo ali you olhava, you podia contar as casas a dedo que you não se perdia.** Hoje não. Hoje virou Gargaú. Mudou muito Gargaú, nossa.

Paraíba: O terreno, hoje em dia, tem um piso para botar azulejo, mas antigamente não tinha. [...] **Não era tijolo. Amassava o barro, fazia a casa de entulho, jogava o barro, aí o barro agarrava.**

Zé Nilton: **E a vida em Gargaú não tinha casa, a casa aqui era falhada. Todas as casas aqui eram feitas de barro.**

Os períodos da infância dos entrevistados são contados como os do “Tempo das Areias”, um tempo onde haviam poucas casas na localidade, as que tinham “era falhada”, algumas ruas se contavam as casas nos dedos. Estas casas não eram construídas de alvenaria, com telhados e pisos, mas sim de “de pau, de entulho em varo e palha”. O entulho em varo são as armações feitas com as madeiras retiradas dos mangues que são trançadas para servirem com as estruturas internas das paredes, feitas de “barro”. Com estes “entulhos” (armações) feitos “uma pessoa jogava o barro para cá, e a gente jogava para lá. Colava no entulho assim e fazia, pronto, uma casa”. Sua cobertura era “de palha. [se] Fazia assim um chalezinho e botava a palha”.

Tempo de uma forte ligação entre os moradores e a natureza envolta. As estradas eram as areias próprias da região das restingas e as casas feitas com os materiais fornecidos pelos manguezais: madeiras, barro e as palhas para as coberturas. Esta construção imagética que agrega ser humano e natureza não significa apenas intercursos temporais, elas marcam valores sociais e culturais que estão ligados a estes sujeitos e suas diferentes gerações.

Se seus antepassados vieram dos “Tempos da Prancha” e do “Barracão”, eles vieram dos “Tempos das Areias” que é acionado, do ponto de vista das memórias, como substrato, sustento de sua colocação nesta árvore genealógica. Também enfrentaram todas as dificuldades que este tempo os submeteu, mas seus conhecimentos naturalísticos os possibilitaram construir suas vidas e “prosperar”. Tempos “difíceis”, mas por uma suposta contradição, que deixa “saudades” devido a liberdade, respeito e contatos mais estreitos que estabeleciam. José Colaço Dias Neto (2015) assim se refere às transformações que ocorreram nas habitações da Carrasqueira, localidade portuguesa de pescadores e pescadoras por ele estudada:

Se as casas evidenciam, por um lado, as transformações ocorridas no povoado desde o período de sua ocupação em torno da rizicultura, por outro lado funcionam como dispositivos por intermédio dos quais os carrasqueiros falam sobre sua história, sobre suas percepções do tempo e, enfim, sobre seus valores morais. Dito de modo mais sintético, a partir das casas é possível ter uma boa ideia dos processos e das representações sociais nos quais o ambiente ocupado – seja o mar, seja a terra – e os grupos sociais estão imbricados (DIAS NETO, 2015, p. 126).

Da mesma forma os “Tempos da Areia” com suas casas de pau a pique funcionam como dispositivos de marcação do tempo e, por isto, guardadores de uma memória que relaciona passado e presente, o antes e o hoje. Assim funcionam como “lugares de memória” (NORA, 1993), pois sua principal razão de ser é “parar o tempo, é bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte, materializar o imaterial para [...] prender o máximo de sentido num mínimo de sinais, é claro, e é isso que os torna apaixonantes” (NORA, 1993, p. 22).

Tabela 4: a relação entre passado e presente proporcionada pelos “Tempos da Areia” como lugar de memória.

“Tempo da Areia”	Dias atuais
Ruas de areia	Ruas calçadas
Casas de pau a pique	Casas de alvenaria
Poucas casas	Muitas casas – conjugadas
Água de cacimbas	Serviço de abastecimento de água
Lamparina – gerador	Energia elétrica
Maior liberdade	Menor liberdade
“maré” limpa (água e construções)	“maré” suja (poluições – casas, frigoríficos, peixarias)

Sem violência	Com Violência
---------------	---------------

Esta marcação do tempo que relaciona passado e presente possui para os residentes sentidos valorativos relativos e não absolutos, alguns elementos “progrediram” outros “regrediram”. O estabelecimento destas dicotomias comparativas compõe os repertórios memorativos dos sujeitos da pesquisa, por isso a eles é que dizem respeito. Como elementos compostos pela colcha de retalhos destas memórias coletivas, ao cientista social cabe o esforço de dar inteligibilidade a estas representações a partir de suas conexões com o espaço-tempo pesquisado e com as referências dos sujeitos partícipes do estudo.

Serão descritos a seguir alguns dos elementos que compõem este quadro comparativo. Estas dicotomias temporais também são utilizadas nos “circuitos” da pesca, como eram antes e como são agora. Entretanto estes circuitos serão trabalhados em capítulos posteriores, por isso os recursos em torno da pesca não estarão presentes neste momento.

Os “espelhos” da propriedade: direito individual e sua relação com o direito coletivo.

As poucas casas, ou como descrito, as “casas falhadas” do passado contrastam com a atual configuração. A localidade encontra-se muito povoada, principalmente com casas “conjugadas” abrigando indivíduos da mesma família com seus agregados, compondo habitações de famílias extensas. Estas casas são construídas originariamente nos antigos terrenos das gerações pregressas. Em alguns casos foram construídos pequenos sobrados com duas casas, uma sobre a outra, e dividida entre a parentela.

Moça Bonita: Aqui atrás era mangue, tudo mangue, a gente botava rede até aqui atrás para catar caranguejo, na época que a retroescavadeira veio para tirar a árvore, quase que a retroescavadeira vai embora na lama. [...] Aí com tempo a pessoa foi aterrando e foi construindo, mas isso era tudo mangue ao redor, tudo mangue...

Estas construções foram feitas nos espaços dos próprios lotes, “na areia”, ou em aterros sobre os mangues e pedaços do rio, interferindo nestes ecossistemas locais e nos espaços de realização das pescarias. A quase totalidade destes domicílios não foi

documentada, sua aquisição ou venda se realiza por acordos tácitos, possuem apenas “recibos³⁹” e, segundo os relatos, sempre cumpridos pelas partes.

Imagem 20: lado da rua (“final” do Buraco Fundo) a beira do canal onde atracam embarcações para reformas



³⁹ Segundo os relatos locais, até hoje é pequeno o número de casas que possuem escritura.

Imagem 21: Lado oposto da rua (“final” do Buraco Fundo) em frente a imagem anterior.

Abriga um pequeno estaleiro local.



Fonte: arquivo pessoal do autor.

As imagens acima mostram casas que se encontram na extremidade da localidade, à beira da “maré” alcançando a entrada dos manguezais. Fica no “final” do lugar denominado “Buraco Fundo”. Como a densidade populacional era menor este lado esquerdo era desabitado até recentemente, não sendo requerido para moradia, apenas para os frigoríficos como veremos. Sua posse foi decidida a não muitos anos atrás localmente como de direito dos indivíduos que tinham construções no lado oposto (lado direito), como parte destes lotes, seus “espelhos”. Sendo assim, quem habitava o lote ao lado contrário à “maré” teve direito de se apossar do lote em frente, com a mesma largura do já possuído e com a profundidade no encontro com o canal. Este direito foi estabelecido pelas relações locais, não tendo nenhum respaldo no direito “extra local”.

Existe um espaço nesta “beira maré” (imagem 21) que é utilizado a longo tempo para manutenção e limpeza das embarcações, ou seja, de uso coletivo. Porém o integrante da casa oposta a este terreno, fazendo uso de seu recente direito consuetudinário, começou a construir neste lote. Este havia comprado o material e iniciado a colocação das manilhas e a erguer os muros. Nesta ocasião os integrantes da localidade denunciaram à prefeitura esta obra “irregular”. Com isso, foram enviados tratores ao local, derrubando os muros e destruindo as manilhas. O rapaz se queixou por não haver esta necessidade, pois se tivesse sido avisado

anteriormente teria retirado seus materiais do terreno de forma a não terem sido destruídos pelos tratores.

Este fato simboliza a força do coletivo e de seus mútuos acordos. A produção e controle de direitos consuetudinários fazem parte da existência e reprodução de diversos grupos sociais (SANTOS, 2009). O estabelecimento destes códigos de conduta é muitas vezes alheio e, em certos casos, até contrapostos ao direito “oficial”, demonstrando a vitalidade e capacidade destes grupos de perseverar historicamente. Como mecanismos que, ao mesmo tempo, os identifica e os diferencia (WOODWARD, 2007), manipular estes códigos expressa relações de pertencimento, mas também resvalam em vínculos políticos e interesses econômicos que interpõe indivíduo-coletivo. Quando estes interesses individuais se sobrepõem aos coletivos os controles e coerções tem que funcionar, pois exprimem a vitalidade do grupo.

No caso narrado, apesar de todos adquirirem estes lotes à revelia dos poderes estatais e com respaldo do direito consuetudinário, quando o mesmo se contrapôs ao uso tradicional do espaço o estado foi acionado e o transgressor punido. Mais relevante é que nenhuma das outras ocupações foram denunciadas. Mesmo que alguns moradores se manifestem veladamente contra esta prática, por acreditarem que prejudica o ecossistema local, todos a aceitam, por traduzirem uma convenção grupal. O próprio coagido, mesmo contrariado pelos prejuízos sofridos, não delatou ninguém, nem se manifestou neste sentido.

Os códigos devem ser conhecidos e seguidos, eis uma máxima do direito. Sua transgressão deve ser punida publicamente, para não abrir brechas a novas desobediências. Entretanto como qualquer forma de apropriação do espaço estas regras estão condicionadas a contextos sócio temporais e, em vista disso, passíveis de modificações.

A primeira construção da Beira “Maré”: Direito local e suas relações com o direito “oficial”.

Abaixo a narração de seu Parceirinho sobre a primeira construção feita na beirada da “maré”:

Parceirinho: Depois não podia nem pensar em fazer alguma barraca [beira do canal] **lá porque era proibido, é da Marinha.** E uma vez que a tal da Marinha fez, ninguém podia fazer uma casa ali, era tombado na época. [...] Ninguém podia fazer nenhum barraco ali. Não tinha A e nem B, não tinha um barraco ali. Era dali até a olaria tudo da “maré” só em Porto de Canoas. Não existia bote não, era porto e porto de Canos e cada um tinha o seu

botinho amarrado, casa nenhuma. Por intermédio do falecido Bracutaia⁴⁰, [...] O capitão vai tomar uma cervejinha ali no bar e comer um peixinho frito [...] "dona Marinha, por que a senhora não melhora essa casinha aqui? Tão pequenininho"; "não capitão, aqui é proibido, o porto da capitania não deixa"; "o porto não deixa, mas eu deixo. **Quem manda sou eu**" [...] "Mas como? **Não, eu vou dar uma terrinha para você aqui, eu vou te dar um pedacinho de terra** [...] vou lhe dar uma carta, você vai no Rio de Janeiro [...] entrega ao capitão lá e eu que mandei para ele fazer **uma liberação de 17 metros de terra** para você", a mulher sem ler, sem escrever e sem dinheiro embarcou em um ônibus e foi lá. [...] O capitão olhou, leu, indagou o que eu fazia, o que pescava, que tinha uma barraquinha de vender, que não tinha condições e que o porto não deixa"; "não, você vai fazer. A senhora está liberada, pode fazer lá". E tem o documento. Ninguém tem o documento [...] O primeiro foi eu [a construir na beira da "maré"]

Imagem 22: Lugar da primeira construção de alvenaria na beira "maré" – atualmente a margem do canal está totalmente habitada com construções.



Fonte: arquivo pessoal do autor.

Neste trecho vemos como foi a primeira apropriação de "terras" na beira "maré". Antes havia neste local uma pequena venda de madeira (pau a pique) onde se comercializavam pescados frescos e fritos e outros tipos de "tira-gostos". Esta venda ocupava a parte de "terra" nas margens do canal, porém de material simples e facilmente removível

⁴⁰ Bracutaia foi uma figura lendária do local que ficou nacionalmente conhecido por possuir um bar no local que comercializava, entre outras coisas, cachaça de cobras, escorpiões, marimbondos, etc... A maioria dos residentes conhece estas histórias. Mais detalhes ver: <https://bracutaiacultural.blogspot.com/search?q=bracutaia>

caso fosse contestado seu posicionamento. A beirada do canal na “água”, já era historicamente lotada pelas embarcações e seus portos. Sua fração terrestre era mantida “limpa”, tanto pelo respeito da ocupação aquática pelos barcos quanto pelas proibições impostas pelo “porto da capitania” o braço local da Marinha.

Com a intervenção de um “Capitão” (presumivelmente algum funcionário de alto escalão desta instituição militar) foi concedido um pedaço (17 metros segundo o entrevistado) de “terra oficial-legal” nesta margem o que se contrapôs e se sobressaiu ao direito consuetudinário de manter esta zona “limpa”, própria as embarcações. Ao se suspender, por uma intervenção exterior e de maior influência, os códigos locais, todos/as os outros integrantes dos grupos se acharam possuidores deste mesmo renovado “direito”. Significativo assinalar que:

Primeiro: num estágio inicial estas novas ocupações foram ocorrendo com construções semelhantes a primeira, ou seja, com peixarias e “frigoríficos”;

Segundo: posteriormente com a pressão populacional foram sendo ocupadas também para construções de moradias, processo que continua ocorrendo;

Terceiro: como realçado no relato acima a primeira construção possui “documento” emitido pelos órgãos fiscalizadores, ou seja, os que deveriam manter a margem “limpa” foram os primeiros a “oficiar” a transgressão;

Quarto: as construções realizadas posteriormente não possuem os documentos, ou seja, foram feitas à revelia destes órgãos não sendo, por isso “oficializadas”;

Quinto: mesmo sem o aval destes órgãos passaram a ser realizadas pelo grupo, recebendo o aval coletivo, pois não foram denunciadas;

Sexto: inicialmente foram feitas a semelhança da construção “permitida” como seguindo um padrão, posteriormente com o aval grupal esta compreensão se estende a outras esferas da ocupação, tais como: as residências;

Sétimo: estas construções não “oficiais” têm no direito costumeiro sua base, recordando que a modificação no tempo deste direito ocorreu por força, acima de tudo, exterior;

Oitavo: como as construções “não oficiais” tem por base o direito consuetudinário, a obra da propriedade “espelho” quando iria ocorrer sobre um lugar considerado coletivo, usado para manutenção das embarcações, foi interdita pelo grupo que se utilizou da fiscalização “oficial” para barrar o empreendimento.

Vemos como estas peças se encaixam. Como visto anteriormente, na reflexão sobre as “pranchas” que circulavam por esta “maré”, os moradores/as mais antigos não aceitam passivamente o loteamento destas margens. Denunciam como uma “sujeira” do local, tanto na terra, com as construções, quanto na água com os detritos dos processos industriais e comerciais do pescado e os esgotos residenciais despejados. A lembrança pretérita de uma imagem “limpinha” contrasta com a contemporânea da “sujeira”. Esta sujeira se associa, nas palavras de Seu Paraíba, ao acesso ao porto e seus barquinhos.

Paraíba: Não tinha essas casas na beirada, não. Tinha porto para a gente parar as embarcações. **Tudo limpinho.** Não tinha essas casas. Hoje em dia que tem essas casas, **que para manter um barco é difícil, mas não tinha, não.** Fizeram umas casas aí e as casas foram aumentando, a **marinha deu colher de chá**, como diz o outro.

“Tempos da areia” quando a “maré” era limpinha, sem construções e com água cristalina, onde podiam se banhar e conseguiam pescar bagres, tainha, siris, robalos e camarão pitu até com as “mãos”, possuíam suas embarcações ancoradas e tinham tranquilo acesso a elas. Tempo em que os direitos de posse destes ambientes estavam interditados e eram respeitados pelo grupo. Contudo a “marinha deu colher de chá” e alterou estes domínios, tornando estas margens e suas águas “sujas” de poluição e construções.

O direito local de ocupação da beirada do canal se modifica por influência de uma força exterior e maior. Estas são alteradas, mudam sem deixar de existir. As (re)novadas formas de apropriação destes terrenos, continuam alternando-se neste pêndulo entre a norma local e a “oficial”. Esta quando necessário é acionada pelo grupo para manter certo controle e poder coletivo sobre os usos dos seus próprios espaços.

Apropriação terrestre e aquática: a criação de animais

Outra importante maneira de apropriação espacial neste “Tempo da areia” diz respeito a maneira como cuidavam das “criações”. Simone Maldonado (1993, 2000) caracteriza a ocupação do território marítimo pelos pescadores e pescadoras artesanais a partir das perspectivas da “indivisibilidade” e da não-apropriação formal. A autora associa estas perspectivas no meio marítimo a da imprevisibilidade e do risco que a atuação neste território impõe.

Para lidarem com estas condições e devido a suas necessidades produtivas “os pescadores dividem o espaço marítimo em "mares", "zonas de pesca", "pesqueiros", "pedras",

lugares de abundância cujas rotas e localizações são objeto de segredo” (MALDONADO, 2000, p. 62). Ainda, segundo a autora, esta condição pode ser comparada com a da “Terra”, como espaço histórico da divisão e apropriação.

A percepção da territorialidade marítima dos pescadores e pescadoras estudados pela autora se assemelha aos de Gargaú. Contudo no caso específico da apropriação terrestre afigura-se uma modalidade de certa forma deslocada desta percepção que apresenta algumas contiguidades com as apropriações aquáticas.

Moça Bonita: [Como que eram essas criações? Porco? Galinha? Tinha tudo?] Solto. [Eram criados tudo soltos?] Tudo solto [...] Até as galinhas, todo mundo criava solto. [...] Show. Agora não pode criar mais.

Estreito: Solta, porque nem muro a gente tinha direito. Elas podiam ir para a rua, para o pasto, que galinha gosta muito de capim. Onde tem capim elas estão. Vivemos muitos anos [assim].

Paraíba: [As criações viviam soltas pela rua? Ninguém mexia na coisa dos outros, não?] Não tinha esse negócio. [Porco, galinha, ficava tudo solto?] Tudo solto.

Além das falas dos interlocutores pude constatar durante os trabalhos de campo que este jeito de criação dos animais soltos ainda ocorre na localidade. Presencie em alguns momentos vacas, bois, porcos, galos e galinhas circulando livremente pelas ruas e calçadas sem ninguém os vigiando diretamente. Possivelmente devido a intensa ocupação de residências e comércios, como explicitado anteriormente, esta forma de criar animais perdeu intensidade. Contudo por ser vista pelos interlocutores como inexistente, mesmo ainda ocorrendo ocasionalmente (o que chama a atenção aos olhares de fora) corrobora como deve ter sido usual no passado. Abaixo algumas imagens captadas durante o trabalho de campo sobre estas criações em Gargaú nos dias atuais:

Imagem 23: Gado criado solto em Gargaú**Imagem 24:** Porco criado solto ao lado do Barracão em Gargaú

Fonte: arquivo pessoal do autor.

Esta prática também foi encontrada, inclusive com bastante frequência, na Praia dos Sonhos⁴¹, balneário que fica a 9,8 Km de Gargaú e que conta com forte presença de pescadores e pescadoras residentes como pode ser constatado nas imagens abaixo:

Imagem 25: Cabrito criado solto na Praia dos Sonhos**Imagem 26:** Galinhas criadas soltas na Praia dos Sonhos

Fonte: arquivo pessoal do autor.

A apropriação do espaço terrestre na localidade guardava certa contiguidade com a forma de apropriação do espaço aquático. No mar/rio o espaço é indiviso e não-apropriável, entretanto o espaço do barco, e das formas de direito constituídas para apoderamento dos pescados (segredo, pesqueiros, burlas⁴²) eram respeitados coletivamente, mesmo que houvessem transgressões. A criação dos animais terrestres (ainda encontrada em menor

⁴¹ A praia do sonho é um balneário com concentrações residenciais esparsas, devido a ter se transformado em espaço turístico em épocas passadas. Este foi o local gentilmente cedido para minha hospedagem durante os 78 dias de trabalho de campo.

⁴² Em sub-capítulo subsequente iremos expor com mais detalhes os direitos do segredo e da burla entre os pescadores e pescadoras de Gargaú/RJ.

escala) soltos pelos espaços públicos demonstra que estes espaços também eram considerados indivisos e não-apropriáveis individualmente. Não haviam cercas que delimitassem seu trânsito, nem quem ficasse os vigiando.

A principal distinção entre terra-água é que no uso do espaço terrestre a indivisibilidade não estava associada ao risco ou a imprevisibilidade. Esta diferença se manifestava no fato de que em relação as criações em terra havia maior controle sobre seu deslocamento e segurança sobre a posse de cada um destes animais em questão (mesmo que transgressões sempre ocorram). Diversamente do mundo das águas onde o controle sobre o deslocamento dos pescados e domínio sobre os peixes ali existentes ocorre de forma tênue e imprevisível, o que tornava necessária a existência de direitos de captura e posse como o segredo e a burla. Na terra a posse dos animais de “direito” de seus “donos” eram garantidas pelo grupo social, “ninguém mexia no que é dos outros, não tinha esse negócio”.

Espaço Terrestre	Espaço Aquático
Público – Indiviso/não apropriável	Água – Indivisa/não apropriável
Privado – divisão/apropriação	Barco/direitos – divisão/apropriação
Previsível	Imprevisível
Seguro	Arriscado
Forma de apropriação: individual/coletivo	Forma de apropriação: Burla/mentira

Fonte: elaborado pelo autor

Assim terra-água constituíam contiguidades em suas formas de ocupação, se diferenciando mais pelos seus aspectos em relação aos bens disponíveis do que por sua apropriação. As maneiras como as realidades sociais organizam as regras de propriedade possuem, segundo Maurice Godelier (1984) cinco pontos fundamentais: 1º propriedade é aplicável a qualquer realidade tangível ou intangível; 2º sempre estão determinadas por regras normativas; 3º estas regras estão baseadas simultaneamente em numerosos princípios distintivos, inclusive opostos, embora combinados; 4º estes princípios distinguem os que possuem certos direitos e quais são estes; 5º somente existem as propriedade quando estas se servem de regras para se apropriar da realidade de um modo concreto.

Com isso observa-se que as propriedades em terra e na água são determinadas por regras que ora se combinam, ora se opõe distinguindo os direitos de posse e usufruto que servem para a apropriação de certos bens materiais, concretos. As propriedades em terra-água, então, são uma construção social, por isso concreta e abstrata ao mesmo tempo. Como produto de um grupo que histórica e culturalmente se relaciona cotidianamente com as águas suas regras acabam sofrendo profundas interferências deste mundo, influenciando as regras que se instituem para outros ambientes. Lugares indivisos, terra e água, conformam um modo de ser da pesca artesanal. Este modo de ser garante signos de pertencimento grupal, se na água competimos, devido a sua imprevisibilidade e risco, na terra cooperamos, devido a seu controle e segurança. Partes de uma díade geracional compõe encaixes, que servem, inclusive, como esquemas de pacificação.

Terra-água se encontram, com isso, neste jogo intrincado e inter-relacionado. Suas formas de apropriação estão sujeitas as regras determinadas pelas visões de mundo deste coletivo. São contíguas pois se configuram como indivisíveis e não apropriáveis, mas também são opostas pois imprevisibilidade e risco se contrapõe a controle e segurança, eis o que delimita os códigos de acesso social. “Mas essa “propriedade” somente existe plenamente quando os membros de uma sociedade se servem de suas regras para organizar seus comportamentos concretos de apropriação” (GODELIER, 1984, p. 11).

Estes modelos de “direito”, como vimos anteriormente, também estão expostos e passíveis de alteração devido às mudanças temporais. Assim, como a localidade passou por considerável aumento da concentração humana nos últimos tempos, com o calçamento das ruas, a passagem dos grandes terrenos para as atuais casas conjugadas que dividem paredes, este jeito de criar os animais foi, cada vez mais, abandonado, pois passou a se tornar um inconveniente social.

Os animais soltos pelas ruas calçadas, agora apertada e muito mais movimentadas, expelindo livremente seus excrementos pelas vias, passou a significar riscos à saúde pública, além do mau cheiro, consistindo numa visão negativa para as novas gerações. Os interlocutores que se mostraram contra essa prática dizem que as ruas viviam cheias de “bichos” e que eles pisavam “cocôs” em seus trajetos.

Por outro lado, pude verificar, durante os trabalhos de campo, um caso inusitado. Uma senhora que estava conversando num grupo no fim da tarde nas calçadas, protestou que estava cuidando, havia já algum tempo, de umas galinhas que eram propriedade de uma outra pessoa,

que as deixava soltas na rua e não tomava conta de suas “criações”. Assim, esta senhora disse que continuaria a cuidar dos animais, não tinha coragem de os deixar “largados” e quando a outra os reivindicasse ela entregaria, sabia que não eram seus, porém os ovos que elas estavam chocando em seu quintal seriam dela, como pagamento pelos serviços e que estava reservando algumas para criarem “pintinhos” que também não seriam entregues.

Estes fatos demonstram como as alterações nos códigos de acesso e de distribuição das propriedades, mesmo quando expostos a modificações, guardam algo de sua integridade. Esta integridade é patente dos grupos sociais, sua memória e sua relação com o acesso a bens materiais e imateriais. Por isso as mudanças, mesmo as mais severas, tendem a encontrar resistências locais, mecanismos de refreamento. Assim se desenvolvem os sistemas normativos das coletividades, sempre em pêndulos interconexos entre o meio ambiente, os recursos, as relações sociais internas e externas e as pressões políticas, econômicas e Inter geracionais.

As transformações espaciais ocorridas com o passar dos “tempos das areias” para os atuais, mesmo que tenham alterado este desenho social, ainda guardam relações com o mesmo, tanto na manutenção, em menor escala, deste jeito de se criar os animais; quanto nas divisões das casas conjugadas com a reprodução de espaços familiares adjuntos.

Das cacimbas e das lamparinas à emancipação:

Cuidadora: **Tinha um poço. Lá em casa tinha uma cacimba** - tivemos que aterrar porque cimentamos o quintal. Mas durante muitos anos, foi do... depois passou um tempo que **vendia água em Gargaú, porque Maria da Água**, da casa dela - pessoal até conhece ela na escola, ela trabalha no Ercília [...] Dona Maria da Água, o nome dela. É, o apelido dela era Maria da Água, que ela vendia água. Porque lá na Barra Velha, a água sempre foi melhor, aí ela botava os galões d'água e saía pela rua aqui vendendo água, era muito interessante. Aí vinha uma água melhor.

Dudu: A gente ia lá, **limpava a cacimba**, deixava limpinha. Aí, dava uma água potável, a gente ia lá apanhar essa água. **Ia de bateira lá do outro lado da praia**. Entendeu? Atravessava de bateira, ia lá e enxia. Levava os baldes também, enxia os baldes e trazia, entendeu?

“O Tempo da Areia” é também da água de cacimba. Estas cacimbas eram construídas nos próprios quintais das casas, porém, na maioria das vezes, possuía uma água salobra, não muito própria para consumo, era mais utilizada para lavar roupas, (que também eram lavadas na beirada do rio) casa e utensílios.

Do outro lado da “maré”, no lugar denominado de “Barra Velha”, existiam cacimbas com águas mais limpas, “potáveis”. Com isso as pessoas precisavam se deslocar em pequenos barcos (bateiras) para acessar esta água. Apesar desta possibilidade de adquirir a água “potável” diretamente, ter que buscá-la de bateira era trabalhoso e nem todos possuíam estas embarcações o que dificultava este tipo de acesso. Esta dificuldade acabou gerando a existência de um “sistema de abastecimento” próprio: D. Maria D’água.

D. Maria era uma senhora que possuía uma cacimba de águas limpas em seu terreno no lado da Barra Velha. Como meio de melhorar seus rendimentos enchia galões com esta água e, transportando-a por toda a localidade, vendia porta a porta para quem quisesse comprar.

A figura de D. Maria D’água é conhecida e recordada pelos entrevistados antigos de Gargaú, numa época de ausência destes serviços, nos “Tempo das areias” (quando faziam parte do “Sertão Sanjoanense”). Devido a esta ausência os moradores com sua inventividade, conhecimentos naturalísticos sobre o meio e muito trabalho, solucionavam suas dificuldades além de se aproveitarem das oportunidades para geração de renda.

Além destes fatores, este caso de D. Maria D’água, também certifica a discussão anterior sobre os modelos de propriedade. Como a cacimba ficava em “seu” terreno e não no espaço considerado “público” ela possuía o direito de exploração privada deste bem, o que o fazia a partir de seu esforço pessoal. No caso das cacimbas “públicas”, “a gente ia lá limpava a cacimba, deixava ela limpinha” e qualquer residente podia utilizá-la, mesmo com o inconveniente do trabalho e de se necessitar da bateira.

Estas ocorrências confirmam como os sentidos da propriedade são múltiplos e comunicáveis (GODELIER, 1984), se configurando num extenso e pormenorizado conjunto normativo que é produto e produtor destes grupos sociais e suas coletividades, demonstrando sua riqueza e complexidade.

Segundo Mário Barreto Menezes (2017) “a inauguração do serviço de abastecimento d’água ocorreu em outubro de 1989” um dos marcadores temporais que simboliza a passagem deste tempo para os atuais.

D. Bendita: acho que ainda está lá embaixo da cama, eu guardei. A lamparina, aquele feixe de fogo e querosene. Aí fiquei passeando a rua. Aí "Que isso, gente?", "Isso aqui é para vocês saberem o que é o **tempo da lamparina**". [...] A nossa luz era lamparina. Não tinha televisão, não tinha nada.

Paraíba: Não tinha [energia elétrica]. **Aqui tinha o gerador.** Grandão. Era ali, perto do colégio. [...] Todo dia de manhã cedo tinha um camarada que ia para lá. Ligava esse gerador [...] A geladeira era a querosene. Era até bonito.

Como já dito anteriormente neste tempo não havia energia elétrica o que desencadeou todo o processo de uso do sal para conservação dos produtos, em especial o pescado. Fundada em 1969, a CERSAN (Cooperativa de Eletrificação Rural Sanjoanense LTDA) inicia o processo de eletrificação rural de todo o “Sertão sanjoanense” a partir da década de 1970. Segundo Roberto Pinheiro Acruche (2002), este foi um dos marcos para o processo de emancipação de São Francisco do Itabapoana.

Em 13/03/1994 foi realizado o plebiscito para emancipação do município e em 18 de janeiro de 1995 foi sancionada pelo governador do Estado do Rio de Janeiro a Lei nº 2.379/95, publicada no Diário Oficial da União em 19 de janeiro de 1995. Estava emancipado o município de São Francisco do Itabapoana, antigo “Sertão das Cacimbas” e “Sertão Sanjoanense” (MENEZES, 2017).

Num documentário sobre os 27 anos de emancipação do município realizado pela secretaria de educação e pelo departamento de cultura, Roberto Pinheiro Acruche, historiador local, relata que considera como um dos fatores primordiais para a emancipação “a mudança da trajetória [da rodovia] da cidade para Gargaú, [antes] era feita dentro de umas propriedades, passava dentro de umas fazendas, etc... mas escondia uma das riquezas no nosso município que era o nosso litoral (DEPARTAMENTO DE CULTURA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, 2022).

Estes fatos que culminaram com a emancipação do município de São Francisco do Itabapoana, último município do Estado do Rio de Janeiro a se emancipar, representam marcos derradeiros dos “tempos da areia”. Estes marcos inauguram a consolidação e fortalecimento de São Francisco do Itabapoana como sede do poder administrativo, político e econômico desta região. Após 308 anos do abandono destas terras pela família Gois em 1619, instaura-se novamente uma administração sediada nestas terras. Povo oriundo das restingas, alagados e dos povos originários, construíram e consolidaram sua história como “sertanejos”, viventes do sertão. Parafrazeando Euclides da Cunha em sua clássica obra “Os Sertões”, esta população foi, antes de tudo, composta por sujeitos fortes.

O Parque Eólico de Gargaú: contradições de uma modernidade colonialista.

Durante o ano de 2008 se iniciaram as obras do Parque Eólico de Gargaú tendo sido inaugurado em 2010. Segundo o site “Memorial da Eletricidade”:

Este parque eólico possui capacidade de produzir energia para cerca de 80.000 habitantes. Com 17 aerogeradores e potência de 28 mW por dia, Gargaú foi o primeiro parque eólico da região sudeste. Ocupando uma região de 1254 km², suas obras tiveram duração de dois anos, antes da usina eólica entrar em operação. A energia produzida no Parque Eólico de Gargaú segue para uma central, para posteriormente ser distribuída nacionalmente, através do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA. (MEMORIAL DA ELETRICIDADE, 2018)

Este empreendimento elétrico, baseado num discurso que exalta sua capacidade de gerar “energia sustentável” econômica e ambientalmente apresenta localmente uma das facetas contraditórias da modernidade tecnológica associada a posturas colonialistas.

Em primeiro lugar, demonstra a maneira extremamente desigual entre os espaços sociais que recebem os bônus tecnológicos e os que ficam com os ônus da recepção destes empreendimentos em seus territórios, gerando injustiças ambientais (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009). Em segundo lugar, como este processo se consolida ao construir separações idealizadas entre o moderno e o tradicional (SANTOS, 2009; LANDER, 2005), ao primeiro cabe o progresso, enquanto ao segundo a estagnação.

A indústria eólica foi situada ao longo da principal rodovia que liga São Francisco do Itabapoana (sede) com a localidade de Gargaú, perfazendo uns 07 km de comprimento. Os aerogeradores foram instalados nas areias de uma praia local que se encontra com a desembocadura de um braço de rio, formando um pequeno estuário. Esta região possui muitos mariscos, conhecidos regionalmente como “unhas de velho”. Para acesso a este estuário, devido as cercas que protegem os aerogeradores, passou a ser necessário dar uma grande volta, o que tornou o trajeto muito cansativo e dispendioso, levando muitas vezes ao abandono desta tradicional pescaria nesta área.

Além deste infortúnio, o que mais assombra é o fato de esta rodovia, que corta o meio do parque, além de encontrar-se em estado de conservação lastimável não possui iluminação em nenhuma parte deste trajeto. Este percurso escuro carece de ser desempenhado muitas vezes pela população local, pois é o principal caminho que leva à sede do município. Abaixo imagens da via que corta este parque eólico em diferentes horários do dia:

Imagem 27: Estrada Gargaú-São Francisco – Seu trajeto passa no meio do Parque eólico de Gargaú Energética SA



Imagem 28: Foto retirada do meio da estrada por volta das 16h



Fonte: Arquivo pessoal do autor.

Imagem 29: Foto retirada do mesmo local da imagem anterior por volta das 19h



Fonte: arquivo pessoal do autor.

Como pode ser depreendido da sequência de imagens acima, no período noturno esta via se torna de precária visibilidade o que acarretou alguns graves acidentes neste percurso. Devido a esta situação no dia 06 de dezembro de 2022 compareceram algumas representantes da localidade de Gargaú numa audiência pública na câmara de vereadores do município, solicitando a iluminação deste trecho por causa do perigo que constitui. Este pedido foi feito diretamente aos poderes públicos locais⁴³ por não haver qualquer canal de diálogo entre a empresa e os residentes, que não foram esclarecidos, em nenhum momento, sobre possíveis impactos e responsabilidades que a mesma teria com esta localidade.

Estes eventos se associam a ideia da colonialidade (QUIJANO, 2005), que compreende o desenvolvimento tecnológico como um processo evolucionista onde progresso e modernidade se mesclam como garantia de espaços de poder a partir da negação de acesso a direitos a diversos grupos humanos. Os discursos-práticas da colonialidade se materializam na desigualdade de reconhecimento e, em consequência, de distribuição dos benefícios e dos malefícios do desenvolvimento tecnológico entre diferentes parcelas da população.

Sintomático no caso apresentado como uma empresa de geração de energia elétrica, com discurso baseado na “sustentabilidade econômica e ambiental”, simplesmente ignora a

⁴³ No anexo 01 encontra-se a lista com as propostas e suas justificativas encaminhadas ao Poder Público Municipal, para compor as metas da Lei Orçamentária Anual (LOA) referente ao exercício de 2023.

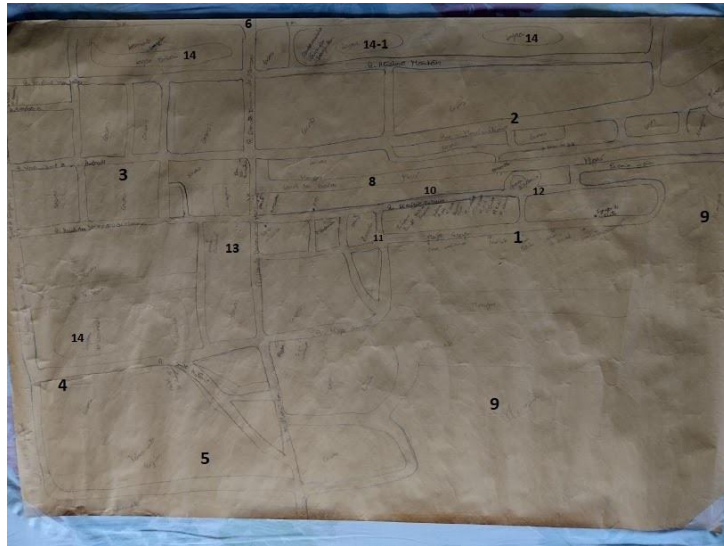
existência do grupo humano impactado diretamente por suas instalações. Além disso, e mais grave, um destes impactos diz respeito exatamente a ausência de luz elétrica na estrada que se encontra no interior do próprio empreendimento. Feito para atender as “cidades” que abrigam os cidadãos modernos e civilizados, negligenciam e apagam a existência, em seus arredores, dos “tradicionais” pescadores e pescadoras artesanais como se estes não fizessem parte da cidadania.

Em sua visão os grupos sociais, tais como os residentes da localidade de Gargaú, ocupam um lugar inferior na escala da história da modernidade. Ficaram estagnados ou perderam o bonde do tempo. Nos termos de Boaventura de Souza Santos (2009) estes imensos repertórios humanos, que perfazem os integrantes do “Sul” fazem parte do lado da linha abissal onde a apropriação e a violência são toleradas e, em última instância, permitidas pelos donos do poder sociocultural, econômico e político.

Mapa mental da Localidade de Gargaú

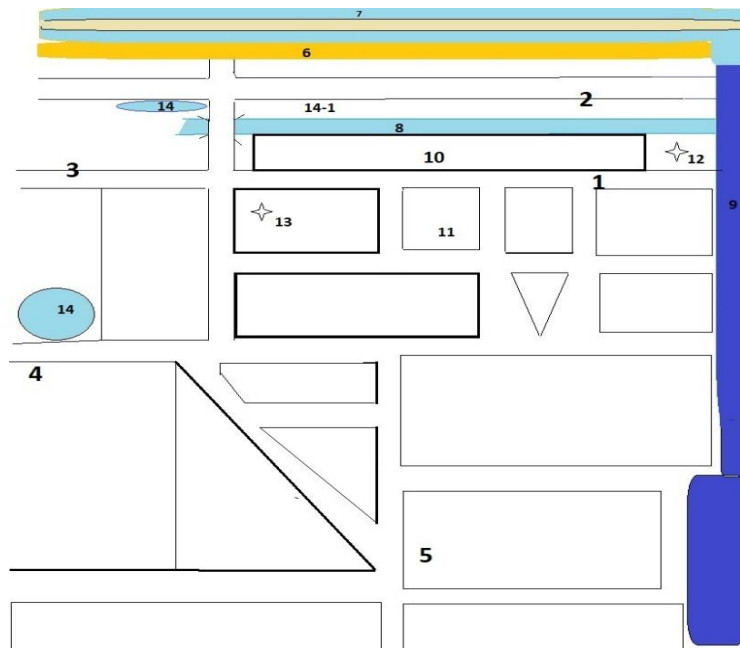
A pesquisadora Luciana Ramos Marcelino, em companhia de sua mãe e de seus filhos realizou, no dia 27 de outubro de 2022, um mapeamento mental, uma “cartografia da realidade”, sobre a localidade de Gargaú, que se encontra representada abaixo. Como “cartografia da realidade” se configura mais como “um método do que um gerador de produtos como mapas” (SEEMANN, 2003, p. 52). Após a apresentação deste mapa foi confeccionado um esboço elaborado pelo autor a partir de partes deste desenho, como forma de explicitar melhor suas descrições:

Mapa 9: Localidade Gargaú – Elaborado por Luciana Ramos Marcelino e Família.



Fonte: Luciana Ramos Marcelino e Família

Quadro2: Esboço realizado a partir do Mapa Mental de Luciana Ramos Marcelino e Família



Legenda:

- | | |
|---|--|
| 1: Buraco Fundo; | 8: Canal de aporte das embarcações; |
| 2: Barra Velha; | 9: Manguezais e o Rio Paraíba do Sul; |
| 3: Parque Prudêncio; | 10: Complexo da pesca local. |
| 4: Rua do Comércio; | 11: Barracão; |
| 5: Favelinha; | 12: Igreja de Santo Antônio; |
| 6: Faixa de areia da praia de estuário de Gargaú; | 13: Igreja de São Pedro; |
| 7: Mar; | 14: Lagoas – 14-1: Condomínio de Grauçá. |

Fonte: Produzido pelo autor.

O mapa confeccionado representa “narrativas visuais” e não espaços cartográficos estrito-senso. Suas dimensões e posições relativas espelham o olhar de sujeitos que participaram da pesquisa, pescadores e pescadoras artesanais e seus familiares. Segundo o professor Jorn Seemann (2013):

Mapas são criações humanas, narrativas, mensagens, ideologias, discursos e construções socioculturais. E seria lastimável se desperdiçássemos o seu potencial como forma de comunicação, expressão e meio para apreender a realidade. Mapas representam, apresentam ou visualizam algum espaço, seja esse imenso ou minúsculo, bonito ou feio, real ou resultado de pura imaginação. O mapa, na verdade, não é um produto, mas um processo (mapeamento) que não se reduz a levantamentos topográficos e geodésicos, medidas de precisão e formas materiais, mas que pode ser igualmente espiritual, político ou moral e incluir o que é lembrado, imaginado e contemplado, “existente ou desejado, inteiro ou em partes, experimentado, lembrado ou projetado em várias maneiras” (SEEMANN, 2013, p. 13).

Luciana e seus familiares, por estarem temporal e espacialmente ligados aos fluxos da atividade pesqueira local, apresentaram a configuração que se encontra na “cartografia da realidade” expressa. Provavelmente se tivessem sido elaboradas por outros grupos, não ligados ao “mundo” da pesca, teriam configurações diversas, com menor ênfase em determinados objetos e destaque para outros. Estas posições e dimensões, então, configuram conceitos referenciados pelas redes de atividades pesqueiras. Suas posições são relativas à inteligibilidade espacial de quem os produziu, por isso o “que surge são mapeamentos em vez de mapas, processos em vez de produtos” (SEEMANN, 2020, p. 18).

No mapa os números 01, 02, 03, 04 e 05 apresentam a divisão interna da localidade. Concebe uma figura com cinco partes tendo como âmago o canal navegável. Os números 03, 04 e 05 se referem as zonas com menor presença de sujeitos que compõe as atividades pesqueiras, não sem razão zonas que se encontram mais distantes da “maré”. O número 03 indica o Parque Prudêncio, uma área urbanizada mais recentemente, calçada, com muitas casas bem construídas, quintais e divisões claras entre cada residência, aparentando mais um bairro de classe média. Segundo testemunhos locais “compostos por aposentados que vieram morar em Gargaú”.

A rua do comércio (nº 04 no mapa) é um dos lugares mais antigos, encontra-se posicionada atrás do Barracão, outrora serviu como trajeto para a feira, onde circulavam os carros de bois transportando mercadorias vindas do “Sertão”. Possui casas de comércio, uma pequena praça com quadras para jogos e uma grande lagoa, circundada por várias casas bem

construídas e com quintais, se assemelhando, de certa forma, ao Parque Prudêncio, como lugar de residências mais valorizadas. Nela encontra-se, também, o Gargaú Praia Clube, onde ocorriam famosos bailes. Este clube possui uma arquitetura privilegiada com piscinas, quadras, et al, atualmente se encontra, ao que aparenta, “abandonado”, mas figura nas lembranças dos moradores, principalmente no período áureo do turismo.

A zona denominada Favelinha (nº 05) foi pouco mencionada durante o trabalho de campo, exceto pela insólita história contada sobre o porquê deste nome. Segundo alguns interlocutores este lugar foi povoado, em sua origem, por famílias compostas por pessoas “negras” o que motivou denominar esta área de “Favelinha”, ou seja, na concepção local os “negros” se concatenam com a ideia de “favela”.

Se levarmos em conta que a expressão “favela” carrega no senso comum o estereótipo negativo de se referir a lugares com habitações precárias, falta de serviços básicos, com elevados índices de violência e com presença de populações empobrecidas, não é este o caso da “Favelinha” conhecida durante o trabalho de campo, visto que a mesma apresenta aspecto semelhante as outras zonas. Estes marcos identitários podem estar ligados muito mais aos preconceitos e estereótipos fenotípicos do que espaciais dos residentes da localidade, por mais deturpada que esta manifestação espacial também se apresente.

Evocando, novamente, Alberto Ribeiro Lamego (1946, 1945) as populações locais, com fenótipos que os caracterizavam entre brancos e indígenas, com considerável presença de sujeitos de pele e olhos claros, (o que pôde ser percebido no campo da pesquisa) eram apresentadas pelo autor com atributos inspirados no personagem “jeca tatu” de Monteiro Lobato sob a denominação de Muxuangos. Estes sujeitos, provavelmente, numa atitude semelhante, denominam determinado local devido a estereótipos inscritos nas antigas famílias residentes por apresentarem caracteres negros. Os preconceitos e os racismos acompanham nossa história, em todas as escalas e universos sociais, cada qual com os seus sentidos.

Os locais considerados de maior presença dos mundos da pesca são: “Buraco Fundo” e “Barra Velha” (nº 01 e 02). Observando no mapa, estes dois locais margeiam o canal de embarque e desembarque identificado com o nº 08. Este fato, em muito, identifica estas zonas como referentes dos grupos de pesca. Residir próximo a “maré” consiste numa condição privilegiada para os pescadores e pescadoras e suas atividades.

Buraco Fundo é o mais antigo dos dois e local de residência da maioria dos entrevistados. Segundo Mario Barreto Menezes (2017) seu nome diz respeito a um estreito

muito fundo que havia no meio do canal e trazia preocupações para os mais velhos, principalmente devido aos perigos para com as crianças que por ali nadavam e mergulhavam. Em sua parte mais central, próximo à Igreja de Santo Antônio (nº 12), encontram-se moradias mais amplas e bem construídas, apesar de coladas umas às outras e abrigando, na maioria das vezes, mais de um núcleo familiar. São fruto das divisões dos antigos terrenos e da construção das casas conjugadas.

Na parte por detrás da igreja, na direção ao rio e aos manguezais, as moradias vão se tornando menores, com acabamentos mais simples e mantendo o padrão de casas conjugadas. Numa das ruas deste espaço, a que se encontra paralela ao canal, situam-se as casas e os residentes que se agraciaram com o direito aos “espelhos” no terreno ao lado oposto, como já citado.

A Barra Velha é dividida em duas partes, a rua de baixo, (na beira “maré”), a mais antiga, é rememorada como sendo de poucas casas até tempos atrás, tendo um crescimento ocupacional maior nas últimas décadas. Se assemelha ao Buraco Fundo na constituição de suas casas, mas possui uma rede de apoio às atividades pesqueiras mais frágeis, como veremos adiante. Teve suas vias calçadas recentemente o que agradou muito seus moradores.

Em torno de 27 anos atrás havia sido construída uma passarela metálica que unia estas duas zonas ao lado da igreja de Santo Antônio (nº12). Devido a intensa presença de pescadores e pescadoras dos dois lados e aos serviços de apoio a atividade pesqueira se encontrarem em maior número no Buraco Fundo, esta passagem em muito beneficiava aos residentes da Barra Velha. No dia 31 de março de 2021 esta estrutura desabou⁴⁴, aumentando consideravelmente o percurso entre um local e outro.

Tanto no Buraco Fundo como na Barra velha (rua de baixo) é possível se encontrar pelas ruas e calçadas, em frente as casas e próximos aos frigoríficos pescadores e pescadoras tecendo suas redes, conversando e/ou negociando, barcos atracados ou navegando ao “horizonte”, “frigoríficos”, “peixarias”, et al. Um cenário inconfundível que marca estas zonas como localidades de pesca, de pescadores e pescadoras e de pescarias.

⁴⁴ Mais detalhes: https://www.folha1.com.br/conteudo/2021/03/na_foz/1271110-com-estrutura-ja-comprometida-passarela-de-gargau-desaba-apos-fortes-chuvas.html

Imagem 30: vista da “maré” pela janela de uma casa – ao fundo Barra Velha.



Imagem 31: Caixas de gelo – utilizadas localmente para depósito do lixo doméstico



Imagem 32: Pescador tecendo redes na calçada. Imagem comum no local. Ao fundo a Igreja de Santo Antônio



Fonte: arquivo pessoal do autor.

Essas cenas pitorescas são marcadores socioculturais desta localidade. Despertam nos olhares desabitados certo “estranhamento”, mas significam a cotidianidade deste grupo, composto por suas atividades, signos, discursos e a organização planetária que o constitui. Com o passar do tempo estes cenários vão se tornando habituais aos sentidos, desvelando padrões e hábitos que compõe estas realidades societárias e lhes conferem inteligibilidade. Estes códigos, condutas e comportamentos contém os repertórios identitários destes grupos, o que lhes permitem se reconhecerem mutuamente e serem reconhecidos externamente.

A outra parte da Barra Velha, a rua de cima (localizada no mapa com o nº 14-1), se refere a uma ocupação mais recente. Era um grande terreno que foi dividido em pequenas partes por seu proprietário e vendido os lotes para “pessoas de fora de Gargaú”. Ficou conhecido no lugar como “Condomínio Grauçá”, devido ao nome da lagoa que fica no centro

deste terreno. Suas casas são, em grande medida, simples com pouco ou nenhum reboco e com cercas de pau ou arame. Aparentam não serem conjugadas abrigando, possivelmente, apenas um núcleo familiar. Se espalham nas beiradas da lagoa em terrenos irregulares e, em geral, de areia/lama. Apesar da Barra Velha ter sido calçada a pouco tempo, o acesso a este “Condomínio” continua precário, composto de “areia” e de difícil passagem de veículos.

Nos últimos anos os casos de violência e de uso e tráfico de drogas em Gargaú veem aumentando consideravelmente, assemelhando-se a vários outros pequenos lugarejos no país. Em meses precedentes ao término do trabalho de campo explodiu nos noticiários regionais cenas de homicídios e tiroteios que expuseram para todo o Estado do Rio de Janeiro as chagas desse acréscimo de brutalidade que vem ocorrendo tanto em Gargaú quanto no município de São Francisco do Itabapoana⁴⁵.

Afora o fato grave e lamentável destes ocorridos e de sua relação como o desmonte das políticas públicas em função do avanço das concepções neoliberais sobre os poderes públicos, sejam eles das esferas federais, estaduais ou municipais; o que mais interessa, ao desenho da pesquisa, reside na ligação direta que os residentes mais antigos (principalmente os que tive contatos mais diretamente moradores em sua maioria do Buraco Fundo) fazem entre este aumento da violência e a vinda em grande escala de pessoas de “fora de Gargaú”, com destaque para os moradores do “Condomínio Grauçá”. O curioso, neste caso, é que a Zona do Parque Prudêncio, lugar de ocupação mais recente e com muitas pessoas vindas de “fora”, possíveis “aposentados” não são citados.

Segundo relatos locais que pude vivenciar, aquela região da Barra Velha está “muito perigosa”, possui “um pessoal” que veio em sua maioria de “Campos ou do Rio de Janeiro capital” e se transformou num ambiente de “bandidos” e “traficantes”, onde estes interlocutores dizem ter medo de “andar de noite”. A maioria são pessoas “não conhecidas”, ou seja, que vieram de “fora”. Os bárbaros crimes cometidos, descritos nas notícias citadas, são reputados sobretudo aos do “Condomínio de Grauçá”.

Norbert Elias e John L. Scotson na obra “Os Estabelecidos e os Outsiders” assim escrevem no primeiro parágrafo da introdução:

⁴⁵ Mais detalhes ver as seguintes notícias: <https://noticiaurbana.com.br/policia/violencia-jovens-sao-mortos-em-tradicional-bar-de-gargau>; <https://campos.portaldacidade.com/noticias/policial/corpo-com-marcas-de-tiros-e-encontrado-em-lagoa-na-localidade-de-gargau-3423-1925>; <https://campos.portaldacidade.com/noticias/policial/atentado-em-bar-na-praia-de-gargau-termina-com-1-morto-e-7-feridos-1945>.

A descrição de uma comunidade da periferia urbana apresentada neste livro mostra uma clara divisão, em seu interior, entre um grupo estabelecido desde longa data e um grupo mais novo de residentes, cujos moradores eram tratados pelo primeiro como outsiders. O grupo estabelecido cerrava fileiras contra eles e os estigmatizava, de maneira geral, como pessoas de menor valor humano. Considerava-se que lhes faltava a virtude humana superior — o carisma grupal distintivo — que o grupo dominante atribuía a si mesmo.” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 19).

Outsider, numa tradução livre, significa “os de fora”. Os autores descrevem as relações entre moradores de uma cidade operária de pequeno porte na Inglaterra, durante fins da década de 1950, denominada ficticiamente de “Winston Parva”. Esta cidade foi ocupada em três diferentes períodos compondo 03 Zonas. A Zona 02 era a mais antiga da cidade construída a cerca de 80 anos à época da pesquisa. Denominada de “aldeia” era integrada por pessoas que “se conheciam” e sabiam situar umas às outras” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 62).

A Zona 01, pouco mais recente, contava com profissionais liberais e negociantes, alguns oriundos da Zona 02 e passou a ser conhecida como a “classe alta da Zona 02”. A Zona 03, mais nova das três e vizinha da Zona 02, era composta por recém-chegados, atraídos por melhores ofertas de emprego ou fugindo dos bombardeios que se iniciaram no país a partir de 1940. Era conhecida como o “Loteamento”.

O capítulo 08, intitulado “Os Jovens de Winston Parva”, descreve as diferentes relações e impressões locais sobre os jovens das 03 Zonas. Os da Zona 03 são considerados localmente como delinquentes e são evitados pelos das outras Zonas. Os pais das Zonas 02 e 01 buscam proibir seus filhos de se relacionarem com os da Zona 03 e os clubes e agremiações locais discriminam seus integrantes pelo lugar que ocupam na cidade.

Os autores vão demonstrando como estes adolescentes das Zonas 01 e 02 possuem uma rede de apoio comunitária e expectativas depositadas sobre eles que, de certa forma, vão os constringendo para assumirem papéis aprovados por esta rede. Suas condutas, muito mais sob controle, os garantem certos privilégios para acessarem melhores empregos, herdarem maiores bens e instituírem matrimônios com pares considerados localmente como superiores.

Em contrapartida, os jovens da Zona 03 estão em escala inferior para acessarem os suportes desta rede, sendo estigmatizados e considerados “naturalmente” delinquentes. Ao receberem tamanho estigma acabam por os incorporar e assumirem posturas consideradas irregulares comunitariamente que lhes garante sentimentos e sensações de liberdade e de

valorização à avessa. Este amálgama não ocorre sem desvios, complementos, crises e conflitos.

A pesquisa demonstra, se valendo inclusive de dados estatísticos, que não necessariamente as expectativas se confirmam e os índices de violência em muitos casos variam entre estes jovens e suas localidades, não correspondendo automaticamente ao modelo. Mostram, também, como muitos pertencentes a Zona 02 e 01 mantêm relações estáveis com os da Zona 03 e, de alguma forma, também buscam as transgressões às regras, porém sofrem maiores níveis de coerções comunitárias.

Este micro resumo do texto tem por objetivo apresentar algumas aproximações entre este estudo clássico e a localidade de Gargaú. Mesmo sem ter o aparato da análise estatística implementada pelos autores, devido não ser esse o objetivo central desta pesquisa, algumas pistas auxiliam a descortinar as relações que se estabelecem localmente.

Parque Prudêncio e a Rua do Comércio são espaços que se diferenciam deste complexo pesqueiro. Formado mais por profissionais de outras áreas, aposentados e casas de turistas, de certa forma, são encarados como lugares mais “afastados” e de classes sociais superiores com vínculos mais esparsos com as áreas pesqueiras. A “Favelinha”, como dito anteriormente, foi raramente mencionada durante o campo da pesquisa.

Por outro lado, Buraco Fundo e Barra Velha são consideradas as Zonas mais significativas em relação a rede de atividades pesqueiras presentes na localidade. Entretanto o Buraco Fundo possui um grande complexo de apoio para os trabalhos da pesca, composto por “frigoríficos”, peixarias, fabricação de gelo, posto de abastecimento de combustível, porto para embarque e desembarque de passageiros para São João da Barra, oficina mecânica para manutenção das embarcações, et al. Este complexo se encontra indicado no mapa pelo nº 10. Além desta vantagem esta Zona possui concentração ocupacional anterior, sua relação com o Barracão e com as Pranchas ocorreu de forma bem mais íntima acarretando benefícios na constituição e consolidação destas famílias e lhes valendo a pecha de “tradicional”.

Neste sentido a rede de apoio que circula pelo Buraco Fundo, constituída por conexões familiares e aparatos de bens e serviços, é bem superior à de Barra Velha. Apesar disso a relação entre a rua de baixo (na Barra Velha) e Buraco Fundo é bem próxima, por causa da mesma se encontrar na beira “maré” e por vários dos moradores daquele lado serem aparentados com os de Buraco Fundo.

Sendo assim, mesmo com a existência de certa desigualdade entre os dois lados do canal, estes mantêm vínculos e mecanismos de controle mútuo, inclusive entre os jovens que possuem nas atividades da pesca possibilidades de conseguir alguma renda. É possível encontrar muitos destes jovens trabalhando diretamente na pesca, ou indiretamente: nos frigoríficos, nas oficinas, nas peixarias, no transporte entre outros. A participação destes nesta rede se encontra bem dependente dos laços que possuem, ou como familiares ou como “filhos/as de amigos/as”.

Em relação ao “Condomínio Grauçá” e seus residentes estes vínculos se apresentam mais tênues. Como, provavelmente, são oriundos de grupos sociais mais vulneráveis economicamente, visto as condições de suas moradias, passaram a ser considerados, muitas vezes, suspeitos até que se prove o contrário. Por procederem de famílias recentes ainda não dispõem de elos fortalecidos no espaço social e como a pesca e seu complexo representam a fatia mais imediata de acesso a trabalho e renda ficam refém dos humores dos grupos mais tradicionais, que controlam os circuitos de captura, pré e pós-captura. Independente daquele loteamento veridicamente ser um refúgio para o comércio ilegal de drogas, o que não pode ser comprovado neste estudo, o que nos interessa são as pré-noções e generalizações sobre o mesmo e como seus habitantes encontram uma classificação imediata nas impressões locais.

Um dos fatos curiosos, que exemplifica esta condição, ocorreu exatamente por conta do desabamento da passarela. Em conversas que pude participar, vários moradores/as do Buraco Fundo, em especial os que se encontram próximos a igreja de Santo Antônio, demonstravam sua satisfação com a queda da travessia. Segundo eles/as a ausência deste passeio havia “melhorado os frequentadores locais”, pois para o pessoal de “Grauchá” ficava difícil, muito distante, para ali se dirigirem e, além disto, antes eles possuíam a passarela como “rota de fuga” reduzindo o controle da localidade sobre suas ações. Na opinião corrente eles se deslocavam para aquele ponto para “venderem drogas”.

Na contramão destas opiniões os moradores da Barra Velha reclamam da ausência desta passagem. Na mesma audiência pública supracitada, ocorrida na câmara de vereadores no 06 de dezembro de 2022, representantes locais, moradoras da Barra Velha, reivindicam o retorno desta passarela. No ofício encaminhado à câmara para compor às metas da Lei Orçamentária Municipal (LOA) de 2023, direcionada a Procuradoria do Município lê-se na justificativa da proposta 14: “A passarela facilita o acesso da população de Gargaú tanto ao Buraco Fundo como a Barra Velha. A ausência dessa passarela tem dificultado muito o

deslocamento da população, que precisa dar uma volta para chegar em ambos os lados da mesma comunidade” (Anexo 01).

Estes episódios permitem associar o texto de Norbert Elias e John L. Scotson (2000) as relações comunitárias na localidade. Os estereótipos impressos sobre o “Condomínio de Grauçá” estão sustentados sobre as perspectivas temporais de alocação no espaço e socioculturais de pertencimento a uma rede de apoios que, ao mesmo tempo, potencializa e constrange os comportamentos e atitudes dos sujeitos envolvidos a partir do arbítrio das famílias mais antigas que controlam boa parte do complexo pesqueiro local.

A pré-noção e generalização da “violência” do “outro”, que são associadas a falta de liberdade que a localidade vive nos tempos presentes, pode encontrar até respaldo em algumas situações reais, mesmo que dificilmente corroborarão estes preconceitos e universalizações. No entanto funcionam primordialmente como marcadores de controle social, como transformações destas diferenças espaço-temporais entre os núcleos habitacionais em signos de “inferioridades”. Várias vezes ouvi de proprietários de “frigoríficos” que só trabalham com eles os jovens que “querem”, que “seguem as regras” e “obedecem”. A rede de apoio existente se sustenta no complexo pesqueiro caracterizando a pesca como espaço de trabalho, cultura, economia e “política”.

Os outros pontos presentes na legenda do mapa: 06, 07, 09, 11, 13 e 14; dizem respeito a composição ecossistêmica da localidade formada por grandes restingas com seus alagados, como já visto e, também, por pontos de referência local, como o barracão ou a Igreja de São Pedro, a maior de Gargaú.

Gargaú: Uma Localidade formada por “Circuitos de Pesca”.

Como foi apresentado neste capítulo, a localidade de Gargaú, devido a fatores geológicos, geográficos, históricos, econômicos, políticos, culturais e ambientais forjou um povo com os genes das populações originárias, adaptados aos alagados e mares, exímios navegadores e pescadores, que souberam se aproveitar, com inventividade e competência, das condições históricas impostas o que lhes possibilitou a formação de uma localidade composta por “Mundos” da Pesca.

Na sequência iremos descrever os Sub-circuitos selecionados, tendo como convenção para apreensão dos mesmos as “Artes e Estruturas das Pescarias”; “As formas de comercialização dos Pescados” e as “Rotinas de Trabalho dos Pescadores e pescadoras”. Os

elementos que farão parte das descrições e interpretações dos sub-circuitos dependerão do grau de pertinência avaliado com base nas “convenções” adotadas, ou seja, alguns elementos serão incluídos e outros não.

Capítulo 3

Entre camarões e peroás: o sub-circuito dos mares

Como um “pedaço” ou “maré”⁴⁶, o espaço onde se realizam as pescarias são compostos por códigos e regras partilhados, conhecidos e reconhecidos por quem os operam. No caso específico, o “mar” (próximo ou distante), pode ser compreendido como “mares”, no plural, pois agrega diversidade de pescarias, cada qual com suas artes, suas rotinas de trabalho e formas de apropriação dos recursos auferidos.

Neste capítulo serão descritos alguns dos circuitos dos “mares” de Gargaú/RJ, os que foram mais significativos na coleta de dados da pesquisa. Estes “mares” serão descritos em seus “pedaços (marés)”, “manchas” e “trajetos”.

Memórias sobre a pesca de lanço: as primeiras pescarias do sub-circuito dos mares.

Na memória dos interlocutores o sub-circuito dos mares na localidade de Gargaú se originou em pescarias feitas próximas a costa, em barcos pesados, feitos de madeira maciça denominados por eles de batelão.

Zé Nilton: Cada batelão tinha duas vogas tipo regata. Tinha um mestre para governar lá atrás e tinha duas vogas na frente, uma no meio e outra mais na frente, aí conseguiram tirar o barco, pulando o mar para cercar a rede, era assim puxando voga, não era chamando água com a mão não, nem motor tinha.

O manejo destes barcos necessitava de habilidade e força para adentrarem o mar, pois tinham menos estabilidade que os atuais. Essa habilidade e força era conduzida e gerenciada pelo mestre da embarcação. O destaque para as pescarias realizadas nesta época era a chamada “pescaria de arrasto” ou de “lanço”. Segundo os relatos essas pescarias eram realizadas a aproximadamente 40 a 50 anos atrás e não ocorrem mais na localidade.

Dudu: A pescaria de lanço é um batelão, uma bateira que fica no meio da praia, com uma rede. Aí, vai dez homens, cinco para cada lado. Aí, solta a rede lá fora, negócio de mil metros fora da praia. Aí, começa a puxar a rede para a terra. O que tiver na reta dela, ela vai trazendo, entendeu? Peixe que tiver, que for entrando na rede, vai trazendo para a terra. Aí, chega em terra, o que apanhar bota no cesto.

⁴⁶ Para o estudo em causa estaremos utilizando como um referente similar ao conceito de “pedaço” o de “maré”, mais próximo aos usos comuns dos pescadores e pescadoras.

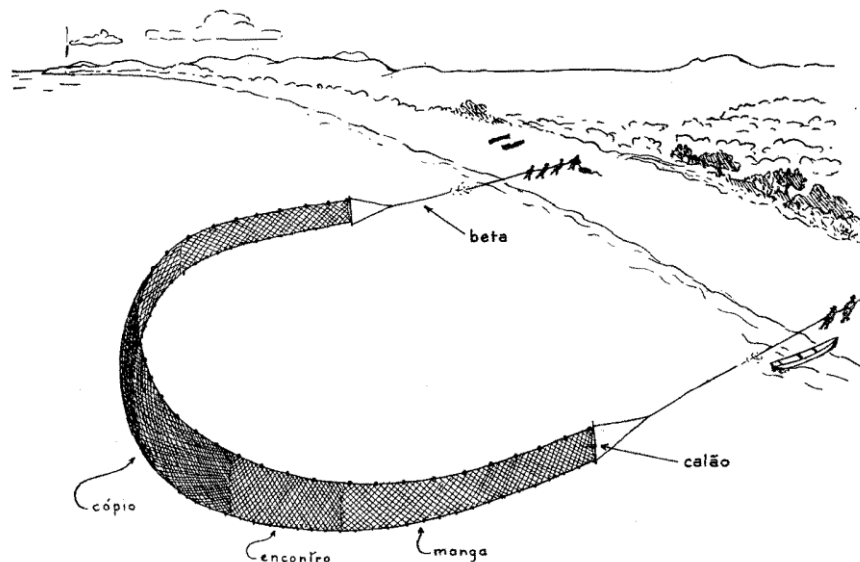
Estreito: A pesca de lanço é uma rede. [...] É uma rede que você coloca dentro de um barquinho, que a gente chama batera, né. Bota dentro ali com mais ou menos uns 150, uns 250 metros de comprimento. A gente saía com a corda, joga ela lá fora e depois vem puxando para a terra com duas cordas para a praia. Trabalhava sempre em 7, 8 pessoas.

Parceirinho: [antigamente em Gargaú] Era só tarrafa, tarrafa, tarrafa e lanço, ninguém sabia outro ramo. Eu tinha seis tripulantes que eu dava lanço no mar com batelão para puxar para terra, era quatro, seis de cada lado e nós pescávamos de lanço antes de pegar o barco. Nós pescávamos até lá em Santa Clara, pescava duas, três cestos de peixe.

Este tipo de pesca basicamente se configurava como trabalho coletivo que dependia da presença de muitas pessoas. As ações mais especializadas ficavam por conta do mestre e de seus tripulantes, o restante executava o trabalho braçal na areia, com a puxada da rede até a praia.

Em artigo de 1950 para a Revista Brasileira de Geografia, Lísia Maria Cavalcante Bernardes e Nilo Bernardes destacam que “em todo o litoral fluminense é o "arrastão" o principal processo de pesca costeira e em quase tôdas as praias limpas que dispõem de um abrigo, encontramos no mínimo uma rêde semelhante à que acima descrevemos” (BERNARDES; BERNARDES, 1950, p. 26). A rede de arrasto é genericamente caracterizada da seguinte forma:

Imagem 33: Arrastão de praia:



Fonte: BERNARDES; BERNARDES, 1950, p. 46

Como se pode depreender do texto acima, o arrastão ocupa importante espaço na história das pescarias fluminenses. Não sem razão foi lembrada pelos interlocutores como um marco para as pescas de mar. Neste tempo, onde “era só tarrafa, tarrafa” o lanço representava um modelo mais abrangente e que atendia e envolvia maior número de pessoas, por isso se configurava como um evento ritual.

Apesar de muito presente na narrativa memorialista dos pescadores e pescadores entrevistados para essa pesquisa esse modelo de pesca hoje em dia não ocorre mais em Gargaú.

3.1 O sub-circuito da pesca de camarão.

A partir dos depoimentos dos sujeitos da pesquisa foram detectadas as duas principais pescarias do sub-circuito da pesca local: as de camarão e as de peroá. Estas pescarias integram formas próprias de articulação entre os seus “pedaços/marés” e as suas “manchas”. Neste subcapítulo será descrita, com base nas convenções estipuladas anteriormente neste trabalho: “Artes e estruturas das pescarias”; “formas de comercialização dos pescados” e “rotinas de trabalho dos pescadores e pescadoras” a forma como a pesca de camarão se apresenta.

Da vela ao motor: re-fundando a pesca de camarão

As pescarias de camarão se iniciaram quando ainda se realizavam as pescas de “lanço”, sendo, no sub-circuito dos mares, das mais antigas da localidade e que ainda hoje são intensamente utilizadas, compondo um complexo pesqueiro próprio. A pesca era realizada em seus primórdios com embarcações à vela.

Parceirinho: Antigamente, os **botes que pescavam camarão não eram a motor, eram a vela**. Para você ver, **era vela**. Elas tocavam em um remo para fora, quatro homens na voga, chegava lá fora no bom tamanho, abria as duas velas. **Aí jogava a rede e deixava o vento levar a rede, andava onde o vento levava e a rede vinha pescando**. Chegado a uma certa distância, uma, duas horas arreava as velas e colhia a rede com camarão.

Realizada na denominada “acosta”, ou seja, no mar próximo a praia, as embarcações eram botes a vela. Depois que rompiam a boca da barra e já se encontravam “no bom tamanho” para dentro do mar, abriam as velas e soltavam as redes de arrasto deixando o vento conduzir o “trajeto”, em seguida recolhiam as redes com os pescados junto. Este modelo de embarcação se assemelha a descrita por Cristiano Wellington Noberto Ramalho (2021) como

uma tecnologia que no nordeste brasileiro foi intermediária entre as jangadas e os botes motorizados.

Nessa época, [década de 60-70] na costa sul pernambucana, a jangada começava a dar lugar aos barcos motorizados (Ramalho, 2006; 2017a), acontecendo fenômeno similar em outras praias do Nordeste, como Alagoas (Forman, 1970) e Rio Grande do Norte (Galvão, 1967: 20), porque “o bote-de-vela tomou-lhe o lugar [das jangadas] e o bote motorizado, com motor a óleo diesel, vai gradativamente substituindo o de vela” (RAMALHO, 2021, p. 926).

É possível que também tenham existido na região as jangadas estudadas pelo autor, mas, pelos dados coletados, se torna incauta tal afirmação. Os “pedaços-marés” circundados pelos pescadores, devido aos equipamentos que possuíam, se restringiam a “trajetos” mais curtos, próximos a praia como forma de evitar maiores riscos. Esta restrição espacial também condicionava a produtividade o que acarretou sua transformação como maneira de se alcançar maiores resultados produtivos.

Neste intento o “barco” carrega ampla significação. Enquanto instrumento técnico e tecnológico representa “o meio de transporte que permite aos pescadores o acesso aos espaços produtivos do Mar” (MALDONADO, 1993, p. 65). Esta garantia tecnológica acaba lhe revestindo de uma série de referenciais simbólicos, tais como: elo entre mar e terra; espaço de relações sociais, afetivas e laborais; elemento que permite compreender as variações temporais das pescarias em cada local, et al. Esta centralidade pode ser captada na seguinte narrativa abaixo:

Parceirinho: **Praticamente quem fundou Gargaú fui eu**, vou falar o porquê [...] **com muita consideração, apareceu um tal de seu Marinho, o médico** [...] seu Marinho começou a me convidar para ir para Campos porque já nessa época eu dirigia, **comecei a dirigir com 12 anos**. "Vamos lá Parceirinho, vamos lá em casa, o pessoal quer te conhecer", aí levava um, dois dias lá na casa dele. [...] Senhor Marinho vindo lá do sul de Itafona falou: "Parceirinho, lá em Guarapari, Marataízes **tem um barquinho**. Que tal o senhor comprar um barquinho daqueles? **Toma conta para mim para o senhor pescar?**". **Se a canoa a vela apanha 10 quilos, o barquinho vai para 50.**

Nas palavras do interlocutor a inserção dos barcos a motor “praticamente fundou Gargaú”. Isto demonstra a relevância deste “quase-objeto quase-sujeito” para este grupo. O barco, em parceria com seu proprietário, são fundadores do local, ou seja, mais uma vez nos deparamos com um mito do tipo dos “heróis fundadores”, entretanto nesta versão mítica a

embarcação, como um “totem”, assume relevância como “pedra fundamental” agora não de toda uma localidade, mas de um “circuito” pesqueiro, o de camarão. Sendo assim barco e pescador fundam a pescaria de camarão na localidade. Contudo, essa “fundação” não provém do “nada”, como no ato da gênese, mas da transformação de determinados petrechos de pesca, com a adoção de inovações, tais como os motores, a ampliação do tamanho dos barcos e a utilização de materiais novos para produção das redes.

Valendo-se da expressão de Lévi-Strauss (1989) a lógica classificadora destas transformações na memória dos pescadores deve ser buscada em sua “bricolagem”, na maneira como incorpora e une conteúdos dispersos em discursos que são, a partir de artifícios linguísticos, ao mesmo tempo, normativos, comportamentais, técnicos e tecnológicos, por isso impregnados de elementos imateriais e materiais.

Sendo assim a embarcação motorizada re-funda esta modalidade de pesca local inaugurando a possibilidade de se depreender “novos trajetos”, onde os pescadores podem circular por distancias maiores percorrendo “mares até então não navegáveis”. O simbolismo se encontra, também, no fato de ser inaugurada por um pescador, homem, e sua embarcação. Contrário a Gaá e Gaú, mito fundador que tem a família/casal como base na localidade de Gargaú, como pude verificar durante o trabalho de campo, nos “mundos” da pesca de “mar” a presença feminina é um interdito, mesmo que de forma velada⁴⁷. Sendo assim “ir mar adentro é tarefa do pescador homem. Há algo macho que acompanha esta ida do pescador, esta entrada no mar” (LABERGE, 2000, p. 52).

Com isso estas novas embarcações motorizadas em comunhão com seus tripulantes alcançam maior produtividade, conseguindo pescar maiores quantidades de pescados no mesmo período de tempo, ampliando sua autonomia física e sua alegoria de aventureiros, corajosos e livres. Como um “quase-objeto quase-humano”, soltos das amarras do “antigo” petrecho, pescador e barco (ambos re-novados) rasgam os mares, exploram novos nichos e retornam a sua “localidade” para narrar feitos, aventuras e desventuras.

Não se pode esquecer, junto a estas alegorias inauguradas pela inter-relação barco motorizado e ser humano, a relação com os complexos pesqueiros no local, pois também estes se potencializam com estas re-novadas pescarias. O aumento destas embarcações associada ao

⁴⁷ Devido a este fato nesta seção da “pesca de mar” não será utilizada a expressão pescador e pescadora apontando para os dois gêneros, mas apenas pescador no gênero masculino.

uso dos motores amplia o ganho de produtividade, em consequência, cada vez mais pescadores vão aderindo a estes petrechos. Com isso a quantidade de pescados se multiplica necessitando da expansão dos serviços de compra, beneficiamento, conservação e transporte destes produtos, ou seja, de ampliação dos “frigoríficos-manchas” existentes.

Depois do aumento da demanda proporcionado pelo tempo das Pranchas e do Barracão, o desenvolvimento destas tecnologias pesqueiras permitiu novo salto quantitativo para este complexo mercadológico. O “fundar” Gargaú, presente na narrativa do interlocutor, então, significa a renovação deste “circuito” pesqueiro ampliando os “trajetos” existentes com a possibilidade de viagens mais longas e em “mares mais altos” e com a expansão das “manchas/frigoríficos”. Não sem razão assim se manifesta o historiador Mário Barreto Menezes:

De 1940 a 1970, o povoado [Gargaú] sofreu como todo o sertão, grande estagnação, voltando a experimentar pequeno progresso a partir desse último ano com o início da ocupação da área conhecida como Barra Velha e também início da indústria pesqueira, que se firmou e evoluiu, tornando-se a principal fonte de renda da população local. Atualmente, conta com cerca de cento e vinte barcos, três fábricas de gelo e um bom número de frigoríficos responsáveis pelo beneficiamento do pescado capturado e por sua exportação para centros como São Paulo, Rio de Janeiro, Niterói e Belo Horizonte. (MENEZES, 2017, p. 200)

Outro detalhe se apresenta como relevante na fala de Parceirinho acima transcrita: **“apareceu um tal de seu Marinho, o médico [e disse] lá em Guarapari, Marataízes tem um barquinho. Que tal o senhor comprar um barquinho daqueles? Toma conta para mim para o senhor pescar? Se a canoa a vela apanha 10 quilos, o barquinho vai para 50”**.

A aquisição inicial destas embarcações motorizadas, segundo o entrevistado, foi viabilizada pela influência dos vínculos estabelecidos entre o pescador e uma pessoa de “fora”, provavelmente “turista”. Parceirinho possuía canais de contatos externos, “trajetos”, já possibilitados por relações comerciais que se consolidavam localmente. Como descrito anteriormente, o pescador em causa possuía, em conjunto com sua esposa, um pequeno comércio para venda de peixes frescos, fritos e outros preparos. Sintomático que este estabelecimento foi o primeiro a conseguir permissão para se alocar permanentemente na beirada do canal de navegação e aperto que transpassa a localidade e como esta autorização foi proporcionada devido a outro “elo de amizade” estabelecido com pessoas “de fora”, naquele caso com o “Capitão” da Capitania dos Portos.

Neste comércio pescador e esposa passam a estabelecer contatos mais próximos com “Seu Marinho, o médico”, frequentador do balneário. Seu “Marinho” havia visto em “Guarapari/Marataízes”, praias do litoral Sul do Espírito Santo, barcos motorizados utilizados pelos pescadores locais. Com este conhecimento propõe a Parceirinho que iria adquirir dois barcos motorizados deixando-os sob controle e guarda do pescador. Assim surgem na localidade os primeiros “barcos motorizados” para pesca de camarão.

Numa história com enredo semelhante, Pastor, pescador de rio⁴⁸ retrata como conseguiu adquirir a casa em que reside atualmente, na beira do canal no Buraco Fundo, a partir do “apoio” que recebeu de um amigo seu de “fora” do lugar:

Pastor: Apareceu um barraco aqui, a mulher quis vender, e aí eu falei que queria. **Eu tinha um companheiro meu, um senhor de idade que gostava muito de mim, de Campos**, e tinha uma amizade comigo muito grande. E ele viu o meu sofrimento. **Eu levava ele pra pescar, igual nós fazia. [...] era comprador de peixe meu [...]** Ele falou assim: "Ela quer quanto?", falei: "Ela quer tanto". Falei: "Só que eu não tenho condições de comprar". [...] "Vou te emprestar o dinheiro". "Emprestar o dinheiro? Mas vou te pagar como, moço?". Ele disse: "Rapaz, deixe comigo". Comprei. [...] Disse [depois]: "Você não precisa pagar nada, não".

Na narrativa acima de Pastor, sua atual moradia foi adquirida por uma pessoa de “fora” e doada para ele e sua família como ato de consideração e amizade pelos serviços prestados pelo pescador de guia e mestre nas pescarias realizadas para um indivíduo exótico, externo a localidade e inexperiente nos “pedaços e trajetos” destes “mundos” de pesca. Uma relação mútua que reconhece e estabelece, ao mesmo tempo, relações de trocas recíprocas (GODELIER, 2001).

Os acordos, vínculos e redes construídas com estes “agentes externos” são também geradores de redes de contatos e apoios, onde o sujeito “nativo” amplia suas possibilidades econômicas e políticas, desmitificando a ideia de uma localidade centrada em si própria.

Esta rede possibilitou, no caso estudado, o nascimento da atual configuração espacial do complexo mercadológico local, com os “frigoríficos” e peixarias se espalhando ao longo das margens do canal central de Gargaú e também o início da aquisição de embarcações motorizadas que revitalizaram as pescarias de camarão. Estes fatos atestam a relevância que tais relações locais – extra locais podem representar, sua amplitude, seus ganhos e perdas.

⁴⁸ O Sub-circuito da pesca de rio será descrita com detalhes em seções posteriores.

Neste sentido o desvelamento destas teias pode representar uma significativa chave de interpretação dos fluxos que as comunidades de pesca estabelecem extra localmente.

O aumento das embarcações atuais: estratégias coletivas para mudanças legislativas.

Zé Nilton: E camarão de arrasto com os barcos de sete, oito metros, seis e meio e o motor a gasolina. **A redinha pequena em funil, jogava as tábuas com dois homens, um puxava a corda de um lado e outro puxava de outro**, aí vinha um funilzinho com camarão.

Bife: Eram menores. **Eram nove metros. Hoje em dia os barcos são todos grandes, são 13, 14 metros.** Hoje eu pesco no barco [...] pequeno, nove metros. Nove metros e pouquinho, é. Porque hoje em dia se você arranjar um barco melhor, é melhor pra pescar.

Parceirinho: **aí começaram a fazer barco no estaleiro e cresceram de tamanho.** E eu também comecei a fazer um naquele tempo. **Com o tempo eu fiz um absurdo, o maior barco de Gargaú — que hoje é o menor. [...] Oito metros.** O nome do barco chamava Sobre as ondas.

Os primeiros barcos motorizados, segundo os depoimentos, eram de motor de gasolina e atingiam entre seis metros e meio até nove metros. Com o tempo e o aprendizado dos construtores navais locais estas embarcações foram aumentando de porte. Atualmente as que pescam camarão alcançam entre nove e doze metros, possuem a casinha onde o pescador pode se abrigar e motores mais potentes, abastecidos a óleo diesel.

Estreito: Os barcos maiores, **isso aí começou quando o farol, eles vieram fazer um estudo dentro do farol.** [...] Alguém que era responsável pelo órgão ali para dar o direito à embarcação de 12 metros ser como pescador artesanal. Antes era até 09 e meio. [...] **Levaram logo para o pior lugar, que é o farol.** [mais ou menos em 2012, 2010] O farol, para mim, o pior lugar de trabalhar é lá, porque puxa pra terra, joga de qualquer maneira. Jogaram ele logo lá. Pra poder eles dar valor, porque saí aqui na nossa Barra, eles vão dizer que é uma maravilha. Isso aqui é um passeio turístico. [...] Eles foram e mudaram a lei. **Botaram para 12 metros.** Todo mundo começou a fazer barcos maiores, ter mais conforto.

Presidente: Fizemos tipo um manifesto e fizemos uma reunião com o pessoal da pesca, o ministério da pesca. Então nós tivemos que provar que o barco de nove metros não teria condições de entrar no mar para pescar o camarão [...] Nós programamos uma reunião **para o farol de são tome, que é a praia mais brava**, que nossa senhora, lá é dose para leão. Aí trouxemos o responsável pela pesca do ministério, o nome dele chamava Jaime. Ai eu já estava como membro da colônia, como secretário da colônia [...] Aí nós fomos lá, eu chamei o responsável pelo ministério da pesca, falei o senhor tem coragem de entrar nesse mar aí com esse barquinho. Ele olhou para mim e disse não, não tenho. [...] **Chegamos e conseguimos até 12 metros**, aí já melhorou. [...] [isso foi] na base de 2009, 2010, por aí.

Nestes trechos são narradas as histórias de como os pescadores conseguiram legalizar o uso destas embarcações maiores para a pesca de camarão. Até o ano de 2011, como consta na Instrução Normativa IBAMA N° 164, de 17 de julho de 2007, era determinado legalmente nove metros como tamanho máximo permitido para as embarcações de pesca do camarão sete barbas⁴⁹.

Com a intensificação da demanda por este pescado passa a ser de interesse dos pescadores a ampliação de suas capturas o que necessitava do aumento da dimensão dos barcos. Este aumento, entretanto, estava impedido devido a legislação vigente e a burla a esta Lei implicava multas e apreensão dos petrechos para quem fosse apanhado. Estes grupos passam, então, a organizar estratégias para modificação da legislação com a permissão do uso de embarcação maiores.

Com isso (aproximadamente entre 2009 e 2010) os pescadores solicitaram a visita de representantes do ministério da pesca para verificarem o alto risco que representava a entrada e saída do mar com barcos de nove metros de comprimento. Para “provar” este alto risco, conduziram estes representantes para o lugar mais arriscado da região a praia do “Farol de São Tomé”. Esta praia fica localizada no litoral da cidade de Campos dos Goytacazes e apresenta um mar extremamente bravio, numa orla sem píer e sem porto de atracação. A entrada e a saída das embarcações, nesta praia, se encontram em condições tão adversas que necessitam do auxílio de tratores para este trânsito, por conta de os barcos ficarem ancorados na areia da praia para não serem destruídos pelas forças das ondas⁵⁰.

Ao constatarem, *in loco*, o perigo a que os pescadores estavam expostos, os “fiscais do ministério” aprovaram uma nova Instrução Normativa Interministerial MPA/MMA N° 3, em 28 de janeiro de 2011 que passa a adotar o tamanho de 12 metros para os barcos utilizados na pesca do camarão sete barbas.

Estas histórias demonstram a capacidade destes grupos de se gerenciarem coletivamente, negando as visões comuns que ligam suas formas de ser a posições individualizadas e refratárias a ações grupais. Estes sujeitos, quando necessário, constroem laços/alianças para alcançarem benefícios coletivos. Embrenhados em sistemas de produção

⁴⁹ Principal pescado das pescarias de camarão.

⁵⁰ Mais informações sobre a praia do Farol e o uso de tratores para entrada e saída das embarcações do mar ver: <https://vejario.abril.com.br/coluna/maresia-fluminense/os-barcos-do-farol-de-sao-tome/>, <https://g1.globo.com/platb/globomar/2012/04/05/tratores-auxiliam-barcos-na-pesca-do-camarao-na-praia-do-farol/>.

baseados em competição entre tripulações e pescadores e pescadoras individuais, não perdem a capacidade de se organizar coletivamente, até mesmo em nível macro.

O ganho possibilitado pelo aumento das embarcações, como pode ser conferido pelo texto da IN MPA/MMA N° 3/2011, foi extensivo a todo litoral sul brasileiro contando a partir da divisa entre os Estados do ES e da BA. Não foi possível a verificação se houve outros estudos de caso por representantes ministeriais em outros pontos da orla nacional, mas aparentemente esta verificação In Loco foi realizado apenas em Farol de São Tomé, o que corrobora a grande capacidade de organização coletiva e da importância deste pescado (camarão) para os grupos presentes no litoral norte/noroeste fluminense.

Como se vê na imagem 34 atualmente as pescarias de camarão utilizam embarcações potentes de grandes dimensões que impressionam os olhos desabitados. Variam entre nove e doze metros. Na maioria das vezes sua manutenção é realizada pelos próprios pescadores, excluindo-se reparos de maior monta.

Imagem 34: Embarcação Local para pesca de camarão



As vias de acesso aos barcos na localidade, sejam de camarão ou outros, normalmente ocorrem por tábuas improvisadas e construídas pelos locais (imagem 35), sem que haja qualquer preocupação formal sobre sua precariedade, demonstrando os riscos para os usuários e o descaso das instituições públicas locais pela segurança destes trabalhadores. Os pescadores se encontram tão habituados com este descaso, que nem cogitam tal fato, amenizando os perigos advindos destas palafitas improvisadas.

Imagem 35: Tábuas que servem para acesso às embarcações locais.



Fonte: arquivo pessoal do autor.

Os petrechos da pesca de camarão: entre redes, guinchos e GPS's.

Os principais petrechos de pesca utilizados atualmente pelos pescadores de camarão em Gargaú são as “redes” de arrasto (imagem 38) e os GPS's (imagem 39), que a maioria possui, e os guinchos (imagens 36 e 37) que algumas embarcações contêm outras não.

Imagem 36: Guincho para puxada da Rede



Imagem 37: Asa onde se passa a corda entre o guincho e a Rede.

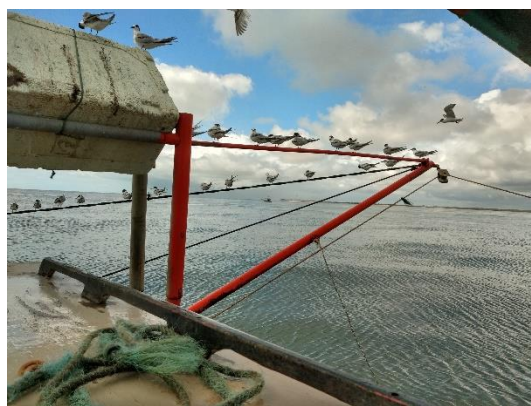


Imagem 38: Redes de Arrasto recém puxadas



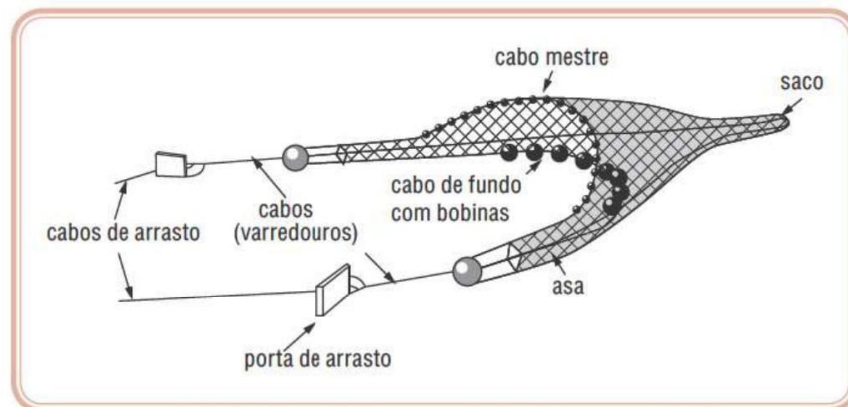
Imagem 39: Aparelho GPS



Fonte: arquivo pessoal do autor.

As redes de arrasto, “rede funil”, já haviam sido instituídas localmente mesmo nos barcos a vela, mas foram sendo inovadas ao longo do tempo para abrigar um modelo produtivo com maior capacidade predadora. Segundo classificação presente na cartilha “Tecnologia Pesqueira” de Paulo Marcelo de Oliveira Lins (2011) são consideradas artes ativas de pesca, ou seja, “se movimentam na captura de peixes, crustáceos e macroinvertebrados” (LINS, 2011, p. 45).

Imagem 40: Caracterização de uma Rede de Arrasto com Portas.



Fonte: LINS, 2011 p. 46

As redes utilizadas na localidade são muito semelhantes a representação da imagem 40. Cada embarcação possui duas redes, puxadas pelos guinchos e alçadas para fora da água via as “asas” do barco, conhecidas como “tangotes” (LINS, 2011). Nos barcos que não possuem estes equipamentos estes petrechos são puxados diretamente pelas mãos dos pescadores, exigindo grandes esforços. Este excessivo esforço ao longo dos anos acarreta, na

maioria destes sujeitos, sérios problemas de saúde, em especial nos braços, ombros e coluna, como pode ser constatado nas falas de vários dos interlocutores.

A rede de arrasto consiste de uma rede comprida em forma de um grande saco com uma boca que abre cravejada por chumbos que a fazem encostar no fundo do mar. O barco vai puxando e trazendo em seu interior o que encontrar no fundo, por isso é denominada de pescaria de arrasto. Os pontos de pesca, na qual os pescadores se deslocam para conseguir capturar seus pescados estão marcados nos GPS's que utilizam, sendo assim este equipamento se demonstra atualmente de grande importância para estas pescarias.

Itinerário etnográfico pesca de camarão

Como forma de exibir as rotinas destes trabalhadores será descrita de forma sintética uma pescaria acompanhada durante um dos itinerários etnográficos realizados no local da pesquisa e registrada no Caderno de Campo.

Itinerário Etnográfico Pesca de Camarão

Participantes: Eduardo e Bife

Data: 25/10/2022

Chego ao local às 03 horas da madrugada e encontro o pescador. Nos encaminhamos para o barco que fica ancorado no canal, do lado da Barra Velha. O porto é constituído de uma ponte improvisada de madeira que nos leva até a embarcação. Todos os acessos aos barcos pelo local são do mesmo jeito.

O barco se chama Aleluia. Entramos, ainda muito escuro e me é explicado o funcionamento da embarcação. O barco possui uma manivela, uma haste de metal que funciona de leme e de “marcha” do motor dando suas direções: frente, trás e “ponto morto”. O outro pescador, companheiro de pesca, não pôde ir neste dia, pois está com problemas de pressão (este companheiro é o dono da embarcação que receberá a parte do barco de qualquer forma). Já faz umas duas semanas que Bife sai para pescar sozinho. Segundo o pescador desconta-se o combustível e divide-se o restante em duas partes uma para ele que foi pescar e a outra do “barco”. Com isso diz que até prefere pescar sozinho, pois quando o dono da embarcação também vai, se divide o resultado em três partes depois de descontado o combustível. Uma para o “barco” e as outras para os dois pescadores.

O barco possui um motor de 33⁵¹. Segundo suas estimativas naquele dia iríamos gastar R\$ 150,00 de combustível, mais ou menos 22 litros de óleo diesel. Possui um rádio comunicador que se encontrava com o microfone defeituoso servindo apenas para se ouvir e um GPS da marca Furuno. Depois do ponto marcado o aparelho exibe os “graus” em que o barco tem que se manter e o tempo estimado da chegada ao ponto. No caminho mostra outros pontos registrados por onde o barco vai passando. Num dos “trajetos” realizados o aparelho mostrava que precisávamos passar por 32 pontos para chegar até o ponto indicado. Os pescadores possuem centenas de pontos marcados, a maioria representando pontos de pesca.

⁵¹ Potência do motor de centro medida em HP (horse power) ou CV, cavalos de potência.

Bife me conta como antigamente pescava na bússola e como era bem mais difícil. Em sua visão, no fundo “ser pescador” era igual, porém precisava de muito mais “habilidade e conhecimento”. O GPS utilizado, custa, em média, R\$ 5.000,00⁵². Atende aos interesses da pescaria, mas não é dos melhores, os mais caros chegam a R\$ 11.000,00. Estes aparelhos começaram a ser usados no local de 06 a 10 anos atrás e eram bem mais baratos, na época o pescador chegou a vender um a R\$ 800,00. Entretanto atualmente esse valor se elevou muito. A pesca de camarão não precisa de sonda, pois a mesma serve mais pra marcar a profundidade e eles executam suas pescarias em mares mais próximos, denominados localmente de “acosta”.

Na pescaria de camarão se sai de casa pela manhã e se retorna pela parte da tarde, não necessitando pernoitar no mar. A quantidade de pescados chega, no máximo, a 100-150 Kg, mas, na média, pescam entre 50-80 Kg por dia. Os pescados são acomodados em caixas de plásticos ou isopor, não utilizam as urnas dos barcos nem carregam gelo, para baratear os custos.

Na saída o pescador me conta sobre a barra do rio que se encontrava muito rasa (fraca), o que fazia com que o barco só conseguisse sair para o mar (romper) quando a maré estava bem cheia “grande”, por isso a necessidade de partirmos na madrugada. Antes havia uma outra barra que se encontrava mais perto da localidade, mas que se fechou devido a “fraqueza” das águas do rio. Atualmente utilizam esta saída mais distante, o que tornou ainda maior o “trajeto” que o barco tem que realizar para “romper”, tornando a viagem mais custosa.

Nos períodos chuvosos, quando as águas do rio vêm “fortes”, enchem e alagam até o centro de Gargaú, inclusive casas de residentes, nestas ocasiões os pescadores se unem para abrir saídas alternativas em locais próximos do canal, como escoadouros para estas águas. Todavia depois que o rio “fraqueja” essas passagens sempre fecham. Nas palavras de Bife: **“só não fecham as passagens que a natureza abre. O que o homem abre a natureza fecha.”**

“Rompe” a barra e nos encaminhamos para os “pesqueiros”, “pontos de pesca”. O pescador ao mesmo tempo guia a embarcação, abre as “asas” do guincho e arruma as redes para serem jogadas ao mar quando chegarmos no “ponto”, tudo com muita destreza. Se utiliza das mãos e dos pés para manipular o “leme” por se encontrar sozinho para realizar estas tarefas.

Chegamos ao primeiro ponto de pesca depois de navegarmos por 50 minutos. Na chegada diminui a velocidade do barco e joga as redes no mar. O mar é povoado de barcos de pesca. A imagem daquele pescador sozinho, pescando calmamente seu peixe, numa vida idílica de contemplação e silêncio, em sintonia com as harmonias e movimentos das águas em nada se assemelha a imagem vivenciada neste itinerário. O pescador está o tempo todo em atividade, ao mesmo tempo conduzindo a embarcação, manipulando os petrechos de pesca, lavando, separando e acondicionando os pescados, mantendo o convés sempre limpo e organizado, observando e se comunicando com outros pescadores que circulam a sua volta e falando no celular com parceiros que se encontram em outros “pontos” de pesca distantes. Além disso o “mar” é extremamente habitado por dezenas de barcos com seus pescadores, a maioria conhecidos: “aqueles dali são do grupo de Guaxindiba que vem pescar em nossa área”. “Agora estamos chegando perto da área do pessoal de Atafona, aqueles barcos ali são todos de lá”.

⁵² A pesquisa de campo ocorreu entre abril e novembro de 2022, neste período a média da cotação da moeda americana foi de R\$ 5,133 por US\$ 1,000. Esta conversão se encontra exposta para facilitar este cálculo em caso de comparações futuras deste trabalho. Mais detalhes sobre a conversão entre dólar e real consultar: <https://www.aasp.org.br/suporte-profissional/indices-economicos/mensal/dolar/>

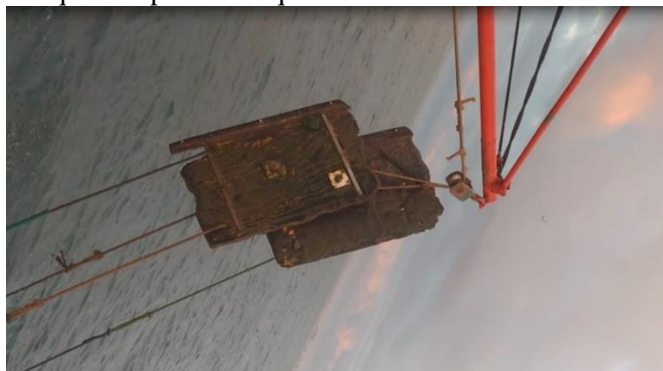
Imagem 41: vários barcos circulando pelo pedaço da pesca de camarão



Fonte: arquivo pessoal do autor.

Os barcos possuem duas redes uma em cada lado da embarcação. Estas ficam presas ao guincho e pelas “asas” abertas se dispõem para fora da embarcação. Nos guinchos se prendem as duas extremidades da rede com duas cordas, entre as cordas encontram-se as portas, duas madeiras retangulares para não permitir que as bocas da rede se fechem no mar.

Imagem 42: portas que não permitem que as bocas das redes se fechem no fundo do mar



Fonte: arquivo pessoal do autor.

A rede possui uma “malha” (as aberturas internas da rede, entre seus nós) pequena de 25 a 35 mm, mas tem que ser feita de um material bem resistente, pois funciona no arrasto. Nas suas extremidades encontram-se chumbos que mantêm um de seus lados no fundo do mar. Em seu meio encontra-se o “saco” ou puçá, com linha mais resistente onde o camarão e mais o que tiver no fundo fica preso.

O pescador solta a rede no ponto marcado e mantém o barco em movimento em sentido semi circular em torno do ponto escolhido, para que a rede seja arrastada nos espaços que circundam o “pesqueiro”. Na primeira jogada de rede, “lanço” ou “lançada”, o barco ficou em movimento por aproximadamente 50 minutos. Durante esse período o pescador fica em constante atividade na tentativa de descobrir quais os melhores locais de pescaria para aquele dia, para nos dirigirmos até lá depois deste “ponto”. Assim fica observando os outros barcos, se saíram de um local em que estavam ou se permanecem no mesmo local. “Aquele ali não sai dali, deve estar dando camarão”. “Aquele ali puxou e foi embora, não deve ter pego nada”. Além disto a rede de arrasto quando passa no fundo espanta os pescados, por isso Bife me ensina que é muito importante observar os outros para você não se encaminhar para algum ponto de pesca próximo onde circularam a pouco espantando a fauna que orbita por ali.

Quando os barcos passam próximos entre si, os pescadores fazem sinais uns aos outros utilizando-se, principalmente das mãos. Um sinal mostra que naquele lugar ali não tem nada,

bom está “mais adiante”. Outro diz que “aqui tem camarão grande ou pequeno”, que a “água está agitada”, entre outros. Esses sinais que são feitos entre os pescadores são avaliados caso a caso, os mesmos tendo seu significado, na maior parte das vezes, analisado de forma cifrada.

Assim no momento em que um pescador nos sinalizou avisando que ali estava “fraco” de camarão, Bife me disse que aquele rapaz é bonzinho, mas tem olho grande. Só faz sinal para saber como está a nossa pescaria, não quer ajudar ninguém, não se pode “confiar”. Num outro momento Bife fez sinais para outro barco dizendo que tinha pego uma quantidade boa de camarão num ponto pouco atrás. Como ele havia me dito, pouco antes, que aquele ponto não estava bom naquele dia, se justifica para mim dizendo o seguinte: “não está tão bom assim não, só que aquele pescador ali é mais simplesinho, para ele aquela quantidade está boa”.

Esses sinais parecem serem usados mais para ludibriar uns aos outros do que realmente para informar algo. Em contraposição o pescador me diz que quando se deparam com alguma pedra no fundo d’água, sob o risco de danificar as redes, aí sim todos avisam de forma “verdadeira”, porque sabem que a perda da rede é um grande prejuízo, cada rede custa, em média R\$ 2.500,00 a 3.000,00. O par utilizado nos barcos gira em torno de R\$ 5.000,00 a 6.000,00.

Inclusive muitos “pontos famosos” da região são conhecidos por terem danificados redes de pescadores antigamente. Estes pontos tem suas coordenadas de GPS conhecidas por todos localmente com a denominação de “pegador”. Assim existem os: pegador de babá, de Enildo, de Careca, de Helinho, de Estreito, de Kiko, de Defé, de Rafael, etc. Nestes “pontos” estes pescadores tiveram seus petrechos presos, “pegados” pelas pedras os danificando, assim marcaram os pontos e os tornaram públicos para que ninguém se prejudique nestes mesmos locais.

O uso do celular instaura uma troca de informações diferente daquela que se estabelece pelos sinais comutados entre os pescadores quando se cruzam pelo mar. Estes aparelhos telefônicos se converteram numa tecnologia de pesca utilizada com muita frequência durante a pescaria. Pelo celular conversam entre “grupos” de alianças. Assim se falam entre “parceiros”, amigos/parentes trocando dicas reais e significativas para o resultado do trabalho.

Bife se encontrava a todo momento conversando com seus aliados, onde ia mudando o rumo de sua pescaria, retrazendo rotas: “Onde você está fulano? Pegou 15 kg? Estou indo para aí”. “Não vem pra cá não Beltrano, está muito fraco”. Ao final da pescaria, inclusive, um destes interlocutores ficou insistindo para não irmos embora, nos dirigirmos até o ponto onde ele se encontrava, porque estava rendendo muito camarão. Bife agradeceu, mas disse que já era tarde e que estávamos muito distantes, não daria para aquele dia.

No 1º lanço fizemos 08 Kg. A puxada da rede é complexa. Primeiro o motor é colocado num ritmo lento, depois vai se virando o leme para aproximar a rede da lateral do barco, na sequencia o pescador utiliza um gancho grande de metal para puxar as cordas da rede e a prende na própria embarcação, enquanto o “puçá” ainda se encontra na água. Faz a mesma manobra para prender a rede do outro lado do barco. Depois destas etapas o barco é posto em ponto morto ficando meio que parado, à deriva, no mar. Com as duas redes presas na embarcação, o pescador iça o puçá para dentro com seus próprios braços, com muito esforço, pois junto com o camarão a rede traz um monte de outras coisas.

Todas as coisas que foram trazidas pelas redes são jogadas dentro de bandejas de plástico com furos no fundo. Depois se lava bem para se retirar a lama que os acompanha. Espalha-se os pescados no convés e se começa a separação. Muitos peixes vêm na rede de vários tamanhos e tipos, desde filhotes até maiores juntos com: siris, pedras, ostras, paus, estrelas do mar, caramujo da pedra, entre outras coisas. Se separa então os camarões que são postos nas bandejas de plásticos e os peixes/siris maiores para consumo próprio ou revenda, o restante se joga ao mar, em sua maioria mortos. A fauna acompanhante que não se aproveita, não é muito grande, a maioria são camarões mesmo, mas ela existe.

Imagem 43: produtos trazidos pela rede do fundo do mar.



Imagem 44: pescados acompanhantes aproveitados pelo pescador



Imagem 45: Camarões pescados neste dia





Fonte: arquivo pessoal do autor.

Depois deste “lanço” fizemos mais quatro em pontos diferentes. Chegamos a estar a mais de 2 milhas de terra. Segundo o pescador os “trajetos” chegam em média a 2,5 milhas por dia. Voltamos para terra por volta das 14h, ou seja, 11h de trabalho embarcado. Aportamos diretamente em um dos “frigoríficos/manchas” locais. Esta é a forma mais comum de venda na pesca de camarão. O pescador já sabe onde deixará os peixes. O resultado da pescaria foi de 56 Kg. O preço por quilo foi acordado em R\$ 10,00 o que rendeu no dia R\$ 560,00. Descontando-se R\$ 150,00 do óleo diesel, sobrou R\$ 410,00 que depois de dividido com o dono do barco restará R\$ 205,00 para o pescador. Ao longo da semana os pescadores vão “depositando” seus produtos no “frigorífico” escolhido, onde se anotam as quantidades pescadas e os valores dos dias de pesca. O acerto é feito, normalmente, nos sábados, onde se recebe o valor referente ao acumulado na semana.

O pescador relata que pela Capitania dos Portos não é permitido realizar esta atividade sozinho na embarcação, mas que ele prefere (e se arrisca inclusive de receber multas) pelo melhor ganho que representa.

A rede de alianças dos pescadores: “segredos” e “burlas” como trabalho de equipe.

O excerto acima relata a faina diária destes trabalhadores neste sub-circuito pesqueiro. O espaço onde atuam se assemelha muito ao conceito de “pedaço”. Os pescadores são íntimos deste espaço, suas regras, formas de conduta e comportamento, se conhecendo mutuamente e/ou se reconhecendo como sujeitos que partilham códigos socioculturais, manejam técnicas e tecnologias com perícia e interagem com o ecossistema local com desenvoltura demonstrando habilidades e intuições, seus saberes-fazeres.

A “acosta” como espaço conhecido e reconhecido, como um “pedaço-maré” destes pescadores, apresenta diferentes “trajetos”. Estes trajetos são definidos pela intuição/sabedoria

e pela rede de alianças que cada pescador possui. O fundo deste “mar” próximo, devido às características geológicas da formação deste delta, com os movimentos de regressão e transgressão marinhas sobre os tabuleiros e as formações barreiras, como vimos, é composto de muitas “pedras” o que, ao mesmo tempo, o torna um habitat propício para morada e reprodução do camarão (principalmente do sete barbas, devido a esta formação geológica e as temperaturas médias da água) e perigoso para o manejo da pesca, com altas possibilidades de destruição dos petrechos se os mesmos forem soltos em local desapropriado. Sendo assim circular por estes “trajetos” requer um misto de sabedoria (conhecimento e experiência), risco e sorte.

Como visto no Itinerário existem muitas possibilidades de “trajetos” a serem escolhidos. A maioria se encontra marcada em pontos do GPS’s. Como parte importante do melhor sucesso nas pescarias a escolha de bons “trajetos” significa melhores ganhos. Sendo assim os “trajetos” não são deterministas, nem definidos totalmente a priori, haja vista a atividade ser realizada em um ambiente móvel, fluido e carregado de imprevisões e incertezas.

No intuito de controlar e reduzir parte destas imprevisões e incertezas as escolhas dos caminhos a serem seguidos se alicerçam nos saberes naturalísticos (SILVA, 2018) destes sujeitos, mas também em suas redes de apoio sócio-laboral a partir das novas tecnologias em uso nos últimos tempos. A utilização dos equipamentos eletrônicos potencializou as redes de apoio que passaram a funcionar tanto no plano visível, na observação dos barcos próximos, quanto, e principalmente, no plano virtual. O uso do celular em associação com o GPS, como tecnologias de trabalho, se mostra, atualmente, muito significativos como amplificação dos elos da teia de apoio mútuo dos pescadores.

O segredo de outrora, no caso em estudo e na pescaria descrita, se transmutou de uma propriedade material e intelectual incrustada na figura emblemática do “mestre” da pescaria, para um feixe de relações sociais contidas numa rede onde interagem aliados e rivais.

Com o auxílio dos equipamentos eletrônicos os “pontos de pesca”, que também podem ser concebidos como “pesqueiros”, se multiplicaram e se encontram registrados no aparelho de GPS. Possuir os “pesqueiros” registrados atenuou a extrema relevância da presença do “mestre” de outrora. Não sem significado a divisão dos recursos, o “quinhão”, presente no relato supra citado, não possui mais a parte do “mestre”, apenas a dos pescadores e do barco,

sendo que o “quinhão” do barco agrega em si os equipamentos presentes, redes, GPS’s e possíveis guinchos.

Ao iniciar o “trajeto” da pescaria opta-se por determinado “pesqueiro”. Esta primeira opção é fruto da intuição do pescador e de suas informações sobre os primeiros “trajetos” que seu grupo de alianças pretende fazer naquele dia. Munidos destes dois fatores adentra o “pedaço-mar” de sua pescaria. Ao alcançar o “pesqueiro” passa a vigiar os “outros” pescadores (rivais) que se encontram nas proximidades, testando e avaliando seus “pontos de pesca” por suas condutas e pelas informações cifradas que vão sendo trocadas reciprocamente.

Após as avaliações de seu “pesqueiro” e tendo as informações necessárias sobre o seu contorno, passa a se comunicar com sua rede de alianças esclarecendo a situação em seu perímetro e buscando saber o cenário nos outros perímetros. A partir destas apreciações decide se permanece naquele “ponto” ou se traça novos “trajetos”, calculando custos-benefícios a partir das distâncias que precisa percorrer e dos quantitativos que estão sendo pescados em outros “pontos” indicados pelos parceiros.

A precisão deste cálculo se torna possível graças: em primeiro lugar, ao aparelho GPS que indica com clareza a distância e o tempo de percurso entre cada “ponto”; em segundo lugar com o auxílio da rede de apoio efetivada pelo uso do aparelho celular tornando-se possível se averiguar a quantidade média de pescados presentes em outros “pesqueiros”. Com estas informações em mãos torna-se mais fácil calcular as vantagens e desvantagens de escolha de determinados roteiros.

Com isso “segredo” e “burla” aparentemente fogem do controle exclusivo do “mestre” e se acomodam numa teia de relações sociais capilarizada nos interiores dos “pedaços-mares” dos pescadores. Circular por este “pedaço”, composto por centenas de possíveis “pesqueiros” e habitado por dezenas de barcos de pesca, requer, agora, trabalho em equipe. Requer a formação de “fronteiras” no sentido étnico empregado por Fredrik Barth (2000), onde “aliados e rivais” convivem em espaços contíguos e disputam os mesmos recursos nestes espaços. Sendo assim, mesmo sendo todos pertencentes ao grupo dos pescadores, se reconhecem mutuamente em suas fronteiras internas como parceiros ou não naquela pescaria.

[...] é razoável esperar que um dado grupo étnico, distribuindo-se sobre um território que apresenta circunstâncias ecológicas variáveis, mostre uma diversidade regional de comportamentos institucionalizados manifestos que não reflete diferenças de orientação cultural (BARTH, 2000, p. 30).

As disputas entre barcos se exprimem, principalmente, nas informações cifradas trocadas mutuamente nos espaços adjacentes dos partilhados por diferentes pescadores. Entretanto se reforçam pelos contados virtuais que cada qual possui e aciona durante o período da pescaria. Quanto maior e mais bem distribuída a rede de apoio mútua amplia-se as chances de bons resultados num ambiente tão povoado e disputado.

A famosa “tripulação” com seu “mestre”, presente em cada bote e tributária de sentimentos de corporação, igualitarismo e hierarquia (MALDONADO, 1993; RAMALHO, 2021), no caso da pesca de camarão em Gargaú, cedeu certo espaço para a equipe de pesca composta por vários barcos que decidem de forma coordenada os melhores lugares de pesca, na busca por arrefecer as imprevisões e incertezas impostas pelo meio.

A sazonalidade na pesca de camarão/peroá: quem migra, o peixe ou o pescador?

Apesar dos “trajetos” para pescaria de camarão se restringirem em grande parte aos “mares” próximos da localidade, os interlocutores narram que em momentos de safra diminuta, buscam estes crustáceos em mares mais distantes, percorrendo “trajetos” mais longos de dois a até quatro dias no mar.

Um destes “trajetos”, frequentemente adotados, é a pescaria de camarão no “Açu”, ou seja, na direção do complexo portuário do Açú⁵³, próximo as plataformas que ali se encontram instaladas. Para este “trajeto” são necessários o uso de caixas térmicas e gelo para conservação dos pescados. São pescarias de aproximadamente dois dias e levam cerca de cinco horas de viagem para se alcançarem os “pontos” de pesca.

Em conversas com os locais me foi confidenciado que em alguns momentos no passado, devido as safras de camarões e peroás praticamente desaparecerem da região, os pescadores foram obrigados a migrarem para praias distantes, localizadas no norte do Espírito

⁵³ O porto do Açú se encontra presente no município de São João da Barra segundo sua página oficial (<https://portodoacu.com.br/>) está em “operação desde 2014, já conta com 21 empresas instaladas e 10 terminais privados. A futura industrialização do porto inclui a expansão das atividades de mineração e óleo & gás”. Existem uma série de denúncias e estudos que apontam para diversas ações deste empreendimento que violaram e ainda violam garantias constitucionais e de direitos humanos das populações que se encontram presentes em seu raio de ação, inclusive de diversos grupos de pesca impactados direta ou indiretamente por suas operações em mar e terra. Estas violações veem ocorrendo desde de antes de sua implantação com ações de despejos forçadas sobre os pequenos agricultores/as que se encontravam presentes no território de implantação deste complexo. Para mais detalhes sobre as violações de direitos cometidas pelo empreendimento ver conjunto de matérias sobre este complexo presente no blog do professor da UENF Marcos Antônio Pedlowski: <https://blogdopedlowski.com/?s=porto+do+a%C3%A7u>.

Santo e Sul da Bahia. Alguns ficaram morando nestes lugares por anos, retornando depois que as safras na localidade voltaram a apresentar bons níveis.

Como “etiquetas de apropriação do espaço” (DIAS NETO, 2015), decidir se “permanecem em seus mares ou se arriscam em outros mares” tem grande significância para os circuitos da pesca, sendo momentos de grandes expectativas, mas que, em contrapartida, podem gerar grandes frustrações.

No caso da pesca de camarão e de peroá locais, segundo os relatos coletados no campo, as migrações raramente ocorrem entre atividades e/ou modelos de pescarias. Estas pescarias, por representarem altos custos financeiros (segundo o pescador Bife uma embarcação de camarão não custa menos que R\$100.000,00), se direcionarem a uma única espécie e serem extremamente dependentes de complexos de comercialização/beneficiamento de pescados, sejam eles locais ou extra-locais, invertem a ordem passando não apenas os pescados a migrarem, mas também os pescadores.

Os pescadores, em períodos de entressafras ou de escassez, adotam novos nichos de produção migrando para lugares às vezes mais próximos, às vezes mais distantes. Em épocas de penúria os pescadores de camarão e peroá locais se transmutam em pescadores-migratórios a semelhança dos peixes migratórios. Este processo ocorre apenas devido o desaparecimento e/ou grande carência destas espécies, fato que não acontece constantemente. Mesmo assim sempre pode ocorrer e os pescadores-migratórios sabem e estão preparados para isto.

Ser Pescador, Dono de frigorífico; Primo, Irmão de fé: as relações encaixadas e desencaixadas nos “mundos” da pesca local.

Outro aspecto de suma relevância se encontra na intrincada teia de ligações que se encontra na localidade. Existem, para além das relações de trabalho, dois feixes de vínculos que interligam fortemente os locais entre si, os vínculos parentais e os religiosos. A maioria, senão todos/as, os “donos” dos “frigoríficos” possuem parentes e/ou “irmãos/ãs de fé” entre os pescadores e pescadoras locais. Estes vínculos se manifestam simultaneamente como complementar e contraditório. Em muitos casos, durante a pesquisa, pôde ser constatada a preferência de comercialização estabelecida entre parentes/irmãos/ãs de fé.

Bife: **Justo é não** [o preço que se paga por camarão], porque o camarão é o preço mais alto que tem. **Porque abaixa pra nós, pra eles não abaixa [Frigoríficos]. Pra eles não abaixa.** Aí se eles forem estocando camarão é lucro, tá pagando sete reais. [...] O cara tem que estabilizar primeiro pro cara

começar a te pagar certinho. **É muito cheque** [Os frigoríficos recebem muitos cheques pré-datados]. Esse bichinho mesmo, [Gilvan, dono do frigorífico onde Bife deixa seu produto] aí, **paga certinho**. E pegou muito cheque. **Eu viajava muito pra ele, eu e meu genro trabalhava pra ele**, meu genro trabalhava pra ele, Gilvan.

No trecho acima vemos como o pescador considera injusto o valor que recebe sobre seu produto e que a variação descendente do mesmo só recai sobre si, mas, ao mesmo tempo, reconhece a dificuldade do comprador, que recebe penas em “cheque”, isto significa que as vendas são sempre realizadas a prazo, com o recebimento de cheques pré-datados. Mesmo vendendo sempre a prazo e com inadimplência elevada, “tomando calote”, o frigorífico onde os seus pescados são vendidos acerta os valores acordados e sempre em dia, motivo de reconhecimento.

Bife e sua esposa participam da mesma designação religiosa (nas expressões locais da mesma “igreja”) da mãe de Gilvan, sendo, por isso, “parentes de fé”. Não foi possível se averiguar se Gilvan também participa desta “igreja”, mas a ligação entre os núcleos familiares proporcionados por esta pertença são patentes. Estes laços fortalecem o vínculo entre o pescador e o “frigorífico” de Gilvan.

Seguindo as pistas de Roberto da Matta (1976), estes vínculos estabelecem situações “encaixadas” e “desencaixadas”; “gramaticais” ou “não-gramaticais”⁵⁴. O pescador se transmuta, no caso específico, como “parente de fé” e como fornecedor de pescado e, no sentido inverso, o dono da “mancha” como comprador e “parente de fé”.

O vínculo da parentela, seja ou não de “fé”, parece se assentar numa condição mais estável, salvaguardando certa isonomia. No caso da comercialização este vínculo indica maior instabilidade e contraste entre as partes. Estes “sub-universos nem sempre são coerentes entre si” (DA MATTA, 1976, p. 36) gerando visões mútuas que ora se harmonizam ora se chocam demonstrando perfis que desvelam as possibilidades de relacionamentos postos nesta realidade sociocultural específica.

Assim ser “parente”, ao mesmo tempo revela harmonias e conflitos. Nas palavras do pescador: por um lado “Justo é não porque abaixa pra nós, pra eles não abaixa”, por outro

⁵⁴ Segundo Roberto Da Matta (1976) “Existem certas identidades mais ou menos apropriadas a certas ocasiões e há identidades que formam "encaixes" ou "parelhas" (match) com outras identidades. A relação entre pai e filho, por exemplo, seria uma relação de identidade encaixada; ao passo que a relação entre médico e filho seria uma relação "desencaixada" ou "desemparelhada" e, conseqüentemente, não gramatical.” (DA MATTA, 1976, p.34).

lado “paga certinho; Eu viajava muito pra ele, eu e meu genro trabalhava pra ele, meu genro trabalhava pra ele”. Desvantagem de ser pescador em relação ao comprador e vantagem de ser “parente” e conseguir trabalho próprio nas horas de safras muito ruins ou para seus parentes próximos em diferentes setores de trabalho destes “frigoríficos”.

No caso inverso, mesmo que em situação mais confortável, o dono do estabelecimento também se vê com certas obrigações para com seus “parentes” que o impõe, em certas circunstâncias, alguns constrangimentos. Assim “ajudar” em momentos de dificuldade; aceitar, algumas vezes, pagar o preço do camarão “graúdo”, são algumas das “contrapartidas”. Em conversas com proprietários de “frigoríficos” ouvi algumas vezes expressões do tipo:

Dudu [pai e genro de dono de frigorífico]: reclamam do frigorífico, mas o **frigorífico ainda é o herói**. Eu acho que é um herói que, quando dá muito, ele tratou você, ele apanha. Tem gente que já não apanha, não quer.

Gilvan [dono de frigorífico]: **Muito pescador critica o comprador, acha que o comprador está rico nas costas. Porque ele não compra? É aberto**. Pode comprar quem quiser. Eu acho que, não desmerecendo, mas **um depende do outro**, entendeu? E não dá certo a associação. Não dá certo porque o mercado é complicado.

Estas expressões constataam o sentimento dúbio por parte dos compradores, como residentes da localidade e “parentes de sangue ou de fé” dos pescadores, que se encontram em papéis sociais que incorporam, concomitantemente, relações abstratas e homogêneas, donos dos frigoríficos, e relações concretas e posicionadas, “parentes”.

Tanto no caso dos frigoríficos quanto dos pescadores, vemos a interseção de papéis sociais (identidades) encarnados nos sujeitos, que os posicionam de maneiras ora opostas ora afins. Estes papéis sociais são geradores de domínios manipulados localmente e que são prerrogativas de cada papel. Sendo assim, o domínio da compra de pescados está determinado pelo papel social “dono do frigorífico”, enquanto o domínio de se autodeclarar “parente” e/ou “irmão de fé” está determinado pela pertença social a certa designação religiosa e/ou a certa família.

No interior da rede de intercomunicação da localidade os papéis sociais de “pescadores” tendem a se apresentarem mais como “identidades encaixadas positivas” e os de “comprador” como “identidades encaixadas negativas” (DA MATTA, 1976, p. 36), mesmo que os segundos gerem, muitas vezes, maiores capitais econômicos (BOURDIER, 1998). Este capital econômico contrabalança esta relação positividade X negatividade, a partir de benesses. Estas benesses funcionam, principalmente, a partir da oferta de trabalhos, de uma

condição melhor para compra dos produtos e na doação de recursos e/ou de “pescados”, tanto para membros da localidade que, por ventura, se encontrem em situações de precariedade, quanto para o estabelecimento e fortalecimento de alianças internas e externas.

Pude constatar em vários momentos algumas destas benesses: doação de pescados para sujeitos que atuavam nas reformas das embarcações, mecânicos, vendedores de sucatas, visitantes, et al. Eu mesmo, como visitante e membro exterior, fui agraciado com várias destas “doações”. Mesmo insistindo que não era necessário, que me sentia muito honrado, mas não gostaria de incomodar, não conseguia evitar estes presentes, no risco dos sujeitos se sentirem ofendidos com minha recusa.

Para contrabalançar a visão de sua “identidade encaixada negativamente”, o capital econômico proporcionado pelo comércio de pescados possibilita a criação/fortalecimento de laços internos e externos, demonstrando que as forças societárias possuem grande influência na circulação material e imaterial de riquezas.

O poder instituído e instituinte da posse do capital econômico, padece de contra poderes instituídos e instituintes de redes de relações sociais locais que jogam com e entre os sujeitos. Possuir maior recursos implica em certas obrigações sociais que mesmo que ocorram de forma tácita possuem significativos domínios sobre os comportamentos coletivos.

O jogo das seleções de identidades sociais está, assim, relacionado ao jogo do poder sistematicamente elaborado e desenvolvido pelos domínios sociais de uma sociedade. Logo, o problema está intimamente implicado na luta pelo prestígio e poder (DA MATTA, 1976, p. 38).

Estas relações gramaticais/não gramaticais, como verificado, geram “custos” para os envolvidos. Com isso ser “pescador / dono de frigorífico” e “parente / irmão de fé” gera obrigações e contra obrigações que envolvem situações complexas onde cada qual se avalia do ponto de vista individual a partir das concepções sociais dominantes sobre cada papel social envolvido: a) a liberdade dos pescadores de comercializar com “qualquer um” pode ser constringida pela pertença a “mesma igreja” do “comprador”; b) os “donos dos frigoríficos” podem se sentir coagido a disponibilizar empregos e/ou benesses para membros de sua parentela ou aliados externos; c) os “compradores” podem ouvir frases de críticas sobre estarem enriquecendo nas constas dos “outros”, inclusive seus “parentes”. Estas são algumas manifestações dos custos destes encaixes/desencaixes a qual todos estão submetidos no grupo.

Gilvan sintetiza bem em suas palavras as ambiguidades que marcam os encadeamentos que unem sujeitos tão díspares e semelhantes ao mesmo tempo. Em sua narrativa “um depende do outro. E não dá certo a associação”. Em outras palavras, estão interconectados por seus papéis sociais, pela divisão social do trabalho ao qual estão contidos, mas cada qual deve cumprir a sua parte assumindo os custos deste complexo de “identidades” que compõe sua coletividade.

Os papéis sociais, assim, marcados por seus “sinais diacríticos” (BARTH, 2000) podem ser “circulados” pelos sujeitos. Tais como “fronteiras” podem ser transpostos. Não sem razão o vendedor assim se manifesta: “Por que ele não compra? É aberto. Pode comprar quem quiser”. Todavia transpor as fronteiras requer assumir “novos”/“outros” custos, por isso nosso interlocutor alerta “não dá certo porque o mercado é complicado”.

Assumir novos papéis, assumir novos riscos. Permanecer nos papéis atuais, permanecer nas relações gramaticais/não gramaticais que permitem complementos e apoios, mas também críticas, revanchismos e difamações. Eis os custos que não irão se dirimir com as passagens de uns ou outros entre as fronteiras, pois dizem respeito a forma como essa localidade organiza seus membros em seu interior, diz respeito a toda a sua cosmologia.

Sendo assim ao mesmo tempo são interdependentes, afins e contrapostos. Exatamente esta diferença, gerada na afinidade, contraposição e interdependência, constitui a produção e reprodução deste “todo”, da relação entre “pedaços-mares”, “trajetos” e “frigoríficos-manchas”, compondo o movimento do coletivo, sua existência enquanto totalidade histórica e fragmentada.

Os frigoríficos (“manchas”): a comercialização dos camarões

Dos “mares-pedaços” com seus “trajetos” estes pescadores partem para as vendas.

Bife: [como é a divisão na pesca de camarão?] É assim, pescou em dois. Você tira a despesa. Fez dois mil reais de pescaria, se você tirar 600 reais de despesas, sobrou 1.400. É 350 pra mim e 700 dele, que é duas partes dele, do barco e do guincho.

Corroborando com o trecho transcrito do “Caderno de Campo”, na divisão do produto da pesca de camarão: primeiro se retira as despesas da pescaria (em “trajetos” menores apenas o combustível entra neste cálculo), depois se reserva uma parte para a embarcação (que fica com seu proprietário) o restante se divide entre os pescadores.

Como vimos Bife, por não ser proprietário da embarcação, obteve o valor de R\$ 205,00 por 11h de trabalho. Contando uma jornada de 44h semanais, o máximo previsto pela legislação brasileira atual, e mantendo-se esta média de captura (56 Kg) o pescador retiraria, ao final da semana, R\$ 820,00. No fim do mês este ganho seria de R\$ 3.280,00. Não se configura como uma quantia precária, haja vista as condições financeiras em que vivem grande parte da população nacional⁵⁵.

Contudo alguns pormenores tornam o quadro de percepção mais completo. Este valor foi conquistado pelo pescador devido à ausência na pescaria do companheiro de pesca. Este, por ser o proprietário da embarcação, receberá o mesmo valor, mesmo sem ter realizado nenhum esforço. Para receber a quantia que obteve o pescador realizou todas as tarefas necessárias para a pescaria por se encontrar sozinho, sendo assim, trabalhou excessivamente. Por outro lado, esse excesso de trabalho realizado foi compreendido pelo mesmo como positivo, pois na ausência de seu companheiro pôde “ganhar em dobro”. Supondo, a partir do cálculo progressivo, que o companheiro de pesca estivesse presente durante toda a semana, o valor auferido ao fim do mês seria dividido ao meio, R\$ 1.640,00 para uma carga horária de 44h semanais.

Além disto, como visto, o “frigorífico” – “mancha”, pagou R\$ 10,00 por quilo de camarão. Segundo os pescadores locais este valor varia entre 07,00 e 10,00 R\$/Kg dependendo da “safra” e do tamanho dos produtos. Neste dia se pagava “bem”, por causa da safra estar escassa e dos acordos “tácitos” feitos entre o pescador e o “frigorífico” que acertava sempre no preço do camarão “graúdo” o que tornava mais atrativo descarregar os pescados naquela “mancha”. A variação entre camarão “graúdo” e “miúdo” se materializava, neste dia em questão, entre R\$ 8,50 (miúdo) a 10,00 (graúdo).

Quando estão arrumando os pescados nas caixas de plástico para desembarcarem nos frigoríficos, ainda no mar, os pescadores buscam arrumar os camarões “graúdos” por cima,

⁵⁵ Usando como referência os dados do último relatório da OXFAM Brasil (2018) a desigualdade de renda no Brasil se encontrava da seguinte forma: “Sob o critério-base do Banco Mundial, de US\$ 1,90 por pessoa/dia [utilizando o dólar a R\$5,5 este dado representa uma renda de R\$ 313,50 per capita mensal], havia cerca de 15 milhões de pobres no país em 2017, 7,2% da população, um crescimento de 11% em relação a 2016 quando havia 13,3 milhões de pobres (6,5% da população). Esse é o terceiro ano seguido em que essa taxa cresce, tendência iniciada em 2015. O Brasil é, sob critérios do Banco Mundial, Upper-middle Income Economy, grupo de países onde a linha da pobreza ponderada pelo tamanho da economia é calculada em US\$ 5,5 por pessoa/dia [utilizando o dólar a R\$5,5 este dado representa uma renda de R\$ 907,50 per capita mensal]. Sob esse critério, o Brasil teria hoje mais de 22% de sua população em situação de pobreza, 45 milhões de pessoas em vez de 13 milhões” (OXAFAM, 2018, p. 16).

deixando os menores no fundo da caixa, ainda deixam filhotes de lula, quase transparentes, no meio dos produtos para ganharem certo peso, mesmo que ínfimo. Estes arranjos entre o pescador e os “frigoríficos” parecem se estabelecer de forma corriqueira, sendo aceitos mutuamente não sem resultarem em manifestações de parte a parte sobre as tentativas de enganações mútuas.

Em conversas durante o trabalho de campo ouvi algumas vezes sobre estes micro-conflitos. De um lado, os pescadores são acusados de utilizarem destas pequenas “burlas” na relação com os compradores, de outro, estes são acusados de manterem balanças que registram pesos “enganosos”, tendendo ao lado dos frigoríficos. Estes instrumentos de enganação aparentam ocorrer entre desiguais, nas quais uns tentam dirimir as perdas sofridas para os “outros”.

Como o grau de autonomia, no caso da pesca de camarão, em se estabelecer os valores pagos se encontram praticamente inexistentes por parte dos trabalhadores da pesca, as “burlas” funcionariam mais como processos de resistência a perda deste controle sobre o acesso à riqueza produzida e não como normas de direito estabelecidas entre competidores iguais no intuito de se diferenciarem em suas lidas, ou seja, na competição pesqueira.

Mesmo que não tenha sido possível se averiguar a veracidade da acusação sobre o “roubo” no peso das balanças, estas podem ser consideradas protestos sobre o “roubo” da autonomia. Sentindo a perda desta autonomia, os donos dos frigoríficos são evocados como “ladrões”. Este “roubo” se verbaliza no “peso” das balanças, mas encontra seu fundamento na consciência de se vivenciar relações desiguais entre os produtores e os compradores, onde parte do valor trabalho passa a ser subtraído do trabalhador neste íterim.

Com isso as regras estipuladas nestes estabelecimentos de compra dos pescados se delineiam como exteriores mesmo que ocorram no plano informal. Este fato se associa ao universo mais amplo da comercialização de pescados em que os frigoríficos locais estão inseridos como elo frágil nesta rede nacional-internacional, fazendo com que possuam, também, poucas margens de manobra.

Como uma teia muito ampla, as regras existentes nos frigoríficos locais sofrem de intensas interferências extra locais homogeneizando estes lugares que acabam por reproduzir, em suas relações internas com os pescadores, esta mesma homogeneização. Por isso as “burlas” aqui mencionadas encontram-se no plano da resistência a este processo e não como regras grupalmente constituídas.

A variação dos preços dos pescados conforme as safras: a insustentabilidade das monocapturas

Além da variação dos preços dos pescados devido ao tamanho dos camarões apresentada na seção anterior, existe outro fator para estas oscilações de preços que está associada a quantidade de produtos capturados em diferentes períodos. Neste caso, quanto mais pescados estiverem “circulando” menor seu valor. Lógica insustentável social e ambientalmente. Quanto mais pescados existirem mais devem ser capturados, por conta do decréscimo de seu valor.

Assim durante a “safra boa” proporcionando uma capturar mais farta de camarões com menor esforço, os trabalhadores diretos recebem no total valores equivalentes aos recebidos durante as “*safr*a ruim” em virtude do rebaixamento do preço unitário dos produtos.

Os preços estabelecidos pelos frigoríficos locais variam entre R\$ 07,00 a 10,00. Esta variação está determinada, especialmente, pela “safra” do produto. “Safras boas” melhores preços e vice-versa.

Os pescadores de camarão se encontram embrenhados num circuito de pesca extremamente dependente dos complexos de comercialização de pescados locais. Existem vários “frigoríficos”, proporcionando diversas possibilidades de “trajetos” a serem estabelecidos pelos pescadores para realização de suas vendas. Contudo, como visto, as relações gramaticais e não-gramaticais locais influem nas decisões sobre estes “trajetos”, ou seja, em se comercializar com este ou aquele frigorífico.

Mesmo considerando a importância destas influências, os compradores disputam os pescadores entre si. Para tal disponibilizam diferenças nos serviços oferecidos que podem ser vistas como certas vantagens, tais como: diferenças nos preços, datas de pagamento, valor pago como camarão “graúdo” para toda a entrega, et al. Outro fator preponderante nestas escolhas está nas “benesses/favores” recebidos que se materializam em “vales”⁵⁶, ou no “empréstimo” do gelo/óleo diesel para ser acertado no montante da pescaria. Estes “favores” também se concretizam como habituais na localidade, estabelecendo um vínculo informal de fidelidade entre “pescador” e “frigorífico” dificilmente não cumprido.

⁵⁶ Os vales são pequenos adiantamentos solicitados pelos pescadores e fornecidos por alguns dos frigoríficos locais. Este pequeno empréstimo cria a obrigação de comercialização com este estabelecimento no intuito de se arcar com este custo e no reconhecimento pelo “apoio” recebido pelo trabalhador da pesca.

Os vínculos parentais; as pequenas vantagens instauradas e os “favores” recebidos se configuram como os fatores mais significativos nas escolhas entre os possíveis “trajetos” para comercialização dos camarões locais. Estes diferenciais normalmente não indicam extremas discrepâncias nos valores oferecidos, ainda assim abrem brechas de escolhas.

Os pagamentos feitos pelos compradores, segundo os relatos locais, são sempre cumpridos, não “falham”. O mais usual está no acerto de contas do somatório das entregas semanais nos finais da semana, normalmente nos sábados. Estas relações comerciais, assim como os quinhões e grande parte dos recibos das compras e das propriedades das casas (como visto em seções anteriores), são todos informais, não existem assinaturas de contratos ou de carteiras de trabalho, tudo orbita no universo da informalidade.

Os modelos de pescarias de mar mais utilizadas na localidade de Gargaú/RJ (camarão e peroá), se especializaram na captura de uma única espécie, se caracterizando como monocapturas. Antônio Carlos Sant’ana Diegues (2004) analisa a questão do avanço de tecnologias e de mercados que pressionam os pescadores artesanais a migrarem seus sistemas tradicionais de pesca para monocapturas como processos desestabilizadores tanto dos modos de ser destes grupos quanto dos ecossistemas locais. Segundo o autor:

Em todas as partes do mundo, a sabedoria tradicional do pequeno pescador e sua dependência da reprodução cíclica dos estoques são fatores importantes na conservação dos recursos. Em muitos casos usam técnicas inventivas de conservação dos cardumes [...] O pescador artesanal **passa a depredar quando é compelido a tanto**, pela competição desleal da frota empresarial, **pelo sistema de preço praticado pelos compradores**, associado frequentemente a monocaptura de espécies de alto valor de mercado como o camarão. Essa sobrepesca, quando praticada é, aliás, **um sinal da destruturação das próprias comunidades dos pescadores**. (DIEGUES, 2004, p. 190, grifos do autor)

Como já demonstrado a relação intrínseca entre o desenvolvimento do complexo pesqueiro mercadológico e as pescarias de “mar” realizadas localmente ocorrem historicamente na região. Desde muito tempo apontam para uma homogeneização da produção, originariamente por via da comercialização do Bagre salgado. Este complexo em muito se transmutou nos atuais “frigoríficos” que oferecem uma gama de atividades destinadas a estas monocapturas tais como: compra, beneficiamento, venda de gelo, transporte e entrega para consumidores finais.

Bife: Antigamente era bom, né? Era bastante fatura. Primeiro tinha muito camarão, tinha mais peixe. **Hoje, é muito barco**. Acho que deve ser isso.

Tudo embarcação grande, [...] Tudo acabando, e barco de camarão vai mudando, vai ter um barco grande, coloca duas redes.

Estreito: **O máximo aqui eram 30 barcos. Para 130 rendeu 100**, só em Gargaú [...] **Na verdade, os aparelhos [GPS's e Sondas] hoje são para destruir**, que todo mundo tendo mapeado, o mapa do ponto que encostar, apanha. Não adianta.

Dudu: Eu acho **que o peixe diminuiu mais, mas o que diminuiu mesmo é que é muito pescador, muita rede nova**. O pessoal, antigamente, pescava 20 pessoas. Hoje, pesca cem. Então, muda. **Só captura cada vez mais e o pessoal põe o material mais novo para pescar. Aí, consegue matar mais peixe**. Aí, só vai diminuindo.

Os próprios pescadores percebem que algumas transformações tecnológicas trouxeram maiores pressões sobre os estoques pesqueiros, principalmente em se tratando de mocapturas. O aumento da capacidade de estocagem das embarcações, as redes em maiores quantidades e com materiais que garantem mais eficácia, os equipamentos eletrônicos (GPS's e Sondas) que reduziram as incertezas nas pescarias e a ampliação da quantidade de embarcações. Estes são os fatores primordiais, aos olhos dos interlocutores, que influenciam a pesca artesanal para pescarias mais predatórias pressionando os estoques pesqueiros.

O processo de monocaptura se baseia nos mesmos princípios epistemológicos e jurídicos da produção hegemônica da “modernidade ocidentalizada e colonialista” (LANDER, 2005; QUIJANO, 2005, 2009; SANTOS, 2009; SHIVA, 2003). Estes princípios sustentam que o desenvolvimento tecnológico e econômico da humanidade se efetiva a partir do controle eficiente das forças da natureza, para poder extrair de seu interior os produtos e energias que interessam a uma suposta humanidade “desnaturalizada”. Este paradigma desconsidera a indissociabilidade entre ciclos, inter-relações, simbioses, tempos, espaços e sacralidades que fazem parte do mundo natural-humano e sua sócio-biodiversidade.

O saber ocidental moderno é um sistema cultural particular com relação particular com o poder. No entanto, tem sido apresentado como algo que está acima da cultura e da política. Sua relação com o projeto de desenvolvimento econômico é invisível e, por isso, tornou-se parte de um processo de legitimação mais efetivo para a homogeneização do mundo e da erosão de sua riqueza ecológica (SHIVA, 2003, p. 81).

Este modelo tecnocrático e econômico aponta para produção monocultural em escala global, com o conseqüente detrimento da biodiversidade socioambiental mundial. Segundo Vandana Shiva (2003) o avanço da produção monocultural, seja na agricultura, pecuária, extrativismo, pesca, et al; vem acompanhado de um processo de monocultura mental. Passamos

a ver e entender o mundo a partir de conexões simples e dualistas, homogeneizadoras, perdendo de vista a complexidade inerente a percepção do planeta como multifacetado, complexo e biodiverso. Sendo assim produzir monoculturas não significa um processo apenas material, mas também e primordialmente, epistemológico e jurídico.

Tendo alguns agenciadores da tecnociência⁵⁷ como germes e bastiões, nossa compreensão sobre as interações seres humanos – natureza orgânica e não orgânica, passou a operar a partir da simplicidade do sistema, quanto mais produtividade melhor. Esta simplicidade no caso das monocapturas pesqueiras ocultam a complexidade do quanto mais produtividade mais impacto sobre os seres marinhos, que impactarão outros seres vivos e não vivos, impactando os modos de ser de vários grupos humanos, as vegetações aquáticas, as aves, as florestas, et al (MORIN, 2000).

O pensamento monocultural/monocaptura é baseado numa linearidade fragmentada (SHIVA, 2003) que desconsidera as relações múltiplas entre os seres vivos e a natureza inorgânica. Os tempos e as sazonalidades devem ser controlados e os números da produção são os fetiches a serem alcançados. A sorte, a incerteza, a imprevisibilidade, própria aos ecossistemas aquáticos e as formas históricas de produção das pescarias artesanais, devem ser “superadas” rumo a uma “racionalização” eurocentrada.

Mesmo que as pescarias de camarão na localidade de Gargaú apresentem estas características de monocapturas e ocasionem relações mais predatórias e exploratórias com o ecossistema local e com o valor-trabalho destes sujeitos, como reconhecido pelos próprios pescadores, também é verdade que representou não o declínio da categoria nesta área, mas, ao contrário, sua impressionante multiplicação. Como se pode depreender das falas dos pescadores transcritas acima a localidade passou, nos últimos 30 a 40 anos de aproximadamente 30 barcos para atualmente mais de 100.

Segundo dados do Censo PEA-Pescate de 2016, havia 236 embarcações registradas na localidade das quais: 38 possuíam registro de água doce, 59 de camarão, 23 de mar aberto e 91 de Piracema, entre outras definições. Além destes dados o número de equipamentos adquiridos pelo grupo é impressionante, todos os barcos de pesca de mar que manteve contato

⁵⁷ Estes agenciadores lucram com esta tecnociência, tanto na comercialização de seus produtos tecnológicos quanto no controle dos fluxos de capitais e serviços que circulam a partir da produção destas monoculturas. Mais detalhes ver Vandana Shiva (2003), Jan Douwe Van Der Ploeg (2008).

durante o trabalho de campo possuíam ao menos dois (entre guinchos, GPS's e Sondas) equipamentos eletrônicos.

Estreito: Antigamente aqui tinha 5 ou 6 barcos, nonozinho e a mãe dele tinha 5 ou 6 barcos, o Paraíba chegou a ter 7 ou 8. Todos eles eram na mão deles [compradores de pescado]. É o quê? Tudo era assim. [...] Quase tudo não, era tudo praticamente. Antes era tudo invertido. Se tivesse 30 barcos, 5 era dono, o resto era tudo do frigorífico. Hoje em dia, aqui tem um que é sócio com outro cara ali e o cunhado dele tem um, o nonozinho lá ainda tem 4 ou 5 barcos. O resto, vê a quantidade hoje. Gargaú ter 100 barcos, vamos supor, dentro de Gargaú e **você tem meia dúzia de barcos que é de dono de frigorífico. Olha a conquista que o pescador teve. Mudou muito.**

Gilvan: Antigamente, **quase nenhum pescador tinha barco.** [...] **Hoje em dia, praticamente todos tem** e também, hoje em dia, todos pescadores quase têm o seu barco, poucos não tem. [...] Pescava, tipo, o cara que comprava, **o cara comprava [pescados], tinha cinco, seis barcos.** Pescava. Mas, hoje em dia, os caras que compram quase não têm, poucos tem, e cada pescador tem o seu.

Bife: **Um bocado não [tem barco],** mas um bocado [de pescador] tem [barco] [...] **A maioria [dos pescadores] não tem não [barco]. Mas tem um tanto bom [de pescador] que tem barco.**

Pastor: Não existia urna dentro dos barcos, hoje existe urna pra pôr o gelo pro peixe. Então foi aonde surgiu esses barcos, **as pessoas que são donas de frigorífico começaram a mandar fazer os barcos maiores,** botar na mão dos camaradas. Os camaradas pescavam, eles viram que dava renda, mandava fazer os cascos de barco para eles, comprava um motor, **então hoje cada um tem o seu barco.** Então, aumentou. Você não via isso aqui nunca, esse tanto de barco aqui. Você via um aqui e outro lá no sul.

Neste excerto também vemos como os barcos foram paulatinamente passando do controle dos “compradores/frigoríficos” para os próprios pescadores, num movimento de conquista e manutenção dos “meios de produção” nas mãos dos trabalhadores diretos. Este movimento não atingiu a todos/as da mesma forma, muitos ainda padecem por não possuírem seus instrumentos de trabalho, ampliando o nível de exploração que sofrem. Nestes casos além da diferenciação no valor da venda, vivenciada por todos que se enredaram nos circuitos da monocaptura, ainda padecem da exploração da mão de obra produtiva.

Estreito: É, porque você responde por si próprio. Você vai lá, trabalha, chega, vende e foi isso que eu me agarrei na pesca, porque eu sou um cara **que manda em mim mesmo.** Se eu quero ir, eu vou. Se eu não quero, não vou. [...] Eu falo o seguinte: acho que se os caras me oferecessem hoje 5 mil por mês, eu não iria para um serviço para trabalhar dia a dia **e ser mandado.** Não dá para mim, não. Eu gosto de ser livre. É igual passarinho, livre, solto. Eu gosto de ser assim.

Bife: Ser pescador pra mim é uma coisa boa, sabe? Pra mim é bom **que eu trabalho independente. Eu, pra quem não gosta de ser mandado, pra mim que não gosto.** [...] deixei de trabalhar de óleo na Petrobrás e cai nisso,

não gostava de ser mandado pelos outros não. [...] **Cada pessoa ter o seu próprio barco é a vontade, você ganha coisinha melhor.** Porque o barco não dá problema, barco é dinheiro.

As falas interconexas dos pescadores associam “não ser mandado a liberdade e a autonomia”. Autonomia no tempo do trabalho e em ter o seu próprio barco. Bife, pescador que me convidou a lhe acompanhar em seus “trajetos” pesqueiros, não possui embarcação própria, por isso vislumbra esta possibilidade como a mais adequada para lhe garantir autonomia plena, afinal de contas “cada pessoa ter o seu próprio barco é a vontade”. A ausência desta propriedade lhe proporciona ganhos mais modestos, mas ainda assim a vida na pesca lhe proporciona autonomia de tempo e de não ser mandado por ninguém.

Ser liberto não é remeter a mente para além de uma suposta “prisão carnal” ou negar o trabalho pelo lazer, mas, ao contrário; é unir os sentidos humanos à consciência e aos laços entre vida e trabalho, que *andam ajuntados pra gente ficar livre* (Gildo) do fracionamento e da separação entre planejar e executar, da oposição entre descanso e trabalho e da perda do corpo e da mente para o mundo capitalista, ao transformar seu trabalho em labor ou vida e trabalho em entes opostos, antônimos (RAMALHO, 2015, p. 216).

Os sentimentos de liberdade e autonomia vivenciados, tanto no sub-circuito da pesca de camarão quando na de peroá, são balizas de determinados ritmos e tempos de trabalho que ainda se encontram sob certo domínio destes sujeitos e que lutam cotidianamente para ampliar seu poder sobre estes domínios. Com papéis sociais que se “encaixam” e “desencaixam” (DA MATA, 1976), por viverem o dilema dos circuitos da monocaptura, os pescadores artesanais ora se enxergam como autônomos de suas profissões ora como dependentes de um mercado que monopoliza preços e dita quantidades.

Em suas fainas diárias sabem destes percalços e a partir de organização, sabedoria e redes de comunicação que estabelecem mantém, paradoxalmente, sua presença num grande complexo pesqueiro industrializado e globalizado, sem perder suas características de pescadores artesanais. Sendo assim não se pode, pelos dados levantados, remeter estes grupos a desestruturação e/ou definhamento, nem generalizá-los como trabalhadores alienados subordinados as leis de mercado.

Creio que seja possível no caso estudado, com um pouco menos de romantismo ecológico, perceber que a manutenção destes sujeitos, como pescadores artesanais, permitiu um amálgama entre autonomia e liberdade de ação concomitante com dependência e

exploração do valor-trabalho e do ecossistema local por um complexo pesqueiro que se materializa localmente, mas se capilariza extra localmente.

Compreender este amálgama não significa negar:

- 1) A pressão que os estoques pesqueiros estejam sofrendo com o excesso de capturas de apenas duas espécies, mesmo que não se disponha de dados para confirmação desta hipótese no presente trabalho;
- 2) As taxas de exploração a que estão expostos os trabalhadores diretos e que foram apresentados exemplos quantitativos deste processo.

Contudo interpretar estas multifacetadas relações sócio laborais e ambientais pode contribuir para desvendar estes coletivos em sua biodiversidade e sua história. Seus mecanismos de manutenção sociocultural e ambiental não devem ser valorados inexoravelmente pelos seus graus de ações antrópicas.

Assim se produzem discursos de análise destes grupos, a partir das inter-relações seres humanos-natureza identificando uma suposta escala onde o maior grau de tradicionalidade estaria simbiótica e automaticamente afiliada a maiores níveis de conservação ambiental conquistados pelos saberes-fazeres destas coletividades. Em contrapartida, descendendo nesta escala, se encontrariam/concentrariam os grupos ou subgrupos cujas tradições estariam em processo de desestruturação ou extinção, por serem interpretadas como mais absorvidas pelas forças do mercado capitalista.

Esta lógica, totalmente assente com a desconsideração das cosmologias e das histórias locais, se apresenta como o outro lado da moeda das concepções moderno-coloniais supracitadas (QUIJANO, 2005; SANTOS, 2009). Desconsiderar os caminhos e descaminhos destes sujeitos não contribui para gerar interconexões entre diferentes visões sobre a mesma realidade.

Vesti-los com as roupas do ambientalismo esbarra numa atitude descontextualizada. As percepções sobre a natureza e os ecossistemas são contextuais e ligadas aos fluxos de cada realidade grupalmente vivenciada. Produzir a perspectiva “ambiental hegemônica” como generalista significa adotá-la como “neutra” e impor esta perspectiva forçosamente nos “outros” se configura como ato de violência.

A pressão pelo predomínio mercadológico das monocapturas/monoculturas está contida num processo global de homogeneização que se desenvolve nessa região

historicamente desde a chegada (invasão) dos europeus nestas terras. Assim que o mesmo precisa ser compreendido.

Esta localidade como um “pedaço” interno deste processo elabora instrumentos epistêmicos e jurídicos de produção e reprodução de suas próprias formas de ser e viver. Estes instrumentos se encontram, concomitantemente, em acordo e desacordo com todo este processo global, incorporando alguns de seus elementos e negando outros. Neste interim que devem ser interpretados.

Em nenhum aspecto estes grupos podem ser vistos como os produtores deste modelo monocultor, seja ele material ou mental. Aderem a certos aspectos destes modelos por circunstâncias contextuais sem se transmutar em seus idealizadores, visto que, em paralelo, criam “outros” mecanismos que se contra posicionam a estas monoculturas, buscando a manutenção de certa autonomia e liberdade, como localidades que relacionam monoculturas com biodiversidade socioambiental.

Parafraseando Roberto Da Matta (1976), as pressões sobre estas coletividades em suas interconexões com mercados globais de pescado com suas lógicas monoculturais geram custos para manutenção de seus papéis sociais. Assim o custo de ser pescador artesanal no Brasil é poder ser e estar envolvido em muitas teias de relações socioculturais, econômicas e políticas externas ou internas, sem deixar de “Ser”, precisamente, “pescador e pescadora artesanal”. Inclusive, este custo fortalece a produção e reprodução deste “Ser” espaço-temporalmente, suas diferenças na constituição desta totalidade.

“Uma vez que as culturas com as quais este livro se preocupa não são organizadas pelo mercado, mas dominadas por ele, estamos diante da possibilidade de adotar a mesma postura crítica delas” (TAUSSIG, 2010, p. 32). Esta postura crítica pode contribuir, inclusive, para pensarmos maneiras de manejos produtivos e ecológicos que proporcionem maiores índices de proteção ambiental em consonância com melhorias na qualidade de vida destas populações, com ampliação de sua autonomia e liberdade e da garantia de acesso justo às riquezas sociais, ambientais e economicamente produzidas global e localmente.

3.2 O sub-circuito da pesca de peroá

Tanto as pescarias de peroá quanto as de camarão na localidade ocorrem como modelos de pescarias monoculturais, sendo assim a presente seção não revisitará reflexões

semelhantes as postas na anterior atentando-se as especificidades da modalidade da pescaria de peroá. As descrições aqui apresentadas se aterão as convenções estabelecidas para o estudo: artes e estruturas das pescarias, formas de comercialização dos pescados e rotinas de trabalho dos pescadores.

No caso da pesca de peroá, devido ao elevado tempo no mar e ao alto custo de sua empreitada, não foi possível a realização de nenhum itinerário etnográfico para esta atividade em si. Este fator também limitou a compreensão deste “mundo”. As descrições serão baseadas nas entrevistas realizadas com os pescadores e em alguns diálogos estabelecidos ao longo do trabalho de campo.

Artes e estruturas da pesca de peroá

Gilvan: [Qual a principal pescaria hoje em Gargaú?] Peroá. E camarão [...] Mais peroá. Mas, tipo assim, logo quando dá uma falhada no peroá, a turma diretamente já está preparada para ir no camarão. Se o cara, uma semana sem dar peroá, todo mundo vai no camarão. Entendeu? Praticamente todo mundo. Vamos dizer que ele aumenta mais umas 50, 60 pessoas no camarão. Se falhar mesmo o peroá uns três meses aí, todos pescam. Um ou outro que pescam tainha, pescam bagre, alguma pescaria diferente, mas o foco mesmo é só peroá e camarão. Vamos dizer que de 200, dez não tendo o peroá, faz outra coisa.

As pescarias de peroá e Camarão são consideradas as principais dos circuitos da pesca de mar. Segundo Dudu, um dos pescadores antigos de peroá, "Nós começamos a pescar peroá já tem mais ou menos uns 35 anos pescando peroá todo mundo. A pesca de peroá aqui na nossa localidade deve ter mais ou menos 30 a 35 anos." Tanto os peroás quanto os camarões são produtos que dependem diretamente dos complexos pesqueiros locais. Como “pedaços” destes “Mundos” da pesca local os códigos, comportamentos, técnicas e tecnologias desta modalidade são partilhados por todos os pescadores, com algumas diferenciações em seus manejos.

Os peroás, também conhecidos como Cangulos, são classificados como membros da família Balistidae, possuindo o nome científico de *Balistes spp.* No Norte fluminense e no Estado do Espírito Santo são popularmente conhecidos como “peroás”, nos outros Estados do Sudeste e na Região Sul são mais conhecidos como Peixes-porco (BARBOSA; NACISCIMENTO, 2008).

Imagem 46: Peroás presos na pargueira



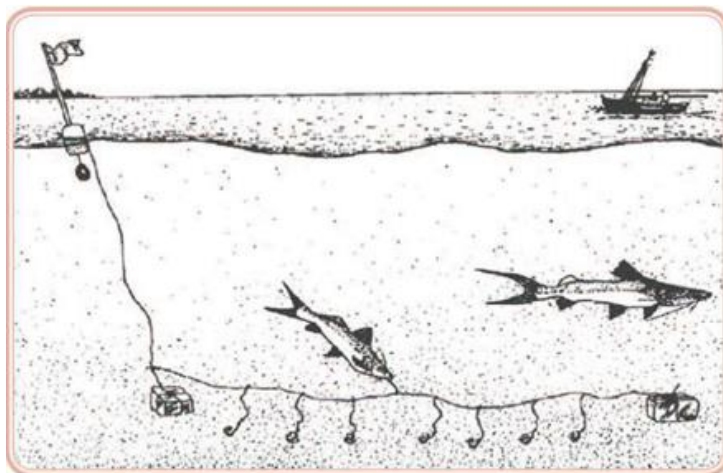
Fonte: arquivo pessoal da pesquisadora Luciana Ramos Marcelino cedida para a presente pesquisa

São duas as principais artes de pesca utilizadas para captura dos peroás: a Pargueira e o Espinhel. Estes petrechos se configuram em pescarias de linha. Linhas e anzóis são instrumento de pesca utilizados “no mundo todo na captura de peixes tanto de água doce quanto marinhos. Essas pescarias são caracterizadas pelo uso de equipamentos simples como anzol iscado amarrado em linha, com uso ou não de vara” (LINS, 2011, p. 41).

O espinhel, segundo os interlocutores, é utilizado durante as pescarias de peroá e outras espécies de peixes. Algumas, por serem nobres, encontram valores melhores no mercado que os próprios peroás com isso, quando encontrados nos “trajetos” da pescaria, são apreciados pelos pescadores.

Dudu: A gente soltava o espinhel no mar. Espinhel é você botar bastante anzol em uma corda e solta no mar para o peixe que tiver passando na reta vai comendo. Aí, você vai pegando eles, entendeu? Mais ou menos 600 anzóis você solta. Negócio distância de sete braços a cada anzol um do outro. Entendeu?

Imagem 47: representação de espinhel



Fonte: LINS, 2011, p. 42

Imagem 48: Espinhel pronto para uso



Fonte: arquivo pessoal do autor.

O espinhel se associa aos “trajetos” das pescarias realizadas. Sendo assim os caminhos dentro do e entre os pesqueiros potencializa o uso destas artes. A Pargueira é semelhante ao espinhel, entretanto ao invés de serem linhas soltas no mar, presas a embarcação capturando pescados pelo movimento, a Pargueira se constitui como anzóis presos a linha que são manejados diretamente pelas mãos do pescador, ou seja, ficam em sua mão, sendo alçados a partir da sensação da captura.

Dudu: [pargueira] linha na mão também. A gente metia quatro anzol, arriava para o fundo para pescar o peixe, o badejo, entendeu?
Estreito: Pargueira é aquela linha com uma porção de anzol.

A Pargueira, assim como o espinhel, não se destina apenas a pesca do peroá, sendo utilizada para outros tipos de pescados, inclusive tendo preferência para captura de peixes mais valorizados no mercado, como o Badejo⁵⁸.

As diferenças entre estes dois petrechos não se encontram apenas na sua forma de uso, mas também na partilha de suas capturas. No caso do espinhel os pescados capturados entram na partilha dos quinhões da pescaria, enquanto que os resultados da pesca da pargueira são individualizados, ou seja, cada pescador que maneja seu instrumento fica com os peixes capturados. Esta relação demonstra, novamente, a diferenciação dentro do grupo demonstrando habilidades diversas que associam saberes naturalísticos e sorte durante as pescarias.

As embarcações e os equipamentos: transformações e permanências das pescarias

Outra importante estrutura de pesca são as embarcações. Como visto os barcos referentes a pesca de peroá são os maiores e mais bem equipados na localidade, variando entre 10 a 12 m de comprimento, possuindo casinha com espaço para colchões, onde os pescadores podem dormir, e fogões para cozinhar suas refeições.

Estreito: o barco tinha 8 metros e meio. Trabalhava 1 dia, 2 dias, vinha embora. [...] **embarcação [hoje] de 12 metros** pode ser como pescador artesanal. Antes era até 09 e meio. [...] De lá para cá começou o pessoal a fazer as embarcações maiores, **para ter mais conforto** e não acontecer tanto acidente.

Dudu: **Os barcos são melhores, as embarcações. Melhorou muito, entendeu?** Para tudo melhorou para a pescaria. Antigamente, a gente pescava em um barco de oito metros, nove metros. Agora, pesca em um de 12, bem maior. **Tem luz os barcos. Tem fogão para você cozinhar. Tem tudo certinho. Tem a cama para você dormir. Antigamente, não tinha nada disso.**

⁵⁸ Segundo José Milton Barbosa e Chirleide Marcelino do Nascimento (2008) o Badejo está classificado na família Serranidae e possui o nome científico de *Mycteroperca spp.*

Imagem 49: Barco para Pesca de Peorá



Imagem 50: a casinha do Barco vista de fora



Fonte: arquivo pessoal do autor.

Os interlocutores, ao comparar a pesca no passado e no presente, citam também as formas de conservação que utilizavam para os pescados. Antigamente conservavam os peixes em caixas de isopor com gelo permitindo maiores quantidades de captura com a conservação do pescado no mar. Com o passar do tempo e a ampliação do tamanho das embarcações esta tecnologia se transmutou para as urnas ou câmaras contidas na parte interior dos barcos. Estas câmaras transportam os pescados junto com o gelo que é adquirido em terra. Devido ao seu revestimento isolante preservar o gelo, possibilitando tanto maior tempo de estadia no mar quanto maior espaço de estocagem, esta tecnologia possibilitou a ampliação da capacidade de captura e se associou especialmente a modalidade monocaptora, representada localmente principalmente pelos peixes.

Dudu: Não tinha aquelas **câmaras no barco não. Era no isopor.** Levava gelo no isopor e gelava no isopor, entendeu? [...] **o barco hoje tem urna revestida com isopor e poliuretano.** Aí, a gente bota o gelo, conserva o peixe ali agora. Entendeu?

Estreito: Comecei a ir para peorá. Isso já tinha uns 4 barcos aqui. **Povo antigo ia ali pescar peorá,** aí eu comecei a ir para peruá. **Comecei a gelar em isopor, que nem urna a gente conhecia,** num existia, gelava no isopor,

não existia urna. Tinha só isopor. **Eu saía daqui, não existia GPS, Sonda, nada.** Era só uma bússola ali para você saber a reta que ia e de voltar. Comecei a minha vida. Saí. Chegava no mar. Você trabalhava durante o dia. Motor era um (B18), um cilindro só.

Estas narrativas funcionam como uma teia que ao mesmo tempo opera na diacronia e na sincronia. Assim ao se expressarem sobre as câmaras que utilizam nos dias atuais a associam a uma “evolução” na pesca, “antes era o isopor”. Entretanto esta evolução indica um tipo específica de pescaria, a de peroá.

Como visto, a pescaria de camarão ocorre nas imediações, por possuir “trajetos” mais curtos se executa no mesmo dia, com variação máxima de dois dias. Esta modalidade de pescaria de mar, mais antiga do que a de peroá na localidade, continua a utilizar caixas de armazenamento plástica sem gelo, se valendo das caixas de isopor com gelo apenas para estadias mais duradouras entre dois e três dias. Em nenhum dos casos narrados a pesca de camarão emprega as urnas ou câmaras, mesmo quando as embarcações possuem esta estrutura.

Imagem 51: Urnas para conservação do pescado no alto mar





Fonte: Arquivo pessoal do autor.

Segundo diálogos com dois interlocutores (pescadores de peroá) foi possível se registrar no caderno de campo duas pescarias realizadas para captura de peroás ocorridas nos dias 20 e 30 de outubro de 2022 respectivamente. Estas pescarias tiveram durações entre três a cinco dias no mar, o “trajeto” variou entre 35 a 41 milhas⁵⁹ de distância e de seis a oito horas de viagem. Para estas pescarias foram utilizadas de 60 a 80 caixas de gelo ao custo de R\$ 6,5 a caixa. Na primeira capturaram 1.200 Kg de peroá, obtendo o valor de venda de 3,3 R\$/Kg, na segunda 2.500 Kg a 2,7 R\$/Kg⁶⁰

Estes exemplos atestam que no custo para as pescarias o gelo possui valor considerável e que quanto maior as distancias, o tempo no mar e a quantidade de peixes capturados, aumenta-se a necessidade de aquisição deste produto, encarecendo a empreitada e reduzindo os ganhos dos trabalhadores-diretos.

Os principais equipamentos utilizados na pescaria de peroá, além das linhas, anzóis, e embarcações, são o rádio comunicador, o GPS e a Sonda. O único equipamento utilizado neste modelo de pescaria que não se emprega na pesca de camarão é a Sonda, ou Sonar. Segundo os entrevistados, o custo deste aparelho está em aproximadamente R\$ 2.000.

Dudu: Antigamente, a gente pescava o seguinte, sem ter a sonda, no começo. A gente chegava lá, **iscava os anzóis e deixava o barco solto, à deriva, e jogava a isca dentro da água.** Quando começava a bater, a gente sabia que

⁵⁹ 56 a 66 Km.

⁶⁰ Na sequência desta seção se encontra uma tabela relacionando os custos e as receitas destas duas pescarias de peroás para desvelar a média de ganhos dos pescadores.

na área tinha peixe. Se não tivesse peixe ali, a gente saía e andava mais para fora. Só ia procurando. **Hoje, a gente tem a sonda. Que hoje a gente vê o cardume. Leva o barco. Quando começa a passar em cima do cardume, você para pra pescar.** Entendeu? É assim que funciona agora.

Estreito: Hoje você vai, você acha, você vai rodar ali, **você vai achar peixe na sonda.** Antigamente, você ia para fora **contando com uma bússola. Chega lá, você ia procurar o peixe.** Você está achando que você vê terra? **Não existe terra, é céu e água. Para você achar um peixeiro, achar um peixe, era pura sorte mesmo e Deus mandava você ali.**

Em diversos estudos sobre a pesca artesanal no Brasil (MALDONADO, 1993, 1986; DIEGUES, 2000, 2004; BRITO, 1999) a figura mítica do mestre ganha relevo como detentor de saberes-fazeres técnicos e tecnológicos que o possibilita se transmutar no “dono do pedaço” da pesca, devido sua capacidade de traçar mapas mentais que o viabiliza a conduzir as embarcações e suas tripulações em “trajetos” de pesca que ampliam a possibilidade de bons resultados nas capturas. “Nesse sentido, o mestre competente produz um mapa mental com os diversos pontos de pesca e tanto mais competente um mestre quanto mais diversificado, detalhado e preciso for seu mapa” (DIEGUES, 2000, p. 71).

Estes atributos técnicos/tecnológicos que asseguram boas pescarias num ambiente imprevisível como o mar e numa ação extrativista com altos graus de incerteza como a pesca, estão envoltos num repertório simbólico que assegura lealdade, respeito as normas consuetudinárias, fortalecimento dos elos coletivos e robustecimento dos papéis sociais de cada integrante da pescaria e da diversidade entre as mesmas.

A marcação é uma prática social e produtiva que engloba duas ordens de fenômeno. Enquanto técnica, enquanto náutica, é da ordem da territorialidade, sendo o elemento mais importante para a produção e para o bom resultado das jornadas de pesca. O outro nível, o simbólico, é a medida em que a marcação está imbricada na construção social da mestrança, tendo, portanto, a ver com processos hierárquicos e morais. (MALDONADO, 1993, p. 103)

Marcação e mestrança, compõem dois arquétipos que caracterizam as pescarias artesanais tanto em suas dimensões materiais, seus saberes fazeres, quanto em suas dimensões imateriais, igualitarismo, hierarquia, pertencimento, comportamentos, sistemas jurídicos, et al. Contudo no caso da pesca de peroá em Gargaú as narrativas expõem imagens diversas neste quadro sócio laboral.

No passado as saídas para pesca do peroá “contavam com a bússola”, com isso para “você procurar o peixe” “deixava o barco à deriva”. Por causa da distância que se

encontravam “não existia terra, era céu e água”, por este motivo para “achar um pescueiro, achar um peixe, era pura sorte mesmo e Deus que mandava você ali”. Apesar das entrevistas não citarem explicitamente as denominações de “marcas” ou “marcações”, em conversas na localidade ouvi declarações que em muito se assemelhavam a este saber-fazer, “antes nós saíamos e sabíamos onde a gente estava por um morro, uma antena na terra” (transcrição do caderno de campo).

A introdução destes equipamentos (sondas e GPS) nas pescarias de mar da localidade parece ter arrefecido a centralidade da marcação e, até mesmo, do domínio do segredo dos pescueiros, afinal de contas “hoje, a gente tem a sonda. Quando começa a passar em cima do cardume, você para pra pescar”; “hoje você vai, você acha, você vai achar peixe na sonda”. Com isso a mestrança também apresenta certa debilidade para estas pescarias locais.

Como arquétipos das pescarias artesanais, na localidade de Gargaú, estes saberes-fazer e suas simbologias transmudaram alguns de seus mecanismos de controle e coesão para estes novos equipamentos. Não sem razão a divisão do quinhão nesta modalidade de pesca não mais discrimina uma parte ao mestre, mas apenas ao barco com seus equipamentos, sendo dividido o restante igualmente entre a tripulação.

Relacionar automaticamente este fato a desagregação ou definhamento deste grupo, como debatido anteriormente, não parece o caso, sob certo sentido até mesmo sendo contrário a tal afirmação. Mesmo assim estes instrumentos afetam diretamente as relações no interior das tripulações e o sentimento e desejo por possuir a propriedade material das embarcações e seus equipamentos encontra, na atualidade, uma força maior que no passado.

O pescador antes via a necessidade de possuir a propriedade da embarcação e/ou o conjunto de habilidades que poderiam alça-lo a condição de mestre, garantindo maiores rendas nas pescarias. Atualmente a posse dos meios de produção aparenta ter conquistado supremacia sobre estas habilidades/conhecimentos. Esta situação pode ser verificada nas palavras do pescador abaixo:

Estreito: Hoje a realidade, **até meu cachorro que estava aqui pode mestrar** pela facilidade. Hoje tem sonda, GPS. É só você embarcar, saiu na Barra, foi embora, você vai procurar no meio onde tem a barcaria, que antigamente não existia barcaria [...] Hoje você vai, você acha [a barcaria], **você vai rodar ali, você vai achar peixe na sonda**. Antigamente, você ia para fora contando com uma bússola

O aumento do número de embarcações, gerando o que se denomina de “barcaria”, assomado as transformações tecnológicas dos e nos barcos praticamente eliminou os arquétipos da marcação e do segredo encarnados na figura mítica do mestre nestes modelos de pesca local, sem eliminar, contudo, a condição de pescadores artesanais. Em sentido até oposto, aumentou o quantitativo de pescadores, inclusive com significativo número de pessoas mais jovens.

Gilvan: Com uns dez anos aí, tipo assim, nesse período, teve pouco barco. Vamos dizer que tinha uns 70 [barcos] porque a turma trabalhava tudo embarcado, era outra coisa. Aí, de sete anos para cá, cresceu muito a frota de barco devido ao peroá. Muita gente, aí, veio essa questão da Lava Jato, **muita gente foi demitida**. Pegou a rescisão e fez barco e **os caras já eram pescadores, mas não tinha o que pescar** e também arrumaram um emprego melhor. Praticamente junto, graças a Deus, o povo deu sorte que, junto com essa crise do petróleo, o peroá apareceu. **Muita gente que foi demitida teve condições de fazer barco e tal**. Aí, foi que ajudou muito o povo aí. **O que movimenta aqui mesmo é o peroá**. Se você for na rua, aí, **quando tem peixe na semana, a rua, tem movimento na rua toda hora**, se você for um dia que a quadra está ruim, ninguém pesca, você vê que está tudo morto, supermercado, churrasquinho, lanchonete, lojinha de celular.

A pesca artesanal (inclusive e até centralmente segundo o interlocutor) de peroá contribuiu para o retorno de muitos pescadores a sua atividade original no contexto da crise da indústria do petróleo vivenciada. Estas pescarias fortalecem a reprodução deste grupo de pesca (mesmo não deixando de reconhecer as transformações vivenciadas e suas ligações com aspectos da indústria mercadológica do pescado). Assim a conquista e guarda de pesqueiros, ainda que nas condições atuais, por exemplo, se mantém e se reproduz entre estes sujeitos.

Estreito: Eu devo ter uns 600 pontos marcados dentro desse mar aí [...] Devo ter uns 600 pontos. De Guarapari até ali para baixo. Tem uns que eu ainda tenho, que ainda é segredo. É meu. Ninguém achou ainda. Mas a facilidade hoje de achar é muito grande, porque todo mundo hoje tem aparelho.

A vitalidade da reprodução destas coletividades, ainda que inseridas em contextos de mudanças não devem ser desconsideradas. Mudar, carrega simultaneamente os signos das transformações com os das permanências. Em alguns casos os próprios rótulos ênicos-acadêmicos, tais como “marcação” “segredo”, encontram re-novadas apropriações por estes sujeitos e podem passar a exprimir outros significados. Perceber estas nuances e captá-las no átimo de sua emergência torna-se um imperativo para pesquisas que buscam desvelar realidades sociais a partir de seus sujeitos.

Manutenção e construção de embarcações: da polivalência dos pescadores às relações de reciprocidade nos estaleiros locais.

A produção e manutenção das embarcações ocorre nos estaleiros locais. Como exposto anteriormente a localidade e sua região, por abrigar dezenas de grupos de pescadores artesanais, representa de certa forma uma “mancha” com a disponibilização de bens e serviços que permitem a produção e reprodução das pescarias.

Pude verificar *in loco* que existem “estaleiros artesanais” na localidade de Gargaú, na praia de Guaxindiba e na Praia do Sossego. Devem existir mais, haja vista a extensão do litoral Sanfranciscano. Estes estabelecimentos são descritos por suas formas de ludibriar os clientes, “o de Gargaú rouba madeira, o de Guaxindiba é muito enrolado” (trecho retirado do caderno de campo). Durante o trabalho de campo pude acompanhar a reforma de um barco no estaleiro da praia do sossego.

Imagem 52: barco reformando no estaleiro da praia do sossego



Fonte: arquivo pessoal do autor.

O barco foi adquirido por R\$ 85.000,00 na praia do Farol e colocado para reforma no estaleiro em 30 de abril de 2022. Com o valor para aquisição do motor e dos equipamentos, as tintas para a pintura e as reformas do casco e da casinha haviam sido gastos, segundo o interlocutor, em torno de R\$ 150.000,00, somando R\$ 235.000,00. Na última vez que

encontrei com o pescador em fins de outubro de 2022, o barco já estava saindo para pescarias, porém ainda não possuía o guincho para alçar os pescados.

Bife: Montou um [barco com] dinheiro de 200 e tanto mil, e tem um ali [barco] que vale mais de 300 mil quase. É caro, rapaz.

Não foi possível verificar o valor do guincho, mas o somatório corrobora com as informações prestadas acima. O valor total da embarcação ficaria entre R\$ 250.000,00 e 300.000,00. Uma quantia considerável.

Para manutenção destas embarcações os pescadores demonstram grande polivalência. O barco que foi reconstruído no estaleiro da praia do sonho pertence ao pescador Dudu que realizou uma série de trabalhos tanto no estaleiro quanto numa das oficinas mecânicas locais para complementar a construção de seu barco. Pude participar de algumas destas atividades. Atuava na plaina nivelando e equalizando as madeiras e acertando a casinha, arrematava a pintura, entre outros. Presenciei, também, como acertou o motor da embarcação precisando apenas de algumas soldas que foram realizadas em oficinas torneiras locais. Improvisou, com restos de ferragens e de estruturas de fogareiros antigos, a fabricação de um fogão adaptado ao barco, inclusive com uma caixa protetora de madeira, também feita pelo próprio pescador.

Todo este trabalho não entra no custo registrado da embarcação. Outro detalhe importante, todas estas transações são feitas totalmente de forma informal como praticamente todas, senão todas, as transações que orbitam em torno da pesca artesanal na localidade.

Estes “trajetos” que realizam para manutenção/construção de seus petrechos seguem roteiros parecidos com as “manchas” dos frigoríficos. Os pescadores optam por alguns estabelecimentos em detrimento de outros por confiarem mais nos proprietários e/ou devido aos serviços extras (benesses) oferecidos. Assim uma “pintura extra não cobrada” ou “um acerto na urna por fora do pagamento acordado” possuem peso na decisão final destas escolhas.

Porém o mais significativo se estabelece em sentido contrário: do pescador para o dono do estaleiro. Por causa da quantidade de barcos a serem reparados/construídos e da precisão pelo seu uso para aquisição da renda destes trabalhadores, é comum os pescadores oferecerem “dádivas” aos construtores para “adiantar” a reforma. Presenciei alguns casos de “doação” de pacotes de camarão, ou um “dinheirinho” a mais para agilizar, por exemplo, uma pintura da lateral da embarcação.

Pude, em companhia de Dudu, vivenciar um destes momentos rituais que ocorreu numa tarde de sexta-feira quando o pescador levou para o estaleiro uma galinha para ser ensopada ao final do expediente junto com bebidas que compuseram um momento de confraternização, união e, essencialmente, selar acordos tácitos para aceleração dos serviços a serem prestados (passagem transcrita do caderno de campo).

Neste momento os sujeitos se aliaram, expressaram suas diferenças e igualdades, “cada um aqui faz sua parte, mas um depende do outro”. Os elos não se estabeleceram como relações de pertencimento, ainda assim geraram ligações em comum que foram manipuladas pelos envolvidos e exteriorizadas em momentos de trocas, sejam comerciais ou simbólicas. Como nos “frigoríficos” os códigos de conduta, tais como o controle do tempo, são muito restritos ao manejo dos pescadores estando, principalmente, sob guarda dos donos dos estaleiros.

Cientes da importância da celeridade da reforma para retorno do barco como equipamento central para as atividades dos pescadores, os donos dos estaleiros manipulam este tempo de regresso como um mecanismo de poder que os propicia, além das reverências, ganhos materiais. Neste ínterim os pescadores atuam com os signos de que dispõe ofertando, de forma ritual, pescados, dinheiro e celebrações, onde as “dádivas” criam as obrigações das contra dádivas, ou seja, maior esforço e dedicação no uso do tempo, reconhecendo e retribuindo as oferendas recebidas. Por isso somos iguais e diferentes, pois “uns dependem dos outros”.

A venda dos pescados na pescaria de peroá.

Como nas pescarias de camarão, por ser uma monocaptura, os peroás são comercializados, em sua grande maioria, nos frigoríficos. Estes oferecem, tal como com os camarões, serviços de beneficiamento destes pescados, “escalando⁶¹” os peroás para as vendas posteriores realizadas pelo próprio “frigorífico”.

⁶¹ Escalar, nos falares locais, significa limpar o peixe, retirar sua pele e suas vísceras, fazer pequenos cortes em sua carne para facilitar a entrada do sal e coloca-los na salmoura de água gelada por algum tempo para, na sequência, serem congelados. Esse processo cria uma forte camada de proteção de gelo que permite seu transporte por longo tempo sendo mantido apenas em caixas térmicas. Pude constatar esta técnica e como a mesma permite uma alta conservação com a preservação do peixe em seu interior, não permitindo que a sua carne fique flácida após o degelo como ocorre nos peroás comprados em supermercados e que vem junto com um grosso revestimento de gelo no interior de sua embalagem.

Dudu: A gente vende para os frigoríficos, entendeu? Tem os frigoríficos. [...] E já sai [o pescador] sabendo que você tem um comprador quando chegar em terra [...] [Vende fresco, e o frigorífico beneficia?] O frigorífico que dá o jeito dele.

Segundo informações locais os preços variam entre R\$ 15,00 e 1,00. Esta impressionante diferença é atribuída as “safras” do pescado. Em safras boas os peixes atingem menor valor e nas “safras ruins” vice-versa.

Bife: É. Ficou ruim o peroá, porque a gente acertava mil quilos, 1.500 quilos **pra 15 reais [o quilo]**. [...] Agora mesmo, ó, tá ruim de peixe, peixe tá barato, **tá dando a dois, dois e pouco [o quilo]**.

Gilvan: Peroá dá aqui, mas dá ali em Guarapari também. **Aqui dá três reais [o quilo]. Lá está dando 2,5, três [o quilo] também.** Então, não é só um não. É o mercado e o peixe é um negócio incrível. **Você compra, hoje é cinco, se você logo não vender, no outro dia, é um, três.**

Esta variação no preço do pescado influi de certa forma nos “trajetos” que os pescadores realizam. Como possuem um circuito mais ampliado, optam, em alguns casos por desembarcarem seus produtos em “frigoríficos” de outras localidades, tais como Guarapari, Marataízes (praias do Espírito Santo) entre outros. Ainda assim este cálculo deve ser muito bem feito, pois o aumento da rota acarreta maior uso de combustíveis impactando nos custos da empreitada. Por isso as alianças e o uso dos aparelhos de comunicação⁶² são de suma importância para avaliar a vantagem de desembarcarem em outros portos e não na localidade de Gargaú.

Estreito: Eu tenho a porcentagem de 30% do barco, para manter ele, e, vamos supor, de 30% de mil o barco ganha 300 para manter ele e as coisas. 700 sobra para pagar a despesa e repartir para nós 02.

Dudu: O peroá a gente dividia diferente. Peroá a gente tirava porcentagem para o barco, 30% do que fizesse. Se fizesse mil reais, 300 é do barco. Aí, dividia 700 os três caras que pescavam. A gente pagava a despesa. Os camaradas que pescava, eles pagavam a despesa. Fosse 200 reais a despesa, vamos supor, na época, ficava 500 para dividir. Aí, cada um ganhava 160 e poucos e o barco é independente.

Bife: O peroá, rapaz, se fazer dez mil na pescaria, três mil é do barco. Mas aí fica sete mil, sete mil, paga ele, você paga dois mil de despesa, sobra cinco mil, né? Cinco mil em três. Vamos dizer que você ganhe 1.700 desse dinheiro pro barco é três mil.

A divisão estabelecida para a pesca de peroá se efetua por acordos informais, regras consuetudinariamente estabelecidas, assim como na pesca de camarões. Todavia diferente

⁶² Não foi possível verificar In Loco se nesta modalidade de pesca utilizam de celulares, como na pescaria de camarão, ou do rádio comunicador da embarcação.

desta, na divisão da pesca de peroá, após a totalização do valor adquirido se destaca trinta por cento (30%) como “quinhão” do “barco com seus equipamentos”, depois retira-se os gastos necessários para realização do trabalho (combustível, gelo, alimentação da tripulação e as iscas utilizadas na pesca), o restante se divide igualmente para todos os pescadores.

Tona-se, ainda, sintomática na compreensão destes processos mercadológicos o “quinhão da rede/canoa”. A divisão se estabelece, com isso, "sob o pressuposto de uma cooperação simbólica entre pescador e pescaria (canoa/rede)” (BRITO, 1999, p. 120).

O quinhão do “barco e seus equipamentos” convertem estes seres inanimados em sujeitos de direitos. Valendo-se da expressão conceitual de Bruno Latour, se metamorfoseiam em “quase-objetos quase-sujeitos”, isto é, elementos mediadores entre a sociedade e a natureza. Mesmo que construídos culturalmente, passam a funcionar independentes da vontade humana, como entes sobrenaturais. Os barcos, com seus equipamentos, são parceiros nestas pescarias, por outro lado o “quinhão” do mestre, presente numa série de pesquisas sobre a pesca artesanal no Brasil, desaparece. A figura do mestre, assemelhado ao conceito “quase-sujeito quase-objeto” por ser o guardião desta mediação humano-natureza, passa a ser, de certa forma, substituída pelo “quase-objeto quase-sujeito” dos barcos e equipamentos.

Vamos dizer apenas que os quase-objetos quase-sujeitos traçam redes. São reais, bem reais, e nós humanos não os criamos. Mas são coletivos, uma vez que nos ligam uns aos outros, que circulam por nossas mãos e nos definem por sua própria circulação. São discursivos, portanto, narrados, históricos, dotados de sentimento e povoados de actantes com formas autônomas. São instáveis e arriscados, existenciais e portadores de ser (LATOURE, 1994, p. 88).

Utilizando como exemplo duas pescarias realizadas durante o período de campo e que foram registradas junto aos pescadores de peroá interlocutores neste trabalho, será elaborada uma tabela com os custos e os ganhos referentes a cada caso.

Tabela 5: custo comparativo entre duas pescarias de peroá realizadas na localidade de Gargaú/RJ durante o período da pesquisa.

Data (2022)	Pesc.	Óleo (L)	Gelo (caixa)	Rancho (R\$)	Isca (Kg)	Soma Gastos (R\$)	Milhas	Captura (Kg)	Dias (mar)	Tripulação
20/10	Estreito	100	60	60	15	1.280,00	35	1.400	03	03
30/10	Dudu	150	80	100	22	1.859,00	41	2.500	04	03
Obs.: (Valores estabelecidos pelos interlocutores - referentes ao período de 20 a 30/10/2022)										

Preço aproximado da isca (camarão) – 12 R\$/Kg Preço aproximado do gelo – 6,5 por caixa Preço aproximado do óleo diesel – 6,5 o litro ⁶³

Fonte: elaborado pelo autor.

A partir das informações acima serão calculados os ganhos de cada pescador como meio de análise comparativa das duas pescarias e dos ganhos proporcionados por este modelo de pesca em contraste com a pescaria de camarão, outra monocaptura.

Tabela 6: ganho de cada pescador da tripulação depois de descontados os custos das pescarias.

Pesca	Captura (Kg)	Valor Pago (R\$/Kg)	Total (R\$)	Barco (30%)	Despesas Soma gastos (R\$)	Receita Menos Despesas (R\$)	Divisão (R\$) (n° tripulantes)
Estreito	1.400	3,3	4.620,00	1.188,00	1.280,00	2.152,00	717,00
Dudu	2.500	2,7	6.750,00	2.025,00	1.859,00	2.866,00	956,00

Fonte: elaborado pelo autor.

Ao se dividir os ganhos auferidos por cada tripulante pelos dias que ficaram em mar, isto é, por 03 no primeiro caso e por 04 no segundo, obtemos o idêntico número de R\$ 239,00 por dia. Obvio que esta igualdade objetiva representa, de certa forma, uma coincidência, visto que os pescadores por vezes conseguem valores diferentes nos “refrigeradores”, no preço de combustíveis, gelo e isca; pelo motivo de cada qual possuir seus “trajetos” com seus contatos que em muitos casos lhes proporcionam vantagens. Mesmo assim, esta igualdade coincidente corrobora o fato de que nos períodos de mesma “safra” os ganhos diários são muito semelhantes.

Levando em consideração que no primeiro caso pode ser possível a realização de cinco pescarias durante o mês (15 dias no mar) e no segundo quatro (16 dias no mar) cada membro da tripulação receberia ao final do mês respectivamente: R\$ 3.585,00 e 3.824,00. Comparando com a pesca de camarão onde se apurou um ganho mensal entre R\$ 1.640,00 (pescando com o companheiro) e 3.280,00 (pescando sozinho) a pesca de peróá se apresenta como a mais rentável para as pescarias de mar descritas.

⁶³ Média do preço para as duas datas segundo o site: https://triadpesquisa.com.br/pesquisa-de-preco-bombadiario/?gclid=CjwKCAiA5sieBhBnEiwAR9oh2q6B9iGT5o_xylHVvAY_9Th8pqflh8CfkkWaNQh-N8DA3ZXAQ_0ssxoCSKQQAvD_BwE. Consultado no dia 23 de dezembro de 2022.

Este fato se confirma com mais intensidade se for levado em conta que a quantia obtida na pesca do peroá foi fruto do trabalho de toda a tripulação, ou seja, sua comparação mais sensata seria com o valor do pescador e seu companheiro (dono da embarcação), R\$ 1.640,00. Ainda assim deve-se levar em consideração que a “safra” do camarão no período estudado estava extremamente “fraca” o que estava levando o pescador a resolver se aventurar em “pedaços” que demandam “trajetos” mais distantes, tais como os pesqueiros do “açú⁶⁴”, que apresentavam “safras” mais volumosas na época (variando entre 100 a 250 Kg por pescaria, segundo relatos locais) o que, possivelmente, elevaria o ganho calculado anteriormente para o pescador de camarão.

Comparando os valores pagos pelo peroá nas duas pescarias listadas com as cotações deste pescado na Ceasa/RJ temos os seguintes números.

Tabela 7: Cotação do peroá na Ceasa/RJ por data.

Data	Emb.	Cotação (R\$) – Peroá		
		Mínimo	Mais comum	Máximo
20/10/2022	Kg	15,00	15,00	20,00
31/10/2022	Kg	15,00	15,00	20,00
Obs. Não foi encontrada nenhuma tabela de cotação no site da Ceasa para o dia 30/10/2022, período em que o pescador me relatou como sendo o do acerto de contas com o “frigorífico”.				
Fonte: https://www.ceasa.rj.gov.br/Cotação				

Ao confrontar os valores pagos pelo “frigorífico” com os cotados pela Ceasa a diferença choca qualquer olhar. Utilizando o maior preço como referente, 3,30 R\$/Kg com o menor da Ceasa 15,00, têm-se uma defasagem de 78% na quantia recebida pelos pescadores. Estes dados certificam uma cruel relação inversamente proporcional já exposta anteriormente, quanto melhor a “safra” menor o valor e vice-versa.

Esta cruel determinação além de representar altos custos sociais e ambientais, ainda embota a percepção sobre a própria relação de exploração do trabalho a que estão submetidos. O aumento do ganho destes pescadores se realiza com um sobre aumento de sua produção, com isso o acentuado rebaixamento no valor por quilo faz com que a proporção entre o

⁶⁴ Em mensagem recebida de Bife por WhatsApp, com quem continuo mantendo contato, mesmo que virtual, entre os dias 18 a 26 de janeiro de 2023 o mesmo se encontrava pescando no “açú”, o que demandava 1,5 a dois dias de mar. Me relatou que em duas viagens realizadas cada qual de um dia e meio, capturaram, ele e seu companheiro de embarcação (o proprietário do barco) respectivamente 350 e 320 Kg de camarão. Quantitativo bem superior ao registrado na seção anterior deste estudo.

aumento da produção e do recebimento do valor-trabalho pendule para o lado do mercado em direção contrária ao do pescador.

Se pensarmos, por exemplo, que os valores do gelo, combustíveis, rancho e percentagem do barco se mantêm praticamente estáveis, quando não oscilam para cima e que no momento de maiores pescarias os preços dos peroás entram em queda livre podendo chegar a decréscimos de mais de 70%, a exploração do valor-trabalho destes sujeitos, em verdade, se intensifica. Contudo como o montante do recurso recebido diretamente pelos trabalhadores é mais elevado, devido a conseguirem maiores capturas nos períodos de “boas” safras, o pescador tem a falsa impressão de estar recebendo mais. “O trabalhador torna-se tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão” (MARX, 2011, p. 111).

Esta máxima marxiana pode ser aplicada diretamente nesta questão. A exploração do trabalho destes sujeitos se sustenta num mecanismo ilusório que se manifesta de forma inversamente proporcional onde os maiores valores objetivos ocultam a maior exploração do valor-trabalho pela acentuação do ganho com a produtividade alheia.

Na cultura capitalista, a cegueira em relação a base social de categorias essenciais torna bastante confusa a leitura social de coisas supostamente naturais. Isso se deve ao caráter peculiar das abstrações associadas à organização mercadológica dos assuntos humanos: qualidades essenciais dos seres humanos e sua produção são convertidas em mercadoria, em coisas para serem compradas e vendidas no mercado. Tomemos como exemplo o trabalho e o tempo de trabalho. Para nosso sistema de produção industrial funcionar, as capacidades produtivas das pessoas e os recursos naturais devem ser organizados em mercados e racionalizados de acordo com uma contabilidade de custo: a unidade de produção e a vida humana são fragmentadas em subcomponentes quantificáveis cada vez menores. O trabalho, uma atividade própria a vida, torna-se algo separado dela e abstraído em mercadoria – o tempo de trabalho – podendo ser comprado e vendido no mercado de trabalho (TAUSSIG, 2010, p. 24–25).

Mesmo que esta relação se encontre fortemente presente nas trocas comerciais estipuladas pelas mocapturas, também é verdade, como demonstrado, que certa margem de domínio do tempo-trabalho continua sob controle dos trabalhadores diretos da pesca nesta modalidade.

Por este motivo a alienação vivenciada não se encontra totalmente oculta na consciência destes sujeitos. O esforço pela ilusão do melhor pagamento recebido nas “safras” boas não consegue ocultar completamente sua exploração. Por causa de se manter alguma

autonomia os pescadores não se encontram inteiramente numa “cegueira em relação a base social de categorias essenciais”. Este fato pode ser certificado na fala abaixo que desvela outro termômetro de sua eterna saga, re-existência, via maior escopo de autonomia e liberdade.

Estreito: Antigamente, aqui, sabe como funcionava o negócio? Aqui você vendia. Chegava hoje, se você fosse no fresco e pescasse três dias, você chegou e jogou. Preço não tem, ninguém dizia o preço. Se você chegasse com cinco barcos e jogou, não tinha preço. **Sabe qual era o dia em que eles iam dar o preço? Sábado.** “Há, o peixe tá tanto”. Você tinha que receber, porque o peixe deu a tanto. Todos eles faziam mesma coisa: deu tanto. **Tanto que os frigoríficos pagavam o mesmo preço [...]** Se nós chegarmos e não soubermos a quanto nós vamos vender a mercadoria, nós não estamos trabalhando. Nós não somos donos de bote. **Nós somos empregados.** [...] Eu falei assim: “eu só vendo minha mercadoria no preço do dia”. Quem botou isso dentro de Gargaú fui eu, **o preço do dia. Se o pescador quiser alguma coisa, conquista.** Nada vem de mão beijada.

O trecho acima constata que mesmo numa condição adversa para determinação do valor do produto do trabalho estes sujeitos mantêm alguma margem de manobra para pressionar os atravessadores e conquistar espaços de intervenções em suas transações. O poder destes compradores se materializava com a elaboração de alianças onde os “frigoríficos pagavam [sempre] o mesmo preço” e os pescadores só teriam noção da quantia a receber no ato do pagamento, ou seja, depois dos produtos entregues. Essa relação é percebida pelo pescador como uma igualação de sua atividade ao do trabalho assalariado. Esta condição gera indignação, e a constatação de que “não podem ser tratados como empregados”.

Esta observação confirma a postura destas coletividades de negação de elementos alienantes e fruição da consciência de sua existência como pescadores artesanais, condição esta que lhes proporcionam a sensação de viverem a liberdade em seu labor. Liberdade de não serem como os trabalhadores assalariados, considerados “escravos”. Assim resistir a estes processos se configura como fruto desta coletividade que se produz e reproduz no confronto pendular entre autonomia e alienação, haja visto estarem inseridos em intensos complexos mercadológicos.

O tempo natural, expresso na mesa artesanal, não está dissolvido no tempo mercantil e industrial capitalista, embora com este se articule ou a ele se subordine. Nesse sentido, o tempo do pescador, no ritmo diário, se apresenta como dissonante da ordem fabril porque contempla uma liberdade aí ausente. Liberdade real e ilusória (CUNHA, 2000, p. 109).

No caso em específico esta reação conseguiu mudar este estado de coisas e atualmente os compradores de peroás são coagidas a apresentarem o valor dos produtos antes da realização da transação o que ampliou os espaços de escolha aos pescadores e, em consequência, maior concorrência entre os compradores. O pescador encerra este comentário com o reconhecimento de que “se o pescador quiser alguma coisa, conquista”. O reconhecimento de que a consciência deve proporcionar a união da categoria, ou seja, o fortalecimento do sentimento de coletividade rumo a manutenção e ampliação de seus espaços de liberdade e autonomia.

Rotinas de trabalhos dos pescadores de peroá.

Dudu: **Antigamente, os barquinhos menores a gente não podia ficar muitos dias no mar. Era um dia e ia embora. Agora, você fica cinco dias, seis dias, até dez.** Embarcação agora estão fazendo preparadas para isso, entendeu? Melhorou muito para o pescador.

Bife: É, o peroá é longe. É sete horas, oito horas pra fora. Três dias, quatro dias. **Tem barco que leva cinco, seis dias.** Tem barco, aqueles **barcos grandes ali.**

As transformações tecnológicas possibilitaram as embarcações “trajetos” mais ampliados que variam entre 30 e 100⁶⁵ milhas mar adentro. Com barcos mais preparados, incluindo as casinhas com espaço para pernoite e fogões para preparação dos alimentos, a estadia, sempre dependente da “força” dos pontos de pesca visitados, pode variar entre três até dez dias. Pelas conversas que estabeleci durante o trabalho de campo o mais comum para este tempo varia de três a cinco dias.

Tempos-espacos tão amplos projeta uma imagem, um quadro, de barcos navegando a ermo na imensidão do oceano, espaço arriscado e imprevisível, em busca de pescados, ancorados apenas na sorte e na habilidade de seus tripulantes. Uma espécie de “Pequod”, o baleeiro que persegue a gigante baleia branca “Moby Dick” no clássico livro de Herman Melville. Sem negligenciar a imprevisibilidade e risco de se trabalhar em alto mar, e da imensa habilidade e conhecimento dos pescadores, já exaltadas em diversos momentos neste estudo, esta imagem não condiz com as narrativas dos sujeitos desta pesquisa.

⁶⁵ 01 milha é equivalente a 1,61 quilômetros.

Fonte: <https://www.ifsc.usp.br/~donoso/ambiental/conversaounidades.pdf> . Consultado no dia 27 de janeiro de 2023

Muito semelhante ao conceito de “pedaço” (MAGNANI, 2014) os espaços onde atuam estes trabalhadores do mar, devido ao generalizado uso do GPS neste modelo de pescaria, encontram-se mapeados e ocupados por um grande número de embarcação que convivem entre si estabelecendo regras de conduta que projetam vínculos de pertencimento. Nestes espaços são todos pescadores e, uma boa parte, de peroás. Esta nova imagem, um lugar intensamente habitado por embarcações, gerou a expressão “barcaria” localmente utilizada. Os “pedaços” da pesca de peroá em alto mar são formados pela “barcaria”.

Bife: Mas é muito barco junto, pô. [...] de 30, 40 barcos juntos, **é igual cidade**. Você olha assim, você vê aquela cidade de barco.

Estreito: se você embarcar, saiu na Barra, foi embora, você vai procurar no meio **onde tem a barcaria**, que antigamente não existia barcaria, do modo que eu falei para você.

Nesta “barcaria” ou cidade de barcos, criam-se regras de condutas coletivas e de pertencimento, “sinais diacríticos” (BARTH, 2000), que os assemelham e diferenciam ao mesmo tempo de “outros”, exteriores ao grupo. Estes “outros” mais citados e que representam riscos para as embarcações e seus “pescadores” são os navios e os rebocadores. Como signos de uma “modernidade” descontextualizada e desinteressada estes “entes” transmutam-se nos grandes malfeitores dos mares, capazes de destroçar as embarcações e ceifar vidas sem nenhum remorso. Como forma de amenizar estes riscos os pescadores buscam mecanismos de vigília, tanto individual quanto coletivos, como forma de preservação de suas vidas e patrimônios.

Estreito: **Eu paro sempre em certo lugar**. Eu falo, até levo na brincadeira: **vou parar aqui no meio**, porque se vir um de lá para cá [navio], eu não vou ser o primeiro. [...] Porque o navio passa assim, é Sul para Norte e Norte para Sul. E vou no meio ali e fico. Se começar, vai começar de lá. Vou ser o décimo, o oitavo, mas não vou ser o primeiro da fila. A gente faz isso

Bife: **Eles passam por cima e vão embora** [navio]. Não quer nem saber. Por isso que não gosto de saber o nome de navio, não gosto de saber nada. Ele não vai parar mesmo que pare na reta. **Se ele tiver que matar milhares, ele mata e vai embora**.

Dudu: O rebocador, que a gente trabalha na área que eles passam também. **A noite é muito perigoso**. Então, tem que vigiar, **fazer vigia** [...] A vigia a gente, se tiver pescando em três, cada um vigia duas horas. Entendeu? Se a gente tiver na área deles. Quem vai vigiar primeiro? Eu. Então, você vai vigiar duas horas. Depois. É quatro horas. Depois, o segundo vigia. Depois, o terceiro. Depois, reveza de novo, começa de novo até amanhecer o dia. Isso é durante a noite, entendeu? De dia é menos perigoso que a gente está vendo, mas de noite é só luz.

A “cidade dos pescadores” ou seus “pedaços” são potencialmente acometidos pelas invasões bruscas e ameaçadoras dos navios que “não querem nem saber, passam por cima e vão embora”. Estas invasões são julgadas como criminosas e desumanas. Como reflexos de uma “modernidade” orientada para o capital e não para a humanidade, a tomada de espaços destes grupos com a cruel destruição de suas embarcações e vidas, se transmuta no desprezo que a maioria exterioriza pelos poderes hegemônicos presentes na sociedade envolvente. “O significado do capitalismo se subordinará as significações pré-capitalistas, e o conflito expresso em tal confronto será o do homem visto como objetivo da produção em vez da produção encarada como objetivo do homem” (TAUSSIG, 2010, p. 34).

Mesmo fugindo, no caso em estudo, de expressões como a de grupo pré-capitalista, pois em nada condiz com as realidades descritas, este excerto expõe o sentimento sobre a forma como os navios adentram os seus espaços. Ainda que os pescadores artesanais de peróá sejam partes de um mercado capitalista de produção de pescado, projetam sua vida como objetivo de sua produção, por isso associam diretamente a atitude destes navios como anti-humanos, por perceberem que estes transportes são partes de uma lógica que projeta a produção como objetivo humano e não o contrário.

Assim no intuito de reduzir riscos e resguardar suas vidas, buscam lugares em seus “pedaços” mais seguros. Procuram “parar no meio” desta cidade de embarcações, pois se acontecer um “ataque” não estarão na linha de frente do front. Contudo esta decisão não é tão simples quanto parece. Se posicionar no centro das embarcações, no “meio da barcaria”, traz desvantagens quanto a saída para a pesca no dia seguinte. As embarcações que margeiam esta “cidade” chegam primeiro aos pesqueiros o que pode proporcionar um bom lugar materializando-se em boas capturas.

Os pesos e contrapesos das decisões a serem tomadas: arriscar a vida/embarcação com seus equipamentos ou arriscar a pescaria? Eis a questão de se conviver num espaço de pertencimento que alia igualação com competição. Se unir, se juntar, não elimina competir. Como refletido anteriormente, uns necessitam da existência e da presença dos “outros” mesmo que envoltos em intensos contextos de competição, no qual a diferenciação pode significar melhor status e recursos. A manutenção do “Uno fragmentado”.

Uma outra estratégia adotada e mais ariscada está em se passar a noite na órbita da barcaria o que pode proporcionar lugares mais vantajosos para a saída do próximo dia. São as vigílias internas nos próprios barcos, entre a tripulação. Neste sentido o sentimento de

igualdade que permeia as relações entre os tripulantes (MALDONADO, 1993), ainda que, neste modelo de pescaria, não conte com a presença marcante e ordenadora do mestre, ocasiona a postura de assumir os riscos enquanto grupo, no intuito de usufruírem as vantagens de alcançar melhores resultados na pesca.

Estreito: **Tem um temporal? Eu não vou.** Tem um temporal, eu venho embora. Agora, eu ficar lá para **desafiar o temporal**, dizer que eu vou ficar lá **porque eu tenho um barco maior**, não tenho medo. Não tenho. Tenho medo do mar, tenho medo de tempo. Tudo tem seu limite. **Não vou desrespeitar nada.**

Dudu: Muita coisa. Muita. **Já passei por muito perigo, entendeu? Já peguei temporal no mar que achei que não ia chegar em terra.** [...] Muito perigo mesmo, mas o mais perigoso que tem é o temporal, quando você pega o temporal. Muito vento e chuva, relâmpago, **é o mais perigoso.**

Além dos riscos gerados pela presença humana (navios) existem aqueles próprios das forças da natureza, as tempestades e “maus tempos”. Se o perigo pela ação humana é encarado com indignação e repugnância pelos interlocutores, “não quero nem saber nome de navio, se tiver que matar milhares, ele mata e vai embora”, os riscos naturais são vistos como próprios aos “mundos” da pesca de mar e a lida do pescador e encarados como parte de um ambiente vivo e complexo promotor de uma intensa interconexão entre seres vivos e fenômenos climáticos e oceanográficos.

Nesta percepção humano-natural pescadores e mar como entes entrelaçados se conhecem e reconhecem em seus vínculos e tensões. “O mar é considerado uma entidade viva por populações marítimas que mantêm com ele um contato estreito e dele retiram sua subsistência. Essas populações humanas têm uma percepção complexa do meio marinho e seus fenômenos naturais” (DIEGUES, 2004, p. 16).

Com isso o pescador sábio, mesmo munido atualmente de maiores embarcações e uma série de equipamentos eletrônicos que o apoiam em suas atividades, “respeita” a natureza. Não a contraria, não esbraveja contra ela, mas a respeita. Como ente vivo e provedor da vida destes sujeitos merece toda reverência. Novamente se apresenta o sentimento e a prática da autonomia pesqueira que o desloca de uma posição meramente contida em relações capitalistas generalistas como trabalhadores alienados. A embarcação e os equipamentos eletrônicos, mesmo que centrais a faina pesqueira, devem ser conduzidos pelos conhecimentos naturalísticos (DIAS NETO, 2015) destes pescadores e por suas experiências individuais e grupais, narradas entre si.

“Medo do mar”, “não desafiar o temporal”. Mescla de “respeito” com “sabedoria”, atributos que nem os melhores instrumentos náuticos podem proporcionar, mas apenas a experiência de quem ouviu e/ou vivenciou a faina pesqueira, de quem “achou que não ia mais retornar a terra”. “Ainda que os praticantes reúnam as melhores condições para a faina – conhecimentos profissionais e equipamentos em bom estado de conservação e uso –, a capacidade de controle sobre o máre⁶⁶ é, ainda assim, muito limitada” (DIAS NETO, 2015, p. 157).

Estreito: Ano vira acontece. Por último agora foi um rebocador que pegou um navio e sumiu todo mundo. Sumiu todo mundo não, minto. Dois sumiram, quatro sobreviveram na lanchinha inflável.

Dudu: Rapaz, teve amigo meu que já bateu aqui em navio, quebrou o barco todo. Na Atafona perdi amigo. Perdi uns três amigos meus em Atafona que quebrou o barco todo e morreu, entendeu? Aqui só que eu me lembro aqui é só bateu e quebrou o barco, mas não morreu ninguém não.

Bife: Ah, perdemos. Mas vai. Mesmo alguns, anos até o rapaz mesmo que pescava no barco de Aladim ali. Aquele colega meu ali, o rapaz tombou, tombou e morreu, um rapaz novinho na época, 16 anos. Ancorou. Já morreu.

As experiências de viver e conviver em ambientes de incerteza e risco são permeadas de histórias trágicas, de acidentes com perdas de embarcações e vidas. Estes perigos se convertem, na percepção destes sujeitos, como parte de sua labuta, inerentes as aventuras e desventuras que vivenciam cotidianamente.

Bife: O cara, dentro do mar, **o cara tem que ter vontade de ir.**

Estreito: **Nossa hora chegou, não tem para onde correr** [...] Não tem esse negócio de eu ter medo, se tiver que morrer dentro da água, vou morrer.

Dudu: **Eu gosto. A gente não pensa no perigo não**, entendeu? Tudo o que você faz tem perigo, não é? Mas a gente já é acostumado desde novo.

As perdas e as tragédias, frutos das desumanidades humanas (navios-rebocadores) e das humanidades da natureza (temporais e maus tempos) compõe o repertório e as performances destes trabalhadores. Forjados nesta liga mar-terra, insegurança-segurança, que sintetiza a produção de homens conhecedores e experientes dos “trajetos” marítimos e acostumados aos descaminhos proporcionados por estes mesmos trajetos. Saber a hora de partir sem saber se voltarão.

⁶⁶ Máre categoria êmica utilizada pelos pescadores e pescadoras da Carrasqueira/Portugal define um lugar e um conjunto de atividades. Como lugar representa o “mar”, o oceano e seu movimento, mesmo que, no caso estudado, se refira mais ao mar próximo da localidade da Carrasqueira definido, por eles/as, como “costa”. Mais detalhes ver DIAS NETO, 2015.

Esta lida, deste modo, mistura desejos (atributos da ação), com resignação (atributo da passividade). Assim para sair para o mar “tem que ter vontade”, não se pode “pensar no perigo”, já que o pescador “é acostumado desde novo”. Donos de suas ações e ensinados desde novos nos saberes fazeres pesqueiros estão prontos, aptos a encarar estes desafios e os fazem por vontade própria, pelo “desejo da vontade ou do poder”, utilizando o termo Nietzscheano (2008) como evocação. Por isso saem para o mar pelo desejo de exercerem uma atividade:

- Na qual se sentem pertencentes, “gostam”;
- Que ambicionam seus resultados, nada melhor do que uma boa pescaria;
- Reconhecida pela coletividade da qual estão integrados;
- Onde podem estar em direta relação com os ecossistemas dos quais se sentem ligados simbioticamente;
- Que os proporciona certa autonomia e liberdade.

Simultaneamente também interpretam sua condição com resignação, “se tiver que morrer dentro da água, vou morrer”, “quando a hora chega nada se pode fazer”. A resignação de conviver num ambiente arriscado, imprevisível e fluido. Todavia ao enxergarmos estes sentimentos em sua complementaridade percebe-se que a resignação se converte em alimento da potência.

Não poder controlar o mar, não significa negar a sua relação com ele, pelo contrário, significa compreendê-la e converter esta compreensão num modo de vida, numa forma de “ser”. Água e ser humano, aspectos que se unem e se separam. Como “entes em relação” se compreendem e se respeitam. Pescador não quer controlar o “mar”, nem ser controlado por ele. “Por mais impalpável e simbólica, a água é matéria, e, por mais material que seja, embala os sonhos, é fonte de inspiração poética, tal como se presencia nas imagens e símbolos humanos, em seus atos, na morte e na vida: a água move e umedece o real” (CUNHA, 2000, p. 16). Assim, Bife nos fala:

Bife: Pouco tempo eu tava pescando perto disso aí, o navio dava, então **ele estava entrando no meio dos barcos, rebocamos um bocado de barco, reboco barco**, os barcos foram rebocando o corote⁶⁷.

Estreito: O cara era muito conhecido da gente, brincalhão, sempre está conversando. Foi embora. [...] o cara caiu. Nisso o cara foi embora. [...] Quando chegou lá perto do pesqueiro, procura o cara, que amanheceu o dia,

⁶⁷ Âncora do barco com a corda. Estavam puxando os barcos pelas cordas da âncora.

cadê o cara? Sumiu o cara. [...] O cara procurou, não achou. O cara sumiu. **Foi para o rádio: “fulano, meu camarada sumiu, caiu dentro da água”. Todo mundo ali foi ajudar. Todo mundo.** Arrancou o ferro⁶⁸. Voltou. Na reta que o cara estava indo para fora, **o GPS hoje dá tudo o ponto, e voltou todo mundo.** Duas horas, duas horas e pouco depois que o cara tinha caído, **acharam o cara.**

Dudu: É mais isso. O rádio de navegação para você conversar, você falar com alguém. **E tem o VHF. Isso aí ajudou muito o pescador. Quando está em perigo também um ajuda o outro,** um chama pelo outro pelo rádio.

Estes trechos confirmam as interpretações anteriores. Expostos as intempéries do mar e as crueldades dos navios, unindo desejo e resignação, como partes de um todo fragmentado, estas unidades se unem quando acometidos por um mal maior e que os identifica como grupo. Nestes momentos a competitividade abre caminho para solidariedade e cooperação. Simone Maldonado (1993) identifica em seu estudo a cooperação como elemento singular das relações entre a tripulação no interior do barco em contraste com a competição entre barcos.

Como visto, também no caso em estudo, a tripulação coopera internamente, e os barcos competem entre si, todavia a adoção destas novas tecnologias criou novas formas de competir e de cooperar. Os instrumentos de comunicação abrem espaço para trocas de informação entre as embarcações que em caso de deriva ou sumiço de algum tripulante são mobilizadas.

Com o apoio do GPS são repassadas as coordenadas dos sinistros e todos se envolvem cooperativamente no socorro aos que se encontram em risco. Esta nova realidade, ainda que não inviabilize a competição entre barcos, como descrito pela autora, inaugura novas formas de cooperação que, dependendo das circunstâncias, operam inter-embarcações.

Nestes “pedaços” de pesca com longos “trajetos” percorridos por grande número de barcos, perfazendo “cidades de embarcações” devido a “barcaria”, orientados por seus GPS’s e Sondas estes pescadores vivem o entroncamento entre competir e/ou cooperar, desejar e resignar coletivamente. Sob os riscos desumanos dos navios e humanos das tempestades conhecer e respeitar torna-se o lema. Como um todo fragmentado, nos momentos em que os riscos são considerados maiores que a necessidade de produzir, abandonam as pescarias com suas capturas “boas” ou “ruins” para socorrer seus companheiros, suas vidas e propriedades. Sempre competir, nunca eliminar.

⁶⁸ A âncora.

Partícipes da lógica do “ser humano visto como objetivo da produção” e não vice-versa, utilizam de seus equipamentos eletrônicos tanto para produzir, com suas capturas, como para salvar, no socorro a seus companheiros. Entretanto, pelo exposto, dentro de sua lógica, a segunda opção encontra primazia sobre a primeira, demonstrando que as tecnologias e suas inovações não devem ser vistas por um prisma único, mas sim pelas lógicas que engendram e, que muitos casos, não são únicas.

3.3 Os pêndulos da memória: o “ser” do pescador artesanal de mar na localidade de Gargaú

Como descrito neste subcapítulo as narrativas dos interlocutores caminham por entre “trajetos” de suas lembranças que funcionam como pêndulos, ora tendendo para a sincronia ora para diacronia. Estes pêndulos entre memórias que se sucedem, se rompem, se separam e, paradoxalmente, estão articuladas entre si numa complexa teia possibilitam, por sua natureza e como gênero específico do discurso, integrar diversos elementos culturais numa colcha de retalhos. Estes elementos se apresentam como “peculiares, incorporam dimensões, matérias sociais, simbólicas e imaginárias. Plenas de dimensão temporal tem na experiência sua principal fonte” (DELGADO, 2003, p. 22).

Esta faculdade da memória permite que se compreenda o cambiante quadro em que estes aspectos ocorrem. O complexo pesqueiro que se instaura nesta localidade historicamente, iniciando com o “tempo das pranchas em consórcio com o do Barracão” e em interconexão com esta grande região composta de múltiplas áreas alagadas e com abundância de pescados semeou as possibilidades de se desenvolver um intenso comércio de peixes frescos, mas em especial, conservados e beneficiados.

As bases das pescarias de mar se erigiram sobre o Bagre salgado, em seguida o camarão (também abundante devido as condições geológicas e climáticas da região), na sequência e de forma paralela a pescaria de peroá. Operando como uma genealogia, o sujeito do discurso conta a sua história de forma individual, porém cambiante, expondo fios, nós que juntam estas narrativas e compõe uma rede ao mesmo histórica e atual.

Neste sentido estes percursos, mesmo que por vezes narrados assim, não devem ser interpretados como fases, ou linearidades evolutivas. As pescarias atualmente em execução são fruto do êxito econômico alcançado. Foram potencializadas e, igualmente,

potencializaram os “refrigeradores” existentes gerando expectativas comerciais que se materializaram na demanda gerada pelos produtos destas pescas. Para se suprir estas demandas cada vez mais se fez premente novos/elevados investimentos em tecnologias. Estes investimentos encarecem o custo da pesca que, como uma cobra se alimentando de si própria, precisou aumentar sua produtividade e, por isso, elevar os investimentos.

As inovações técnicas/tecnológicas circulam nestes percursos não lineares da história e da memória, ora aderente a modelos moderno-coloniais ora a modelos modernos-tradicionais. Neste interim tanto o mercado com seus tentáculos quanto os pescadores com sua re-existência baseadas em seus códigos consuetudinários e seus saberes fazeres promovem “mundos” com diversos matizes. Estas contrapartidas podem ser desveladas nas re-novadas formas de controle por parte dos pescadores: maior aquisição de embarcações; o aumento do número de barcos; estabelecimento de alianças com uso de celulares e rádios comunicadores; socorro aos parceiros e embarcações via sistemas de comunicação e GPS,s, et al.

O “Ser” do pescador artesanal de mar na localidade de Gargaú não pode ser compreendido em sua complexidade se não se levar em conta estes movimentos pendulares, não lineares, que oscilam entre a diacronia e a sincronia, de maneira complementar e contraditória, compondo redes de relações socioculturais e ecossistêmicas nas quais estes sujeitos enredam e se encontram enredados.

Capítulo 4

O sub-circuito dos rios/mangues

Nesta seção serão apresentados os sub-circuitos da Pesca de Rio, tendo o Rio Paraíba do Sul como centro, e da Pesca nos mangues, expondo o heterogêneo manguezal existente na localidade de Gargaú. Estes sub-circuitos serão apresentados a partir das convenções estabelecidas: Artes e Estruturas das Pescarias; Comercialização dos Pescados e Rotinas de trabalho dos Pescadores. As descrições e interpretações destes circuitos servirão de base para uma visão comparativa com o sub-circuito dos mares na expectativa de se compor aproximações e distanciamentos, empreendendo um esforço cognitivo na tentativa de evitar o delineamento de juízos de valores.

O circuito da pescaria de rio na localidade, apesar de ocorrer praticamente sob o império do Rio Paraíba do Sul, ou diretamente em seu leito ou indiretamente nas lagoas, estuário e canais, permanentes ou temporários criados por suas águas, deve ser encarado como plural, circuitos da pescaria de rio. Plural não em função do meio que incide, o Rio Paraíba, mas dos múltiplos tipos de pescaria, com diferentes petrechos e pescados, com suas temporalidades e sazonalidades. Os manguezais compõem um intrincado complexo com diferentes “pedaços” identificados por seus nomes e principais tipos de crustáceos ali encontrados.

Neste estudo serão descritas algumas destas pescarias que foram desveladas a partir tanto das entrevistas realizadas e dos diálogos durante os trabalhos de campo junto aos sujeitos da pesca, quanto por alguns itinerários etnográficos que foram feitos em conjunto com pescadores e pescadoras que gentilmente acompanharam e ensinaram um micro fragmento de seus multifacetados circuitos.

4.1 A tradição como cordas: os fios da memória que enredam o passado e preservam o presente.

Os sub-circuitos dos mares⁶⁹, na visão comum da localidade, retratam pescarias mais rendosas e esboçam uma imagem mais vigorosa destas atividades, compostas por embarcações imponentes e realizadas em alto mar, permeadas por noções de riscos e de aventuras que impregnam seus realizadores. Todavia as pescarias de rio praticadas possuem uma imagem mais ligada ao “tradicional” pelos moradores, relacionadas diretamente as heranças repassadas entre gerações. O re-ligare que torna viva a percepção de um passado inserido no presente.

Neste sentido o rio Paraíba do Sul com suas pescarias alude ao universo do tradicional. Este aprendizado tradicional se estabelece como fios de ligação que tecem os conhecimentos naturalísticos dos pecadores/as. O “professor” aqui se assemelha mais ao “intelectual da tradição”, “artistas do pensamento que, distantes dos bancos escolares e universidades, desenvolvem a arte de ouvir e ler a natureza à sua volta” (ALMEIDA, 2010, p. 72).

As “aprendizagens” tradicionais ocorrem no plural, não apenas por serem múltiplos saberes, mas, principalmente, por serem saberes interconectados e relacionados com os ecossistemas locais e as redes socioculturais presentes, que requerem pensamentos complexos, “cabeças bem-feitas e não cabeças cheias” (MORIN, 2003). Esta lógica estabelece diálogos de conhecimentos que exigem destes sujeitos a tessitura de teias de saberes fazeres como “conhecimentos” contextualizadas, ou seja, sabedorias, e não de ensinamentos descontextualizados. Com isso se estabelecem os fios que os ligam numa teia ecossocial de saberes.

A sabedoria é como o lodo que mantém viva uma lagoa; é o que sobrevive em meio à superpopulação das ideias, dos conceitos, das informações. Quando dizemos que ‘somos um dos fios da teia da vida’, quando assumimos para nós próprios a ideia de que a vida é uma teia, estamos anunciando e vivendo uma sabedoria, porque as teorias podem mudar, informações novas podem aparecer, mas apesar dessas mudanças podemos continuar dizendo ‘a vida é uma teia de muitos fios e nós somos um desses fios’. O conhecimento se transforma, porém a sabedoria fica porque fala do essencial e permanente que se desdobra nos fenômenos, no particular, no fugaz, no instantâneo (ALMEIDA, 2010, p. 73).

⁶⁹ Mesmo que este sub-circuito, como visto, esteja enredadas num complexo mercadológico que explora a produtividade destas pescarias de modo a buscar maximizar os lucros sobre o valor-trabalho.

Neste sentido os conhecimentos são dialogados em comunhão com o “cuidado” e com o devir. Assim expressões como “investir no aprendizado” não se encaixam, não são ouvidas localmente, pois não se trata de pensar o conhecimento como “investimento”, como depósitos bancários (FREIRE, 1979) de conteúdos inculcados em nossos cérebros para que, quiçá no futuro, se convertam em valores monetários e/ou de status. Mas sim perceber o conhecimento como sabedoria, como vida, com seus valores, regras, relações humano-natureza, entre outros, indissociáveis, que permitam, enquanto coletivos, transitar, comungar com as forças socioculturais e ambientais que os enredam, relações mútuas de cuidado.

Sendo assim a sabedoria se instala como relações entre entes naturais e humanos que propicia uma vida que conecte passado-presente no intuito de projetar o futuro. A imagem que melhor retrata estas relações podem ser conferidas nos excertos abaixo:

Esposa de Parceirinho: Papai botava a rede no riacho e tinha que mirar de noite porque o peixe ficava de um dia para o outro amanhecia estragado, [...] Aí minha mãe botava eu e a minha irmã para ir com o papai, **nós que pescava com papai**, porque os dois eram muito pequenos. **E quando o papai ia amarrava a corda na cintura deles** [dois irmãos pequenos] com medo de eles caírem dentro da água. Meu irmão mais velho — ele até morreu — **começou a pescar com dez anos** com o papai [...] **ajudou papai a criar os dez filhos todinhos** naquele sobradinho que tem ali.

Paraíba: **comecei a pescar com dez anos** com um primo meu. **Ele amarrava uma corda na minha cintura pra mim não cair dentro d'água**. Nós íamos passar um sono, ele me botava em cima do barranco. Ele ficava por baixo, porque seu eu caísse, eu caía em cima dele.

Parceirinho: papai jogava tarrafa na época, aí o meu pai não tinha companheiro para ir, aí ele ia sozinho. **Aí eu tinha oito anos** e ele disse: "filho, vamos puxa uma linha com papai agora"; "mas como pai eu não sei segurar a canoa?"; "não, a gente segura nos galhos e joga a tarrafa segurando nos galhos porque dá uma puxada rápida", **é muito vento**, tinha um riacho que tem até hoje lá para frente, aí nós íamos com a canoa só até na beiradinha do mangue [...] **Aí comecei a remar**, mas papai tinha medo que eu caísse na água. Aí papai fez o seguinte, **amarrrou uma corda na minha cintura** porque eu era bem leve e amarrrou no banco do meio da cadeira: "aí meu filho, não vai cair não. Se você der um escorregão, você cai na água e você não vai morrer porque eu puxo a corda e você embarca". Então assim começamos, fui **a dez, foi a 11, foi a 12, foi a 13 pescando**.

Pastor: **Oito anos de idade**. Eu trabalhava com meu pai com oito anos de idade **amarrado com uma cordinha na cintura**. Era eu mais outro irmão, usava uns remozinho pequeno que fazia de caule de mangue, não era esses remos de hoje, que hoje a gente faz esses remos de pau de garapa, mas era um pauzinho de mangue. [...] Era uma **cordinha amarrada**, rio muito fundo, e leva dois na canoa, porque o papai era de dez filhos. **A gente ia pra ajudar a criar os menores** na época, [...] ia amarradinho numa corda aqui e o outro amarradinho na cintura pra se cair, tá amarrado. Aconteceu, **caí dentro d'água**, mas puxava **porque, balança**, então a gente não tinha aquela firmeza. E acabava da pescaria, muitas vezes nós *ia* pro mangue,

chamava o Mangue da Moça Bonita, onde você vê aqueles caranguejo grande que você vê aqui, você vai ter o prazer de eu te levar lá.

A corda/fio ata a memória no barco, nas águas, na família e nas pescarias. Começaram a pescar na tenra idade (oito dez anos) e foram, “onze, doze, treze, pescando”, fazendo-se “pescadores e pescadoras”, mas também integrantes de uma família, uma parentela, da qual carregam a imagem do cuidado que lhes resguardavam seus parentes mais velhos, “intelectuais da tradição”. Em sintonia, se inseriam neste “Mundo”, não apenas profissional, mas também do “cuidado”, pois “iam para ajudar a criarem/cuidarem dos irmãos e irmãs menores”. Esse aprendizado, ainda na tenra idade, era garantido pela corda que prendia o aprendiz ao barco, a pesca e aos ensinamentos dos mais antigos

As cordas se convertem nos “fios da teia da vida” que guardam em seu passado as riquezas e proezas do presente. Neste sentido sabedoria, porque “fala do essencial e permanente que se desdobra nos fenômenos”, no particular e no coletivo, naquilo que conecta, possibilita a percepção de que “a vida é uma teia de muitos fios e nós somos um desses fios ou cordas”.

4.2 A presença das mulheres nas pescarias de rio: uma democracia restrita.

As pescarias realizadas nos rios contam com a presença habitual de mulheres⁷⁰, o que pode ser constatado a partir de interlocutores e das observações de campo. Neste sentido se contrapõe as pescarias de mar, onde a presença feminina é praticamente interdita. Ainda assim, baseado na experiência de campo e nas entrevistas, esta presença ocorre, majoritariamente, em companhia masculina. Presenciei várias vezes mulheres participando de pescarias, contudo sempre na presença de homens. Nos contatos que tive com algumas pescadoras pude constatar que pescavam junto a parentes, esposos e irmãos (COLE, 1994; DIAS NETO, 2015).

Alguns circuitos femininos da pesca na localidade⁷¹.

⁷⁰ Devido a este fator nesta seção será utilizada a expressão pescador e pescadora no genérico quando não estiver se referindo a algum/a pescador/a em específico, visto que a presença feminina não é um interdito nestas pescarias, mesmo que mantenha certas discriminações.

⁷¹ A discussão sobre os “circuitos” femininos será restrita aos vivenciados no campo e os narrados pelas interlocutoras, existem outros que, devido aos limites deste trabalho não serão descritos. As atividades de

Alguns circuitos de pesca admitem de maneira usual a presença desacompanhada de mulheres, tais como: as pescarias de caranguejo executadas nos manguezais e as de unha de velho.

A Unha de Velho é um molusco da família *Solecurtidae*, que ocorre em alagados próximos a Barra do Rio Paraíba do Sul (ROCHA, 2015; ROCHA; et al, 2019). Se encontram na lama das margens do estuário no encontro entre o rio e o mar. Sua captura sofre influência direta dos movimentos da maré, pois só é possível a sua execução na maré baixa, quando a lama da margem fica exposta, fora d'água.

o espaço do manguezal, de lama, onde se desenvolve a mariscagem, é atribuído às atividades da mulher, enquanto o lugar das águas correntes (limpas) é atribuído ao homem e é chamado de pesca. O trabalho na captura de mariscos não tem valor social agregado, apesar de ser de fundamental importância para o sustento da família. Um dos possíveis motivos seria o beneficiamento do que é capturado acontecer dentro de casa e se misturar às atividades que as mulheres já desenvolvem no lar, como o trabalho não remunerado e desconhecido enquanto tal. Para a autora, mesmo o trabalho da mariscagem sendo um trabalho voltado para a comercialização, não é visto como trabalho produtivo, o que acaba por ocultar seu trabalho no manguê. (RIBEIRO, 2020, p. 58)

A seguir será descrita uma pescaria realizada na companhia de cinco pescadoras da localidade e da pesquisadora Luciana Ramos Marcelino. Este relato foi transcrito no diário de campo e compõe um dos itinerários etnográficos realizados durante a pesquisa.

Itinerário Etnográfico Pesca de Unha de Velho

Participantes: Eduardo, Luciana, pescadoras da localidade

Data: 13/10/2022

Nos encontramos na casa de uma das pescadoras 10:10h, que fica na Barra Velha. Nos deslocamos apertados em seis pessoas mais os instrumentos de trabalho dentro de um carro modelo gol da Volkswagen até a igreja de São Pedro, aproximadamente 1,5 Km onde Luciana nos esperava. A partir da igreja nos dividimos entre o gol e o veículo de Luciana e fomos em direção ao local da pescaria. O local fica a uns 4 km da casa na Barra Velha atrás dos cata-ventos do Parque Eólico de Gargaú. Como visto na seção.3.1, o acesso ao local se tornou bem maior, necessitando que se efetue uma grande volta contornando as cercas postas em torno dos aerogeradores da empresa. A pescaria ocorreu nas margens do Rio Paraíba do Sul, no final de um dos canais paralelos ao mar que se formaram

beneficiamento, tanto do camarão quanto do peroá, que ocorrem dentro das “manchas” dos frigoríficos serão descritas de forma sintética, não contemplando a riqueza sociocultural que representam. Para maiores detalhes sobre os trabalhos de beneficiamentos de pescadoras e da relação entre pesca e gênero ver as excelentes pesquisas realizadas por Natália Soares Ribeiro (2020); Luceni Medeiros Hellebrandt (2017); Fernanda Pacheco Huguenin e Silvia Alicia Martinez (2021).

devido ao barramento das areias da restinga sobre a potência energética das ondas, constituindo algo similar a uma lagoa, entretanto com contato direto com o mar.

O horário de 10 h foi escolhido para início da pescaria por causa da maré estar na vazante, nas expressões locais, maré baixando, tornando possível a pescaria. Este fato demonstra como os saberes naturalísticos representam elementos constitutivos destas fainas.

Os petrechos para a pescaria se constituem de ferramentas e utensílios de casa: 01 pá, 01 enxada, 02 colheres de pedreiro, algumas luvas de material grosso, panelas, baldes, sacos para carregar os pescados. Além dos petrechos são levados, também, alimentos para serem consumidos no local. Neste dia foram levados: pães de forma, queijo laminado, refrigerante, banana prata e da terra para cozinhar, laranjas, além de talheres, pratos e garrafas d'água.

A atividade foi iniciada por volta das 10:30 h. cada pescadora escolheu seu instrumento de trabalho, uma com a enxada, outra com a colher de pedreiro e assim sucessivamente. Me foi entregue uma colher de pedreiro. A pescaria da unha de velho consiste num misto de agilidade, precisão e coragem. A sua execução requer grande esforço e concentração. A técnica se ordena nas seguintes etapas:

- 1º. Se procura os “olhinhos”, que ficam na lama na margem do canal possíveis de serem vistos na maré baixa. São pequenas aberturas por onde os mariscos respiram;
- 2º. Enterra-se a ferramenta (a colher de pedreiro em meu caso) numa distância de aproximadamente quatro dedos no raio do “olhinho”, ao mesmo tempo enfiando a mão por baixo, na lama no espaço aberto pela ferramenta;
- 3º. Precisa ser veloz. Se esta operação não for realizada com velocidade o marisco foge e adentra mais ainda na lama, na direção do mar. Este movimento o marisco executa com uma rapidez que impressiona, por isso a necessidade de muita habilidade (agilidade e precisão) para sua “pesca”.
- 4º. Recolhe-se o marisco e repete-se o mesmo processo.

Imagem 53: pesquisador realizando a pescaria de Unha de Velho.



Fonte: arquivo pessoal do autor.

As pescadoras mais experientes por vezes não utilizam petrecho algum “catando⁷²” os mariscos ao inserir diretamente as mãos na lama. Outra técnica também usada consiste em abrir um buraco maior num lugar central, onde se verifique a presença de “olhinhos”, e ir tateando pela lama, ampliando o raio deste buraco e apanhando os mariscos que estiverem no entorno.

As pescadoras me iniciaram no processo e depois foram realizar suas atividades. No começo eu me encontrava bem desajeitado, não conseguindo apanhar nenhum marisco. Aos poucos fui melhorando minha técnica, mesmo que ainda insipiente. Machuquei minhas mãos em vários lugares, demonstrando como esta pescaria apresenta riscos e desconfortos. Ao perceberem minhas feridas as companheiras de trabalho insistiram para que eu utilizasse luvas. Coloquei a luva em apenas uma das mãos, porque havia poucas e não queria desfalcar as outras trabalhadoras. O uso deste utensílio contribuiu sobremaneira em minha atuação pela proteção gerada, visto que quando enfiamos as mãos na lama por vezes nos deparamos com cascas de conchas, pedras e raízes cortantes. Contudo a maioria das pescadoras não as utilizaram, dizendo que o mesmo atrapalha a performance, preferindo pescar sem o uso das luvas.

Quando passei a utilizar a técnica de abrir um buraco maior e ir cavando em sua lateral ampliando seu raio para recolher as unhas de velho que por ali orbitassem obtive desempenho melhor, conseguindo “catar” maior número, mesmo que muito abaixo das companheiras de pescaria. Neste momento uma das pescadoras utilizou a seguinte frase se referindo a minha atuação: “É, temos que entrar no buraco se quisermos pescar alguma coisa”.

⁷² Localmente identificam esta atividade como pescaria de unha de velho, todavia não usam a expressão “pescado” unha de velho, mas catando unha de velho o que a aproxima mais da cata de caranguejo, atividade também muito frequente para mulheres.

Imagem 54: Resultado de minha pescaria



Fonte: arquivo pessoal do autor.

Nossa pescaria de encerrou por volta das 14:00 h, aproximadamente 03 horas e meia de trabalho extremamente exaustivo, ocorrendo sob o sol, numa posição muito desconfortável que requer bastante esforço físico devido a exigência de se retirar muita lama do solo, cavando, às vezes, bem fundo para conseguir pegar os mariscos.

Encerrada a pescaria as mulheres improvisaram uma fogueira com alguns tijolos e madeiras que encontraram por perto para cozinhar a banana da terra e fizeram uma oração ao lado da lagoa/canal onde foram exaltadas as nossas relações com a natureza e suas dádivas, agradecendo as bênçãos recebidas e como naquele momento muitas pessoas não podiam estar ali, por passarem por certas dificuldades, sejam financeiras ou de saúde. Depois da oração e da retirada das bananas, já cozidas, foram postos na panela os mariscos “catados” na água fervendo da própria “lagoa”. Com o cozimento suas conchas vão abrindo deixando os animais expostos. Enquanto estas operações eram realizadas nós nos alimentávamos e conversávamos sobre a pescaria e outros assuntos de interesse do grupo.

Neste momento uma pescadora tentou “jogar uma tarrafa” para ver se conseguia pescar algum peixe que estivesse por ali, após duas tentativas desistiu, dizendo que a água estava muito “mexida” e escura em razão da maré que estava subindo e pela ação do vento, bem forte neste dia, dificultando a captura

e deixando a tarrafa muito “suja”. Disse que o petrecho não era dela, mas emprestada de um amigo/parente (não me recordo bem se um irmão ou primo) e que a devolver toda “suja” e com risco de rasga-la iria dificultar novos empréstimos futuros. A questioneei sobre o petrecho não lhe pertencer: disse que as redes, na maioria, são dos homens e que gostaria de adquirir uma tarrafa própria, para usar a hora que quisesse, mas devido ao custo (segundo a pescadora uma tarrafa pequena, do jeito que ela queria, custa entre R\$ 300,00 a 500,00) tinha dificuldades em obter.

Imagem 55: Fogueira improvisada onde formam cozidas as bananas e os mariscos para abrir suas conchas.



Fonte: arquivo pessoal do autor.

Na medida em que as conchas da unha de velho vão se abrindo as pescadoras vão retirando o marisco do seu interior e os colocando nos baldes e sacos que foram trazidos e descartando suas conchas nas

vegetações e manguezais próximos. Segundo elas não devem ser jogadas no próprio rio para não afundar na lama e acabar cortando suas mãos em pescarias futuras.

As mulheres retiram rapidamente os mariscos ainda quentes das conchas, em pouco mais de 30 minutos tínhamos encerrado a “limpeza”. Uma pescadora me relatou que realiza o beneficiamento ali mesmo na beira da “lagoa”, assim evita a sujeira e bagunça em sua residência (onde realizam esta limpeza quando não o fazem ali mesmo), além de estabelecer maior contato com a natureza, segundo ela, “que nos traz bênçãos”. Enquanto retiram os mariscos das conchas, “limpam”, conversam descontraidamente, falando sobre os efeitos afrodisíacos que as unhas de velho possuem associando a estes efeitos com seus companheiros. A vida familiar e grupal se expõe em diálogos alegres e jocosos: fala-se de traições, paixões, como não largam os pescadores, mesmo os infiéis, e enaltecem suas performances sexuais, associando-as a alimentação com unha de velho. Sempre em tons alegres e animados.

Nesta hora se divertiram com minha presença (único homem neste meio) dizendo que a partir daquele momento, em que eu iniciaria a minha alimentação com o marisco, minha companheira não teria mais o que reclamar, que iria trazer muita satisfação para nossa relação. No que entrei no jogo dizendo que ela iria querer que eu fosse pescar o marisco sempre, no que todas concordaram entre risos e galhofas. Outro assunto que envolveu as relações familiares se referia a divisão dos recursos para manutenção da casa. Uma das pescadoras que se encontrava solteira e com um namorado relatou que os filhos dele não queriam que o pai se envolve com outra mulher para preservar os bens na “família”. Neste momento é questionada pelas outras se ele “ajudava” ela com algum recurso. Assim ela responde: “pouco, é um peixinho, uma carne de porco do barato”. As outras retrucam: “aí não, homem tem que ajudar em casa, senão não serve”.

Imagem 56: Mulheres “limpando” o marisco e conversando descontraidamente.



A unha de velho é um marisco comprido vendido no local a 30,00 R\$/Kg pelas próprias mulheres que, depois de limpo, o acondicionam dentro de casa guardados em suas geladeiras. Fui ensinado a cozinhá-lo junto com legumes, possui sabor peculiar e agradável, com gosto e odor fortes. Neste dia nossa pescaria variou entre 04 e 05 Kg de mariscos limpos. O resultado é dividido igualmente entre todas as participantes, sem discriminações. No caso cada qual ficaria com, aproximadamente, 01 Kg

do marisco. Sua pescaria possui, segundo o grupo, uma intenção similar entre a venda e o consumo familiar. A venda, neste caso, não possui centralidade.

Imagem 57: A Unha de Velho



Imagem 58: Unha de velha “limpa”.



Fonte: arquivo pessoal do autor.

Após o término retornamos à localidade, onde as pescadoras ficaram. Todas/os se encontravam muito alegres e dispostas, celebrando aquele dia e a pescaria. Antes das despedidas combinamos novos “itinerários”, saídas para fazermos outras pescarias e/ou atividades. Assim fui convidado para participar de um piquenique numa das ilhas presentes no estuário. Me disseram que só mulheres é que vão, porém antes de acordar nossa ida precisavam combinar com algum pescador local, que fosse amigo/parente, porque dependiam que algum deles nos levasse e depois buscasse, haja vista serem as embarcações de propriedade masculina. Fui chamado também a comparecer no descasque de camarão no frigorífico. Ficaram de me avisar assim que aparece a demanda pelo beneficiamento. Por fim, assim

que a cata do caranguejo estivesse liberada, naquele momento se encontrava proibida, iriam me levar para que eu presenciasse este trabalho, feito por algumas delas.

Neste momento pude perceber as fronteiras que se estabelecem entre elas ligadas aos ofícios que praticam. Assim se posicionaram: “porque eu sou caranguejeira, elas [aponta outras duas presentes] descascadeiras de camarão e também pescadoras. Ao final nos despedimos e cada qual se deslocou para sua residência.

Estas pescarias revelam uma certa face dos “circuitos” das mulheres pescadoras na localidade e como se encontram posicionadas nos seguintes espaços de liminaridade: a) biológico – são mães e esposas-amantes, possuem ciclos menstruais que as fazem pender entre o puro e o impuro e b) sociocultural – tem responsabilidades com a “casa”, criação dos filhos, maridos, et al e com a “rua” trabalho nas pescarias e nos beneficiamentos. Por este motivo circulam, simultaneamente, por “trajetos” distintos, que lhes conferem papéis sociais que se “encaixam” e “desencaixam” (DA MATA, 1976), ora as identificam de uma maneira, ora de outra.

Os atributos de liminaridade, ou de *personae* (pessoas) liminares são necessariamente ambíguos, uma vez que esta condição e estas pessoas furtam-se ou escapam a rede de classificações que normalmente determinam a localização de estados e posições num espaço cultural. As entidades liminares não se situam aqui nem lá; estão no meio e entre as posições atribuídas e ordenadas pela lei, pelos costumes, convenções e cerimonial (TURNER, 1974, p. 117).

Como “*personae* (pessoas) liminares” frequentam espaços liminares. Os manguezais e as margens do canal/lagoa, espaços que estão “entre”. Entre o mar, com suas águas salgadas e o rio com suas águas doces; entre as águas e a terra; estes “entres” as inserem nos movimentos das marés e das cheias do rio. Assim como seus ciclos menstruais estes “espaços liminares” transitam pelos movimentos menstruais das águas. “A água contém o símbolo do sangue, cujo sentido é também duplo: há o sangue celeste, que se associa ao Sol e ao fogo; e, associado à Terra e à Lua, o sangue menstrual. Dessas oposições deriva a dualidade — luz e trevas” (CUNHA, 2000, p.24).

Pescar em espaços entre terra-água requer estratégias que busquem remediar as formas de fugas e escapes que estes moluscos realizam. É preciso conhecer, se tornar parte deles para poder capturá-los. “O englobamento da laguna no mundo do seco envolve a ambiguidade de esta a ele pertencer e dele se diferenciar num contraste que compreende um gradiente” (SILVA, 2000, p. 35).

A atividade precisa ser executada na maré baixa, pois além de se visualizar com mais facilidade os “olhinhos”, o marisco não consegue escapar com tanta facilidade, devido a areia se encontra mais seca e, em consequência dura, dificultando a sua fuga por entre a lama. Quando os “olhinhos” se encontram dentro d’água eles correm com mais celeridade, aumentando a exigência da habilidade. Por causa disso, no final da pescaria, com a maré alta, somente as pescadoras conseguiam apanhar algumas unhas de velho, devido a suas técnicas e ciências.

Tanto o ciclo da laguna quanto o feminino, que compreende menstruação e gravidez, exibem duplicidade quando a água doce se investe de características marinhas e a mulher acumula os predicados de ser social e de manifestar em seu organismo significativas expressões naturais. Ambos os ciclos estão ligados à reprodução da vida e possuem aspectos relativos à morte e à impureza (SILVA, 2000, p.34-35).

Com suas pescarias inseridas na ambiguidade dos ciclos da terra-água e nos movimentos das marés e rio, se ligam a sua própria liminaridade sociocultural e biológica conformando elos entre o humano e o natural, forjados de vida e morte, nascimento e desenlace. Por isso estabelecem vínculos de mútuo reconhecimento entre sua atividade e o meio em que a executam. Como dito pela pescadora, presente na transcrição acima “Temos que entrar no buraco se quisermos pescar alguma coisa”. Ao mesmo tempo em que retiram o marisco da lama penetram nela.

A lama, neste caso, funciona como a metáfora do útero. Útero que abriga e, ao mesmo tempo, expela. Guarda e libera. Os próprios mariscos, seres liminares, nem animais aquáticos nem terrestres, nem peixes nem bichos (SILVA, 1989), são retirados da lama pelas pescadoras, tirados do útero da água-terra. Neste momento revela-se “à morte e à impureza”. Os seres recolhidos vêm “sujos”, assim como quem os recolhe. Sujos da lama com suas impurezas, como recém-nascidos junto a suas parteiras, sujos do sangue uterino.

Como mães sentem esta retirada e adentram neste próprio útero. “Entram no buraco” útero da terra/água, se quiserem pescar algo. Convertem-se na própria mãe terra-água. Entranham uma “sobrenatureza” nem humana, nem natural, porém liminar. Mãe com o sangue e a lama menstrual que conecta vida e morte.

É possível admitir-se uma dupla metáfora: o mar imita a terra e ambos imitam uma outra natureza, a sobrenatureza, cuja lógica oculta o poder criador que fundamentam os dois mundos, mas não sem deixar de escolher um, para que ele seja celebrado como expressão mais legítima dessa realidade invisível. O final dessa dupla metáfora, que cria a distância justa

para que irmãos possam se enfrentar em duelo, é o retorno a uma metonímia, ou seja, ou o pescador mal afortunado se incorpora ao mar ou, como é desejável que aconteça, os cardumes vêm participar do mundo seco, contíguo aos homens, servindo-lhes de alimento e de objeto de observação, admiração e reflexão sobre a natureza e si mesmos (SILVA, 1989, p. 76)

Esta troca uterina, as convertem na condição de irmãs. Pescadoras, mariscos, caranguejos, irmãs/os de uma condição liminar que os vincula numa luta, num conflito entre vida-morte. Troca humano-marisco onde uns saem e “outros” entram. Contudo torna-se preciso se escolher um dos mundos, como “pessoas liminares” não se pode ficar eternamente na mesma condição. Este “mundo”, o mundo da pesca é então escolhido para que seja celebrado como a expressão legítima desta realidade invisível.

Assim desfecha-se a liminaridade neste processo de captura. Tornada parte da natureza, mães-irmãs, agora a natureza virá participar do “mundo” das pescadoras. Neste movimento, pescados tornam-se parte destes sujeitos. A pesca de unha de velho transmuta natureza em cultura, gerando uma sobrenatureza, para que os mariscos possam ser retirados da lama e convertidos em alimentos, metamorfoseando-se em parte dos sujeitos integrantes destes coletivos.

Outro elemento desta liminaridade se expressa nos rituais de agradecimento e descontração. Ao final da pescaria se realiza uma “oração” ritual. Ao lado da lagoa se forma uma roda onde as mulheres exibem a sua oratória: agradecem a pescaria realizada, os alimentos ali presentes e o dom da vida, da família e da saúde em contraste com “outras/os” pessoas que se encontram enfermas, solitárias ou em situações de vulnerabilidade social. Celebram a natureza, sua beleza e dádivas e projetam novos encontros e fainas destacando a relevância da união e da amizade do grupo. Todo este ritual é filmado e, na sequência, postado numa página virtual pertencente a uma das integrantes do grupo.

Após este ritual e durante a refeição coletiva e o beneficiamento do pescado, conversam descontraidamente e expõe suas percepções sobre sexualidade e família com seus papéis socioeconômicos. O marisco agora, como fator metafórico, depois de sua morte por sua captura na lama e cozimento na própria água da “lagoa”, renasce, revive. Seu papel ambíguo permanece, irmão-filho, morte-vida, agora como alimento opera como estimulante sexual. Como afrodisíaco que potencializa seus companheiros na geração de novas vidas. De sua morte brota a potência da vida. Conjuntamente as mulheres de mães-irmãs agora passam a amantes.

As orações realizadas ratificam sua condição moral-social de devotas, respeitadas, destacando em sua oratória a família que possuem e sua condição de mães e esposas. A difusão virtual deste momento ritual, reforça estas condições. Demarcam algumas das posições públicas abertas a sua condição liminar.

Ao fim deste momento ritual voltam-se a outras posições também abertas em seus papéis sociais, as de amantes e provedoras da parentela. Agora sem exposição pública, mas comunicada de forma extrovertida e clara, anunciam seus parceiros como potentes e viris. Seus irmãos-filhos mariscos agora são a semente da potência sexual de seus companheiros e estas mulheres, em sua ambiguidade, “transitam” do polo mãe-irmã-esposa para o polo amante-mulher.

No reino das matérias, nada encontraremos de mais contrário que a água e o fogo. A água e o fogo proporcionam talvez a única contradição realmente substancial. Se logicamente um evoca o outro, sexualmente um deseja o outro. Como sonhar com maiores genitores que a água e o fogo! (CUNHA, 2000, p.23).

Mulheres água-lama, agora mulheres fogo. A calma e frieza da “lagoa” se transforma no vigor e no desejo do fogo sexual. No entanto, ainda dentro da ambivalência multifacetada em que estas pescadoras se encontram, o fogo e a irracionalidade do desejo não fazem com que abram mão da segurança e de prover a “casa” e a família. Como seres circulares, fora de “casa” e no âmbito público do trabalho, inserida numa conversação livre e despojada, ainda assim mantém seu vínculo com a “casa” e seu sustento.

Neste sentido a virilidade masculina não pode ser desvinculada da providencia material. Os “homens” varões, que satisfazem seus desejos, podem até ser infiéis, todavia precisam também prover materialmente seus lares. A infidelidade pode ser aceita, a recusa em contribuir com os proventos da “casa” não. “Aí não, homem tem que ajudar em casa, senão não serve”. Somente a satisfação do desejo carnal não basta, precisa vir acompanhada da divisão das responsabilidades materiais da casa, senão “não serve”.

Outra ambivalência diz respeito a frase contida no excerto acima e retirada da pesquisa de Natália Soares Ribeiro (2020) “o beneficiamento do que é capturado acontecer dentro de casa e se misturar às atividades que as mulheres já desenvolvem no lar” (RIBEIRO, 2020, p. 58). No caso das pescarias de unha de velho na localidade as mulheres migraram o beneficiamento para fora do lar, montando o aparato necessário nas margens da lagoa, criando uma estrutura que, simultaneamente, reduz seu trabalho e o torna mais autônomo.

Os “trajetos” demonstrados por estas mulheres: “pescarias, beneficiamentos, piqueniques, et al”; mesmo que circunscritos a certas desigualdades nos papéis de gênero, devido a sua liminaridade, acabam por expressar um circuito que arrefece uma certa imagem que poderia projetá-las como submissas e dominadas. Como pude constatar, seus caminhos são construídos sem permissões. Ainda que a propriedade das embarcações e petrechos, de maioria masculina, limite alguns “trajetos” elas criam estratégias de vida e de trabalho que lhes garantem certa margem de liberdade e de autonomia.

As mulheres negociam e manipulam a divisão masculino/feminino, é particularmente importante compreendermos de que modo essa divisão actua ao nível da família e da comunidade. Se observarmos os diferentes níveis de divisão masculino/feminino, veremos as ambiguidades e as contradições que permitem – e exigem até – que homens e mulheres negociem as suas identidades e as relações que estabelecem. (COLE, 1994, p.97-98)

Assim negociam, criam e reelaboram espaços de domínio. O rio, as ilhas o mangue. “Ilhas de histórias”. Histórias de piqueniques, pescarias, beneficiamentos que realizam, espaços praticamente de mulheres. Entre água e terra; lama e menstruação; orações e afrodisíacos; casa e trabalho; desejo e responsabilidade com o lar. Ambivalências que formam estas mulheres, seus circuitos humanos e/ou naturais. Estas condições, fluidas e ambíguas como a água e as marés, permitem – e exigem até – a negociação de seus papéis sociais, abrindo brechas para que se contraponham e, até mesmo, invertam situações de desigualdade a que historicamente estejam submetidas.

Na sequência será apresentada as formas de propriedade e herança que constituem esta localidade e que abrem outras brechas para as negociações entre os papéis femininos e masculinos.

Direito de propriedade e herança entre homens e mulheres: entre “fugas e roubos”

As desigualdades de gênero se expressam, também, na propriedade dos petrechos de trabalho. Em algumas das narrativas pude constatar como as redes, embarcações, entre outros são, em sua maioria, de direito e propriedade masculinas. Todavia este direito masculino não ocorre sem um contra-direito, que se manifesta no direito a casa e aos terrenos onde vivem.

Evocando a clássica descrição de Roberto Da Matta (1986) a dicotomia estabelecida localmente entre “casa” e “rua” se apresenta de forma peculiar. Da Matta (1986) especifica a casa como espaço dedicado ao sossego e a segurança, se opondo à rua que seria o local

“exterior que se mede pela “luta”, pela competição e pelo anonimato cruel de individualidades e individualismos” (DA MATTA, 1986, p. 23). Além disso o autor ainda define o universo da rua como espaço da mediação pelo trabalho.

Segundo o autor este trabalho é identificado como “batente”, castigo, tortura. Como visto anteriormente a percepção do trabalho como algo vinculado ao lazer e a vida, convertendo-se em espaço de projeção da liberdade e da autonomia pelos pescadores/as artesanais se contrapõe a esta faceta do trabalho alienado presente na obra de Da Matta e constitui instrumento de re-existências destes grupos.

Assim, no caso destes sujeitos, podemos interpretar a “casa” como lugar, simultaneamente, projetado para vida familiar, nuclear e extensa, e para a vida laboral abrigando os petrechos de pesca, sua guarda, produção e manutenção; a realização de beneficiamentos de peixes/mariscos, com sua limpeza; a comercialização dos produtos, condicionados nas geladeiras domésticas, entre outras funções. Nos fundos de algumas “casas”, se encontram, inclusive, portos nas beiras do rio ou de mangues, com as embarcações dos pescadores e pescadoras. Com isso a perspectiva da “casa” acaba abrigando aspectos do que seria a “rua”, a partir da descrição de Da Matta, no sentido de mediação para o trabalho.

Em contrapartida, como já descrito em vários estudos e apresentado nesta pesquisa, a conceituação clássica de “rua” se manifesta nos espaços públicos locais na lógica da competição entre os pescadores e pescadoras como meio de garantia de melhores pescarias e status sociais e, ao mesmo tempo, abarca nestes mesmos espaços aspectos da “casa”, tais como a cumplicidade, o pertencimento e a partilha de regras consuetudinariamente instituídas, o que perfaz a imagem destes espaços como “pedaços” de seus partícipes.

Portanto, se constata uma significativa dicotomia na localidade entre terra e água, espaços liminares e definitivos. A terra, abarcando seus espaços liminares, como as margens das lagoas, estuários e os mangues, parece simbolizar mundos mais próximos do feminino. Enquanto as águas, com suas definições objetivas “pescadores de rio ou mar”, caracterizam mundos mais ligados a aspectos masculinos.

Os beneficiamentos, em especial de camarões e peroás, que sucedem nos frigoríficos/“manchas” locais, são operações executadas majoritariamente por mulheres. Mais

uma vez, como uma atividade em terra e que lida com o fluxo liminar, por retratar um “entre”, entre o cru e o cozido, se manifestam como um ofício vinculado ao feminino⁷³.

Com isso a “casa/terreno”, se direciona ao feminino, enquanto os petrechos de pesca e as embarcações (mesmo abrigados na casa), por se conectarem a vida nas águas, são percebidos como parte do mundo masculino. Estes interditos não são absolutos e possibilitam uma série de transgressões e transposições. A pesca de rio, como exemplo já citado, inclui uma habitual presença feminina, mesmo que, na maior parte, acompanhada por homens.

Moça Bonita: Porque quando era **com ele tinha canoa** [ex-esposo], agora não tem mais canoa, eu dependo de Edmar [irmão da pescadora e dono do barco em que ele e ela pescam atualmente].

Ouvi em alguns relatos durante o período do campo, afirmações como a da pescadora acima. Quando ocorrem separações entre os casais os barcos e petrechos são de direito dos homens, as mulheres, normalmente, ficam com a casa e o cuidado dos filhos.

Os mecanismos socioculturais para manutenção destas dicotomias (terra-água; liminaridade–caracteres objetivos) se encontram especialmente no poder masculino sobre os petrechos/embarcações. A posse restrita destes equipamentos por parte das mulheres em muito limita seus “trajetos” pelas pescarias aquáticas como visto na descrição da tentativa do uso de tarrafas pela pescadora durante o itinerário etnográfico da unha de velho.

Moça Bonita: Aconteceu que eu casei, bem mal casado. Aí não tinha para onde correr, tive que vir para cá e **como o meu avô morava aqui** [...] **É, o avô paterno, aí foi e me deu esse pedaço aqui que já era direito de papai**, no caso seria direito de papai, **ele deu a parte de papai, aí foi quando eu construí** [...] [hoje além de você quem mais mora neste terreno?] **A minha tia.**

Presidente: É porque Gargaú, **o meu avô que era tropeiro, o pai da minha mãe**, a minha mãe está aí hoje viva com 97 anos [...] **E o meu avô deu uma casa para ela morar**, que a gente vivia em uma situação muito difícil, que a família era grande [...] **Então o meu avô comprou, deu para ela**, passou para o nome da minha mãe e nós viemos morar aqui [em Gargaú].

Mãe Maria: Mamãe lutava muito pedindo a Deus que ela não queria menina. Aí papai falou assim: "Ana, vamos pedir uma meninazinha? Quando chegar em uma certa idade você vai precisar de filha, porque os meninos não vão poder cuidar de você"; aí mamãe fez assim: "é, então está bom", [...] Aí quando eu nasci foi uma festa, **ficaram tão felizes que deram a casa**. A casa deles na época era comunzinha, casa de rei na época, porque aqui era

⁷³ Mesmo que este circuito não seja trabalho no presente texto, devido a seus limites, este exemplo retrata um pedaço desta discussão sobre os espaços liminares ocupados por mulheres na localidade. Entre a sua realização pude verificar a presença, além de feminina, de crianças, o que também expressa seres liminares, ainda a se tornar adultos.

tudo de barro e só a deles que era casa de telha, tudo bonitinho [...] **Aí papai falou: "essa casa todo tempo vai ser de Mãe Maria".**

Pastor: Não. Meu filho casado tem a casinha dele, **construí a casa pra filha ali**, que eu mesmo construo. **Ajudei, fiz a casa pra minha filha.**

Cuidadora: [a casa que moram hoje] Era [da] **minha avó por parte de mãe, a avó dela e minha avó.** Aí como papai viajava, tinha época que saía e esquecia dos filhos [...] **aí ela ganhou a casa, ficou para nós** - para eles. Hoje, nós moramos no quintal, tem várias casas no quintal. **Tem a minha, tem a da minha mãe, que ficou, tem a do meu irmão e tem a da minha irmã no fundo.** [...] Todos num terreno só.

Dudu: Hoje a minha mãe dividiu o terreno [em que eles moravam quando eram crianças], **deu para a irmã minha**, fez uma casinha para ela. Aí, **ela deixou para a filha dela.**

Estreito: [Aí vocês moravam aqui junto no terreno com a sua sogra?] Isso. **Ela morava aqui na casa**, que debaixo era uma casa. Ali era um quartinho. Foi aonde a gente dividiu, fizemos um quarto, a cozinha e um banheiro para dormir e viver.

Pescador esposo de Carioca: [hoje vocês moram] **no terreno de minha sogra. Minha irmã solteira mora com a mãe e a [irmã] casada na casa que era de nossa mãe** na beirada da praia.

Como pode se depreender dos trechos acima existe um padrão de transmissão e construção de “casas” que segue em direção as mulheres. Este se constitui na forma de um contra-direito (em relação ao direito masculino sobre as artes e estruturas pesqueiras) que aponta para as mães e filhas a primazia na construção/herança de casas e terrenos.

Assim : “o avô paterno deu o pedaço do seu terreno que era do filho para a neta e hoje moram neste local a neta e seus filhos/as e a sua Tia, irmã de seu pai”, “meu avô materno comprou a casa e deu pra minha mãe morar”, “a avó de minha mãe passou para minha avó, depois para minha mãe e hoje ficou para nós, moram no terreno duas irmãs a mãe e o irmão”, “minha mãe deu a casa para minha irmã que a passou para filha dela”, “moro no terreno de minha sogra e minha irmã casada mora na casa que era de mamãe”. Além disto na construção de novas casas para a parentela as filhas, em sua maioria, tem prioridade, “construí a casa para a filha”, “essa casa nossa será de nossa filha Mãe Maria”.

Em um bate-papo na casa de Paraíba, transcrito no caderno de campo, o pescador entre lamentos sobre a recente separação com sua esposa, depois de décadas de união, protesta por ela ter deixado a “casa” após a ruptura e ido morar com outra pessoa. Nas palavras do pescador: “ela devia ter ficado aqui, a casa é da mulher”. Ainda que indignado continua com a concepção de que a “casa” deveria ter ficado com sua ex-esposa. Na sequência assevera: “eu tenho meu barco e minhas redes, se não tivesse lugar nenhum pra ficar eu dormiria lá, isso é o certo”.

Estes acordos tácitos como contra-direitos femininos se assemelham ao descrito por Sally Cole (1994) em etnografia realizada em Vila Chã/Portugal ao interpretar o trabalho e as transformações sociais por que passam mulheres, lavradoras e pescadoras, residentes nesta Vila. Segundo a autora “em Vila Chã, há uma tendência generalizada para identificar a propriedade como pertencente à mulher da casa e não ao homem. Filhos e filhas dizem, por exemplo: “A casa é da minha mãe”. Não dizem: “A casa é dos meus pais” (COLE, 1994, p. 75).

Estes arranjos, apesar de legítimos grupalmente, estão sujeitos a transgressões e deslocamentos, não ocorrem de forma definitiva, nem inexorável. Como relações socioculturais construídas no interior da localidade são passíveis de rearranjos. Contudo estes não invalidam um padrão de uso costumeiro: os petrechos e embarcações tendem ao direito dos homens e as casas - terrenos ao contra-direito das mulheres. Este padrão traz legitimidade as dicotomias entre terra-água, liminaridade-caracteres objetivos.

O contra-direito ao terreno/casa está inserido num intrincado jogo que envolvem a família de ambos. A posse imobiliária geracional como direito feminino, mantém e fortalece vínculos parentais matrilineares, ou seja, a família nuclear se mantém com mais vigor vinculada a parentela da mulher, tanto nas obrigações cotidianas quanto nos direitos de propriedade. O mecanismo central para esta garantia está no “roubo-fuga de mulheres”.

Moça Bonita: Só que depois que vovó morreu que me vi adulta... [Casou?...] **fugi, peguei, vim para cá**, vovô meu deu esse pedaço aqui...

Cuidadora: Depois que eu me casei - como a Luciana falou, **fui roubada**, não sei o que foi - criei meus filhos. [**Você foi roubada?**] **Fui**.

D. Bendita: É, a **gente juntava**, morava com o rapaz e depois saía para o casamento.

Estreito: Antigamente **não existia casar. Era juntar. Fugia**. É a realidade, porque muita gente se vê casado de verdade com pouco tempo, 5 anos, 6, 10 anos, vai e separa.

Presidente: Antigamente a gente namorava, sabe? E quem não podia casar, não tinha dinheiro para fazer o casamento ou os pais não queriam o casamento, **o pessoal roubava, depois que roubasse não tinha mais o que fazer, deixava**. O tempo ajudava a pessoa, então aconteceu comigo a mesma coisa, no dia eu fui, **sentei com a mulher e ela fugiu comigo**, nós viemos para a minha casa, aí foi aquele comentário, não casou e roubou fulana, fulana fugiu com fulano, aquele negócio todo que acontecia antigamente.

Bife: **Roubado, [depois] nós casamos aqui**. Nós fomos morar juntos lá, aí aqui nós casamos aqui, porque nós somos evangélicos, aí queríamos casar. Nós casamos aqui.

Luciana: **não tinha casamento as mulheres fugiam**. Ele [esposo] botou uma escada e eu saí pela janela. Era o caso da maioria aqui, **não casava, fugia. De 10 casamentos 07 eram fugidos**.

D. Alegria: O meu..., o pai dos meus filhos **veio me roubar aqui**, eu morava aqui, veio me roubar meia noite, junto com um sobrinho dele. **Aí marcou de eu fugir com um assobiozinho dele**, mas aí eu não sabia se era o assobio dele ou de passarinho, que tinha muito passarinho cantando. [Então você não fugiu essa noite?] Fugiu não, não sabia que assobio ele tem. **Aí depois fugi no ano novo**, de dia mesmo.

As histórias locais contam como a realização dos casamentos era precedida de mistos de roubo pelos homens e fuga das mulheres. O binômio roubo-fuga torna os dois envolvidos cúmplices, agentes da história, ninguém se apresenta como passivo. O protótipo ocorria com o homem roubando e a mulher fugindo. Após este ato, que ocorria em “segredo” da família (mesmo sendo comum no local), o casal retornava e se conciliava com a família da esposa. Em alguns casos eram realizadas, posteriormente a reconciliação, as cerimônias oficiais de casamento. Feitos os pactos a relação matrilinear se estabelece e, a partir deste momento, os socorros, bens e propriedades da parentela da mãe estão mais disponíveis e em contraposição, esta assume compromissos com esta mesma parentela.

Em diversos casos presenciei os afazeres das esposas para com suas mães, pais, irmãos, sobrinhos, et al. E com raro envolvimento com a parentela dos esposos. Pude constatar igualmente alguns comentários que expunham um certo ciúmes entre o esposo e a família da mulher. Estes atritos confirmam as regras matrilineares, pois mesmo demonstrando certo descontentamento, estes vínculos se mantêm.

Esta “lógica ritual”, roubo-fuga reconciliação, ocorria sempre em relação a família da mulher. A família do homem, nas histórias que me foram narradas, está oculta, não participa destas performances. Com isso se reforçava a centralidade da parentela feminina e de seus direitos sobre os vínculos familiares.

Esta centralidade está ancorada na qualidade do valor sagrado que o feminino ocupa no interior desta coletividade. Este valor não se mede apenas no plano conceitual, mas também material. As mulheres desempenham papéis sociais fundamentais, haja vista a potencial ausência dos homens na casa/localidade devido: a) as estadas extensas nas atividades pesqueiras, sejam nas águas ou em terra; b) as correntes separações, ficando para os homens por direito os barcos e petrechos e c) aos riscos que a faina pesqueira apresenta.

Estas condições impregnam a presença masculina, seja temporária ou permanente, como uma incógnita. Esta condição transfere amplas responsabilidades para as mulheres tais

como: a geração e criação dos filhos, os cuidados com os idosos e os bens familiares, et al. Em outras palavras pela produção e reprodução sociocultural da parentela.

Por se encontrar no plano do sagrado⁷⁴, as mulheres só podem adentrar o mercado das trocas (GODELIER, 2001) se o seu valor, seu dom, não for desvinculado de seu lugar original. Como elemento sagrado a essência de seu dom se encontra presa a sua origem. Com isso seu roubo ritual comprova que o homem não possui contradons de valor comparativo que possam ser trocados. A única forma de possuir a sua amada, receber suas dádivas, é a roubando. Mas este roubo precisa ser consentido, senão se realiza como profanação. Ao ser consentido roubo e fuga se unem no encontro entre desiguais. A mulher detentora de valores sagrados e o homem que não possui contradons capazes de igualar este valor.

Esta representação se encerra com a re-conciliação. Como não profanou, tem o direito a se reconciliar, pois a mulher, com seus dons, foi cúmplice do ato. Contudo a reconciliação não anula a dívida e o polo masculino ficará eternamente em obrigação para com a parentela feminina, por isso os bens e serviços devem ser destinados a manutenção desta parentela, mesmo na ausência permanente ou não do homem.

Se os contradons não cancelam a dívida é porque a “coisa” dada não foi realmente separada, afastada completamente daquele que a deu. A coisa foi dada sem ser realmente “alienada” por aquele que a deu. Assim, a coisa dada leva com ela algo que faz parte do ser, da identidade daquele que a cede. Mas tem mais, pois aquele que dá não cessa de ter direitos sobre a coisa depois de tê-la dado. Isto é evidente no exemplo *ginamaré*, a troca de irmãs entre os baruya. Ao cabo da troca, cada uma das irmãs tomou o lugar da outra, mas sem deixar de pertencer à linhagem de onde provém, por nascimento ou por adoção. Dar é, aqui, transferir sem alienar ou, para usar uma linguagem jurídica própria do Ocidente, dar é ceder os direitos de uso sem ceder o direito de propriedade (GODELIER, 2001, p. 68).

Terra-água; liminaridade-caracteres objetivos; “casa”-artes pesqueiras; roubo-fuga, elementos binários que se associam construindo uma complexa rede de peças jurídicas locais que conformam comportamentos, modos de ser e de estar no mundo que caracterizam e concebem vida e movimento a esta localidade.

A representação social do masculino e do feminino traduz-se por um processo histórico que procura dar significado cultural às diferenças entre os sexos. Trata-se da produção de ideologias em contextos sociais e

⁷⁴ Segundo alguns relatos, de próprias mulheres, elas não vão ao mar alto, por serem preservadas do risco de morte diferentemente dos homens. Este risco se associa ao receio de não cumprirem seu papel sagrado e reprodução e cuidado da parentela.

econômicos particulares e não podem ser divorciadas das condições materiais de tempo e de espaço (COLE, 1994, p. 125).

Mesmo sem negligenciar a existência de relações de desigualdade de gênero que se estabelecem no interior do grupo, a percepção da complexidade que as envolvem também comporta o protagonismo destas mulheres, que criam espaços de trabalho e de lazer, e garantem, pelo fortalecimento de seu valor, acesso a bens significativos.

Os bens familiares, em sua maioria, eram transmitidos por via matrilinear, as propriedades da família materna eram repassadas primeiramente para as filhas e, em caso de separações, permaneciam com elas. Com isso, a compreensão dos processos jurídicos-epistêmicos locais, sejam envolvendo papéis sociais masculinos e femininos ou não, devem estar ancoradas na percepção das maneiras de viver destes grupos e não importadas exteriormente. As ideologias que fazem parte de seu cotidiano são forjadas em seus próprios contextos socioculturais e econômicos, por isso só podem ser desveladas se inseridas nestes próprios contextos.

4.3 Artes e estruturas das pescarias de rio e de mangues na Localidade de Gargaú/RJ.

Esta seção descreverá as principais artes e estruturas utilizadas nas pescarias de rio e de mangues na localidade de Gargaú/RJ. Estará baseada nos depoimentos colhidos e nos itinerários etnográficos realizados. Isto significa que não pretende esgotar o rol destes equipamentos, mas apenas apresentar os principais aos olhos dos sujeitos que participaram deste estudo.

As redes de pesca: entre tarrafas e feiticeiras; nylons e plásticos.

Pastor: **Tem a pescaria de tarrafo, [...] E tem a pescaria de tarrafa que é aqueles de arrasto.** [...] Joga a tarrafa, a tarrafa vai lá assim, e ela faz tipo uma rede assim. A canoa vai descendo na água, e eu vou sentado aqui, meu irmão sentado lá, meu filho sentado lá, e já vai apressando a canoa para o outro lado. A canoa vai descendo, e a rede vem, a tarrafa. O peixe vem, quando ele bate aqui, eu sinto lá. **Espia** na cordinha lá, aí "Larga", eu largo no chão aqui, largo lá, ela vai e fecha em seguida o peixe.

Presidente: Principalmente se eu tiver pegando tarrafa, que a **tarrafa é uma coisa que você tem que jogar para o peixe**, entendeu? Se eu estiver pescando tarrafa eu não coloco um cigarro na boca o dia todo, impressionante, é uma coisa da natureza da gente mesmo.

Moça Bonita: você pode considerar um pescador, porque se você vai no mangue você sabe alguma coisa do Rio Paraíba, você entende alguma coisa

de peixe, você vê uma pessoa pescando, **você vê a pessoa jogando tarrafa, só isso você já vai pegando a manhã, pegando a pratica. Então, é onde eu considero pescadora.**

Paraíba: Naquela época também não tinha o barco. Naquela época era prancha. Era prancha e canoa, **que a gente pescava de tarrafa.**

A tarrafa é considerada, pelos entrevistados, como a pescaria de rio por excelência. Um sinal diacrítico. Se considerar pescadores e pescadoras de rio pressupõe saber manejar as tarrafas. No rio, formados por “pedaços” cada qual referente a uma modalidade de pescaria encontram-se uma série de barcos, cada qual realizando alguns tipos de pescarias. Entretanto praticamente todos possuem uma tarrafa, pois nos interstícios das atividades a “jogam”.

A tarrafa, imaginariamente, se associa ao “ser” do pescador e pescadora de rio/mangue local. Transita pelos diferentes “trajetos” como elemento onipresente. Nos itinerários que realizei no rio/mangues, dificilmente não me deparei como ao menos um destes instrumentos no campo, seja em uso ou guardado no fundo das embarcações. Como petrecho “circular” realiza a interface entre os “pedaços” da pesca sendo utilizada em qualquer época do ano, lugares no rio, espécies de peixes. Uma arte multifacetada, uma rede que opera em rede.

Petrecho muito antigo e utilizada por pescadores e pescadoras artesanais em diversos lugares do Brasil se compõe por uma malha de rede com formato assemelhado a uma lona de circo, onde na sua extremidade menor a rede é fechada e na outra possui uma grande abertura podendo chegar a mais de 08 m de diâmetro. Nesta grande abertura ela possui uma barra, denominada pelos pescadores e pescadoras de “pé da tarrafa”, que se dobra e onde se prendem vários chumbos para que ela pese e afunde nas águas.

Como uma arte de pesca ativa (LINS, 2011) é utilizada na pescaria de arremesso. Nas palavras do pescador “presidente”: “tarrafa é uma coisa que você tem que jogar para o peixe”. Técnica e tecnologia que mesclam equipamento e ser humana num bailado que depende de aprendizado e experiência. Na “jogada” o pescador e pescadora precisa de muita habilidade e força. Primeiro é presa a ponta fechada na boca e, na sequencia se arremessa (se joga) o restante da rede num movimento circular que faz com que o seu diâmetro abra inteiro enquanto ela recai sobre a água, afundando devido ao peso dos chumbos e prendendo qualquer pescado que estiver naquela região. Depois a rede é puxada pela “espia”, uma corda grossa que fica na mão do pescador e pescadora quando solta a tarrafa, usada posteriormente para içá-la a embarcação.

O uso da tarrafa de pesca é generalizado em tôdas as regiões brasileiras. Diferenciando-se do instrumento usado na costa marítima da Península Ibérica, conhecido por idêntico nome que, segundo especifica a Enciclopédia Universal Ilustrada Epasa, (vol 59, p 687), possui dimensões muito maiores e formato outro e é aplicado em conjugação com barcos de pesca, no alto-mar, a tarrafa brasileira, ao contrário, é uma rêde, de forma afunilada, tendo na base superior uma longa corda pendente, que fica prêsá à mão do pescador, quando êste a lança aberta, na água. Na base inferior, dispostos em círculo se enfileiram pequenos pedaços de chumbo, em distâncias iguais medindo cêrca de seis metros de altura, por 10 a 40 de circunferência, pesa a tarrafa em média, de 6 a 8 quilos. (PEDROSA; LAU, 1949, p. 622)

A descrição contida no excerto acima foi retirada da Revista Brasileira de Geografia, na seção Tipos e Aspectos do Brasil de 1949, demonstrando a antiga importância desse petrecho no litoral brasileiro.

Imagem 59: O pescador de Tarrafa



Fonte: PEDROSA; LAU, 1949, p. 624

A principal forma de uso é a “jogada” descrita anteriormente, mas também é usada em forma de arrasto, como narrado pelo pescador “Pastor”. Pode acompanhar localmente o uso

da tarrafa de arrasto: consiste em segurá-la em duas pessoas uma no popa do barco e outra na proa deixando seu “pé”, onde se encontram os chumbos, cair no fundo do rio. Depois vai se pilotando a embarcação de maneira que puxe a rede, arrastando no fundo. Quando os pescadores e pescadoras sentem que algo foi capturado a soltam, recolhendo-a em seguida para cima do barco e verificando o que foi apanhado.

Quando a tarrafa é alçada traz consigo os pescados que ficam presos ao longo da rede, mas principalmente no interior da barra que possui, inclusive, uma linha mais grossa para suportar grande quantidade de peso quando se consegue uma boa pescaria. Existem diferentes tarrafas para diferentes espécies de peixe. Como os peixes variam suas estaturas, sua captura depende de distintas dimensões de “malhas”, aberturas que compõe a rede (pano) da tarrafa. Deste modo existem tarrafas com malha de 35 mm, outras, 40 mm, e assim por diante.

Presenciei, no período do campo da pesquisa, que durante os “trajetos” das pescarias as tarrafas são “jogadas” várias vezes pelos pescadores e pescadoras, algumas com bons resultados outras vazias. Esta atividade, além de requerer habilidade e força, em seu conjunto torna-se muito desgastante devido ao acúmulo de repetições que exige. Entretanto os pescadores e pescadoras, normalmente, se referem de forma prazerosa ao seu uso, como algo semelhante a um momento de lazer e/ou terapia, ouvi várias expressões do tipo “gosto de dar uma tarrafada”. Seu Presidente assim se refere ao uso do petrecho: “Se eu estiver pescando tarrafa eu não coloco um cigarro na boca o dia todo”.

O comprimento da tarrafa é medido em palmos, existem tarrafas de 30⁷⁵, 35, 40, etc. palmos, relativo a distância entre o início (o olho) da tarrafa e o seu final (o pé da tarrafa). Ao longo de sua estrutura vai variando o tamanho do fio que se utiliza para sua confecção. No início (o olho) utiliza uma espessura de fio mais fina, como exemplo 0,30 mm (denominada pelos pescadores de fio 30), na sequencia aumenta esta espessura até pouco abaixo da metade, 0,35 mm, em seu final “pé da tarrafa” usa um fio mais grosso ainda, seguindo o exemplo, 0,45mm (algumas tarrafas utilizam até quatro tipos diferentes de fio ao longo de seu “pano”). O “pé da tarrafa” necessita de uma linha mais robusta para suportar o peso dos pescados quando forem alçados para o barco.

Nos dias de hoje os pescadores e pescadoras adquirem o “pano” da tarrafa já feita, ou seja, é comprada em pedaços que são tecidos em conjunto formando a rede inteira. Estes

⁷⁵ O palmo equivale, atualmente a 22 cm, mais detalhes ver: MORAES, 2019.

pedaços são adquiridos nas lojas de aviamentos locais e/ou virtuais. Segundo seu “Paraíba”, que produz e vende tarrafas, cobra-se o valor de R\$ 25,00 por palmo da tarrafa pronta. Uma tarrafa de 32 palmos (07 metros) custa R\$ 800,00.

Tabela 8: Custo para construção de uma tarrafa de 32 palmos.

Material	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Linha	03 Rolos (0,40 mm) ⁷⁶	55,00	165,00
Chumbo	5 Kg	37,00	185,00
Rabo de tatu⁷⁷	-----	60,00	60,00
Total Geral			410,00

Obs.: informações obtidas junto aos pescadores e pescadoras.

O pescador informou que leva cerca de dois meses para produzir esta tarrafa, destacando que a fabrica diretamente com as linhas, sem adquirir o pano pronto, o que reduziria bastante este tempo. No cálculo feito acima, arredondando os valores: na fabricação e venda de uma tarrafa de 32 palmos, com dois meses de trabalho, obtém-se um ganho de R\$ 400,00, o dobro do valor investido, recurso que contribui com a renda mensal familiar. As tarrafas custam em média entre R\$ 300,00 e 1.500,00 dependendo de seu diâmetro, do tipo de linha empregada e do tamanho da “malha”, ou seja, das aberturas da rede. Seu valor representa um custo considerável.

Os pescadores e pescadoras precisam possuir um bom número de tarrafas devido:

1) Aos diferentes tipos de pescados - haja vista que cada malha se destina a um número específico de espécies, por exemplo a tarrafa que possui na base linha 0,30 mm e malha 30 mm (nos falares locais, linha 30 e malha 30) é própria para a pesca da Parati, ou da Tainhota preta.

2) Aos danos a que os petrechos estão expostos - por serem jogadas no fundo do rio Paraíba, as tarrafas ficam sujeitas a se prenderem em paus e pedras ocasionando avarias em sua estrutura.

Pelos motivos elencados acima encontrar pescadores e pescadoras pelas calçadas, portas de casa, et al, remendando ou construindo seus petrechos de pesca corresponde a cenas comuns e pitorescas na localidade.

⁷⁶ Se está usando o tamanho intermediário da linha, lembrando que as tarrafas possuem ao longo de sua estrutura uma variação nos diâmetros das linhas.

⁷⁷ O rabo de tatu é a linha onde se prende os chumbos que fazem barra, o pé da tarrafa. Uma linha diferencial, grossa onde se prendem os chumbos para que rede afunde na água.

Imagem 60: Pescadores remendando ou produzindo tarrafas.



Imagem 61: Malhas de rede (25mm)



Imagem 62: Malhas de rede (15mm)



Imagem 63: Espia com o “olho” da Tarrafa**Imagem 64:** Pé da tarrafa com os chumbos**Imagem 65:** chumbos usados nas redes**Imagem 66:** Tabuletas utilizadas como diapasão para tecer as malhas das redes

Fonte: arquivo pessoal do autor.

Estes materiais (chumbo, tabuleta, linhas, cordas para tralhar, et al) são utilizados pelos pescadores e pescadoras para se confeccionarem os diversos tipos de redes utilizadas. Além das tarrafas outro tipo de petrecho comum nos circuitos da pesca de rio são as redes chamadas de Feiticeiras. Esta arte de pesca foi descrita por Antônio Carlos Diegues (2004) como de uso corrente no Norte do Brasil e designado pelo autor como rede de tresmalho.

De influência portuguesa, é usada, no litoral norte, como rede de emalhar, originalmente feita com três panos e conhecida também como feiticeira em outras regiões do litoral. No cerco da tainha, o tresmalho era usado como rede de cerco ou de emalhe, onde participavam, em geral, duas sociedades ou grupos de pescadores, em duas canoas, com um tresmalho cada, além de canoas que seguiam à pequena distância para "aparar" as tainhas que tentassem fugir. [...] A rede de tresmalho era e é, ainda hoje, muito usada nas praias, sendo conhecida no litoral sul paulista como "bretanha". (DIEGUES, 2004, p. 278)

Este nome diz respeito a ser constituída de três peças de redes embutidas e sobrepostas com malhas de tamanhos diferentes. Na parte de fora usa-se duas redes com malha de 70 mm, maior, no meio destas duas redes encontra-se uma com malha mais fina de 35 mm. Este

equipamento captura praticamente qualquer tipo de peixes por valer-se do movimento do próprio pescado. Encontra muitas formas de uso nos circuitos locais, de forma semelhante a tarrafa, porém com menor presença, pode ser vista em diferentes “pedaços” do rio.

Quando os pescados entram na “feiticeira” pela abertura da malha maior, se encontram com a malha fina em seu interior, ao tentar se livrar desta malha mais fina se enredam na rede de fora, quando tentam voltar se enredam ainda mais na malha do meio. Seu movimentado acaba por, cada vez mais, enrolando-os nas diferentes malhas.

Pastor: Por que ela é feiticeira? A maioria das redes é um pano só, **mas essa minha são três panos**, olha só. Essa aqui laça de um lado, essa de um outro [...] Ela tá esticada com essa rede que está aqui, à noite, o peixe vem. Como que vai parar um peixe com uma malha dessa [muito grande]? Mas o negócio não é essa malha, é o que tá aqui dentro. Ela bate nessa aqui, pega na pequena, tá vendo a miúda? Qualquer peixe que bater, não sai, **porque peixe não dá ré**. [Peixe não dá ré?] Não, só **o robalo que dá ré**. [...] Porque na época não tinha essa rede feiticeira, não existia. Essa feiticeira é do que, 20 anos pra cá? Menos, né? **Uns 15 anos, tem uns 15 anos que essa rede veio aparecer aqui**, porque essa rede não existia.

A feiticeira, como uma tecnologia que chegou no lugar há uns quinze anos, retrata esta mistura entre inovação e tradição presente constantemente na localidade. Este tipo de rede custa, em média, R\$ 1.200,00 comprada pronta. Um alto valor, devido a ser constituída de três redes em uma. Quando confeccionada pelo próprio pescador, adquirindo os panos e as outras matérias primas nas lojas virtuais ou físicas, seu valor fica em, aproximadamente, R\$ 800,00. Alguns tipos de pescarias necessitam de três a seis peças destas redes. Percebe-se um custo considerável destes petrechos.

As outras redes utilizadas nas pescarias de rio variam apenas em suas malhas, sendo apropriadas a diferentes circuitos de pesca para captura de espécies específicas de pescados. Como utilizam um pano único e não um tresmalho, como a feiticeira, seus custos são mais baixos sendo relativos as dimensões de suas malhas e dos fios, variando entre aproximadamente, R\$ 300,00 a 1.000,00. Os pescadores e pescadoras que fazem suas próprias redes conseguem reduzir estes valores.

Quando o uso de novos aparatos tecnológicos adere à ciência da pescaria (BRITO, 1999) passa a ser entendido como parte do “trajeto” histórico de sua própria faina. Compreender que o “peixe não dá ré”, por isso cada vez mais se enreda ao tentar fugir do tresmalho do petrecho, demonstra como estes saberes fazeres se adequam a cada nova realidade.

Em diversos estudos sobre pescadores e pescadoras artesanais se destacam o uso do nylon (MALDONADO, 1993; DIEGUES, 1983, 2004; CASTELLUCI JÚNIOR, 2013, 2007) como um divisor de águas na história da feitura de suas artes de pesca e, em consequência, das próprias formas de organização sociocultural destes grupos, desempenhando um papel de propulsor de uma certa “modernidade” para suas atividades.

A própria introdução da rede de nylon alteraria significativamente, com o passar do tempo, o modo como era realizada a pesca, promovendo uma espécie de individualização do trabalho e condicionando os indivíduos a novas rotinas de trabalho, sujeitas, inclusive, às demandas e pressões do mercado (CASTELLUCCI JÚNIOR, 2013, p. 39).

Na localidade de Gargaú as principais narrativas sobre a mudança no uso dos materiais de confecção de suas redes se inicia a partir da substituição do nylon por outro tipo de fio, denominado localmente de “plástico”. Assim o nylon, para os interlocutores, compõe uma memória do passado, retrata um uso tradicional.

Paraíba: **Começou com nylon [as redes]**. Depois que o nylon foi ficando mais grosso, aí inventaram o plástico, que o plástico é linha mais fina. Quase não enxerga o peixe, não vê.

Presidente: Mudou, mudou também. **Antigamente era nylon seda**. Hoje é mais o nylon e plástico, é um tipo de nylon.

Pastor: Rapaz, desse nylon que tá aí, pra nós começar a fazer as tarrafas de nylon desse tipo que está aí, uns 35 anos atrás, por aí. [...] Uma hora vou pra lá e vou te mostrar, **vou te mostrar a linha a nylon que ele tem antiga do meu pai**.

O nylon, na visão dos entrevistados, se refere ao material de “antigamente”, quando a pesca “começou”, era a “linha antiga dos antepassados”. Esta visão local idílica do nylon nos dias atuais contrasta com as perspectivas dos estudos citados que interpretaram como a adesão deste material significou um dos propulsores de “modernidades” nas pescarias analisadas, inclusive com incorporações de novas práticas sociais, que, no limite, poderiam levar a desestruturação social destas “comunidades”.

Salienta-se que estas pesquisas foram realizadas em outros tempos-espacos, com isso, suas citações não tem o sentido de contrapor o resultado de suas interpretações, visto que cada localidade compõe um fragmento do multifacetado universo da pesca artesanal no Brasil, não sendo honesta nenhuma contraposição direta entre grupos diferentes. Essas citações têm como objetivo estabelecer pontos de comparação exatamente no intuito de ratificar esta multiplicidade.

Estes contrastes expressam como, não sem paradoxos e expropriações, as pescarias descritas regulam os movimentos do pêndulo entre transformações e permanências de forma que consigam produzir e reproduzir o seu “Ser” individual e coletivo no movimento. Melhor dizendo em circuitos históricos que abarcam inovações, inserções mercadológicas, et al, em conjunto com memórias do passado que mantêm vivos certos aspectos de sua tradicionalidade, tais como: normas, comportamentos, saberes e fazeres.

Para os pescadores e pescadoras de Gargaú/RJ o nylon ao invés de se converte em divisor de águas entre passado e presente se comporta como o fio que liga o presente ao passado. Não foi possível neste estudo verificar se na época desta mudança houve resistências e se sua adoção criou desigualdades internas, como constatado por Wellington Castellucci Júnior (2013), nem se o material nylon presente nestes trabalhos acadêmicos se configura como o mesmo descrito pelos pescadores e pescadoras da localidade, uma vez que um destes sujeitos categorizou um gradiente para este material “nylon seda e nylon plástico”.

Pastor: Então, essa linha [nylon], devido ela ser assim, quando elas estavam novas, elas ficavam assim [branquinhas, quase transparentes], então enganava mais o peixe. Mas com um mês que você pescava, **ela ficava amarela** da cor daquele cachorro ali. Amarelava muito rápida, porque na época **as usinas jogavam muito lodo no rio, aquele lodo amarelo**, resto de negócio de bagaço de cana, jogava, depois ficava aquela lama, então aquilo amarelava a rede. **Já essa aqui [plástico] é mais fácil.** [...] Aí tudo que ele vai ver [o peixe], quando você forma uma tarrafa dessa [de plástico], **quando ela bate dentro d'água, ele só ouve o barulho da tarrafa**, mas não sente ela arriando porque **ele não vê o plástico.** Já a tal ali [nylon], quando a tarrafa bate, **ele já vê aquele amarelão descendo** e pensa. Aí Foge, foge, que ele é rápido [...] [A rede de nylon o peixe via?] Via, você jogava, o peixe vê de longe, o peixe vê isso aqui.

Paraíba: Depois que **o nylon foi ficando mais grosso** [sujo], aí inventaram o plástico, que o plástico é linha mais fina. Quase não enxerga o peixe, não vê.

Contudo o central nesta reflexão pode ser desvelado pelos excertos acima. Os pescadores e pescadoras em suas narrativas concebem a transformação do fio de nylon em fio de plástico como parte do “trajeto” histórico empreendido pelo coletivo. Não houve, na percepção dos sujeitos, nenhuma imposição a esta mudança, pelo contrário a mesma se efetua como possibilidade de se manter boas pescarias reproduzindo-os/as como pescadores e pescadoras artesanais.

Em contraposição a esta imagem surge a das mudanças externas, não “controladas” internamente: “as usinas que jogavam muito lodo no rio, o deixando amarelo e sujando as redes”, “fazendo o nylon ficar mais grosso, sujo, e visível aos peixes”. Estas alterações,

alheias e distantes das decisões grupais, são testemunhadas como danosas a faina da localidade, e, como efeito, aos pescadores e pescadoras artesanais. Com isto adotar o plástico em substituição ao nylon, como parte do circuito interno do grupo, permitiu fortalecer a sua “tradição”.

Num movimento entre contrários as mudanças acarretadas na água do rio pela poluição oriunda das empresas/usinas que se instalaram ao longo de seu leito são captadas como “modernidades” que se contrapõe a reprodução ecossocial dos pescadores e pescadoras artesanais, sua “tradicionalidade”, e do rio com seus pescados. Por outro lado, a adoção do plástico como uma inovação contida no circuito histórico local, uma “evolução circular” do nylon em plástico, potencializou as pescarias, especialmente no momento em que as águas poluídas estavam dificultando estas capturas, passando a ser interpretada como uma “modernidade” em sintonia com a reprodução dos pescadores e pescadoras artesanais, em outro termo, sua “tradicionalidade”.

As redes de nylon, inclusive, ainda são utilizadas para o circuito dos mangues, sendo o único petrecho destas pescarias. Para tal são posicionadas na “entrada do buraco” dos caranguejos. Ao sair de suas tocas ficam enredados, presos e são apanhados pelos pescadores e pescadoras. Estas redes possuem sete dedos de malha e linha 0,80mm com comprimento de 35 braças⁷⁸. Cada rede cobre por volta de 40 entrada de tocas. Os pescadores e pescadoras em seus “trajetos” de pesca nos mangues espalham estas redes pelo maior número de tocas que conseguirem, vindo depois de algum tempo (varia, pode-se pôr as redes na manhã e vir buscar a tarde ou deixá-las de um dia para o outro) recolhê-las e verificar o resultado. Normalmente ao se recolher os crustáceos se posicionam novamente as redes em outros “pedaços” do mangue.

⁷⁸ Cada braça representa aproximadamente 1,8 metros (MORAES, 2019)

Imagem 67: Rede com linha de plástico



Imagem 68: Rede com linha de “nylon” utilizada nas pescarias de caranguejo



Fonte: arquivo pessoal do autor.

O sub-circuito local dos rios comporta outras artes de pescarias, tais como:

- Os puçás – utilizados principalmente para pescarias de siris;
- As gaiolas – utilizadas principalmente para pescaria de camarões pitus;
- As linhas e anzóis – utilizadas para diversas pescarias;
- Entre outras.

Todavia devido aos limites desta pesquisa estes outros sub-circuitos não serão abordados, abrindo brechas empírico-conceituais para investigações futuras que possam delinear estas atividades em suas redes cooperativas.

As Bateiras: entre a “casa” (oficina terrestre) e a “rua” (oficina aquática).

A extrema importância das embarcações, sua centralidade técnica/tecnológica e simbólica, na vida dos pescadores e pescadoras artesanais foi magistralmente caracterizada por Simone Maldonado (1993). Mesmo se referindo com mais especificidade as embarcações marítimas as interpretações desenvolvidas em seus estudos se encaixam ao sub-circuito dos rios. No caso dos manguezais realizam seus circuitos tanto pelo Paraíba, dependendo das Bateiras, quanto por terra, caminhando a pé. Segundo a autora o bote/barco se converte como o “epicentro da vida e da ideologia dos pescadores” (MALDONADO, 1993, p. 83).

Pastor: Antes era canoa [...] E apareceu a chamada Bico Doce, **chamava a bateira**, foi a bateira que apareceu. Depois o povo começou já a comprar madeira, a fazer, que é uma coisa mais fácil de fazer. E se o camarada tiver aí uma makita, uma serra elétrica, uma coisa qualquer, um martelo bom, faz. Não muito bem-feita não, mas faz.

Presidente: Barco pequeno, que **a gente chama de bateira, que é de motor rabeta**, precisa do remo.

Paraíba: [Como se chama o barco pra pescar no rio?] **Batera.**

As embarcações usadas para os “trajetos” das múltiplas pescarias realizadas nos “pedaços” do rio são nominadas pelos interlocutores de bateira. O comprimento destas embarcações varia entre 05 e 09 metros. Possuem, em sua maioria, um pequeno motor de popa, “de rabeta”, que facilita extremamente os “trajetos” percorridos e auxiliam em diversos modelos de pescaria, tais como as de cerco, de caída, entre outras.

Mesmo possuindo estes motores o remo ainda se mantém como equipamento obrigatório, sendo empregue tanto para os deslocamentos, com a ausência do motor, ou em casos em que o mesmo falha ou fica sem combustível; quanto no auxílio a certas pescarias, como no uso da tarrafa⁷⁹.

Como polivalentes em suas fainas, grande parte dos pescadores e pescadoras atuam na reforma e na manutenção de suas próprias bateiras, e, até mesmo, as constroem, adquirindo as tábuas de madeiras prontas e, a partir delas, produzindo a embarcação. Confeccionam, da mesma forma, os remos que utilizam em seus barcos.

Pastor: Essas embarcações já são diferentes. Elas já usam araldite [mostra a bateira]. É uma embarcação que tem 22 anos [...] Essa [outra] aqui [mostra outra bateira] é nova, essa aqui tem nove. Nove anos já, essa tem nove anos. [Todas, o senhor que fez?] **Todas elas, todas elas. São embarcações nossas, mesmo** aqui.

D. Bendita: E agora quase não estou pescando, estou pescando pouco, sentindo uma falta doida. **Quero fazer logo essa bateira** [mostra uma bateira em construção em seu quintal] para eu ir pescar. Sinto falta da pescaria. Isso não resta a menor dúvida. A pescaria ajuda muito a saúde.

Paraíba: **As canoas faziam, a gente fazia desde pequeno** também, mas era mais no remo. Eu já pesquei até Barcelos no remo.

Em contraste com as grandes embarcações dos sub-circuitos dos mares, que necessitam de estaleiros ou portos para realização dos serviços de produção ou manutenção, as bateiras são construídas e/ou reformadas, em sua maioria, nos próprios quintais das casas ou nos lugares onde ficam atracadas. São também adquiridas por carpinteiros navais da localidade, todavia entre os sujeitos que tive contato todos/as, ao menos, atuavam no reparo de suas embarcações.

⁷⁹ As formas de realização destas pescarias serão descritas na seção seguinte.

A peculiaridade da relação “casa-terra-trabalho” - “rua-água-trabalho” na localidade se repete nesta atividade de produção, manutenção e uso das bateiras. Cristiano Wellington Ramalho (2017) examina a construção e reparo de petrechos de pesca e barcos e o uso destes equipamentos pelos pescadores artesanais da praia de Carne de Vaca, município de Goiana, litoral norte de Pernambuco, como momentos articuladores de práticas e simbologias.

Esta associação ocorre pela existência contígua de dois espaços físicos indissociados onde os ofícios da pesca se realizam, denominados pelo autor de “oficinas pesqueiras”, uma em terra e a outra na água. No caso específico da localidade estudada a oficina pesqueira em terra se denomina de caiçaras e a oficina pesqueira marítima são os botes de pesca. Nestes espaços são produzidos e reproduzidos os saberes fazeres dos pescadores e pescadoras artesanais.

[...] se a oficina continente da pesca (a caiçara) torna-se esteio, sujeito decisivo para a vida da oficina marítima (o caíco), seu elemento de preparo, o mar impregna o continente de ensinamentos e de razão de ser e, ao mesmo instante, o barco é a oficina de execução da obra do ofício, o próprio sentido e sentimento de ser e fazer-se pescador (RAMALHO, 2017, p.175)

O diálogo nessas oficinas ocorre, segundo Ramalho, como confluências, como partes que se encaixam formando o todo da pesca artesanal em cada local. Assim, estas peças, estes pontos se encaixam como *pontos de coalescência* do saber-fazer dos mundos da pesca. As “oficinas em terra” e as “oficinas na água” só podem desvelar o ‘Ser’ da pesca artesanal onde operam, a partir de percepção sincrônica de seus pontos de coalescência, isto é, suas “junções que aparentemente se encontravam separadas, mas que estão aglutinadas por um mesmo saber-fazer artesanal, um modo de vida, a uma cultura de ofício, numa grande unidade” (RAMALHO, 2017, p. 169)

Gargaú se encontra encravada num rico estuário tendo o seu centro urbanizado adjunto as águas, marés e baías e sendo ocupado majoritariamente por famílias constituídas por pescadores e pescadoras artesanais. Este aspecto geográfico facilita a confluência das oficinas em terra com os próprios espaços de moradias e de trânsito destes sujeitos. A construção/reparos das bateiras nos próprios quintais concebem uma percepção sobre seus residentes como sujeitos ligados, de alguma forma, as atividades pesqueiras e suas redes cooperativas.

As condutas socioculturais estabelecidas em mar se diferem das da terra, porém, paralelamente, se completam. Terra (oficina) e mar (oficina) pertencem a uma contiguidade

simbiótica, pontos de coalescência do saber, que se reforçam pelo fato da oficina terrestre se encontrar muitas vezes na própria casa. Espaços em que os códigos e os valores morais e ecossociais tradicionais da parentela estão misturados com os saberes fazeres das experiências apreendidas nas práticas profissionais concebendo sujeitos que se conhecem e reconhecem nestas duas esferas societárias. Aqui a ligação pode ser pensada como:



Não por acaso, como visto nos direitos de propriedade entre os gêneros, a “casa” se contrapõe enquanto direito ao “barco”. O rompimento da ligação, a separação entre o casal determina a separação entre as oficinas. A oficina “casa” não mais se liga contiguamente a oficina bateira. Sendo assim o “Fazer-se Pescador e pescadora de rio em Gargaú” comporta elementos que circulam tanto nas águas com suas bateiras quanto em terra nas casas e em suas proximidades, quintais, calçadas, etc. cada qual demonstrando suas complementaridades e contradições, espaços masculinos, femininos, seguros, perigosos, et al.

Lugares de confluência de um mesmo saber-fazer. Momentos de encontro e de permanência de valores societários ancestrais. Vínculos de realização física e imaterial de uma cultura produtiva singular. Assim, são as oficinas pesqueiras (caiçara e caíco) que, além de capazes de ligar ininterruptamente o continente e o mar, expressam momentos essenciais para o processo de reprodução social da pesca artesanal em Carne de Vaca. Pensar o mundo dos pescadores é pensar essas oficinas como entes pertencentes, enquanto territórios que, embora separados geograficamente, são partes de uma mesma territorialidade articulada por um modo de vida, uma mesma cultura de ofício, numa grande unidade. Por isso, a noção de território, na qualidade de lugar na pesca artesanal, não pode prescindir do espaço da praia, da beira-mar, assim como do mar, dos estuários, das águas. (RAMALHO, 2017, p.183)

Grupo humano fortemente baseado nas suas ligações com os ecossistemas locais, com as atividades pesqueiras e com os vínculos familiares e coletivos, o rompimento de um destes fios ocasiona o enfraquecimento e, até mesmo, rompimento de outros. A rede casa-trabalho-terra-mar se debilita.

Imagem 69: Pescador efetuando manutenção em uma de suas bateiras ancorada nos fundos de sua casa



Imagem 70: Bateiras de pescaria de rio/mangue



Imagem 71: Bateira em construção no quintal da casa de Pescadora



Fonte: arquivo pessoal do autor.

4.4 Comercialização dos pescados de rios: entre a venda própria e o atravessador.

Por causa das capturas presentes neste circuito ocorrerem em forma de polipescarias, com menores custos de equipamentos e tempo de pesca, em contrapartida resultam em montantes bem inferiores aos das monopescarias. Segundo os interlocutores as capturas variam entre 06 e 200 kg. Contudo quantitativos acima de 60 kg, ocorrem com certa raridade, sendo exceções e não regras. A média que pude vivenciar durante os 78 dias de campo giraram entre 08 e 50 kg. Estes valores são muito inferiores aos montantes das pescarias de mar. Como demonstrado, a pescaria de camarão acompanhada no Itinerário etnográfico, considerada “fraca” pelo pescador, foi de 56 kg, o que seria uma ótima pesca neste circuito.

Devido a estas características os pescadores e pescadoras de rio procuram de todas as maneiras fugir das vendas para os atravessadores e “frigoríficos” na busca por maximizarem seus ganhos. Por este motivo apresentam uma visão e consciência muito crítica a forma como estas “manchas” (des) valorizam seus produtos. Ainda assim, por vezes precisam recorrer aos mesmos, com isso, paradoxalmente, admitem a sua importância.

Moça bonita: Não, **a gente vendia para os atravessadores** [caranguejo], para os exploradores. [...] aquele negócio, "Faz mais baratinho, está muito miúdo". **Todo mundo sabe o sacrifício que é no pé do caranguejo**, como é que não vai valorizar o seu trabalho? Se eu sei o que você faz? Se eu faço a mesma coisa. [...]

Presidente: Olha, o pessoal fala que o dono de frigorífico enriquece nas costas do pescador, mas se não fosse eles, **o pescador não teria onde colocar o peixe. Vamos ser realistas** [...] É que os frigoríficos daqui, tem que mandar para algum lugar. **Tem frigorífico aqui, mas não tem o interposto lá fora**, então tem que colocar na mão de outro atravessador.

Pastor: No caso aí, eu vendia pro frigorífico. No caso, **todo dia que você chegar com o peixe**, por exemplo, se eu pescar à noite, levo isopor e pego o peixe. Chega de manhã, vou lá pro frigorífico. [...] **que compra mesmo o que vier**. [...] Vai botando o peixe lá, vai pesando. **O que der lá em São Paulo, no Rio, Ceasa, onde der de levar o peixe**, der o preço lá e diz aqui, [...] Se for vender, eu vendo, só que eu vou falar uma coisa pra você **aqui, eles tanto roubam na balança como pagam barato**. Por exemplo, a tainha nossa aqui, se eu for vender para eles a tainha, eles pagam de oito reais a sete.

D Bendita: Mas tem a filharada dele que cuida também dessa peixaria. **Aí nunca faltou onde a gente vender o peixe** [...] **Você apanha ali uma tainha, aí tem a exploração**. "Olha, está dando tainha à beça". Aí você calha de deus te ajudar, você pega 100 quilos. A tainha valia R\$ 6,00, mas como o infeliz do pescador, deu sorte e pegou 100 quilos, ele com toda a cara diz assim **"Só é que... eu só vou pagar R\$ 3,00"**, **"Poxa, mas não eram R\$ 6,00 ontem?"**, "É, mas acontece que tem muito peixe, está ruim para vender. R\$ 3,00, se quiser pagar.

Os trechos revelam a ambiguidade na relação com os compradores locais. Reconhecem a sua importância, “o pescador não teria onde colocar o peixe”, “todo dia que você chegar com o peixe eles compram”, “Aí nunca faltou onde a gente vender o peixe”. Os frigoríficos são vendas garantidas no local. Viventes numa faina permeada por imprevisibilidades e inseguranças, poder vislumbrar a comercialização de suas pescarias asseguradas apresenta uma vantagem aos olhos, devido a ser um desafio a menos para se encarar em seus circuitos laborais.

Contudo mesmo reconhecendo as vantagens desta certeza na venda, percebem que as transações realizadas são injustas, trazendo prejuízos, visto o exaustivo esforço e os significativos custos para realização de suas atividades em comparação com os valores pagos por seus pescados: “aí tem exploração”, “eles tanto roubam na balança como pagam barato”, “Todo mundo sabe o sacrifício que é”. Esta imagem ambígua revela não apenas transações objetivas, mas também implicações simbólicas. (SOUZA JÚNIOR, 2015a)

Por este motivo as estratégias de venda adotadas por estas/as pescadores e pescadoras apontam na direção de se esquivarem destes “atravessadores”. Estabelecer relações outras de comercialização é o grande desafio, visto tanto como oportunidade de melhores ganhos quanto, e principalmente, ampliar espaços de autonomia e liberdade em seu trabalho.

Moça bonita: **Eu vendo pela internet. Boto no Face, boto no status, boto em tudo [...] Só tem [caranguejo] macho [para vender], “guarda tantas dúzias [as compradoras encomendando].** Ele paga... se for para vender o preço que ele vende, que ele revende, deixa eu ver, **ele pode comprar o meu [caranguejo] a 15** [a dúzia] e ver lá triplicando o preço, a 45. [Pela internet você vende a quanto?] **Eu vendo a 15, a 10 e eu vendo.** [Não aumenta o preço?] Para pegar freguês, porque quanto tiver muito tem saída

Pastor: Por exemplo, a tainha hoje, **eu vendo a tainha aqui é dez.** [...] **Eu faço a dez pro atravessador,** porque é outro comprador que compra e **vai vender em sertão, vender em campos.** Então, eu vendo, um motoqueiro que se chama **bombeiro.** Tem um camarada que traz o isopor atrás da moto que leva 50, 60 quilos que a gente chama de bombeiro. Então, ele leva o meu peixe, entendeu? [...] Hoje eu abri a minha peixaria.

Destacam-se nas estratégias apontadas nos trechos acima pelos/as interlocutores duas maneiras associadas, faces da mesma moeda, na construção de relações mercadológicas alternativas: 1) o uso das tecnologias como fonte de se estabelecer contatos diretos entre produtor e consumidor final, evitando-se os intermediários destas cadeias. 2) a venda em “circuitos da economia inferior” a partir do estabelecimento de transações mutuamente mais justas.

No primeiro caso os interlocutores se valem constantemente e intensamente dos equipamentos atuais de comunicação, celulares principalmente, e das ferramentas virtuais de interação (facebook, instagran, etc.) para divulgar seus produtos e estabelecerem contatos para efetuarem comercializações. Assim estes equipamentos ganham centralidade, corroborando as discussões anteriores sobre a incorporação destas inovações como elementos que potencializam suas fainas.

O contato direto entre produtor consumidor ganha relevância. Acostumados a este tipo de transação possibilitado historicamente pelo circuito do turismo que movimentam as praias locais em períodos de férias, feriados e nas estações e dias quentes, este circuito comercial da venda direta há muito ocorre nestas orlas e até mesmo em suas próprias casas diretamente. Entretanto os equipamentos de comunicação locais ampliaram este comércio possibilitando o fortalecimento dos vínculos já existentes e a criação de novos vínculos ainda não estabelecidos.

Atualmente a construção de espaços alternativos que conecte diretamente consumidor-produtor vem ganhando dimensão nos debates sobre o escoamento da produção agrícola com a fuga dos atravessadores e ampliação de um modelo produtivo ecologicamente mais sustentável. Este debate se concentra na perspectiva de um “princípio camponês”, a busca de instrumentos para conquista de autonomia e soberania na produção e no consumo de alimentos.

O ato de produzir e comercializar passa a ser entendido, dentro deste princípio, como de co-produção. O comprador, ao decidir por um gênero está, conjuntamente, escolhendo a maneira como este foi produzido. A sustentabilidade ecossocial passa a ser uma responsabilidade de quem produz e de quem consome.

Uma terceira reviravolta essencial implícita no princípio camponês está relacionada com as inter-relações entre produtores e consumidores de alimentos. Ao longo das últimas décadas, essas inter-relações foram sendo progressivamente reduzidas as inter-relações controladas pelas indústrias de processamento de alimentos e pelos grandes varejistas (Wrigley e Lowe, 1996; Goodman e Watts, 1997) [...] Foi precisamente essa nova contradição que criou espaço para uma terceira reviravolta centrada na criação e uso do capital cultural. A origem, qualidade, autenticidade, frescor e especificidade dos produtos e dos modos de produção, processamento e comercialização associados são claramente articulados para atrair consumidores e para transmitir a distinção implícita nos alimentos — uma distinção que "passa" para os próprios consumidores (e para o ato de consumo). Os últimos enriquecem suas vidas através da aquisição, preparação, consumo e partilha de produtos alimentícios distintos (PLOEG, 2002, p. 305).

Mesmo não se enquadrando perfeitamente nas caracterizações de uma agricultura ecológica, até porque estes sujeitos executam atividades distintas das agrícolas, pode-se perceber semelhanças na busca do estabelecimento de redes mercantis alternativas que vinculam diretamente compradores e vendedores. Estas semelhanças podem ser caracterizadas a partir das descrições das vendas de caranguejos presentes no depoimento de moça bonita da seguinte forma:

- 1°. A fuga do “atravessador” que explora o próprio comprador final vendendo com valores que chegam a ser três vezes maiores do que os recebidos pelos trabalhadores diretos (“ele compra o meu [caranguejo] a 15 [a dúzia] e vende lá triplicando o preço, a 45”). Destaca-se neste item que a moça bonita não altera o valor recebido pelo atravessador, vendendo a seus consumidores por R\$ 15,00 a 20,00, do preço estipulado para suas vendas diretas. Para garantir saídas mesmo em tempos de muita oferta prefere fortalecer os laços, vínculos com quem adquire seus crustáceos, aproximando estes sujeitos e cimentando alianças que extrapolam estas trocas comerciais.
- 2°. A qualidade: O caranguejo chega fresco, separado no ato da “cata” se consistindo num artigo melhor. Esta separação, ou distinção, também se opera em nível dos tamanhos dos espécimes. Seus compradores “fiéis” são agraciados com gêneros maiores, discriminados logo após a chegada dos manguezais.
- 3°. Terceiro a relação ambiental que pode ser mediada e controlada conjuntamente por quem apanha e por quem adquire. Consumidores, nesta interface, possuem parte do “poder” para influenciar nestas “catas” devido serem eles que irão remunerar os pescadores e pescadoras. Por este motivo a realização de uma pescaria mais selecionada e que tenha por premissa a sustentabilidade ambiental se converte em mote, em propaganda positiva. Por este motivo a pescadora destaca que somente apanha espécimes machos, preservando as fêmeas, reprodutoras da espécie e, em consequência, realiza sua atividade com respeito e sustentabilidade ambiental.

No segundo caso exposto no excerto, pescadores e pescadoras, esquivando-se das “manchas” buscam participar de “circuitos inferiores da economia” (SOUZA JÚNIOR,

2015a, 2015b) de pescado. Para isto vendem diretamente para “pequenos atravessadores” que os revendem, usando veículos próprios (carros, motos, bicicletas) munidos de caixas de gelo, para conservarem seus produtos e circularem pela região. Em “escala inferior esta forma de mercado é itinerante, onde o peixeiro/comerciante com seu meio de locomoção (bicicletas, Kombis ou mesmo cavalos munidos de cestas) comercializam em bairros residenciais dos municípios” (SOUZA JUNIOR, 2015a, p. 80).

Este processo de comercialização proporciona ganhos mais elevados ao pescador e pescadora, como pode ser conferido no trecho acima. Enquanto para o “pequeno atravessador”, participe do “circuito inferior”, a tainha é vendida a R\$ 10,00, no “frigorífico-mancha” sai de R\$ 07,00 a 08,00. O pescador e pescadora recebe entre 25 a 40% a mais no valor de seu produto.

Os profissionais que atuam nestes “circuitos inferiores” são nominados pelos interlocutores de “bombeiros”. Em alguns estudos realizados sobre pescadores e pescadoras artesanais no Brasil encontra-se a expressão “pombeiros” (RAMALHO, 2016; DIEGUES, 1983), com funções muito semelhantes as descritas para a atuação destes sujeitos na região, retratando, provavelmente, uma variação local desta expressão. Pastor, como curiosidade, acredita que tal definição deriva da variação profissional de um destes “atravessadores”.

Pastor: Por que é bombeiro? Botaram de bombeiro, porque tem um camarada aqui que anda com a caixa atrás da moto e trabalha mexendo com bomba, encanador, né? Então acho que botaram bombeiro. Então, ele leva o meu peixe, entendeu?

Estabelecendo contatos diretamente com os consumidores ou com pequenos comerciantes partícipes do “circuito econômico inferior” resignificam e expandem suas maneiras de comercialização. Sendo assim atuam, simultaneamente, em processos de vendas diretas aos consumidores e para comerciantes locais, sem deixar de transacionar com as “manchas” quando necessário.

Abaixo encontram-se listados os principais pescados comercializados neste circuito apreendidos durante os diálogos com os pescadores e pescadoras locais inter-relacionando os valores recebidos nestas redes alternativas de comercialização, nos “frigoríficos-manchas” locais e nos registrados na cotação da Ceasa/RJ:

Tabela 9: relação entre os preços dos frigoríficos – vendas alternativas – Ceasa/RJ.

Data (2022)	Pescados	Preços no comércio alternativo (R\$)	Preço pago pelos atravessadores (R\$)	Preço cotação Ceasa/RJ (R\$)
18/10	Caranguejo	100,00 – cento 15,00 – dúzia	Sem cotação	Sem cotação
11/10	Tainha	10,00	7,50	Mínimo – 10,00 Mais comum – 12,00
21/10	Tainhota preta*	7,00	5,00	Sem cotação
07/08	Manjuba	15,00	6,00	Cotação 08/02 Mínimo - 12,00 Mais comum – 10,00
21/10	Parati	4,00 – menores 6,00 - maiores	2,50 – menores 3,00 - maiores	Sem cotação

*Segundo os pescadores a tainhota preta e a mesma espécie da tainha, porém mais nova em idade, por isso atinge tamanhos e preços menores.

Fonte informações dos sujeitos da pesquisa.

Estes foram os pescados em que foi possível colher estas informações. Muitos outros são capturados nos rios da localidade. Na próxima seção encontra-se uma tabela com os nomes dos peixes mais comuns listados pelos interlocutores, com suas respectivas famílias e nomes científicos.

Quando comparamos os valores entre as três dimensões, verifica-se uma certa semelhança entre os auferidos no comércio alternativo e na cotação da Ceasa/RJ certificando este mercado local como de acesso a maior justiça na obtenção do valor-trabalho. Por outro lado, as diferenças entre o preço do comércio alternativo e dos “atravessadores” variam entre 20 a 100% de deságio para o lado do pescador e pescadora, reafirmando a exploração a que estão submetidos e as suas lutas por conseguirem driblar este mercado hegemônico, mesmo que ainda necessitem estar vinculado a ele em certas ocasiões.

Contudo, é diante do “duplo movimento” que as forças sociais emergem, criam e recriam formas de resistências e insurgências, freando as forças autodestrutivas do mercado. Assim, o circuito inferior da economia urbana enquanto abrigo dos pobres é uma tática de sobrevivência em ambientes hostis e guarda consigo a possibilidade de trazer à tona outras economias baseadas na reciprocidade, respeito à vida e solidariedade. É diante da força

dos lugares, diz Milton Santos (2006), que são criados os parâmetros de copresença, vizinhança e emoção (SOUZA JÚNIOR, 2015a, p. 27).

4.5 Rotinas de trabalho nos rios/mangues

Nesta seção serão descritos e analisados elementos significativos que circunscrevem algumas das rotinas dos trabalhadores e trabalhadoras da pesca. Estas dizem respeito tanto aos determinantes dos calendários naturais e oficiais que incidem sobre estas pescarias, quanto aos códigos e comportamentos em torno dos manuseios dos petrechos de pesca. Estes códigos e comportamentos geram relações de afinidade e, ainda de discordâncias.

Entre os calendários “nativos” e os “oficiais”

Em contraposição as pescarias de mar que necessitam, cada vez mais, realizarem longos “trajetos” em busca das espécies de pescados específicas de suas atividades, os circuitos das pescarias de rios e mangues possuem como “trajetos” as áreas contíguas do rio Paraíba do Sul e o conjunto de manguezais que se encontram nesta região, por este motivo representam pescarias diversificadas. Ao contrário das monocapturas, se realizam como circuitos de policapturas e/ou polipescarias.

Estas polipescarias se baseiam essencialmente na sazonalidade das espécies e na variação de pescados como forma de conseguir resultados financeiros satisfatórios. Por este motivo demandam maior diversificação em seus petrechos de pesca, como visto na seção anterior, pois na falta da tainha, por exemplo, pesca-se caranguejo, robalo, ou siris, entre outros.

A vida social do pescador é um movimento cíclico tal como representado pelos biólogos com relação aos seres vivos. Quanto mais puro e recorrente for esse ciclo, isto é, quanto mais tradicional, mais semelhança guardará com os ciclos naturais, como as fases lunares, as estações do ano, as épocas da postura de peixes e tartarugas, o movimento das marés etc., mais legítimo será o seu modo de vida (HUGUENIN, 2006, p. 52).

Mesmo não partilhando, para o presente trabalho, da ideia de que um modelo de pescaria seja mais legítimo ou puro do que outro, visto que cada qual cria, adota e adapta relações sociais de produção e de comercialização que buscam manter e/ou ampliar certos espaços de autonomia e de liberdade, as pescarias de rios e mangues interpretadas nesta localidade, por ocorrerem como polipescarias, são dependentes de um forte vínculo com os

ciclos naturais, em circuitos que acompanham as estações do ano, as mudanças nas correntes de vento, as temperaturas e cores das águas, et al.

Por este motivo estes circuitos desenvolvem e ajustam constantemente um “calendário nativo”, usando-se da expressão de José Colaço Dias Neto (2015, 2010), que organiza as atividades de captura de maneira que os pescadores e pescadoras locais transladam entre diferentes tipos, “pedaços” de pesca e, em certas circunstâncias, entre diferentes tipos de atividades laborais ligadas aos “mundos” da pesca e dos rios/mangues.

Se esse Calendário representa mesmo um registro do ponto de vista nativo sobre o ecossistema, suas implicações podem engendrar uma identidade baseada nesse saber. Estes conhecimentos funcionam como dispositivos submetidos à temporalidade das histórias de vida sendo, pois, tributários da experiência e – em virtude de sua utilização no desempenho quotidiano do ofício – são também permanentemente atualizados, por meio de ratificações e retificações (DIAS NETO, 2010, p. 173).

Frutos das experiências históricas destes sujeitos este calendário se orienta pela sazonalidade ecossistêmica e laboral. Como um dom, uma herança, são remetidos a memória dos aprendizados passados em comunhão com os novos desafios do presente. Sob o alicerce destas heranças da memória pregressa o movimento atual de se fazerem pescadores e pescadoras artesanais os inserem no fluxo destas histórias e, neste sentido, se convertem em parte delas.

Com isso a adoção de inovações, tais como os fios de plástico, passam a ser sentidas como integrantes do aparato “tradicional” coletivo por estarem baseadas em saberes fazeres apreendidos pelas experiências passadas e adaptados aos desafios presentes. As redes de plástico, nos dias de hoje, são utilizadas dentro destes “calendários nativos”, por este motivo, parte da memória que se ratifica ao se retificar.

D. Bendita: **Ali, a gente com sete anos já ia junto com a mãe para ela ensinar como apanhava o caranguejo.** E também levava nós para o riacho, para o rio, para ensinar como apanha o peixe. **Aí nós ficamos caranguejeira e pescadora de peixe.** Ali criamos, nessa profissão, porque nunca tivemos outra profissão.

Moça Bonita: **A gente vai pescando, peixe para comer, porque pescador não precisa comprar peixe,** ele pode pescar e ter peixe fresquinho [...] Tem, tem que saber, **maré de lua, maré de quarto, quarto minguante, quarto crescente.** Esse ano o caranguejo deu mais no quarto minguante do que no quarto crescente, por exemplo, o quarto crescente quer dizer o quarto maior e o quarto minguante que quer dizer o quarto menor, dava mais no menor do que no maior [...] semana retrasa tirou a rede purinha, sem nenhum, porque **a maré vem gelada, aí o vento também vem a sudoeste frio,** o caranguejo não tem disposição para sair do buraco para pegar um sol, não tem sol, está

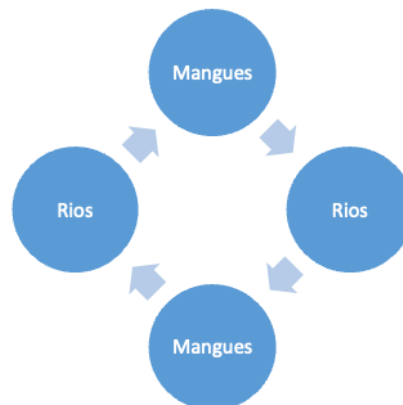
tudo nublado. **Fica tudo gelado, a gente não pega quase nada, mas acho que é influência do clima mesmo.**

Presidente: **Agosto, setembro e outubro é mês péssimo para pescaria, porque? Dá vento de acabar com tudo.** Nordeste que é seca. [...] Agora **está até mudando, está indo de março até janeiro, muito no Nordeste.** E no Nordeste o cara não entra no mar, **fica muito bagunçado** [...] Tem, o sairu é rede de 25 milímetros de malha, não pode ser mais, senão ele passa. [...] E é isso que acontece, **tudo é uma cadeia** de tudo tudo tem que passar por um processo de transformação. Você tem que ter rede para manjuba, piaba, sairu, tacumata, tilápia [...] **Tudo é um tipo de rede diferente.**

Pastor: Quando acabava a pescaria de tarrafo, aqui tem a época, nós **temos aqui as épocas, negócio de fruta, parece fruta, mas no caso a pescaria tem. A pescaria nossa de peixe começa abril, maio, junho, julho, agosto e setembro. Setembro já escasseia** o peixe, o peixe já desaparece aqui. O peixe já vai ovar, vai pros matos, pega pra fora, vai para as pedras, **some do rio.** Aí, **setembro e outubro, já começa a vir pescaria de caranguejo** de rede, mas é muito feio o caranguejo da rede. **Novembro e dezembro é andada de caranguejo,** começa a querer andar, aí você começa a época da andada do caranguejo. Então, você tem aqui, como eu, **temos a época de crises** que nós passamos aqui. A época que nós passamos aqui é **março e abril.**

A sazonalidade vivenciada edifica ambientes ecossociais interligados. Sujeitos que aprenderam desde a tenra idade os saberes naturalísticos (SILVA, 2018) de seus antepassados tornando-se “caranguejeiros/as e/ou pescadores e pescadoras de rio” concebendo “mundos” integrados mutuamente entre os “pedaços” dentro do rio e o complexo dos manguezais. Com trajetos circulares navegam/caminham entre estes multifacetados ecossistemas.

Quadro 3: circuito integrado rios-mangues.



Mesmo sendo raro existem pescadores e pescadoras partícipes de apenas um destes circuitos, pescam somente no rio ou no mangue⁸⁰. Mesmo estes desenvolvem suas atividades em rede, com pescarias realizadas em “pedaços” distintos seja no leito do Paraíba, seus estuários, “lagoas” e canais; seja em alguns dos variados manguezais existentes. Ou ainda manuseando diferentes modalidades de pescarias. Assim conhecer “as marés, as forças da lua, as direções e intensidades dos ventos, as estações do ano com meses mais propícios para diversas fainas” compõem o quadro deste heterogêneo calendário nativo.

A sazonalidade deste calendário o torna similar a sazonalidade verificada nos produtos agrícolas. Assim estes circuitos possuem “épocas, parecendo frutas, mas no caso são pescarias”, as épocas propícias para cada pescado. Estas se organizam a partir dos meses do ano: “abril, maio, junho, julho, agosto e setembro, setembro já escasseia o peixe”; “novembro e dezembro época da andata de caranguejo”.

Este calendário encontra pequenas variações nas percepções dos sujeitos, mas em grande medida se aproximam. Vejamos a comparação entre dois pescadores de rios que detalharam os calendários mensais de suas atividades:

Tabela 10: Épocas das pescarias na percepção dos pescadores

Pescador	Pescaria boa/tipo de pesca	Pescaria ruim
Presidente	Abril a Julho – não identificado	Agosto a Outubro
	Novembro a Dezembro – não identificado	Janeiro a Março
Pastor	Abril a Agosto (+/- Setembro) – peixes	Setembro a outubro (+/-)
	Novembro a Dezembro – caranguejo	Janeiro a fevereiro
		Março a abril (crise)

Fonte: elaboração do autor.

Como visto na tabela comparativa acima, os meses de abril, agosto e de certa forma setembro e outubro são interpretados de maneiras distintas pelos dois pescadores. Para Presidente, agosto, setembro e outubro representam pescarias ruins. Para Pastor agosto se refere a um mês bom, já setembro e outubro ocupam espaços intermediários. Abril surge como bom para os dois pescadores, porém Pastor enquadra este mês também no rol dos ruins em contrário a Presidente e a seu próprio calendário. Os períodos de abril a julho e novembro a dezembro como bons; e janeiro a março como ruins coincidem no calendário de ambos.

⁸⁰ Os pescadores e pescadoras exclusivos de mangue ocorrem, principalmente entre mulheres, como exposto anteriormente.

No calendário de Pastor existem gradações: setembro o peixe começa e escassear, e setembro e outubro começam os caranguejos, contudo ainda muito feios. Sendo assim os meses de setembro a outubro são meses “fracos”, porém se pesca alguma coisa. Enquanto março e abril são de crise, cessam as pescarias. Estas diferenças retratam os tipos de pescarias e a história de cada pescador.

Pastor é um pescador que se encontra na ativa, vive diretamente da pesca e sente as mudanças que ocorrem ocasionalmente ou permanentemente em seus circuitos de trabalho. Algumas destas mudanças impactam diretamente na vida, produção e, em consequência, percepção destes sujeitos. Iniciei o trabalho de campo durante o mês de abril/2022 e escutei diversas vezes que aqueles meses estavam muito “fracos” para as pescarias e que aquilo não era normal, já deveriam ter chegado os “cardumes”.

Presidente atualmente não possui na pescaria sua forma de rendimento principal. Aposentado continua mantendo a atividade nas águas do rio para aumento da renda e, principalmente, adquirir melhor qualidade de vida e saúde física e mental, segundo suas palavras. Raramente participa dos circuitos comerciais, pescando mais para consumo familiar, efetuando algumas vendas para conhecidos e/ou amigos. Ocasionalmente trafega pela localidade dialogando sobre pescarias, pescados e pescadores e pescadoras, se inteirando das novidades e rememorando histórias do passado.

Com vivências e historicidades nos circuitos pesqueiros distintos Presidente praticamente repete o script do calendário nativo, com os meses bons e ruins determinados de maneira memorialística em sua ordenação. O próprio pescador reconhece que este calendário não está totalmente em acordo com o presente e assim se expressa em sua fala: “Agora está até mudando, está indo de março até janeiro”. A certeza de que os meses ruins são de agosto a outubro foi abalada, pois agora carrega a dúvida de se janeiro a março não está pior. Percebe as mudanças, provavelmente, mais pelas conversas que mantém do que por sua própria prática.

Por outro lado, pastor percebe as mudanças que vem sentindo em sua prática, e ainda que repita em parte o calendário nativo o contradiz, por não encontrar respaldo exato no cotidiano. Com isso abril é bom no calendário, mas ruim na vida. Sabe que janeiro a março estão ruins, mas inclui junto a março o mês de abril como péssimo, como momento de crise. Por quê? Provavelmente porque abril deve ter sido em algum momento do passado bom de

pescaria como consta no calendário nativo presente na memória de ambos e hoje deixou de ser. Esta mudança aponta para a “crise”. Crise, significa:

(pat.) Alteração sobrevinda no curso de uma doença (fig.) conjuntura perigosa; momento decisivo; ataque de nervos; situação política do governo, cuja conservação apresenta obstáculos difíceis; (Econ. Pol.) ponto de transição entre uma época de prosperidade e outra de depressão ou vice-versa; (Sociol.) situação social decorrente da mudança de padrões culturais (BUENO, 2009, p. 242).

Segundo o dicionário (BUENO, 2009) a crise simboliza mudanças, rupturas, sejam elas patológicas, econômicas, sociológicas, et al. Da mesma forma abril retrata uma mudança de mês bom para ruim de pesca. Pastor como ativo assim o percebe e contradiz o calendário nativo sem negá-lo. Na questão dos meses de setembro e outubro, meses de transição, o pescador o define como gradativo, transitório. Em sua faina polipescarias circula por “trajetos” entre o rio e o mangue buscando compensar um ao outro. Assim a pescaria escassa de peixes assoma-se à cata de caranguejos, mesmo feios. Esta adição se manifesta na sensação de vivenciar meses não tão bons nem tão ruins.

A sazonalidade do calendário também se expressa pelos conhecimentos meteorológicos e ictiológicos destes sujeitos: “Tem, tem que saber maré de lua, maré de quarto, quarto minguante, quarto crescente”; “a maré vem gelada, aí o vento também vem a sudoeste frio”; “Dá vento de acabar com tudo. Nordeste que é seca”; “Setembro já escasseia o peixe, o peixe já desaparece aqui. O peixe já vai ovar, vai pros matos, pega pra fora, vai para as pedras, some do rio”. Durante o trabalho de campo, pude observar pescadores e pescadoras analisando as direções dos ventos, a formação das nuvens, entre outros. Transcrevo do caderno de campo um fenômeno curioso que vivenciei:

12/05/2022 itinerário etnográfico no mangue (Eduardo, Moça Bonita, irmão da pescadora): voltando dos “trajetos” feitos no mangue vimos uma nuvem de libélulas voando juntas, circulando de um a outro lado. Mostrei, admirado, este bailado para Moça Bonita que me disse que aquilo era sinal de “viração de tempo”, o tempo iria virar. Naquele momento o céu se encontrava “limpo” com muito sol e raras nuvens. Retornei para casa e perto da noite, por volta das 18 h o tempo começou a mudar. Na madrugada caiu uma forte chuva amanhecendo nublado, com ventos fortes e fazendo frio, me recordei, na mesma hora, do evento ocorrido no dia anterior sobre as libélulas (CADERNO DE CAMPO, 2022).

Esta sabedoria popular faz parte do repertório e da experiência destes grupos, como saberes que só podem ser apreendidos em suas fainas a partir da interconexão entre os ensinamentos dialogados com os mais vividos nas práticas pesqueiras e os aprendizados

corporais e sensitivos que se desenvolvem no contato direto com os ecossistemas locais. Este repertório cognitivo se afigura ao conceito de saberes naturalísticos, trabalhado por Guilherme Aglio da Silva (2018) em sua pesquisa sobre as representações sociais dos pescadores de Itaipu, em Niterói. Segundo o autor:

Tendo em conta o caráter de imprevisibilidade da pesca, esse “saber naturalístico” constitui de uma “ciência da natureza” (BRITTO, 1999); uma forma de interpretação de elementos naturais que sejam significativos através de uma perspectiva particularmente local, que é passada de geração a geração e garante àqueles que a dominam uma maior condição de aumentar a previsibilidade da pesca (SILVA, 2018, p. 69-70).

Sendo assim estes sujeitos dotados de seus saberes naturalísticos e dos calendários nativos da pesca elaboram suas estratégias, planejando seus “trajetos” em direção a tal ou qual “pedaço” nos espaços contíguos do rio Paraíba do Sul ou nos matizados manguezais que ali se encontram. Com os desafios que se apresentam em sua faina reconfiguram este próprio calendário baseados em novos “trajetos” ou em mudanças percebidas por seus saberes. Esta reconfiguração não nega ou abandona o calendário memorialístico, sendo o mesmo sempre uma base segura, não rígida, mas segura, por representar experiências passadas que podem retornar no futuro.

Todavia existe outro “calendário” que influencia diretamente nos tempos de trabalho, o “calendário legal”. A localidade possui quatro períodos de proibições legais da pesca, para proteção de espécies específicas de pescados denominado na localidade de defeso⁸¹:

Presidente: Quatro defesos aqui [localidade de Gargaú/RJ]. O primeiro é de caranguejo, dois meses. O caranguejo é outubro e novembro. [O segundo a piracema] Quatro [meses]. Vai de novembro até fevereiro. [O terceiro] Goiamum, chamando muito de caranguejo gigante, mas não é caranguejo gigante, é goiamum que é da terra, não é do mangue. O goiamum são cinco meses, eram seis. Começava em outubro e terminava em março, agora colocaram para terminar em março, mas o mês de março não recebe, tem que parar. São cinco meses. [Quarto] E tem o camarão que são três meses. Começa em março, março, abril e maio.

⁸¹ O Programa Seguro Defeso (SD), vinculado à Previdência Social, surgiu em decorrência da redemocratização do País e das conquistas sociais presentes na Constituição Federal (CF/1988). Trata-se da confluência de políticas sociais e ambientais, pois ampara o(a) profissional que exerce seu trabalho de modo artesanal e, em determinados períodos do ano, fica impedido(a) de praticá-lo com o objetivo de proteger e preservar espécies marinhas, fluviais e lacustres na fase de reprodução. O Defeso estipula o recebimento de um salário mínimo para cada mês em que as atividades pesqueiras ou as de extrativismo forem interrompidas. Mais detalhes ver HUGUENIN; MARTINEZ, 2021.

Estes períodos de proibições, os defesos, impactam diretamente a faina e a vida destes trabalhadores/as. Durante estes meses ficam proibidos de exercer suas atividades, sejam na captura de determinados pescados, seja na “cata” de crustáceos. Como forma de dirimir os prejuízos advindos deste tempo de cessação do trabalho os pescadores e pescadoras cadastrados pelo governo recebem, enquadrados como segurados especiais, o valor de um salário mínimo. Diversas vezes ouvi na localidade sobre o atraso nestes pagamentos:

Dudu: Tem a lei do camarão. Três meses. Então, o primeiro mês venceu, paga o pescador. Aí, ele não pode pescar. Aí, tem o seguinte, a fiscalização. Agora, se você não paga, você é obrigado a ir pescar porque você vai tentar receber. **Aí, paga depois atrasado.** Aí, mas eles estão pagando. Não é reclamar que não paga, entendeu? **Mas não cumpre a data certa.**

Bife: Ajuda um pouco, mas alguns pescam, porque alguns também pesca porque você ganha o seu benefício, mas se ganha entrada do defeso, aí **você leva um mês e tanto pra receber o primeiro defeso. Então, o cara não pode ficar parado um mês parado, vai comer de quê?**

Pastor: Porque a defesa nossa, nós recebemos em março. **O meu, não recebi ainda,** porque o meu, eu tenho 22 anos de pescaria, o meu eu não recebi ainda não, porque deu problema lá na folha, agora que chegou a folha pra eu receber dia 15, entendeu? [Esta entrevista foi realizada em junho e o pescador ainda não havia recebido o “defeso” de março]

Os atrasos do governo no pagamento destes recursos chegam às vezes, segundo informações locais, a quatro meses. Durante este período sem pescar e sem receber o valor legal a que têm direito como estes sujeitos sobrevivem? Por isso acabam desacatando a lei, quebrando estas regras. O próprio sistema legal promove a sua desobediência. Com isso durante estes períodos de defeso, quando estes pescadores e pescadoras não encontram outra alternativa de obtenção de renda, os tempos do “calendário legal”, usando-se da expressão de José Colaço Dias Neto (2015), criam-se novas rotinas na localidade. Evocando Evans-Pritchard sobre o calendário dos Nuer e a relação que o mesmo estabelece entre os tempos lunares e os de atividades daquele povo o autor assim conceitua a noção de calendário naquele contexto:

Os Nuer veriam logo em dificuldades com seu calendário lunar se fossem contar uniformemente a sucessão de luas. Mas há determinadas atividades associadas a cada mês, sendo a associação algumas vezes indicadas pelo nome do mês. O calendário é uma relação entre um ciclo da atividade e um ciclo conceitual e os dois não podem ser isolados, já que o ciclo conceitual depende do ciclo de atividades do qual deriva seu sentido e função. Assim, um sistema de doze meses não afeta os Nuer, pois o calendário está ancorado no ciclo das mudanças ecológicas (EVANS-PRITCHARD, 1975, p. 113).

O “calendário nativo” se entrelaça ao “legal” compondo hábitos que estão baseados nos ciclos naturais e nas expectativas sociais. Assim alguns pescadores e pescadoras, cientes das proibições, mas sem alternativas de sobrevivência, burlam as regras, o “calendário legal”, e mantém operações de captura, mesmo “ilegalmente⁸²”.

Para isto alternam horários de saída e retorno aos mares, rio e mangues. Como demonstrado seus saberes naturais constroem rotinas adaptadas aos ecossistemas locais variando devido as marés, luas, ventos, et al formando um “calendário nativo”. Durante o “defeso” e quando não recebem os direitos pecuniários destinados ao período de proibição, este calendário nativo adere ao calendário oficial, desta forma além dos determinantes ambientais e climáticos, seus “trajetos” passam a sofrer influência também das “burlas” à legislação.

Trafegar nos e entre os “pedaços” da pesca passa a estar relacionado com horários e locais mais seguros, ou seja, com menores probabilidades de serem apanhados em suas práticas e, supostamente, serem punidos. Neste sentido a metáfora “um dia do pescado e outro do pescador” se encaixa em sua faina. Passam a ser pescadores e pescadoras e pescados ao mesmo tempo. Enquanto realizam seus saberes fazeres, na busca por capturarem pescados, precisam estar atentos para não serem, eles/as próprios, capturados.

O Estado ao cometer uma ilegalidade e não arcar corretamente com seus compromissos, dispõe estas pessoas a situações de vulnerabilidades sociais e ainda, de forma paradoxal, as expõe a situação de se tornarem os réus. As vítimas tornam-se os algozes.

Os pescadores e pescadoras passam a atuar em turnos noturnos e nem sempre completamente condizentes com os tempos dos ciclos naturais tornando sua faina mais perigosa e exaustiva. Aumenta-se os custos de trabalho, com maior frequência de perdas ou danos em seus materiais, e reduzem-se as capturas devido a precariedade destas pescarias, criando prejuízos. Afora os riscos de serem apanhados, passando por situações aviltantes e, ainda, serem obrigados a arcarem com custos de multas e perdas dos pescados e de equipamentos.

⁸² Ilegalmente se encontra entre parênteses devido ao fato de realizarem a pesca como um direito a vida e a sobrevivência. O Estado não cumprir a sua obrigação legal, atrasando pagamentos necessários para manutenção de uma renda mínima para estes sujeitos os faculta a uma condição de vulnerabilidade social, sendo assim ludibriar estas leis se transfigura em ação legítima, assim, seus atos ilícitos convertem-se em legais. O direito à vida se manifesta como direito humano fundamental superior a qualquer outro ato normativo.

Estes sujeitos deveriam ter sua condição de renda e trabalho assegurada e defendida pelo Estado, ao contrário, são metamorfoseados em criminosos ao exercerem, exatamente, o seu direito a obtenção da vida e do sustento.

Entre minjuadas e cercos batidos.

O uso destes saberes naturalísticos está associado a diferentes modelos de pescarias que se agregam a saberes múltiplos relativos tanto aos ecossistemas quanto as técnicas e tecnologias manejadas. As diferentes pescarias de rios realizadas na localidade de Gargaú encontram-se listadas abaixo e foram organizadas a partir das narrativas dos interlocutores desta pesquisa:

- Pescaria de mijuada: D. Bendita - A mijuada bota um calão lá e outro cá e deixa ela bem molinha, com as cortiças boiando para o peixe chegar e se enrolar. Aí nós pegamos o peixe enrolado na mijuada. [...] Aí vai puxando a rede e o peixe malhado.

Na mijuada o pescador prende um dos lados da rede na âncora (localmente as âncoras são chamadas de ancorotes) e a parte de cima numa boia com um pisca (um sinal luminoso) para avisar as embarcações que naquele local existe uma rede esticada. A outra extremidade da rede o pescador puxa e a prende novamente em outro ancorote, ou num galho, etc, deixando a parte de cima boiando na superfície com o auxílio de isopores ou de garrafas cheias de ar, presas aos piscas para avisarem as outras embarcações.

A rede, assim, fica esticada durante certo período, horas, depois o pescador recolhe verificando o que foi capturado. Depois a recoloca no mesmo lugar ou em outro “pedaço” se os resultados não tiverem sido satisfatórios nesta tentativa. Os “trajetos” estão sempre em função da procura por melhores resultados, por este motivo possuir pontos variados nos “pedaços” do rio auxilia a perspectiva de se conseguir boas pescarias. Estes petrechos funcionam pelo movimento das águas e dos peixes, por isso se denomina como rede de espera, por ficar parada aguardando o aprisionamento destes animais.

A rêde de espera mais conhecida em tôdas as lagoas têm o nome de "menjoada". Tem a forma retangular (40 x 2 braças), sendo estendida com as malhas bem abertas, nos pontos de passagem dos cardumes. Colocada à noite, é a menjoada recolhida pela manhã, com os peixes que nela ficaram emalhados. Destina-se a menjoada a todos os peixes de porte médio como a tainha, que ficam enredadas em sua malha de 7 cm de abertura, e na zona de Parati a cavala (*Scomberomus regalis*) a sororoca (*Scomberomus*

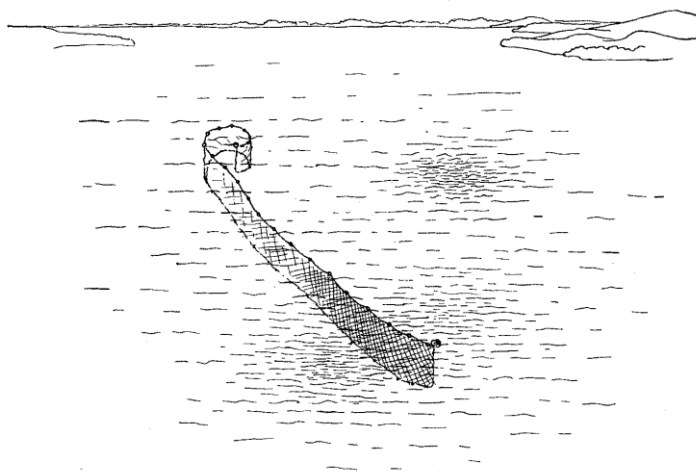
maculatus), o bagre (*Tachysurcus* sp) e a pescada (*Cynosciom acoupa*). (BERNARDES; BERNARDES, 1950, p. 23).

Como citado pelos autores usa-se a mijuada⁸³ (ou menjoada) de preferência na parte da noite para aumentar a dificuldade de visualização dos peixes. Segundo Pastor, nos períodos de pescarias melhores o rio fica congestionado de redes de mijuada. Como um grande “pedaço” destes pescadores e pescadoras os piscas de aviso podem ser vistos a distância criando a ilusão de uma micro cidade dentro das águas. Nas palavras do pescador: “O rio todo fica brilhando. Você chega agora de noite lá, você vai ver o rio todo brilhando, pisca tudo”.

O uso destes petrechos demanda certas regras e comportamentos coletivos para os frequentadores destes “pedaços”, sendo assim quem chega primeiro escolhe o lugar e coloca a sua rede não podendo ser incomodado. Devido a isso precisa se iniciar o “trajeto” escolhido antes do sol se pôr, para se chegar primeiro no ponto de preferência. Lembrando que os pontos disponíveis e disputados nestes circuitos não contam com o apoio de equipamentos eletrônicos estando sob domínio da ciência da pescaria (BRITO, 1999).

Ao se aproximar de seu ponto deve-se desligar o motor e seguir remando para não espantar os pescados em volta de seu pesqueiro e nem nos dos outros. Ao se chegar se aguarda anoitecer, se a rede fora baixada ainda com claridade prejudicará a pescaria. Cada rede deve manter uma distância específica entre as outras: “manter distância tipo carro, a traseira”, nas palavras de seu Pastor.

Imagem 72: Representação da Mijuada (menjoada) Rede de Espera



Fonte: BERNARDES; BERNARDES, 1950, p. 40.

⁸³ Assim se expressavam quanto a este modelo de pescaria os interlocutores desta pesquisa.

- **Pescaria de cerco batido:** Pastor - Eu chego em uma largura boa do rio, que eu vejo que tem peixe, o que eu faço? Eu solto essa parte, o meu filho vai soltando a rede, eu vou soltando, faço isso, um círculo. Venho à distância, venho cá na ponta e amarro. Fiz um círculo, fechei. O que estiver dentro do círculo, o que eu faço pra malhar? Isso de dia, aí eu posso usar mais de dia. Então, você dá, por exemplo, duas, três voltas no mesmo círculo rodando [...] De um lado e de outro, ele com aquele porrete lá, ó lá o porrete. E eu com esse aqui, ó. Tá vendo aqui? Uma marca. Eu segurando acelerado aqui e batendo. Ele lá e embarcação rodando com o motor ligado, potência mesmo.

Tive a oportunidade de participar de um itinerário etnográfico no circuito da pesca dos rios. Esta atividade proporcionou deslindar uma série de mecanismos ecossociais que transcorrem nestes “pedaços” e “trajetos”. Os pescadores que gentilmente me permitiram esta rica experiência realizaram alguns modelos de pescarias. Abaixo transcrevo estes mecanismos que pude captar no campo destacando a descrição dos modelos de pesca realizados, a de cerco batido, a de tarrafa e a de tarrafa de arrasto:

Itinerário etnográfico pesca de cerco Batido

Participantes: Eduardo, Pastor e seu filho.

Data: 14 de junho de 2022

Encontro com Pastor as 06 h da manhã em sua casa. Sua residência se encontra nas margens do canal do rio Itabapoana que adentra parte mais urbanizada da localidade. Nos fundos ficam suas bateiras aportadas. Isso significa que o seu “quintal” já é o rio. Entramos numa de suas embarcações e iniciamos os “trajetos” de nossas pescarias.

Imagem 73: O “quintal” da residência do pescador no canal do rio Paraíba do Sul com suas bateiras de uso cotidiano.



Fonte: Arquivo pessoal do autor.

Pastor e seu filho iniciam procurando bons pontos para a pescaria do dia. Pastor vai me explicando os nomes dos principais locais de pesca presentes nas águas do Paraíba e no mar próximo: a acosta (mar próximo - máximo 4 horas); córrego (braços de rio que adentram formando águas calmas); rio (o Paraíba); manso (entrada dos melhores manguezais da região), et al.

Diz que o pescador precisa conhecer as diferentes profundidades das águas, o movimento do rio faz com a sua estrutura seja dinâmica se alterando constantemente, assim às vezes devido as cheias mudam as profundidades surgindo ilhas, trazendo paus e pedras, arrastando as árvores de mangue, ou seja, reconstituindo a sua estrutura. Muitas vezes nestes lugares os peixes se concentram, assim é fundamental perceber estes movimentos/transformações das águas. Estes “pesqueiros”, melhores pontos de pesca, se localizam, na maioria das vezes, próximos a paus e pedras, onde os peixes gostam de ficar tanto para se esconder, quanto para se alimentarem, pois nestes lugares com lamas, paus e pedras se concentram pequenos animais que servem a alimentação dos pescados.

Imagem 74: Rio Paraíba do Sul – Em fluxo contínuo, sempre se modifica, a mobilidade de suas águas cria ilhas e locais mais profundos.



Fonte: arquivo pessoal do autor.

Por se encontrarem entre paus e pedras são necessária muita habilidade somada a posse de um número considerável de petrechos, pois quando uma tarrafa agarra numa destas pedras/paus pode ser totalmente danificada o que gera um alto custo para o pescador e pescadora. Estes fundos do rio constituídos ora de paus, ora de lama ou pedras, são descobertos pelo uso dos remos apalpando estas superfícies. Me fez recordar do estudo de José Colaço Dias Neto (2015) sobre os mapas de fundo.

O rio se encontra com várias embarcações espalhadas por sua superfície. Apesar de haver uma presença masculina superior existem mulheres pescando pelos locais. Neste dia, todas estas mulheres se encontravam em companhia de homens. Ao passar por um casal de pescadores e pescadoras de meia idade Pastor comenta: “estes dois são casados, pescam sempre juntos a muitos anos já, bons pescadores”. O pescador comenta comigo que pescou muitos anos acompanhado de sua esposa e que a mesmo gosta muito da atividade, mas com os filhos crescidos tonou-se mais comum pescar com estes.

Como pude constar em alguns relatos, parece provável que a maioria das mulheres que frequentam o rio estejam acompanhadas de parentes: irmãos, esposos, filhos.

O pescador demonstra conhecer praticamente todos/as que ali se encontram e me explica as

diferentes pescarias que cada qual está realizando: “aquele está pescando siri” “aquele outro está jogando tarrafa”, etc. como um “pedaço” os sujeitos se conhecem, circulam com desenvoltura pelas águas e, ao mesmo tempo se vigiam uns aos outros: “olha aquele saiu dali e fingiu que estava indo para barra [encontro com o mar], mas tá ali de novo. Está tentando nos enganar, deve ter peixe por ali”.

Quando passam próximos uns aos outros sempre soltam alguma informação. Fui, aos poucos, percebendo que algumas destas informações são levadas a sério, enquanto outras são descartadas, tais como: “pegou muito siri?” “Hoje tá fraco e você?” “tô mais de passeio, mostrando o rio pro rapaz aqui”. Estas mensagens quando dizem respeito as capturas me pareceram que não são levadas a sério, neste quesito parece que a vigília mútua tem mais significância.

Outras como: “vi uma cobra jaca⁸⁴ ali, tome cuidado”. “Agarrei [a tarrafa] numa pedra bem ali, se for pra lá jogue com atenção”. Este conjunto de informações pareceu serem consideradas pelo pescador, haja vista termos nos afastados dos pontos indicados por estas mensagens.

Pastor reclama muito das plataformas de petróleo da qual nomina de “Açu”. Segundo ele a maioria das tainhas foram para o “Açu”, onde o pescador é proibido de pescar. Isso diminuiu muito a quantidade deste e de outros pescados que antes circulavam pelo rio.

Pastor e seu filho começam a pescaria com a tarrafa. Sua técnica consiste em jogar uma pedra em um ponto determinado, que acredita conter peixes e joga na sequência a tarrafa. Segundo ele os peixes correm para ver o que caiu na água e neste momento a tarrafa os apanha. A jogada da tarrafa é um trabalho conjunto entre o tarrafeiro e o popeiro (o pescador que controla a embarcação no remo). Neste momento utilizam de uma linguagem codificada própria que consiste nos seguintes comandos: “chama” (puxar o barco para o lado da popa); contra (para o outro lado); puxa (movimentar o barco); camba (movimentar a embarcação para o lado da rede).

Pastor realiza umas 10 jogadas de tarrafa com alguns resultados bons e outros ruins. Depois me mostra como funciona a tarrafa de arrasto.

Na sequência iniciamos a pescaria de cerco batido. Nesta modalidade o pescador mais experiente conduz a embarcação e seu filho se posiciona na popa. O barco vai realizando um grande círculo num espaço largo no meio do rio. No caso descrito foram utilizadas três peças da Feiticeira, uma presa a outra.⁸⁵ Pastor e seu filho vão atirando ao mesmo tempo a rede no rio com movimentos rápidos e sincronizados enquanto o barco realiza o movimento em círculo.

Com isto vamos realizando um grande cercado com a rede que em uma de suas extremidades se encontra presa a boias deixando esta parte na superfície, enquanto na outra extremidade, devido ao peso dos chumbos, descem e se posicionam no fundo da água. Ao final o pescador adentra dentro deste cercado com o barco e prende as duas pontas das redes fechando o círculo. Com o círculo fechado passamos a transitar com a embarcação em seu meio batendo com pequenos pedaços de pau (porretes no falar local) nas laterais do barco fazendo muito barulho. Neste momento os peixes que se encontram naquele local tentam fugir devido o estardalhaço e acabam se prendendo na rede que formou um cercado.

Depois os pescadores recolhem seus materiais e os levam para a beirada do rio onde retiram os peixes capturados. Repetimos novamente esta operação e depois nos encaminhamos para casa. A pescaria se encerra por volta das 13h.

⁸⁴ Segundo informações do pescador a cobra jaca é uma das mais venenosas da região, sua picada derruba a pessoa na hora.

⁸⁵ Infelizmente não foi possível o registro do tamanho total que o petrecho ficou.

Na transcrição acima pode-se constatar a riqueza deste universo humano-natural e as diversas estratégias do pescador na busca por alcançar resultados satisfatórios em sua faina. Lidando com um “mundo” incerto e cheio de imprevistos conhecer os seus “pedaços” e saber circular por variados “trajetos”, manejando diferentes técnicas/tecnologias, visa minimizar estas incertezas, mesmo que não as anule. Ter várias “profissões” na pesca e, até mesmo fora dela, torna-se uma estratégia destes circuitos pesqueiros de rios/mangues.

Pastor: **Por que eu tenho várias *profissão***? Porque se escassear a pescaria de tarrafa, de rede, eu pego siri. Não tem siri, eu vou no mangue lá, tiro caranguejo de buraco. Não tem caranguejo de buraco, eu vou trabalhar de pedreiro. Tá entendendo?

Os saberes naturalísticos – dos movimentos das águas, dos “mapas de fundo” (DIAS NETO, 2015) e da superfície – e profissionais assomados com os meteorológicos e ictiológicos compõe uma rica e heterogênea sabedoria. Esta ainda se associa a produção de códigos e comportamentos simbólicos específicos ao grupo que engendram uma coletividade dinâmica, inter-relacionada e mesclada a sua forma de trabalhar e viver.

Como descrito anteriormente a presença feminina não se apresenta como interdito neste circuito, pelo contrário, se apresenta como frequente. Contudo mais comum estarem na companhia masculina e, provavelmente, esta companhia integra parte de sua própria parentela.

O rio se apresenta como espaço familiar e plural, “rios” dentro do Paraíba. Seus mapas mentais (SHERMAM, 2003, 2013, 2022) convertem-se em espaços divididos, cada lugar com seu nome apropriado (acosta, córrego, rio, manso), referenciado por “trajetos” e topografias específicas, movimentos das águas que abrigam em seu interior a probabilidade de espécies de pescados que exigem modelos próprios de pescarias. Com isso é de suma importância possuir habilidades e tecnologias variadas e em quantidades apropriadas. O trabalhador precisa estar preparado no caso de se encontrar alguma espécie em abundância. A incerteza que o espaço proporciona precisa ser compensada, remediada pelo/a saber naturalístico e pela presença de artes adequadas por parte do pescador e pescadora.

As práticas baseadas nestes saberes são comunicadas e apreendidas entre pescadores e pescadoras mais experientes e seus “aprendizes”. Como numa corporação de ofício (RAMALHO, 2012, 2021) ao “mestre” cabe a função instrutora e o “caráter educativo do processo de aprendizagem profissional, individual e social do aprendiz” (RAMALHO, 2021, p. 917). Em seu depoimento assim se expressa o pescador:

Pastor: Depois, comecei a trabalhar, trabalhar, trabalhar, Deus me abençoando na pescaria, botei laje na parte de baixo [da casa]. Daqui a pouco olhei lá em cima, comecei a trabalhar só com pescaria, só a pescaria. Mas eu não paro. É igual eu falo pro meu filho: Hoje, tem pai que fala assim: **"Eu não quero que meu filho leve a vida que meu pai levou". Ao contrário, eu sou o contrário.** Se ele não levar a vida que eu fiz, ele não vai conseguir o que eu consegui. [...] "Eu não quero que meu filho passe a vida que vocês passaram". Se você não quer que ele passa a vida que eu passei de sofrimento, mas o que eu passei e olha o que eu alcancei, e hoje eu mostrei. Olha o que eu alcancei, meu filho. É só olhar minha casa lá em cima. Tô falando pra você que se eu quiser fazer outra, eu faço. **Isso com pescaria.** [...] Gosto de botar pra trabalhar meus filhos desde novinhos, **no mangue e na pescaria comigo, amarrado na cintura, como o papai amarrava, desde novo. E hoje eu levo meus netos, dois netos meus.** Eles vão pro colégio: "Vovô, posso ir?", "Pode não, você deve. Vamos embora". Embarca aí, sai de rede comigo, apanhamos peixe, vou lá, pesco batido com eles, eles dois levam coletes, eu levo os coletes aqui atrás, pesco, vou lá e apanho o peixe, vamos lá vender. Vou lá, vendo, aí, ó, deu cem reais. "Toma aqui, 30 pra você, 30 pra você e 40 pra mim, dez pra gasolina, 30 pra mim". "Vovô, tudo isso, vovô?", "É, de vocês". É assim que eu faço com eles. Saem comigo. "Vovô, você vai sair pra pescar amanhã?", "Vou". [E os seus netos gostam?] Gostam, gostam. Adoram, adoram.

Semelhante a perspectiva da “corporação de ofício” os saberes fazeres vão sendo comunicados entre os “mestres” e seus “aprendizes” nas práticas. Dialogados como fios, cordas do conhecimento que amarram, unem seres humanos às águas e aos botes; pescadores e pescadoras ao passado e ao presente. Fios da sabedoria que tecem esta rica rede ecossocial. Este processo pode ser exemplificado pela pesca da tarrafa, considerada pelos entrevistados como das mais “tradicionais” representante destes circuitos de rios. Nesta pescaria tanto a linguagem específica utilizada quanto a integração físico-mental entre pescador-popeiro expressam estes fios da sabedoria apreendidos na cotidianidade do trabalho.

Salvo a necessidade destes conhecimentos e destas tecnologias, como visto anteriormente, estar na ativa, atuando constantemente, também se torna um diferencial uma vez que estes “pedaços” são moventes, se alteram com o passar dos tempos e em dependência de algum fenômeno natural ou humano que os provoque. Em sua faina cotidiana agregam seu saber espacial a vigília dos “outros/as” pescadores e pescadoras. Esta vigília, como parte do trabalho, auxilia na constante re-elaboração de seus mapas mentais, pois percebem nos movimentos alheios alguma descoberta significativa destas alterações topográficas que podem indicar bons lugares de pesca.

Este aprendizado é corporal, pois as mensagens orais são codificadas exatamente no intuito de “enganar” uns aos outros. Observar movimentos, deslocamentos, buscando,

inclusive, captar dissimulações que podem retratar os melhores lugares torna-se imperativo deste ofício. Neste sentido estas esquivas ao invés de camuflar bons pontos podem, ao contrário, revelá-los para os pescadores e pescadoras experientes devido a cada qual compreender e participar deste jogo de espelhos, de aparências.

Aqui adentra-se, novamente, na questão do “segredo”. Neste quesito o circuito da pescaria de rio em Gargaú guarda semelhanças e dessemelhanças em relação as de mar. Como visto na descrição a manutenção destes pontos, ou “pesqueiros”, obedecem às regras consuetudinárias e rituais baseadas nos “segredos” e nas “burlas”. Como este circuito não conta com os equipamentos das pescarias de mares, os GPS’s e Sonares, suas regras de posse e manutenção apresentam algumas peculiares.

Mesmo que abarquem elementos semelhantes o “ser” do pescador e pescadora artesanal, neste circuito, sustenta maior centralidade e simbologia como guardião destes pontos de pesca, “seus trajetos” e, em consequência, de um saber naturalístico (SILVA, 2018) que pode lhe proporcionar melhores pescarias e reconhecimento social.

Pastor: O pescador já sai daqui, é o seguinte, sai incerto. **O mundo de rio**, você vai dar uma tarrafa pode te levar [a tarrafa ou] pode pegar, no meio daquele rio sem ver o que tem ali [...] então se eu descobrir, se tiver o pau de um lado, o pau de outro, jogar naquele meio e não tiver o pau, **e eu descobrir a tarrafada**, pode saber, tô limpo de peixe, essa tá reservada. O que que eu faço? Não é questão de sabedoria, mas **o pescador não pode ser bobo**. Se descobriu aquela tarrafada, você põe o peixe nela, **se passar alguém perto, você não dá ela**. Não dá não, que fica todo mundo de olho pra descobrir. Porque todo mundo, **ninguém quer arriscar**. Como você já arriscou e viu que tá limpinha **a tarrafada e tá bonita**, você deixa ela só pra você.

Paraíba: **Eu saio daqui e já sei aonde eu vou jogar a tarrafa**. Cada um já sabe de um modo. Eu já sei de uma posição, outro pescador ia saber outro [...] Eu, por exemplo, fui pescar com meu filho semana retrasada. Apanhamos um robalo de 2 quilos, apanhamos mais um robalinho, mas teve uns 4 ou 5 pescadores que me perguntaram “tem peixe aonde, rapaz?”. **Eu vou dizer? Se eu apanhei um peixe lá para cima, lá para o lado de Barcelos eu vou dizer que foi pro lado de Atafona**.

O “mundo do rio” é também o dos pescadores e pescadoras de rio competindo em seus “pedaços” pelos recursos incertos. O segredo busca reduzir as incertezas, num espaço onde o uso é comum. Esconder é a face avessa da moeda do direito de descobrir. Eu escondo por direito e você (se conseguir) descobre e explora por direito. Os que não querem arriscar, não “jogam a tarrafa” por medo das pedras e paus e não descobrem seus pontos, por isso que o segredo se transmuta num direito que destaca o bom pescador e pescadora.

E como se produz localmente os bons pescadores e pescadoras, merecedores dos segredos? Estes são aqueles que sabem aproximadamente em torno de que lugar no rio os peixes estão, que possui um número de petrechos que os permitem arriscar e que tem a coragem de lançar sua tarrafa e descobrir um bom ponto. Por este motivo este direito se associa ao de se esconder este ponto. E a principal forma de sua ocultação se materializa na “burla” e na “enganação” como já exposto neste trabalho e em muitos estudos sobre a pesca artesanal (CUNHA, 2007; DIAS NETO; VOGEL; VALPASSOS, 2007; DIAS NETO, 2012; MALDONADO, 1993).

Segundo Georg Simmel (2009)

O segredo, enquanto dissimulação de certas realidades, conseguido por meios negativos ou positivos, constitui uma das maiores conquistas da humanidade. Comparado com o estado infantil em que toda representação é comunicada, em que todo empreendimento é visível a todos os olhares, o segredo significa uma enorme ampliação da vida, porque muitas das suas manifestações não se poderiam produzir na completa publicidade. **O segredo oferece, por assim dizer, a possibilidade de que surja um segundo mundo junto ao mundo patente e de que este sofra a influência do outro [...]** O sentido negativo que se atribui moralmente ao segredo não nos deve induzir ao erro. O segredo é uma forma sociológica geral que se mantém neutra e acima do valor dos seus conteúdos (SIMMEL, 2009, p. 235-236, negrito do autor).

O “mundo do rio”, como um segundo mundo para os pescadores e pescadoras se organiza sobre regras e costumes próprios e partilhados por seus integrantes. Água e pesca, peixe e seres humanos se entrecruzam partilhando percepções mútuas e direitos mútuos. Como um segundo mundo que influencia diretamente o mundo fora do rio, sua linguagem própria cria condições próprias de uso e de partilha do espaço e das atividades nele constituídas.

Os pescadores e pescadoras inexperientes, semelhantes a crianças, revelam; seus empreendimentos são “visíveis a todos/as os olhares”. Quando vão assimilando os interstícios da profissão, apreendem a arte da “dissimulação”, constituindo uma conquista laboral e jurídica na produção do seu “ser” enquanto pescador e pescadora. Desvelam, pouco a pouco, sob orientação dos “mestres”, os “trajetos” deste circuito, deste “outro mundo”, o mundo da pesca.

A vigia e a tentativa de “roubo” dos pontos são executados de forma silenciosa. O corpo fala bem mais que palavras. As performances dos envolvidos buscam ao mesmo tempo esconder e descobrir. Cada qual procura esconder seus pontos e descobrir os dos/as outros/as.

O “corpo omite ao falar”. Os bons pontos de pesca encontram-se ocultados entre paus e pedras nos fundos dos rios. Estes empecilhos não significam somente obstáculos negativos, visto que demonstram a habilidade da pesca e, por isso, do bom pescador e pescadora. Porém podem danificar os petrechos gerando prejuízos nos resultados auferidos. Para descobrir pesqueiros em meio a estes obstáculos precisa-se arriscar.

Neste conjunto encontrar bons pontos de pesca constitui um misto de competência, conhecimento topográfico do rio e esperança que lhe transmite coragem para arriscar “uma tarrafada” enfrentando as provações que sua profissão lhe imputa. Sendo assim, como descobriu, está habilitado a ocultá-lo, burlando informações. Como cada qual se vigia, imagina-se que alguns pontos podem ser bons devido “outros” pescadores e pescadoras serem vistos com mais frequência ocupando determinado espaço específico dentro do “mundo de rio”. Como pude constatar o próprio pescador e pescadora não fica parado no mesmo lugar. Mesmo que perca tempo circulando por outros pontos de pesca, menos significativos, ao invés de investir no bom “pesqueiro” encontrado, precisa realizar estes “trajetos” como forma de despistar os que o vigiam.

A vigia, assim, é o lado oposto da moeda da mentira/segredo. Como todos/as vigiam todos/as e esta tem um peso negativo nas representações dos pescadores e pescadoras locais, como tentativas de “roubo” e símbolos que caracterizam menor conhecimento local e/ou temor de perda de materiais, a mentira torna-se positivada, pois despista os ladrões, que não querem se arriscar aprimorando suas técnicas e conhecimentos.

A mentira assume aí um caráter fundamental para a manutenção da exclusividade sobre os pesqueiros de que falamos [...] Dentro da política do sigilo, portanto, o direito de mentir é garantido. A mentira aparece, neste caso, como parte constitutiva de um princípio elementar, o da ocultação consciente e proposital da informação que rege determinados aspectos do direito costumeiro (DIAS NETO; VOGEL; VALPASSOS, 2007, p. 73-74).

Entretanto similar aos circuitos dos mares descritos, lugares com pedras que podem prejudicar as redes são avisados. Mesmo que partes deste jogo de simulações, parecem ter certo peso de veracidade, funcionando como mecanismos de manutenção destas competições, do “uno fragmentado”. Com isso o pescador e pescadora cumpre sua função de conhecedor da natureza, das regras de uso do espaço, da crença na conquista e, ainda, de bom companheiro, pois “verdadeiramente” tinha paus e/ou pedras no local, sendo assim suas informações alertam “outros” para os perigos daquele espaço, para a manutenção do jogo. Competir sem eliminar. Se o mesmo quiser arriscar e perder seu material essa é a regra da vivência da pesca.

O segredo se constitui como uma destas peças de linguagem que expressam mais do que imaginamos à primeira vista. Expressa relações econômicas, políticas e jurídicas imbricadas e interconectadas. Ocultar e esconder mostra muito sobre esses sujeitos, suas formas de vida e de produção e suas relações com o meio natural que exploram.

Estes foram as principais pescarias apreendidas nesta localidade com a extrema paciência e colaboração dos pescadores e pescadoras de Gargaú partícipes deste estudo. Não se pretende neste espaço se esgotar o assunto, haja vista existirem outros circuitos pesqueiros desenvolvidos no rio e seus espaços contíguos e com múltiplos modelos de pescarias, com seus petrechos e regras. Apenas foi descrito os principais aos olhos dos interlocutores, precípuos conhecedores/as desta rica realidade.

4.6 Os mapas dos mangues: a construção de mapeamentos ecossociais.

A região em que se insere a localidade de Gargaú, como visto na seção 2.2, possui uma formação geológica e geográfica que lhe propiciou uma vasta e rica área composta de um complexo de manguezais. Levando-se em conta a capacidade de auto regeneração deste ecossistema, pode-se considerá-los em situação menos crítica em termos de degradação que as formações vegetais de restinga. Segundo Arthur Soffiati (2009) o manguezal pode ser conceituado da seguinte forma:

A título de ensaio, podemos dizer que ele é um ecossistema situado entre a epinosfera, a limnosfera e a talassosfera⁸⁶, mas não um ecossistema de transição entre elas. O manguezal tem unidade e coerência internas. Ele não é um ecótono, ou seja, um ambiente de transição entre ecossistemas ou biomas. Embora aberto para a terra, para a fonte de água doce e para o mar, o manguezal organiza os elementos das três macroesferas e os reúne numa estrutura singular que o distingue dos ecossistemas de água doce, de água salgada e terrestres. Ao mesmo tempo, ele se autoorganiza, como de resto acontece com todo ecossistema [...] Os ambientes adequados para o desenvolvimento deste ecossistema são estuários e lagoas costeiras, estas preferencialmente comunicando-se, periodicamente, com o mar e contando com uma fonte de água doce à montante (SOFFIATI, 2009, p. 18).

⁸⁶ Segundo Arthur Soffiati (2009): “Primeiramente, epinociclo, conjunto de todos os ecossistemas terrestres – continentais e insulares. Limnociclo vem a ser o conjunto de todos os ecossistemas aquáticos continentais, enquanto talassociclo consiste no conjunto dos ecossistemas marinhos. Traduzindo para a linguagem da teoria dos sistemas complexos, poder-se-ia falar em epinosfera, limnosfera e talassosfera, dispostas de tal forma que todas e cada uma inter-retroagem sobre todas e cada uma. Assim concebido o ecossistema, os elementos bióticos estão intimamente associados aos elementos abióticos, de forma tal que não é mais possível entendê-los separadamente” (SOFFIATI, 2009, p. 17-18).

Segundo esta conceituação estas áreas se concebem como ambientes propícios para a inter-relação entre sistemas bióticos e abióticos, ambientes aquáticos e terrestres, águas salgadas, doces e salobras possuidora de abundante biodiversidade. Um ecossistema que opera inexoravelmente em rede. Cada elemento interage e depende desta interação mútua. Como os pescadores e pescadoras que atuam em seu interior, contempla uma vida em fluxo e que associa o mundo orgânico com o não-orgânico.

Existem atualmente significativas escolas teóricas espalhadas por vários lugares do globo que, ao questionarem as epistemologias hegemônicas por sua reduzida capacidade de pensar o mundo de forma complexa, veem produzindo um robusto conjunto de arcabouços teórico-empíricos na perspectiva de se articular de maneira multifacetada lógicas oriundas de diferentes disciplinas, estruturas de pensamento, culturas e saberes como chaves para se compreender as interdependências biodiversas como redes que atuam em cadeias de funcionamento indissociáveis intra e entre entes orgânicos e inorgânicos (MORIN, 2000, 2003; SANTOS, 2009; SHIVA, 1993; BOFF, 1999; QUIJANO, 2009, 2005; RAMOSE, 2009; NUNES, 2009; LATOUR, 1994, DUSSEL, 2005).

Dito em termos da moderna cosmologia: somos formados com as mesmas energias, com os mesmos elementos físico-químicos, dentro da mesma rede de relações de tudo com tudo que atuam há 15 bilhões de anos, desde que o universo, dentro de uma incomensurável instabilidade (big-bang = inflação e explosão), emergiu na forma que hoje conhecemos. Conhecendo um pouco esta história do universo e da Terra, estamos conhecendo a nós mesmos e a nossa ancestralidade (BOFF, 1999, p. 72).

Os pescadores e pescadoras participantes destes “Mundos” de pesca são criadores de percepções integradas sobre os espaços onde convivem. Oriundos de atividades conectadas em rede, tanto humanas quanto naturais, constituem o que estamos denominando neste estudo de relações ecossociais (RAMALHO, 2016), ou seja, processos “entendidos como um irrevogável metabolismo do ser social com a natureza, cujo trabalho torna-se condição sine qua non da produção e da reprodução social dos pescadores artesanais” (RAMALHO, 2016, p. 397).

Assim possuem lógicas sobre estes processos que os tornam plasmados, imbricados. Aplicando mobilidade histórica ao termo proposto por Leonardo Boff (1999) estes universos ecossociais congregam não apenas uma “moderna cosmologia”, mas “cosmologias modernos-tradicionais” que em muito deveriam contribuir epistemologicamente para ampliação das

noções dominantes nas ciências hegemônicas sobre os lugares onde habitam e atuam. Com isso suas epistemologias-cosmologias concebem interações humanas (sejam jurídicas, políticas ou econômicas) e naturais (com os outros seres vivos e/ou com elementos inorgânicos) referenciadas pelas fainas que realizam e pela localidade em que coabitam. Assim alguns exemplos desta rica cosmologia estão descritos nos excertos abaixo:

D. Bendita: Porque é o que ajudou a sustentar os filhos, os netos, foram os peixes e os caranguejos. Então a gente ainda agradece a deus que tem. **Ele é mineral.** Em um pedaço de mangue assim, você vê 20 buracos de caranguejo. Você apanha aqueles 20 caranguejos. Quando chegar amanhã, tem mais 20 caranguejos. Quando chegar depois de amanhã, tem 20 buracos, são mais 20 caranguejos. Ele é mineral, ele apareceu [...] Aí, a lama, **a gente desde pequenininho conhece.** A lama tem um iodo, a lama do mangue. Ela tem um iodo tão grande, tão forte, que se você tiver um machucado e pisar na lama, no outro dia ele já está secando.

D. Bendita: **E as políticas,** o pessoal político, **vem só procurar a gente na hora da política. Tirando a política, nós não somos reconhecidos como nada,** nem nunca fomos no antigo. [...] **Nós somos só conhecidos pelos peixes e caranguejos [...]** Conhece porque ali **a gente já faz parte da vida do mangue e da criação deles.** Está ovadinho, a gente diz assim "Ih, tá ovado, é um macho". O outro está ovado, "Não vou não, é um macho". A gente está aprendendo com eles. Não está sacrificando eles, estamos pegando o que pode. Isso é bom demais.

Estreito: Se eu for a qualquer lugar, eu sei ler as coisas. Eu não sinto falta. Para a pescaria. Às vezes as pessoas "mas até para pescar você tem que ter estudo?". **Para mim, não, porque o peixe não sabe ler. Para que eu vou ter estudo para pescar?** Eu posso ter o estudo para os homens me pegar, eu saber responder, assinar para ele. **Agora, para o peixe, não.**

Parceirinho: O peixe é muito inteligente, porque **deus deu uma inteligência toda a nós e aos peixes.** O peixe não é bobo de ficar de moleza. Se ficar de moleza o povo pega tudo de uma vez só. **O peixe tem a memória dele. A gente tem que andar junto com a memória do peixe.**

Estas "cosmologias modernos-tradicionais" pesqueiras:

- Entendem como seres bióticos e elementos abióticos mesclam-se formando um todo recíproco, por este motivo os "caranguejos também são minerais". Os pescadores e pescadoras, tal como os caranguejos e peixes, "conhecem a lama, foram criados em convívio, por isso reconhecem seus fatores minerais, "possuidora de Iodo" e sociais, abrigo, guardiã de seu meio de sobrevivência;
- Constituem encadeamentos, onde o peixe possui memória e assimila a do pescador e pescadora, porquanto estes/as precisam, em contrapartida, apreender as dos pescados. Esta memória se liga ao fluxo das águas e da

sazonalidade holocênica, assim memórias que se imbricam e se costuram numa colcha ora complementar ora contraditória;

- Partilham pontos de vista entre animais humanos e não-humanos, de forma que se minimiza “a injusta exclusão escolar sofrida pelos sujeitos, haja vista o peixe não saber ler e por isto não se importar com esta ausência”. Esta expressão demonstra como se sentem, dependendo das circunstâncias, mais próximos destes seres do que da própria sociedade humana envolvente.
- Sentem as diversas injustiças que sofrem e como possuem sua vida e histórias negligenciadas. “Os políticos só surgem na hora das eleições”, fora destes períodos possuem seu reconhecimento negado, “não são nada”. Em compensação apercebem-se conhecidos e reconhecidos pelos “peixes e caranguejos” e “fazem parte da vida do mangue e deles”. O mangue, similar a peixes e caranguejos, surge como entidade viva.

Edêmea Faria Carlos da Rocha (2015, 2019), realizou pesquisas acadêmicas nos manguezais de Gargaú transitando pelas perspectivas das “ecologias de saberes” (SANTOS, 2009). A autora almejava que os resultados alcançados em seu trabalho poderiam subsidiar a instauração de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável⁸⁷ na região deste estuário. Para confecção do trabalho utilizou, entre outras, metodologias participativas tais como: entrevistas dialogadas, observações in loco e grupos focais.

A partir dos dados coletados compôs um extenso quadro da macrobiota local como fruto da percepção ambiental destes pescadores e pescadoras. Este quadro abarca e extrapola os tipos de pescados que foram narrados pelos interlocutores do presente estudo, neste sentido será exposto integralmente como forma de descrever a rica biodiversidade que ali se encontra:

⁸⁷ “Para os manguezais de Gargaú, duas categorias de UC-US podem ser sugeridas, devido às condições de bem-estar e à dependência da comercialização dos recursos capturados no rio e no manguezal pela população local, que no caso, pode vir a ser uma Reserva Extrativista (RESEX) ou uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS). RESEX e RDS são criadas para que os povos e comunidades tradicionais residentes na Unidade continuem explorando os recursos naturais em bases sustentáveis” (ROCHA, 2015, p. 19). Este projeto até hoje não obteve segmento junto aos órgãos competentes.

Tabela 11: Síntese das espécies de peixes e crustáceos dos manguezais do estuário do rio Paraíba do Sul, em Gargaú, segundo percepção ambiental do Grupo Focal.

PEIXES DO MEIO AQUÁTICO		
Nome popular sugerido	Família Pesquisada	Comentário
Tainhas	<i>Mugilidae</i>	-----
Tanhota	<i>Mugilidae</i>	-----
Barrigudinho	<i>Poeciidae</i>	-----
Traíra	<i>Erythrinidae</i>	-----
Robalinho	<i>Centropomidae</i>	-----
Acará branca	<i>Cichlidae</i>	-----
Acará ferreira	<i>Cichlidae</i>	-----
Tilápia	<i>Cichlidae</i>	-----
Robalo	<i>Centropomidae</i>	-----
Manjuba	<i>Engraulidae</i>	-----
Corvina pequena	<i>Cienídeos</i>	-----
Camboatá	<i>Callichthyidae</i>	-----
Viola	<i>Rhinobatidae</i>	-----
Bagre	<i>Pimelodidae</i>	-----
Bagre- africano	<i>Clariidea</i>	-----
Carapeba	<i>Gerreidae</i>	-----
Carpas	<i>Cyprinidae</i>	-----
Tucunaré	<i>Cichlidae</i>	-----
Morobá	<i>Erythrinidae</i>	-----
Maria Sapeba	<i>Paralichthidae</i>	-----
Piaba	<i>Characidae</i>	-----
Jundiá	<i>Pimelodidae</i>	-----
Peixe-Galo	<i>Carangidae</i>	-----
Cumatã o Curimatã	<i>Prochilodontidae</i>	-----
Cachaco	Não encontrado	-----
Caxingó	Não encontrado	-----
Piau	<i>Anostomidae</i>	-----
Dourado	<i>Characidae</i>	-----
Muçum	<i>Gerreidae</i>	-----
Linguado	<i>Paralichthyidae</i>	-----
Baiacu	<i>Tetraodontidae</i>	-----
Cororoca	<i>Haemulidae</i>	-----
Pacú	<i>Characidae</i>	-----
Piabanha	<i>Characidae</i>	-----
Pirarucu	<i>Osteoglossidae</i>	-----
Sairú	<i>Characidae</i>	-----
Sarapoa	Não encontrado	-----
Tavavaca	<i>Murenídeos</i>	-----
Total de Peixes= 38		
Nome popular sugerido	Família Pesquisada	Comentário
CRUSTÁCEOS		
Camarão branco	<i>Penaeidae</i>	Ocorre em áreas perto da barra, tal como o manguezal Manso.
Camarão cinza	<i>Penaeidae</i>	Ocorre em áreas perto da barra em locais com limo.
Camarão pitu	<i>Penaeoidea</i>	Habita o meio aquático.

Caranguejo uçá	<i>Ocypodidae</i>	Habita o sedimento.
Caranguejo aratu	<i>Grapsidae</i>	Habita o sedimento.
Chama-maré	<i>Ocypodidae</i>	Habita o sedimento e o meio aquático .É um bioindicador do início da “andada” do caranguejo porque ficam agitados junto à beira d’água.
Guaiamum	<i>Gecarcinidae</i>	Espécie em estado de escassez devido sobre-exploração. Ocorre em locais de areia, como o apicum.
Grauçá	<i>Ocypodidae</i>	-----
Siri corre-costas	<i>Portunidae</i>	Habita o meio aquático e o sedimento.
Siri-do-rio	<i>Portunidae</i>	Habita o meio aquático e o sedimento.
Siri-do-mangue	<i>Portunidae</i>	É o maior de todos.
Siri-goia	<i>Portunidae</i>	Habita o meio aquático e o sedimento.
Total de Crustáceos= 12		

Fonte Adaptado de ROCHA, 2015, p. 59-61

Além das espécies listadas a autora ainda apresenta no quadro original, incluso em sua pesquisa, as principais espécies de moluscos, anfíbios, reptéis, insetos, aves, mamíferos e outras encontradas nas áreas dos manguezais e dos alagados do Rio Paraíba do Sul na localidade. Estes não foram aqui transpostos devido não fazerem parte diretamente dos circuitos da pesca interpretados.

Como forma de complementar esta dinâmica ecossocial composta por esta rica percepção ambiental, serão apresentados “Mapas dos Mangues” com a descrição e interpretação dos “trajetos” e fluxos empreendidos por alguns pescadores e pescadoras em suas fainas. Estes Mapas, da mesma forma como o exposto na seção 2.2 sobre a localidade de Gargaú, confeccionado pela pesquisadora Luciana Ramos Marcelino em companhia de integrantes de sua família, não pretende esboçar uma representação espacial aos moldes cartesianos com medidas precisas e escalas universalmente estipuladas. Pelo contrário pretende-se que estas representações signifiquem mais processos que produtos (SEEMENN, 2003, 2013, 2020), mapeamentos ao invés de mapas *stricto sensu*.

Para este exercício foram confeccionados quatro mapas dos mangues, dois por pescadores e dois por pescadoras. Suas elaborações ocorreram durante o mês de outubro de 2022 na busca por desvelar os caminhos percorridos no trabalho de “cata” dos caranguejos, as aproximações e distanciamentos entre os mesmos.

Seguiu-se as indicações de José Colaço Dias Neto (2015) que em sua etnografia estimulou os pescadores e pescadoras de Ponta Grossa dos Fidalgos – Campos dos

Goytacazes/RJ – a produzirem mapas dos fundos da lagoa e os da Carrasqueira/Portugal a construírem mapas que representassem o Rio Sado. Este exercício permitiu ao etnógrafo um rico e multifacetado retrato dos espaços das atividades pesqueiras descritas em suas pesquisas.

Ao escrutinar os “mapas de fundo” de Ponta Grossa dos Fidalgos o autor os caracteriza como “dispositivos submetidos à temporalidade das histórias de vida, sendo, pois, tributários da experiência e, em virtude de sua utilização no desempenho quotidiano do ofício, são também permanentemente atualizados com ratificações e retificações” (DIAS NETO, 2015, p. 78)

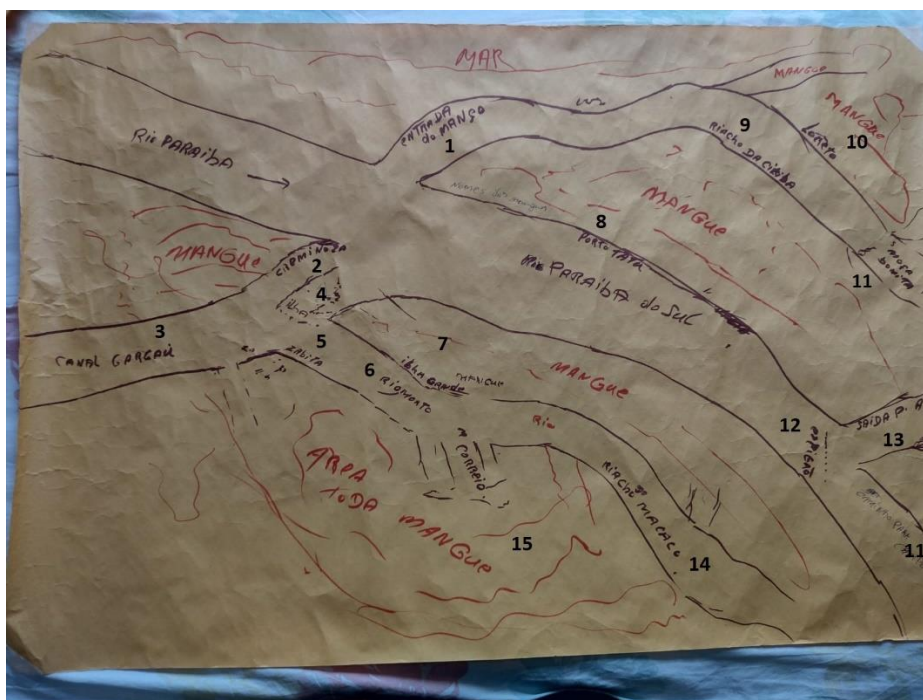
Imagem 75: Elaboração de um Mapa de Mangue por D. Bendita



Fonte: arquivo pessoal do autor.

Assim os “mapas de mangue” também vinculam-se a práticas cotidianas e ancestrais destes sujeitos, por este motivo inserem-se numa imagem espaço-temporal que diz respeito a “trajetos” e “pedaços” que se ligam a suas biografias e, ao mesmo tempo, aos saberes naturalísticos e as capacidades técnicas e tecnológicas de que cada qual dispõe.

Mapa 10: Mapa de Mangue de seu Pastor



Legenda:

- | | | |
|-----------------------|----------------------------|----------------------------|
| 1 – Entrada do mangue | 6 – Rio Morto; | 11 – Mangue da Moça Bonita |
| 2 – Criminosa | 7 – Mangue da Ilha Grande; | 12 – Espigão; |
| 3 – Canal de Gargaú | 8 – Porto do Tatu | 13 – Saída para Atafona |
| 4 – Ilha | 9 – Riacho da Ciriba | 14 – Riacho do macaco |
| 5 – Mangue da Azabita | 10 – Mangue do Loreto; | 15 – Mangue do correio |

Fonte: Elaborado pelo pescador Pastor

Pastor, como dito anteriormente, encontra-se na ativa, praticando polipescarias. Seu foco principal de trabalho é o rio Paraíba do Sul, contudo sabe que em sua faina necessita ter experiência e habilidade em distintos “pedaços” como garantia de fontes de rendas constantes. Ciente destes desafios possui grande número e variedade de petrechos, desde redes para diferentes espécies e pescarias até embarcações para circular pelos ambientes de rio/mangue (na época possuía 03 bateiras mais uma lancha de alumínio).

Esporadicamente, em períodos de pescarias “fracas”, frequenta alguns “pedaços” dos manguezais para repor seus rendimentos depreciados. Opera, ainda, no comércio possuindo uma “peixaria caseira” – micro “mancha” – onde realiza vendas para “pequenos atravessadores” da região, integrantes dos “circuitos inferiores da economia” (SOUZA JÚNIOR, 2015a, 2015b), na busca por fugir dos principais atravessadores locais.

Seu mapa reflete o protagonismo de seu contexto de vida. Nele buscou retratar de forma paralela os “trajetos” do mangue e dos “rios”. Como frequenta estes ambientes os

enxerga de forma integrada. Por ser proprietário de embarcações que facilitam seu trânsito consolidou sua noção espacial tornando este ambiente familiar. Este constante circuito habilitou seu olhar e, somado as expectativas que possuía para demonstrar seus profundos saberes, projetou um esboço imitando o que seria um “mapa acadêmico” buscando encaixar cada elemento em seu devido lugar e dentro de uma “escala” imaginária que imitaria o real.

Dentre os que confeccionaram estes mapas, o pescador foi o que mais minuciosamente se debruçou sobre o exercício, mostrando impaciência quando acreditava que havia retratado algo de maneira “errada”. Chegou a solicitar novas folhas abandonando as primeiras pela insatisfação com o resultado inicial de seus desenhos. Esta postura frente ao pesquisador corrobora com a concepção da pesquisa social como encontro entre sujeitos que elaboram e reelaboram suas expectativas mutuamente. Enquanto eu buscava perceber as variadas maneiras de se contemplar o espaço dos manguezais, o pescador buscava me certificar de sua sabedoria ao se esforçar por nivelar seus resultados com o que seria, supostamente, um “mapa correto”.

Em seu mapa figuram os espaços cruciais de circulação por entre os “rios” do Paraíba do Sul conjuntamente com os principais mangues, compondo diversificados “pedaços” de pescas. Como a proposta inicial foi desenhar um mapa dos mangues, este amplo retrato confirma a impossibilidade de Pastor visualizar apenas os mangues, excluindo os espaços contíguos do rio.

Assim a criminosa significa um lugar na entrada do canal com profundidade maior aglutinando maior força das correntes marítimas em determinados momentos tornando-se de navegação perigosa. Segundo relatos locais algumas bateiras adernaram ao passar despercebidas por ali. Nos dias atuais, com a diminuição da profundidade do rio, os riscos de se passar pela criminosa foram amenizados, ainda assim estes “causos” afiguram nas memórias coletivas.

O canal de Gargaú, como já exposto, retrata o acesso seguro para entrada e saída das embarcações. Por penetrar na localidade torna-se passagem obrigatória para as pescarias de rio e mar. O porto de ancoragem de Pastor, onde deixa suas bateiras atracadas, se encontra no “quintal” de sua residência, sendo assim parte do próprio canal se agrega a sua “casa” (oficina terrestre). O quintal do pescador, “pedaço familiar e laboral” configura com um espaço liminar, “casa/terra” – “rua/água”.

As ilhas, são elevações permanentes ou temporárias no leito do rio. Estão intimamente ligadas aos fluxos fluviais e, em algumas circunstâncias, as ações humanas. Num circuito aparentemente paradoxal, podem ser perigosas para navegantes principiantes ou imprudentes, todavia são apreciadas por pescadores e pescadoras experientes devido aos movimentos das águas tornarem efemeramente seus entornos mais rasos com suas margens propícias para acúmulo de paus e pedras o que significa bons pontos de pesca. Como “pedaços” precisam ser conhecidos e reconhecidos, visto poderem ser benéficas ou perniciosas aos resultados de suas pescarias.

O riacho do macaco, saída para Atafona e o rio morto, retratam “pedaços” de passagens no rio ou pontos de pescarias. O espigão foi, no passado, uma das obras do DNOS (Departamento Nacional de Obras e Saneamento) para canalizar as águas do Paraíba no intuito de beneficiar as grandes lavouras de gado e de cana de açúcar da região com a liberação de espaços com a drenagem das águas para plantação destas culturas agrícolas e/ou fortalecimento das vias de transportes fluviais para escoamento de suas produções (SOFFIATI, 2007, 2013).

Segundo os interlocutores o “espigão” consistiu em muros com grandes pedras postos no leito do Paraíba com o objetivo de aprofundá-lo tornando-o navegável para embarcações maiores. Com o tempo e a força das águas que desciam estas pedras foram cobertas, afogadas e se desprenderam. Boa parte delas se alojou no fundo das águas contribuindo para seu assoreamento.

Os pescadores e pescadoras sempre relembram deste fato, contando histórias de como passaram, num certo tempo, a apanharem algumas destas pedras para serem usadas em construções. Outros, mais críticos, apontam os prejuízos que este espigão causou ao rio, tornando-o mais raso e largo, mudando as bocas da barra de lugar, reduzindo o número de pescados e agredindo os manguezais.

A entrada do Manço (manso) consiste no principal braço de rio que permite o acesso fluvial aos mangues mais cobiçados, por possuírem maiores quantidades e qualidades de caranguejos. Em outubro de 2022 esta estrada se fechou, segundo alguns pescadores e pescadoras isto nunca havia ocorrido. Este fenômeno foi computado como efeito da “fraqueza” que o rio vem demonstrando nos últimos tempos. Esta fraqueza é fruto, principalmente, das intervenções humanas em sua corrente com a construção de diques e

canais para favorecerem os grandes fazendeiros da região (SOFFIATI, 2013), o que veem reduzindo o “peso das águas do Paraíba” e rareando a quantidade de pescados.

Imagem 76: Entrada do manso fechada devido a força das águas do mar e dos ventos em contrário a “fraqueza” do rio terem transportado grandes quantidades de areia para seu curso.



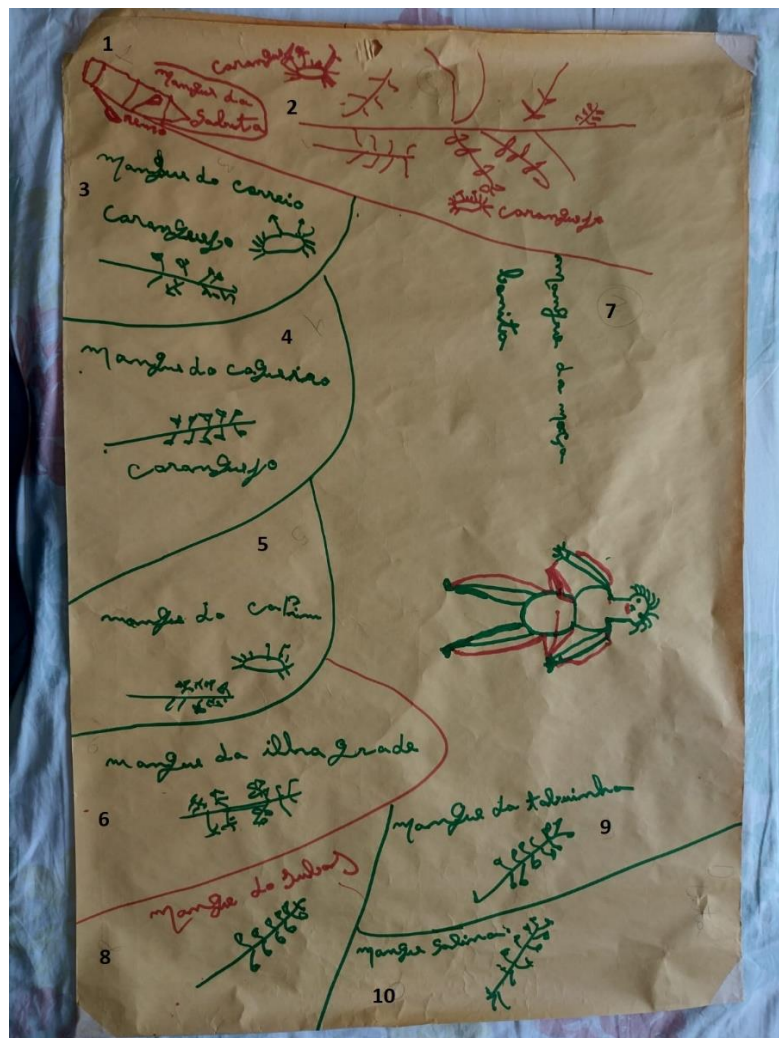
Fonte: arquivo pessoal do autor.

No dia vinte e um de novembro de 2022, depois das chuvas que ocorreram na região e nas cabeceiras do Paraíba, a força de suas águas abriu novamente o manso e os pescadores e pescadoras tiveram este acesso liberado. No mapa de pastor pode-se verificar como esta entrada conduz aos manguezais mais cobiçados do estuário: Mangue do Loreto e o Mangue da Moça Bonita. O “trajeto” a estes mangues pode ocorrer também pelo porto do tatu, entretanto este caminho é mais longo e para trafegá-lo se precisa passar por uma grande área de manguezal, tornando-o de difícil acesso.

Como possui embarcações próprias Pastor nem cogita a possibilidade de realizar o “trajeto” pelo porto do tatu, por isso se encontrava extremamente preocupado com o fechamento desta passagem. Na época procurava mobilizar pessoas para cavarem uma vala na areia que fechou o “manso” como alternativa para “trajeto” das embarcações. Comentou, inclusive, uma estratégia que tramava: iria atracar uma embarcação do lado interno do manso para, durante as manhãs, se deslocar para o local com uma outra de suas bateiras que a deixaria ancorada do lado aberto do rio, atravessaria o areal para o outro barco onde seguiria para suas pescarias de caranguejos.

Os manguezais da Azabita, da Ilha Grande e do Correio, notórios na região, são pouco visitados por Pastor, manguezais de acesso mais fácil, pois se encontram próximo a área habitada da localidade podendo ser visitados por terra. Possuem ampla frequência, provavelmente, este também seja um fator de afastamento do pescador destes pontos. Segundo ele possuem caranguejos em tamanhos menores, não sendo interessante investimentos nestas pescarias. Este “mapa” apresenta o contexto deste Pescador tanto como fragmento desta localidade quanto em suas especificidades.

Mapa 11: Mapa de Mangue de D. Bendita



Fonte: Elaborado pela pescadora D. Bendita

Legenda:

1 – Saída para o manguezal;
2 – Mangue da Zabita;

6 – Mangue da Ilha Grande;
7 – Mangue da moça bonita;

3 – Mangue do correio;
 4 – Mangue do coqueiro;
 5 – Mangue do capim;

8 – Mangue do subás (ou dos Ubás);
 9 – Mangue da taboinha;
 10 – Mangue salina;

D. Bendita, pescadora antiga de Gargaú, aprendeu as pescarias de rios e mangues com seus pais, em especial sua mãe. Depois de casada manteve seus circuitos pesqueiros na companhia do esposo, mesmo após ganharem seus três filhos. Como partícipe dos circuitos dos rios/mangues não encontra interdito nestes “trajetos”, contudo a companhia masculina, de preferência alguém de sua parentela parece ser o comportamento mais usual.

D. Bendita: Meu marido também, tem sete anos de morto. Ele pescava. Eu embarrancava lá em frente ao [município de] São João da Barra, que vai para Campo Novo, Rio Grande. Eu levava três dias embarrancada para pescar e gelar o peixe, **ele e eu. Agora eu sinto até falta porque não tem mais ele, para mim é longe.**

Junto com seu companheiro passavam três dias “embarracados”, ou seja, construíam pequenas barraquinhas improvisadas as margens do Paraíba, feitas de folhas de bananeira, coqueiros, bambus, etc. e ficavam dormindo nestas “barracas” para realizarem pescarias com “trajetos” mais distantes em pontos de pesca que possuíam boas quantidades de pescados. Esta estratégia visava aumentar o tempo de estada nestes pontos e reduzir custos, esforços e riscos visto necessitarem de translados mais caros, difíceis e perigosos.

Segundo os interlocutores a região conhecida como Barcelos era um destes pontos de grande frequência que ficava as margens do rio no lado da cidade de São João da Barra. Este espaço por vezes ficava congestionado de barracas, devido à grande procura por aqueles “pesqueiros”. A presença de mulheres em conjunto com seus esposos aparenta ser comum nestas épocas. Todavia, como presente na transcrição acima, “agora sinto falta para mim [pois] é longe”. Segundo sua narrativa esta presença parece cessar quando da ausência do homem como companheiro.

Segundo pude constatar nos trabalhos de campo os homens circulam entre seus companheiros de pesca com certa tranquilidade, mesmo preferindo atuar junto a parentela⁸⁸, enquanto as mulheres necessitam da disposição de um parente masculino para trafegarem

⁸⁸ Semelhante ao descrito por José Colaço Dias Neto (2015) sobre os pescadores e pescadoras atuantes na Carrasqueira/Portugal. Contudo em seu estudo Dias Neto verifica a maior presença feminina na companhia masculina formando a “companha” de pesca, preferencialmente no interior da própria parentela. para mais detalhes ver DIAS NETO, 2015.

pelos “pedaços” dos rios. Assim na ausência de seu companheiro e no interdito de dividir a embarcação com “outro/a” pessoa D. Bendita contempla estas pescarias com nostalgia, por não mais poder realiza-las.

Após o casamento D. Bendita e seu marido construíram sua residência no terreno de seus pais (segundo a interlocutora este espaço pertencia a família de sua mãe). Com o falecimento de seu companheiro continua residindo neste terreno, contudo divide este espaço com suas irmãs que hoje tornaram-se suas vizinhas. Como vizinhas constituíram elos de apoio mútuos realizando tarefas laborais, domésticas e de criação de filhos de maneira coletiva, onde umas assessoram outras. Este fato corrobora o exposto nesta pesquisa demonstrando que os padrões de moradias uxori-local e uxori-vizinhança⁸⁹ (COLE, 1994) parecem ser os mais usuais na localidade.

Como produz o próprio material de trabalho e depende dele como fonte de renda e/ou alimento vislumbra que os dias atuais estão melhores no que diz respeito ao acesso de matérias primas para produção de suas artes de pesca. Adquire pedaços (peças) já prontos das redes para serem costurados uns nos outros compondo as redes finais. Esta mudança agilizou a produção de seus materiais e, por isto é vista com bons olhos. Corroborando o que foi apresentado anteriormente, esta inovação, por potencializar sua faina junto ao rio/mangue é bem vista pela pescadora.

Em contraposição percebe que a falta de respeito, de liberdade e o aumento do custo de vida na atualidade tornaram a vida em Gargaú de pior qualidade. Similar a noção de “idade de ouro”, reconhece as melhorias ocorridas com o passar dos anos, contudo associa estas melhorias a uma certa deterioração nas relações humanas.

Dona Bendita: Então o tratamento antigo não era assim, **era só erva** [...] E o banho de chuveiro, nós achamos ótimo, mas **eu nunca tomei um banho de chuveiro**. Porque o banho principal, do antigo, era tomando **banho na bacia**, com água quentinha, morna. E esse banho de bacia faz muito bem à

⁸⁹ “O efeito destas práticas em Vila Chã traduziu-se no fato de as mulheres deterem e herdarem propriedade e no aparecimento de um sistema de residências uxori-local entre as casas de marítimos. Depois do casamento, o marido ficava, geralmente, a viver com a sua mulher e os pais dela (...) as filhas mais velhas casadas mudavam-se, com frequência, para a casa ao lado ou perto das dos seus pais, e, desse modo, instalava-se uxori-vizinhança – isto é, na proximidade de mulheres com as quais se mantinham relações de consanguinidade, especialmente mães, irmãs, filhas, e tias maternas” (COLE, 1994, p. 73). “A herança da casa e da propriedade familiar por parte das mulheres fomentou o desenvolvimento de um padrão de residência uxori-local e uxori-vizinhança em Vila Chã. Embora se parta geralmente do princípio de que é um modelo de herança masculina e de residência viri-local que prevalece nas comunidades de pescadores (...) existem diversas provas de que um modelo de herança feminina e de residência uxori-local e uxori-vizinhança semelhante ao que existe em Vila Chã é comum em muitas comunidades pesqueiras do mundo” (COLE, 1994, p. 76).

mulher porque ela senta naquela água morna. Se te der alguma infecção por dentro, aquilo sai. E o banho de chuveiro passa só por cima [...] A nossa luz era **lamparina**. Não tinha televisão, não tinha nada. Agora nós estamos dormindo de madrugada. [...] De tudo [era melhor]. **Antigamente, as coisas eram muito baratas**. Você ia ali e comprava um quilo de feijão baratinho. Então piorou assim. **O pouquinho que ganhava dava para todo mundo se sustentar**. Agora a gente ganha mais e quase não dá. [...] De primeira, **a gente nem usava óleo, era banha** [...] **Sem maldade**, sem nada. Acordar de manhã cedo, **ninguém tinha olho grande na vida de ninguém** porque ninguém tinha nada, todo mundo era igual. **Aquela vida era tranquila**. Isso marcou muito. Eu **queria que voltasse tudo de novo**, mas não tem mais tempo para isso. [...] É assim. **Vida boa era aquela, queria que voltasse. Não volta mais**.

A pescadora interconecta transformações materiais com imateriais. A introdução de chuveiros e energia elétrica em sua visão trouxeram modificações que adoeceram o corpo. Por alterarem os tempos-espacos de cuidados corporais tornaram o ser humano mais propício a enfermidades. Assoma-se esta concepção com a maneira de remediar estas enfermidades. Antes o uso de ervas medicinais tornava os tratamentos mais eficazes e “naturais”, provavelmente o custo destes medicamentos nos dias de hoje também pesem nestas avaliações.

A sensação da igualdade vivenciada num tempo em que “ninguém tinha nada”, onde as “coisas eram mais baratas”, haja vista, inclusive, possuírem menores desejos de consumo, “nem usavam óleo, mas banha”. Tempo também “sem maldade” onde a vida fluía de forma “mais tranquila”. Sentimentos que mesclam percepções e valores morais com mudanças materiais.

Esta forma de caracterizar os interstícios temporais está orientada por transformações nos processos de sociabilidades vivenciados por estes sujeitos. As inovações trazem consigo outros tempos e espacos e novas maneiras de convivência. Sendo assim as memórias guardam períodos em que a sociabilidade local possuía outro tempo – o tempo do banho de bacia, da lamparina – e outros espacos – da horta com as plantas medicinais e das criações de animais com as banhas de porco. Tempos que se associam aos tempos das pranchas e do barracão. Como assevera D. Bendita, tempos que “não voltam mais”.

Estes relatos remetem ao que Rosane Manhães Prado (1995) nominou de “idade de ouro” ao descrever as temporalidades presentes na sociabilidade das cidades pequenas brasileiras a partir de estudo de caso realizado na cidade de Cunha, interior de São Paulo. Segundo a autora:

A lógica deste “antes” parece ser a de um tempo mítico [...] uma época glorificada pelos atuais moradores como período de esplendor e riqueza, um tempo que muitos residentes locais lembram como a idade de ouro de Cunha. Todos esses tempos podem ser alocados no tempo que já foi bom e que não exige precisão alguma para ser definido, mito que é, realimentado de muitas maneiras e perspectivas (PRADO, 1995, p. 46).

No caso da temporalidade rememorada por D. Bendita surge uma bifurcação. Tempos bons e ruins. Os tempos ruins⁹⁰ se relacionam, em espacial, com mudanças ocorridas nos espaços de sociabilidade, enquanto os bons se associam as inovações que potencializaram seus instrumentos de trabalho. Portanto percebe-se como este pêndulo entre transformações e permanências não ocorre de forma hermética, mas, ao contrário, associado a contextos e circunstâncias que incidem diretamente nestas avaliações.

Os pescadores e pescadoras artesanais circulam pelos percursos históricos a partir de redes das quais sofrem influências e influenciam. Nestes jogos os “riscos empíricos” (SAHLINS, 2003) sempre são possíveis de ocorrer. No esforço por manter integral ou parcialmente sua autonomia e liberdade estes sujeitos intercambiam neste pêndulo e avaliam constantemente os ventos das inovações sem perder de vistas os tempos do passado, mesmo que, de alguma maneira, eles não voltem mais.

D. Bendita, como polipescadora realiza atividades variadas vinculadas tanto ao mangue quanto ao rio. Pesca de tarrafa, mijuada, tapagem, puçá, “cata” caranguejos” e Goiamuns. Para estas policapturas confecciona seus próprios petrechos, incluindo as embarcações. Além disto ainda produz esteiras de tabua que revende a turistas e visitantes.

⁹⁰ Em suas narrativas identifica, ainda, alterações nos rios/mangues como ruins, porém esta perspectiva será interpretada no último capítulo deste estudo.

Imagem 77: Armadilha para “cata” do *Goiamum*



Imagem 78: Esteiras confeccionadas na localidade



Imagem 79: Puçá para pesca do siri.



Fonte: arquivo pessoal do autor.

Como polipescadora, possui grande número e variedade de petrechos. Mesmo com esta diversidade laboral possui poucos recursos. Para construir a sua bateira encontra muitos limites financeiros o que torna o processo lento e descompassado. Como atua diretamente nos cuidados e criações das parentelas de coabitação possui também pouco tempo para se dedicar aos circuitos pesqueiros. Ainda atua como pastora num templo local, espaço muito simples e com frequência semanal em seus cultos.

Imagem 80: templo onde D. Bendita atua como pastora:



Fonte: arquivo pessoal do autor.

Devido a estas circunstâncias, suas inserções nos “trajetos” dos manguezais se tornam prejudicadas. Como não possui bateira e tem dificuldades de conseguir um parceiro acaba por se deslocar por estes “trajetos” caminhando, por isso frequenta com mais intensidade os manguezais próximos tais como: o da Azabita, do correio, da Ilha Grande, etc.

Alguns dos mangues mais distantes que são dependentes de embarcações, como o do Loreto não se encontram presentes em sua representação. O mangue do Loreto foi, inclusive, o único retratado no mapa de Pastor que não se encontra no de nenhum outro. Este fato se explica por Pastor sempre utilizar suas bateiras e, por isso, dar preferência aos manguezais mais distantes que, segundo ele, possui caranguejos de “melhor” qualidade. Possivelmente esta preferência também está embasada no isolamento deste manguezal permitindo uma pescaria mais privada.

Outra peculiaridade que se correlaciona com o local de moradia de ambos se encontra na representação da saída do manguezal no mapa de D. Bendita e não no de Pastor. Como este reside nas margens do canal do paraíba o porto de embarque é contíguo a sua casa não fazendo parte no retrato mental do pescador. De maneira inversa D. Bendita visualiza este local como presente no “mapa dos mangues” visto ser parte dos “trajetos” necessários entre a “casa” e a “rua”.

A forma como desenhou a moça bonita, mangue mais cobiçado entre os catadores de caranguejo, se fundamenta na lenda contada sobre o porquê deste nome. Assim, segundo os relatos:

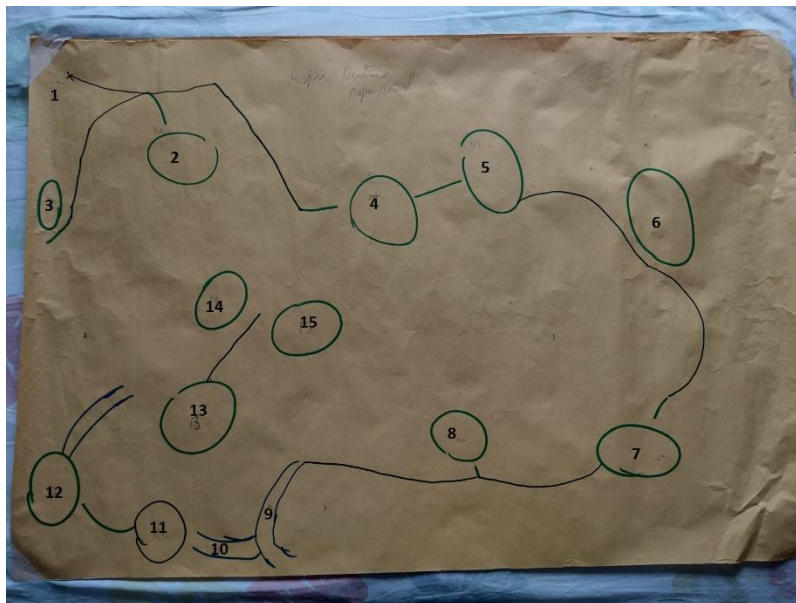
Pastor: A moça se perdeu no mangue, ficou um pedaço do vestido agarrado num pau lá", e no lugar onde eles fala, é engraçado que o lugar que eles falam, as raízes de toca, não chegam a ficar vivas, morrem, seca. Vou te levar lá nesse lugar certinho.[...] Porque tem uma área grande de lama dentro mangue, que é um atolador chamado Ciribo do urubu. É um lugar que dá uns caranguejo grande, bonito. E nesse lugar que tem uma área que muitas pessoas *conta* que nessa área que tá, as árvores que a raiz vai pra fora, não sei se você conhece, chamado mangue vermelho. Elas, do lado assim, é tudo verdinho, mas nessa área, elas não crescem.

Moça Bonita: Não, rege a lenda que ela estava no mangue com a mãe e caiu no pântano. Então, desse dia em diante nunca mais acharam essa menina. Então, a lenda ficou, que é a lenda do mangue [...] porque tem pântano mesmo naquele mangue da moça bonito.

Sendo assim a alcunha do mangue é fruto desta história trágica que se transformou em lenda. Uma menina muito bonita que se perde no manguezal e ali morre afogada. Novamente

pode-se constatar como as lendas associam morte e vida, risco e bonança. A morte da menina concebeu bons frutos para o mangue na bonança de caranguejos. Os riscos do local que abriga em seu meio um “pântano” são compensados pelas boas pescarias ali realizadas. Assim, consistem os mundos da pesca, peças que aparentemente são contraditórias encontram seus encaixes e concebem circuitos permeados de possibilidades e de perigos.

Mapa 12: Mapa do Mangue de Paraíba



Elaborado por Paraíba

Legendas:

- | | | |
|------------------------------------|---------------------------|---------------------------|
| 1 – Porto de saída das embarcações | 6 – Mangue do correio | 11 – Porto do capim |
| 2 – Mangue mata fome | 7 – Mangue três bocas | 12 – Fundo dos Ubás |
| 3 – Mangue azabita | 8 – Mangue porto do barro | 13 – Mangue Salina Grande |
| 4 – Mangue rio morto | 9 – Riacho salina pequena | 14 – Mangue sapê |
| 5 – Mangue ilha grande | 10 – Porto barro | 15 – Poço da água preta |

Paraíba também é dos antigos pescadores da localidade. Participante também de polipescarias atualmente vai ao rio esporadicamente, principalmente na companhia de um de seus filhos, como momentos de lazer. Segundo seus relatos deixou de participar frequentemente dos circuitos das pescas devido não encontrar mais o respeito de outrora entre os pescadores e pescadoras.

Paraíba: O melhor da pesca já não tem, porque agora não tem. Agora não tem melhor. [...] Pesquei muito, tinha muita rede, mas existia respeito. Hoje não tem. [...] Chegava lá do outro lado, eu estava... aí pegava água ali bebia cansado. Nesse meio tempo, surgiu uma turma de pescador, meninada nova, sem respeito, xingava a pessoa, jogava a rede na frente. Eu pensei na minha saúde. Eu pensei a minha situação. Fazendo a minha pescaria e um menino

novos desse aí falar um negócio desse pra mim. Eu digo vou vender. Vendi rede, vendi pisca, vendi tudo. Vendi tudo. Fiquei na pescariazinha de tarrafa, que eu pescava e vinha embora. Quando meu filho estava aí... Quer dizer que esse momento já acabou. Não tem mais esse momento bom. Esse momento agora tem uma falta de educação, que não tinha.

Em suas memórias Paraíba também associa o passado a algo semelhante a “idade de ouro” (PRADO, 1995), tempos onde havia respeito. O respeito reivindicado pelo pescador concerne tanto ao respeito pessoal quanto ao respeito pelas regras costumeiras do circuito da pesca. No âmbito pessoal esta ausência de respeito se manifesta pela forma de linguagem mais usual nos dias atuais entre os jovens. Os tratamentos dispensados ao pescador com palavrões considerado por ele como “xingamentos”, agressões a sua “honra”, o feriram internamente levando-o a abandonar os circuitos que participava. A questão da “honra” foi trabalhada em outras pesquisas sociais (ELIAS; SCOTSON, 2000; FONSECA, 2000), porém não será aprofundada devido aos limites deste estudo. Cabe neste texto apenas a referência ao destaque dado por Paraíba a este atributo.

Em excerto transcrito anteriormente o pescador exalta a “honra” de trabalhar na pesca: “Paraíba: O pescador é bom. Eu tenho honra de ser pescador”. Neste outro trecho destaca a falta de respeito nos tempos atuais sendo o responsável por sua desistência da atividade pelo risco de ter sua “honra” ferida. A “honra” como atributo constitutivo destes “mundos” da pesca indica uma chave de interpretação que deve estar associada as questões dos direitos consuetudinários e dos status sociais referentes as imagens que estes sujeitos conquistam cotidianamente na localidade. Estas chaves interpretativas abrem caminhos promissores para outras/futuras pesquisas.

No quesito do desrespeito ao direito costumeiro Paraíba, neste trecho, descreve como os pescadores “jogavam a rede em sua frente”. Os códigos e comportamentos para realização dos circuitos da pesca de rios prescrevem para alguns tipos de pescarias, tal como na mijuada, algumas regras de condutas e obediência a tempos e espaços na qual todos/as os participantes estão sujeitos. Sendo assim a preferência da colocação das redes em determinado ponto de pesca se regula pelo tempo de chegada ao local. Os que chegam primeiro tem direito a pôr seus petrechos de início.

Este direito está vinculado a outro, as distancias entre as redes manejadas em espaços contíguos. Assim cada rede deve guardar uma distância específica entre as outras, como forma de garantir boas capturas para todas/as e manter relações de boas vizinhas com os

outros/as pescadores e pescadoras em convívio no “pedaço”. Portanto Paraíba teve seu direito usurpado ao terem postos petrechos “em sua frente”, seja esta expressão temporal ou espacial. Por conseguinte, a soma do desrespeito pessoal com o legal acabou por levar o pescador a, praticamente, abandonar suas fainas.

Mesmo realizando ocasionalmente pescarias de tarrafa e, na maioria das vezes, em conjunto com seu filho, numa prática que associa, simultaneamente, comunhão familiar e momentos de lazer, Paraíba ainda participa do circuito de pesca de camarão Pitu no rio. Para estas pescarias produz seus próprios petrechos, as gaiolas utilizadas para estas capturas.

Imagem 81: Gaiolas construídas por Paraíba para o circuito da pesca de Camarão Pitu





Fonte: Arquivo pessoal do autor.

A pescaria de camarão Pitu consiste na realização de “trajetos” próprios conhecidos por seus participantes. Estes “trajetos” levam aos “pedaços” onde encontram-se os pescados. Ao chegar nos locais os pescadores e pescadoras armam suas gaiolas no fundo do rio com uma “isca” em seu interior e uma “boia” numa corda que se prende as gaiolas para que possam ser puxadas para a superfície, “miradas” nas expressões locais, para verificação de seu conteúdo e dos resultados auferidos. O tempo que estas armadilhas ficam submersas antes de serem recolhidas varia. O mais usual está em coloca-las no rio a noite e busca-las no início da manhã.

Os melhores meses para sua execução estão entre outubro e fevereiro. Os Pitus possuem elevados valores para venda, entre R\$/Kg 25,00 a 30,00, por este motivo se constitui como uma pescaria ambicionada. Segundo Paraíba, as pescarias de Pitu atuais precisaram alterar certas condutas “tradicionais” deste circuito, em razão da “falta de respeito”. Com isso ao invés de posicionarem suas gaiolas com as boias indicando seu lugar e facilitando sua retirada, precisam amarrá-las em galhos ou raízes no rio, de forma oculta, em posições marcadas mentalmente. Esta nova conduta busca evitar os “roubos” destes petrechos com os

pescados juntos facilitados pelas boias que emersas na superfície da água podem ser vistas facilmente.

O manuseio desta arte de pesca específica na localidade é relativamente recente. Seu uso gera polêmica, pois alguns pescadores e pescadoras classificam-nas como excessivamente predatória causando desequilíbrio na espécie e contribuindo para a sua redução. Paraíba concorda em certa medida com estas acusações e assim se manifesta sobre elas:

Paraíba: Porque que eu pesquei muito de puçá. Pescava muito de puçá. Pescava a noite toda. Saía de casa de tarde, só chegava no outro dia. Apanhava o camarão. Apareceu a gaiola, eu parei de pescar de puçá. Vou pescar de gaiola, porque a gaiola eu boto lá e vou embora. Pego no outro dia [...] Porque o povo fala que foi a gaiola que acabou com a pescaria, mas não foi tanto a gaiola, porque o povo pagava as cabroas ou vagas e descascava, botava em um saquinho para vender. Acabava a produção do camarão. Aquelas mulher todinha que descasca. Acabou.

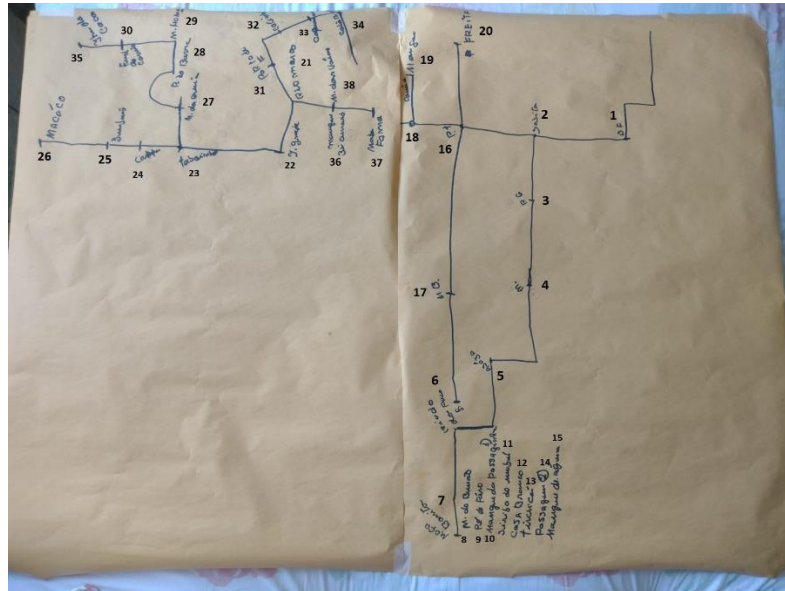
O Pescador adotou esta inovação em suas pescarias devido a mesma potencializar seus circuitos reduzindo seus tempos de estada em cada “pedaço” de sua atividade. Se antes precisava ficar horas mergulhando e “mirando” puçás na superfície do rio, hoje coloca suas gaiolas e retorna para casa indo busca-las apenas no outro dia. Semelhante a D. Bendita, os tempos estão ruins devido a falta de respeito entre os pescadores, mas existem boas inovações que facilitam a ampliaram a sua capacidade pesqueira.

Reconhece, até certo ponto, que estes petrechos são mais predadores, “não foi tanto a gaiola”, porém ao ser comparada com o beneficiamento que se executa nos “frigoríficos” locais esta maior predação se justifica. Segundo sua narrativa os camarões beneficiados além da quantidade expressiva de capturas ainda não respeitam os ciclos reprodutivos sendo pescados, inclusive, cabroas e vagas, isto é, crustáceos muito filhotes ou fêmeas ovadas ampliando suas justificativas para manutenção do uso das gaiolas.

Seu mapa impressiona pela quantidade de manguezais e também por outros espaços demarcados no leito do Paraíba tais como: portos, riachos, poços, etc. esta riqueza comprova o amplo conhecimento do pescador sobre os “trajetos” no rio. A ausência do mangue da moça bonita, normalmente referido como muito cobiçado localmente, igualmente chama a atenção. Paraíba reside numa das ruas do Buraco Fundo, fora das margens do canal, por este motivo, assim como D. Bendita, marcou em seu esboço o porto de saída das embarcações para o mangue.

Seu registro contém nove manguezais demonstrando a riqueza ecossistêmica deste estuário que interconectado aos saberes naturalísticos, jurídicos, epistêmicos e tecnológicos compõe esta rede ecossocial local. Registrou cinco manguezais que não se encontram nos outros mapas.

Mapa 13: Mapa do Mangue de Moça Bonita



Elaborado por Moça Bonita

Legenda:

- | | | |
|---------------------------|------------------------|-------------------------|
| 1 – Buraco Fundo | 14 – 2ª Passaginha | 27 – Mangue Areia |
| 2 – Zabita | 15 – Mangue d'água | 28 – Porto do Barro |
| 3 – Riacho Grande | 16 – Porto do Tatu | 29 – Mata Homem |
| 4 – Manso | 17 – Moça Bonita | 30 – Fundo do Correio |
| 5 – Da Nóza | 18 – Porto da Areia | 31 – Porto de Freitas |
| 6 – Riacho dos paus | 19 – Mangue do Correio | 32 – Cacimbinha |
| 7 – Moça Bonita | 20 – Porto Freitas | 33 – Mangue do Coqueiro |
| 8 – Mangue Buião | 21 – Rio Morto | 34 – Catarina |
| 9 – Mangue Pé de Pêra | 22 – Ilha Grande | 35 – Ilha dos Cocos |
| 10 – Mangue da Passaginha | 23 – Taboinha | 36 – Zé Amaro |
| 11 – Siriba do Urubu | 24 – Capim | 37 – Mata Fome |
| 12 – Casa Branca | 25 – Zubás | 38 – Mangue das Varas |
| 13 – Tiririca | 26 – Riacho do Macaco | |

Moça Bonita representa uma típica mulher local que obteve e ainda obtém sozinha seus rendimentos. Participa de vários dos circuitos de atividades pesqueiras usualmente percorrido por mulheres. Considera o circuito nos manguezais como atividade que mais lhe agrada, contudo devido a sazonalidade e ao “defeso” que incide sobre a “cata” do caranguejo necessita migrar entre atividades para manter uma renda constante. Se queija de que os

governos “proíbem três meses e pagam dois”. Como visto em outras entrevistas além do atraso do Estado no cumprimento do acerto, segundo a interlocutora, existem meses de interdição que não encontram contrapartidas financeiras.

Este fato corrobora ainda mais as injustiças impetradas pelas leis de defesa ambiental que incidem sobre os pescadores e pescadoras artesanais no Brasil. O Estado, numa suposta ação benéfica em relação a preservação dos ecossistemas, produz vulnerabilidades sociais que obrigam as vítimas e se transmutarem em criminosos. Com o atual apelo e movimento global para a defesa ambiental, estes sujeitos coletivos, munidos de parques capitais políticos (BOURDIEU, 1998) se veem refém de uma imagem negativa sobre suas fainas e acabam por adotar esta própria imagem mostrando-se envergonhados ou encobrendo suas práticas. Em verdade praticam uma justiça redistributiva, haja vista serem sujeitos de direitos e não existe direito mais fundamental do que o direito à vida.

O circuito dos manguezais se configura como o mais democrático entre os três descritos nesta pesquisa. Neste circuito encontra-se a participação igualitária de homens e mulheres tanto em quantidade quanto em qualidade, ou seja, circulam igualmente homens e mulheres sozinhos/as e/ou acompanhados/as, em números similares e, em certas circunstâncias, com primazia feminina.

Moça Bonita se encontra atualmente aposentada⁹¹, esta renda constante em muito contribui para manutenção de sua vida. Ainda assim se mantém em intensa atividade, o que considera motivo de sua saúde física e mental. Como muitas mulheres locais foi casada – “roubada” – no passado, porém com uma relação conjugal conturbada, precisou garantir seu sustento e dos filhos praticamente sozinha, sem nenhum apoio de seu companheiro e, além disto, ainda sofreu constante violência doméstica.

Moça Bonita: [Seu ex-marido deu algum apoio?] Nenhum [...] Pelo contrário, quando ele deu derrame, eu trabalhava de barriga boca no frigorífico a noite toda [...] Ainda apanhava na cara ainda.

Considera que suas principais fontes de renda ao longo de sua vida foram o “mangue” com a “cata” do caranguejo e do goiamum e o “frigorífico/mancha” com a atividade de “descascadeira” de camarões/peroás. Com isso sustentou seus filhos e não permitiu que passassem dificuldades maiores, como fome. Apreendeu a profissão de pescadora

⁹¹ Me apresenta com orgulho sua carteira de pescadora por onde conseguiu sua aposentadoria.

(caranguejeira), em especial com sua mãe que também manteve um relacionamento conturbado com seu pai, até se separarem. Por causa disto criou Moça Bonita e seus nove irmãos/ãs com muitas dificuldades, vivendo dos rios/mangues e do beneficiamento dos pescados.

Na época da entrevista, devido a “cata” do caranguejo se encontrar “fraca” a pescadora frequentava o manguezal atrás de aroeira que limpava, secava e vendia o quilo para um comprador da região que vinha apanhar o produto pronto em sua casa. A aroeira estava sendo comercializada à época a 5,00 R\$/Kg.

Imagem 82: Aroeira colhida por Moça Bonita para ser limpa, seca e comercializada



Fonte: arquivo pessoal do autor.

Particpei, em sua companhia e de seu irmão, de um itinerário etnográfico no manguezal, onde colhemos juntos a aroeira. A facilidade com que a pescadora realizou a tarefa ilude os olhos, pois a “cata” da aroeira para inexperientes se traduz num trabalho cansativo, de difícil realização e que machuca muito as mãos. Neste itinerário pude constatar a desenvoltura com que Moça Bonita circula pelo manguezal, com incrível senso de direção e

conhecimento dos diversos “trajetos” que possui, além das diferentes vegetações⁹² e suas utilidades e animais⁹³ que ali habitam.

Em outro momento, meado do mês de outubro, com o fim do período da aroeira (aproximadamente entre março a junho) e durante o defeso do caranguejo, Moça Bonita se encontrava no descasque de camarões. Esta atividade é realizada no interior dos denominados localmente de “frigoríficos”. Estes espaços abrigam uma série de bens e serviços necessários para a garantia de diversos circuitos pesqueiros locais. Sendo assim estes estabelecimentos atuam diretamente no beneficiamento dos pescados, em especial dos camarões e Peroás. A atividade de descasque de camarões se subdivide em alguns “ramos”.

- Descasque na máquina: os camarões são colocados numa máquina conhecida como “máquina de descascar”. Esta funciona com cilindros internos que se movimentam de forma alternada, enquanto uns giram em uma direção, outros giram na direção contrária. A máquina se posiciona criando um ângulo, como se estivesse de “lado”, formando uma ladeira. Os crustáceos são postos na parte superior (no alto da pequena ladeira) e vão escorrendo, com auxílio de uma pequena fonte de água corrente, por entre os cilindros, sendo esmagados por estes e liberando suas cascas no trajeto. Ao final os crustáceos são expelidos por um canal e os rejeitos por outro. Este trabalho, como pude constatar, se realiza, praticamente, por homens jovens. Segundo relatos não possuem nenhum tipo de contrato, as relações são estabelecidas de forma informal⁹⁴ e suas rotinas de trabalho variam, dependendo da quantidade de pescados a serem beneficiados. Em média trabalham de 07:00 às 17:00 h por jornada. Seus pagamentos são realizados em forma de diárias de trabalho que variam entre R\$ 100,00 a 150,00 o dia, dependendo do tamanho da jornada e dos diferentes acordos estabelecidos. Os serviços de congelamento, acondicionamento, empacotamento, transporte, limpeza do local, entre outros também são efetuados por homens que variam em idade. Todos os acordos são efetuados informalmente. Os “frigoríficos” como integrantes dos circuitos da pesca também funcionam temporalmente sob a condicionante do “calendário nativo” e do “calendário oficial”, por isso, em certas ocasiões, estes horários de trabalho alternam entre dia e noite.

⁹² Relatou as seguintes: mangue vermelho, mangue preto, aroeira, azeitona preta, castanha, jamelão, etc.

⁹³ Relatou os seguintes: biguá, gaivota branca, gaivota azul, gaivota preta, martim pescador, saicura, espera maré, aratu, etc.

⁹⁴ Como a grande maioria de todas as relações que se estabelecem na localidade.

Imagem 83: O trabalho masculino nos “frigoríficos”.



Fonte: arquivo pessoal do autor.

- Descasque manual – o descasque manual é realizado, em sua maioria, por mulheres. Ocorre em duas modalidades. Na primeira as mulheres descascam os camarões por inteiro com as mãos, semelhante ao que faz a máquina, entretanto este produto é mais valorizado, por conseguirem um descasque melhor, com menor quantidade de restos no meio dos camarões limpos. Na segunda modalidade são retirados apenas as cabeças dos crustáceos mantendo o restante do corpo com a casca, descabeçam o camarão, por este motivo o denominam de “camarão maluco” ou apenas “maluco”. As rotinas entre estas duas modalidades são similares. Os camarões são lavados e jogados em grandes mesas

onde as mulheres ficam em seu entorno descascando os produtos. Dependendo do porte do frigorífico, pois existem maiores e menores⁹⁵, descascam uma quantidade total que varia entre 200 e 3.000 Kg de camarão por dia. Para a atividade atuam em grupo que, também dependente do tamanho da “mancha” e da quantidade de crustáceos, variam entre 05 podendo chegar até 12 mulheres. As descascadeiras mais experientes chegam a descascar 80 Kg num único dia, contudo a média gira em torno de 50 kg por mulher, para os camarões limpos por inteiro (não consegui apurar os montantes para o descasque do “maluco”). Diferente dos homens que atuam nestas atividades as mulheres recebem por produção. Com isto auferem entre 3,50 a 4,00 R\$/Kg quando limpo por inteiro e de 2,00 a 2,50 R\$/Kg para o “maluco”.

Imagem 84: Mulheres trabalhando na limpeza de camarões em um dos “frigoríficos” locais



Fonte: arquivo pessoal do autor.

Interessante notar como o beneficiamento manual se configura como atividade praticamente feminina, não presenciei durante o campo da pesquisa nenhum homem realizando esta função. Em contrapartida o beneficiamento mecânico é praticamente função masculina não tendo visto nenhuma mulher o realizando. Mesmo não aprofundando esta reflexão, por não ser objetivo central deste estudo, estas variações se apoiam, provavelmente, na concepção ideológica hegemonia do homem como o ser ligado ao aparato tecnológico e as

⁹⁵ Me foi relatada a existência de nove “frigoríficos” na localidade. Todos atuam no descasque de camarão e três além do camarão trabalham o descasque do peroa.

mulheres aos afazeres mais próximos aos domésticos. Este se manifesta como outra interessante chave de interpretação para pesquisas futuras.

Moça Bonita relata como abomina o trabalho como descascadeira, o realizando por necessidade, sem nenhum entusiasmo. Além de cansativo e desconfortável não suporta o cheiro que fica em seu corpo. Este comentário ouvi de outras mulheres na localidade. Inclusive uma delas narrou sua indignação por ter comparecido ao “ministério” para acertar sua documentação como pescadora e, neste momento, ter sido abordada por uma funcionária questionando sua condição de profissional da pesca devido estar “arrumada, maquiada e sem cheiro de peixe”, “acham que precisamos cheirar a peixe para sermos pescadora”.

Esta relação negativa entre o odor do camarão e o “Ser” destas mulheres se associa, em certa medida, a condição de trabalho alienado a qual estão inseridas como “descascadeiras”. A existência local deste complexo de atividades contribuiu sobremaneira para muitas mulheres alcançarem a independência de esposos ausentes e/ou violentos, possibilitando-as o sustento próprio e a criação dos filhos. Em suas narrativas expressam o orgulho por não terem dependido de “homem” algum e terem conseguido “tudo” que possuem com o camarão.

Em alguns casos, quando as questioneei do porquê não acionarem a justiça para garantirem seus direitos e de seus filhos com o recebimento de pensões dos ex-companheiros, respondiam que não queriam, para provarem para todos/as na localidade que eram mulheres valentes e fortes e que não precisavam da “ajuda” de ninguém.

Neste quesito o trabalho no beneficiamento de pescados locais, também se posicionam como lugar de liminaridade. Hospedam ao mesmo tempo valores negativados e positivados. São fundamentais por terem possibilitado uma vida sem a dependência financeira de ninguém, e, simultaneamente, exploram a mão de obra destas trabalhadoras ao ponto de deixar marcas em seus corpos, como dores nas colunas, nas pernas e nas mãos devido as posições desconfortáveis que ficam por muitas horas, marcas em suas memórias que se acionam pelo cheiro dos pescados que impregna seu corpo e sua alma. Assim se livrar do cheiro passa a simbolizar o livramento deste trabalho alienado.

Moça Bonita: Limpava camarão e... odeio limpar camarão, odeio, eu odeio, eu só vou no camarão se o mangue tiver afogado ou se não tiver como eu ir, mas se tiver como eu, eu não vou para o frigorífico, ninguém merece essa vida de camarão, não, é horrível. Horrível. Principalmente que você vem fedendo de lá, fede tudo, camarão é um bicho fedorento, é delícia, mas fede que é uma delícia. Impregna os poros, acho que leva três, quatro dias para

sair o cheiro da mão [...] Machuca, espeta muito. Espeta muito, as mulheres sofrem.

O relato acima demonstra esta indignação que associa exploração do trabalho com as marcas corporais e sensitivas proporcionadas por este processo de trabalho. Com isto “ninguém merece essa vida de camarão, é horrível”, esta vida deixa marcas corporais sentidas nos “machucados”, mas idealmente identificada na sensação do odor que “impregna os poros”. O camarão enquanto meio de renda, se converte no camarão como plasmado ao corpo destas mulheres que atuam nesta faina desgastante e pouco valorizada. O cheiro que se espalha, sendo sentido a certa distância, as identifica como descascadeiras. Identidade, simultaneamente, positiva, pois criaram seus filhos e a si próprias sem necessitarem de nenhum apoio; e negativa pelo trabalho exaustivo e lesivo que realizam e carregam em seus poros.

Luceni Medeiros Hellebrandt (2017) em estudo junto a um grupo de mulheres que trabalham no descasque de camarão pertencentes a colônia Z3 em Pelotas/RS, analisa a ineficiência e, em certas situações, a ausência de políticas previdenciárias e trabalhistas por parte do Estado em relação a estas trabalhadoras. Segundo a autora a faina destas mulheres afeta diretamente a saúde de seus corpos marcando, tanto positiva quanto negativamente sua identidade profissional. “O corpo aprende através da experiência pessoal destas mulheres. Neste processo, há uma certeza indubitável e, portanto, nem questionada, por elas quanto ao seu envolvimento com a pesca e pertencimento à comunidade” (HELLEBRANDT, 2017, p. 148).

De forma inversa a atividade no circuito dos manguezais é vista como extremamente agradável e sadia para a pescadora. Sair para estas pescarias se converte em momentos de prazer, alegria e saúde física e mental. Em suas palavras “eu gosto de tudo que tem no mangue”. Como visto antes a atividade no circuito do manguezal utiliza apenas as redinhas como petrechos. A “cata” se realiza por meio destas redinhas e com as próprias mãos, enfiando-as nos buracos dos caranguejos. Moça Bonita foi a única entre os entrevistados que declarou com tranquilidade utilizar os dois métodos. Pastor e D. Bendita alegaram utilizar as redinhas raramente e Paraíba disse que não as usava. Os quatro consideram a “cata” com as mãos a melhor forma.

Esta diferenciação demonstra como o circuito do mangue é central na vida de Moça Bonita. Esta centralidade é corroborada pelo seu mapa, entre todos o que possui a maior

quantidade de manguezais e que buscou organizá-los espacialmente a partir de sua lógica de trabalho. Assim registra desde sua saída no Buraco Fundo até os principais “trajetos” que executa. A análise à primeira vista do mapa traz a impressão de estar mal ordenado, contudo ao participar em sua elaboração, fui compreendendo como os caminhos trilhados retratam alguns dos roteiros imaginados antes da realização dos “trajetos”.

A elaboração destes roteiros se fundamenta em circunstâncias variadas tais como: contar ou não com embarcações, pontos de captura que se encontram em melhores condições, congestionamento dos manguezais, fiscalização em períodos de “defeso”, et al.

Exemplificando: numa pescaria com ausência de bateira a pescadora seguirá para o mangue da Azabita (nº 2) próxima a área urbanizada ou partirá para o porto do tatu (nº 16) podendo acessar o mangue da moça bonita (nº17), ou do correio (nº 19) por terra. Por outro lado, se tiver acesso à embarcação poderá passar pelo riacho grande (nº 3) trafegando até o manso (nº 4) para acessar os mangues Moça Bonita (nº 7), Buião (nº 8), Passaginha (nº 10), entre outros.

A pescadora, por seus anos de experiência nesta faina, contempla este local como seu “pedaço” da qual conhece profundamente cada recanto, e os variados “trajetos” para acessá-los. Neste sentido retratou em sua cartografia estes movimentos, numerados não apenas numa ordenação espacial, mas, principalmente, numa ordenação espaço-laboral. Por isso o Mangue da Moça Bonita, por exemplo, surge como possibilidade de roteiro terrestre e marítimo. O fato de também não registrar o porto de saída, e sim Buraco Fundo representa que seus percursos podem ser múltiplos, não obrigatoriamente tendo que passar por este porto.

Sua cartografia registrou vinte e sete manguezais ordenados espaço-laboralmente. Fruto de seus saberes naturalísticos (SILVA, 2018), o simples número de manguezais descritos impressiona a qualquer pessoa desabituada com a dinâmica desta realidade vivenciada cotidianamente. Abaixo se encontra uma tabela como as referências espaciais dos quatro mapas relativas aos manguezais organizadas por cada um destes cartógrafos da realidade (SEEMENN, 2003), como forma de facilitar a comparação entre os mesmos.

Tabela 12: comparação entre os manguezais contidos em cada mapa de mangue.

Moça Bonita	D. Bendita	Paraíba	Pastor
Zabita	Mangue da Zabita;	Mangue Azabita	Mangue da Azabita
Mangue do Correio	Mangue do correio	Mangue do correio	Mangue do correio
Mangue da Ilha Grande	Mangue da Ilha Grande	Mangue ilha grande	Mangue da Ilha Grande

Mangue do rio morto		Mangue rio morto	Rio Morto
Moça Bonita	Moça Bonita	-----	Mangue da Moça Bonita
Mangue do Coqueiro	Mangue do Coqueiro	-----	-----
Mangue da Taboinha	Mangue da Taboinha	-----	-----
Mangue Porto do Barro	-----	Mangue Porto do barro	-----
Mangue Mata Fome	-----	Mangue mata fome	-----
-----	Mangue salina;	Riacho salina pequena	-----
-----	-----	Mangue Salina Grande	-----
Da Nôza	-----	-----	-----
Riacho dos paus	-----	-----	-----
Mangue Buião	-----	-----	-----
Mangue Pé de Pêra	-----	-----	-----
Mangue da Passaginha	-----	-----	-----
-----	-----	Mangue três bocas	-----
Siriba do Urubu	-----	-----	-----
Mangue da Casa Branca	-----	-----	-----
Tiririca	-----	-----	-----
2ª Passaginha	-----	-----	-----
Mangue d'água	-----	-----	-----
-----	-----	Mangue sapê	-----
Porto da Areia	-----	-----	-----
Porto Freitas	-----	-----	-----
-----	-----	-----	Mangue do Loreto
Mangue Areia	-----	-----	-----
Mangue Mata Homem	-----	-----	-----
Cacimbinha	-----	-----	-----
Mangue da Catarina	-----	-----	-----
Ilha dos Cocos	-----	-----	-----
Zé Amaro	-----	-----	-----
Mangue das Varas	-----	-----	-----

Fonte: Elaboração do próprio autor

José Colaço Dias Neto (2015) ao interpretar os “mapas de fundo” produzidos pelos pescadores de Ponta Grossa dos Fidalgos chega a seguinte constatação:

A rigor, seria impreciso falar de um mapa do chão no singular. O que existe, na verdade, são mapas, no plural. E essa pluralidade envolve discrepâncias mais ou menos evidentes e/ou relevantes. Nem sempre, porém, tais discrepâncias resultam apenas dos hábitos pesqueiros de cada um dos cartógrafos, nem tampouco da mera circunstância que presidiu à elaboração de suas respectivas obras [...] A orientação espacial procede muitas vezes de acordo com percursos regularmente praticados, isto é, com base, não em mapas, mas em narrativas de espaço, como as chamava Michel de Certeau. (DIAS NETO, 2015, p. 64 / 69)

Seguindo as pistas do autor, os mapas dos mangues também podem ser considerados como “narrativas de espaços” ou “narrativas espaciais”. Desta forma encontra-se algumas discrepâncias na organização destas representações com algumas inclusões e exclusões, valorizando-se determinados elementos em detrimento de outros. Com isso podemos falar de

mapas de mangues no plural e não no singular. Esta cartografia do real se associa as formas de trabalho destes sujeitos, com seus “percursos regularmente praticados”. Como pescadores e pescadoras imbuídos em polipescarias seus “trajetos” encontram-se referenciados pelos tipos de pescarias que realizam em cada momento, que se equacionam pela sazonalidade, acesso a mercados, tipos de equipamentos e petrechos a disposição, entre outros.

Todavia, como assevera Dias Neto, “nem sempre tais discrepâncias resultam apenas dos hábitos pesqueiros de cada um dos cartógrafos”. Estas discrepâncias dizem respeito também aos contextos socioeconômicos e culturais que enredam estes pescadores e pescadoras. Como uma teia ecossocial seus comportamentos se inserem no movimento desta teia, referente tanto aos determinantes ecossistêmicos e laborais, quanto econômicos, sociais e políticos. Assim apesar de serem todos/as pescadores e pescadoras artesanais partícipes dos circuitos dos manguezais na localidade de Gargaú, possuem disparidades internas. Como partes distintas de um mesmo todo, Unos Fragmentados, devem ser interpretados em seus contextos e na rede que os conecta.

Seus mapas representam seus caminhos sócio econômico laborais. Se os compararmos veremos como o mapa de Moça Bonita apresenta maior variedade englobando praticamente todos os outros manguezais. Reflexo da centralidade desta atividade na vida da pescadora que se mantém em plena atividade.

Os representados por D. Bendita e Paraíba apresentam estes pescadores e pescadoras antigos da região, saudosos pelo tempo passado, “era de ouro” que não retorna mais. Com frequência pequena nos caminhos dos manguezais registraram, basicamente, os notórios, aqueles delineados com mais cores em suas memórias. Paraíba por possuir embarcações que facilita seus “trajetos” listou um número um pouco superior, mesmo se assemelhando a D. Bendita.

Pastor, pescador na ativa que para além da prática de variadas pescarias, ainda investe na comercialização de pescados, com propriedade de vários petrechos e embarcações, registrou o menor número de mangues corroborando como esta atividade não se encontra como centro de seus circuitos.

A descrição dos “mapas de mangue” empreendida nesta seção desvelou narrativas espaciais deste circuito que retratam as interconexões ecossociais locais. Com isso os lugares na qual habitam, os tipos de pescarias que realizam, os níveis de rendimentos que acessam, as

técnicas e tecnologias disponíveis, etc. influenciam suas maneiras de vivenciar e ver o mundo social e das pescas e, por conseguinte, os “circuitos pesqueiros” que participam.

Capítulo 5

Uma rápida passagem pelo sub-circuito dos “frigoríficos” o elo mais fraco de uma ampla rede comercial de venda de pescados.

Este capítulo tem por intenção posicionar o “mundo” dos “frigoríficos” locais nesta rede interativa de atividades, fazendo justiça ao espaço que ocupa como elo que interconecta as relações comerciais locais as extra-locais.

O primeiro itinerário etnográfico realizado durante o trabalho de campo será, curiosamente, parte do desfecho da pesquisa. Assemelhando-se ao “mundo” pesqueiro, um mundo circular, onde os tempos espaços funcionam em circuitos que se entrecruzam constantemente, este estudo se desenlaça pela descrição da coleta de dados inicial. Sendo assim segue abaixo a transcrição deste itinerário:

Itinerário Etnográfico da Venda de Pescado

Participantes: Eduardo, Dudu e motorista

Data: 05/04/2022

Nos encontramos próximo ao local onde me encontrava hospedado na praia do sonho. Saímos de São Francisco bem cedo, pois tínhamos um longo roteiro de viagens. Foram comercializados, neste dia – 1.900 Kg de camarão e 400 Kg de peroás. Realizamos o seguinte roteiro: Piúma, Anchieta, Guarapari, Vila Velha e Serra, todos municípios do Espírito Santo. Abaixo algumas imagens dos locais de venda dos pescados:

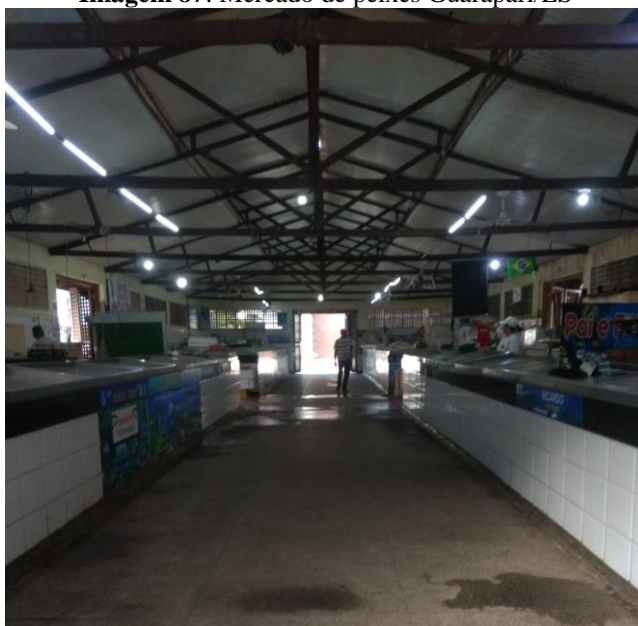
Imagem 85: Local com concentração de peixarias em Piúma/ES



Imagem 86: concentração de quiosques e peixarias anexo ao porto de Anchieta/ES



Imagem 87: Mercado de peixes Guarapari/ES





Fonte: arquivo pessoal do autor.

As vendas são realizadas para pequenos revendedores (“bombeiros”), peixarias, restaurantes/quiosques e entrepostos comerciais. No caso destes entrepostos comerciais revendem estes mesmos pescados em escala nacional. Um destes entrepostos que comercializamos neste dia se encontrava na cidade de Piúma, na estrada que conduz a BR 101. O espaço é dotado de grandes câmaras frias e uma frota de caminhões refrigeradores. Segundo informações dos pescadores que comigo se encontravam entregam pescados no Nordeste, até Rio Grande do Norte, por todos os estados do Sudeste e no Sul, em especial Santa Catarina.

As vendas realizadas são todas feitas a prazo. O único recebimento que tivemos neste dia foi de uma conta antiga que a peixaria (em Piúma) estava devendo ao “frigorífico”. Estas vendas a prazo são feitas em 30, 60 e até 90 dias. Recebem, substancialmente, com cheques pré-datados. É comum por parte dos compradores quando se chega o dia do pagamento pedirem para “segurar” mais um pouco que vão trocar estes cheques por dinheiro. Foi o caso do único recebimento que tivemos naquele dia. O cheque que havia sido dado em ocasião anterior estava sendo trocado por dinheiro.

Os pescados são comprados dos pescadores a vista. Como descrito anteriormente e confirmado pelos próprios pescadores, os “frigoríficos” acertam os valores nos fins de semana. Sendo assim pagam aos pescadores, praticamente a vista e recebem em prestações. Além disto segundo os meus interlocutores existem as inadimplências. Estas variam, em alguns “frigoríficos” maiores [Ninim] chegam a valores em torno de R\$ 20.000,00.

Os camarões, produto de maior comercialização neste dia, estavam sendo vendido entre 16,00 e 17,00 R\$/Kg. Como visto o valor pago aos pescadores gira em torno de 07,00 a 10,00 R\$/Kg. Os camarões estavam totalmente limpos, ou seja, há ainda o custo de sua limpeza. Estes camarões foram limpos na máquina, como visto os limpos pelas descascadeiras alcançam melhores preços de venda. Não consegui averiguar os preços de vendas destes produtos. No caso dos que foram descascados pela máquina os custos são as diárias dos que operam este equipamento. Utiliza-se de 02 a 03 pessoas. Suas diárias variam entre 100,00 a 150,00 R\$. As máquinas descascam aproximadamente 2.000 Kg de camarão por dia. Contudo o valor acertado com os pescadores refere-se ao produto após sua chegada da pescaria, isto é, com a casca, “sujo”. Após a limpeza perde-se, aproximadamente, 50% de seu peso. Com as perdas, depois do descasque nas máquinas, o quantitativo de camarões próprios para o comércio reduz para 900 a 1000 Kg ao dia.

Assim o camarão é comprado “sujo” e vendido limpo. Ao tirar a média da variação de preços que é pago aos pescadores chega-se ao valor de 8,50 R\$/Kg. Como na limpeza perde-se 50% de seu peso, e é vendido limpo, fazendo-se a conta da diferença estão sendo comprados 500g de camarão a 8,50, ou seja, 17,00 R\$/Kg. Mas se o camarão é comprado a 17,00 e vendido em média a 16,50 R\$/Kg e, ainda, precisa-se descontar as diárias, energia elétrica, combustível do veículo, pagamento do motorista, et al, como o “atravessador” consegue lucrar neste ramo?

Existe aí uma mágica. No processo de beneficiamento usa-se o sal, que incorpora no produto aumentando seu peso médio em aproximadamente 20%. Além desse aumento de peso adiciona-se em cada pacote de camarão entre 100 a 200 gramas de água. O pacote de 1 Kg de camarão possui, em média, 850g do produto, os outros 150 g são de água congelada. Ainda os 850 g de camarão, em verdade foram encorpados em 20% devido ao processo de conservação com o sal. Sendo assim 850 menos 20% será igual a 680, arredondando 700. Os pacotes com 1 Kg de camarão, na verdade possuem 700 g do pescado sendo o restante o que foi incorporado com sal e a água congelada no interior do pacote. O vendedor então ganha 300 gramas por pacote, aí se encontra o lucro da comercialização de camarão.

No caso do camarão descabeçado, o “maluco”, a perda, segundo os interlocutores é de 25%. O valor de venda deste tipo gira em torno de 15,00 R\$. No caso do maluco, então, compra-se 750 gramas a 8,5 R\$, fazendo as contas o camarão é comprado do pescador a 11,40 R\$/Kg. Neste caso não possui o aumento do sal, apenas o adicional da água entre 100 a 200 gamas.

Toda a comercialização, seja ela entre os “frigoríficos” e os pescadores e/ou os trabalhadores que atuam nas atividades em seu interior ou entre estes “frigoríficos” com os seus compradores de pescados ocorrem na informalidade. Não existem contratos em nenhum nó destas redes. Os vendedores que acompanhei tinham todo o processo de comercialização (quem comprou, quanto, quanto ainda deve, etc.) anotado num caderno. Todos os registros “contábeis” se encontravam neste caderninho de anotações. Porém estes códigos “informais” na maioria das vezes são cumpridos. Estes sujeitos confiam mais nas relações que estabelecem entre si do que nas relações com o Estado.

Os pacotes de 01 Kg de camarões são organizados em fardos de 50 Kg. Além de transportar, anotar as vendas e recebimentos os participantes destes circuitos ainda precisam carregar o veículo e descarregar as cargas em cada ponto de venda. Sendo assim durante o dia fomos, de parada em parada, descarregando os fardos de camarões. Um trabalho pesado e exaustivo.

O vendedor que me acompanhou neste dia era Dudu, pescador antigo da localidade e pai de Gilvan, Dono do “frigorífico”. Dudu nas negociações que empreendia sempre se apresentava como pescador de Gargaú e quando havia necessidade utilizava esta alcunha como estratégia nas transações. Assim comentava que a pescaria estava difícil, os peixes pequenos, o mar bravio, etc. na expectativa de sensibilizar os compradores a aceitarem os valores dos pescados.

Nas últimas peixarias os pacotes já se encontravam meio descongelados o que quase proporcionou a devolução do produto o que iria ocasionar em prejuízos. Ao final o vendedor-pescador conseguiu remediar a situação e efetuar as vendas. Encerramos nossos “trajetos” por volta das 20h, cheguei em casa exausto.

A transcrição acima tem por intuito demonstrar como os circuitos comerciais destas “manchas” também não são facilitados. O processo de venda de pescados a prazo, com o risco da inadimplência e a compra dos pescadores a vista, apresenta como este quadro de mútuas dependências também se dirigem a estes comerciantes. No local existem variados “frigoríficos”, se algum não cumprir o acertado com os pescadores, estes entregarão seus pescados em outro lugar. Ao mesmo tempo, se não venderem a prazo seus compradores também procurarão outros fornecedores. Apertados neste interim, os “frigoríficos” locais não possuem tanta autonomia na imposição do valor das compras como se imagina à primeira vista. Em verdade, depois dos pescadores/as, são a parte mais fraca desta cadeia comercial. Um elo com pequena margem de decisão.

Tabela 13: lucro dos “frigoríficos” na venda em média.

Camarão	Valor médio de compra pago ao pescador/a	Valor do produto pós perda com beneficiamento	Adicional (água – sal) Gramas	Valor da venda (R\$/Kg)	Lucro Direto*
Limpo	8,50 R\$/Kg	17,00 R\$/Kg	300	16,50	4,60 R\$/Kg
Maluco	8,50 R\$/Kg	11,40 R\$/kg	150	15,00	5,30 R\$/Kg

* Não se encontram neste cálculo as despesas com os funcionários que participam do beneficiamento, nem do transporte, ou dos insumos, como energia elétrica, sacos plásticos para acondicionamento, etc.

Fonte: elaborado pelo autor.

Apesar de se ter sido vendido neste dia tanto o camarão maluco quanto o limpo⁹⁶, por não saber as quantidades de cada qual será calculado os valores em separado. Assim se tivesse sido vendido apenas o limpo teria havido um lucro bruto, sem os descontos mencionados de 8.740 R\$. Se as vendas fossem do maluco este lucro seria de 10.070 R\$. Contudo esta modalidade de beneficiamento não se realiza pela máquina necessitando das descascadeiras que recebem 2,00 R\$/Kg descascado. Assim o lucro cairia para aproximadamente 6.270,00 R\$.

Se considerarmos que o “frigorífico” que executou estas vendas possuía, no período, 05 funcionários, retirando, em médias, 125,00 R\$ por dia, trabalhando 20 dias da semana teríamos um valor de salários por mês de 12.500 R\$. Ainda faltariam em nossos cálculos o valor de energia elétrica, do motorista, do combustível e dos insumos, valores que devem ser consideráveis, haja vista o uso de energia para conservação das câmaras ser elevado e dos “trajetos” serem extensos.

Pelo que pude perceber, em meses com boas saídas chegam a realizar aproximadamente três viagens por semana. Cada viagem, é claro, possui carregamentos diferentes, uns com melhores vendas, outros piores. Também pude verificar que são realizadas muitas viagens para compra de produtos em outras praias. O “frigorífico” de Gilvan, que gentilmente cedeu muitas informações, adquiria muitos pescados na praia de Santa Cruz, litoral norte do ES. Isto proporcionava grande investimento em combustíveis visto a distância do “trajeto”.

⁹⁶ Também foram comercializados 400 Kg de peroás, contudo estes peixes não pertenciam ao “frigorífico”, mas a pescadores locais, por isso não será computado no cálculo. O dono do frigorífico carregou gratuitamente estes pescados neste circuito. Nas palavras dos locais, “deu uma carona aos peixes”.

Os valores auferidos pelas monocapturas, no que concerne a pesca de peroá, mesmo com a sobre extração do valor-trabalho, reflete bons rendimentos, alcançando médias acima de R\$ 3.000,00 mensais. No caso da pescaria de camarão, descrita em uma “safra” ruim, estes rendimentos, na pior das hipóteses giram em torno dos R\$ 1.600,00. Quando estes pescadores são proprietários de seus meios de produção aumentam ainda mais seus ganhos.

Esta descrição tem como finalidade corroborar na percepção destes espaços como integrantes menores de um grande e complexo circuito. Os rendimentos auferidos não são tão elevados se comparados com os custos de operação e os valores pagos para os dois lados da cadeia, pescadores/as na compra e revendedores na venda. Estas “manchas” são “intermediárias” vendem para outros vendedores. Neste circuito mercadológico cumprem uma importante função e também ocupam espaços onde são exploradas, mesmo que num nível inferior ao dos pescadores/as.

Convivem, igualmente ao universo da captura de pescados, com riscos e incertezas. Riscos no transporte, na incerteza das vendas e de quando e se irão receber. Sua presença elimina alguns destes mesmos riscos por parte dos pescadores, por disporem da certeza na venda e no recebimento, inclusive com a celeridade no acerto, como foi constatado pelos próprios depoimentos deste estudo.

Seu lucro em grande medida se estabelece por adicionarem o sal e a água aos pescados. Assim o mesmo sal que foi o fundamento da existência deste complexo mercadológico local continua, de alguma forma, contribuindo para sua manutenção. A água sempre presente, seja no mundo da pescaria e dos pescados, seja na embalagem que garante o lucro destes “frigoríficos”. Uma localidade forjada e formada entre o sal e as águas. Passado e presente continuam se embalando e se alocando, também, nas embalagens dos produtos comercializados.

Gilvan [Dono de frigorífico]: Algumas pessoas têm **um entreposto assim**. A firma lá em Santa Catarina, eles produzem lá, não é? A pesca lá é muito forte e eles também compram aqui, por exemplo, **eles compraram semana passada a base de uns dez mil quilos, uns dois caminhões, dez, 12 mil quilos** [...] Não tem linha de crédito para ajudar quem trabalha nesse ramo. O banco não ajuda. **Ninguém ajuda. É você por você**. Porque o cara não é uma empresa. Ele é tipo um comerciante pequeno, entendeu? Muito pequeno. É muito difícil. Tem que vender. Tem risco na estrada. Se você for comprar um caminhão assim para transportar, tem que ter baú, tem que ter aparelho, tem que ter caminhão. **Como que você vai comprar isso se você não tem nem crédito para isso** e você também não tem esse dinheiro. Então, você tem que levar em um carro de estrada, no isopor. **Se a**

fiscalização pegar, está errado, mas eu acho que isso é uma coisa errada também porque **a lei tinha que ter como um cara trabalhador ter como sobreviver, não é?** O ponto é esse porque, se você for pegar uma mercadoria que está em um isopor de um cara desses, aí... e for pegar um que está no supermercado, **a qualidade do cara no isopor é 30 mil vezes melhor**. Nem compara. Só de você olhar. Só de você cheirar a sua mão de segurar um pacote da mercadoria no supermercado e uma daqui,.. **A qualidade daqui é muito superior, mas a lei é lei.**

Ninim [Dono de Frigorífico]: Aqui na verdade **não tem frigorífico nenhum**, o único que tinha quebrou, que era Frimar, que tinha sif⁹⁷, tinha tudo. Mas **peixariazinha assim artesanal que o pessoal limpa e faz e faz, deve ter mais de 20** [na localidade].[...] É um frigorífico, mas assim, quando a gente fala um frigorífico, **você fala um negócio com certificado**. Que possa vender para supermercado, não é? [...] Aqui **tem que ter a prefeitura, um negócio assim pra fazer uma análise da mercadoria ou até ajudar, orientar como você faz para ter um certificado para você vender. Aqui é tudo pequeno** [...] [vocês vendem para frigoríficos grandes?] A gente vendia em Caxias mesmo, Caxias, calambe. Calambe, depois Jauz, muda de nome direto, Milano. Fala que é três firmas em uma só, lá que é 800 funcionários, tudo de jaleco direitinho. Só uma coisa que eles fazem lá que fica assim. Se você **levar um peixe pobre lá, mas está bem gelado, eles descarregam**. E se for um peixe fresquinho e tiver pouco gelo, a temperatura do baú tiver fraco eles não descarregam. Pode estar vivo o peixe que eles mandam de volta [...] Lá eles **beneficiam assim**, se a gente levar o camarão descascado e artesanal para eles lá, você tem que vender para um frigorífico que tem um selo, um sif. Barra do Furado⁹⁸ tem um frigorífico, Barra do Furado tem cife direitinho. Então o pessoal descasca o camarão e vende ele descascado. **Lá eles colocam o carimbo e vendem. Lá eles compram como se fosse eles**. Vende, porque eles fazem QF, **só que as mercadorias deles são ruins**. É boa, tem certificado, **mas a que o pessoal faz por aqui é melhor que é mais fresquinha**. Porque lá eles **compram o camarão, um quilo por 20 reais, eles colocam meio quilo de água e vende como quilo**, que dá o tal do *glaze*⁹⁹ que é o banho. Você compra uma caixinha de camarão de meio quilo, você recebe 200 gramas, uma caixinha de um quilo, bonitinha. Tem certificado, tem mérito, tudo, é fresquinha, mas é muito *glaze*. E é cara, um quilo de camarão de 20 contos aqui, deles deve ser 60. É uns 60 reais, é caro.

⁹⁷ O interlocutor se refere aos selos obrigatórios para comercialização de pescados. “Os produtos de origem animal necessitam obrigatoriamente de inspeção sanitária. Como o Selo de Inspeção Municipal - SIM (para comércio dentro do próprio município), o Selo de Inspeção Estadual-SIE (para comércio intermunicipal dentro do mesmo estado) e o SIF – Selo de Inspeção Federal (para comercialização em qualquer parte do território nacional)”. Informação contida no portal de Acesso a Informação do Governo Federal: <http://www.consultaesic.cgu.gov.br/>.

⁹⁸ Região litorânea localizada no município de Quissamã, Rio de Janeiro.

⁹⁹ Os pescadores se utilizam do termo “glaze” no sentido banho no produto. Por exemplo, eles pegam o camarão descascado e dão um banho de gelo e água com sal tipo uma salmora e depois empacotam. Assim o produto incha e, junto com a água congelada, aumenta-se o peso do mesmo em torno de 20 a 50 por cento.

Os trechos acima corroboram a inserção destes “frigoríficos” numa cadeia de comercialização como um dos elos mais frágeis. A extensão desta transcrição se justifica na busca de esclarecer alguns dos veios desta cadeia e a forma destas inserções nestes veios.

Ao observar-se conjuntamente o itinerário etnográfico da venda de pescados descrito acima e os trechos das entrevistas dos interlocutores desvela-se como estes “frigoríficos” se convertem num caminho, um “trajeto” entre os pescadores e o comércio mais amplo, a partir de suas ligações extra-locais. Os pescadores necessitam de postos de vendas para seus produtos. Por serem extremamente perecíveis estes postos devem ficar próximo aos desembarques para iniciarem de forma célere os processos de beneficiamento e conservação.

Como se alocar próximo aos espaços de desembarque, em consequência, dos portos pesqueiros, requer a condição da capilarização deste mercado, a existência destes “frigoríficos” em muito beneficia os maiores revendedores, por não precisarem arcar como estes custos da presença física nos espaços-tempos em que os pescadores desembarcam. Constrói-se assim toda uma cadeia capilarizada.

Esta cadeia não surgiu por graça e investimento racional exterior, pelo contrário, como visto na seção 2.2, surgiu devido fatores históricos, geográficos e geológicos presentes na região que fundamentaram as aventuras técnicas e tecnológicas de sujeitos que ali habitavam. Com intensas criações, experimentações, adaptações, organização de espaços, divisões do trabalho internamente, entre outros, fruto da inventividade destes pescadores/as, Gargaú gerou um forte complexo mercadológico favorecendo a manutenção e, até mesmo, ampliação dos grupos de pesca.

Este dinâmico processo não ocorreu com a desvalorização do passado e das memórias de seus antepassados, ao invés, se sedimentaram sobre estas histórias/memórias criando uma “tradição” local que pendula entre as atividades de capturas, de compras/vendas e de beneficiamentos de pescados e de produção e reforma de petrechos de pesca. Sendo assim estas atividades que compõe estes mundos de pesca efetivam comportamentos, regras, rotinas, técnicas, tecnologias e saberes que são específicos a cada atividade, mas que funcionam entrelaçadas. Estes são passados dos mais experientes aos “aprendizes” por aprendizados orais e práticos. Um saber-fazer que os aproxima de uma noção de corporação de ofício (RAMALHO, 2021). Inserida neste conjunto existe, também, uma forte “tradição” no mundo da comercialização, propagada, inclusive, a partir de uma significativa pertença ao grupo familiar.

Com forte dependência dos mercados extra-locais os “frigoríficos” locais se adaptaram às suas exigências, mudanças e preços. Alguns destes produtos são elencados no mercado como preferenciais, encontrando fácil negociação. Com isso há a necessidade da especialização das capturas, pois os pescados valorizados ou de fácil revenda acabam pressionando os próprios pescadores a praticar estas monocapturas.

As monocapturas, centradas no ambiente marítimo, municiaram estes sujeitos com equipamentos modernos e caros, tornando mais difícil a sua propriedade. Todavia o que se constatou foi o aumento deste circuito, não só pelo aumento de embarcações como de aquisições destas pelos próprios pescadores. Este fato trouxe maior autonomia de trabalho, e rendimentos, mesmo inseridos numa rede de vendas em que tem subtraída boa parte do seu valor trabalho.

Este complexo mercadológico permitiu que a localidade pesqueira se mantivesse pungente, garantindo bons ganhos aos pescadores e a certeza nas comercializações e recebimentos, inclusive com geração de trabalho e renda para mulheres (concentrada nos beneficiamentos) que contribui sobremaneira no aumento dos recursos familiares e na independência financeira destas quando separadas de seus companheiros. Importante destacar que a maioria, senão todos/as, os donos destes “frigoríficos” são residentes da localidade, filhos/as, irmãos/ãs, companheiros/as, netos/as, et al de pescadores/as ou eles/as próprios/as pescadores/as.

Seus vínculos internos, como apresentado na seção 3.1.1, oscilam entre uma relação abstrata, despersonalizada e uma localizada, personalizada. Adotam papéis sociais que os encaixam e desencaixam (DA MATA, 1976). Como descrito no Itinerário, mesmo atuando como vendedor Dudu se apresentava como “pescador” no intuito de angariar maiores argumentos para a realização de boas vendas.

Comprador para os pescadores e pescador para os compradores. Dudu, como visto, também realiza pescarias, ou seja, também é pescador. Neste contexto, quando chega de suas pescarias e vende seus produtos se constitui, individual e coletivamente, como pescador para os compradores e também para os pescadores. Sendo assim inclui-se no esquema pescador para os pescadores quando está praticando esta profissão e comprador para os pescadores quando ocupa o outro lado da transação. Dudu se configura, dependendo do contexto em:



Como papéis sociais gramaticais e não-gramaticais estas migrações geram custos. Estes se manifestam na maior pressão da categoria sobre a sua condição “dúbia” para conseguirem alcançar melhores preços de venda, haja vista também “ser” pescador e entender das dificuldades da categoria. Presenciei em alguns casos Dudu aconselhar seus filhos (donos de frigoríficos) a concederem algumas benesses aos pescadores, não exigir tanto no peso ou acertar no preço do camarão graúdo. Nos argumentos do pescador estas benesses garantiriam fidelidade destes para com o “frigorífico”.

Outra questão diz respeito a informalidade presente na “cultura” local. Os “frigoríficos” vivem diretamente relações múltiplas de informalidade. Estas se estabelecem nos acordos firmados com os pescadores/as; com os trabalhadores que atuam em seu interior (descascadeiras, operadores da máquina de descasque, empacotadores, etc.) e nas negociações com os compradores.

As vendas são sempre feitas informalmente, em troca de cheques pré-datados que, usualmente, são renegociados posteriormente, ou de anotações no “caderninho” com o dia, local e valores das compras. Max Weber (2005) na clássica obra “A ética Protestante e o Espírito do Capitalismo” em que aborda a consolidação do sistema capitalista não apenas pelo seu caráter econômico, mas também pelo seu significado subjetivo e moral, em sua introdução deslinda os principais caracteres garantidor deste sistema. Num dos trechos assim expressa o autor:

Entre os fatores de importância incontestável estão as estruturas racionais das leis e da administração, pois que o moderno capitalismo racional não necessita apenas dos meios técnicos de produção, mas também de um sistema legal calculável e de uma administração baseada em termos de regras formais. (WEBER, 2005, p. 31)

Pela definição weberiana as relações estabelecidas por estes “frigoríficos” em suas transações mercadológicas em nada se assemelharia a um suposto “moderno capitalismo racional”. O mercado de pescados, com sua dimensão nacional e internacional opera em lógicas sobrepostas. Como uma cebola cada camada atende a esquemas organizativos particulares. Isto não significa ausência de racionalidade, mas a existência de racionalidades.

No caso dos “frigoríficos” e suas transações a lógica instituída procede em vínculos informais. Esta informalidade, como um aspecto usual dos comportamentos jurídicos na localidade (o quinhão, os direitos as casas/terrenos e petrechos, as casas sem escrituras, os roubos-fugas para matrimônio, et al), se espraia para as negociações extra-locais. Todavia não se pode perder de vista que isto não ocorre apenas dentro de um micro mercado.

Como visto nos trechos transcritos das entrevistas estes entrepostos comerciais de grande porte que, provavelmente¹⁰⁰, atuam inclusive na exportação de peixes/crustáceos, comercializam diretamente com estes frigoríficos, como presente no excerto: “compraram semana passada a base de uns dez mil quilos, uns dois caminhões, dez, 12 mil quilos uns dois caminhões lá de Santa Catarina”; “A gente vendia em Caxias mesmo, Caxias, Calambe. Calambe, depois Jauz, muda de nome direto, Milano. Fala que é três firmas em uma só, lá que é 800 funcionários, tudo de jaleco direitinho”.

Todas estas transações são efetuadas de forma informal e, ainda mais impactante, estes grandes entrepostos adulteram as origens dos produtos para obterem maiores ganhos. Adquirem destes fornecedores capilarizados, de forma informal, e “legalizam” estes produtos. Usando um termo do senso comum “esquentam” os pescados que passam a ser “legais” do ponto de vista da legislação e, inclusive, com os selos de certificação, os SIF’s. “Lá eles beneficiam assim, um frigorifico que tem um selo, um sif. Então o pessoal descasca o camarão e vende ele descascado. Lá eles colocam o carimbo e vendem. Lá eles compram como se fosse eles”.

A racionalidade capitalista weberiana opera em conjunto com o que o autor consideraria uma série de irracionalidades. Entretanto ao se observar a complexidade desta rede faz-se mais sentido adotarmos a expressão “racionalidades” onde os vendedores de pescados local transitam com maestria e grande desenvoltura. Provavelmente por serem integrantes de uma “tradição” onde a informalidade se constitui como norma e direito consuetudinário integrando um intrincado sistema de códigos, apreenderam a trafegar pelos caminhos desta informalidade adaptando e criando seus próprios códigos de conduta.

“O moderno capitalismo racional não necessita apenas dos meios técnicos de produção, mas também de uma administração baseada em termos de regras formais”. Ao invés disto o moderno mercado capitalista de pescados global manobra entre racionalidades.

¹⁰⁰ Não foi possível a verificação da origem destes entrepostos que adquirem pescados na localidade.

Estas manobras ocorrem sempre em benefício destes megaempreendimentos. Assim ser formal ou informal não perfaz uma precondição de modernidade, mas se manifesta de forma contextual, nos momentos em que as transações ocorrem. No caso em específico contam ainda com apoio das instituições e legislações nacionais para consolidarem sua hegemonia, com a extrema exploração dos trabalhadores e dos ecossistemas ao longo da cadeia.

Além de produtos adulterados, beneficiados por legislações desfocadas e que negligenciam as realidades dos produtores/as diretos, comprados em relações informais e com altas taxas de exploração ao longo da cadeia, vendidos por valores exorbitantes para os consumidores finais, estes gigantes do mercado de peixes, grandes entrepostos comerciais, ainda comercializam produtos, na visão dos interlocutores, de baixa qualidade.

“A qualidade do cara no isopor é 30 mil vezes melhor. Nem compara. Só de você olhar. Só de você cheirar a sua mão de segurar um pacote da mercadoria no supermercado e uma daqui. **A qualidade daqui é muito superior, mas a lei é lei”;** **“só que as mercadorias deles são ruins. É boa, tem certificado, mas a que o pessoal faz por aqui é melhor que é mais fresquinha”.** Produtos caros, com altas taxas de exploração e de qualidade inferior, as leis beneficiam, nestes casos, a quem? Aos consumidores/as ou aos grandes conglomerados comerciais, os impérios alimentares na expressão de Jan Douwe Van Der Ploeg (2008).

Devido aos limites deste trabalho a legislação nacional referente as formas de comercialização de pescados com as exigências de selos de certificação sanitária entre outros não será detalhada. Assim o que interessa nesta reflexão são as ausências de canais de contato direto entre os responsáveis legais por este comércio e os produtores diretos. Este contato se estabelece, na maioria das vezes, apenas pelo viés da fiscalização e punição o que amplia a desconfiança destes sujeitos quanto a estas instituições e suas legislações.

Não sem motivos destaca-se das transcrições acima: “A prefeitura podia orientar”; “Não tem linha de crédito para ajudar quem trabalha nesse ramo. O banco não ajuda. Ninguém ajuda. É você por você”. Ausentes dos mundos: comerciais; das capturas; dos beneficiamentos, et al. Os mundos da pesca se consideram paralelos aos mundos institucionais. A exceção à regra encontra-se no acesso ao defeso e as aposentadorias. Mesmo assim, os períodos de defeso com os respectivos direitos pecuniários representam tanto aspectos negativos quanto positivos, tais como os atrasos nos pagamentos. Por isso as burlas e transgressões também são comuns.

A edificação de elos comunicativos, voltados para ações preventivas, de orientação e de trocas de informações e diálogos muito contribuiria para tornar estas ambientes e as relações institucionais com os sujeitos da pesca mais salutaras, resultando em ganhos materiais aos produtores e de qualidade e preços mais justos aos consumidores.

O Estado deve assumir seu papel como fomentador e garantidor de direitos para estes trabalhadores/as que diretamente e indiretamente movimentam vultosos recursos econômicos e geração de trabalhos e rendas, além de produzir e circular alimentos de alto valor nutritivo e que podem garantir a preservação de ecossistemas significativos em nosso território nacional. A preservação destes ecossistemas, os que ainda existem, podem ser computadas, em certa medida, a estas populações que sobrevivem historicamente em seu entorno convivendo de forma interconectada com seus fatores, formando circuitos ecossociais.

Na ausência deste Estado, impera a lei deste mercado extra-local baseado na informalidade, adulteração e sobre-exploração. Os “frigoríficos” locais se configuram como o elo mais frágil deste império e acabam, dentro dos limites de seus domínios, funcionando como uma proteção, um “pelego” entre este império alimentar e os produtores diretos. Estes ainda conseguem certo espaço de negociação. Estas por sua vez, também operam na busca por ampliar seus espaços de negociação com seus compradores externos. Esta cadeia funciona, então, em múltiplos níveis.

Este trecho do estudo não visou a defesa dos “frigoríficos”, pois como apresentado ao longo do estudo, estes espaços realizam a extração de boa parte do valor trabalho dos pescadores, em especial os do circuito dos mares, por representaram monocapturas estando mais dependentes das vendas nestes locais. Entretanto, também se torna essencial uma interpretação mais multifacetada destes espaços, não apenas em seus supostos aspectos negativos, fugindo a um maniqueísmo que pouco ajuda a desvelar esta rede fluida onde grande parte destes circuitos pesqueiros encontram-se enredados.

Os “frigoríficos” representam canais de contatos, veios que interligam a localidade ao mundo extra-local, principalmente em sua vertente mercadológica. Como reflete Marshall Sahlins (1997) “A dependência é mesmo péssima, mas nem sempre é o fim da história” (SAHLINS, 1997a, p. 55). Visto por certo ângulo estas “manchas” conectam. Funcionam como fios que promovem a sua localidade como território “transcultural” (SAHLINS, 1997a, 1997b), ou sendo mais próximo dos termos adotados até este momento “translocais”. Seu

funcionamento proveu, em certas circunstâncias, a pujança pesqueira local. Sua interpretação deve caminhar por vias pendulares. Oscilando entre relações internas e externas.

Mas não serão justamente esses mestres do local e do global os que estão na melhor posição para atuar como mediadores entre os dois? É bem verdade que esse papel se presta à duplicidade e ao abuso de confiança; mas ele também sofre a atração gravitacional dos valores indígenas, uma vez que exprime o fenômeno — já discutido a propósito das sociedades transculturais — de obtenção de poder local através de objetos e experiências adquiridos em proezas que transcendem as fronteiras culturais (SAHLINS, 1997b, p.129).

Possivelmente a compreensão destes circuitos comerciais locais e sua dinâmica interna e externa contribua sobremaneira para promover articulações e projetar: a) melhores condições de trabalho, b) distribuição mais equitativa dos recursos e c) manejos sustentáveis dos ecossistemas locais. Como mestres do local e do global, escultores da “translocalidade”, ao invés de serem concebidos apenas como os “vilões” da história, como os “atravessadores” deveríamos vislumbrar esta rede por outros vieses.

Para além de atravessadores se constituem como inter-fronteiriços, circulam mais do que atravessam. Os projetos de geração de trabalho e renda voltados para estas localidades poderiam incluir estes “frigoríficos” em seus diálogos, pois os mesmos em muito podem contribuir com suas experiências comerciais para consolidarem estes projetos, sendo até, porque não, parceiros.

Conclusão

O presente estudo buscou descrever e interpretar alguns dos “mundos” da pesca presentes na localidade de Gargaú, Município de São Francisco do Itabapoana, Estado do Rio de Janeiro. Localidade esta concebida entre as águas e os tempos. Para isto se debruçou sobre diferentes modelos de pescarias, suas técnicas e tecnologias, formas de venda e partilha dos recursos, comportamentos jurídicos e epistêmicos que as compõe. As modalidades apresentadas foram selecionadas pela proximidade com os sujeitos deste estudo. Foram eles que compuseram o quadro empírico, seus percursos, conexões e enfrentamentos. Como uma localidade pesqueira poderiam ter sido selecionados outros, haja vista a multiplicidade de pescarias que se realizam, contudo estas foram, aos olhos do pesquisador, as mais significativas aos partícipes do estudo.

Estes participantes foram homens e mulheres, alguns e algumas mais jovens outros/as de mais idade. Sujeitos que partilham uma vida integrada com os ecossistemas locais e com as interfaces políticas, econômicas e culturais que perpassam por suas vidas e trabalho. A princípio, como escrito no capítulo de apresentação do estudo, a temática central apontava para o trabalho, o “mundo do trabalho”. Contudo estes sujeitos em suas fainas foram abrindo caixas novas e fascinantes para o olhar inexperiente do pesquisador que adentrava neste rico universo. Com isso os tempos espaços socioculturais cristalizados em meu interior e frutos dos percursos históricos-contextuais que vivi e vivo foram abalados. Novas perspectivas foram surgindo.

Tempo, espaço, matéria, causalidade, relação, natureza humana e a própria sociedade são produtos criados pelo homem tanto quanto o são os diferentes tipos de ferramentas, sistemas de cultivo, roupas, casas, monumentos, linguagens, mitos que a humanidade produz desde a aurora da vida humana. Entretanto, para seus participantes, todas as culturas tendem a apresentar estas categorias como se não fossem produtos sociais, mas coisas elementares e imutáveis. E tão logo essas categorias são definidas como produtos naturais em vez de sociais, a própria epistemologia atua no sentido de ocultar a compreensão da ordem social (TAUSSIG, 2010, p. 24).

Algumas de minhas categorias sociais “naturalizadas” foram reinterpretadas devido aos agradáveis e satisfatórios encontros e ensinamentos que estes sujeitos proporcionaram. Suas relações com o seu universo laboral e a forma de o integrarem como parte da produção de sua vida fascina. A busca por liberdade e autonomia de tempo e as maneiras de

trabalharem conexos com a natureza e vivenciadas com entusiasmo e satisfação demonstram sua recusa a serem integralmente absorvidos por relações de produção alienantes.

O “fazer-se” pescador/a artesanal, como “fronteiras indentitárias” (BARTH, 2000), ocorre em contextos. Sendo assim ao se deslocarem entre diferentes contextos assumem caracteres variados os retratando como coletividade fluida e múltipla.

Como exemplo ao participar de um itinerário etnográfico de venda de pescados, mesmo que naquele momento estivéssemos atuando como vendedores de peixes/camarões meu companheiro se apresentava como pescador, pois argumentava sobre as dificuldades em sua lida e a escassez de pescados como maneira de negociação nos preços no intuito de melhorar seus valores de venda.

Assim o trabalho, como tema central, se ramificou em outros temas: relações de gênero, entre ambientes naturais e humanos, a “casa” e a “rua”, et al. E ainda existem múltiplas outras possibilidades de se interpretar estas fainas, como seus momentos de lazer, religiosidade, entre outros que os limites deste estudo não permitiram esboçar, mas que se ligam ao mundo laboral destes sujeitos.

A partir da significativa orientação recebida pela banca de qualificação os aportes empírico-conceituais de “circuitos”, “trajetos”, “pedaços” e “manchas” possibilitaram vislumbrar estes mundos pesqueiros em seus movimentos. Oriundos de uma série de pesquisas que foram realizadas no âmbito do Núcleo de Antropologia Urbana da Universidade de São Paulo (NAU/USP) estes aportes originalmente se destinaram a compreensão de alguns espaços de lazer trafegados por jovens dentro e entre a metrópole paulista. Devido a isto foram adaptados para as realidades pesqueiras estudadas. Sua associação às categorias êmicas-acadêmicas de “pescadores e pescadoras, pescados e pescarias”, entendidos como relações ecossociais conexas, compuseram o quadro interpretativo do trabalho.

Este quadro interpretativo associado às metodologias utilizadas, aos itinerários etnográficos e às entrevistas de história oral temáticas, proporcionaram o desvelamento de alguns pontos de entrelaçamento da complexa rede de atividades cooperativas existentes nesta localidade, tais como:

- a) Conectar distintos tempos-espacos por que transitam estes sujeitos, suas estratégias e modos de vida, suas relações de troca entre si e com os ambientes que se relacionam;

- b) Desvelar alguns pontos da rede que interligam atividades de captura, pré-captura e pós-captura;
- c) Revelar algumas das técnicas e tecnologias associadas aos diferentes ambientes e as formas de uso das mesmas;
- d) Apreender certos mecanismos jurídicos e epistêmicos utilizados nestes circuitos e as similaridades e diferenças entre eles.

Amparado nestes fundamentos metodológicos e conceituais o segundo capítulo deslindou a interpretação histórico-geográfica da região norte e noroeste fluminense com foco na localidade de Gargaú. Este percurso demonstrou como este grupo humano se forja a partir de amálgamas que inter-relacionam suas origens étnicas, sua vivência nas restingas, e nos alagados do estuário do rio Paraíba do Sul com sua inventividade, criatividade e competência em se adaptar e reinventar processos econômicos e políticos regionais. Este amálgama circulou pelos tempos das pranchas, do barracão, das areias, até os embriões do complexo mercadológico local.

Na sequência se descreveu alguns dos circuitos pesqueiros locais, os dos mares e os dos rios e mangues. Estas descrições, vinculadas as convenções estipuladas para o estudo, buscaram decifrar alguns nós da rede interativa e colaborativa destas fainas. Esta rede se entrelaça em pontos ora mais próximos, ora mais distantes erigindo correspondências locais, regionais, nacionais e até internacionais, como as proporcionadas pelos comércios destes produtos.

Os conceitos expostos nesta pesquisa, como as redes dos pescadores e pescadoras, buscaram interpretar situações diversas presentes nestas fluências. Contudo como qualquer arcabouço epistemológico ou pano de rede, sempre alguns elementos escapam, fogem por entre as malhas ou rompem-nas. Por isso todo e qualquer quadro teórico-empírico se apresenta como incompleto. A corrente do real ostenta possibilidades ilimitadas, este reconhecimento arrefece as tentações de prepotência tão assentes nos “mundos” humano sociais das ciências hegemônicas.

Mesmo ciente destes fluxos complementares e contraditórios, as pesquisas sociais conjuntas (“junto com”) a estes sujeitos e não “sobre” ou “para” eles/as, devem ter por premissa a exposição sincera e clara de seus códigos jurídicos e de suas construções epistêmicas e a revelação de como estes, em sua imensa maioria, são ocultados e/ou negligenciados pelas políticas públicas, pelos empreendimentos privados, por organizações

não governamentais, pelas ciências hegemônicas, entre outros. Esta postura deve ser assumida como imperativo para contornarmos este estado de coisas gerador de múltiplas situações de violências e desigualdades a que estas multifacetadas e diversificadas coletividades estão submetidas.

O conhecimento e o direito modernos representam as manifestações mais bem conseguidas do pensamento abissal. Dão-nos conta das duas principais linhas abissais globais dos tempos modernos, as quais, embora distintas e operando de forma diferenciada, são mutuamente interdependentes. Cada uma cria um subsistema de distinções visíveis e invisíveis de tal forma que as invisíveis se tornam o fundamento das visíveis. No campo do conhecimento, o pensamento abissal consiste na concessão à ciência moderna do monopólio da distinção universal entre o verdadeiro e o falso [...] No campo do direito moderno, este lado da linha é determinado por aquilo que conta como legal ou ilegal de acordo com o direito oficial do Estado ou com o direito internacional. O legal e o ilegal são as duas únicas formas relevantes de existência perante a lei, e, por esta razão a distinção entre ambos é uma distinção universal. Esta dicotomia central deixa de fora todo um território social onde ela seria impensável como princípio organizador, isto é, o território sem lei, fora da lei, o território do a-legal, ou mesmo do legal e ilegal de acordo com direitos não oficialmente reconhecidos. Assim, a linha abissal invisível que separa o domínio do direito do domínio do não-direito fundamenta a dicotomia visível entre o legal e o ilegal que deste lado da linha organiza o domínio do direito. (SANTOS, 2009, p. 24, 25 e 26)

Como apresentado no presente texto os pescadores e pescadoras desta localidade desenvolveram e desenvolvem uma heterogênea rede de códigos e de sistemas de saber que estão praticamente fora da órbita dos poderes estatais e das agências do conhecimento. Esta perda é irreparável para ambos os lados. Os sujeitos destas coletividades manifestam desconfortos, quando não aversão, a presença de funcionários estatais, de organizações que buscam o desenvolvimento de projetos em seus ambientes, de pesquisadores e pesquisadoras que os procuram, entre outros. Pude constatar este fato com certa frequência.

Estas posturas são associadas pelos de “fora” (por “nós”) a um certo individualismo e repulsa por parte destes grupos de participarem de ambientes cooperativos, nada mais falso. Em suas fainas cooperam nos “pedaços” e entre “pedaços” nas águas, nos mangues, em terra. Seus intentos competitivos não buscam anular a competição, pelo contrário, buscam mantê-la, conservando o “Uno Fragmentado” que os representa enquanto coletividades múltiplas. Partilham uma intensa vida coletiva e cooperativa. Esta associação tem mais a ver conosco do que com eles. Precisamos nos deixar envolver, conhecer e desvelar.

Seus códigos jurídicos e suas produções epistêmicas em muito podem contribuir com políticas públicas e com projetos voltados a melhoria da qualidade de vida destes grupos humanos em associação com os ecossistemas que convivem. Isto não quer dizer que se deva considerar estes quadros jurídicos e epistêmicos como completos e fechados. São quadros contextuais, todavia abertos e incompletos. Portanto deve-se adotar a postura de uma “hermenêutica diatópica” (SANTOS, 1997), um diálogo entre diferentes matrizes epistêmicas e jurídicas no sentido do reconhecimento de suas mútuas incompletudes.

Encerro este texto agradecendo imensamente os pescadores e pescadoras que gentilmente me receberam em seus lares, seus comércios, suas embarcações, suas varandas, seus veículos, seus rios, mares e mangues. A estada em sua companhia produziu em meu interior re-novadas perspectivas culturais.

Segundo Michael T. Taussig (2010) “a Antropologia estuda a cultura, mas no processo também “cria” cultura” (TAUSSIG, 2010, p. 11). Sem incorrer em ausência de cautela, por ter ciência de que este estudo não se aloca como antropológico, visto pertencer a um Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais, senti esta citação em minha experiência de campo no momento que comecei a compreender os barulhos que ouvia de madrugada na casa que ocupava na Praia do Sonho, próxima a Gargaú.

No início associava aqueles sons às forças das ondas quebrando na areia. Depois com os conhecimentos apreendidos junto aos “intelectuais da tradição” (ALMEIDA, 2010) que me orientavam descobri que aqueles sons, em verdade, eram os motores das embarcações se aproximando da Barra do Rio do Sossego, próximo à casa em que ficava. Em razão da maré estar alta naquelas horas havia as condições adequadas de adentrar as águas daquele rio. Pude posteriormente observar esta cena: uma fila de barcos aguardando a vez para adentrarem no rio. Depois deste aprendizado, sempre que me encontrava em casa, mesmo em meio à noite, e ouvia aqueles sons, sabia que a maré estava alta naquele momento.

O aprendizado assim se converte em sabedoria. Passa a ser incorporado pelo aprendiz, isto é, vira parte de seu corpo. Agora os sons das embarcações me diziam algo sobre as condições ambientais naquele momento. Esta experiência, aos poucos, foi se integrando em outras. A praia e os rios que antes significavam momentos de lazer, e apreciação idílica das águas, se converteu em espaços ricos e cheios de significações laborais, códigos, normas, comportamentos, rotinas, saberes e fazeres. Durante minhas caminhadas matinais a beira do mar meus olhares se deslocaram gradualmente do horizonte e das ondas para os barquinhos

que circulavam pelas águas. As gaiivotas que os circundavam me indicavam que estavam alçando as redes.

Odores, sons, sensações, imagens e gostos. Saberes que se incorporam e passam a ampliar o sentido da vida e do entorno. Com isso me apercebi “criando” cultura. Não nos e/ou para os “outros/as”, mas em meu próprio interior. Se esta pesquisa possibilitou a criação de cultura, e eu acredito que sim, a cultura criada, ou melhor, ressignificada, foi a minha, com a graça, gentileza e bondade destes intelectuais da tradição, produtores de sabedorias que integram relações ecossociais.

Referências

Referencias das Entrevistas:

- BIFE. Entrevista concedida no dia 30 de Junho de 2022.
- CONTADOR. Entrevista concedida no dia 01 de Junho de 2022.
- CUIDADORA. Entrevista concedida no dia 08 de Junho de 2022.
- D. ALEGRIA. Entrevista concedida no dia 13 de Outubro de 2022.
- D. BENDITA. Entrevista concedida no dia 09 de Junho de 2022.
- DUDU. Entrevista concedida no dia 17 de Maio de 2022.
- ESTREITO. Entrevista concedida no dia 27 de Maio de 2022.
- GILVAN. Entrevista concedida no dia 07 de Junho de 2022.
- MÃE MARIA. Entrevista concedida no dia 13 de Junho de 2022.
- MOÇA BONITA. Entrevista concedida no dia 12 de Maio de 2022.
- NINIM. Entrevista concedida no dia 27 de Outubro de 2022.
- PARAÍBA. Entrevista concedida no dia 13 de Maio de 2022.
- PARCEIRINHO. Entrevista concedida no dia 11 de Junho de 2022.
- PASTOR. Entrevista concedida no dia 10 de Junho de 2022.
- PRESIDENTE. Entrevista concedida no dia 30 de Junho de 2022.
- ZÉ NILTON. Entrevista concedida no dia 24 de Maio de 2022.

Referências Bibliográficas e Documentais:

- ACRUCHE, Roberto Pinheiro. **A minha terra também faz parte da história do Brasil. São Francisco do Itabapoana: Impressão Grafimar, 2002.**
- ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campelo do A.; BEZERRA, Gustavo das Neves. **O que é Justiça Ambiental?** Rio de Janeiro: Garamond, 2009

ALBERTI, Verena. **Manual de História oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2012.

ALMEIDA, Maria da Conceição de. **Dilemas do Conhecimento**. In. ALMEIDA, Maria da Conceição de. **Complexidade, saberes científicos, saberes da tradição**. São Paulo: Ed. Livraria da Física, 2010, p. 69-114.

ALVES, Leidiana Afonso, et al. **Mudanças na paisagem das lagoas costeiras da ecorregião de São Tomé: do século XIX ao século XXI**. In. FERREIRA, Maria Inês Paes; et al (org.). **Engenharia e Ciências Ambientais: Contribuições a Gestão Ecossistêmica**. Campos dos Goytacazes/RJ: Essentia Editora, 2019. p. 13-30.

ALVES, Rubem. **Aprendiz de Mim: Um bairro que virou escola**. Campinas, São Paulo: Papirus Editora, 2001.

ALVES, Rubem. **Filosofia da Ciência: Introdução ao jogo e suas regras**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

AMORIM, Inês. **Técnicas de pesca na costa portuguesa: melhorar ou inventar?** Um percurso de investigação. *Revista Zainak: cadernos de antropologia-etnografia*, nº. 25, 2003, p. 349-368.

BARBOSA, José Milton; NASCIMENTO, Chirleide Marcelino do. **Sistematização de nomes vulgares de peixes comerciais do Brasil: 2. Espécies marinhas**. *Revista Brasileira de Engenharia de Pesca: PPG Revistas UEMA*, v. 3, n. 3, 2008, p. 76-90.

BARTH, Fredrik. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contracapa Livraria, 2000.

BECKER, Howard S. **A História de Vida e o Mosaico Científico**. In. BECKER, Howard S. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Editora Hucitec, p. 101 – 115, 1994.

BECKER, Howard S. **Mundo das Artes**. Lisboa/Portugal: Livros Horizonte, 1982.

BERNARDES, Lísia Maria Cavalcante; BERNARDES, Nilo. **A Pesca no Litoral do Rio de Janeiro**. *Revista Brasileira de Geografia*, nº 1, ano XII, Janeiro-março, 1950.

BOFF, Leonardo. **Saber Cuidar: Ética do humano - compaixão pela terra**. Editora Vozes: Petrópolis-RJ, 1999.

BONAMINO, Alicia; et al. **Os efeitos das diferentes formas de capital no desempenho escolar: um estudo à luz de Bourdieu e de Coleman**. *Revista Brasileira de Educação*, v. 15, n. 45, set./dez., 2010.

BOSI, Ecléa. **Cultura e Desenraizamento**. In. BOSI, Alfredo. (Org). **Cultura Brasileira: Temas e Situações**. São Paulo: Editora Ática, p. 16 - 41, 2006.

BOSI, Ecléa. **O Tempo Vivo da Memória: Ensaio de Psicologia Social**. São Paulo: Ateliê, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **O Capital Social: Notas Provisórias**. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (orgs.). *Escritos de Educação*, 3ª ed., Petrópolis: Vozes, 2007, pp.65-71.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Repensando a pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A comunidade tradicional**. In Cerrado, Gerais, Sertão: comunidades tradicionais dos sertões roseanos. Montes Claros: 2010 (Relatório de Pesquisa).

BRASIL, IBAMA. **Instrução Normativa Interministerial MPA/MMA N° 3, de 28 de janeiro de 2011**.

BRASIL, IBAMA. **Instrução Normativa N° 164, de 17 de julho de 2007**.

BRITO, Roysan Campos de Caldas. **Modernidade e Tradição: Construção da Identidade Social dos Pescadores de Arraial do Cabo/RJ**. Niterói: EDUFF, 1999.

BUENO, Eduardo. **Capitães do Brasil: a saga dos primeiros colonizadores**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1999

BUENO, Silveira. **Dicionário Silveira Bueno: com a nova reforma ortográfica da língua portuguesa**. São Paulo: didática paulista, 2009.

CARBONI, Florence; MAESTRI, Mário. **A Linguagem escravizada: língua, história, poder e luta de classes**. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

CARVALHO, Moacyr Ribeiro de. **Dicionário Tupi (antigo) português**. Biblioteca Digital Curt Nimuendajú: Salvador, 1987.

CASTELLUCCI JUNIOR, Wellington. **Pescadores da Modernagem: cultura, trabalho e memória em Tairu Bahia: 1960-1990**. São Paulo, Annablume, 2007.

CASTELLUCCI JUNIOR, Wellington. **Pescadores da modernagem: experiências e trajetórias nos diversos tempos da vila de Tairu – Itaparica (1960-1990)**. *Revista de História Oral*, v. 16, n. 2, jul./dez. 2013, p. 27-53.

CINTRA, Jorge Pimentel. **Reconstruindo o Mapa das Capitânicas Hereditárias**. *Anais do Museu Paulista: São Paulo*, v.21. n.2, jul. - dez. 2013, p. 11-45.

CLASTRES, Pierre. **Arqueologia da Violência: a guerra nas sociedades primitivas**. In. CLASTRES, Pierre. *Arqueologia da Violência: Ensaio de Antropologia Política*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982, p. 169-205.

COLE, Sally. **Mulheres da praia: o trabalho e a vida numa comunidade costeira portuguesa**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1994.

COSTA, Anygone. **Introdução a Arqueologia Brasileira**. Etnografia e História. Companhia Editora Nacional: São Paulo/Rio/Recife/Porto Alegre, 1938.

COSTA, Klenio Veiga da. **O Trabalho na Pesca Artesanal no Litoral Norte do Estado do Rio de Janeiro**. In. TIMÓTEO, Geraldo Márcio. **Educação Ambiental com Participação Popular: Avanço na Gestão Democrática do Ambiente**. Campos dos Goytacazes, RJ: EdUENF, p. 168 – 183, 2019a.

COSTA, Klenio Veiga. **As Práticas de Comercialização do Pescado na Pesca Artesanal: uma reflexão sobre a subordinação do pescador artesanal ao intermediário no litoral Norte Fluminense**. In. TIMÓTEO, Geraldo Márcio (Org). **Trabalho e Pesca no Litoral Fluminense: Reflexões a Partir do Censo do PEA Pescarte**. Campos dos Goytacazes, RJ: EdUENF, p. p. 34-55, 2019b.

COUTINHO, Solange Fernandes Soares. **Pesca artesanal e atividades turísticas: complementaridades e conflitos**. In. KNOX, Winifred; TRIGUEIRO, Aline (org.). Saberes, narrativas e conflitos na pesca artesanal, Vitória/ES: Edufes, 2015, p. 85 – 111.

COUTO, Mia. **Nas águas do tempo**. In. COUTO, Mia. Estórias abensonhadas. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 9-14.

CRUZ, Maria Alfreda. **Pesca e Pescadores em Sesimbra: Contributo para a Narrativa do Conselho**. Sesimbra. Câmara Municipal, 2009.

CUNHA, Lúcia Helena de Oliveira. **Ordens e desordens socioambientais: Saberes tradicionais em dinâmicas pesqueiras da costa paranaense**. 217f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Programa de Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, 2007.

CUNHA, Lúcia Helena de Oliveira. **Significados Múltiplos das águas**. In. DIEGUES, Antônio Carlos (org.). A Imagem das Águas. São Paulo: Editora Hucitec, NUPAUB/USP, 2000a, p. 15-26.

CUNHA, Lúcia Helena de Oliveira. **Tempo Natural e Tempo Mercantil na Pesca Artesanal**. In. DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana (Org.). A Imagem das Águas. São Paulo: NUPAUB-USP, Editora Hucitec, p. 101-110, 2000b.

CYRINO, Carolina de Oliveira e Silva. **Aos pescadores, a modernidade!: trajetórias da política pesqueira na regulação da pesca artesanal**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, 2018.

DA MATTA, Roberto. **A casa, a rua e o trabalho**. In. DA MATTA, Roberto. **O que faz o Brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1986, p. 18 – 28.

DA MATTA, Roberto. **Quanto custa ser índio no Brasil? Considerações sobre o problema da identidade étnica.** Dados. Revista de Ciências Sociais. n. 13, 33-54, Rio de Janeiro, Brasil, 1976.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História oral e narrativa: tempo, memória e identidades.** Revista de História Oral, nº 6, 2003, p. 9 – 25.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História Oral: Memória, Tempo, Identidades.** Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

DEPARTAMENTO DE CULTURA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA. Documentário: **Vivências e Trajetórias: 27 anos de emancipação político-administrativa de S. Francisco de Itabapoana, 2022.** Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JLiCRdLrGrY>. Acesso em 22 de junho de 2022.

DIAS NETO, José Colaço. **Quanto Custa Ser Pescador Artesanal? Etnografia, relato e comparação entre dois povoados pesqueiros no Brasil e em Portugal.** Rio de Janeiro: Garamond, 2015.

DIAS NETO, José Colaço. **Segredos, pescadores e etnógrafos.** Revista de Antropologia – Vivências. v. 1 n. 40, p, 121-129, 2012.

DIAS NETO, José Colaço. **Variações sazonais e conflito no povoado pesqueiro de Ponta Grossa dos Fidalgos, Rio de Janeiro.** Cuadernos de Antropologia Social, nº 31, 2010, p. 169 – 187.

DIAS NETO, José Colaço; VOGEL, Arno; VALPASSOS, Carlos. **História de pescador: O direito do ponto de vista nativo.** Revista Arquivos de Direito, v. 1, n. 9, p. 57-78, jan., 2007.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. **A pesca construindo Sociedades: Leituras em Antropologia Marítima e Pesqueira.** São Paulo: NUPAUB-USP, 2004.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. **Navegando pelas montanhas: pesca de marcação e mestrança em Galinhos, Rio Grande do Norte – Brasil.** In. DIEGUES, Antônio Carlos (org.). A Imagem das Águas. São Paulo: Editora Hucitec, NUPAUB/USP, 2000, p. 69 – 84.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. **Povos e Mares: Leituras em Sócio-Antropologia Marítima.** São Paulo: NUPAUB-USP, 1995.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar.** São Paulo: Editora Ática, 1983.

DUSSEL, Enrique. Europa, **modernidade e eurocentrismo.** In. LANDER, Edgardo (org.) A Colonialidade do saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 55 – 70.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ESCOBAR, Arturo. **O Lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento?** In: LANDER, Edgardo (org.) *A Colonialidade do saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 133 – 168.

ESTADO do Rio de Janeiro. **Projecto do porto de Gargahú**. 1872. 1 planta ms., col., 55 x 83 cm. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart543236/cart543236.jpg. Acesso em: 27 dez. 2022.

EVANS-PRITCHARD, Edward. **"Tempo e Espaço"**. In: Os Nuer: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota. São Paulo, Perspectiva, 1978.

FALCÃO, Hully Guedes; TEIXEIRA, Simone. **Construindo a história dos povos indígenas no norte e noroeste fluminense através do olhar dos viajantes**. In: Anais do XIV Encontro Regional da ANPUH-Rio. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://snh2011.anpuh.org/resources/anais/8/1276739775_ARQUIVO_trabalhoanpuh.pdf>. Acesso em: 04 de Outubro de 2022.

FERNANDES, Bruno Guilhermano. **Caminhada etnográfica em itinerários urbanos**. Revista Ponto Urbe, v. 18, 2016.

FONSECA, Claudia. **Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1979.

FROCHTENGARTEN, Fernando. **A memória oral do mundo contemporâneo**. Estudos Avançados, v. 19, n. 55, p. 367-376, 2005.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1983.

GODELIER, Maurice. Antropologia: **Coleção Grandes Cientistas Sociais**. In: CARVALHO, Edgar de Assis (Org.). São Paulo: Ática, 1981.

GODELIER, Maurice. **O Enigma do dom**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GODELIER, Maurice. **Território e propriedade em algumas sociedades pré-capitalistas**. In: GODELIER, Maurice. *O ideal e o material: pensamento, economias, sociedades*. Fayard, Paris 1984.

GUIDDENS, Anthony. **A vida em uma sociedade pós-tradicional**. In: BECK, Ulrich (org.) **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997, p. 73-134.

HELLEBRANDT, Luceni Medeiros. **Mulheres da z3 – O camarão que “come” as mãos e outras lutas: contribuições para o campo de estudos sobre gênero e pesca.** Programa de Pós Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC (Doutorado em Ciências Humanas). Florianópolis/SC, 2017.

HEMINGWAY, Ernest. **O Velho e o Mar.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

HUGUENIN, Fernanda Pacheco da Silva. **Desastres Ambientais no Rio Paraíba do Sul do Ponto de Vista dos Pescadores de Gargaú: Dramas e “Ofensas” Para Uma Antropologia Política.** Programa de Pós Graduação em Políticas Sociais da Universidade Federal do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF (Mestrado em Políticas Sociais). Campos dos Goytacazes/RJ, 2006.

HUGUENIN, Fernanda Pacheco; MARTINEZ, Silvia Alicia. **Mulheres da Pesca: Invisibilidade e Discriminação Indireta no Direito ao Seguro-Desemprego.** RDP, Brasília, Volume 18, n. 97, jan./fev. 2021, p. 645-667.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades. São Francisco do Itabapoana,** 2010. Disponível em:< <http://www.cidades.ibge.gov.br>>. Acesso em: 15 de novembro de 2019.

LABERGE, Jacques. As Naturezas do Pescador. In. DIEGUES, Antônio Carlos (org.). **A Imagem das Águas.** São Paulo: Editora Hucitec, NUPAUB/USP, 2000, p. 39 – 59.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. **O Homem e a Restinga.** Rio de Janeiro: Serviço gráfico do IBGE, 1946.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. **O Homem e o Brejo.** Rio de Janeiro: Serviço gráfico do IBGE, 1945.

LANDER, Edgardo. **Ciências Sociais: saberes coloniais e eurocêntricos.** In. LANDER, Edgardo (org.) **A Colonialidade do saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais perspectivas latino-americanas.** Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 21 – 53.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica.** Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LE GOFF, Jacques. **Documento / Monumento.** In. LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2013, p. 485-499.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **A lógica das classificações totêmicas.** In. LÉVI-STRAUSS, Claude. **O pensamento selvagem.** Campinas, SP: Papirus, 1989, p. 91 – 127.

LINS, Paulo Marcelo de Oliveira. **Tecnologia Pesqueira.** IFPA: Pará, 2011.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Da periferia ao centro, cá e lá: seguindo trajetos, construindo circuitos.** Anuário Antropológico: Brasília, UnB, v. 38 n.2, 2013, p. 53-72.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana.** Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS), Vol. 17, nº 49, junho/2002, p. 11-29.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **O Circuito: proposta de delimitação da categoria.** Revista Ponto Urbe, v. 15, 2014.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Os circuitos dos jovens urbanos.** Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 17, n. 2, 2005, p. 173-205.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole.** In. MAGNANI, José Guilherme Cantor; TORRES, Lilian de Luca. Na Metrópole: textos de antropologia urbana. São Paulo: Editora da USP, 1996, p. 12-54.

MAGNANI, José Guilherme Cantor; SILVA, César Augusto de Assis; TEIXEIRA, Jacqueline Moraes. **As festas juninas no calendário de lazer de jovens surdos na cidade de São Paulo.** Anais do Ceru04, 2008.

MALDONADO, Simone Carneiro. **Caminho das pedras: percepção e utilização do espaço na pesca simples.** In. DIEGUES, Antônio Carlos (org.). A Imagem das Águas. São Paulo: Editora Hucitec, NUPAUB/USP, 2000, p. 59-69.

MALDONADO, Simone Carneiro. **Mestres & Mares: espaço e indivisão na pesca marítima.** São Paulo: ANNABLUME, 1993.

MALDONADO, Simone Carneiro. **No mar: conhecimento e produção.** In. DIEGUES, Antônio Carlos (org.). A Imagem das Águas. São Paulo: Editora Hucitec, NUPAUB/USP, 2000, p. 95-101.

MALDONADO, Simone Carneiro. **Pescadores do mar.** São Paulo: Editora Ática, 1986.

MARTINS, Fernando José. **História do descobrimento e povoação da cidade de S. João da Barra e dos Campos dos Goytacazes antiga capitania da Parahyba do Sul e a origem do levante denominado – dos Fidalgos – acontecido no meado do século passado.** Campos dos Goytacazes, RJ: Essentia, 2019.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos-filosóficos.** 4ª Reimpressão. São Paulo: Editora Martin Claret, MARX, 2011.

MARX, Karl. **O Capital:** Volume 1, Livro Primeiro. O Processo de Produção do Capital. São Paulo: Nova Cultura, 1988.

MEIHY, José Carlos Sebe B. e RIBEIRO, Suzana L. Salgado. **Guia Prático de História Oral: Para Empresas, Universidades, Comunidades, Famílias.** São Paulo: Contexto, 2011.

MEMORIAL DA ELETRICIDADE. **Parque Eólico de Gargaú: Histórico**, última atualização 2018. Disponível em: <https://www.memoriadaeletricidade.com.br/acervo/31304/parque-eolico-de-gargau>. Acesso em 12/12/2022.

MENEZES, Mario Barreto. **São Francisco do Itabapoana**. Campos dos Goytacazes: Edição do autor, 2017.

MIGNOLO, Walter. **A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade**. In. LANDER, Edgardo (org.) **A Colonialidade do saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 71 – 103.

MIGNOLO, Walter. **Os esplendores e as misérias da “ciência”: colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistêmica**. In. SANTOS, Boaventura de Souza (org.) **Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado**. São Paulo: Cortez, 2004, p. 667 – 710.

MESQUITA, Mônica. **Fronteiras urbanas: ensaio sobre a humanização do espaço**. In. MESQUITA, Mônica (org.). **Fronteiras urbanas: ensaio sobre a humanização do espaço**. Lisboa/Portugal: Anonymage, Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 2014. p. 19-33.

MORAES, Fernanda Carpintero de. **Um passo de cada vez: conhecendo as unidades de medida através da sua história**. (Dissertação de Mestrado) Programa de Mestrado em Matemática em Rede Nacional, da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos/SP, 2019.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo/SP: Cortez; Brasília/DF: UNESCO, 2000.

MOTA, Fábio Reis; DIAS NETO, José Colaço. **“O fazer comum’ na construção das identidades sociais: Como ser ou não ser pescador no Brasil e em Portugal”**. 2015.

MUSEU ONLINE SÃO FRANCISCO DO ITABAPOANA:
<https://www.museuonlinesfi.com/>

NIETZSCHE, Friedrich. **A Vontade de Poder**. Trad. Marcos Sinésio Pereira Fernandes e Francisco José Dias de Moraes. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008

NORA, Pierre. **Entre a Memória e a História: a problemática dos lugares**. Projeto História, São Paulo, v.10, p. 7-28, 12/1993.

NUNES, João Arriscado. **O resgate da epistemologia**. In. SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, Maria Paula (Org.). **Epistemologias do Sul**. Biblioteca Nacional de Portugal. Coimbra: Almeidina, 2009, p. 215 – 243.

OLIVEIRA, Victor Luiz Alvares. **Descrição Geográfica e Política do Distrito de Campos dos Goytacazes – 2ª Parte (1785)**. Revista Fontes: São Paulo, v. 5, n.8, 2018, p. 33-54.

OSCAR, João. **Escravidão & Engenhos**. Campos, São João da Barra, Macaé, São Fidélis. Achiamé: Rio de Janeiro/RJ, 1985.

OXFAM, Brasil. Relatório: **A Desigualdade Mata A incomparável ação necessária para combater a desigualdade sem precedentes decorrente da Covid-19**, 2022. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/justica-social-e-economica/forum-economico-de-davos/a-desigualdade-mata/>. Acesso em 08/04/2022.

OXFAM, Brasil. Relatório: **País estagnado: um retrato das desigualdades brasileiras**, 2018. Disponível em: https://www.oxfam.org.br/um-retrato-das-desigualdades-brasileiras/?gclid=CjwKCAiAjPyfBhBMEiwAB2CCII1uNVaD95lizb-EtWueMie3kgKtdKEuckYpP_gROzxy6Hi2lfJGzhoCXUgQAvD_BwE. Acesso em 12/12/2022.

PEDROSA, Carlos; LAU, Percy. **O Pescador de Tarrafa** [Tipos e Aspectos do Brasil]. Revista Brasileira de Geografia (IBGE), v. 11, n. 4, 1949, p. 622-624.

PEREIRA, José Veríssimo da Costa; LAU, Percy. **Muxuango**. Revista Brasileira de Geografia (IBGE), v. 9, n.4, 1947, p. 105-106.

PÉTONNET, Colette. **Observação flutuante: o exemplo de um cemitério parisiense**. Revista de Antropologia, Niterói, n. 25, 2008, p. 99-111.

PINA-CABRAL, João de; LIMA, Antônia Pedroso. **Como fazer uma história de família: um exercício de contextualização social**. **Revista Etnográfica**, Vol. IX (2), 2005, p. 355-388.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. **Camponeses e Impérios Alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização**. Civilização Brasileira, RJ, 2006.

PRADO, Rosane Manhães. **Cidade Pequena: Paraíso e inferno da Pessoaalidade**. Cadernos de Antropologia e Imagem, n° 4, pp 31-56, 1995.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO ITABAPOANA: site: <https://www.pmsfi.rj.gov.br/>.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder e classificação social**. In SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, Maria Paula (Org.). Epistemologias do Sul. Biblioteca Nacional de Portugal. Coimbra: Almeidina, 2009, p. 73 – 117.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In LANDER, Edgardo (org.) A Colonialidade do saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 227 – 278..

RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. **A desnecessidade do trabalho entre pescadores artesanais**. *Revista Sociologias*, Porto Alegre, ano 17, nº 38, p. 192-220, jan/abr 2015.

RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. **Cultura de ofício marítima pesqueira**. *Revista Sociologia e Antropologia*, v. 11, n. 03, set.-dez., 2021, p. 913 – 943.

RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. **Culturas Pesqueiras e os Sistemas de Pesca Artesanal**. In: **Anais do 44º Encontro Anual da ANPOCS ... na Forma Remota**, 2020. Disponível em: < <https://anpocs.com/index.php/encontros/papers/44-encontro-anual-da-anpocs/gt-32/gt02-27>>. Acesso em: 11 de Novembro de 2021.

RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. **Estado, pescadores e desenvolvimento nacional**. *Revista Ruris*, v. 8, nº 1, 2014.

RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. **O mar na terra e a terra no mar: o encontro das oficinas pesqueiras**. *Vivências: Revista de antropologia*, nº 49, 2017, p. 167-186.

RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. **Pescados, pescarias e pescadores: notas etnográficas sobre processos ecossociais**. *Bol. Museu do Pará Emílio Goeldi. Cienc. Hum.*, Belém, v. 11, n. 2, maio-ago. 2016, p. 391-414.

RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. **Sentimento de Corporação, Cultura do Trabalho e Conhecimento Patrimonial Pesqueiro: Expressões Socioculturais da Pesca Artesanal**. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v. 43, n. 1, jan/jun, 2012, p. 8 – 27.

RAMOSE, Mogobe. **Globalização e Ubuntu**. In SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, Maria Paula (Org.). Epistemologias do Sul. Biblioteca Nacional de Portugal. Coimbra: Almeidina, 2009, p. 135 – 175.

RIBEIRO, Natália Soares. **Guardiãs das tradições pesqueiras: arte, gênero e modo de vida em Arraial do Cabo**. Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense (Doutorado em Políticas Sociais). Campos dos Goytacazes/RJ, 2020.

ROCHA, Edêmea Faria Carlos da Rocha. **Unidade de Conservação: uma Proposta de uso Sustentável para os Manguezais do Estuário do Rio Paraíba do Sul, na Região de Gargaú – São Francisco do Itabapoana/ RJ – Brasil**. 129f. Dissertação (Mestrado Profissional em Engenharia Ambiental) Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, Rio de Janeiro, 2015.

ROCHA, Edêmea Faria Carlos da; et al. **Conhecimento tradicional local e percepção ambiental de pescadores artesanais e catadores de caranguejo: a macrobiota associada aos manguezais do estuário do Rio Paraíba do Sul, em Gargaú, São Francisco do Itabapoana - RJ, Brasil.** In. FERREIRA, Maria Inês Paes; et al (org.). Engenharia e Ciências Ambientais: Contribuições a Gestão Ecológica. Campos dos Goytacazes/RJ: Essentia Editora, 2019. p. 64-88.

ROCHA, Everardo P. Guimarães. **O que é mito?** In. ALVES, Rubem; ARNS, P. Evaristo; ROCHA, Everardo. P. Guimarães. **O que é Religião, Igreja, Mito?** São Paulo/SP: Coleção Primeiros Passos/Círculo do Livro S.A., p. 175-227, 1981.

SAHLINS, Marshall. **Ilhas de História.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

SAHLINS, Marshall. **O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em vias de extinção (parte I)?** Revista Mana, v. 3, nº 1, 1997a, p. 41 – 73.

SAHLINS, Marshall. **O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em vias de extinção (parte II)?** Revista Mana, v. 3, nº 2, 1997b, p. 103 – 150.

SAMPAIO, Teodoro. **O Tupi na geografia nacional.** Editora Nacional / brasileira: São Paulo, 1987.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes.** In SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, Maria Paula (Org.). **Epistemologias do Sul.** Biblioteca Nacional de Portugal. Coimbra: Almedina, 2009, p. 23-73.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Por uma concepção multicultural de direitos humanos.** Revista de Ciências Sociais, nº 48, Jun., 1997, p. 11 – 32.

SANTOS, Izabella Azevedo do; MOREIRA, Eduardo. **Tecendo com múltiplas mãos uma rede de sonhos, saberes e sabores: a aprendizagem-ensino como projeto coletivo de vida.** In. MUNIZ, Ana Guimarães Correia Ramos; GOMES, Jaqueline de Souza; MINIZ, Leonardo de Oliveira. **Não sei se ensinei, mas sei que aprendi.** Campos dos Goytacazes/RJ: Brasil Multicultural, 2019. p. 38-60.

SANTOS, Rachel de Salles Freitas dos. **Estudo dos Indicadores e Índices de Salubridade Ambiental Aplicados a Regiões Estuarinas: O Caso da Comunidade de Gargaú, São Francisco do Itabapoana/RJ** 99f. Dissertação (Mestrado Profissional em Engenharia Ambiental) Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, Rio de Janeiro, 2017.

SEEMENN, Jorn. **Introdução.** In. SEEMENN, Jorn. **Carto-crônicas: uma viagem pelo mundo da cartografia.** Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2013, p. 13-15.

SEEMENN, Jorn. **Mapas, mapeamentos e a cartografia da realidade**. Revista Geografares, Vitória/ES, nº 4, 2003.

SEEMENN, Jorn. **Prefácio**. In. REGO, Nelson; KOZEL, Salete (org.). **Narrativas, Geografias e Cartografias: para viver é preciso espaço e tempo**. Porto Alegre: Compasso Lugar-Cultura, 2020. p. 17-21.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente: Perspectivas da Biodiversidade e da Biotecnologia**. São Paulo: Gaia, 2003.

SILVA, Glaucia Oliveira da. **Água, vida e pensamento: um estudo de cosmovisão entre trabalhadores da pesca**. In. DIEGUES, Antônio Carlos (org.). **A Imagem das Águas**. São Paulo: Editora Hucitec, NUPAUB/USP, 2000, p. 27 - 39.

SILVA, Glaucia Oliveira da. **Tudo que tem na terra tem mar: a classificação dos seres vivos entre trabalhadores da pesca em Piratininga, Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: FUNARTE, Instituto Nacional do Folclore, 1989.

SILVA, Guilherme Aglio da. **Pescadores de Itaipu: Notas Sobre Tradição e Modernidade**. Programa de Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades, do Instituto de Arte e Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense – UFF (Mestrado em Cultura e Territorialidades). Niterói/RJ, 2018.

SILVA, Luiz Geraldo. **Os pescadores na história do Brasil**. Petrópolis/Recife: CPP/Vozes, 1988.

SIMMEL, George. **A sociologia do segredo e das sociedades secretas**. Revista de Ciências Humanas, Florianópolis, EDUFSC, V. 43, n. 1, p. 219-242, Abril de 2009.

SOFFIATI, Arthur. **As lagoas do Norte Fluminense: Uma contribuição à história de uma luta**. Campos dos Goytacazes/RJ: Essentia Editora, 2013.

SOFFIATI, Arthur. **Gestão de águas no baixo Paraíba do Sul: região hidrográfica IX do estado do Rio de Janeiro**. Campos dos Goytacazes (RJ): Essentia Editora, 2014.

SOFFIATI, Arthur. **História das ações antrópicas sobre os ecossistemas vegetais nativos das regiões norte e noroeste do Estado do Rio de Janeiro**. Revista Perspectivas: Campos dos Goytacazes, v.4, n.7, janeiro/julho 2005, p. 67-79.

SOFFIATI, Arthur. **Os canais de navegação do século XIX no Norte Fluminense**. **Boletim do Observatório Ambiental Alberto Ribeiro Lamego**, Campos dos Goytacazes/RJ: Essentia Editora, v. 1 n. 2, p. 11-36, jul-dez 2007. Disponível em: <https://essentiaeditora.iff.edu.br/index.php/boletim/article/view/2177-4560.20070010/197>. Acesso em 03 de novembro de 2021.

SOFFIATI, Arthur. **Os manguezais do Sul do Espírito Santo e do Norte do Rio de Janeiro: com alguns apontamentos sobre o norte do sul e o sul do norte.** Campos dos Goytacazes/RJ: Essentia Editora, 2019a.

SOFFIATI, Arthur. **O Núcleo de Campos dos Goytacazes/RJ e a drenagem urbana.** Boletim Petróleo, Royalties e Região - Campos dos Goytacazes/RJ - Ano XVI, nº 63 - Agosto / 2019b, p. 33-44.

SOFFIATI, Arthur. **Bacias hídricas da ecorregião de São Tomé: rio Guaxindiba.** In FERREIRA Maria Inês Paes; et al (org.) Engenharia e ciências ambientais: contribuições à gestão ecossistêmica. Campos dos Goytacazes (RJ): Essentia Editora, 2019c, p. 30-50.

SOFFIATI, Arthur. **Restinga de Paraíba do Sul.** Blog Ambiental Rotaverde. 18/11/2022. Endereço de acesso: <https://rotaverde.com.br/restinga-de-paraiba-do-sul/> . Acesso em 08/12/2022.

SOFFIATTI, Arthur. **Destruição e proteção da Mata Atlântica no Rio de Janeiro: ensaio bibliográfico acerca da eco-história.** História, Ciências, Saúde — Manguinhos, vol. IV(2): 309-327, jul.-out. 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/FGHZcFJKcDvj9LPzSG3yGJt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 18 de novembro de 2021.

SOFFIATTI, Arthur. **Os manguezais do sul do Espírito Santo e do norte do Rio de Janeiro: com alguns apontamentos sobre o norte do sul e o sul do norte.** Campos dos Goytacazes/RJ: Essentia, 2009.

SOUZA JUNIOR, Luis de. **Os circuitos da economia urbana na metrópole fluminense: uma análise sobre os mercados de pescado no município de Niterói (RJ).** 127f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2015b.

SOUZA JUNIOR, Luis de. **Os usos do território e os circuitos da economia urbana: a comercialização do pescado no município de Niterói (RJ).** Rev. Tamoios, São Gonçalo (RJ), ano 11, n.1, pág. 35-57, jan/jun. 2015a.

TAUSSIG, Michael T. **O diabo e o fetichismo da mercadoria na América do Sul.** São Paulo: Ed. UNESP, 2010.

TEODORO, Joao Jose da Silva. **Carta topografica dos termos do Presidio, Pomba e Sao Joao Nepomuceno, com noticias do pais que deles segue ate o mar pela costa oriental.** Disponível na Biblioteca Nacional, Seção de Mapas, 2617. Originalmente parte de TEODORO, Joao Jose da Silva. Relatório para a Presidência da Província. Ouro Preto: Tip. do Eco de Minas, 1847.

TURNER, Victor W. **Liminaridade e “Communitas”.** In. TURNER, Victor W. Processo Ritual: Estrutura e Antiestrutura. Petrópolis: Editora Vozes, 1974, p. 116-160.

VIDAL, Lux. **A Cobra Grande: uma introdução à cosmologia dos povos indígenas do Uaçá e Baixo Oiapoque – Amapá.** Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2007.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo.** São Paulo: Editora Martin Claret, 2005.

WOODWARD, Kathryn. **Identidade e Diferença: uma introdução teórica e conceitual.** In SILVA, T. T. (org). **Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais.** Petrópolis

ANEXOS

Anexo 1: proposta para LOA do exercício de 2023 do município de São Francisco do Itabapoana pelo grupo de pescadores que integram o PEA Pescarte-BC

São Francisco de Itabapoana, 02 de dezembro de 2022.

A/C da Câmara Municipal de São Francisco de Itabapoana,

O Projeto PESCARTE tem como principal finalidade a criação de uma rede social regional integrada por pescadores(as) artesanais e seus familiares, buscando por meio de processos educativos, promover, fortalecer e aperfeiçoar a organização comunitária, bem como o seu envolvimento na construção participativa e na implementação de projetos de geração de trabalho e renda. O Projeto tem como foco as comunidades de pescadores artesanais circunscritas em dez municípios da Bacia de Campos, no estado do Rio de Janeiro, são elas: Arraial do Cabo, Cabo Frio, Rio das Ostras, Armação de Búzios, Macaé, Carapebus, Quissamã, Campos dos Goytacazes, São João da Barra e São Francisco do Itabapoana.

No município de São Francisco de Itabapoana, foi realizada uma articulação entre os integrantes do Grupo de Acompanhamento de Obras – GAO do PEA PESCARTE e os representantes da comunidade pesqueira, a fim de promover a participação no Orçamento Público Municipal por meio da elaboração e envio de propostas, participação nas audiências públicas, mobilização e utilização de ferramentas de mídia, como forma de evidenciar alguns problemas encontrados nas comunidades.

O Grupo de Acompanhamento de Obras de São Francisco de Itabapoana é uma entidade democrática, não hierarquizada e sem fins lucrativos, que vem atuando nas comunidades tradicionais deste município, promovendo a organização comunitária, a articulação com outras instituições e o debate acerca dos Projetos de Geração de Trabalho e Renda. Em 2019 foram eleitos, pela comunidade pesqueira, representantes de Gargaú, Guaxindiba, Barra do Itabapoana e Lagoa Feia.

O Grupo de Acompanhamento de Obras, membros das comunidades pesqueiras de São Francisco de Itabapoana, e a equipe do PEA PESCARTE, de forma coletiva, elaboraram propostas para serem encaminhadas ao Poder Público Municipal, para compor as metas da Lei Orçamentária Anual (LOA) referente ao exercício de 2023. Cabe ressaltar que todas as propostas foram direcionadas ao Plurianual do Município de São Francisco de Itabapoana. A

seguir estão listadas as propostas a fim de solicitar a destinação de recursos do Orçamento Anual para sua conclusão e implementação.

Esta proposta está direcionada à Procuradoria do Município

Código 0013 - Programa Procuradoria na Comunidade

Proposta 1: Criação de Projeto de Assistência Jurídica para os pescadores e pescadoras das comunidades pesqueiras de São Francisco de Itabapoana.

Justificativa: A criação do Projeto de Assistência Jurídica para os(as) pescadores(as) seria de grande importância para auxiliar a resolução de vários problemas que acometem as comunidades de pesca como: acesso ao Seguro Defeso; aposentadoria; recorrer das multas emitidas pelos órgãos de fiscalização (IBAMA e Marinha); prestar assessoria jurídica na participação em audiências Públicas para instalação de empreendimentos com alto poder de impacto às atividades pesqueiras e ao meio ambiente, e acidentes ambientais que impactam diretamente a atividade da pesca gerada por empresas. A necessidade de orientações administrativas, judiciais e judicialização de processos em prol do pescador e pescadora, advêm principalmente da distância das comunidades e da falta de transporte, o que dificulta o acesso ao serviço.

Esta proposta está direcionada à Secretaria de Obras, Urbanismo e Serviços Públicos do Município

Código 0016 – Programa de Pavimentação, drenagem e melhorias de vias e logradouros.

Proposta 2: Pavimentação da Estrada que liga a comunidade de Lagoa Feia à comunidade de Travessão de Barra, e inclusão de Ciclo Faixas.

Justificativa: Tendo em vista as condições climáticas que interferem diretamente nas estradas que ainda não foram pavimentadas, tornando-as precárias e dificultando a passagem da população e do escoamento de produtos agrícolas e produtos oriundos da pesca, solicita-se a inclusão desta meta em caráter de urgência. Ressalta-se que a qualidade da estrada interfere diretamente na comercialização dos produtos da pesca artesanal e, conseqüentemente, na renda das famílias que sobrevivem deste trabalho. A proposta da criação das ciclofaixas visa garantir a segurança da população e demais ciclistas no traslado de uma comunidade para outra. Cabe ressaltar o crescimento da prática do Pedal ecológico na comunidade, portanto, a pavimentação também contribui para a segurança e acesso desse grupo, que poderá ser um potencial gerador de renda para as comunidades de pesca.

Proposta 3: Pavimentação da Rua Valder Mota em Travessão de Barra

Justificativa: Visando a melhoria das condições de vida da população que ali reside, uma vez que a rua se encontra em condições de difícil acesso, devido à irregularidade do solo, potencializada em períodos chuvosos.

Proposta 4: Pavimentação da estrada Beira Rio em Lagoa Feia

Justificativa: Visando a melhoria das condições de vida da população que ali reside, uma vez que a rua se encontra em condições de difícil acesso devido à irregularidade do solo, potencializada em períodos chuvosos.

Proposta 5: Pavimentação da Rua da Praia em Barra do Itabapoana

Justificativa: A pavimentação da referida rua é de suma importância para o deslocamento dos moradores da localidade e para o acesso à praia pelos turistas. Em períodos de chuva a rua fica intransitável, dificultando o acesso tanto a pé como de carro.

Código 0017 – Implementação, manutenção e ampliação da iluminação pública

Proposta 6: Criação de Projeto de iluminação pública para as comunidades

Justificativa: Devido a condições das ruas e a falta de segurança com o aumento da criminalidade nas comunidades, solicita-se a criação de projeto de iluminação com um canal de reclamações e solicitações online com a emissão de protocolo de agendamento como forma de facilitar o acesso da população aos departamentos públicos, tendo em vista a distâncias das comunidades ao centro da cidade e a precarização do transporte público. Solicita-se também a iluminação do trecho entre Santa Clara e Gargaú (eólica) devido ao aumento dos acidentes e na comunidade de Lagoa Feia devido ao aumento da criminalidade, onde famílias estão perdendo entes queridos.

Código 0018 – Limpeza urbana

Proposta 7: Criação de um canal para agendamento do limpa fossa criando um número de protocolo de atendimento como forma de facilitar o agendamento

Justificativa: Tendo em vista a dificuldade no deslocamento das comunidades pela falta de efetividade do transporte público, sugere-se a criação de um canal de agendamento com geração de protocolo de atendimento como forma de viabilizar o acesso da população residente em comunidades distantes a utilizarem os serviços públicos.

Proposta 8: Criação de lei municipal para combater o lançamento de resíduos de pescado, bovino e animais mortos nas vias públicas, rios, mares e lagos, dentre outros ambientes que não seja o correto.

Justificativa: É de suma importância a criação de uma Lei e do processo de fiscalização para tal problema. Essa lei além de gerar multa revertendo em recursos para o município, também garante para a população o acesso as áreas limpas e qualidade de vida, sem correr o risco de ter que conviver com a exposição e mau cheiro desses resíduos.

Proposta 9: Fiscalização efetiva do lançamento de esgoto nos rios, mares, lagos e áreas de manguezal

Justificativa: Visando garantir a saúde da população, que ao ter contato com esses ambientes acabam desenvolvendo sérios problemas de saúde. Tendo em vista que o município também recebe ao longo do ano muitos turistas que vem em busca das praias da região. Sabe-se da importância da construção urgente de projetos de saneamento básicos para os moradores que residem as margens desses ambientes, mediante esse fato sugere-se a criação de projeto de construção de fossas sépticas como forma de minimizar esse impacto.

Código 0026 – Programa Política de investimento e fomento ao desenvolvimento econômico

Proposta 10: Aquisição de um caminhão para escoamento da produção oriunda da agricultura familiar para o Mercado Municipal e Feiras Itinerante

Justificativa: Reconhecendo a pesca como um importante motor da economia local, ratifica-se a importância de suporte na logística dos produtos, em razão da grande extensão territorial do município. Portanto, surge como demanda a aquisição de um caminhão para transportar o pescado da região, tanto para levar aos locais de beneficiamento, quanto para comercialização do produto.

Proposta 11: Construção de entreposto pesqueiro no canal de Gargaú para o embarque e desembarque pesqueiro

Justificativa: Tendo em vista a implantação da Unidade de Beneficiamento de Pescado em Gargaú, o aumento das construções irregulares as margens do canal e a necessidade de garantir espaço para o pescador conseguir atracar suas embarcações e realizar o desembarque de sua produção, sugere-se a construção de um entreposto visando o desenvolvimento pesqueiro da região e, conseqüentemente das famílias que fazem parte da cadeia produtiva da pesca.

Esta proposta está direcionada à Secretaria de Educação e Cultura do Município

Código 0032 – Programa de Estruturação e revitalização das unidades escolares

Proposta 12: Construção da Escola Décio Machado em Barra do Itabapoana.

Justificativa: A construção será de vital importância para os alunos residentes na comunidade de Barra. Cabe ressaltar que a unidade escolar já existia há muito tempo, porém foi derrubada para a construção de uma unidade nova e que até o momento não ocorreu.

Código 0044 – Programa de Construção do Centro Cultural

Proposta 13: Agregar um Centro de Tradição Pesqueira ao Centro Cultural e Museu da pesca

Justificativa: Ao longo dos anos vêm sendo desenvolvidas muitas atividades culturais tradicionais pelos pescadores(as) nas comunidades de pesca. Diante deste cenário identifica-se a necessidade da criação de um espaço de referência, como forma de garantir a perpetuação e/ou continuidade da cultura local da pesca voltada para a construção de embarcações, conserto e confecção de petrechos de pesca, bem como a oferta de cursos técnicos ligados à atividade pesqueira, cursos de capacitação para utilização de novas tecnologias voltadas ao exercício da pesca e técnicas de beneficiamento de pescado. Cabe ressaltar que devido à falta de incentivo aos jovens de permanecer na atividade, esse aprendizado vem se perdendo com o passar dos anos. Esse aprendizado seria de suma importância para a continuidade e fortalecimento da cultura nas comunidades de pesca.

Viu-se também a necessidade, devido a importância da atividade pesqueira para a região, da criação de um Museu da pesca como forma de manter viva a tradição para as futuras gerações.

Código 0045 – Programa de finalidades turísticas

Proposta 14 : Construção da passarela de Gargaú

Justificativa: A passarela facilita o acesso da população de Gargaú tanto ao Buraco Fundo como a Barra Velha. A ausência dessa passarela tem dificultado muito o deslocamento da população, que precisa dar uma volta para chegar em ambos os lados da mesma comunidade.

Proposta 15: Construção de uma área de lazer para as crianças no Buraco Fundo

Justificativa: A construção dessa área no Buraco Fundo servira para garantir um espaço de lazer para a população de Gargaú, uma vez que as margens do canal já estão sendo ocupadas dificultando o acesso dos pescadores ao recurso natural.

Esta proposta está direcionada à Secretaria de Saúde do Município

Código 0052 – Programa Assistência básica a saúde

Proposta 16: Projeto direcionado a saúde dos pescadores e pescadoras

Justificativa: Devido à rotina de trabalho desgastante dos(as) pescadores(as) e das pessoas que atuam no processo de beneficiamento do pescado, esses profissionais acabam sendo acometidos por sérias doenças e problemas de saúde como: problema de coluna; câncer de pele; Lesões por esforço repetitivo (LER); varizes; riscos biológicos; doenças respiratórias; envenenamento por chumbo; riscos químicos pelo uso de óleo diesel, querosene, tintas de barco e etc.; e hérnia. Esse projeto poderá orientá-los e acompanhá-los no exercício de sua profissão, como forma de prevenir o surgimento de novas doenças e mapear as que já estão presentes na vida desses profissionais, criando estratégias de enfrentamento e prevenção. Conforme relatado por diversos profissionais da saúde, as ações de prevenção diminuem os gastos públicos no atendimento à saúde.

Proposta 17: Aquisição e/ou destinação de Carro comunitário para dar suporte aos doentes das localidades de Morro do Bode, Lagoa Feia, Máquina e São Paulinho.

Justificativa: Devido à distância das localidades ao hospital Manoel Carola e a Clínica da Família, solicita-se a destinação de um carro comunitário para dar suporte a população dessas localidades. Cabe ressaltar que além da distância a população residente sofre com a

precarização do transporte público, uma vez que não dispõem de transportes particulares por se tratar de pessoas com baixo poder aquisitivo.

Código 0068 – Programa Plano Municipal de Recursos hídricos

Proposta 18: Manutenção dos rios e canais do município.

Justificativa: Os pescadores solicitam a limpeza dos canais existentes nas comunidades pesqueiras que atualmente encontram-se assoreados e com acúmulo de lixo, visto que muitas pessoas utilizam estes canais para extrair recursos para sua sobrevivência. Vale ressaltar a importância da contratação de pescadores locais para dar suporte na limpeza e manutenção dos canais.

Esta proposta está direcionada à Secretaria de Pesca do município

Código 0081 – Programa de Fomento às atividades Pesqueiras

Proposta 19: Criação do Conselho Municipal de Pesca e Aquicultura

Justificativa: Seguir a Lei Orgânica do Município de São Francisco de Itabapoana em seu Art. 225, Inciso III que menciona a criação do Conselho Municipal de pesca. Mesmo tendo aparato legal, o conselho ainda não foi criado, portanto reforça-se a importância de sua criação para o fortalecimento da organização comunitária e a emancipação da classe pesqueira, como forma de alcançar uma melhor estrutura de organização para a classe. A criação do Conselho Municipal de Pesca é resultado da necessidade de criação de um mecanismo que favoreça a participação no processo de tomada de decisões voltadas à pesca de forma participativa, por meio da institucionalização desse grupo.

Proposta 20: Manutenção e ampliação da rádio de comunicação dos pescadores para todas as comunidades pesqueiras de São Francisco de Itabapoana.

Justificativa: Tendo em vista a grande quantidade de embarcações e de pescadores artesanais no município de São Francisco de Itabapoana, e conseqüentemente o alto índice de acidentes que acometem essa classe no exercício de sua profissão, viu-se a necessidade de realizar manutenções periódicas e ampliação dos serviços da Estação de Rádio de Barra do Itabapoana para o atendimento desta, e das outras comunidades pesqueiras da região.

Proposta 21: Aquisição de Carreras e construção de rampas para os pescadores das comunidades pesqueiras como forma de facilitar a manutenção das embarcações

Justificativa: Diminuir os acidentes sofridos pelos pescadores ao retirar suas embarcações do mar e\ou rio e o deslocamento do trator que fica na Capatazia em Guaxindiba. Os pescadores solicitam uma atenção para essa proposta, pois a Carrera é de suma importância para a atividade, uma vez que em caso de defeito nas embarcações, os pescadores não precisariam esperar a mudança da maré para retirá-las da água. Já as rampas auxiliariam nos reparos dos barcos próximos aos locais de atracagem, não sendo preciso o planejamento de uma logística de retirada para um estaleiro.

Proposta 22: Reforma do cais pesqueiro na comunidade de Barra de Itabapoana.

Justificativa: A comunidade de Barra do Itabapoana já possui um cais, porém precisa urgentemente de reforma. Podendo ser observado várias rachaduras ao longo de todo cais, trazendo risco à comunidade ribeirinha.

Proposta 23: – Criação de Projeto Secretaria de Pesca mais presente – criando um canal de comunicação mais próximo do pescador

Justificativa: visando a importância de o pescador ter acesso as atividades que vem sendo desenvolvidas na secretaria e, possibilitar a participação e contribuição com propostas e sugestões de atuação/parceria da secretaria com as comunidades de pesca. Esse canal auxiliaria a secretaria no planejamento das atividades ao longo do ano de forma assertiva para com o pescador (a), uma vez que esse planejamento contaria com a participação efetiva dos interessados – os pescadores (as).

Proposta de parceria da Secretaria de Pesca com a Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Humano

Proposta 24: Projeto de acompanhamento social dos pescadores

Justificativa: Devido ao trabalho na pesca gerar incertezas econômicas acarretando insegurança alimentar, devido à escassez do pescado fora da época do defeso, viu-se a necessidade de destinação de recursos para a criação de um programa de acompanhamento nas comunidades de pesca, com o objetivo de garantir as condições necessárias a subsistência da população e ao acesso aos serviços e políticas públicas.

Esta proposta está direcionada à Secretaria de Agricultura

Código 0082 – Programa Apoio ao produtor rural

Proposta 25: Criação de um projeto de auxílio os pequenos agricultores para o cuidado e alimentação dos animais em tempos de seca (com incentivo na produção de silagem).

Justificativa: No período de seca, os agricultores sofrem com a falta de suprimentos para a alimentação de seus animais. A proposta de capacitação e orientação sobre a produção silo ou silagem auxiliariam esses produtores no período em que mais sofrem com a criação de gado, uma vez que esses pequenos agricultores não possuem pastagens de qualidade.

Anexo 2: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



**TERMO CIRCUNSTANCIADO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
DE CESSÃO GRATUITA DE DIREITOS DE DEPOIMENTO ORAL**

E

COMPROMISSO ÉTICO DE NÃO IDENTIFICAÇÃO DO DEPOENTE

Pelo presente documento, eu _____, portador de nº de identidade _____, aceito participar dos estudos desenvolvidos pelo pesquisador de doutorado em Políticas Sociais **Eduardo Moreira** intitulado “Memórias e vivências na pesca em Gargaú: tecendo circuitos laborais e ecossociais entre pescadores e pescadoras artesanais”, presentes na Linha de Pesquisa 12: “**Memórias, devoções e sobrevivência na vida pesqueira**” coordenada pelo professor da Pós-graduação em Políticas Sociais Leandro Garcia Pinho e que tem por objetivo registrar, descrever e analisar as transformações e permanências que ocorreram no trabalho na pesca na localidade de Gargaú – São Francisco do Itabapoana/RJ ao longo do tempo. Ciente disto permito que obtenha gravação em áudio de minha pessoa, como subsídio à construção destas pesquisas vinculadas a Universidade Estadual do Norte Fluminense – Darcy Ribeiro.

O (a) pesquisador (a) acima citado (a) fica conseqüentemente autorizada a utilizar, divulgar e publicar, para fins acadêmicos e culturais, o mencionado depoimento, no todo ou em parte, editado ou não.

Vale destacar, que fui devidamente instruído (a) pelos autores da pesquisa acima citados do comprometimento em preservar meu depoimento no anonimato, identificando minha fala com nome fictício ou símbolo não relacionado à minha verdadeira identidade.

_____, _____ de _____ de 2022

Assinatura do entrevistado

Pesquisador Eduardo Moreira: _____

Pesquisadora Luciana Ramos Marcelino: _____